RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

2019

MPU

RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO 2019

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Procurador-Geral da República
ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS

Vice-Procurador-Geral da República
HUMBERTO JACQUES DE MEDEIROS

Vice-Procurador-Geral Eleitoral
RENATO BRILL DE GOES

Chefia de Gabinete
ALEXANDRE ESPINOSA BRAVO BARBOSA

Secretaria-Geral do MPU
EITEL SANTIAGO DE BRITO PEREIRA

Corregedora-Geral do MPF
ELIZETA MARIA DE PAIVA RAMOS

Ouvidor-Geral do MPF
JULIANO BAIOCCHI VILLA-VERDE DE CARVALHO

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO 2019

BRASÍLIA | DF
MPF
2020

Copyright 2020 - Ministério Público Federal
Permitida a reprodução total ou parcial desta obra desde que sem fins lucrativos e citada a fonte.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B823r

Brasil. Ministério Público Federal.
Relatório de prestação de contas do Ministério Público da União : 2019 –
Brasília : MPF, 2020.
477 p. : il. color.

Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/o-mpf/sobre-o-mpf/gestao-estrategica-e-modernizacao-do-mpf/sobre/publicacoes>

1. Prestação de contas. 2. Accountability pública. 3. Responsabilidade fiscal. 4. Transparência na gestão fiscal. 4. Ministério Público da União – relatório. I. Título.

CDDir 341.413

Elaborado por Juliana de Araújo Freitas Leão – CRB 1/2596

Para dar mais transparência, os demais ramos, cujas informações compõem este relatório, providenciarão a disponibilização do documento em seus respectivos portais virtuais

Coordenação, organização e elaboração: Secretaria-Geral do MPF
Normalização bibliográfica: Coordenadoria de Biblioteca e Pesquisa (Cobip)
Fotos: Secretaria de Comunicação Social (Secom)
Projeto gráfico, capa, diagramação (MPF): Secretaria de Comunicação Social (Secom)

Procuradoria-Geral da República
SAF Sul Quadra 4 Conjunto C - 70050-900 - Brasília - DF - Brasil
Fone: 61 3105-5100 - www.mpf.mp.br

APRESENTAÇÃO

Preparar a Instituição para os próximos anos, estabelecendo a adequada distribuição dos recursos financeiros, humanos e materiais disponíveis, além de estimular a busca de soluções de conflitos pela via extrajudicial baseada no diálogo interinstitucional permanente. Esses são propósitos do Ministério Público da União (MPU) executados ao longo do ano de 2019, sobretudo a partir do último trimestre, e que têm se intensificado no atual exercício. O presente relatório, ora encaminhado ao Tribunal de Contas da União (TCU), detalha iniciativas, ações e principais resultados verificados no período nos quatro ramos que formam o MPU: Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Militar e Ministério Público do Distrito Federal.

Mais do que atender a um regramento legal e ao princípio constitucional da transparência, o presente documento visa à prestação de contas para a sociedade do que membros e servidores da Instituição fizeram ao longo de 2019 para assegurar o pleno cumprimento das atribuições reservadas ao Ministério Público pela Constituição Federal de 1988. É na condição de defensor da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis que o MPU entrega o presente relatório para apreciação da Corte de Contas e também da sociedade. Por ordem, o documento apresenta um balanço da gestão no MPF, no MPT, no MPM, no MPDFT e na Escola Superior do MPU.

Os feitos e desafios de cada ramo são destacados pelos respectivos gestores no início de cada capítulo que compõe o documento. Do ponto de vista administrativo, 2019 foi um ano de recuperação orçamentária, de revisão de contratos, da redução de despesas e de aprimoramento da execução orçamentária. Após uma série de reuniões e da apresentação de argumentos sólidos, o MPU viu reconhecido um pleito importante que assegurou um reforço financeiro de R$ 121 milhões naquele exercício e o reconhecimento para os dois exercícios futuros. A medida permitiu a reparação de um erro na definição do teto orçamentário estipulado pela Emenda Constitucional 95/2016. É também uma providência salutar para que o Ministério Público da União possa continuar prestando serviços a toda a população deste país continental.

Antônio Augusto Brandão de Aras | Procurador-Geral da República
Alberto Bastos Balazeiro | Procurador-Geral do Trabalho
Jaime de Cassio Miranda | Procurador-Geral da Justiça Militar
Fabiana Costa Oliveira Barreto | Procuradora-geral de Justiça do Distrito Federal
Paulo Gustavo Gonet Branc | Diretor-Geral da Escola Superior do Ministério Público da União

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Organograma do Ministério Público Brasileiro 23
Figura 2 Organograma do Ministério Público Federal 28
Figura 3 Distribuição quantitativa das Unidades do MPF instaladas no Território Nacional 29
Figura 4 Cadeia de valor dos ofícios 38
Figura 5 Mapa Estratégico do MPF 41
Figura 6 Sistema Integrado de Gestão Estratégica (SIGE) 43
Figura 7 Evolução do ranking do Portal da Transparência do MPF 49
Figura 8 Modelo de governança de TIC no MPF 88
Figura 9 Mapa do Brasil com a divisão por região de atuação do MPF 96
Figura 10 Processos finalísticos 113
Figura 11 Organograma 115
Figura 12 Organograma 2 116
Figura 13 Governança 119
Figura 14 Mapa estratégico do MPT 120
Figura 15 Resultados das forças tarefas para o combate ao trabalho escravo análogo ao escravo 132
Figura 16 Resultados dos serviços da ouvidoria 133
Figura 17 Perfil do solicitante 135
Figura 18 Canais de contato com o MPT 136
Figura 19 Publicação Instagram 1 138
Figura 20 Publicação Instagram 2 138
Figura 21 Publicação Instagram 3 139
Figura 22 Publicação Facebook 1 139
Figura 23 Publicação Facebook 2 139
Figura 24 Publicação Facebook 3 140
Figura 25 Publicação Twitter 1 140
Figura 26 Publicação Twitter 2 141
Figura 27 Publicação YouTube 1 141
Figura 28 Publicação YouTube 2 142
Figura 29 Publicação YouTube 3 142
Figura 30 Publicação YouTube 4 143
Figura 31 Publicação YouTube 5 143
Figura 32 Publicação YouTube 6 144
Figura 33 Publicação YouTube 7 144
Figura 34 Publicação YouTube 8 145
Figura 35 Ações e campanhas do MPT 146
Figura 36 Execução regional e da manutenção básica do MPT em 2019 166
Figura 37 Diretrizes gerais da política nacional de gestão de pessoas 194
Figura 38 Organograma 212
Figura 39 Cadeia de Valor 214
Figura 40 Transformação de Processos 215
Figura 41 Mapa Estratégico 217
Figura 42 Mapa de Governança 218
Figura 43 Agenda de Desenvolvimento Sustentável da ONU 227
Figura 44 Distribuição por Gênero e Deficiência 239
Figura 45 Estrutura Organizacional 255
Figura 46 Estruturas de Governança 256
Figura 47 Modelo de Negócios. Fonte: Secretaria de Planejamento 261
Figura 48 Governanças Organizacionais 265
Figura 49 Mapa Estratégico 265
Figura 50 Mapa Estratégico da Procuradoria Distrital dos Direitos do Cidadão 273
Figura 51 Mapa Estratégico da Secretaria de Tecnologia da Informação 274
Figura 52 Mapa Tático da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social (Prodep) 274
Figura 53 Mapa Tático das Promotorias de Justiça Regional de Defesa de Direitos Difusos (Proregs) 275
Figura 54 Gestão Orçamentária e Financeira 301
Figura 55 Estrutura de Governança 362
Figura 56 Modelo de Negócio 363
Figura 57 Líderes dos Grupos de Pesquisa 366
Figura 58 Variáveis externas 367
Figura 59 Mapa estratégico do Plano de Desenvolvimento Institucional 2020-2024 370
Figura 60 Organograma AUDIN-MPU 373
Figura 61 Instâncias de controle interno 376
Figura 62 Linhas e eixos de pesquisa 382
Figura 63 Perspectivas, objetivos e metas institucionais para 2020-2024 – Extensão 385
Figura 64 Perspectivas, objetivos e metas institucionais para 2020-2024 – Ensino 386
Figura 65 Perspectivas, objetivos e metas institucionais para 2020-2024 – Pesquisa 386
Figura 66 Perspectivas, objetivos e metas institucionais para 2020-2024 – Gestão 387
Figura 67 Fachada da Nova Sede 416
Figura 68 Nova Sede da ESMPU 417

LISTA DE FOTOS

Foto 1 Compartilhamento de dados do Coaf com órgãos de investigação 33
Foto 2 Evento realizado na PGR marcou o Dia Internacional de Combate à Corrupção. 34
Foto 3 Execução imediata de sentenças do Tribunal do Júri 34
Foto 4 Atuação preventiva do MP brasileiro e dos Tribunais de Contas 35
Foto 5 Criação da Procuradoria Regional da República da 6ª Região, em MG 35
Foto 6 Fortalecimento da cooperação internacionais 36
Foto 7 Nomeação de novos membros do MP 36
Foto 8 Onde atuamos 117
Foto 9 Edifício sede da Procuradoria-geral do Trabalho 148

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Manifestações 46
Gráfico 2 Assuntos 46
Gráfico 3 Formas de recebimento de manifestações 47
Gráfico 4 Tempo de encerramento de manifestações em dias 47
Gráfico 5 Emissão de certidões - Total em 2019: 185.840 48
Gráfico 6 Quantidade de documentos recebidos 48
Gráfico 7 Quantidade de visitas 48
Gráfico 8 MPF em números - Quantidade de manifestações 53
Gráfico 9 MPF em números - Número de recomendações 54
Gráfico 10 MPF em números - Número de recomendações 54
Gráfico 11 MPF em números - Número de recomendações 54
Gráfico 12 MPF em números - Número de audiências públicas 54
Gráfico 13 Indicadores estratégicos - Favorabilidade das ações 56
Gráfico 14 Composição do Orçamento do MPF – Dotação Autorizada 67
Gráfico 15 Despesas obrigatórias 2019 68
Gráfico 16 Despesas discricionárias 2019 68
Gráfico 17 Execução orçamentária 2019 x 2018 – em % da dotação disponível 69
Gráfico 18 Valores pagos – despesas obrigatórias 2019 x 2018 (inclui pagamento de restos a pagar) 69
Gráfico 19 Composição do pagamento de despesas obrigatórias em 2019 69
Gráfico 20 Valores pagos – despesas discricionárias 2019 x 2018 (inclui pagamento de restos a pagar) 70
Gráfico 21 Composição do pagamento de despesas discricionárias em 2019 70
Gráfico 22 Gastos com custeio – pagamento por elemento de despesa – 2019 x 2018 71
Gráfico 23 Valores pagos – investimentos 2018 x 2019 71
Gráfico 24 Investimentos – percentuais pagos em 2019 71
Gráfico 25 Custeio 2019 – percentual de pagamento por elemento de despesa 72
Gráfico 26 Construções e reformas pagamentos efetivados em 2019 72
Gráfico 27 Despesa paga 2019 – outros investimentos por item de gasto 73
Gráfico 28 Situação dos restos a pagar em 2019 74
Gráfico 29 Saldo de RP a pagar por ano de emissão do empenho 75
Gráfico 30 Volume de restos a pagar inscritos – período de 2016 a 2019 (em R$ milhões) 75
Gráfico 31 Principais itens de custos – despesas discricionárias 76
Gráfico 32 Custos totais por UG executora (exceto PGR) – despesas discricionárias 77
Gráfico 33 Sistema e-pessoal – indícios encaminhados ao TCU 78
Gráfico 34 Corpo funcional de servidores do MPF 78
Gráfico 35 Corpo funcional de membros do MPF 78
Gráfico 36 Força de trabalho do MPF 79
Gráfico 37 Programas de aprendizagem do MPF 79
Gráfico 38 Área de atuação – corpo funcional de servidores do MPF 80
Gráfico 39 Ocupação de funções gratificadas e cargos em comissão no MPF 82
Gráfico 40 Distribuição percentual das execuções de pessoal ativo – 2019 83
Gráfico 41 Distribuição percentual das execuções com aposentados – 2019 83
Gráfico 42 Distribuição percentual das execuções com pensionistas – 2019 83
Gráfico 43 Incentivo à profissionalização 86
Gráfico 44 Implementação do Planejamento Estratégico de TI (Peti) 89
Gráfico 45 Execução orçamentária de TIC – Histórico 94
Gráfico 46 Quantidade Total por tipo de Ativo 94
Gráfico 47 Valor de aquisição Total por tipo de Ativo 94
Gráfico 48 Despesas pagas referentes a investimentos em obras e instalações no MPF 97
Gráfico 49 Investimentos pagos em 2019 (inclui restos a pagar pagos) 97
Gráfico 50 Distribuição das edificações ocupadas pelo MPF 98
Gráfico 51 Quantidade de desfazimento de bens por trimestre de 2019 100
Gráfico 52 Valores de desfazimento de bens por trimestre de 2019 100
Gráfico 53 Tempo médio de realização – fase externa do Pregão Eletrônico por Unidade do MPF 103
Gráfico 54 Percentual de licitações executadas com sucesso por Unidade do MPF 103
Gráfico 55 Número de forças-tarefas por coordenadoria - 2019 121
Gráfico 56 Pedidos de informações - série histórica 135
Gráfico 57 Avaliação dos serviços prestados pela Ouvidoria MPT 147
Gráfico 58 Acessibilidade em edificações do MPT 149

Gráfico 59 Despesas do Ministério Público do Trabalho nos anos de 2016 a 2019 161
Gráfico 60 Execução das despesas (exercícios e RP) 162
Gráfico 61 Execução orçamentária do MPT - Alocação das despesas 163
Gráfico 62 Pagamentos totais - exercício e restos a pagar 166
Gráfico 63 Despesas primárias discricionárias empenhadas -por modalidade de licitação 168
Gráfico 64 Frota de veículos no MPT, em 2019 171
Gráfico 65 Despesas com aluguel no MPT 175
Gráfico 66 Composição força de trabalho do MPT 184
Gráfico 67 Faixa salarial membros do MPT 184
Gráfico 68 Faixa salarial servidores do MPT 184
Gráfico 69 Faixa etária dos servidores 184
Gráfico 70 Faixa etária dos membros 185
Gráfico 71 Distribuição da carreira dos membros do MPT 185
Gráfico 72 Distribuição dos membros do MPT por gênero 185
Gráfico 73 Distribuição dos membros do MPT por etnia 186
Gráfico 74 Distribuição dos servidores do MPT por gênero 186
Gráfico 75 Distribuição dos servidores do MPT por etnia 186
Gráfico 76 Distribuição da força de trabalho 187
Gráfico 77 Distribuição da força de trabalho por situação funcional 187
Gráfico 78 Evolução dos gastos com pessoal ativo-inativo 2014-2019 188
Gráfico 79 Evolução do efetivo ativo-inativo pensão 2014-2019 189
Gráfico 80 Progressão e promoção funcional em 2019 190
Gráfico 81 Estágio probatório em 2019 190
Gráfico 82 Organização das comissões de gestão socioambiental MPT 2019 200
Gráfico 83 Margem de participação de temas sustentáveis de capacitações realizadas no MPT - 2019 200
Gráfico 84 Margem de participação de temas sustentáveis de campanhas de sensibilização e conscientização no MPT - 2019 201
Gráfico 85 Consumo de papel per capita 2018-2019 201
Gráfico 86 Medidas adotadas para redução do consumo de papel MPT - 2019 202
Gráfico 87 Percentual da participação na frota por tipo de combustível 2018/2019 204
Gráfico 88 Comparativo implementação do programa de coleta seletiva solidária no MPT 2018-2019 204
Gráfico 89 Ações sustentáveis adotadas para melhoria da gestão de resíduos sólidos 205
Gráfico 90 Atividades Judiciais e Extrajudiciais da Procuradorias de Justiça Militar 213
Gráfico 91 Atividades Judiciais e Extrajudiciais da PGJM 213
Gráfico 92 Êxito em Processos Judiciais – 1ª Instância 223
Gráfico 93 Êxito em Processos Judiciais – 2ª Instância 223
Gráfico 94 Tempo de Tramitação Extrajudicial (dias) 223
Gráfico 95 Capacidade de Investigação 224
Gráfico 96 Excelência em Planejamento Estratégico 224
Gráfico 97 Transparência 224
Gráfico 98 Ampliação da Investigação Direta 225
Gráfico 99 Acesso ao Site do MPM 225
Gráfico 100 Presença na Mídia 225
Gráfico 101 Presença nas Redes Sociais 226
Gráfico 102 Governança de Processos 226
Gráfico 103 Práticas Sustentáveis 226
Gráfico 104 Governança de Projetos 226
Gráfico 105 Execução de Obras 227
Gráfico 106 Acessibilidade e Segurança das Instalações 227
Gráfico 107 Processos de Gestão de TI 228
Gráfico 108 Segurança da Rede MPM 228
Gráfico 109 Novas Tecnologias 228
Gráfico 110 Orçamento do Plano Estratégico 229
Gráfico 111 Restos a Pagar 229
Gráfico 112 Nível de Capacitação 229
Gráfico 113 Índice de Absenteísmo 230
Gráfico 114 LOA 2019 – Ações de Governo 235
Gráfico 115 Evolução da Execução Orçamentária e Financeira das Despesas 235
Gráfico 116 Pessoal e Benefícios Assistenciais 236
Gráfico 117 Custeio 236
Gráfico 118 Investimentos 237
Gráfico 119 Restos a Pagar 238
Gráfico 120 Distribuição por Faixa Salarial 238
Gráfico 121 Distribuição por Faixa Etária 239
Gráfico 122 Distribuição por Etnia 239
Gráfico 123 Distribuição por Escolaridade 239
Gráfico 124 Distribuição por Situação Funcional 239
Gráfico 125 Distribuição por Carreira 240
Gráfico 126 Distribuição por Unidade de Exercício 240
Gráfico 127 Evolução das Despesas com Pessoal 240

Gráfico 128 Pessoal Ativo 241
Gráfico 129 Pessoal Inativo 241
Gráfico 130 Pensionistas 241
Gráfico 131 Contratações para o Funcionamento Administrativo 242
Gráfico 132 Serviços com Locação de Mão de Obra 243
Gráfico 133 Serviços de Terceiros 243
Gráfico 134 Despesas de TI 246
Gráfico 135 Discriminação das Despesas de TI 246
Gráfico 136 Custos por Área de Atuação 248
Gráfico 137 Custos por Programa de Governo 248
Gráfico 138 Evolução da Dotação Orçamentária da ESMPU 394
Gráfico 139 Execução ESMPU 2014-2019 394
Gráfico 140 Detalhamento das despesas por grupo 396
Gráfico 141 Evolução da dotação da ação de construção do Centro de Treinamento 397
Gráfico 142 Evolução da dotação para capacitação de recursos humanos 398
Gráfico 143 Evolução do percentual de dotação empenhada 398
Gráfico 144 Evolução da quantidade de atividades executadas 399
Gráfico 145 Evolução da quantidade de capacitados 399
Gráfico 146 Comparativo Orçamento x Capacitados x Atividades 400
Gráfico 147 Execução Orçamentária 2019 401
Gráfico 148 Faixas etárias – Servidores 404
Gráfico 149 Percentual de servidores – Pessoas com deficiência 404
Gráfico 150 Etnia (%) 405
Gráfico 151 Caixa e equivalentes de Caixa 435
Gráfico 152 Fornecedores e contas a pagar por contratante 439
Gráfico 153 Exploração e venda de bens, serviços e direitos 443
Gráfico 154 Reavaliação de ativos 443
Gráfico 155 Ganhos com incorporação de ativos 444
Gráfico 156 Desincorporação de ativos 449
Gráfico 157 Diversas VPD 449
Gráfico 158 Execução orçamentária da despesa 453
Gráfico 159 Execução dos restos a pagar não processados 455
Gráfico 160 Pagamento dos restos a pagar processados 461
Gráfico 161 Pagamento dos restos a pagar não processados 461

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Planejamento Estratégico Institucional 2011-2020 27
Tabela 2 Unidades do MPF instaladas 30
Tabela 3 Indicadores Estratégicos do MPF 43
Tabela 4 Os 5 assuntos mais demandados em 2019 45
Tabela 5 Classes de manifestações 45
Tabela 6 Meios de recebimento 46
Tabela 7 Mapeamento dos riscos dos Planos Diretores (PDs) 50
Tabela 8 Mapeamento dos riscos dos Planos Diretores (PDs) 51
Tabela 9 Tempo mediano de atuação do processo judicial 53
Tabela 10 Números na PGR 53
Tabela 11 MPF em números | Número de entrada de processos 55
Tabela 12 MPF em números | Número de procedimentos extrajudiciais autuados 55
Tabela 13 Números na PGR 58
Tabela 14 Variação orçamentária do MPF em 2019 67
Tabela 15 Classificação da despesa por resultado primário 68
Tabela 16 Dotação e execução das despesas do Ministério Público Federal em 2019 e 2018 (em R$ milhões) 74
Tabela 17 Acórdãos do TCU – área de pessoal 77
Tabela 18 Legislação aplicável à gestão de pessoas do MPF 77
Tabela 19 Pessoas com deficiência - corpo funcional de membros do MPF 80
Tabela 20 Corpo funcional de membros e servidores do MPF 80
Tabela 21 Unidade de lotação – distribuição nas Unidades 80
Tabela 22 Pessoas com deficiência - corpo funcional de servidores do MPF 80
Tabela 23 Faixa etária - Corpo funcional de servidores do MPF 81
Tabela 24 Faixa etária - Corpo funcional de membros do MPF 81
Tabela 25 Comparativo entre despesas de pessoal e encargos sociais 84
Tabela 26 Acréscimos na execução de pessoal ativo – 2019 84
Tabela 27 Quantitativo de servidores em estágio probatório 84
Tabela 28 Evolução do teletrabalho 85
Tabela 29 Eventos por programa 86
Tabela 30 Evolução das horas de capacitação 86
Tabela 31 Evolução da quantidade de cursos realizados 86
Tabela 32 Evolução da quantidade de servidores capacitados 86
Tabela 33 Principais aquisições de TIC em 2019 89
Tabela 34 Quantidade e valor de aquisição total dos desfazimentos por ano 95
Tabela 35 Números gerais da frota oficial do MPF 95

Tabela 36 Distribuição da frota oficial de veículos do MPF 96
Tabela 37 Despesas com manutenção predial 98
Tabela 38 Despesas com locação de imóveis 98
Tabela 39 Panorama das edificações ocupadas pelo MPF 98
Tabela 40 Despesas com locação de imóveis 99
Tabela 41 Contratações por finalidade no MPF 101
Tabela 42 Valores pagos – funcionamento administrativo – tipos de serviços* 101
Tabela 43 Valores pagos nas principais formas de contratação do MPF 102
Tabela 44 Notas de empenho emitadas 102
Tabela 45 Consumo PGR 2018-2019 (energia elétrica, água e esgoto) 105
Tabela 46 Energia elétrica – 2018/2019 105
Tabela 47 Energia elétrica – 2018/2019 105
Tabela 48 Consumo PGR 2018-2019 (copos descartáveis, café, água mineral) 106
Tabela 49 Macroprocessos finalísticos detalhamento 114
Tabela 50 Natureza e finalidade dos comitês da estrutura de governança do MPT 120
Tabela 51 Objetivos estratégicos finalísticos e coordenadorias temáticas nacionais 121
Tabela 52 Enquadramento das notas, conforme gravidade, urgência e tendência 122
Tabela 53 Resultados dos projetos estratégicos finalísticos 126
Tabela 54 Resultado dos grupos de trabalho e grupos de estudo - 2019 131
Tabela 55 Classe de manifestações recebidas - série histórica 133
Tabela 56 Demandas por assuntos - série histórica 134
Tabela 57 Ranking de acessibilidade 150
Tabela 58 Comparativo do orçamento (lei + créditos) 2018/2019 161
Tabela 59 Despesas primárias obrigatórias 164
Tabela 60 Despesas primárias discricionárias 164
Tabela 61 Despesas de capital (discricionárias) 165
Tabela 62 Eficiência na execução financeira 165
Tabela 63 Valores empenhados - manutenção básica 167
Tabela 64 Dispensa de licitação 168
Tabela 65 Contratações mais relevantes do MPT 169
Tabela 66 Classificação de veículos de acordo com a portaria PGR/MPU 70/2015 171
Tabela 67 Projeto de permutas do MPT 175
Tabela 68 Mudanças e desmobilizações no MPT 175
Tabela 69 Perspectivas estratégicas de tecnologia da informação 177
Tabela 70 Recursos aplicados em TI 178
Tabela 71 Contratações mais relevantes 180
Tabela 72 Evolução do quadro de pessoal 2014-2019 187
Tabela 73 Quantitativo mensal de estagiários contratados em 2019 191
Tabela 74 Valor gasto mensalmente com estagiários em 2019 192
Tabela 75 Valor gasto com o pagamento de gratificação para realização de processo seletivo de estagiário 192
Tabela 76 Operacionalização do plano de capacitação de pessoal (PCP-2019) 193
Tabela 77 Detalhamento de aplicação dos recursos 193
Tabela 78 Ações desenvolvidas em 2019 194
Tabela 79 Diretriz QVT: desenvolvimento profissional 196
Tabela 80 Diretriz QVT: organização do trabalho 197
Tabela 81 Diretriz QVT: reconhecimento 197
Tabela 82 Diretriz QVT: saúde no trabalho 197
Tabela 83 Cronograma de implementação da gestão de custos nas unidades do MPT 198
Tabela 84 Ações desenvolvidas para redução do consumo de energia elétrica no MPT - 2019 203
Tabela 85 Ações desenvolvidas para redução do consumo de água no MPT - 2019 203
Tabela 86 Ações para melhoria da gestão de licitações sustentáveis MPT - 2019 206
Tabela 87 Estratégia e Alocação de Recursos 218
Tabela 88 Variação Orçamentária 233
Tabela 89 Demonstrativo do Orçamento de 2019 233
Tabela 90 Execução Orçamentária dos Programas e Ações de Governo 234
Tabela 91 Composição do Orçamento 235
Tabela 92 Execução Orçamentária 236
Tabela 93 Distribuição da Frota do MPM 244
Tabela 94 Competências do CETI-MPM 245
Tabela 95 Evolução dos Recursos Aplicados em TI 246
Tabela 96 Contratações Relevantes em TI 246
Tabela 97 Planejamento Estratégico 247
Tabela 98 Eventos Internacionais - Fonte: Assessoria de Cooperação Internacional 256
Tabela 99 Eventos Nacionais - Fonte: Assessoria de Imprensa da PGJ 258
Tabela 100 Visão Geral de Cadeia de Valor 260
Tabela 101 Macroprocessos Finalísticos 262
Tabela 102 Alinhamento do Plano de Ação da PGJ ao Planejamento Estratégico 269
Tabela 103 Vinculação dos objetivos estratégicos MPDFT x CNMP 271
Tabela 104 Cumprimento dos objetivos 272
Tabela 105 Cumprimento dos objetivo – painéis de contribuição 272

Tabela 106 Somatório de iniciativas por objetivo estratégico 277
Tabela 107 Principais Resultados 280
Tabela 108 Resultados alcançados. 294
Tabela 109 Riscos, oportunidades e perspectivas 297
Tabela 110 Perfil do Gasto do MPDFT 302
Tabela 111 Comparativo da dotação final disponível e da execução total das despesas - 2018 e 2019. 303
Tabela 112 Grupo 1 – Pessoal e encargos sociais 305
Tabela 113 Grupo 3 – Outras despesas correntes 306
Tabela 114 Grupo 4 – Investimento 306
Tabela 115 Execução das despesas primárias (obrigatórias e discricionárias) 308
Tabela 116 Distribuição dos servidores em classe/padrão – analistas 310
Tabela 117 Distribuição dos servidores em classe/padrão – técnicos 311
Tabela 118 Distribuição de membros 311
Tabela 119 Distribuição por unidade de exercício 315
Tabela 120 Distribuição por cargos – Técnicos 315
Tabela 121 Distribuição por cargos – Analistas 316
Tabela 122 Outros colaboradores 317
Tabela 123 Custo com despesas de pessoal ativo em 2019 319
Tabela 124 Custo com despesas de pessoal inativo em 2019 319
Tabela 125 Custo com despesas de pensionistas em 2019 319
Tabela 126 Evolução dos gastos com pessoal 319
Tabela 127 Cargos em comissão ocupados 320
Tabela 128 Funções de confiança ocupadas 320
Tabela 129 Principais contratos. Fonte: Tesouro Gerencial 2019. 323
Tabela 130 Modalidade de licitação. Fonte: Tesouro Gerencial 2019 324
Tabela 131 Evolução das áreas em M² 325
Tabela 132 Consumo de água em M³ 325
Tabela 133 Consumo de energia em KWH 325
Tabela 134 Consumo de água x aproveitamento de água pluvial 327
Tabela 135 Consumo por unidade (m³) 327
Tabela 136 Desfazimento de ativos 328
Tabela 137 Evolução das áreas em m² 329
Tabela 138 Montante de recursos aplicados em TI - 2018 (R$1) 330
Tabela 139 Montante de recursos aplicados em TI - 2019 (R$1) 330
Tabela 140 Contratações mais relevantes de recursos de TI. 331
Tabela 141 Principais iniciativas (sistemas e projetos) e resultados na área de TI por objetivo estratégico da STI 333
Tabela 142 Normativos relacionados à Unidade Jurisdicionada 355
Tabela 143 Estrutura organizacional 361
Tabela 144 Cadeia de Valor 365
Tabela 145 Estruturas de governança 372
Tabela 146 Riscos previstos para o quinquênio 2020-2024 375
Tabela 147 Prioridades e resultados da gestão em 2019 380
Tabela 148 Indicador e resultados – Desenvolvimento de membros e servidores do MPU 381
Tabela 149 Indicador e resultados – Capacitação de pessoal 381
Tabela 150 Indicador e resultados – Pesquisas desenvolvidas 382
Tabela 151 Pesquisa Científica Aplicada 383
Tabela 152 Distribuição de cursos presenciais em 2019 e 2020 384
Tabela 153 Evolução da Execução Orçamentária e Financeira – 2014-2019 393
Tabela 154 Detalhamento de despesas por grupo e elemento 395
Tabela 155 Percentual total de execução – ESMPU 401
Tabela 156 Distribuição por situação funcional e gênero 405
Tabela 157 Distribuição por gênero 405
Tabela 158 Índice de Absenteísmo (IA) – 2019 407
Tabela 159 Recursos aplicados em TI 418
Tabela 160 Contratações de TI mais relevantes em 2019 419
Tabela 161 Contratações de TI – Projeto Nova Sede 419
Tabela 162 Percentual de execução financeira ao longo dos anos 420
Tabela 163 Quantitativo de Unidades do MPU – Por Unidade Orçamentária 430
Tabela 164 Balanço patrimonial - exercício 2019 433
Tabela 165 Quadro dos ativos e passivos financeiros e permanentes - exercício 2019 434
Tabela 166 Quadro das Contas de Compensação - exercício 2019 434
Tabela 167 Quadro do *superavit / deficit* financeiro - exercício 2019 434
Tabela 168 Demais créditos e valores a curto prazo – composição 436
Tabela 169 Demais créditos e valores a longo prazo – Composição 436
Tabela 170 Imobilizado – composição 437
Tabela 171 Intangível – composição 438
Tabela 172 Pessoal a pagar – composição 438
Tabela 173 Fornecedores e contas a pagar – por contratante 439
Tabela 174 Garantias e contragarantias recebidas 440
Tabela 175 Obrigações contratuais – composição 441

Tabela 176 FCálculo do *superavit* financeiro 441
Tabela 177 Demonstração das variações patrimoniais 442
Tabela 178 Diversas variações patrimoniais aumentativas – composição 445
Tabela 179 Remuneração a pessoal e encargos patronais – composição 445
Tabela 180 Benefícios a pessoal – composição 446
Tabela 181 Benefícios previdenciários e assistenciais – composição 446
Tabela 182 Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo – composição 447
Tabela 183 Transferências intragovernamentais – composição 448
Tabela 184 Variações patrimoniais aumentativas x variações patrimoniais diminutivas 449
Tabela 185 Orçamentos fiscal e da Seguridade Social - receitas orçamentárias 450
Tabela 186 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - despesas orçamentárias 450
Tabela 187 Execução de restos a pagar processados - exercício 2019 451
Tabela 188 Execução de Restos a Pagar não Processados 451
Tabela 189 Estoque de restos a pagar em 31/12/2019 456
Tabela 190 Estoque de restos a pagar – composição – por ano 456
Tabela 191 Balanço financeiro - exercício 2019 458
Tabela 192 Execução da despesa orçamentária – por grupos de fontes de recursos 459
Tabela 193 Arrecadação bruta x arrecadação líquida – por grupos de fontes de recursos 459
Tabela 194 Resultado Financeiro em 31/12/2019 460
Tabela 195 Demonstrações dos fluxos de caixa - exercício 2019 462
Tabela 196 Quadro de transferências recebidas e concedidas - exercício 2019 462
Tabela 197 Quadro de receitas derivadas e originárias - exercício 2019 463
Tabela 198 Quadro de desembolsos de pessoal e demais despesas por função - exercício 2019 463
Tabela 199 Geração líquida de caixa e equivalentes de caixa – formação 463
Tabela 200 Balanço orçamentário - receita - todos os orçamentos 464
Tabela 201 Balanço orçamentário - despesa - todos os orçamentos 466
Tabela 202 Anexo 1 - demonstrativo de execução dos restos a pagar não processados 467
Tabela 203 Anexo 2 - demonstrativo de execução restos a pagar processados e nao processados liquidados 467
Tabela 204 Balanço financeiro - todos os orçamentos 468
Tabela 205 Demonstrações das variações patrimoniais - todos os orçamentos 469
Tabela 206 Quadro de ativos e passivos financeiros e permanentes 471
Tabela 207 Quadro de compensações 471
Tabela 208 Demonstrativo do superávit/déficit financeiro apurado no balanço patrimonial 471
Tabela 209 Demonstrações das variações patrimoniais - todos os orçamentos 472
Tabela 210 Demonstrações dos fluxos de caixa - todos os orçamentos 475

LISTA DE SIGLAS

APGEs	Assessores de Planejamento e Gestão Estratégica
Asi	Assessoria de Sustentabilidade e Inovação
Audin-MPU	Auditoria Interna do Ministério Público da União
BSC	Balanced Scorecard
CCAF/CNMP	Comissão de Controle Administrativo e Financeiro do CNMP
CCRs	Câmaras de Coordenação e Revisão
CEIS	Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas
CETI	Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação
CGE	Comitê de Gestão Estratégica
CGESI	Comitê de Gestão Estratégica de Segurança Institucional
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CNMP	Conselho Nacional do Ministério Público
Conjur	Consultoria Jurídica
CORGE	Corregedoria do Ministério Público Militar
CPM	Código Penal Militar
CSC	Centro de Serviços Compartilhados
CSMPF	Conselho Superior do Ministério Público Federal
CSMPM	Conselho Superior do Ministério Público Militar
CVE	Central de Viagens e Eventos
DN	Decisão Normativa
EC	Emenda Constitucional
ESMPU	Escola Superior do Ministério Público da União
FUNDACENTRO	Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho
GND	Grupo de Natureza da Despesa
IIRC	International Integrated Reporting Council
IN	Instrução Normativa
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
JMU	Justiça Militar da União
LAI	Lei de Acesso à Informação
LC	Lei Complementar
LOA	Lei Orçamentária Anual
LOJMU	Lei de Organização Judiciária Militar da União
MCTIC	Ministério da Ciência, Tecnologia, Informação e Comunicação
ME	Ministério da Economia
MNI	Modelo Nacional de Interoperabilidade
MOGAB	Projeto de Modernização dos Gabinetes
MPDFT	Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
MPF	Ministério Público Federal
MPM	Ministério Público Militar
MPT	Ministério Público do Trabalho
MPU	Ministério Público da União
NRF	Novo Regime Fiscal
OCI	Órgão de Controle Interno
PCD	Pessoa com Deficiência
PCN	Plano de Continuidade de Negócios
PDTI	Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PDTIC	Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação
PEI	Planejamento Estratégico Institucional
PE/MPM	Plano Estratégico do Ministério Público Militar
PEN/MP	Plano Estratégico Nacional do Ministério Público
Peti	Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação
PFDC	Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão
PGEA	Procedimento de Gestão Administrativa
PGR	Procuradoria-Geral da República
PIC	Procedimento de Investigação Criminal
PLS/MPM	Plano de Logística Sustentável do Ministério Público Militar
PMGA	Projeto de Modernização da Gestão Administrativa
PNTI-MP	Plano Nacional de Tecnologia da Informação do Ministério Público
PR/AC	Procuradoria da República no Acre
PR/AL	Procuradoria da República em Alagoas
PR/AM	Procuradoria da República no Amazonas
PR/AP	Procuradoria da República no Amapá
PR/BA	Procuradoria da República na Bahia
PR/CE	Procuradoria da República no Ceará
PR/DF	Procuradoria da República no Distrito Federal
PR/ES	Procuradoria da República no Espírito Santo
PR/GO	Procuradoria da República em Goiás
PR/MA	Procuradoria da República no Maranhão
PR/MG	Procuradoria da República em Minas Gerais
PR/MS	Procuradoria da República em Mato Grosso do Sul
PR/MT	Procuradoria da República em Mato Grosso

PR/PA	Procuradoria da República no Pará
PR/PB	Procuradoria da República na Paraíba
PR/PE	Procuradoria da República em Pernambuco
PR/PI	Procuradoria da República no Piauí
PR/PR	Procuradoria da República no Paraná
PR/RJ	Procuradoria da República no Rio de Janeiro
PR/RN	Procuradoria da República no Rio Grande do Norte
PR/RO	Procuradoria da República em Rondônia
PR/RR	Procuradoria da República em Roraima
PR/RS	Procuradoria da República no Rio Grande do Sul
PR/SC	Procuradoria da República em Santa Catarina
PR/SE	Procuradoria da República em Sergipe
PR/SP	Procuradoria da República em São Paulo
PR/TO	Procuradoria da República em Tocantins
PRR1	Procuradoria Regional da República da 1ª Região
PRR2	Procuradoria Regional da República da 2ª Região
PRR3	Procuradoria Regional da República da 3ª Região
PRR4	Procuradoria Regional da República da 4ª Região
PRR5	Procuradoria Regional da República da 5ª Região
PRRs	Procuradorias Regionais da República
PRs	Procuradorias da República
QVT	Qualidade de Vida no Trabalho
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RAO	Reunião de Acompanhamento Operacional
SA	Secretaria de Administração
SAC	Salas de Atendimento ao Cidadão
SAC MPF	Aplicativo para dispositivos móveis para o acesso à Sala de Atendimento ao Cidadão
SCI	Secretaria de Cooperação Internacional
SCP	Subcomitê Consultivo de Projetos (SCP)
SEA	Secretaria de Engenharia e Arquitetura
Secom	Secretaria de Comunicação Social
SEGP	Subcomitê Estratégico de Gestão de Pessoas
Sejud	Secretaria Jurídica e de Documentação
SES	Subcomitê Estratégico de Segurança Institucional
Seti	Subcomitê Estratégico de Tecnologia da Informação
SGA	Subcomitê de Gestão Administrativa ou Sistema de Gestão Administrativo
SGE	Secretaria de Modernização e Gestão Estratégica
SGP	Secretaria de Gestão de Pessoas
SGT	Subcomitê Gestor de Tabelas
SIASG	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
Sicom	Subcomitê de Comunicação Social
SIGE	Sistema Integrado de Gestão Estratégica e Governança
Sigov	Sistema de Governança Institucional do MPF
Sppea	Secretaria de Perícia, Pesquisa e Análise
SPF	Subcomitê de Projetos Finalísticos
SPIUnet	Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPO	Secretaria de Planejamento e Orçamento
SPU	Secretaria de Patrimônio da União
SI-Saúde	Secretaria de Serviços Integrados de Saúde
SSIn	Secretaria de Segurança Institucional
STF	Supremo Tribunal Federal
Stic	Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação
STJ	Superior Tribunal de Justiça
STM	Superior Tribunal Militar
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TACs	Termos de Ajustamento de Conduta
TCU	Tribunal de Contas da União
TI	Tecnologia da Informação
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UO	Unidade Orçamentária
UPC	Unidade Prestadora de Contas

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 7

1 MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO 22

2 MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL 24

MENSAGEM DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, AUGUSTO ARAS 25

3 **VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO** **26**
3.1 NORMAS E REGULAMENTO DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO MPF 27
3.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL 27
3.3 AMBIENTE EXTERNO 33
3.3.1. COMPARTILHAMENTO DE DADOS DO COAF COM ÓRGÃOS DE INVESTIGAÇÃO 33
3.3.2. ESTRATÉGIAS PARA O COMBATE À CORRUPÇÃO E À LAVAGEM DE DINHEIRO 34
3.3.3. EXECUÇÃO IMEDIATA DE SENTENÇAS DO TRIBUNAL DO JÚRI 34
3.3.4. ATUAÇÃO PREVENTIVA DO MP BRASILEIRO E DOS TRIBUNAIS DE CONTAS 35
3.3.5. PL PARA CRIAÇÃO DA PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 6ª REGIÃO, EM MG 35
3.3.6. FORTALECIMENTO DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL 36
3.3.7. NOMEAÇÃO DE NOVOS MEMBROS DO MPF 36
3.3.8. APRESENTAÇÃO DE DENÚNCIAS E INSTAURAÇÃO DE INVESTIGAÇÕES 37
3.4 MODELO DE NEGÓCIO 37
3.5 MODERNIZAÇÃO DOS GABINETES (MOGAB) 37

4 **PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA** **40**
4.1 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 41
4.1.1. INDICADORES ESTRATÉGICOS 41
4.2 GOVERNANÇA 41
4.3 CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE E AS PARTES INTERESSADAS 44
4.4 OUVIDORIA 45
4.5 OUTROS CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM MPF 47
4.6 MEMORIAL DO MPF 48
4.7 PORTAL DA TRANSPARÊNCIA 48
4.8 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS 49
4.8.1. GESTÃO DE RISCOS DO MPF 49
4.9 GESTÃO DE RISCOS EM PROJETOS ESTRATÉGICOS 50
4.10 GESTÃO DE RISCOS NOS PLANOS DIRETORES 50
4.11 GESTÃO DE RISCOS NOS PROCESSOS DE TRABALHO 50
4.12 CAPACITAÇÃO 51

5 **RESULTADOS DA GESTÃO** **52**
5.1 MPF EM NÚMEROS 53
5.1.1. DADOS NACIONAIS 53
5.2 DADOS DA PGR 56
5.3 INDICADORES ESTRATÉGICOS 56
5.4 PROJETOS ESTRATÉGICOS FINALÍSTICOS 56
5.4.1. PROJETO CIDADÃO EM AÇÃO 56
5.4.2. PROJETO AMAZÔNIA PROTEGE 56
5.4.3. PROJETO LIXO LEGAL 57
5.4.4. PROJETO TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES AMBIENTAIS 57
5.4.5. PROJETO INCLUSÃO PARA VALER: PELA EFETIVAÇÃO DA LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO 57
5.4.6. PROJETO IMPROBIDÔMETRO – TRANSPARÊNCIA ATIVA 57
5.4.7. PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DA INFRAESTRUTURA NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO E COMPUTAÇÃO FORENSE 57
5.4.8. PROJETO CAMINHOS DAS ÁGUAS 58
5.5 PRINCIPAIS FRENTES DE INVESTIGAÇÃO E ATUAÇÃO DAS FORÇAS-TAREFAS 58
5.5.1. LAVA-JATO 58
5.5.2. GREENFIELD 58
5.5.3. FORÇA-TAREFA AMAZÔNIA 58
5.5.4. FORÇA-TAREFA BRUMADINHO 59
5.5.5. FORÇA-TAREFA ARAGUAIA 59
5.5.6. FORÇA-TAREFA FAZENDA BRASIL VERDE 59
5.6 ATUAÇÃO COORDENADA 59
5.6.1. DIREITOS SOCIAIS E ATOS ADMINISTRATIVOS EM GERAL 59
5.6.2. CRIMINAL 60
5.6.3. CONSUMIDOR E ORDEM ECONÔMICA 61
5.6.4. MEIO AMBIENTE E PATRIMÔNIO CULTURAL 61
5.6.5. COMBATE À CORRUPÇÃO 62
5.6.6. POPULAÇÕES INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS 62
5.6.7. SISTEMA PRISIONAL E CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL 63
5.6.8. DIREITOS DO CIDADÃO 64
5.7 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL 64

6 **ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO** **66**
6.1 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA 67

6.1.1. METODOLOGIA 67
6.1.2. PERFIL DO GASTO DO MPF 68
6.1.3. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 68
6.1.4. EXECUÇÃO FINANCEIRA 69
6.2 DOTAÇÃO E EXECUÇÃO DAS DESPESAS DO MPF EM 2019 E 2018 73
6.2.1. RESTOS A PAGAR 73
6.2.2. CONFORMIDADE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA 73
6.2.3. PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS 75
6.3 GESTÃO DE CUSTOS 75
6.4 GESTÃO DE PESSOAS 77
6.4.1. CONFORMIDADE LEGAL 77
6.4.2. DETALHAMENTO DA DESPESA DE PESSOAL 82
6.4.3. EVOLUÇÃO DO TELETRABALHO 85
6.4.4. AÇÕES VOLTADAS À SAÚDE E À QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO 85
6.4.5. CAPACITAÇÃO: ESTRATÉGIA E NÚMEROS 85
6.5 PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS 87
6.6 MEDIDAS DE ECONOMICIDADE 87
6.7 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO 87
6.7.1. CONFORMIDADE LEGAL 87
6.7.2. MODELO DE GOVERNANÇA DE TIC 88
6.7.3. PRINCIPAIS INICIATIVAS (SISTEMAS E PROJETOS) E RESULTADOS 89
6.7.4. ENTREGAS FOCADAS NA INTEGRAÇÃO DO MPF COM ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA 91
6.7.5. ENTREGAS FOCADAS NO AUMENTO DE ECONOMICIDADE E RESILIÊNCIA DA ATUAÇÃO DO MPF 91
6.7.6. ENTREGAS FOCADAS NA MELHORIA DA GESTÃO ADMINISTRATIVA NO MPF 92
6.7.7. SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO 92
6.7.8. PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS 92
6.8 GESTÃO PATRIMONIAL E DE INFRAESTRUTURA 93
6.8.1. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO 93
6.8.2. FROTA DE VEÍCULOS 95
6.8.3. INSTALAÇÕES E OBRAS 97
6.8.4. DESFAZIMENTO DE ATIVOS 99
6.8.5. CONFORMIDADE LEGAL 99
6.9 GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS 101
6.10 SUSTENTABILIDADE 104

7 MINISTÉRIO PÚBLIDO DO TRABALHO 108
MENSAGEM DO PROCURADOR-GERAL DO TRABALHO 110

8 VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO 112
8.1 ONDE ATUAMOS 117

9 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA 118
9.1 RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS 122

10 RESULTADOS DA GESTÃO 124
10.1 ATUAÇÃO GERAL 125
10.2 OUVIDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO 133
10.3 SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO – LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO 135
10.4 OUTROS CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE E PARTES INTERESSADAS 137
10.5 FORMAS DE PARTICIPAÇÃO CIDADÃ – CARTA DE SERVIÇOS AO USUÁRIOS 145
10.6 OUTRAS FORMAS DE PARTICIPAÇÃO CIDADÃ 145
10.7 MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE 146
10.8 AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS – CULTURA, ÉTICA E VALORES INSTITUCIONAIS 146
10.9 MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES 147

11 ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO 160
11.1 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA ATUAÇÃO GERAL 161
11.2 GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS 167
11.3 GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA 169
11.3.1. GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS 169
11.3.2. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DA UNIÃO 172
11.4.1. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO 176
11.4 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO 176
11.5 SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO 182
11.6 GESTÃO DE PESSOAS 183
11.7 GESTÃO DE CUSTOS 197
11.8 SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL 199

12 MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR 208
MENSAGEM DA PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA MILITAR 209

13 VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO 210
13.8.1. IDENTIFICAÇÃO DA UPC 211
13.8.2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR 212

13.8.3. AMBIENTE EXTERNO 212
13.8.4. MODELO DE NEGÓCIOS 213
13.8.5. PERFIL DO DIRIGENTE DA UNIDADE DE CONTEXTO 215

14 **PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA** **216**
14.8.1. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 217
14.8.2. GOVERNANÇA 218
14.8.3. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE 220
14.8.4. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS 221

15 **RESULTADOS DA GESTÃO** **222**
15.8.1. O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR EM NÚMEROS 223

16 **ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO** **232**
16.8.1. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA 233
16.8.2. GESTÃO DE PESSOAS 238
16.8.3. GESTÃO DE DE LICITAÇÕES E CONTRATOS 242
16.8.4. GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA 244
16.8.5. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO 245
16.8.6. GESTÃO DE CUSTOS 248
16.8.7. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL 249

17 MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS 250
MENSAGEM DA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO MPDFT 251

18 **VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO** **252**
18.1 VISÃO GERAL DO MPDFT 253
18.2 MPDFT EM NÚMEROS 253
18.3 IDENTIFICAÇÃO DO MPDFT 255
18.4 MISSÃO E VISÃO 255
18.4.1. MISSÃO: 255
18.4.2. VISÃO DE FUTURO: 255
18.5 PRINCIPAIS NORMAS DIRECIONADORAS DE SUA ATUAÇÃO 255
18.6 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL 255
18.7 ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA 256
18.8 AMBIENTE EXTERNO 256
18.9 VISÃO GERAL DA CADEIA DE VALOR 258
18.10 MODELO DE NEGÓCIOS 261
18.11 PRINCIPAIS PROCESSOS DE TRABALHO E PRODUTOS 262

19 **GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E ALOCAÇÃO DE RECURSOS** **264**
19.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA ESTRATÉGICA 265
19.2 MODELO DE GOVERNANÇA DA ESTRATÉGIA 265
19.3 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 265
19.3.1. DESEMPENHO ORGANIZACIONAL 266
19.4 ALINHAMENTO DO PLANO DE AÇÃO DA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 266
19.5 VINCULAÇÃO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS A ÓRGÃOS DE GOVERNANÇA SUPERIOR 269
19.6 INFORMAÇÕES ACERCA DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS 272
19.7 CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS 272
19.8 DESDOBRAMENTO DA ESTRATÉGIA 273
19.9 MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO 275
19.10 RISCOS E FATORES QUE INFLUENCIARAM A CADEIA DE VALOR 276
19.11 RESULTADOS DA GESTÃO 276
19.12 RESULTADOS ALCANÇADOS FRENTE ÀS PRIORIDADES DE GESTÃO 278
19.13 PRINCIPAIS RESULTADOS 280
19.14 CAUSAS E IMPEDIMENTOS PARA O ALCANCE DOS OBJETIVOS 281
19.15 RESULTADOS ALCANÇADOS 281
19.16 DESAFIOS E PERSPECTIVAS 295
19.17 PRINCIPAIS CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE 295
19.17.1. CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO 296
19.18 RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS 296

20 **RESULTADOS DA GESTÃO** **300**
20.1 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA 301
20.1.1. PERFIL DE GASTO DO MPDFT 302
20.1.2. EXECUÇÃO POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA 305
20.1.3. EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS 306
20.1.4. DISCUSSÃO DO DESEMPENHO ATUAL X DESEMPENHO ESPERADO/ORÇADO - ANÁLISE DE TENDÊNCIAS 308
20.1.5. EXPLICAÇÕES SOBRE VARIAÇÕES DE RESULTADO, COM UMA REFLEXÃO JUSTA E COMPREENSÍVEL SOBRE O DESEMPENHO FINANCEIRO, CONSISTENTE COM AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SUBJACENTES 308
20.1.6. RISCOS DE GESTÃO 309
20.1.7. PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS 309
20.2 GESTÃO DE PESSOAS E COMPETÊNCIAS 309

20.2.1. CONFORMIDADE LEGAL 309
20.2.2. AVALIAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO 310
20.2.3. ESTRATÉGIA DE RECRUTAMENTO E ALOCAÇÃO DE PESSOAS 317
20.2.4. DETALHAMENTO DA DESPESA DE PESSOAL 318
20.2.5. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E ESTÁGIO PROBATÓRIO: 320
20.2.6. CAPACITAÇÃO - ESTRATÉGIA E NÚMEROS 320
20.2.7. PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS 321
20.3 GESTÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS 322
20.3.1. CONFORMIDADE LEGAL 322
20.3.2. DETALHAMENTO DOS GASTOS DAS CONTRATAÇÕES POR FINALIDADE E ESPECIFICAÇÃO DOS TIPOS DE SERVIÇOS CONTRATADOS PARA O FUNCIONAMENTO ADMINISTRATIVO 322
20.3.3. CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES, SUA ASSOCIAÇÃO AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E JUSTIFICATIVAS PARA ESSAS CONTRATAÇÕES 323
20.3.4. CONTRATAÇÕES DIRETAS: PARTICIPAÇÃO NOS PROCESSOS DE CONTRATAÇÃO, PRINCIPAIS TIPOS E JUSTIFICATIVAS PARA REALIZAÇÃO 323
20.3.5. PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS 324
20.4 GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA 324
20.4.1. CONFORMIDADE LEGAL 324
20.4.2. PRINCIPAIS INVESTIMENTOS DE CAPITAL (INFRAESTRUTURA E EQUIPAMENTOS) - AVALIAÇÃO DO CUSTO-BENEFÍCIO E IMPACTO SOBRE OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS 324
20.4.3. DESFAZIMENTO DE ATIVOS 327
20.4.4. LOCAÇÕES DE IMÓVEIS E EQUIPAMENTOS 329
20.4.5. MUDANÇAS E DESMOBILIZAÇÕES RELEVANTES 329
20.4.6. PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS 329
20.5 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO 329
20.5.1. 4.5.1 CONFORMIDADE LEGAL 329
20.5.2. MODELO DE GOVERNANÇA DE TI 330
20.5.3. MONTANTE DE RECURSOS APLICADOS EM TI 330
20.5.4. CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES DE RECURSOS DE TI 331
20.5.5. GASTOS DE TI POR SUBELEMENTO DE DESPESA – CUSTEIO 332
20.5.6. PRINCIPAIS INICIATIVAS (SISTEMAS E PROJETOS) E RESULTADOS NA ÁREA DE TI POR OBJETIVO ESTRATÉGICO DA STI DO MPDFT 333
20.5.7. SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO 334
20.5.8. PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS 334
20.6 GESTÃO DE CUSTOS 335
20.6.1. CONFORMIDADE LEGAL 335
20.6.2. ESTIMATIVA DE CUSTOS POR ÁREA DE ATUAÇÃO 335
20.6.3. PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS 338
20.7 SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL 338
20.7.1. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE NAS CONTRATAÇÕES E AQUISIÇÕES 338
20.7.2. AÇÕES PARA REDUÇÃO DO CONSUMO DE RECURSOS NATURAIS 338
20.7.3. REDUÇÃO DE RESÍDUOS POLUENTES 338

21 ANEXOS E APÊNDICES 340
21.1 ANEXO I - PROJETOS INSTITUCIONAIS 341

22 ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL 350
MENSAGEM DO DIRETOR-GERAL DA ESMPU 351

23 VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO 354
23.1 IDENTIFICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO, MISSÃO E VISÃO 355
23.1.1. NORMAS E REGULAMENTOS DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO ÓRGÃO OU DA ENTIDADE 355
23.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL 356
23.2.1. ORGANOGRAMA 361
23.3 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA 361
23.4 MODELO DE NEGÓCIO 363
23.5 CADEIA DE VALOR 364
23.6 AMBIENTE EXTERNO 365

24 GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E ALOCAÇÃO DE RECURSOS 368
24.1 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 369
24.1.1. DESCRIÇÃO SINTÉTICA DOS OBJETIVOS 369
24.1.2. ESTÁGIO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 371
24.1.3. VINCULAÇÃO DOS PLANOS DA UNIDADE COM AS COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS E OUTROS PLANOS 371
24.1.4. FORMAS E INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO E DOS RESULTADOS DOS PLANOS 371
24.2 DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA 372
24.3 ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA 372
24.4 ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS 374
24.5 RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS 374
24.6 CONTROLES INTERNOS 376

25 RESULTADOS DA GESTÃO 378
25.1 RESULTADOS ALCANÇADOS ANTE OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS (OU CADEIA DE VALOR) E AS PRIORIDADES DA GESTÃO 379

25.1.1. DESEMPENHO OPERACIONAL – META FÍSICA 380
25.2 PERSPECTIVAS PARA OS PRÓXIMOS EXERCÍCIOS 382
25.2.1. PESQUISAS 382
25.2.2. REGIONALIZAÇÃO 383
25.2.3. NOVO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI) 385
25.2.4. AÇÕES PREVISTAS DE RESPONSABILIDADE E INCLUSÃO SOCIAL 387
25.2.5. AÇÕES AFIRMATIVAS DE DEFESA E PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL 387
25.2.6. AÇÕES REFERENTES A DIVERSIDADE, MEIO AMBIENTE, MEMÓRIA CULTURAL, PRODUÇÃO ARTÍSTICA E PATRIMÔNIO CULTURAL 388
25.2.7. PLANO DE EQUIDADE DE GÊNERO E NÃO DISCRIMINAÇÃO ÉTNICO-RACIAL 388
25.2.8. PLANO DE INTERNACIONALIZAÇÃO 390
25.3 RESULTADOS DAS ÁREAS RELEVANTES DA GESTÃO QUE TENHAM CONTRIBUIÇÃO DECISIVA PARA O ALCANCE DOS RESULTADOS 392
25.3.1. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA 392
25.3.2. GESTÃO DE PESSOAS E COMPETÊNCIAS 403
25.3.3. PROCESSOS OPERACIONAIS 409
25.3.4. GESTÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS 409
25.3.5. GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA 415
25.3.6. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO 418
25.3.7. GESTÃO DE CUSTOS 420
25.3.8. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL 420

26 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES 422
26.1 ROL DE RESPONSÁVEIS 423
26.2 CONSIDERAÇÕES FINAIS 423
26.3 ANEXOS 426

27 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 428
27.1 INTRODUÇÃO 429
27.2 NOTAS EXPLICATIVAS 429
27.2.1. CONTEXTO OPERACIONAL 429
27.3 PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS 430
27.3.1. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 430
27.3.2. RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS 430
27.3.3. CONFORMIDADE CONTÁBIL DAS DCONS 431
27.4 COMPOSIÇÃO DOS PRINCIPAIS ITENS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 432
27.4.1. BALANÇO PATRIMONIAL 432
27.4.2. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS 442
27.4.3. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO 451
27.4.4. BALANÇO FINANCEIRO 457
27.4.5. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA 462

RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MPU

1 MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

ORGANOGRAMA DO MINISTÉRIO PÚBLICO BRASILEIRO

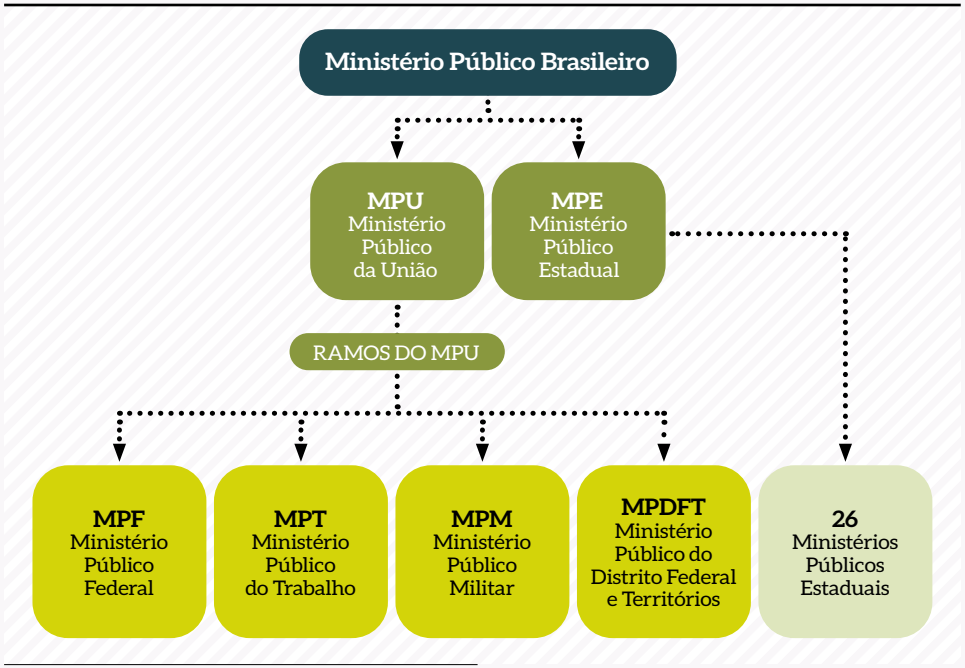


Figura 1 Organograma do Ministério Público Brasileiro

O objetivo do Relatório de Gestão 2019 é demonstrar à sociedade os resultados alcançados e o cumprimento da legislação no âmbito do Ministério Público da União, em alinhamento aos princípios do Relato Integrado e da Decisão Normativa TCU nº 178/2019.

O Ministério Público brasileiro é formado pelos Ministérios Públicos dos Estados e pelo Ministério Público da União, que compreende o Ministério Público Federal (MPF), o Ministério Público do Trabalho (MPT), o Ministério Público Militar (MPM) e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT).

O Ministério Público brasileiro não faz parte de nenhum dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário). Apesar disso, ele consta na Constituição Federal como uma das funções essenciais à Justiça (art. 129) e tem independência funcional assegurada pela Carta Cidadã. Ao MPU é assegurada autonomia funcional, administrativa e financeira.

O Ministério Público da União tem por chefe o procurador-geral da República, nomeado pelo presidente da República entre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução. Em 25 de setembro de 2019, teve início o mandato do atual procurador-geral da República, Antônio Augusto Brandão de Aras, que se encerra em 18 de setembro de 2021.

Compete ao MPU:

- a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis;
- a defesa do patrimônio nacional, do patrimônio público e social, do patrimônio cultural, do meio ambiente, dos direitos e interesses da coletividade, especialmente das comunidades indígenas, da família, da criança, do adolescente e do idoso;
- o zelo pela observância dos princípios constitucionais;
- o controle externo da atividade policial; e
- o zelo pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos da União, dos serviços de relevância pública e dos meios de comunicação social, bem como aos princípios, direitos, deveres, às garantias, condições e vedações previstos na Constituição Federal e na lei.

Faz parte do planejamento do órgão, para o ano de 2020, iniciar os estudos para a estruturação da Secretaria do Ministério Público da União, como definido na Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993. A Secretaria terá como competência os serviços auxiliares de apoio técnico e administrativo à Instituição.

A criação da secretaria apresenta um dos grandes desafios administrativos da gestão, pois proporcionará uma gestão administrativa mais efetiva e uma economicidade da gestão do Órgão. Além disso, será possível realizar um Relatório de Prestação de Contas totalmente integrado entre os quatro ramos da Instituição.

O Relatório está dividido em capítulos que apresentam os resultados de cada um dos quatro ramos do Ministério Público da União.

RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MPF

2 MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

MENSAGEM DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, AUGUSTO ARAS

O ano de 2019 foi marcado por restrições financeiras, ajustes de contas e redução de despesas. Para o MPF, o exercício foi também um período de organização de contas, de revisões contratuais e – no último trimestre –, de recomposição fiscal. Mesmo sob a égide da Emenda Constitucional 95/2016, a Instituição conseguiu ajustar as finanças ao ver reconhecido o direito de recomposição financeira decorrente de um erro que impactou o seu teto orçamentário.

O reforço de caixa foi decisivo para que a Instituição pudesse dar posse a 18 novos procuradores da República e a 94 servidores efetivos. Uma força de trabalho lotada, principalmente, em municípios distantes dos grandes centros urbanos e que é responsável por prestar serviços a uma população mais vulnerável. Também permitiu a quitação de passivos com pessoal e a organização financeira do Plano de Saúde (Plan-Assiste), que atende a cerca de 50 mil pessoas entre segurados e dependentes.

No aspecto finalístico, merecem relevo os esforços implementados no sentido de assegurar tanto a continuidade quanto a abertura de novas frentes de investigação com vistas ao combate da macrocriminalidade. Apenas de modo ilustrativo, durante o ano de 2019, o MPF levou ao Poder Judiciário 24.387 denúncias e 4.611 ações civis públicas envolvendo agentes públicos e particulares.

As providências adotadas para a execução de decisões judiciais e para garantir instrumentos de enfrentamento do crime organizado são outras frentes de atuação destacadas em 2019 e que também podem ser confirmadas por meio dos números e estatísticas reproduzidos pelo relatório. Destacam-se, nesse aspecto, o esforço que resultou na manutenção do entendimento de que é legal e constitucional o compartilhamento de dados do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) com órgãos de fiscalização, caso do MPF, bem como a defesa da modulação de decisão que garantiu prazo sucessivo para defesa de réus colaboradores e delatados, preservando a legalidade de decisões já tomadas.

Na esfera extrajudicial, cabe destacar a expressiva quantidade de feitos distribuídos e analisados nas unidades do MPF em todo o país: 132.603 procedimentos. Ao longo do ano, a Instituição emitiu 3.747 recomendações, realizou 231 audiências públicas e firmou 594 termos de ajustamento de conduta. As ações coordenadas, conduzidas pelas Câmaras de Coordenação e Revisão (CCRs) foram incentivadas. Os órgãos colegiados ganharam espaço, redefiniram ações e agiram em matérias de saúde, educação, meio ambiente e sistema prisional.

Entre os exemplos de ações concretas, resultados desse trabalho articulado das CCRs, estão as providências adotadas para assegurar a integral destinação à educação dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef) e a assinatura de protocolos de entendimento para o aprimoramento de políticas públicas voltadas para o setor ferroviário. Firmado entre a Câmara do Consumidor e Ordem Econômica e o Ministério da Infraestrutura, o acordo abriu caminho para novas parcerias que, atualmente, alcançam todos os modais de transporte.

Em outra frente, a do relacionamento com a sociedade, o MPF ampliou os canais de comunicação. O Portal da Transparência registrou a marca de 7,1 milhões de acessos. As Salas de Atendimento ao Cidadão – que somam mais de 200 em todo o território nacional – receberam quase 106 mil representações e a Ouvidoria registrou, no período, 5.951 manifestações. O contato com a sociedade e com os vários públicos da Instituição também conta com o portal www.mpf.mp.br e com perfis oficiais em redes sociais (Twitter, Instagram e Facebook) que em 2019 tiveram mais de um milhão de seguidores.

Boa leitura!

RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MPF

3 VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

O MPF atua como fiscal da lei. A ele cabe ingressar com ações em nome da sociedade, oferecer denúncias criminais, fiscalizar a aplicação das leis, defender o patrimônio público, zelar pelo respeito dos poderes públicos aos direitos assegurados na Constituição e ser ouvido em todos os processos em andamento na Justiça Federal que envolvam o interesse público relevante, mesmo que não seja parte na ação.

A Lei Complementar nº 75/1993 dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do MPU. Relativamente ao MPF, a LC nº 75/1993 estabelece que o funcionamento de diversos de seus órgãos será disciplinado em Regimentos Internos Específicos aprovados pelo Conselho Superior do MPF. Além desses, há o Regimento Interno Diretivo do MPF, o Regimento Interno Administrativo, o Regimento Interno do Gabinete do PGR, os Regimentos dos Conselhos do MPF, da Corregedoria, das Câmaras de Coordenação e Revisão e do Colégio de Procuradores da República.

3.1 NORMAS E REGULAMENTO DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO MPF

REGIMENTO INTERNO DO GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
Portaria nº 556, de 13 de agosto de 2014.
REGIMENTO INTERNO ADMINISTRATIVO DO MPF
Portaria SG/MPF nº 382, de 5 de maio de 2015.
REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO SUPERIOR DO MPF
Resolução CSMPF nº 168, de 2 de agosto de 2016.
REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO INSTITUCIONAL DO MPF
Resolução CSMPF nº 165, de 6 de maio de 2016.
REGIMENTO INTERNO DA CORREGEDORIA DO MPF
Resolução CSMPF nº 100, de 3 de novembro de 2009.
REGIMENTO INTERNO DAS CÂMARAS DE COORDENAÇÃO E REVISÃO
1ª Câmara – Resolução CSMPF nº 164, de 6 de maio de 2016.
2ª Câmara – Resolução CSMPF nº 128, de 8 de maio de 2012.
3ª Câmara – Resolução CSMPF nº 145, de 5 de agosto de 2013.
4ª Câmara – Resolução CSMPF nº 20, de 6 de fevereiro de 1996.
5ª Câmara – Resolução CSMPF nº 171, de 6 de setembro de 2016.
6ª Câmara – Resolução CSMPF nº 136, de 10 de dezembro de 2012.
7ª Câmara – Resolução CSMPF nº 166, de 6 de maio de 2016.
REGIMENTO INTERNO DO COLÉGIO DE PROCURADORES DA REPÚBLICA
Resolução CSMPF nº 56, de 21 de fevereiro de 2000.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL 2011-2020

Visão	**Até 2020** - Ser reconhecido, nacional e internacionalmente, pela excelência na promoção da justiça, da cidadania e no combate ao crime e à corrupção
Missão	Promover a realização da justiça, a bem da sociedade e em defesa do Estado Democrático de Direito
	O MPF exerce suas competências em todo o território nacional e atua por iniciativa própria ou mediante provocação nas seguintes temáticas:
	Direitos Sociais e Fiscalização de Atos Administrativos em Geral
	Criminal
	Consumidor e Ordem Econômica
	Meio Ambiente e Patrimônio Cultural
	Combate à Corrupção
	Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais
	Controle Externo da Atividade Policial e Sistema Prisional
	Direitos do Cidadão
	Eleitoral
	Cooperação Internacional

Tabela 1 Planejamento Estratégico Institucional 2011-2020

3.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A estrutura organizacional do MPF foi determinada pelo Regimento Interno Diretivo, instituído pela Portaria PGR/MPF nº 357/2015. A figura a seguir reflete o Organograma do MPF.

A estrutura do Ministério Público Federal conta com unidades instaladas por todo o Estado brasileiro, estando presente em mais de 190 municípios. A estrutura conta com:

- Procuradoria-Geral da República (PGR);
- Procuradorias Regionais da República (PRRs);
- Procuradorias da República nos Estados e no Distrito Federal (PRs); e
- Procuradorias da República nos Municípios (PRMs).

As três primeiras são unidades administrativas de gestão. Já as PRMs são unidades administrativas vinculadas à respectiva Procuradoria da República no estado.

ORGANOGRAMA DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

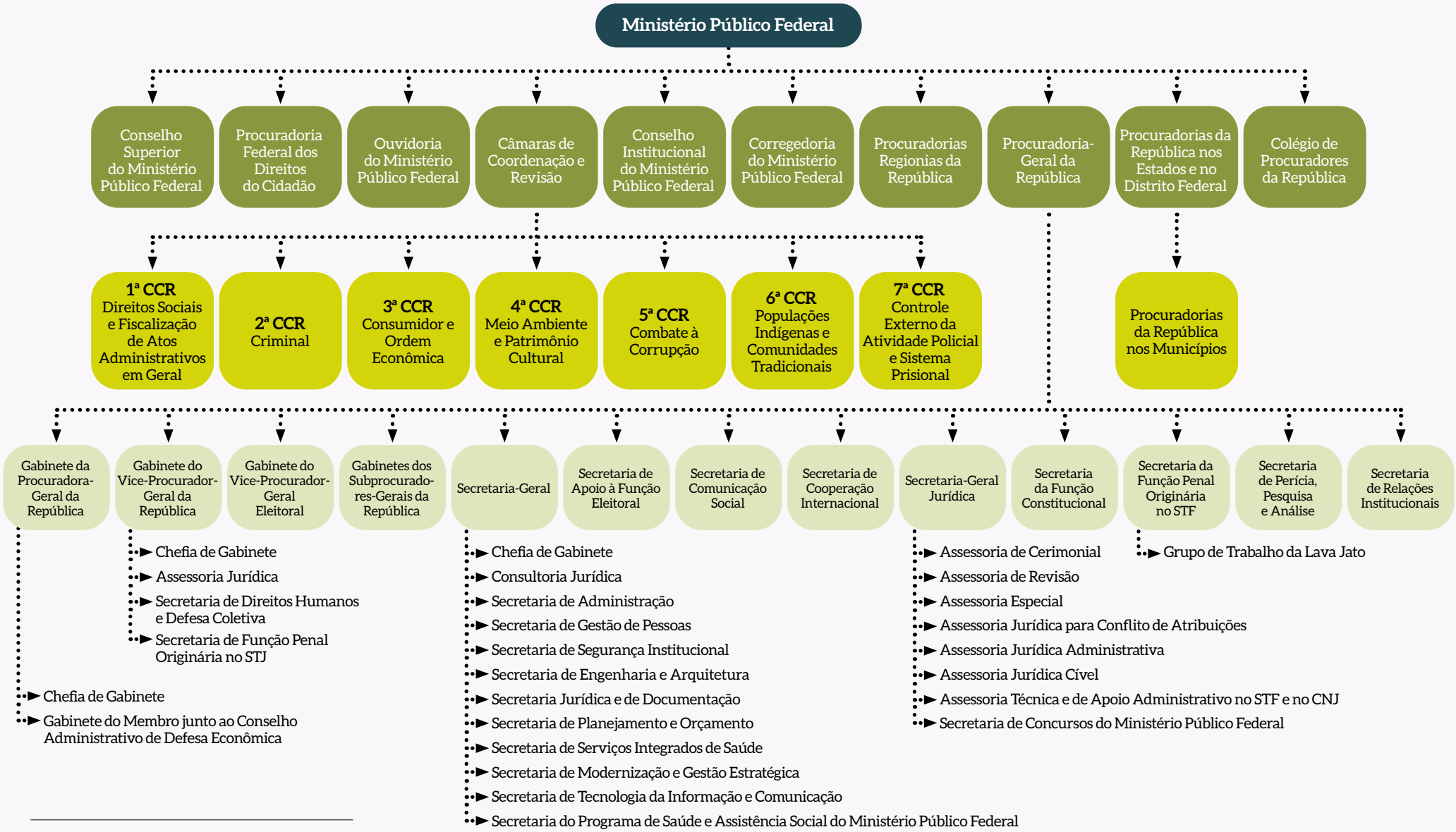


Figura 2 Organograma do Ministério Público Federal

DISTRIBUIÇÃO QUANTITATIVA DAS UNIDADES DO MPF INSTALADAS NO TERRITÓRIO NACIONAL

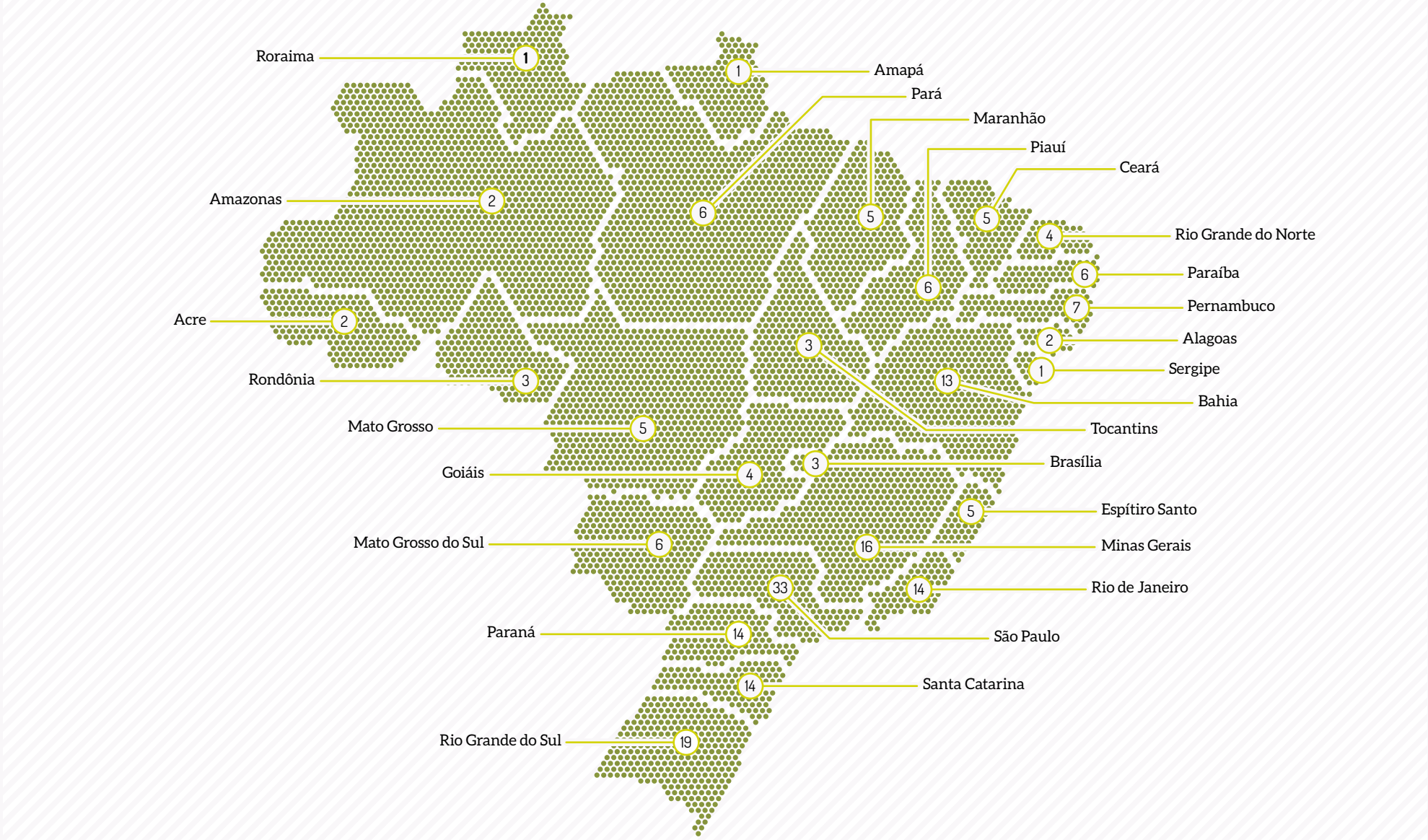


Figura 3 Distribuição quantitativa das Unidades do MPF instaladas no Território Nacional

UNIDADES DO MPF INSTALADAS

UF	LOTAÇÃO SIGLA	LOTAÇÃO
AC	PR-AC	PROCURADORIA DA REPÚBLICA - ACRE
AC	PRM-C. DO SUL	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO SUL-AC
AL	PR-AL	PROCURADORIA DA REPÚBLICA - ALAGOAS/UNIÃO DOS PALMARES
AL	PRM-ARAPIRACA	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE ARAPIRACA/S IPANEM
AM	PR-AM	PROCURADORIA DA REPÚBLICA - AMAZONAS
AM	PRM-TABATINGA	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE TABATINGA-AM
AP	PR-AP	PROCURADORIA DA REPÚBLICA - AMAPÁ
BA	PR-BA	PROCURADORIA DA REPÚBLICA - BAHIA
BA	PRM-ALAGOINHAS	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE ALAGOINHAS-BA
BA	PRM-BARREIRAS	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE BARREIRAS-BA
BA	PRM-C. FORMOSO	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE CAMPO FORMOSO-BA
BA	PRM-EUNAPOLIS	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE EUNÁPOLIS - BA
BA	PRM-FEIRA	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA-B
BA	PRM-GUANAMBI	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE GUANAMBI
BA	PRM-ILHEUS	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE ILHÉUS/ITABUNA
BA	PRM-IRECÊ	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE IRECÊ-BA
BA	PRM-JEQUIE	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE JEQUIE
BA	PRM-PAULO AFONS	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO - BA
BA	PRM-T. FREITAS	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE T. DE FREITAS-BA
BA	PRM-VIT. CONQUI	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE VIT. CONQUISTA- BA
CE	PR-CE	PROCURADORIA DA REPÚBLICA - CEARÁ/MARACANAÚ
CE	PRM-CRATEUS	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE CRATEÚS/TAUÁ-CE
CE	PRM-J. NORTE	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE J. NORTE/IGUATU-CE
CE	PRM-LIMOEIRO	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE LIMOEIRO/QUIXADÁ
CE	PRM-SOBRAL	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SOBRAL-CE
DF	PGR	PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA-PGR
DF	PR-DF	PROCURADORIA DA REPÚBLICA - DISTRITO FEDERAL
DF	PRR1ª REGIÃO	PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 1ª REGIÃO
ES	PR-ES	PROCURADORIA DA REPÚBLICA - ESPÍRITO SANTO/SERRA
ES	PRM-CACHOEIRO	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE C.DE ITAPEMIRIM-ES
ES	PRM-COLATINA-ES	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE COLATINA-ES
ES	PRM-LINHARES	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE LINHARES-ES

Tabela 2 Unidades do MPF instaladas

UNIDADES DO MPF INSTALADAS

UF	LOTAÇÃO SIGLA	LOTAÇÃO
ES	PRM-S.MATEUS	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS-ES
GO	PR-GO	PROCURADORIA DA REPÚBLICA - GOIAS/APARECIDA DE GOIÂNIA
GO	PRM-ANAPOLIS	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS/URUAÇU-GO
GO	PRM-LUZIANIA	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE LUZIÂNIA/FORMOSA-G
GO	PRM-RIO VERDE	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE RIO VERDE/JATAÍ-GO
MA	PR-MA	PROCURADORIA DA REPÚBLICA - MARANHÃO
MA	PRM-BACABAL	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE BACABAL-MA
MA	PRM-BALSAS	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE BALSAS-MA
MA	PRM-CAXIAS	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE CAXIAS-MA
MA	PRM-IMPERATRIZ	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ-MA
MG	PR-MG	PROCURADORIA DA REPÚBLICA - MINAS GERAIS
MG	PRM-DIVINÓPOLIS	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE DIVINÓPOLIS-MG
MG	PRM-GOV VALADAR	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE GOV. VALADARES-MG
MG	PRM-IPATINGA	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE IPATINGA-MG
MG	PRM-JUIZ FORA	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA-MG
MG	PRM-M. CLAROS	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS-MG
MG	PRM-MANHUAÇU	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE MANHUAÇU/MURIAÉ-MG
MG	PRM-P. ALEGRE	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE-MG
MG	PRM-P. MINAS/MG	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS-MG
MG	PRM-PASSOS	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE PASSOS/S.S.PARAISO
MG	PRM-S.J.DEL REI	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUN DE SÃO JOÃO DEL REI/LAVRAS
MG	PRM-SETE LAGOAS	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SETE LAGOAS-MG
MG	PRM-TEOF. OTONI	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE TEÓFILO OTONI-MG
MG	PRM-UBERABA	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE UBERABA-MG
MG	PRM-UBERLANDIA	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA-MG
MG	PRM-VARGINHA	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE VARGINHA-MG
MS	PR-MS	PROCURADORIA DA REPÚBLICA - MATO GROSSO DO SUL
MS	PRM-CORUMBA	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE CORUMBÁ-MS
MS	PRM-DOURADOS	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE DOURADOS-MS
MS	PRM-NAVIRAÍ	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE NAVIRAÍ-MS
MS	PRM-PONTA PORA	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE P. PORA/BELA VISTA
MS	PRM-TRES LAGOAS	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE TRÊS LAGOAS-MS
MT	PR-MT	PROCURADORIA DA REPÚBLICA - MATO GROSSO/DIAMANTINO
MT	PRM-B.DO GARÇAS	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS-MT

UNIDADES DO MPF INSTALADAS

UF	LOTAÇÃO SIGLA	LOTAÇÃO
MT	PRM-CACERES	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE CÁCERES-MT
MT	PRM-RONDONOPOLI	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE RONDONÓPOLIS-MT
MT	PRM-SINOP	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SINOP-MT
PA	PR-PA	PROCURADORIA DA REPÚBLICA - PARA/CASTANHAL
PA	PRM-ALTAMIRA-PA	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE ALTAMIRA-PA
PA	PRM-MARABA	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE MARABÁ-PA
PA	PRM-PARAGOMINAS	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE PARAGOMINAS-PA
PA	PRM-REDENÇÃO	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO-PA
PA	PRM-SANTAREM	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA
PB	PR-PB	PROCURADORIA DA REPÚBLICA - PARAIBA
PB	PRM-C.GRANDE	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE-PB
PB	PRM-GUARABIRA	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE GUARABIRA-PB
PB	PRM-MONTEIRO	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE MONTEIRO-PB
PB	PRM-PATOS/PB	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE PATOS-PB
PB	PRM-SOUSA	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SOUSA-PB
PE	PR-PE	PROCURADORIA DA REPÚBLICA - PERNAMBUCO
PE	PRM-CARUARU	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE CARUARU-PE
PE	PRM-GARANHUNS	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE GARANHUNS/ARCOV.
PE	PRM-PETROLINA	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE PETROLINA/JUAZEIRO
PE	PRM-S. TALHADA	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SERRA TALHADA-PE
PE	PRM-SALGUEIRO	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SALGUEIRO/OURICURI
PE	PRR5ª REGIÃO	PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 5ª REGIÃO
PI	PR-PI	PROCURADORIA DA REPÚBLICA - PIAUI
PI	PRM-CORRENTE	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE CORRENTE-PI
PI	PRM-FLORIANO	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE FLORIANO-PI
PI	PRM-PARNAIBA	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE PARNAIBA-PI
PI	PRM-PICOS-PI	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE PICOS-PI
PI	PRM-S.R.NONATO	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SÃO RAIMUN. NONATO
PR	PR-PR	PROCURADORIA DA REPÚBLICA - PARANA
PR	PRM-C. MOURAO	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO-PR
PR	PRM-CASCAVEL	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL/TOLEDO-PR
PR	PRM-F.BELTRAO	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO
PR	PRM-FOZ	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUACU-PR
PR	PRM-GUARAPUAVA	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA-PR

UNIDADES DO MPF INSTALADAS

UF	LOTAÇÃO SIGLA	LOTAÇÃO
PR	PRM-GUAÍRA	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE GUAÍRA-PR
PR	PRM-LONDRINA	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE LONDRINA-PR
PR	PRM-MARINGA	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE MARINGA-PR
PR	PRM-P.GROSSA	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA-PR
PR	PRM-PARANAVAI	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE PARANAVAI-PR
PR	PRM-PATO BCO	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE PATO BRANCO-PR
PR	PRM-UMUARAMA	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE UMUARAMA-PR
PR	PRM-UNIÃO VIT	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA
RJ	PR-RJ	PROCURADORIA DA REPÚBLICA - RIO DE JANEIRO
RJ	PRM-ANGRA REIS	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS-RJ
RJ	PRM-CAMPOS	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE CAMPOS-RJ
RJ	PRM-ITAPERUNA	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE ITAPERUNA-RJ
RJ	PRM-MACAE	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE MACAE-RJ
RJ	PRM-N.FRIBURGO	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE N.FRIBURGO/TERESÓP
RJ	PRM-NITEROI	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE NITEROI-RJ
RJ	PRM-PETROPOLIS	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE PETROPOLIS/TRES RI
RJ	PRM-RESENDE-RJ	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE RESENDE-RJ
RJ	PRM-S.GONÇALO	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE S.GONÇ/ITABOR/MAGE
RJ	PRM-S.J. MERITI	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO SJMERITI/N.IGUA/D.CAX
RJ	PRM-S.P.ALDEIA	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE S PEDRO DA ALDEIA
RJ	PRM-V.REDONDA	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE V.REDONDA/B.PIRAÍ
RJ	PRR2ª REGIÃO	PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 2ª REGIÃO
RN	PR-RN	PROCURADORIA DA REPÚBLICA - RIO GRANDE DO NORTE/CEARÁ-MIRIM
RN	PRM-CAICÓ-RN	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE CAICÓ-RN
RN	PRM-MOSSORO	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE MOSSORO-RN
RN	PRM-PAU FERROS	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE PAU DOS FERROS-RN
RO	PR-RO	PROCURADORIA DA REPÚBLICA - RONDONIA
RO	PRM-JI PARANÁ	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ-RO
RO	PRM-VILHENA	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE VILHENA-RO
RR	PR-RR	PROCURADORIA DA REPÚBLICA - RORAIMA
RS	PR-RS	PROCURADORIA DA REPÚBLICA - RIO GRANDE DO SUL
RS	PRM-B.GONCALVES	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE BENTO GONCALVES-RS
RS	PRM-BAGE	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE BAGE-RS
RS	PRM-C. DA CANOA	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE CAPÃO DA CANOA-RS

UNIDADES DO MPF INSTALADAS

UF	LOTAÇÃO SIGLA	LOTAÇÃO
RS	PRM-CAXIAS SUL	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL-RS
RS	PRM-CRUZ ALTA	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE CRUZ ALTA-RS
RS	PRM-ERECHIM/P.M	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE ERECHIM/PALMEIRA D
RS	PRM-LAJEADO	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE LAJEADO-RS
RS	PRM-N.HAMBURGO	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE NOVO HAMBURGO-RS
RS	PRM-P.FUNDO	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE P.FUNDO/CARAZINHO
RS	PRM-PELOTAS-RS	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE PELOTAS-RS
RS	PRM-R.GRANDE	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE RIO GRANDE-RS
RS	PRM-S.ANGELO	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTO ANGELO-RS
RS	PRM-S.LIVRAMENT	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE S.DO LIVRAMENTO-RS
RS	PRM-S.MARIA	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE S.MARIA/SANTIAGO
RS	PRM-SANTA ROSA	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA-RS
RS	PRM-STA CRUZ SU	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO STA CRUZ DO SUL/CS
RS	PRM-URUGUAIANA	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE URUGUAIANA-RS
RS	PRR4ª REGIÃO	PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 4ª REGIÃO
SC	PR-SC	PROCURADORIA DA REPÚBLICA - SANTA CATARINA
SC	PRM-BLUMENAU	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU-SC
SC	PRM-CAÇADOR	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE CAÇADOR-SC
SC	PRM-CHAPECO	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ-SC
SC	PRM-CRICIUMA	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE CRICIUMA-SC
SC	PRM-ITAJAI	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE ITAJAI/BRUSQUE
SC	PRM-JARAGUAS	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE JARAGUA DO SUL
SC	PRM-JOINVILLE	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE JOINVILLE-SC
SC	PRM-LAGES	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE LAGES-SC
SC	PRM-MAFRA	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE MAFRA-SC
SC	PRM-S.MIGUEL	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE S. MIGUEL DO OESTE
SC	PRM-TUBARAO	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE TUBARAO/LAGUNA
SE	PR-SE	PROCURADORIA DA REPÚBLICA - SERGIPE/ESTANCIA/ITABAIANA
SP	PR-SP	PROCURADORIA DA REPÚBLICA - SÃO PAULO
SP	PRM-ANDRADINA	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE ANDRADINA-SP
SP	PRM-ARACATUBA	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE ARACATUBA-SP
SP	PRM-ARARAQUARA	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA-SP
SP	PRM-ASSIS	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE ASSIS-SP
SP	PRM-BAURU	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE BAURU/AVARE/BOTUCA

UNIDADES DO MPF INSTALADAS

UF	LOTAÇÃO SIGLA	LOTAÇÃO
SP	PRM-BRAGANÇA	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE BRAG. PAULISTA-SP
SP	PRM-CAMPINAS	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE CAMPINAS-SP
SP	PRM-CARAGUATA	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE CARAGUATATUBA-SP
SP	PRM-FRANCA	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE FRANCA-SP
SP	PRM-GUARATIN	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE GUARATING/CRUZEIRO
SP	PRM-GUARULHOS	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE GUARULHOS/MOGI
SP	PRM-ITAPEVA	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE ITAPEVA-SP
SP	PRM-JALES	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE JALES-SP
SP	PRM-JAU	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE JAU-SP
SP	PRM-JUNDIAI	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE JUNDIAI-SP
SP	PRM-MARÍLIA	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE MARÍLIA/TUPÃ/LINS
SP	PRM-OSASCO	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO-SP
SP	PRM-OURINHOS	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OURINHOS-SP
SP	PRM-P.PRUDENTE	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE PRES. PRUDENTE-SP
SP	PRM-PIRACICABA	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE PIRACICABA/AMERICA
SP	PRM-R.PRETO	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE RIBEIRAO PRETO-SP
SP	PRM-REGISTRO	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE REGISTRO-SP
SP	PRM-S.BERNARDO	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SBCAMPO/S.AND/MAUA
SP	PRM-S.CARLOS	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SAO CARLOS-SP
SP	PRM-S.J.B.VISTA	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO SAO JOAO BOA VISTA-SP
SP	PRM-S.J.CAMP	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO S.JOSE DOS CAMPOS -SP
SP	PRM-S.J.R.PRETO	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO S.J.DO R.PRETO/CATAND
SP	PRM-SANTOS	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTOS-SP
SP	PRM-SOROCABA	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SOROCABA-SP
SP	PRM-TAUBATE	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE TAUBATE-SP
SP	PRR3ª REGIÃO	PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 3ª REGIÃO
SP	PRT-15ª CAMPINA	PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO EM CAMPINAS/SP
TO	PR-TO	PROCURADORIA DA REPÚBLICA - TOCANTINS
TO	PRM-ARAGUAINA	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE ARAGUAINA-TO
TO	PRM-GURUPI	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE GURUPI-TO

3.3 AMBIENTE EXTERNO

Atento à necessidade de ampliar o relacionamento com a sociedade; reduzir o tempo de espera por respostas; ampliar os canais de acesso; e intensificar as frentes de atuação, o MPF buscou, ao longo de 2019, avançar no cumprimento do Planejamento Estratégico Institucional (PEI 2011-2020). Cabe ressaltar que, na perspectiva Sociedade, o PEI apresenta os seguintes objetivos: proteção ao regime democrático e promoção dos direitos fundamentais; combate à criminalidade e à corrupção; atuação preventiva; aproximação com o cidadão; e trabalho em grupo de parcerias.

As frentes de atuação para o alcance das metas e objetivos foram várias, a começar por manifestações firmes e pela propositura de ações perante os Tribunais Superiores e demais instâncias judiciais tendo como objeto a manutenção ou a conquista de garantias fundamentais para o país. Nesse contexto, é possível destacar, como exemplo, a defesa para que o Supremo Tribunal Federal mantivesse o entendimento de que é legal e constitucional o compartilhamento de informações do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), com órgãos de fiscalização, como o Ministério Público.

Outra atuação que demandou grandes esforços institucionais ao longo de 2019 foi a defesa perante o STF da possibilidade de cumprimento imediato de decisões criminais condenatórias tomadas em segunda instância. Com a decisão da Suprema Corte que condicionou a execução ao trânsito em julgado das sentenças, o MPF passou a defender excepcionalidades para o cumprimento imediato, como é o caso decorrente de julgamentos pelo Tribunal do Júri. Ainda no campo da defesa da sociedade a partir do combate à corrupção, o MPF defendeu a legalidade do chamado prazo comum para a defesa tanto de réus colaboradores quanto de delatados. Também defendeu a modulação dos efeitos da decisão para que o novo precedente gerasse efeito apenas futuro, não alcançando decisões já proferidas.

Na seara de parcerias e da atuação preventiva, houve grande esforço, que se intensificou, sobretudo a partir do mês de setembro, no sentido de se garantir um trabalho integrado com órgãos como Tribunal de Contas da União (TCU), Controladoria-Geral da União (CGU), Receita Federal, Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), entre outros. Nessa esteira, foram firmados termos de cooperação em diversas áreas, como a de transportes em vários modais e agricultura.

TRIBUNAIS SUPERIORES

Foto 1 Compartilhamento de dados do Coaf com órgãos de investigação

3.3.1. COMPARTILHAMENTO DE DADOS DO COAF COM ÓRGÃOS DE INVESTIGAÇÃO

Em novembro de 2019, após atuação firme do procurador-geral da República, Augusto Aras, o Supremo Tribunal Federal decidiu pela legalidade de compartilhamento de dados do Coaf com órgãos de fiscalização, como o Ministério Público, independentemente de decisão judicial. A decisão foi tomada no âmbito do Recurso Extraordinário nº 1.055.941, de São Paulo, que teve repercussão geral reconhecida pela Suprema Corte. Durante o período em que o compartilhamento ficou suspenso – por força de liminar –, apenas no MPF 935 investigações tiveram o andamento comprometido. Augusto Aras defendeu a manutenção do compartilhamento em memoriais e em sustentação oral durante o julgamento.

http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/pgr-reitera-necessidade-de-manter-compartilhamento-de-relatorios-da-uif-para-garantir-persecucao-penal

DIA INTERNACIONAL DE COMBATE À CORRUPÇÃO

Foto 2 Evento realizado na PGR marcou o Dia Internacional de Combate à Corrupção.

3.3.2. ESTRATÉGIAS PARA O COMBATE À CORRUPÇÃO E À LAVAGEM DE DINHEIRO

Um grande evento realizado na Procuradoria-Geral da República marcou o Dia Internacional de Combate à Corrupção, celebrado em 9 de dezembro. Na oportunidade, foram definidos estratégias e instrumentos para o enfrentamento ao crime, que ainda se repete de forma frequente no país, retirando recursos que deveriam financiar serviços públicos, como saúde, educação, habitação e segurança. Ao discursar na abertura do seminário, o procurador-geral da República, Augusto Aras, destacou que a melhor forma de combater a corrupção é fortalecer a cultura da integridade. O debate foi realizado pela Câmara de Combate à Corrupção do MPF (5ª CCR).

http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/dia-internacional-de-combate-a-corrupcao-em-seminario-mpf-debate-estrategias-e-instrumentos-de-atuacao-para-enfrentar-o-crime

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Foto 3 Execução imediata de sentenças do Tribunal do Júri

3.3.3. EXECUÇÃO IMEDIATA DE SENTENÇAS DO TRIBUNAL DO JÚRI

Com o objetivo de evitar a impunidade, o procurador-geral da República, Augusto Aras, defendeu no Supremo Tribunal Federal (STF) que o cumprimento da pena aplicada pelo Tribunal do Júri deve ser imediato, independentemente da quantidade de anos a que foi condenado o réu. O PGR lembra que a Constituição Federal, em seu art. 5º, prevê expressamente a competência do Tribunal do Júri para o julgamento de crimes dolosos contra a vida, e assegura a soberania dos seus veredictos. Em 2017, o país registrou 65.602 homicídios. Levantamento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) revelou que em 2012, por exemplo, 78% dos crimes contra a vida foram arquivados pela impossibilidade de se chegar aos autores. Além disso, em relação aos processos instaurados, os sucessivos recursos atrasam as eventuais punições. Apenas no Superior Tribunal de Justiça (STJ), 3.502 processos relativos a crimes contra a vida estão pendentes de julgamento.

MP BRASILEIRO E DOS TRIBUNAIS DE CONTAS

Foto 4 Atuação preventiva do MP brasileiro e dos Tribunais de Contas

3.3.4. ATUAÇÃO PREVENTIVA DO MP BRASILEIRO E DOS TRIBUNAIS DE CONTAS

A importância e a disposição do MPF para atuar de forma preventiva pode ser comprovada pela realização de evento entre o procurador-geral da República, Augusto Aras, e os presidentes dos Tribunais de Contas dos 26 estados brasileiros, do Distrito Federal e de alguns municípios. O encontro, ocorrido na sede da Procuradoria-Geral da República, serviu para estreitar os laços institucionais e alinhar estratégias conjuntas de atuação voltadas ao avanço socioeconômico do Brasil. De acordo com o PGR, as instituições de controle e fiscalização, como o MP e os Tribunais de Contas, devem atuar de modo preventivo, identificando precocemente os maus gestores, sem prejudicar as obras em curso no país.

http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/em-reuniao-com-presidentes-de-tribunais-de-contas-pgr-pede-reforco-da-atuacao-preventiva-do-mp-e-tcs

CRIAÇÃO DA PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 6ª REGIÃO

Foto 5 Criação da Procuradoria Regional da República da 6ª Região, em MG

3.3.5. PL PARA CRIAÇÃO DA PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 6ª REGIÃO, EM MG

A possibilidade de ampliar a prestação jurisdicional à população de Minas Gerais – um dos estados mais populosos e importante do país – teve um grande passo efetivado em 2019, com o envio de projeto de lei que cria a Procuradoria Regional da República da 6ª Região (PRR6), com sede na cidade de Belo Horizonte. Pela proposta, a unidade terá a atribuição para atuar em todo o estado de Minas Gerais no âmbito do Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6), cuja proposta de lei para a criação foi aprovada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) em 11 de setembro de 2019.

O projeto é assinado pelo procurador-geral da República, Augusto Aras, que, em virtude das limitações impostas pela Emenda Constitucional 95/2016, propôs a criação de uma estrutura mínima para o desenvolvimento do trabalho.

http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/pgr-envia-ao-congresso-projeto-de-lei-para-criacao-da-procuradoria-regional-da-republica-da-6a-regiao-em-mg

FORTALECIMENTO DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Foto 6 Fortalecimento da cooperação internacionals

NOMEAÇÃO DE NOVOS MEMBROS DO MP

Foto 7 Nomeação de novos membros do MP

3.3.6. FORTALECIMENTO DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

A participação e ampliação da presença do MPF em redes de cooperação internacional foi uma das prioridades institucionais ao longo de 2019. A título de exemplo, é possível citar a Rede Recuperação de Ativos (Raag-Gafilat), a Associação Iberoamericana de Ministérios Públicos (Aiamp), entre outras. A presença de integrantes do MPF em eventos como a Reunião Especializada de Ministérios Públicos do Mercosul (REMPM) e a Reunião dos Pontos de Contato da Rede de Procuradores Antidrogas da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (RPACPLP), em Lisboa, Portugal, em dezembro de 2019, são prova da importância do tema para a Instituição.

Ao discursar na 27ª Assembleia Geral Ordinária da Aiamp, realizada em Assunção, Paraguai, o procurador-geral da República, Augusto Aras, defendeu o fortalecimento e a maior integração dos Ministérios Públicos que compõem a entidade, bem como dos mecanismos de cooperação jurídica internacional para tornar mais efetivo o combate à criminalidade transnacional e a concretização dos direitos fundamentais.

http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/pgr-defende-fortalecimento-e-integracao-de-mps-ibero-americanos-em-primeira-participacao-em-assembleia-da-aiamp

Em outra frente, tem sido intensificado o trabalho para agilizar manifestações em processos de extradição, com o propósito de garantir o efetivo cumprimento de eventuais penas, bem como a recuperação de valores desviados ou frutos da prática de crimes transnacionais. Nesse sentido, a criação de equipes conjuntas de investigação tem sido um importante instrumento para assegurar respostas à sociedade. Atualmente, o Brasil tem acordo para manter equipes conjuntas de investigação com Paraguai e Itália.

3.3.7. NOMEAÇÃO DE NOVOS MEMBROS DO MPF

Com o propósito de ampliar o atendimento à população assistida pela Instituição, ao longo de 2019 o MPF empossou 18 novos procuradores da República e 94 servidores efetivos. No caso dos membros, eles foram lotados em procuradorias de municípios como Cáceres (MT), Irecê (BA), Vilhena (RO), Altamira (PA), Araguaína (TO), Redenção (PA), Pau dos Ferros (RN), São Raimundo Nonato (PI), Tabatinga (AM) e Corrente (PI). Os novos membros do MPF ocuparam ofícios que estavam vagos ou que eram ocupados por procuradores que foram removidos. A recomposição do quadro de membros e servi-

dores é prioridade para assegurar o atendimento à população que vive principalmente em locais mais distantes dos grandes centros urbanos.

http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/mpf-nomeia-17-aprovados-no-29o-concurso-publico-de-procuradores-da-republica

3.3.8. APRESENTAÇÃO DE DENÚNCIAS E INSTAURAÇÃO DE INVESTIGAÇÕES

Ainda no âmbito criminal, o MPF tem tido postura firme no sentido de assegurar a continuidade de investigações em curso, bem como de instaurar novas frentes para apurar indícios de crime. Ao longo de 2019, a Instituição levou à Justiça Federal – considerando todas as instâncias – 24.387 denúncias. No período, foram propostas 4.611 ações civis públicas, sendo 1.299 por improbidade administrativa de agentes públicos. Merecem destaque o fechamento de acordos de colaboração premiada em que investigados se comprometem a devolver valores desviados, pagar multas, além de cumprir penas privativas de liberdade, bem como o acompanhamento do cumprimento das cláusulas acertadas nos acordos. Em relação à abertura de novas frentes de investigação, destacam-se requerimentos para apurar desvios de recursos públicos em todas as áreas e esferas do Poder Público, com ênfase na apuração de irregularidades na esfera do Judiciário. Atualmente, há procedimentos em curso envolvendo pelo menos sete estados da Federação. Entre os alvos estão magistrados e integrantes de cortes de contas acusados de integrar esquemas de venda de decisões.

http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/operacao-faroeste-pgr-denuncia-15-envolvidos-no-esquema-criminoso-que-incluia-venda-de-decisoes-no-tj-da-bahia

3.4 MODELO DE NEGÓCIO

O MPF atua, em regra, por meio de processos judiciais e procedimentos extrajudiciais, em primeira, segunda e terceira instância, respectivamente, por meio das Procuradorias da República nos Estados e nos Municípios, Procuradorias Regionais da República e Procuradoria-Geral da República. No Portal da Transparência, pode ser acessado o Mapa da Atuação do MPF de forma interativa.

As diretrizes de atuação do MPF são estabelecidas pelas Câmaras de Coordenação e Revisão (CCRs), órgãos colegiados organizados por função ou matéria, com responsabilidade de coordenação, integração e revisão do exercício funcional dos membros da Instituição. As competências das CCRs estão descritas no art. 62 da LC nº 75/1993.

Os macroprocessos finalísticos correspondem aos grandes conjuntos de processos de trabalho pelos quais o MPF cumpre a sua missão e cuja operação tem impactos significativos na forma de funcionamento da Instituição. O macroprocesso finalístico do MPF é o de defesa dos interesses da sociedade. Os subprocessos finalísticos, por sua vez, são os previstos na Cadeia de Valor do MPF.

Em outubro de 2014, o MPF deu início ao Projeto de Modernização dos Gabinetes (Mogab). Nesse momento, houve a construção da Cadeia de Valor dos Ofícios do MPF (clique para assistir ao vídeo explicativo), que organiza as atividades executadas nos gabinetes para geração de valor com foco na eficiência e efetividade da atuação dos membros. A Cadeia de Valor apresenta um modelo de negócio que direciona os esforços institucionais para os resultados esperados do MPF. As interações com o gabinete estão organizadas em dois tipos: processos transversais da área-fim (ex.: CCRs) e processos transversais da área-meio (ex.: suporte tecnológico e treinamento). Por meio desses processos, são geradas interações que criam uma cultura colaborativa, auxiliando o alcance dos resultados esperados.

O acompanhamento aplicado à realidade do MPF se traduz, principalmente, na correição de competência da Corregedoria – que é o órgão capaz de interagir com todo o ciclo da Cadeia de Valor do MPF.

3.5 MODERNIZAÇÃO DOS GABINETES (MOGAB)

A modernização da atuação finalística do Ministério Público Federal perpassa pela construção de novos modelos de organização do trabalho, adaptados às inovações tecnológicas e às necessidades da sociedade, com foco em especialização de equipes por temática, atuação por projetos e compartilhamento de equipes.

O projeto tem por objetivo criar modelos de atuação flexíveis, que descentralizem processos ou padronizem atividades, com vista a ganhos de eficiência e entrega de valor à sociedade, por meio da especialização temática, da maior flexibilidade na execução das rotinas e do compartilhamento de recursos.

Clique aqui para conhecer todos os modelos de organização de trabalho e o escopo proposto para cada um deles na página da Gestão Estratégica.

CADEIA DE VALOR DOS OFÍCIOS

Figura 4 Cadeia de valor dos ofícios

4 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA

MAPA ESTRATÉGICO DO MPF

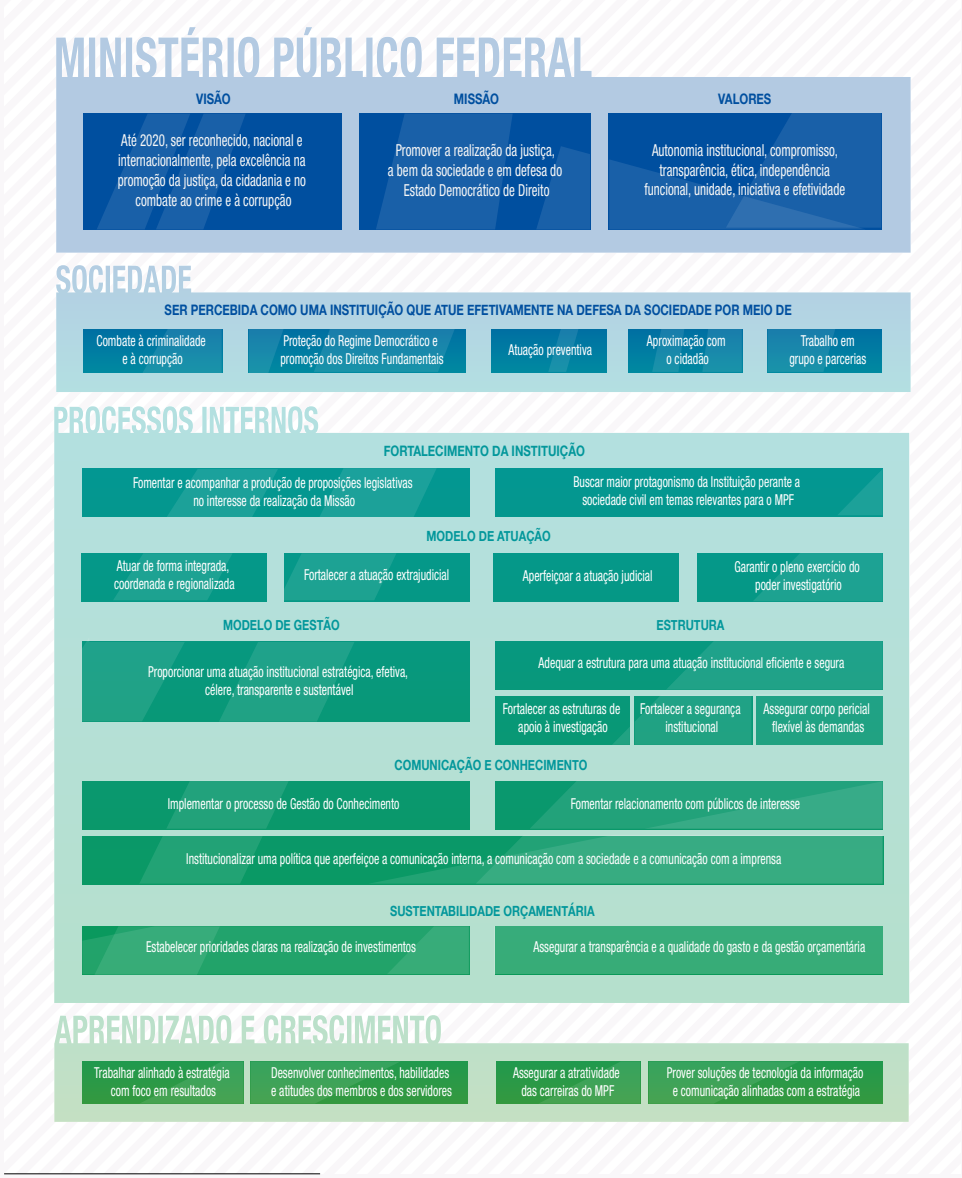


Figura 5 Mapa Estratégico do MPF

4.1 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O 1º Planejamento Estratégico Institucional 2011–2020 do Ministério Público Federal (PEI 2011–2020) foi construído por meio de debate entre membros e servidores de todas as unidades do país. O processo de elaboração contemplou, ainda, consultas públicas presenciais com a sociedade civil, nas várias esferas de atuação do MPF – Procuradorias da República, Procuradorias Regionais da República, Procuradoria-Geral da República. Foram 10 meses de trabalho, em que foram construídos a missão, a visão, os valores e os objetivos estratégicos do MPF.

O Mapa Estratégico do MPF, representação gráfica do Planejamento Estratégico Institucional 2011-2020, é composto por 25 objetivos estratégicos, construídos com base na metodologia Balanced Scorecard (BSC), a qual traduz a estratégia por meio de indicadores, projetos e iniciativas, separados em perspectivas adaptadas: Aprendizado e Crescimento; Processos Internos; e Sociedade.

4.1.1. INDICADORES ESTRATÉGICOS

Para viabilizar o controle dos objetivos estratégicos do PEI 2011–2020, foram definidos indicadores e metas que mensuram o desenvolvimento da estratégia no MPF.

Os 37 indicadores estratégicos do MPF e a vinculação correspondente aos objetivos estratégicos constam na tabela 3.

As informações detalhadas sobre cada indicador, bem como forma de medição, metas e dados aferidos estão disponíveis no sítio da Gestão Estratégica.

4.2 GOVERNANÇA

A Governança no MPF visa, por meio de mecanismos de direção, monitoramento, avaliação, interação entre os colaboradores do órgão, definição das lideranças e estabelecimento de responsabilidades, gerar resultados efetivos ao órgão, possibilitando o alinhamento das ações ao Planejamento Estratégico Institucional, subsidiando a tomada de decisão da alta administração.

INDICADORES ESTRATÉGICOS DO MPF

PERSPECTIVA	OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR ESTRATÉGICO
APRENDIZADO E CRESCIMENTO	OE1 – Trabalhar alinhado à estratégia com foco em resultados	Implantação do Planejamento Estratégico
		Cumprimento da Estratégia
	OE2 – Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes dos membros e dos servidores	Capacitação Estratégica
	OE3 – Assegurar a atratividade das carreiras do MPF	Rotatividade de membros (evasão)
		Rotatividade de servidores (evasão)
		Satisfação institucional (membros)
		Satisfação institucional (servidores)
	OE4 – Prover soluções de tecnologia da informação e comunicação alinhadas com a estratégia	Planejamento Estratégico de TI
PROCESSOS INTERNOS	OE5 – Assegurar a transparência e a qualidade do gasto e da gestão orçamentária	Cumprimento da LOA
	OE6 – Estabelecer prioridades claras na realização de investimentos	Planejamento orçamentário
	OE7 – Institucionalizar uma política que aperfeiçoe a comunicação interna, a comunicação com a sociedade e a comunicação com a imprensa	Repercussão na mídia
		Comunicação interna
	OE10 – Proporcionar uma atuação institucional estratégica, efetiva, célere, transparente e sustentável	Gestão ambiental
		Transparência
	OE11 – Fortalecer as estruturas de apoio à investigação	Apoio de pesquisa e análise à investigação
	OE12 – Fortalecer a segurança institucional	Segurança institucional
	OE13 – Assegurar corpo pericial flexível às demandas	Demandas periciais reprimidas
	OE14 – Adequar a estrutura para uma atuação institucional eficiente e segura	Acessibilidade
		Quantitativo de membros
		Quantitativo de servidores
	OE15 – Atuar de forma integrada, coordenada e regionalizada	Quantitativo de enunciados publicados pelas Câmaras de Coordenação e Revisão (CCRs)
	OE16 – Fortalecer a atuação extrajudicial	Arquivamento definitivo
		Cumprimento de recomendações
		Quantidade de termos de ajustamento de condutas (TACs)
		Prescrição de procedimentos extrajudiciais
	OE17 – Aperfeiçoar a atuação judicial	Favorabilidade no ajuizamento de ações
		Favorabilidade das ações judiciais
		Favorabilidade das ações de improbidade
		Favorabilidade das ações criminais
		Favorabilidade das ações cíveis/tutela
		Favorabilidade das ações eleitorais
		Prescrição em processos judiciais
	OE19 – Fomentar e acompanhar a produção e discussão de proposições legislativas no interesse da realização da Missão	Participação legislativa

INDICADORES ESTRATÉGICOS DO MPF

PERSPECTIVA	OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR ESTRATÉGICO
SOCIEDADE	OE21 – Combate à criminalidade e à corrupção	Ressarcimento de danos monetários
		Quantitativo de condenações
	OE24 – Aproximação com o cidadão	Percepção de imagem do MPF
		Proximidade física com o cidadão

Tabela 3 Indicadores Estratégicos do MPF

O Sistema Integrado de Gestão Estratégica (Sige), criado em 2011, é o modelo de governança adotado pelo MPF. É um modelo de gestão participativa, no qual as tomadas de decisão ocorrem de maneira colegiada. É formado por 1 comitê e 8 subcomitês e atualmente possui a seguinte estrutura conforme figura 6.

Comitê de Gestão Estratégica (CGE): aprecia diversas matérias de relevância estratégica. Composição: PGR; vice-PGR; vice-PGE; corregedor-geral; coordenadores das CCRs; PFDC; ouvidor-geral e SG.

Subcomitê de Gestão Administrativa (SGA): promove o alinhamento e a convergência entre o Planejamento Estratégico e os planejamentos temáticos e fomenta o desenvolvimento das unidades do MPF. Composição: procuradores-chefes e secretário-geral.

Subcomitê de Projetos Finalísticos (SPF): analisa e emite pareceres sobre propostas de novos projetos e solicitações de mudanças dos projetos finalísticos. Composição: um membro indicado pelo PGR; quatro membros ou servidores indicados pelo CGE; e dois membros indicados pelo SGA.

Subcomitê de Comunicação Social (Sicom): propõe ao CGE políticas nacionais, regionais e locais relacionadas à comunicação social e ao planejamento anual. Composição: um membro indicado pelo PGR; quatro membros ou servidores indicados pelo CGE; um membro indicado pelo SGA; e o secretário de Comunicação Social.

Subcomitê Consultivo de Projetos (SCP): analisa, faz a priorização e emite pareceres sobre propostas de novos projetos e solicitações de mudanças de projetos administrativos e finalísticos. Composição: secretários nacionais e subsecretário da CVE (Central de Viagens e Eventos).

SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO ESTRATÉGICA (SIGE)

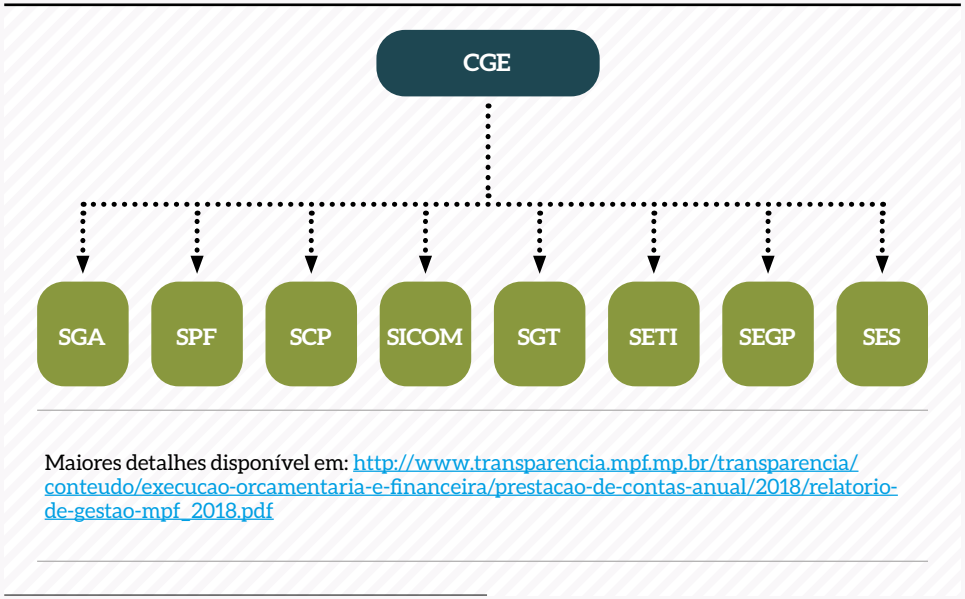


Figura 6 Sistema Integrado de Gestão Estratégica (SIGE)

Subcomitê Gestor de Tabelas (SGT): propõe a atualização das tabelas unificadas em conformidades com a taxonomia adotada pelo MP; promove e acompanha o processo de integração das tabelas de órgãos externos com o MP. Composição: um membro indicado pelo PGR; quatro membros ou servidores indicados pelo CGE; um membro indicado pelo SGA; secretário Jurídico e de Documentação.

Subcomitê Estratégico de Tecnologia da Informação (Seti): propõe políticas e diretrizes da tecnologia da informação alinhadas aos objetivos estratégicos. Composição: um membro indicado pelo PGR; um membro indicado pelo Conselho Superior do Ministério Público Federal; um membro indicado pelo corregedor-geral; quatro membros ou servidores indicados pelo CGE; um membro indicado pelo SGA; secretário-geral; secretário nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação; secretário de Perícia, Pesquisa e Análise.

Subcomitê Estratégico de Gestão de Pessoas (SEGP): propõe políticas e diretrizes, estimula a implantação de melhores práticas e promove a integração de gestão de pessoas com outros processos de gestão do MPF. Composição: um membro indicado pelo PGR; quatro membros ou servidores indicados pelo CGE; um membro indicado pelo SGA; secretários de Gestão de Pessoas e de Serviços Integrados de Saúde.

Subcomitê Estratégico de Segurança Institucional (SES): promove o direcionamento das ações de segurança do MPF. Composição: um membro indicado pelo PGR; três membros indicados pelo CGE; três servidores com função de segurança institucional indicados pelo SGA; secretários: de Perícia, Pesquisa e Análise, de Segurança Institucional, de Administração, de Comunicação Social, de Engenharia e Arquitetura, de Gestão de Pessoas, Jurídico e de Documentação, de TIC.

Além desses, há o Comitê Gestor de Gênero e Raça, responsável por propor e acompanhar a execução de ações que promovam a equidade de gênero e raça no âmbito do MPF. O Comitê foi criado por meio da Portaria PGR/MPF nº 108, de 17 de março de 2014, para coordenar e articular ações do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça no MPF. Ao aderir voluntariamente ao programa, o MPF assumiu o compromisso de estimular e assegurar igualdade de oportunidades e tratamento entre homens e mulheres, sem discriminação de gênero e raça.

Há, ainda, a governança do sistema Único, instituída pela Portaria PGR/MPF nº 358, de 5 de maio de 2015, com a atribuição de promover o desenvolvimento, a manutenção e a permanente atualização do sistema de gestão documental do MPF – sistema Único, bem como ordenar e priorizar o atendimento às demandas de desenvolvimento de novas funcionalidades ou melhorias.

Nesse contexto, além de tratar aspectos gerenciais e administrativos, as instâncias de Governança do MPF buscam a articulação e a cooperação entre as áreas do Órgão, possibilitando o alinhamento estratégico de todas as ações definidas no Planejamento Estratégico Institucional 2011-2020, de modo a possibilitar a agilidade na tomada de decisão, aprimorar e adequar a gestão de pessoas, de materiais e de recursos orçamentários e financeiros às necessidades da atividade institucional, visando à melhoria dos serviços prestados à sociedade brasileira.

4.3 CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE E AS PARTES INTERESSADAS

O Portal MPF http://www.mpf.mp.br é o principal canal de comunicação da Instituição com o público externo, sendo fonte diária de consulta de jornalistas e veículos de comunicação de todo o país e também do exterior. Agrega em um mesmo ambiente diversas informações institucionais, tais como as páginas das unidades administrativas do MPF http://www.mpf.mp.br/unidades, as atuações temáticas http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica, a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/pfdc, os grandes casos http://www.mpf.mp.br/grandes-casos e o Portal da Transparência http://www.transparencia.mpf.mp.br. Em 2019, o Portal MPF teve 5.652.884 acessos.

As redes sociais também representam um canal de contato da Instituição com a sociedade. O MPF está presente no Instagram (@mpf_oficial), Facebook (MPFederal) e Twitter (@MPF_PGR). As plataformas alcançaram milhões de seguidores ao longo de 2019:

- Facebook: 508.707
- Twitter: 558 mil (foram realizados cerca de 3 mil posts na plataforma durante 2019).
- Instagram: 38 mil seguidores (com 334 postagens)
- Além dos canais mencionados acima, também há um canal no YouTube (Canal MPF).

O compromisso de atender com eficiência e efetividade às demandas da sociedade está presente na Carta de Serviços ao Cidadão. O documento traz a descrição dos principais serviços oferecidos, as formas de acessá-los e o padrão de qualidade de atendimento que se busca. Trata-se de uma orientação ao público sobre como, quando, onde e em que situação utilizar os serviços disponibilizados.

Assim, o MPF também oferece ao cidadão canais de acesso, sendo as Salas de Atendimento ao Cidadão (SACs) e a Ouvidoria do MPF os dois principais.

As SACs foram instituídas pela Portaria PGR/MPF nº 412/2013 e têm como principais atribuições: receber notícias de irregularidades, representações, solicitações de informação, requerimentos, entre outras demandas formuladas pelo cidadão, fazendo a triagem e o encaminhamento aos órgãos competentes do MPF; as atribuições

inerentes ao Serviço de Informação ao Cidadão (SIC); fornecer informações a respeito de distribuição e localização de procedimentos e processos aos advogados e cidadãos interessados; emitir certidões de existência ou não de autos extrajudiciais e processos administrativos em que aparece o nome do interessado, mediante requerimento e apresentação de documento pessoal e/ou procuração, em caso de pessoa física, e contrato social e/ou procuração, em caso de pessoa jurídica; e receber os pedidos de vista e/ou a cópia de autos em trâmite na unidade e encaminhar ao gabinete ou setor responsável.

A Ouvidoria do MPF, por sua vez, criada pela Portaria PGR/MPF nº 519/2012, é um órgão de controle interno integrante da Administração Superior do MPF, com assento no Comitê de Gestão Estratégica, ao qual se atribuiu a missão de promover a qualidade das atividades desempenhadas pelos órgãos, membros, servidores e serviços auxiliares do MPF, bem como de fomentar a participação dos cidadãos e cidadãs, de organismos da sociedade civil e de outras entidades no dia a dia da Instituição.

4.4 OUVIDORIA

No ano de 2019, foram recebidas e tratadas 5.951 manifestações. Após análise, verificou-se que 1.138 demandas versavam sobre matérias de atribuição da Ouvidoria. As 4.855 manifestações restantes foram encaminhadas às Salas de Atendimento ao Cidadão (SACs), setor responsável por distribuir aos demais órgãos internos do MPF as manifestações que tenham por objeto a atividade-fim da Instituição.

Cumpre esclarecer que, em 2019, 1.138 manifestações foram tratadas e encerradas na Ouvidoria; entre estas 1.096 foram recebidas em 2019 e 42, em anos anteriores. As manifestações estão em conformidade com as Resoluções CNMP nº 153, de 21 de novembro de 2016, e nº 180, de 7 de agosto de 2017, que alteraram a Resolução CNMP nº 95, de 22 de maio de 2013, a qual dispõe sobre as atribuições das Ouvidorias dos Ministérios Públicos dos estados e da União e dá outras providências. Assim, relaciona-se a seguir, num comparativo entre o ano de 2018 e 2019, as seguintes classes de manifestações: Reclamações, Representações, Críticas, Sugestões e Elogios (tabela 5); os 5 assuntos mais demandados em 2019 à Ouvidoria e os principais meios de recebimento (tabela 4). Nota-se que o meio eletrônico é o mais utilizado pelos manifestantes.

No intuito de manter a qualidade dos serviços prestados, identificar e corrigir eventuais falhas no processo de trabalho, a Ouvidoria conta com um formulário de pesquisa de satisfação implantado em seu sistema. Tal pesquisa consiste em um formulário com perguntas curtas, que ajudam a qualificar os serviços prestados aos manifestantes, considerando a ótica do cliente/manifestante em relação a sua satisfação. Cumpre esclarecer que a pesquisa de satisfação é encaminhada ao manifestante após a finalização de sua demanda, sendo esta preenchida de forma facultativa pelo cidadão.

Em 2019, considerando a média simples anual, a Ouvidoria do MPF obteve um índice de satisfação de 67,91% de satisfação nos seus atendimentos.

Ainda, para monitorar com mais precisão os dados relacionados à satisfação do manifestante, criou-se o indicador "Índice de Pesquisas de Satisfação Respondidas" e estabeleceu-se para ele a meta mínima de 20%. No ano de 2019, o referido índice ficou em 26%, ou seja, acima do mínimo estabelecido.

O MPF vem aprimorando os mecanismos de pesquisa de satisfação para incentivar os cidadãos a responderem, visando ao aperfeiçoamento contínuo dos serviços prestados.

Para mais informações acesse: Ouvidoria do MPF ou MPF serviços.

OS 5 ASSUNTOS MAIS DEMANDADOS EM 2019

Atuação de Membros ou Servidores	520
Administração e Funcionamento do MP	275
Outros*	274
Concurso Público	48
Demandas Alheias à Competência do Ministério Público	8

* Diz respeito às manifestações incompreensíveis, desconexas ou genéricas, bem como àquelas manifestações em duplicidade e com pedido de arquivamento/desconsideração de manifestação

Tabela 4 Os 5 assuntos mais demandados em 2019

CLASSES DE MANIFESTAÇÕES

	2018	2019
Reclamações	581	382
Representações	322	389
Críticas	147	98
Sugestões	146	112
Elogios	69	157
Destaca-se que as manifestações de elogio mais que dobram em comparação ao ano de 2018.		

Tabela 5 Classes de manifestações

MEIOS DE RECEBIMENTO

Internet	93,2%
Mobile	3,4%
E-mail	2,1%
Presencial	0,7%
Carta	0,5%
Sistema Informatizado (Único)	0,2%

Tabela 6 Meios de recebimento

Ademais, considerando o prazo impróprio de 30 dias para responder aos manifestantes sobre as demandas de sua atribuição, em 2019, a Ouvidoria do MPF respondeu de forma tempestiva 91,5% das demandas cadastradas.

Evidencia-se as manifestações com os seguintes prazos médios de atendimento: mesmo dia (8,8%); 1 a 5 dias (27%); 6 a 10 dias (26,6%); 11 a 20 dias (21,7%); 21 a 30 dias (7,4%) e acima de 30 dias (8,5%).

Sala de Atendimento ao Cidadão do MPF

No ano de 2019 cerca de 210 (duzentas e dez) Salas de Atendimento ao Cidadão do Ministério Público Federal (SACs-MPF), coordenadas pela Secretaria Jurídica e de Documentação (Sejud/SG/PGR), receberam e processaram 105.761 manifestações. Desse total, 105.421 foram atendidas e finalizadas, ao passo que 1.603 foram encaminhadas para órgão externo (tipo de finalização), e apenas 513 se encontram em atendimento.

* O somatório do total de manifestações atendidas e finalizadas com aquelas em atendimento não corresponde exatamente ao total de recebidas, visto que algumas manifestações encerradas e em atendimento são provenientes dos anos anteriores (especialmente de 2018).

Em relação às categorias de manifestações atendidas e finalizadas, as informações estão dispostas no gráfico 1.

Em meados de julho de 2017, a nomenclatura Denúncia foi substituída por Representação no Sistema Cidadão, em atenção ao disposto na Resolução CNMP nº 153, de 21 de novembro de 2016 (http://www.cnmp.mp.br/portal/atos-e-normas/norma/4643)

Os assuntos mais demandados às Salas de Atendimento ao Cidadão do MPF no ano de 2019 estão dispostas no gráfico 2.

MANIFESTAÇÕES

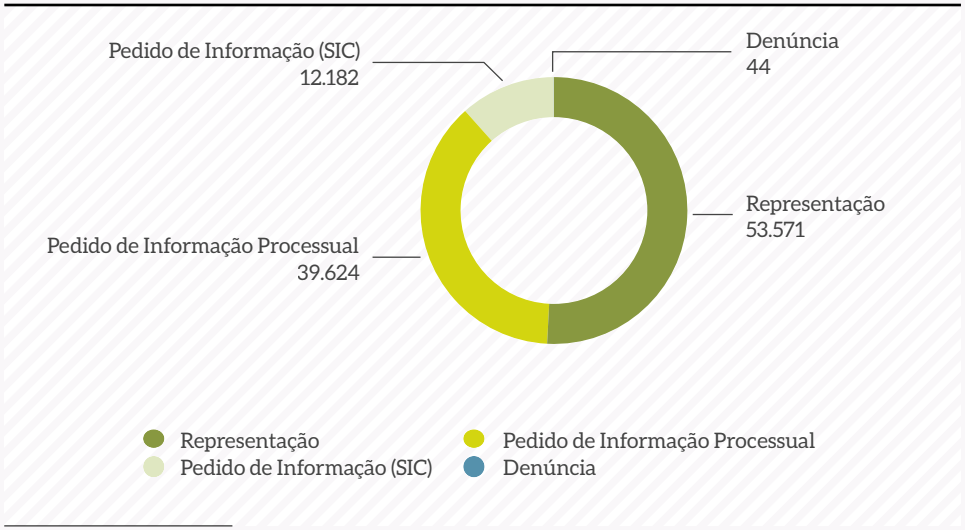


Gráfico 1 Manifestações

ASSUNTOS

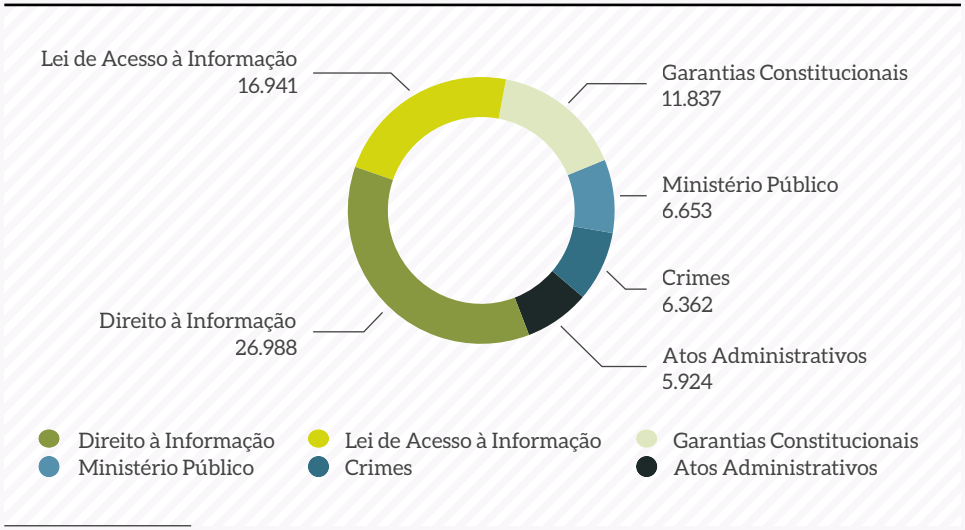


Gráfico 2 Assuntos

FORMAS DE RECEBIMENTO DE MANIFESTAÇÕES

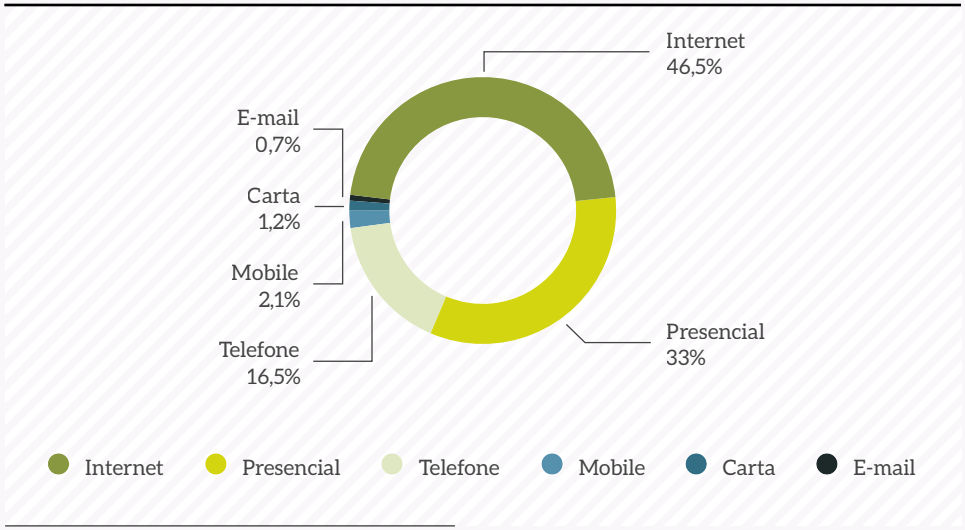


Gráfico 3 Formas de recebimento de manifestações

TEMPO DE ENCERRAMENTO DE MANIFESTAÇÕES EM DIAS

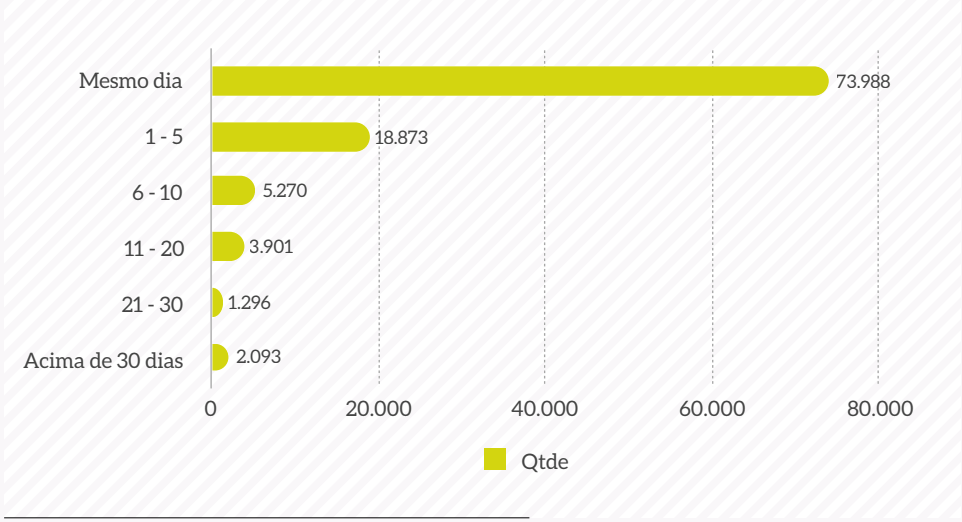


Gráfico 4 Tempo de encerramento de manifestações em dias

Em relação aos meios de recebimento das manifestações, constata-se a clara preferência dos usuários pelo meio eletrônico, conforme gráfico 3.

Em relação ao prazo verificado para resposta em 2019, a maior parte das manifestações (88,08%) foi atendida e finalizada em até 5 (cinco) dias, conforme gráfico 4. Considerou-se como prazo adequado para resposta o máximo de 20 dias, prorrogável, justificadamente, por mais 10 dias (§§ 1º e 2º do art. 11 da Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação).

Outros gráficos e informações sobre as atividades das SACs podem ser encontrados nos Relatórios Estatísticos Semestrais das SACs disponíveis no Portal da Transparência do MPF (http://www.transparencia.mpf.mp.br/conteudo/publicacao-anual/relatorio-estatistico-sala-de-atendimento)

4.5 OUTROS CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM MPF

A Certidão Negativa Eletrônica (CNE), por meio da qual é possível que qualquer cidadão obtenha informações sobre os procedimentos extrajudiciais em trâmite no MPF, desde que não sigilosos, registrados no sistema Único contra sua pessoa ou contra quem represente.

A obtenção da certidão é gratuita, pela internet, bastando acessar o link http://aplicativos.pgr.mpf.mp.br/ouvidoria/app/cidadao/certidao e, em seguida, inserir o CPF ou CNPJ desejado.

O número de certidões emitidas em 2019 pode ser verificado no gráfico 5.

Em 2018, foram implantados o Sistema de Peticionamento Eletrônico e o Protocolo Eletrônico, que propiciaram ao MPF uma melhor gestão dos documentos recebidos de fontes externas e a consequente diminuição do acervo físico, importando em economia e sustentabilidade. Os novos acessos possibilitaram ao usuário externo peticionar ao MPF por meio eletrônico, não sendo mais necessário comparecer presencialmente a uma Unidade. Em 2018, o MPF recebeu 17.930 documentos pelo protocolo eletrônico e 4.940 pelo peticionamento eletrônico, resultando em um total de 22.870 documentos que deixaram de ser recebidos fisicamente. Os números em 2019 foram ainda mais expressivos, como demonstra o gráfico 6.

EMISSÃO DE CERTIDÕES

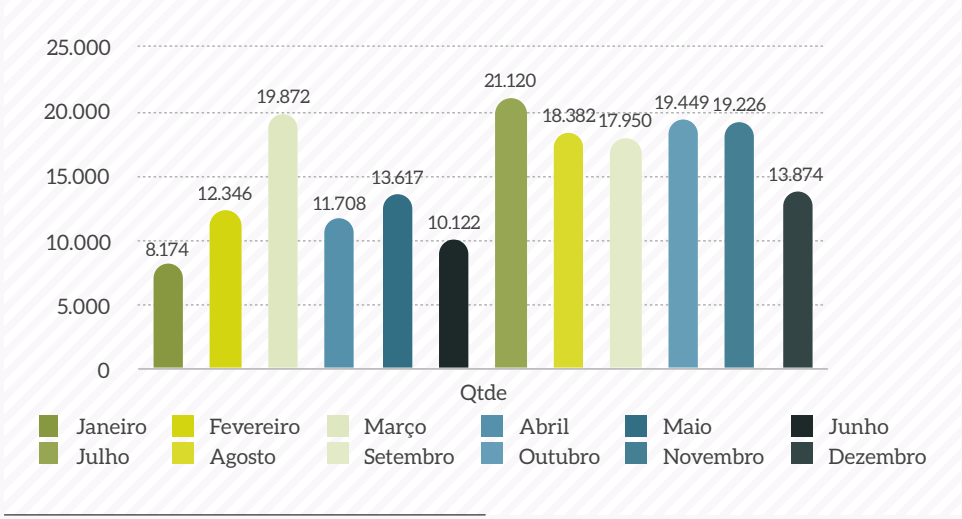


Gráfico 5 Emissão de certidões - Total em 2019: 185.840

QUANTIDADE DE DOCUMENTOS RECEBIDOS

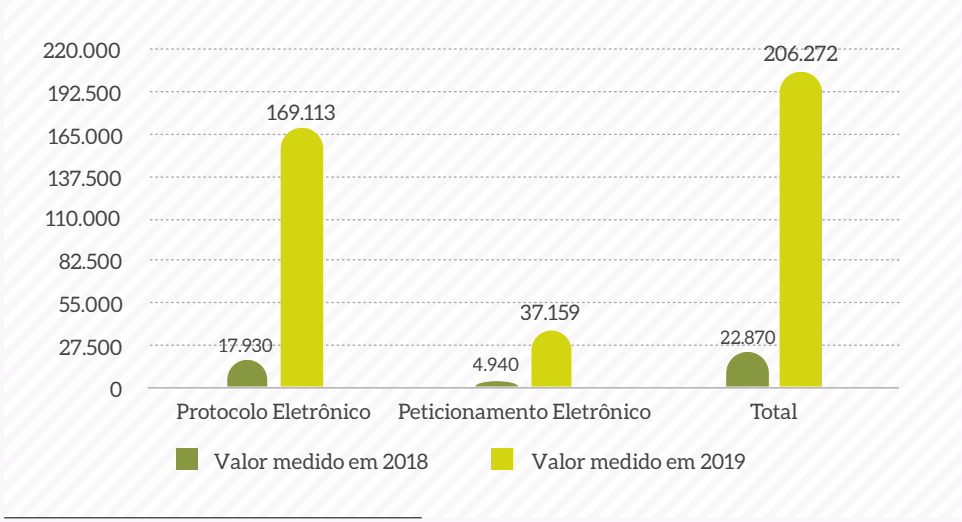


Gráfico 6 Quantidade de documentos recebidos

QUANTIDADE DE VISITAS

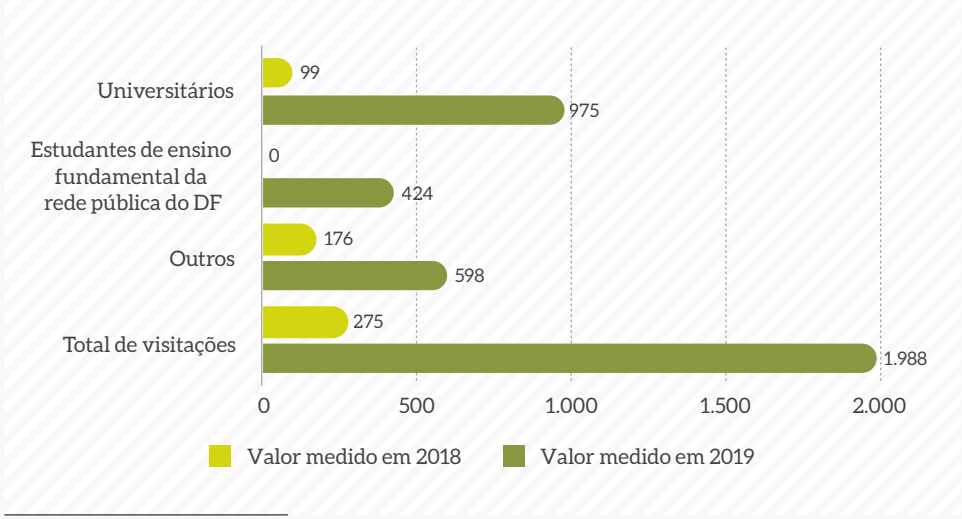


Gráfico 7 Quantidade de visitas

4.6 MEMORIAL DO MPF

O novo Memorial do MPF, inaugurado em 2018, foi idealizado com o objetivo de resgatar a história da Instituição. O espaço conta com programas socioeducativos, agenda de exposições temporárias e permanentes e com a assistente virtual Coralina Cidadã, que apresenta e tira dúvidas relacionadas ao Memorial, presente também no ambiente, por meio de totens, dando as boas-vindas aos visitantes. Em fevereiro de 2019, foi reativado o Programa Educativo Escola Cidadã. O gráfico 7 demostra o fluxo e o perfil dos visitantes do Memorial.

4.7 PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

O Portal da Transparência do Ministério Público Federal objetiva a prestação de contas à sociedade e a atuação democrática e transparente da Instituição, garantindo, assim, o direito de acesso à informação. Dessa forma, o cidadão pode acompanhar a

gestão administrativa e finalística do MPF.

Externamente, o Portal é submetido a avaliações do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e do Tribunal de Contas da União (TCU). Desde que começou a ser avaliado, em 2016, o MPF evoluiu da 8ª para a 2ª colocação no Ranking Nacional do CNMP.

Em 2019, o Portal da Transparência do Ministério Público Federal teve o total de 7.162.177 visualizações. Desse montante, 1.578.939 foram de novos usuários, distribuídos em várias regiões no mundo. A maior parte concentra-se no Brasil, seguido de países como Estados Unidos, Portugal e Grã-Bretanha.

Dentre as áreas mais acessadas, destacam-se a página da Sala de Atendimento ao Cidadão – SAC e a de Concursos. Outras páginas, no Portal do MPF, tiveram acessos significativos: MPF Serviços, Grandes Casos – Lava Jato e Sala de Imprensa – Notícias.

4.8 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

4.8.1. GESTÃO DE RISCOS DO MPF

A Gestão de Riscos pressupõe um processo sistematizado de identificação e análise dos riscos inerentes aos processos de trabalho da Instituição, seu tratamento, controle e monitoramento para a retroalimentação e melhoria dos processos.

Já o Controle Interno representa um conjunto de políticas e procedimentos, de responsabilidade da própria gestão, estabelecidos para assegurar que a Instituição atinja os seus objetivos. Percebe-se, portanto, que a Gestão de Riscos está contida no Controle Interno, que, de forma ampla, possui outras técnicas e metodologias para a consecução de seus trabalhos.

Para que esse processo esteja em pleno funcionamento, é imprescindível que haja na Instituição uma Política de Gestão de Riscos, contendo conceitos, estrutura, objetivos, natureza e nível do risco, apetite ao risco, diretrizes e os principais arranjos organizacionais para implementação dessa política.

Nesse sentido, em 2017 foram iniciadas as tratativas para que a Política de Gestão de Riscos do MPF fosse instituída. No entanto, durante esse processo, optou-se por estabelecer a Política de Gestão de Riscos do MPU, abrangendo os demais ramos (MPT, MPM, MPDFT), com a colaboração da ESMPU e da Audin-MPU.

Como resultado desse trabalho, em agosto de 2017, foi publicada a Portaria PGR/MPU nº 78/2017, a qual institui a Política de Gestão de Riscos do MPU, que contempla:

***RANKING* CNMP - TRANSPARÊNCIA MPF**

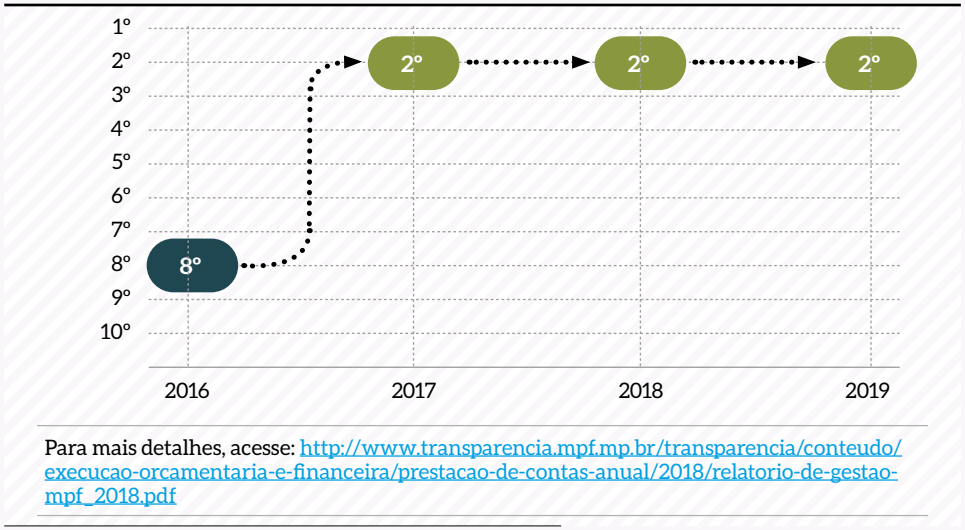


Figura 7 Evolução do ranking do Portal da Transparência do MPF

- Os conceitos a serem considerados no âmbito da Instituição;
- Os objetivos da Política, quais sejam: I orientar a identificação, a avaliação, o tratamento, o monitoramento e a análise crítica dos riscos institucionais; II incorporar a visão de riscos no processo de tomada de decisões; III - contribuir para a melhoria contínua da Instituição; IV disseminar a cultura da gestão de riscos; V fortalecer os processos de controle interno; e
- Diretrizes para os processos de gestão de riscos a ser estabelecido.

Desse modo, tendo em vista a importância do tema para a Instituição, a necessidade de atender o princípio constitucional da eficiência e de cumprir os acórdãos do TCU, está em andamento projeto estratégico para estabelecer a Metodologia de Riscos do MPF, alinhada à Portaria PGR/MPU nº 78/2017, contemplando a forma de governança da Gestão de Riscos, que será exercida por uma ou mais instâncias formalmente designadas; os critérios a serem utilizados na seleção do objeto da Gestão de Riscos; e os papéis e as responsabilidades aplicáveis à Política de Gestão de Riscos, conforme preconiza a referida portaria.

A previsão de conclusão do projeto é dezembro de 2020.

A GESTÃO DE RISCOS É PREPONDERANTEMENTE CONCRETIZADA NO MPF POR PROJETOS ESTRATÉGICOS, PROCESSOS DE TRABALHO E PLANOS DIRETORES TEMÁTICOS.

4.9 GESTÃO DE RISCOS EM PROJETOS ESTRATÉGICOS

A Gestão de Riscos nos Projetos Estratégicos do MPF é feita de forma sistematizada por meio do sistema SiGOV, e possui abrangência nacional. Os projetos estratégicos são selecionados por edital, conferindo mais transparência e isonomia em sua consecução. Uma das etapas do planejamento do projeto envolve a gestão de riscos, em que a equipe deve preencher a matriz de riscos, bem como identificar e tratar os riscos do projeto.

Em 2019, foram identificados 165 riscos em um universo de 39 projetos. Os riscos comumente mapeados nos projetos são:

- remanejamento de pessoas da equipe;
- atrasos na execução, quando dependem de colaboração de órgãos externos;
- mudança de escopo;
- corte orçamentário; e
- mudança na priorização de ações pela administração superior.

4.10 GESTÃO DE RISCOS NOS PLANOS DIRETORES

O Plano Diretor é um instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos táticos, de modo a contribuir com a materialização da estratégia organizacional e promover o alcance dos resultados institucionais. É por meio de tal plano que a unidade elabora o seu diagnóstico e define os seus objetivos de contribuição – fins que a unidade, mais concreta e diretamente, buscará alcançar para contribuir para o alcance de um ou mais objetivos estratégicos –, suas metas e seus indicadores de desempenho táticos, o portfólio de ações prioritárias, os custos financeiros implicados e a gestão de riscos que realizará a médio prazo.

A Gestão de Riscos é a última etapa prevista na elaboração de Planos Diretores do MPF. Ela é executada em três fases: identificação, análise e definição de resposta aos riscos.

MAPEAMENTO DOS RISCOS DOS PLANOS DIRETORES

PD de Gestão de Pessoas	44 riscos
PD de Saúde	43 riscos
PD de Segurança Institucional	37 riscos
TOTAL	124 riscos em 3 PDs

Tabela 7 Mapeamento dos riscos dos Planos Diretores (PDs)

4.11 GESTÃO DE RISCOS NOS PROCESSOS DE TRABALHO

O MPF tem investido constantemente na melhoria contínua e na gestão da qualidade de seus processos de trabalho, e utiliza, como um dos caminhos para alcançá-las, a busca pela certificação de qualidade de processos nos padrões da norma ISO 9001, norma internacional que especifica requisitos para um Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ).

Nos processos de trabalho escopo dos Sistemas de Gestão da Qualidade (SGQ), a alta direção identifica riscos que possam afetar a conformidade de produtos e serviços, planeja ações para abordá-los e avalia a eficácia dessas ações considerando informações coletadas nos contextos internos e externos à organização.

A avaliação dos riscos envolve a análise do impacto que um risco pode ter e a probabilidade de sua ocorrência. Essa análise é feita, periodicamente, nas reuniões de Análise Crítica.

Os riscos identificados são registrados na Matriz de Riscos, documento que sintetiza os riscos e oportunidades, bem como as respostas e ações a serem adotadas para assegurar que o Sistema de Gestão da Qualidade possa alcançar os resultados pretendidos.

Desde 2015, já foram implantados sistemas de gestão da qualidade nas seguintes unidades do MPF: Gabinete do PGR; Ouvidoria do MPF; 3ª, 4ª, 5ª e 6ª Câmaras de Coordenação e Revisão; Secretaria de Administração; e Salas de Atendimento ao Cidadão nas Procuradorias da República no Rio de Janeiro (PR-RJ) e Bahia (PR-BA).

Foram obtidas 22 certificações de qualidade com base na Norma ISO 9001 em 17 processos de trabalho do MPF e, dentro deste universo, foram identificados 58 riscos. Os

riscos comumente reconhecidos nos mencionados processos foram:

- Não cumprimento de prazos;
- Descontinuidade em razão de mudança de gestão;
- Alterações legislativas e regimentais;
- Inoperabilidade/instabilidade eventuais dos Sistemas;
- Desfalque na equipe; e
- Não observância das orientações internas quanto à segurança das informações.

4.12 CAPACITAÇÃO

O MPF tem oferecido a todos os membros e servidores a capacitação "Gestão de Riscos Corporativos e Sistemas de Controles Internos", na modalidade a distância, de forma a disseminar a cultura de controle no Órgão. Em 2019, adicionalmente, foi ofertado o curso "Gestão de Riscos nas Contratações", voltado para o público que atua nas áreas de licitações e contratos.

QUANTITATIVO DE SERVIDORES CAPACITADOS EM GESTÃO DE RISCOS

Ano	Quantidade
Gestão de Riscos Corporativos e Sistemas de Controles Internos	71
Gestão de Riscos nas Contratações	94

Tabela 8 Mapeamento dos riscos dos Planos Diretores (PDs)

DESAFIOS E PERSPECTIVAS

1) Elaborar a Metodologia de Gestão de Riscos do MPF;
2) Implementar o Modelo de Gestão de Riscos em processos de trabalho;
3) Aprimorar os processos de trabalho por meio da gestão de riscos; e
4) Institucionalizar a cultura de gestão de riscos no MPF.

RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MPF

5 RESULTADOS DA GESTÃO

Neste capítulo, apresentaremos os principais projetos, realizações e resultados obtidos pelo MPF em 2019. A seção está dividida em seis partes: "MPF em Números", que traz os principais dados da atuação judicial e extrajudicial do Órgão, com informações nacionais e relativas à Procuradoria-Geral da República; "Indicadores Estratégicos", que apresenta a medição dos indicadores do Planejamento Estratégico do MPF para a área finalística; "Projetos Estratégicos", com os resultados dos projetos mais relevantes obtidos em 2019; "Principais Frentes de Investigação", com dados sobre algumas das maiores investigações em curso e com o resultado do trabalho de forças-tarefas; "Atuação Coordenada", que mostra a articulação do MPF a respeito de temas relevantes e de grande impacto para a sociedade brasileira; e "Cooperação Internacional", com os resultados de esforços em prol do combate ao crime transnacional, bem como em prol do fomento à cooperação entre países.

TEMPO MEDIANO DE ATUAÇÃO DO PROCESSO JUDICIAL

ANO	VALOR MEDIDO
2018	2 dias úteis e 5 horas (tempo médio: 6 dias úteis e 4 horas)
2019	2 dias úteis e 1 hora (tempo médio: 5 dias úteis)

Tabela 9 Tempo mediano de atuação do processo judicial

NÚMEROS NA PGR

Manifestações produzidas por Subprocuradores-Gerais da República	386.929
Manifestações do Gabinete do PGR	26.221
Quantitativo de manifestações do eleitoral	8.917
Iniciais de Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI)	39
Manifestações em ADI (não conta iniciais de ADI. Conta aditamento à Inicial de ADI)	715
Instauração de inquérito no Gabinete do PGR	18
Declínios (Ciências da decisão não foram computadas) no Gabinete do PGR	184

OBS: O número total de manifestações no gabinete do PGR considera documentos elaborados por servidores e membros que auxiliam diretamente o PGR, pelos gabinetes dos dois vices e também pelos oito subprocuradores-gerais da República que têm delegação para oficiar junto ao Supremo Tribunal Federal

Tabela 10 Números na PGR

5.1 MPF EM NÚMEROS

5.1.1. DADOS NACIONAIS

A atividade finalística do MPF inclui números relacionados à distribuição processual, à quantidade de manifestações produzidas, bem como à quantidade de recomendações expedidas e termos de ajustamento de conduta (TACs) celebrados. Inclui também as participações dos membros em audiências e sessões de julgamento.

Em 2018, 1.370.467 processos foram distribuídos no âmbito do MPF. Em 2019, registrou-se aumento de 13,87%, totalizando 1.560.620 distribuições. Na atuação extrajudicial, firmaram-se 594 termos de ajustamento de condutas (TACs) apenas em 2019. Veja os detalhes:

QUANTIDADE DE MANIFESTAÇÕES

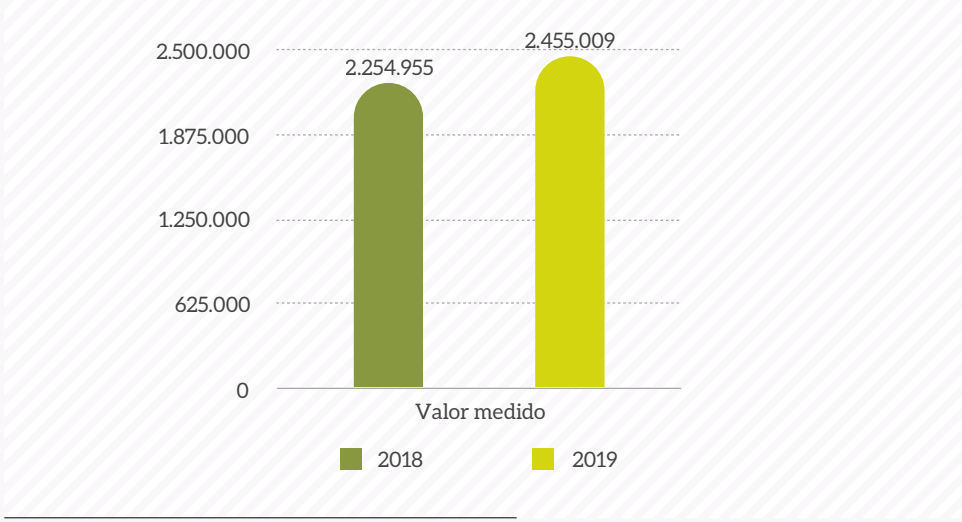


Gráfico 8 MPF em números – Quantidade de manifestações

NÚMERO DE RECOMENDAÇÕES

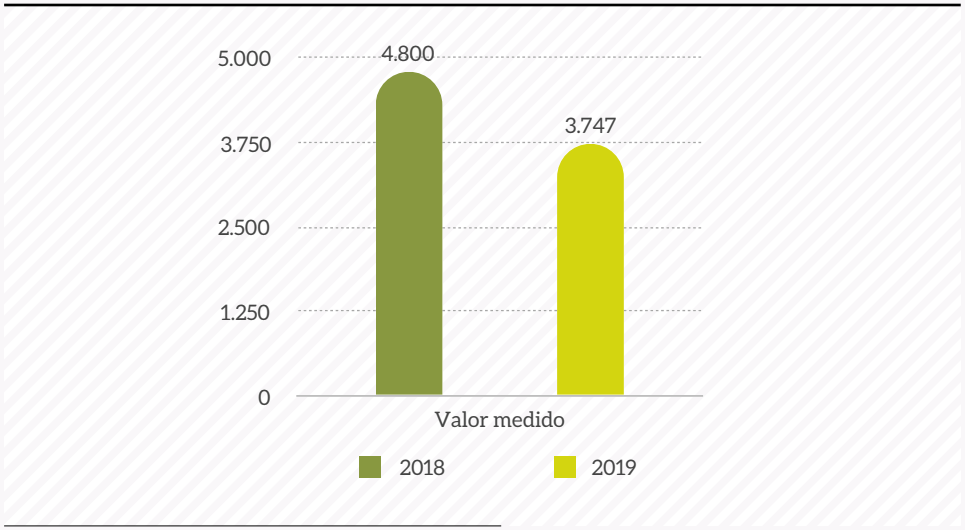


Gráfico 9 MPF em números - Número de recomendações

NÚMERO DE SESSÕES DE AUDIÊNCIA (PRIMEIRA INSTÂNCIA)

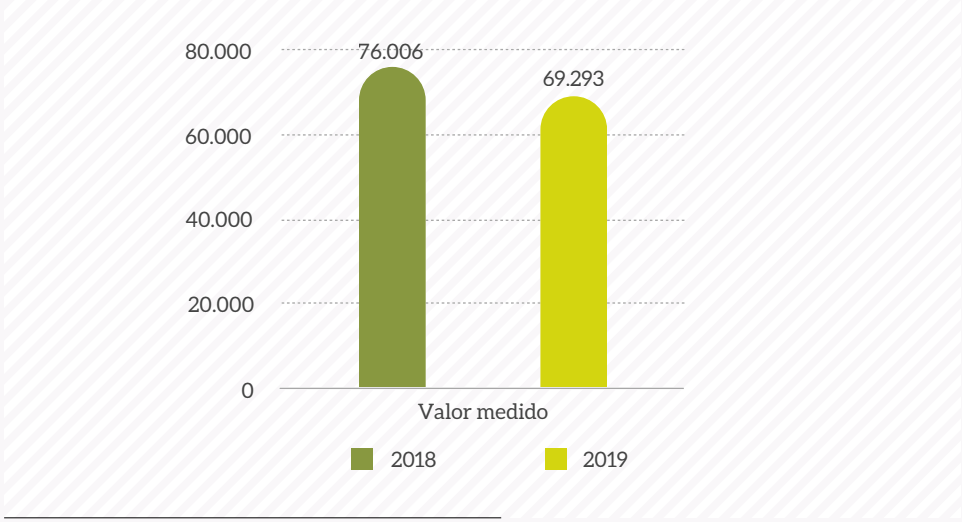


Gráfico 10 MPF em números - Número de recomendações

NÚMERO DE SESSÕES DE JULGAMENTO

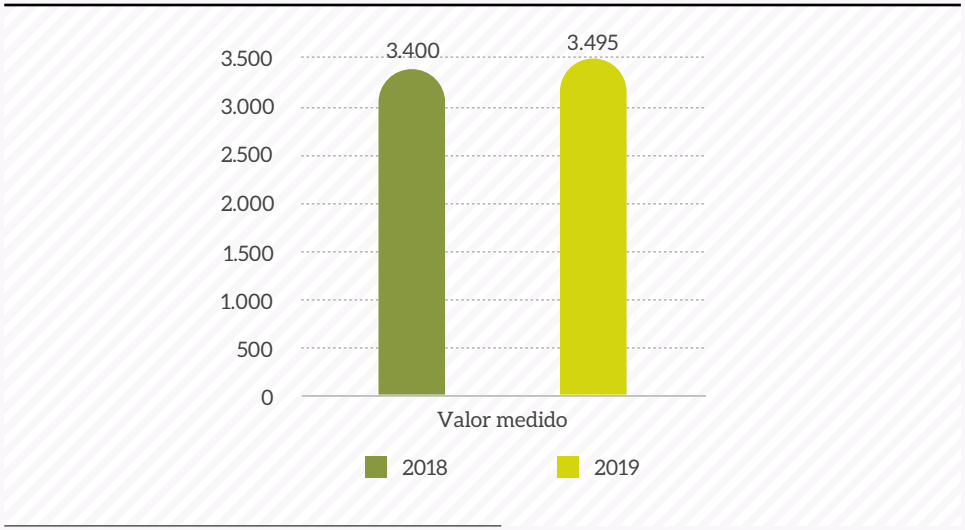


Gráfico 11 MPF em números - Número de recomendações

NÚMERO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

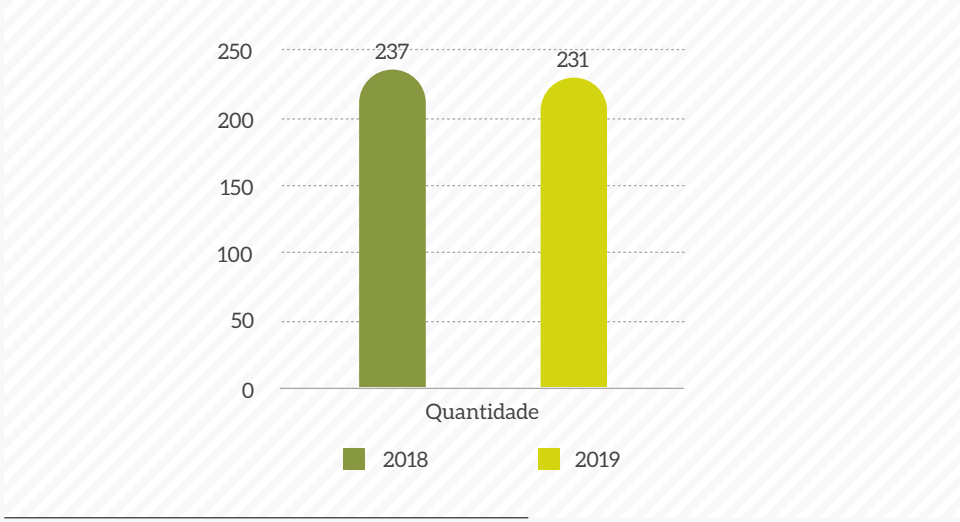
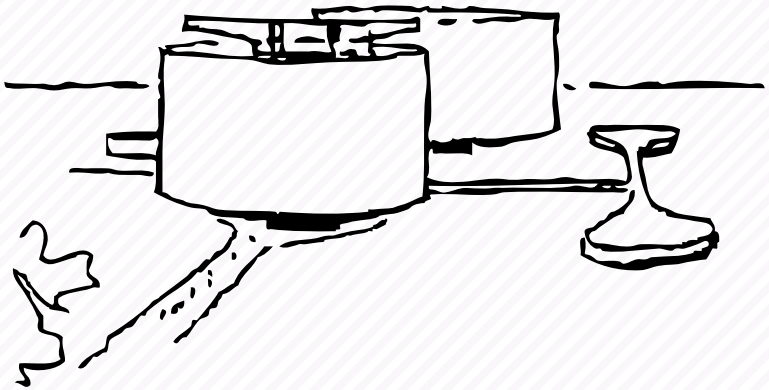


Gráfico 12 MPF em números - Número de audiências públicas

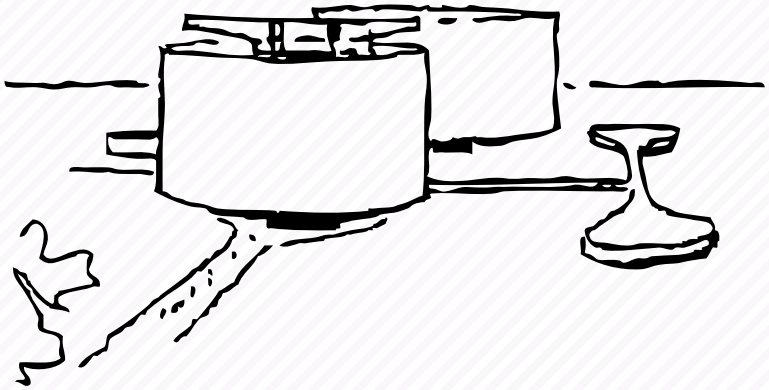
MPF EM NÚMEROS | 2019



	NÚMERO DE ENTRADA DE PROCESSOS	
ÁREA DE ATUAÇÃO	Criminal	1.267.095
	Cível - custos legis	978.916
	Cível - tutela coletiva	131.885
	Eleitoral	92.982
	Cooperação jurídica internacional	8.709
	PFDC	5.565
	Controle de constitucionalidade	1.049
	Controle externo da atividade policial	808
	TOTAL	**2.481.950**

Tabela 11 MPF em números | Número de entrada de processos

MPF EM NÚMEROS | 2019



NÚMERO DE PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS AUTUADOS	
Notícia de fato	108.750
Procedimento preparatório	7.202
Inquérito cível	5.698
Procedimento administrativo	4.046
Procedimento investigatório criminal	3.192
Procedimento de cooperação internacional - PGR	1.350
Procedimento de conflito de atribuição - PGR	746
Procedimento preparatório Eleitoral	588
Notícia de fato - PGR	275
Carta precatória do Ministério Público	204
Procedimento administrativo - PGR	166
Notícia de fato de instância diversa - PGR	134
Procedimento administrativo de outras atividades não sujeitas a inquérito cível	123
Procedimento administrativo de acompanhamento de instituição	64
Procedimento administrativo de acompanhameto de políticas públicas	47
Procedimento administrativo de tutela de int. Ind. Indisponíveis	10
Procedimento administrativo de acompanhameto de TAC	7
Procedimento preparatório de incidente de deslocamento de competência	1
TOTAL	**132.603**

Tabela 12 MPF em números | Número de procedimentos extrajudiciais autuados

5.2 DADOS DA PGR

A Procuradoria-Geral da República atua perante o Supremo Tribunal Federal (STF), o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O procurador-geral da República designa os subprocuradores-gerais para as turmas do STF, para o STJ e para o TSE.

5.3 INDICADORES ESTRATÉGICOS

O Planejamento Estratégico Institucional (PEI) tem vigência até 2020. De 2011 até o momento, registrou várias conquistas. Neste último ano de execução, o foco do PEI é o fortalecimento da atuação finalística do Órgão.

Monitorar o desempenho da estratégia é um processo dinâmico e incremental de avaliação institucional. Em relação aos resultados dos indicadores estratégicos, merecem destaque os percentuais de favorabilidade das ações judiciais, das ações de improbidade, das ações criminais, das ações cíveis/tutela e das eleitorais. Os números registram aumento ou manutenção do percentual elevado de decisões favoráveis ao posicionamento do MPF, conforme se verifica no gráfico 13.

Para mais detalhes acesse: http://www.mpf.mp.br/o-mpf/sobre-o-mpf/gestao-estrategica-e-modernizacao-do-mpf/desempenho/indicadores-estrategicos

FAVORABILIDADE DAS AÇÕES

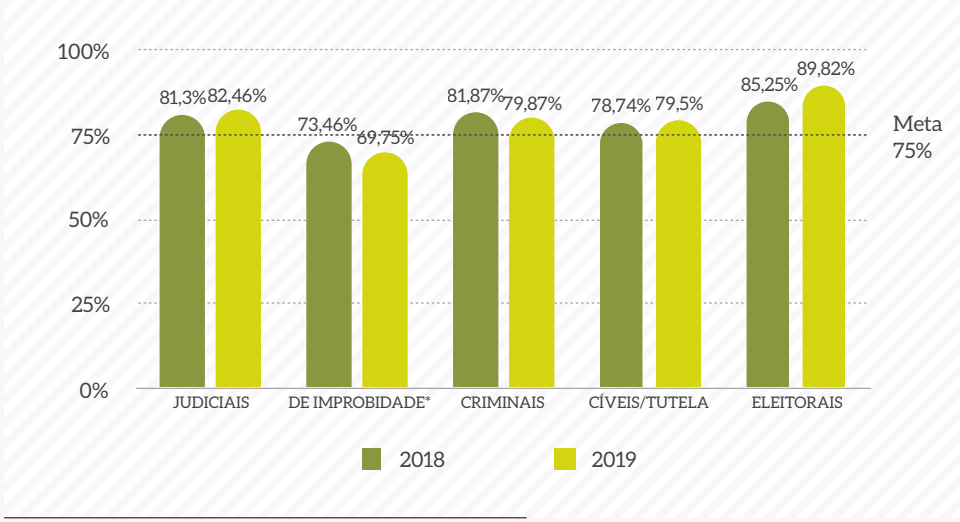


Gráfico 13 Indicadores estratégicos – Favorabilidade das ações

5.4 PROJETOS ESTRATÉGICOS FINALÍSTICOS

Os projetos estratégicos do MPF são escolhidos por meio de edital, o que garante transparência e isonomia na seleção. Em 2019, foram iniciados 43 projetos, sendo 16 deles na área finalística do Órgão. Confira os destaques:

5.4.1. PROJETO CIDADÃO EM AÇÃO

Tem como objetivo esclarecer o cidadão sobre as formas de fiscalizar programas governamentais e gastos públicos. O projeto parte da premissa de que o controle social é complementar àquele feito pelos órgãos de fiscalização e que, com o apoio da população, fica mais fácil garantir o uso adequado do dinheiro público.

Como resultado, foi elaborada a Cartilha Cidadão em Ação, distribuída na forma impressa e eletrônica, e divulgada por meio de oficinas de capacitação. A cartilha explica como localizar informações sobre a aplicação das verbas de programas como o Bolsa Família e o Seguro-Defeso; como acessar o Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (Simec) do FNDE; e como consultar Portais da Transparência e o Cadastro Nacional de Condenações por Improbidade Administrativa. Em cada situação, a cartilha informa o passo a passo para que o cidadão possa denunciar irregularidades ao Ministério Público.

Na primeira fase do projeto, cartilhas impressas foram distribuídas nas oficinas presenciais de capacitação realizadas nas cidades de Areia, Campina Grande, Cuité e Juazeirinho, na Paraíba. Ao todo, mais de 300 cidadãos participaram dos encontros. A versão on-line do material está disponível na Portal do MPF na internet.

5.4.2. PROJETO AMAZÔNIA PROTEGE

Por ano, mais de 23 mil pontos de desmatamento ilegal são registrados na Floresta Amazônica. Diante desse quadro, o MPF desenvolveu o Projeto Amazônia Protege, que

busca obter a tutela do Poder Judiciário para promover a responsabilização ambiental civil dos infratores, de forma a reduzir a sensação de impunidade e de condescendência com as práticas atentatórias ao meio ambiente. Para tanto, utiliza imagens de satélite para instaurar ações civis públicas (ACPs) contra desmatamentos ilegais na Floresta Amazônica.

O projeto realizou dois ciclos de monitoramento e de ajuizamento de ações civis públicas em 2018 e 2019. A segunda fase ocorreu em 2019, com os seguintes resultados:

- 1.414 ações civis públicas instauradas para apurar o desmatamento ilegal em 1.567 áreas com extensão igual ou superior a 60 hectares registradas entre 2016 e 2017;
- 1.832 pessoas ou empresas responsabilizadas pela remoção ilegal de mais de 157 mil hectares de floresta; e
- R$ 2,5 bilhões em indenizações pedidas pelo MPF para reparação dos danos.
- A equipe do projeto elaborou estudo revelando que as grandes queimadas registradas na Amazônia em 2019 aconteceram principalmente em áreas desmatadas recentemente, além de anunciar a inclusão desses locais na terceira fase do projeto, em elaboração.

5.4.3. PROJETO LIXO LEGAL

É uma iniciativa do Ministério Público Federal no Piauí que pretende elaborar um diagnóstico sobre a situação do gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos no estado. Apesar da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), em vigor desde 2010, muito pouco se fez em relação à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos urbanos no Brasil, situação que pode gerar graves problemas ambientais e sociais.

Na primeira etapa do projeto, foram oficiados órgãos concedentes de recursos federais, órgãos ambientais e, em 2019, os 224 municípios piauienses. A partir daí, será realizado o diagnóstico da situação, com posterior elaboração e propositura de minutas de recomendações extrajudiciais e ações civis públicas para atuação institucional. Toda a metodologia do trabalho será compilada em roteiro de atuação a ser lançado em 2020 e que servirá de respaldo para a atuação de outros estados da Federação.

5.4.4. PROJETO TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES AMBIENTAIS

Pretende fomentar a transparência nos órgãos ambientais brasileiros, em atendimento ao previsto na Constituição Federal e na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011). O projeto partiu de diagnóstico que avaliou em que medida as obrigações legais de transparência das informações ambientais estão sendo cumpridas e indicou os pontos de adequação. Foi recomendando aos órgãos o atendimento aos critérios legais, sob pena de adoção das medidas judiciais cabíveis.

Cerca de 100 órgãos e instituições passaram por avaliação. O projeto registrou adesão de 90% dos procuradores naturais e está em fase de propositura das ações civis públicas. Os resultados podem ser acompanhados pelo endereço http://www.transparenciaambiental.mpf.mp.br/ que disponibiliza o ranking dos órgãos avaliados e detalha as informações exigidas.

5.4.5. PROJETO INCLUSÃO PARA VALER: PELA EFETIVAÇÃO DA LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO

Tem o objetivo de elaborar e executar um plano de comunicação para dar divulgação nacional à Lei Brasileira de Inclusão e à atuação do MPF e de outros MPs para efetivar esse marco legal.

5.4.6. PROJETO IMPROBIDÔMETRO – TRANSPARÊNCIA ATIVA

A inciativa atua em três eixos: construção de hotsite, com informações sobre ações de improbidade administrativa ajuizadas pelo MPF no Piauí; capacitação com professores da rede pública de ensino, habilitando-os a falar sobre o papel do MPF, as formas de atuação e controle, os canais de denúncias e o balanço da atuação institucional; e visitas às escolas públicas para promover evento lúdico voltado ao público infantojuvenil visando fomentar a discussão sobre improbidade, transparência e combate à corrupção.

5.4.7. PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DA INFRAESTRUTURA NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO E COMPUTAÇÃO FORENSE

Objetiva disponibilizar infraestrutura básica com ferramentas para análise forense computacional, análise forense de dispositivos móveis e análise de dados para unidades do MPF.

5.4.8. PROJETO CAMINHOS DAS ÁGUAS

Busca a transformação social de comunidades ribeirinhas situadas no entorno da cidade de Manaus/AM, a partir do fomento de atividades de desenvolvimento autossustentável.

Para obter uma visão mais detalhada do portfólio de projetos do MPF de 2013 até 2019 clique aqui.

5.5 PRINCIPAIS FRENTES DE INVESTIGAÇÃO E ATUAÇÃO DAS FORÇAS-TAREFAS

5.5.1. LAVA-JATO

Maior frente de investigação do Ministério Público Federal no enfrentamento a crimes como a corrupção e a lavagem de dinheiro, a Operação Lava Jato completou seis anos em março de 2020. Iniciada em Curitiba, no Paraná, após a identificação de quatro organizações criminosas que teriam atuado na Petrobras, a FT possui, atualmente, desdobramentos no Rio de Janeiro, em São Paulo e no Distrito Federal, além de inquéritos criminais tramitando no Supremo Tribunal Federal e no Superior Tribunal de Justiça para apurar fatos atribuídos a pessoas com prerrogativa de função. Ainda há equipes da operação nos Tribunais Regionais Federais das 2ª (RJ/ES) e 4ª (RS/SC/PR) Regiões.

Em 2019, foram apresentadas 52 denúncias pelas forças-tarefas que atuam na primeira instância. Ao todo, foram firmados 45 acordos de colaboração premiada e seis acordos de leniência.

NÚMEROS NA PGR

Acordos celebrados	2
Valores pagos a título de multa pelos colaboradores	R$ 84.692.192,16
Valores recuperados de perdimentos	R$ 9.000.000,00

Obs.: O Simco é atualizado somente após decisão do ministro do STF ou apresentação de comprovante de transferência da CEF (no caso da efetivação da destinação), após vista da PGR dos autos.

Tabela 13 Números na PGR

Desdobramento – A partir do trabalho da Lava Jato, identificou-se a necessidade de criar um sistema de monitoramento das colaborações premiadas para acompanhar o cumprimento das condições e dos prazos estabelecidos nos inúmeros acordos. Em 2019, foi desenvolvido o Sistema de Monitoramento de Colaborações Premiadas (Simco), que monitora os acordos fechados no âmbito da Lava Jato e das demais operações do MPF, tornando mais eficiente a atuação do Órgão no combate à corrupção. Os dados a seguir mostram a situação dos acordos de colaboração firmados como resultado das investigações da Lava Jato no âmbito da PGR em 2019.

5.5.2. GREENFIELD

Em andamento desde 2016, a Operação Greenfield investiga crimes envolvendo o desvio de recursos de fundos de pensão. Foram apresentadas 13 denúncias, em 2019, contra 174 pessoas, e nove ações de improbidade, tendo como alvos 134 pessoas, entre agentes públicos e particulares. Os acordos de colaboração premiada fechados no âmbito da operação preveem o pagamento de R$ 125.819.906,33 em multas extrapenal e perdimentos. Desse total, R$ 53.536.927,72 foram efetivamente recuperados em 2019. No período, foram instaurados 33 inquéritos para apurar fatos relacionados à investigação

5.5.3. FORÇA-TAREFA AMAZÔNIA

Criada em agosto de 2018, atua no combate à macrocriminalidade na Região Amazônica, incluindo frentes de enfrentamento da mineração ilegal, desmatamento ilegal, grilagem de terras públicas, violência agrária e tráfico de animais silvestres. A FT Amazônia busca aprimorar o diálogo do MPF com instituições como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a Polícia Federal e o Exército Brasileiro, com foco nas questões específicas da região. A experiência é pioneira no tratamento organizado e articulado a problemas que antes eram enfrentados de modo pulverizado em diversas unidades do MPF no bioma amazônico.

Em 2019, a FT coordenou seis grandes operações de combate ao crime organizado na Amazônia, com pelo menos 30 pessoas e oito madeireiras denunciadas por crimes como invasão de terras indígenas, lavagem de dinheiro, organização criminosa, dano ambiental, entre outros. O grupo também atuou no enfrentamento dos incêndios registrados na Floresta Amazônica, no combate à mineração ilegal e na garantia dos direitos de populações indígenas e comunidades tradicionais.

5.5.4. FORÇA-TAREFA BRUMADINHO

Em janeiro de 2019, o município de Brumadinho, localizado na região metropolitana de Belo Horizonte (MG), sofreu um grande desastre ambiental com o rompimento da Barragem 1 da Mina Córrego do Feijão, da mineradora Vale S/A. A avalanche de rejeitos de mineração e lama matou 248 pessoas, destruiu a comunidade próxima e construções da própria Vale. Além da perda de vidas humanas, o desastre ocasionou prejuízos financeiros e diversos problemas ambientais.

O MPF instituiu força-tarefa para atuar no caso, com o objetivo de articular e dar mais efetividade ao trabalho dos procuradores nas esferas cível e criminal. Além da atuação judicial, a FT busca a reparação dos danos decorrentes do desastre, em defesa dos direitos dos afetados e na proteção das comunidades indígenas e tradicionais que sofreram impactos. Há ainda um trabalho interinstitucional, de articulação e diálogo com órgãos com atribuição para atuar no caso, como o Ministério Público Estadual e a Defensoria Pública, entre outros.

5.5.5. FORÇA-TAREFA ARAGUAIA

Atua na persecução penal dos crimes cometidos por agentes da ditadura militar durante a repressão à Guerrilha do Araguaia. Foi instituída em razão da condenação do Brasil pela Corte Interamericana de Direitos Humanos no Caso Gomes Lund vs Brasil. Em 2019, ofereceu denúncia relacionada ao assassinato, à tortura e à ocultação dos cadáveres de Cilon da Cunha Brum e Antônio Teodoro de Castro. Familiares das vítimas enviaram mensagens agradecendo o esforço do MPF em cumprir sua missão constitucional para que crimes contra a humanidade cometidos durante o regime militar brasileiro sejam punidos. A denúncia é a 39ª em que o MPF trata de crimes do regime militar e a quinta sobre os episódios relacionados à Guerrilha do Araguaia. As cinco denúncias anteriores apuram o desaparecimento forçado de 12 pessoas.

5.5.6. FORÇA-TAREFA FAZENDA BRASIL VERDE

Foi criada para assegurar o cumprimento da decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos que condenou o Brasil pela impunidade no caso dos 85 trabalhadores mantidos em condições análogas à escravidão na Fazenda Brasil Verde, no Pará. Ao longo de dois anos, a partir de 2017, a FT conseguiu localizar 72 vítimas distribuídas em 11 estados da Federação e ouviu ainda os acusados e as testemunhas dos crimes. Em 2019, ofereceu denúncia contra João Luiz Quagliato Neto e Antônio Jorge Vieira, agora réus no processo judicial por aliciar os 85 trabalhadores, frustrar seus direitos trabalhistas e reduzi-los à condição semelhante à de escravo.

5.6 ATUAÇÃO COORDENADA

A atuação coordenada do MPF em âmbito nacional e em casos de grande relevância ou impacto social é conduzida pelas sete Câmaras de Coordenação e Revisão, que trabalham nas seguintes temáticas: Direitos Sociais e Fiscalização de Atos Administrativos em Geral (1ª Câmara); Criminal (2ª Câmara); Consumidor e Ordem Econômica (3ª Câmara); Meio Ambiente e Patrimônio Cultural (4ª Câmara); Combate à Corrupção (5ª Câmara); Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais (6ª Câmara); Sistema Prisional e Controle Externo da Atividade Policial (7ª Câmara). A defesa dos direitos humanos está a cargo da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC).

Por meio da articulação do trabalho de procuradores da República em todo o país, respeitada a independência funcional de cada um, as Câmaras buscam dar uniformidade e maior efetividade ao trabalho do MPF. Além disso, revisam a atuação dos membros, analisando e homologando pedidos de arquivamento de investigações ou determinando sua reabertura, quando for o caso. Veja os destaques de 2019:

5.6.1. DIREITOS SOCIAIS E ATOS ADMINISTRATIVOS EM GERAL

Educação

- Defesa da correta aplicação e destinação dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef, atual Fundeb). Em ação coordenada e interinstitucional, o MPF publicou roteiro de atuação sobre o tema e obteve do Tribunal de Contas da União a criação de painel eletrônico que monitora os pagamentos dos precatórios do Fundef, permitindo a fiscalização mais ágil e eficiente do emprego adequado da verba destinada à educação.
- Elaboração de infográfico para orientar e subsidiar procuradores da República na fiscalização do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).
- Envio de recomendação ao Ministério da Educação (MEC) e ao FNDE, propondo providências para finalizar as obras do Programa Nacional de Reestruturação

e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância). A atuação visa dar cumprimento à Meta 1 do Plano Nacional de Educação (PNE), que determina a universalização da educação infantil.

- Elaboração da Nota Técnica nº 1/2019, com roteiro de atuação para membros encarregados da fiscalização dos recursos do Proinfância.
- Atuação em defesa da saúde pública, que resultou no descarte de lotes inadequados de vacina pentavalente e na devolução do dinheiro aos cofres públicos para aquisição de novos lotes em conformidade com as regras.
- Edição de roteiro de atuação sobre terceirização em saúde pública, para subsidiar atuação de membros na temática.
- Articulação na defesa do direito à saúde de pessoas com hemofilia, com a cobrança da conclusão da construção da fábrica da Hemobrás em Goiana/PE, para tornar o Brasil autossuficiente no tratamento da doença. O MPF também contratou médico perito em Hematologia para realizar análise das respostas aos questionários enviados às Secretarias Estaduais de Saúde do país, com o objetivo de monitorar o cumprimento do Protocolo de Atenção às Pessoas com Hemofilias A e B.
- Apresentação do Painel de Monitoramento do Tratamento Oncológico (Painel Oncologia), desenvolvido pelo Instituto Nacional do Câncer (Inca) em conjunto com o Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (Datasus), a partir de trabalho conduzido pela 1ª Câmara. A ferramenta reúne informações de bancos de dados do SUS relacionadas a pacientes diagnosticados com câncer.
- Envio de Recomendação ao presidente do INSS, pedindo a apuração de denúncias de descontos indevidos em aposentadorias realizados por associações, sem a anuência do beneficiário. Como resultado, o INSS confirmou a devolução de R$ 57 milhões a 800 mil beneficiários que tiveram valores indevidamente debitados.

5.6.2. CRIMINAL

- Busca pela celeridade e efetividade na persecução penal, com o desenvolvimento de estudos, edição de nota técnica e estímulo à celebração de acordos de não persecução penal por membros do MPF. O acordo dispensa ação criminal em crimes sem violência ou grave ameaça, com pena mínima de até quatro anos. Ao todo, foram celebrados 830 acordos em 2019. Com a aprovação da Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019, os ANPPs foram incorporados à legislação processual penal brasileira.
- Elaboração de 17 notas técnicas, em 2019, sobre temas como pacote anticrime, execução provisória da pena, prescrição, acordos de não persecução, acordos na Lei de Improbidade, confisco alargado, importância do trabalho dos auditores da Receita Federal, entre outros.
- Apresentação de nota técnica ao Congresso Nacional, em defesa do trabalho da Unidade de Inteligência Financeira (UIF), antigo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), transferido do Ministério da Justiça para o Banco Central por medida provisória.
- Divulgação de nota pública contra a decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Morais de suspender procedimentos investigatórios da Receita Federal e afastar auditores fiscais de suas funções. Levantamento elaborado pela 2ª Câmara mostrou que mais de 900 investigações haviam sido paralisadas em razão da determinação judicial, revertida em seguida pelo Plenário do Supremo.
- Realização de seminário para discutir e aprimorar a atuação do MPF no combate ao trabalho escravo e ao tráfico de pessoas, coordenado pelo Grupo de Apoio ao Combate à Escravidão Contemporânea e ao Tráfico de Pessoas (Gacec-Trap).
- Atuação para garantir a presença de membros do MPF em operações do Grupo Especial de Fiscalização Móvel do Ministério do Trabalho. O Órgão acompanhou cinco operações em 2019, das quais duas detectaram indícios de trabalho escravo e resultaram no resgate de oito pessoas.
- Participação na Comissão Mista Brasil-Bolívia sobre tráfico de drogas, visando aprimorar a atuação do MPF no tema, e participação em seis reuniões do Comitê Executivo do Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (Ceppif).
- Aprimoramento do combate a crimes relativos à lavagem de dinheiro, tributários e fiscais, contra o Sistema Financeiro Nacional e a Ordem Econômica, com a atuação de integrantes do Grupo de Apoio sobre a temática em ações da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção à Lavagem de Dinheiro (Enccla 2019).
- Aprovação da proposta de nova regulamentação para o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) no âmbito do MPF, prevendo estruturá-lo de forma permanente e em caráter nacional, com trabalho voltado principalmente para ações de inteligência e de natureza preventiva.
- Edição e lançamento da coletânea de artigos *Temas Processuais, Prova e Persecução Patrimonial*, com textos sobre institutos recentemente incorporados ao Código Penal, como audiências de custódia e colaboração premiada.
- Reestruturação de grupos de trabalho, apoio aos existentes e criação de novos grupos. A 2ª Câmara conta com os Grupos de Apoio Combate à Escravidão Contemporânea e ao Tráfico de Pessoas; Lavagem de Dinheiro, Crimes Fiscais e Investigação

Financeira; e Crimes do Sistema Financeiro; Crimes nas Regiões de Fronteiras; Grupos de Trabalho Fraudes Previdenciárias e Justiça de Transição; e Forças-Tarefas Fazenda Brasil Verde e Araguaia.

5.6.3. CONSUMIDOR E ORDEM ECONÔMICA

- Assinatura de protocolo de entendimento com o Ministério da Infraestrutura (Minfra), a Secretaria de Governo (Segov) e a Secretaria do Programa de Parcerias de Investimentos (SPPI) para o aprimoramento de políticas públicas orientadas ao setor ferroviário brasileiro. O acordo é desdobramento da ação coordenada conduzida pela 3ª CCR para acompanhar a prorrogação antecipada das concessões de ferrovias brasileiras.
- Envio de recomendação ao Minfra e à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) solicitando a suspensão da licitação da subconcessão do Tramo Central da Ferrovia Norte-Sul, até que fossem esclarecidos questionamentos formulados pelo MPF. A partir da recomendação, reuniões entre a 3ª Câmara e o Ministério resultaram na correção dos problemas apontados, e a licitação pôde prosseguir.
- Assinatura de acordo com a União, a ANTT, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) e a Ferrovia Centro Atlântica (FCA), encerrando ações judiciais e garantindo o ressarcimento de mais de R$ 1,2 bilhão aos cofres públicos. O valor é uma compensação pelo descumprimento do contrato de concessão da FCA.
- Envio de recomendação à Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), pedindo a suspensão imediata de todos os voos com aeronaves da Boeing 737 MAX 8, até o esclarecimento das causas dos acidentes aéreos que deixaram 157 mortos na Etiópia e 189 na Indonésia em 2019. A medida foi atendida e até o momento, o modelo não foi liberado para voo.
- Elaboração de duas notas técnicas defendendo o fim da cobrança do despacho de bagagem por companhias aéreas.
- Acompanhamento das providências tomadas pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e pela companhia aérea Avianca – que entrou em processo de recuperação judicial em dezembro de 2018 e deixou de operar em maio de 2019 – para garantir os direitos dos consumidores em razão dos atrasos e cancelamentos de voos.
- Participação em audiências públicas no Congresso Nacional para discutir a regulamentação e os desafios para o desenvolvimento do setor aéreo no país, debatendo temas como altos preços das passagens na Amazônia Legal, franquia de bagagem e cobrança pela marcação de assento.
- Instauração de procedimento e envio de recomendação a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) sobre as regras de micro e minigeração distribuída, para que qualquer mudança no marco regulatório da chamada Geração Distribuída (GD) de energia seja implementada de modo gradual e participativo, garantindo segurança jurídica aos produtores e consumidores desse mercado.
- Lançamento da ação coordenada "Qualidade de Telefonia Móvel", com o objetivo de fomentar a atuação uniforme e articulada de membros do MPF em todo o Brasil em busca da melhoria na prestação de serviços de telefonia móvel. A ação identificou cidades com má qualidade nos serviços por meio de ferramenta de *Business Intelligence* (BI) desenvolvida pela 3ª Câmara para compilar os dados públicos de fiscalização da Anatel. Foram disponibilizados aos procuradores modelos de recomendações e ações civis públicas.
- Lançamento da série *Roteiros de Atuação*, com quatro volumes já publicados sobre os seguintes temas: Combate a cartéis; Sistema Financeiro Nacional; Sistema Brasileiro de Proteção e Acesso a Dados Pessoais; e Perdas Não Técnicas de Energia Elétrica.

5.6.4. MEIO AMBIENTE E PATRIMÔNIO CULTURAL

- Enfrentamento do desastre provocado pela mancha de óleo que atingiu mais de mil localidades do litoral brasileiro, com ação coordenada que articulou o trabalho de membros do MPF dos estados afetados. Houve pedido de informações ao Ministério do Meio Ambiente e ao Ibama sobre o Plano Nacional de Contingência e sobre ações em andamento, com remessa dos dados aos procuradores nas pontas. Também foi realizada reunião entre os membros do MPF com atuação na área ambiental nas regiões afetadas – o ministro Ricardo Salles e representantes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Como resultado, o MPF apresentou à Justiça cinco ações civis públicas nos estados mais afetados.
- Atuação para combate ao aumento do desmatamento e de queimadas na Amazônia em 2019, com requisição de informações ao ICMBio, Ibama e Ministério do Meio Ambiente (MMA) sobre as ações concretas para a prevenção de desmatamentos e incêndios na Amazônia Legal. A 4ª Câmara também solicitou ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) cópia digitalizada de todas as imagens das queimadas na Amazônia detectadas em 2019, mês a mês. Após reunião com procuradores dos estados da Amazônia Legal, enviou recomendação ao MMA, para adoção de medidas mais efetivas e concretas no combate ao fogo, elencando 13 ações emergenciais.

- Criação do Grupo de Trabalho Segurança em Barragens, para discutir e desenvolver procedimentos de enfrentamento das catástrofes, a exemplo das que já ocorreram em Mariana e Brumadinho, além de ações preventivas.
- Elaboração de nota técnica em defesa da constitucionalidade de lei cearense que veda a pulverização aérea dos agrotóxicos no estado, e que se tornou alvo de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI).
- Realização de audiência pública para discutir a isenção fiscal dos agrotóxicos, com debate acerca de temas como os impactos do uso de defensivos agrícolas na saúde das pessoas e no meio ambiente, os reflexos do incentivo fiscal nos cofres públicos e exemplos de tributação verde, que estimula o uso de produtos menos nocivos ou biológicos.
- Elaboração de nota técnica contra a Medida Provisória nº 867/2018, que estende o prazo para adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA), e do Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 9/2019, que resultou de alterações na MP. Para a 4ª Câmara, as duas medidas fragilizam o novo Código Florestal e ampliam anistia já concedida a proprietários que descumpriram a lei, estimulando o desmatamento.
- Elaboração e envio ao Congresso Nacional de notas técnicas sobre marco legal do saneamento, alteração na lei que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, e projeto de lei que pretende criar novas regras para o licenciamento ambiental no país.

5.6.5. COMBATE À CORRUPÇÃO

Homologação de oito acordos de leniência e 13 acordos de colaboração premiada em 2019, firmados com empresas e pessoas investigadas pela participação em grandes esquemas de corrupção.

- Estímulo ao uso do acordo de leniência por membros do MPF, com a publicação de guia prático sobre o tema, disponível na página do MPF na internet. Previsto na Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013), o acordo de leniência é um instrumento pelo qual um agente privado envolvido em atos ilícitos ou de corrupção admite sua culpa e oferece informações úteis e provas para as autoridades, em troca da extinção ou da redução de penas ou sanções.
- Realização de oficina de capacitação sobre acordos de leniência e colaboração premiada voltada para os servidores do MPF.
- Publicação do *Manual e do Roteiro de Atuação Efetivação das Condenações nas Ações de Responsabilização por Improbidade Administrativa*, com o propósito de qualificar a atuação processual do MPF de modo a obter, em menor tempo, maior efetividade na execução das condenações em casos de improbidade administrativa.
- Promoção de seminário para marcar o Dia Internacional de Combate à Corrupção (9/12), com o objetivo de debater estratégias de atuação no contexto atual e desafios para o enfrentamento do problema.
- Envio ao Congresso Nacional de nota técnica questionando a PEC 48/2019, que prevê repasse direto de recursos da União a estados, DF e municípios, sob o argumento de que a medida poderia fragilizar o combate à corrupção no país. A manifestação da 5ª Câmara contribuiu para que fosse excluído o § 5º que versava sobre a ausência da fiscalização de órgãos federais na transferência especial a que se refere o inciso I do *caput* do art. 166-A.
- Divulgação de nota pública sobre o projeto de lei de abuso de autoridade. O documento apontou que o texto aprovado pelo Congresso continha dispositivos que impossibilitariam as atividades constitucionais de agentes públicos no exercício de suas funções, além de prejudicar a atuação do Ministério Público.
- Participação em audiências públicas promovidas pela Comissão Especial do Projeto de Lei (PL) nº 10.887/2018, que altera a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992). A 5ª Câmara debateu pontos como mecanismos de negociação, defesa preliminar, adequação punitiva e tentativa de dar mais precisão e clareza aos tipos da improbidade administrativa, e apresentou contribuições aos parlamentares. Uma relatoria especial foi criada especialmente para acompanhar as discussões sobre a mudança na lei.

5.6.6. POPULAÇÕES INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

- Realização de duas mesas de diálogo com o Poder Executivo, nos meses de janeiro e de abril de 2019, para estabelecer interlocução acerca das garantias dos direitos constitucionais indígenas e de comunidades tradicionais. O MPF destacou que não poderia haver retrocessos quanto ao direito e às políticas públicas voltadas aos povos tradicionais.
- Articulação contra a Medida Provisória nº 870/2019, assim como contra a sua versão reeditada, a MP nº 886. A MP transferia a demarcação de terras indígenas para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e levava a Fundação Nacional do Índio (Funai) do Ministério da Justiça e Segurança Pública para o Ministério da Mulher, Família e dos Direitos Humanos. Por meio de notas, posicionamentos, audiências públicas e encontros com indígenas e autoridades, a 6ª Câmara defendeu o retorno da Funai ao MJ e a devolução ao órgão da atribuição

para demarcar as terras indígenas, o que, de fato, aconteceu.

- Envio de recomendação à Secretaria de Governo da Presidência da República, ao Ministério da Saúde e à Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) para manutenção das estruturas de controle que integram o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS), previsto na Lei Arouca (Lei nº 9.836/1999). A 6ª Câmara também celebrou Termo de Ajustamento de Conduta para garantir que o serviço de transporte terrestre de pacientes do Distrito Sanitário Especial Indígena (Dsei) Litoral Sul não fosse interrompido.
- Elaboração e envio ao Congresso Nacional de nota técnica contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC 343/2017) que pretende regular a exploração de atividade agrícola em territórios indígenas.
- Visita à Terra Indígena Yanomami, a fim de verificar a situação da reinstalação da Base de Proteção Etnoambiental Demarcação (Bape Demarcação), após sentença proferida pela Justiça Federal, bem como para ouvir representantes das comunidades indígenas sobre as melhorias, problemas persistentes e a situação do garimpo ilegal e da saúde da população ribeirinha.
- Envio de recomendações à Funai, para cobrar a revogação de ato normativo que impedia o deslocamento de servidor e a prestação de serviços de assistência a comunidades indígenas não regularizadas e para anular portarias que designaram profissionais sem formação e qualificação adequadas para coordenar e realizar estudos de identificação e delimitação de terras indígenas.
- Intermediação para a assinatura de Termo de Execução Descentralizada (TED) do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MDH) com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), garantindo a regularização de territórios quilombolas e repasse de R$ 1,9 milhão à autarquia para a indenização de oito imóveis localizados em terras ocupadas por comunidades tradicionais.
- Elaboração de nota técnica em defesa do direito à consulta prévia, livre e informada das comunidades quilombolas de Alcântara, no Maranhão, antes da assinatura do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas, firmado entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos, e da proposta de expansão do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), que removeria mais de 700 famílias locais.
- Lançamento do *Manual de Jurisprudência dos Direitos Indígenas*, com a compilação das principais decisões de tribunais nacionais e internacionais em 26 temas sobre direitos indígenas.
- Lançamento da exposição itinerante "Respeito ou Repetição? – A história que não se quer reviver", que buscou refletir sobre as consequências da política de integração forçada de povos indígenas brasileiros no século passado.
- Realização do evento "Ciganos no Brasil – Diálogo e Construção", com o propósito de discutir a implementação de políticas públicas voltadas a essa população e o enfrentamento ao racismo étnico.
- Promoção do curso "O MPF na Afirmação dos Direitos dos Povos Ciganos", em parceria com a Escola Superior do MPU, na modalidade ensino a distância

5.6.7. SISTEMA PRISIONAL E CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL

- Visita ao Conjunto de Favelas da Maré, para conhecer a realidade local, colher relatos de moradores e fiscalizar violações de direitos humanos pelas quais passam a população das favelas.
- Realização, pelos membros do MPF, de 821 inspeções a estabelecimentos da Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal, visando ao atendimento da Resolução CNMP nº 20/2007. Entre as prioridades estabelecidas pelo órgão para as inspeções de 2019 está o acompanhamento dos IPLs com mais de 24 meses e dos que tratam de investigação dos tipos penais definidos como prioridade pelo Órgão.
- Criação do Grupo de Trabalho Interinstitucional de Defesa da Cidadania, instituído como forma de acompanhar e atuar em casos de violações de direitos humanos decorrentes da atividade de forças de segurança pública e ocorridas no sistema prisional. O Grupo publicou notas técnicas analisando os aspectos jurídicos das declarações do governador do Rio de Janeiro, no sentido de que as Polícias estaduais serão orientadas a "abater" pessoas; as modificações das regras para concessão de auxílio-reclusão a partir da edição da Medida Provisória nº 871/2019; dispositivo constante do Projeto de Lei nº 1.825/2016 da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, para autorizar o porte de armas de fogo por ocupantes de cargo de agente socioeducativo; e PL que altera lei de execuções penais.
- Elaboração, pelo GT Defesa da Cidadania, de nota pública em defesa do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, e realização de quatro reuniões abertas, com pessoas da comunidade, movimentos sociais, entidades da sociedade civil e parlamentares.
- Criação dos seguintes Grupos de Trabalho: Direito à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade e Mulheres e Pessoas; LGBTTI+ no Sistema Prisional; Direitos Humanos na Prisão; e Educação no Sistema Prisional.
- Defesa da atribuição do MPF em investigar crimes cometidos por militares contra civis, entre eles a ação do Exército que resultou nas mortes do músico Evaldo Rosa e do catador de materiais recicláveis Luciano de Barros Goes, no Rio de Janeiro.

- Promoção do cine-debate O Protagonismo das Mulheres no Enfrentamento à Violência Estatal e à Letalidade Policial, com exibição do documentário "Auto de Resistência" (BRASIL, 2018), para dar voz às mães de vítimas de violência policial e discutir o aumento de homicídios decorrentes de ações policiais no Brasil.
- Realização do Colóquio O Direito à Identidade de Gênero no Sistema Prisional, em que se discutiu o respeito à identidade de pessoas transgênero no sistema prisional.
- Promoção do Simpósio Drogas e Sistema de Justiça: que política queremos?, para debater as alterações no Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, instituído pela Lei nº 11.343/2006.
- Organização do debate Desmilitarizar a Polícia: Segurança Pública e Direitos Humanos, que teve como objetivo discutir a situação da segurança pública no Brasil, por meio de quatro eixos temáticos: polícias, drogas, raízes da violência e direitos humanos.
- Promoção da Mostra de Cinema Sistema Prisional e Direitos Humanos, com o intuito de fomentar a reflexão sobre o sistema de justiça criminal, o sistema prisional e a falta de efetivação dos direitos e garantias fundamentais de pessoas em situação de privação de liberdade.

5.6.8. DIREITOS DO CIDADÃO

- Envio de mais de 125 pedidos de esclarecimentos, solicitações e recomendações a órgãos do Poder Público, além de 30 notas técnicas ao Congresso Nacional sobre proposições legislativas que impactavam direitos humanos.
- Encaminhamento à Procuradoria-Geral da República de 12 representações sugerindo o questionamento, ao Supremo Tribunal Federal, de medidas que violavam garantias estabelecidas pela Constituição Federal.
- Participação em mais 30 audiências públicas no Congresso Nacional e em 59 reuniões de comissões, conselhos, comitês e grupos interinstitucionais de direitos humanos, além de 65 reuniões com movimentos sociais e representantes de organismos internacionais.
- Articulação da Ação Coordenada Dia D em Defesa da Educação, quando a PFDC e as 27 Procuradorias Regionais dos Direitos do Cidadão se mobilizaram diante do bloqueio orçamentário imposto pelo Ministério da Educação a universidades e institutos federais de ensino, impactando o adequado funcionamento dessas instituições. A iniciativa envolveu 79 unidades do MPF em todo o Brasil e resultou em mais de 90 procedimentos e 30 ações civis públicas instaurados.
- Defesa do funcionamento do Mecanismo Nacional de Prevenção à Tortura, que teve peritos exonerados.
- Elaboração de ação coordenada para identificar como está o cumprimento da lei federal que determina remuneração mínima para os profissionais da educação básica – o chamado Piso Nacional do Magistério –, com a participação de mais de 100 procuradores.
- Envio de recomendação ao INSS e ao Ministério da Economia para que promovessem, no âmbito das suas esferas de poder, os atos necessários à reposição da força de trabalho da autarquia, com posterior ajuizamento de ação civil pública sobre o tema, pelo MPF no Distrito Federal.
- Assinatura de protocolos e ações de cooperação com o Movimento de Mulheres Camponesas, com o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), com a Plataforma de Direitos Humanos Dhesca Brasil; com o Fundo de Populações das Nações Unidas (UNFPA); e também com a Secretaria Nacional de Justiça, a Defensoria Pública da União, o município de Guarulhos/SP e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados.
- Publicação dos roteiros de atuação *Violências Praticadas contra Defensores de Direitos Humanos no Campo e Ameaças contra Defensores de Direitos Humanos no Campo: Possibilidades de Atuação*.

5.7 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

O combate à criminalidade transnacional e à corrupção é um dos objetivos estratégicos que vem contribuindo para o alcance da visão definida no Planejamento Estratégico Institucional, resultando em reconhecimento internacional do Órgão. O MPF mantém contato permanente com autoridades estrangeiras para o auxílio jurídico em investigações e processos que envolvem mais de um país. A Secretaria de Cooperação Internacional, vinculada ao Gabinete do PGR, é responsável por auxiliar todos os membros do MPF nessa interlocução, em matéria de assistência jurídica, extradição e transferência de processos e de condenados. Veja alguns resultados da área em 2019:

- Assinatura, pelas autoridades do Brasil e do Paraguai, de acordo para a constituição de duas Equipes Conjuntas de Investigação (ECI), permitindo, assim, que membros de seus respectivos Ministérios Públicos investiguem de forma conjunta crimes complexos e transfronteiriços, e compartilhem as provas obtidas diretamente. O acordo permitiu a criação de duas equipes de investigação que já estão atuando.
- Realização da XXVI Reunião Especializada de Ministérios Públicos do Mercosul

(REMPM), em Salvador, com os chefes e representantes dos Ministérios Públicos do Mercosul e de países associados.

- Assinatura, durante o evento, da Declaração de Salvador, que prevê um conjunto de compromissos para combater o crime organizado, a corrupção, a lavagem de dinheiro e os delitos ambientais na região, por meio de uma atuação coordenada entre os membros do grupo.
- Atuação pela extradição do espanhol Carlos García Juliá, condenado pelo assassinato de cinco pessoas e foragido das autoridades espanholas há mais de 20 anos. A SCI também acompanha a extradição do brasileiro Valterson Cantuária Ferreira, acusado pela prática de homicídio contra um cidadão argentino. Ele está em Paris. A Corte de Apelação de Paris, na França, acatou o pedido de extradição apresentado pelo governo brasileiro, mas ainda está pendente de julgamento um recurso apresentado por Cantuária contra essa decisão.
- Lançamento da publicação *Buenas Prácticas – Lucha contra la corrupción*, como resultado de trabalho articulado dos membros da Rede Ibero-Americana de Procuradores Contra a Corrupção.
- Esforços para garantir convite ao Brasil para participação na Convenção de Budapeste sobre Crimes Cibernéticos. O convite foi realizado pelo Conselho da Europa em dezembro. A princípio, o ingresso do Brasil na Convenção de Budapeste estará restrito ao papel de observador, podendo participar de reuniões e aderindo aos protocolos firmados no âmbito do pacto. O tratado prevê o fortalecimento da cooperação internacional entre os países-membros para troca de informações e acesso a provas transnacionais visando ao combate dos crimes praticados na internet.

6 ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO

6.1 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

6.1.1. METODOLOGIA

VARIAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO MPF EM 2019

LOA-2018	LOA-2019	Acréscimos	Despesas Totais	Variação 2019/2018	
R$ 3.466,17 milhões	R$ 3.695,05 milhões	R$ 43,71 milhões	R$ 3.738,76 milhões	272,59 milhões	+7,9%

Fonte: Tesouro Gerencial, em 20/1/2020.

Tabela 14 Variação orçamentária do MPF em 2019

Este Relatório contempla a execução orçamentária e financeira da Lei nº 13.808, de 15 de janeiro de 2019 (LOA 2019), pelo Ministério Público Federal (MPF). Uma vez que a Emenda Constitucional (EC) nº 95/2016, que instituiu o Novo Regime Fiscal (NRF), somente estabelece limites individualizados de pagamento para as despesas primárias, optou-se por excluir as despesas financeiras, visto que, no âmbito do Órgão, tais despesas representam apenas o pagamento de contribuição patronal (ação 09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais). De toda forma, tais despesas perfizeram o valor total de R$ 434,36 milhões, ou 11,6% da dotação total de 2019, sendo pagos R$ 360,90 milhões, ou 83,1%.

A LOA 2019 e alterações posteriores (créditos adicionais), mais as dotações recebidas de outras unidades, mediante outras transferências orçamentárias, consignaram ao MPF o montante de R$ 3.738,76 milhões. Esse valor corresponde a acréscimo de 7,9% em relação ao orçamento autorizado no ano anterior.

Conceitos

Despesas Obrigatórias: são aquelas cuja execução o ente público não tem a discricionariedade para suspender, pois decorrem de lei. São exemplos dessas despesas o pagamento de pessoal e encargos sociais, auxílios (transporte, alimentação, pré-escolar, funeral), benefícios previdenciários e sentenças judiciais;

Despesas Discricionárias (ou não obrigatórias): são aquelas realizadas a critério do ente governamental, mediante disponibilidade orçamentária. Enquadram-se nessa categoria as despesas de custeio e investimentos.

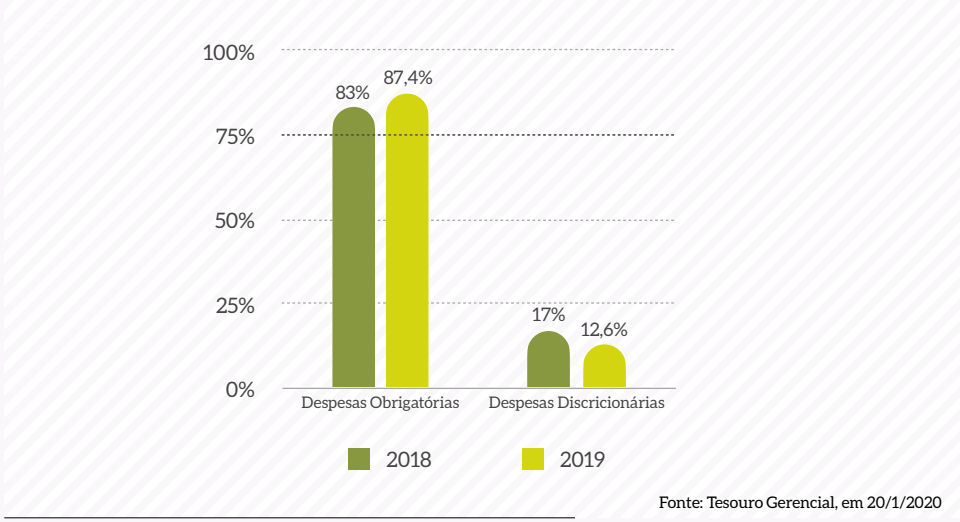
Despesas com pessoal (despesa obrigatória): Despesas orçamentárias com pessoal ativo, inativo e pensionistas, relativas a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência, conforme estabelece o caput do art. 18 da LRF;

Benefícios (despesa obrigatória): gastos com benefícios assistenciais, tais como auxílio-alimentação, auxílio-transporte, auxílio-creche, auxílio-natalidade e auxílio-funeral;

Despesas de custeio (despesa discricionária): despesas destinadas à aquisição de materiais e serviços para manutenção das unidades administrativas, tais como material de consumo, diárias, locação de imóveis, locação de mão de obra, pagamento de estagiários, manutenção predial, etc;

Investimentos (despesa discricionária): são dotações aplicadas no patrimônio permanente, tais como planejamento e execução de obras e reformas, aquisição de equipamentos, aquisição ou desenvolvimento de softwares, etc;

COMPOSIÇÃO DO ORÇAMENTO DO MPF – DOTAÇÃO AUTORIZADA



Fonte: Tesouro Gerencial, em 20/1/2020

Gráfico 14 Composição do Orçamento do MPF – Dotação Autorizada

DESPESAS OBRIGATÓRIAS 2019

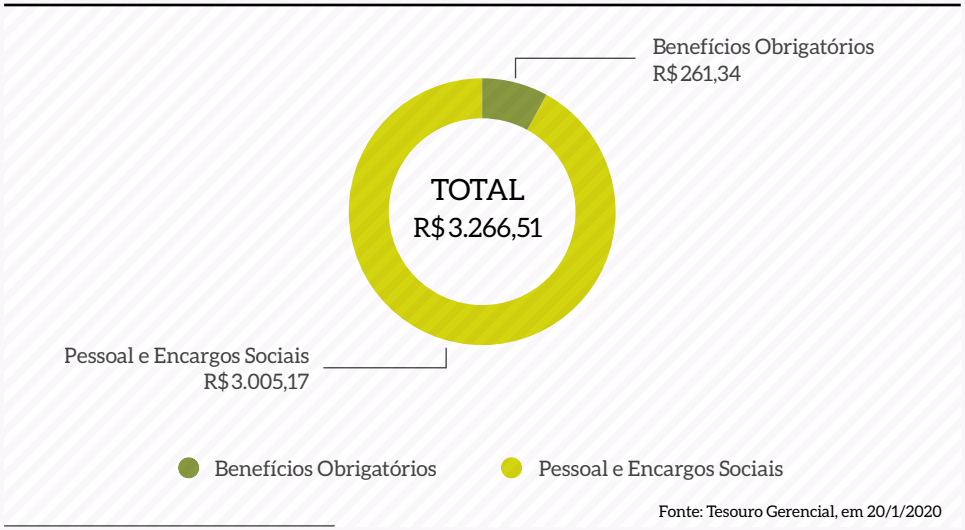


Gráfico 15 Despesas obrigatórias 2019

DESPESAS DISCRICIONÁRIAS 2019

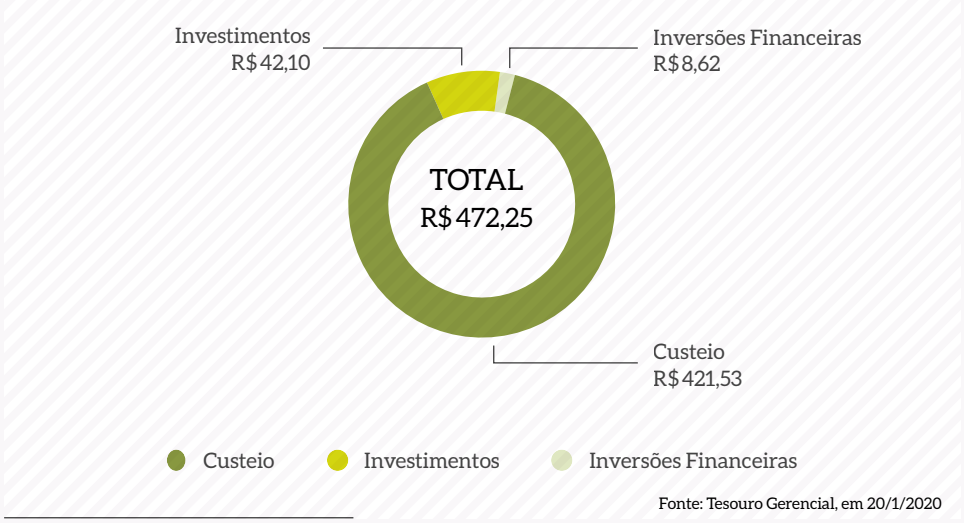


Gráfico 16 Despesas discricionárias 2019

CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA POR RESULTADO PRIMÁRIO

Classificação por Resultado Primário	Dotação Autorizada (em R$ milhões)			
	2018		2019	
Despesas Obrigatórias	2.878,45	83,0%	3.266,51	87,4%
Despesas Discricionárias	587,71	17,0%	472,25	12,6%
TOTAL	**3.466,17**	**100,0%**	**3.738,76**	**100,0%**

Fonte: Tesouro Gerencial, em 20/1/2020.

Tabela 15 Classificação da despesa por resultado primário

Inversões Financeiras (despesa discricionária): aquisição de imóveis ou bens de capital, já em utilização.

6.1.2. PERFIL DO GASTO DO MPF

A tabela 15 apresenta a evolução orçamentária de 2019 em relação a 2018, classificada por resultado primário (despesas obrigatórias e discricionárias).

As despesas obrigatórias em 2019 (gráfico 15) representaram 87,4% do total autorizado na LOA. Em comparação com 2018, houve incremento de R$ 388,05 milhões, ou 13,5%, decorrentes, principalmente, de progressões de carreiras e da implementação da última parcela do reajuste dos servidores (a partir de 1º de janeiro de 2019), concedido pela Lei nº 13.316, de 20 de julho de 2016, bem como da concessão de reajuste do subsídio do procurador-geral da República, autorizado pela Lei nº 13.753, de 26 de novembro de 2018.

6.1.3. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Relativamente à dotação disponível, a execução orçamentária de 2019 foi marginalmente superior à verificada em 2018, com quase 100% das despesas empenhadas, 97,4% de liquidação e 97,3% de pagamento. O volume inscrito em restos a pagar não processados ficou praticamente igual ao observado no ano anterior, em torno de 2% da dotação.

A execução orçamentária ainda contempla R$ 18,71 milhões oriundos de outras

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2019 X 2018 – EM % DA DOTAÇÃO DISPONÍVEL

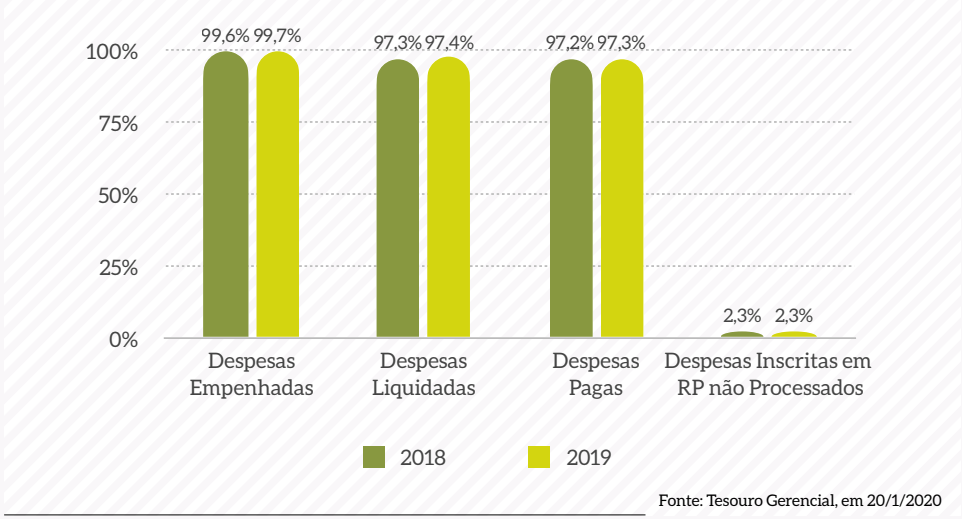


Gráfico 17 Execução orçamentária 2019 x 2018 – em % da dotação disponível

VALORES PAGOS – DESP. OBRIG. 2019 X 2018 (INCLUI PAG. DE RP)

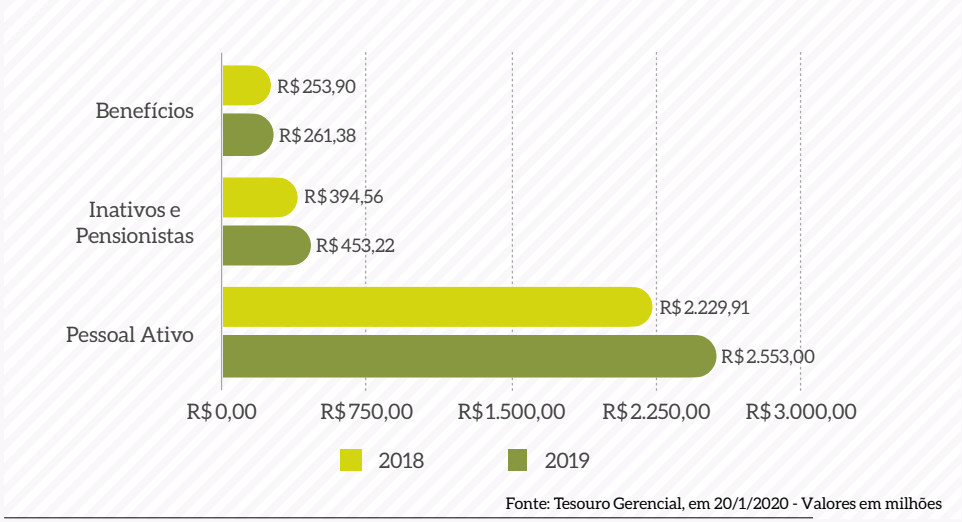


Gráfico 18 Valores pagos – despesas obrigatórias 2019 x 2018 (inclui pagamento de restos a pagar)

unidades orçamentárias, notadamente do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios (MPDFT) e da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU), relativos, principalmente, a protocolos de cooperação firmados entre essas unidades orçamentárias e o MPF para execução descentralizada de despesas referentes ao plano de saúde dos servidores e membros do MPU (*Plan-Assiste*). (gráfico 17).

6.1.4. EXECUÇÃO FINANCEIRA

A execução financeira (pagamento efetivo) da LOA-2019 alcançou o valor de R$ 3.637,96 milhões em 2019. Considerando o montante pago de restos a pagar (processados e não processados) de exercícios anteriores, no valor de R$ 80,06 milhões, obtém-se um pagamento total no exercício de R$ 3.718,03 milhões.

Despesas Obrigatórias

As despesas obrigatórias representaram 87,9% do montante pago, um incremento em

COMPOSIÇÃO DO PAGAMENTO DE DESPESAS OBRIGATÓRIAS EM 2019

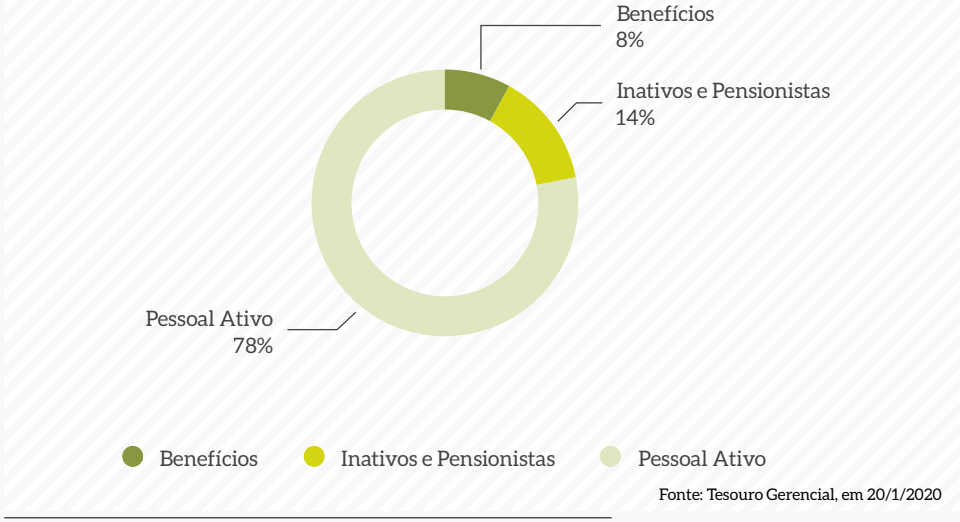
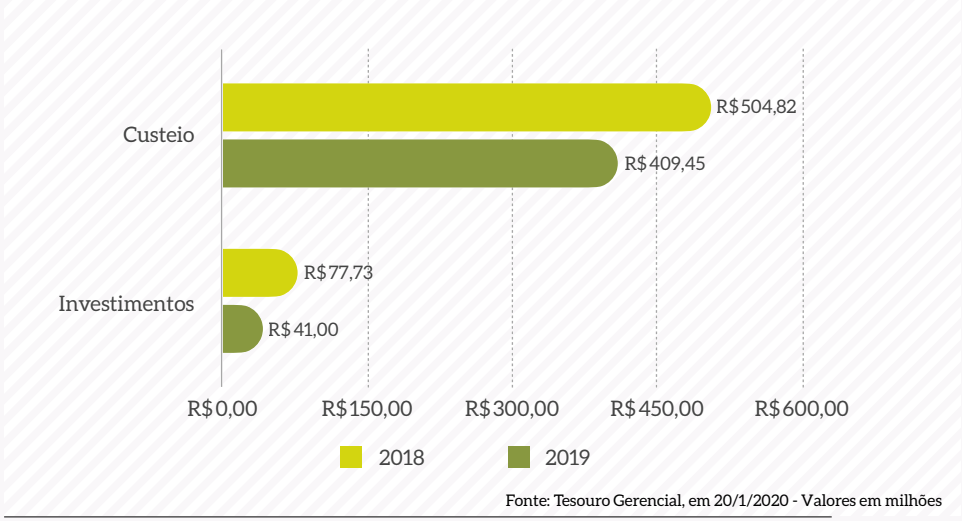


Gráfico 19 Composição do pagamento de despesas obrigatórias em 2019

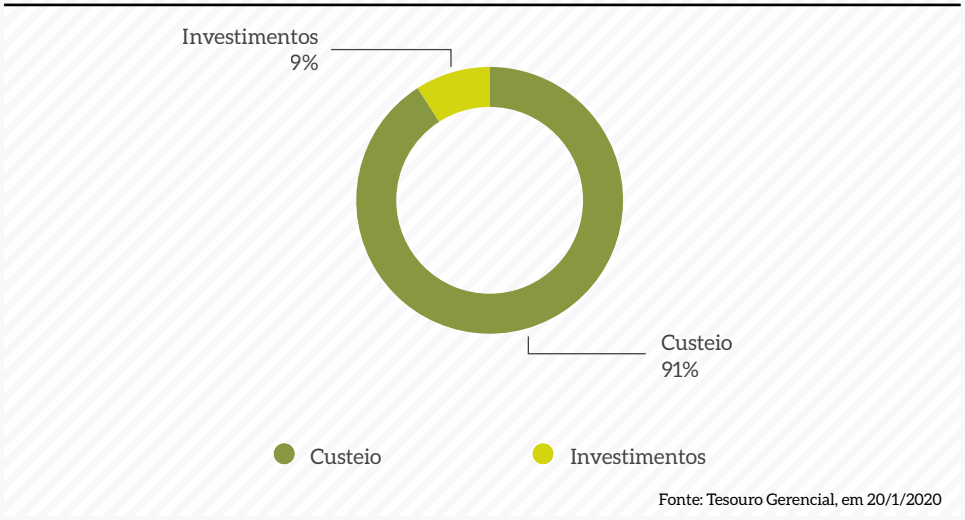
VALORES PAGOS – DESP. DISC. 2019 X 2018 (INCLUI PAG. DE RP)



Fonte: Tesouro Gerencial, em 20/1/2020 - Valores em milhões

Gráfico 20 Valores pagos – despesas discricionárias 2019 x 2018 (inclui pagamento de restos a pagar)

COMPOSIÇÃO DO PAGAMENTO DE DESPESAS DISCRICIONÁRIAS EM 2019



Fonte: Tesouro Gerencial, em 20/1/2020

Gráfico 21 Composição do pagamento de despesas discricionárias em 2019

relação a 2018 de 13,5%. O pagamento de despesas discricionárias atingiu 12,1% do total pago em 2019, significando decréscimo de 22,7% em relação ao ano anterior. (gráfico 18).

Despesas de Custeio

Em 2019 foram pagos R$ 409,45 milhões, sendo que R$ 42,55 milhões (10,4%) foram relativos a pagamento de restos a pagar de anos anteriores. Destaque-se que, relativamente ao ano anterior, houve redução nessa categoria de gastos da ordem de R$ 95,37 milhões, ou -18,9%. Parte dessa redução deveu-se à nova regra de pagamento do auxílio-moradia para membros do MPU, despesa classificada na rubrica Indenizações e Restituições (gráfico 22).

Os gastos mais representativos de custeio concentram-se em locação de mão de obra e serviços de terceiros – pessoa jurídica, com 43,3% e 27,9% do montante pago, respectivamente. Verifica-se que a tendência para despesas de custeio tem sido de diminuição, à medida que a Instituição implementa ações para redução e racionalização desse tipo de gasto (gráfico 25).

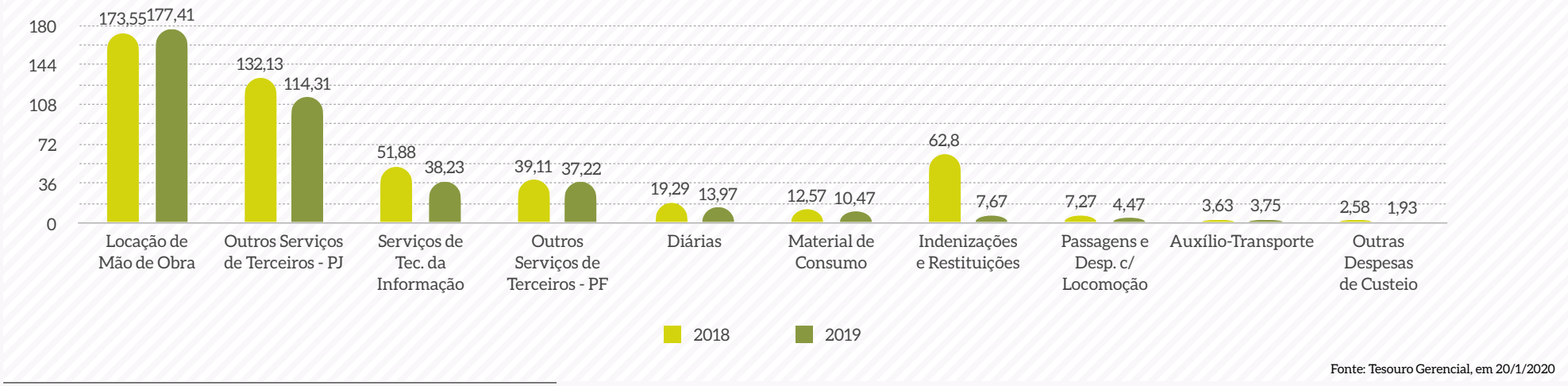
Investimentos

Em 2019 foram pagos R$ 41,0 milhões em investimentos, sendo R$ 14,47 milhões em projetos específicos de construções e reformas de edifícios-sede e R$ 26,53 milhões em outros investimentos. Esses valores refletem redução, em relação ao que foi pago no exercício anterior, da ordem de R$ 36,73 milhões (-47,3%). Tais números incluem o pagamento de restos a pagar não processados.

Excetuando-se as construções e reformas, o maior gasto com investimentos diz respeito à aquisição de equipamentos e materiais permanentes, notadamente os relacionados à tecnologia da informação e comunicação (TIC), tais como computadores, softwares, ativos de rede (switches, roteadores, repetidores, etc.).

Nota-se que a tendência para as despesas com investimentos no MPF, tanto em termos de construções e reformas de sedes, como de aquisição de equipamentos e outros bens permanentes, tem sido de diminuição. Foram suspensos ou postergados vários novos projetos de construção e aquisição de edifícios-sede, bem como a implantação de novas Procuradorias da República. Na destinação das dotações, foram priorizadas obras em fase de conclusão, obedecendo a critérios técnicos estabelecidos pela Secretaria de Engenharia e Arquitetura do MPF. Ainda como medida de contenção de despesas, algumas unidades ministeriais foram desativadas ou transformadas em Postos Avançados de Atendimento, a exemplo das Procuradorias da República nos municípios de Concórdia, Joaçaba e Rio do Sul, no estado de Santa Catarina.

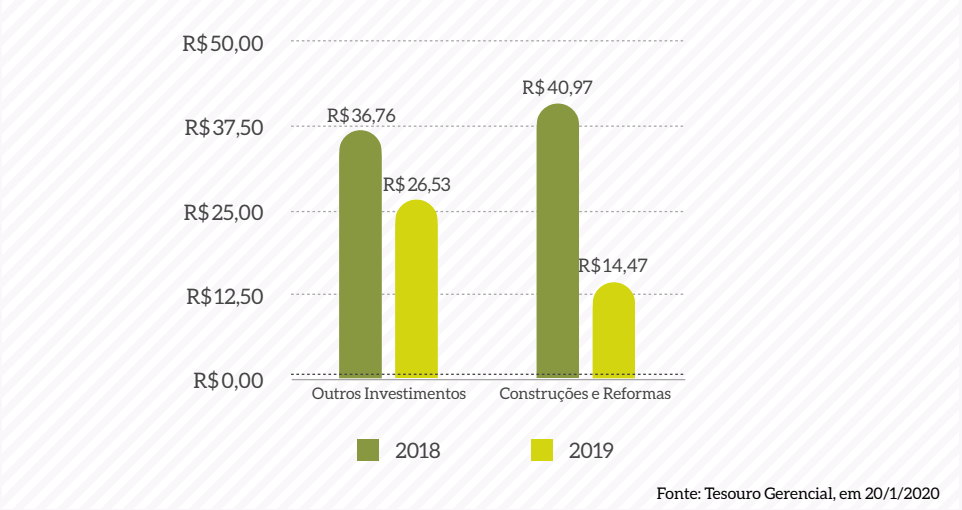
GASTOS COM CUSTEIO – PAGAMENTO POR ELEMENTO DE DESPESA – 2019 X 2018 (EM R$ MILHÕES)



Fonte: Tesouro Gerencial, em 20/1/2020

Gráfico 22 Gastos com custeio – pagamento por elemento de despesa – 2019 x 2018

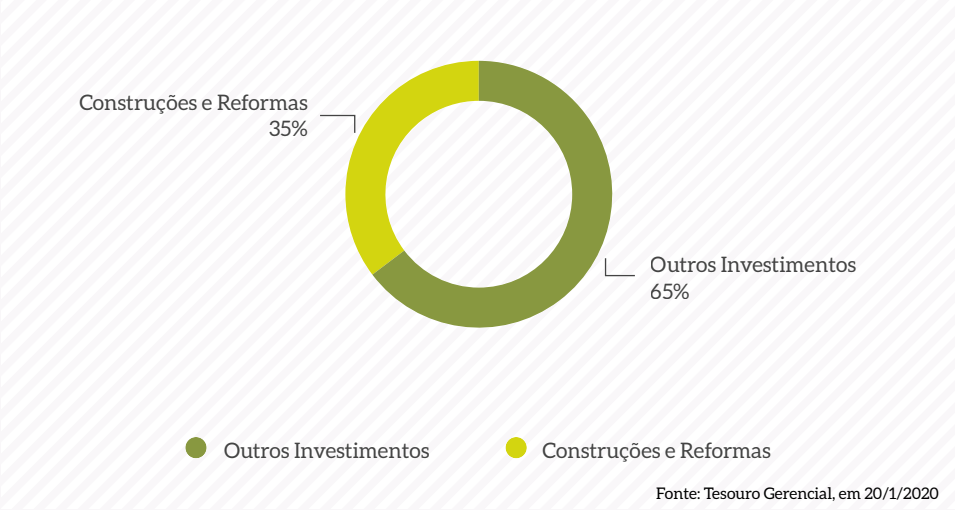
VALORES PAGOS – INVESTIMENTOS 2018 X 2019 (EM R$ MILHÕES)



Fonte: Tesouro Gerencial, em 20/1/2020

Gráfico 23 Valores pagos – investimentos 2018 x 2019

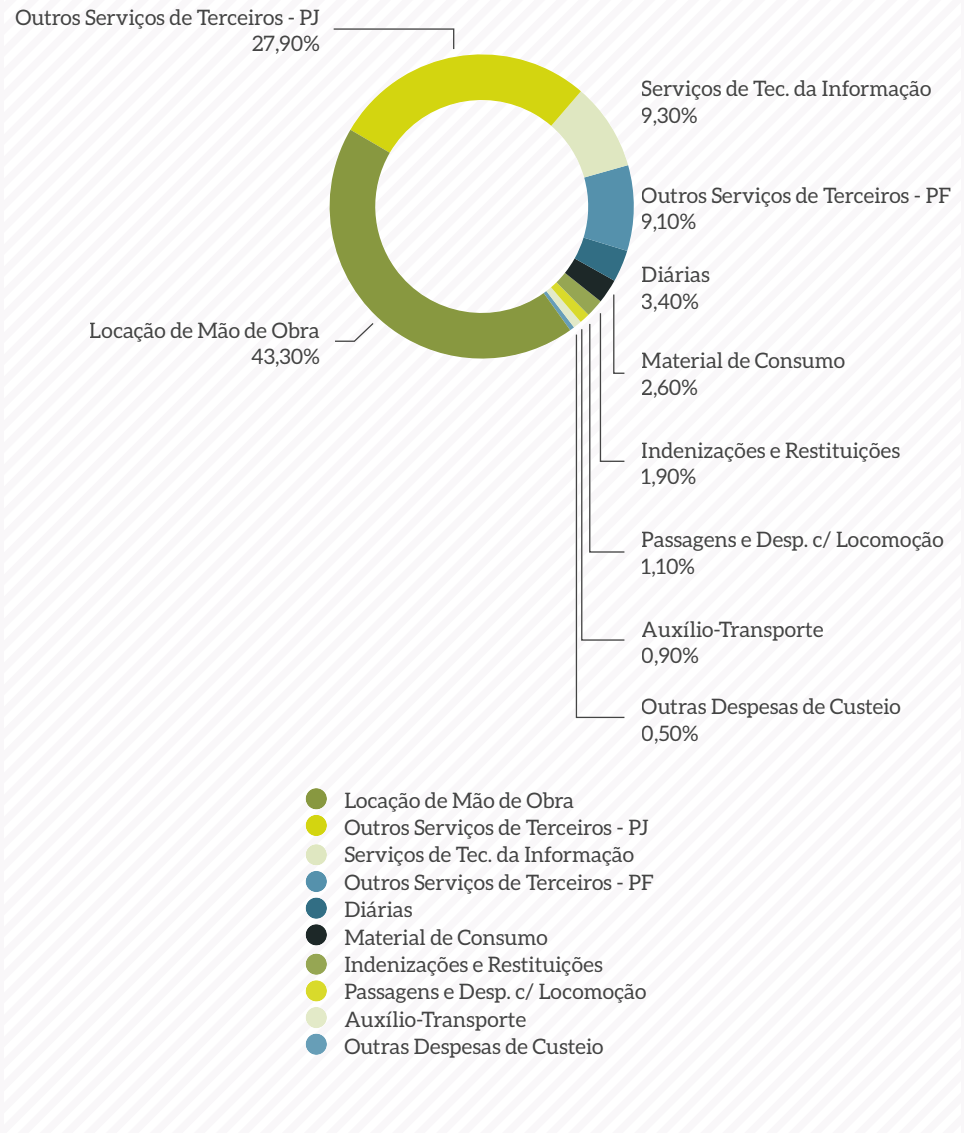
INVESTIMENTOS – PERCENTUAIS PAGOS EM 2019



Fonte: Tesouro Gerencial, em 20/1/2020

Gráfico 24 Investimentos – percentuais pagos em 2019

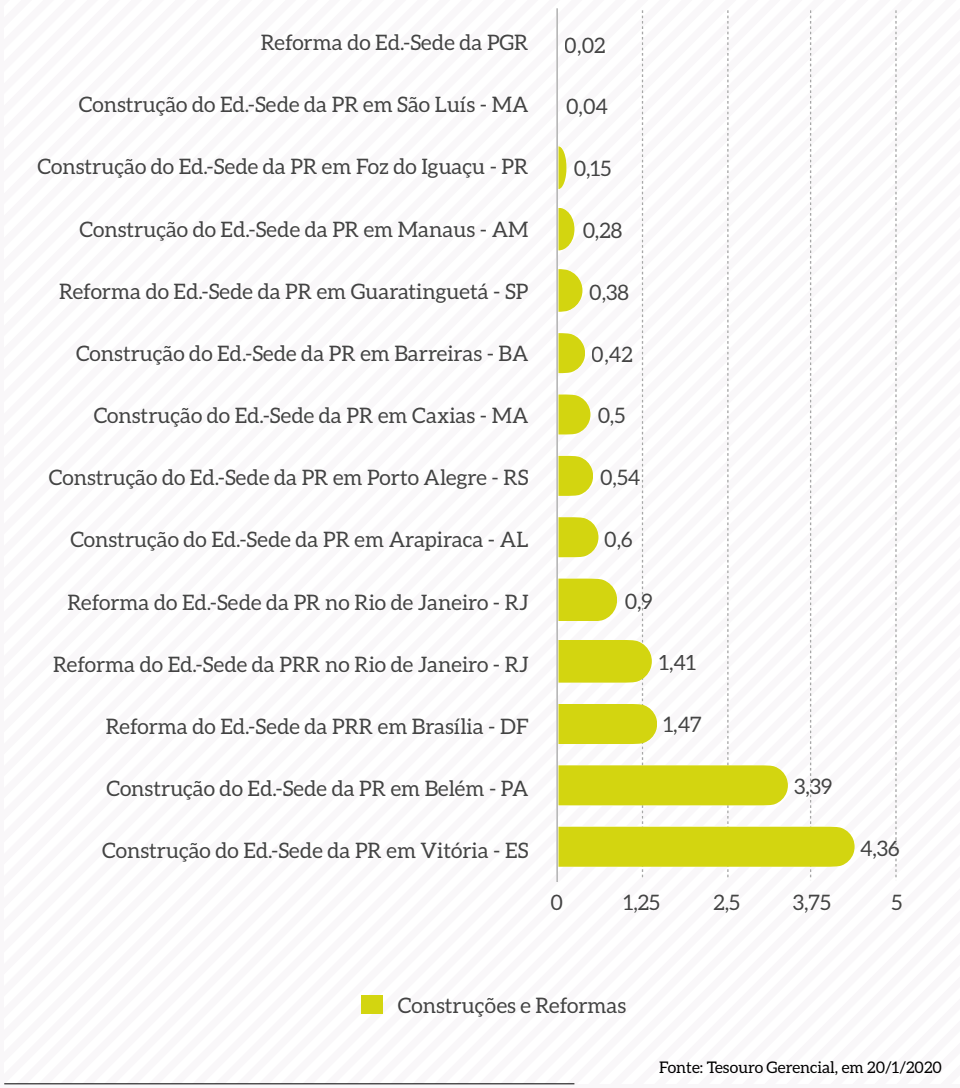
CUSTEIO 2019 – PERCENTUAL DE PAG. POR ELEMENTO DE DESPESA



Fonte: Tesouro Gerencial, em 20/1/2020

Gráfico 25 Custeio 2019 – percentual de pagamento por elemento de despesa

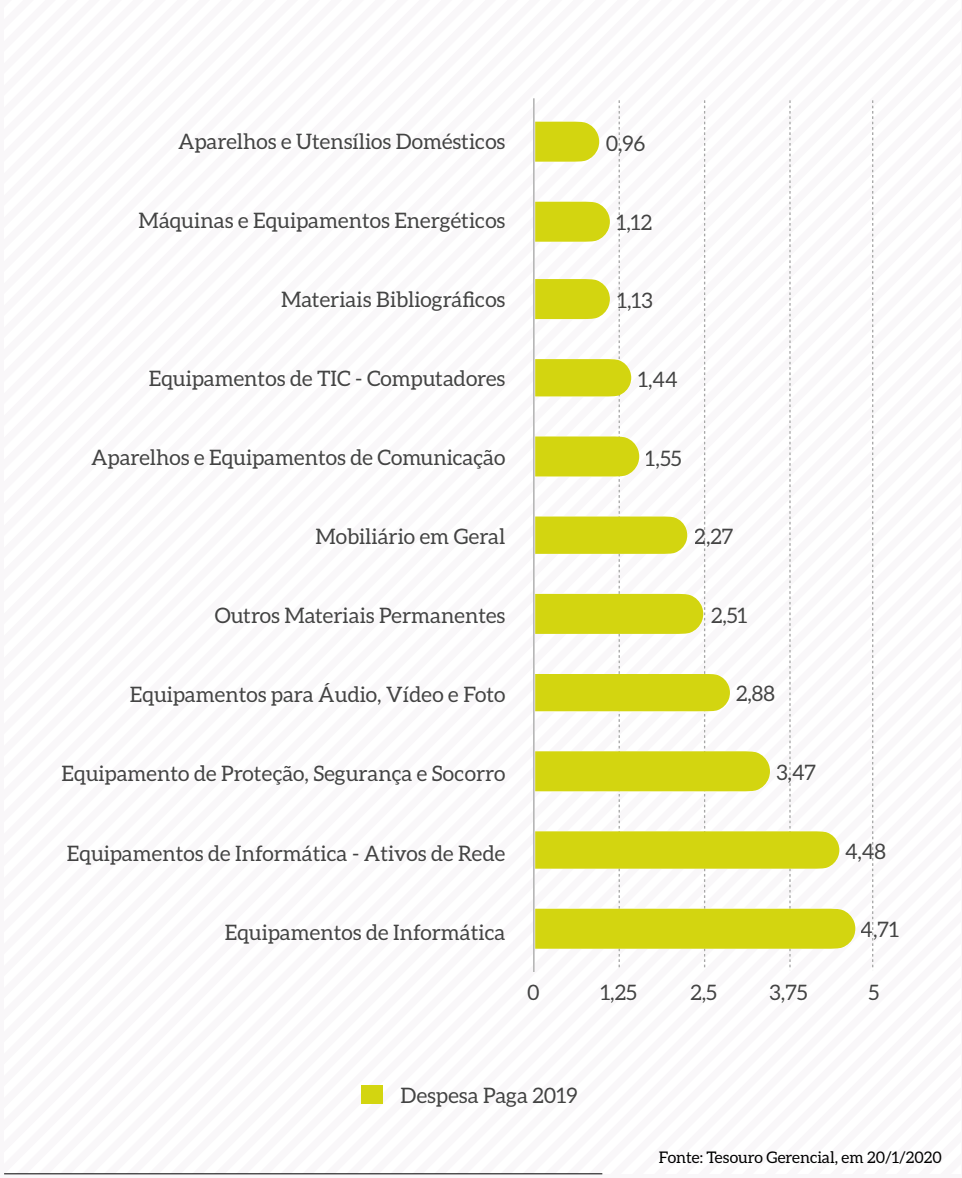
CONSTRUÇÕES E REFORMAS PAG. EFETIVADOS EM 2019 (EM R$ MILHÕES)



Fonte: Tesouro Gerencial, em 20/1/2020

Gráfico 26 Construções e reformas pagamentos efetivados em 2019

DESPESA PAGA 2019 – OUTROS INVEST. POR ITEM DE GASTO (EM R$ MILHÕES)



Fonte: Tesouro Gerencial, em 20/1/2020

Gráfico 27 Despesa paga 2019 – outros investimentos por item de gasto

6.2 DOTAÇÃO E EXECUÇÃO DAS DESPESAS DO MPF EM 2019 E 2018

6.2.1. RESTOS A PAGAR

Restos a pagar são despesas empenhadas e não pagas até 31 de dezembro do ano em que foi autorizada a despesa. Tais despesas, para fins contábeis, são classificadas em processadas (o credor já cumpriu com sua obrigação, tendo o direito de receber o pagamento) e não processadas (não liquidadas, ou seja, ainda não foi apurado se o credor cumpriu com a obrigação).

Somando-se os restos a pagar processados e os não processados, em 2019 o valor inscrito em restos a pagar totalizou R$ 136,72 milhões. Desse montante, R$ 84,30 milhões são relativos a empenhos de 2018 e R$ 52,43 milhões são de exercícios anteriores a 2018.

Do total inscrito em restos a pagar, foram pagos em 2019 R$ 80,06 milhões (58,6%) e cancelados R$ 49,63 milhões (36,3%), restando um saldo a pagar de R$ 7,02 milhões, correspondentes a 5,1% do valor inscrito.

A maior parcela do saldo de restos a pagar é de empenhos emitidos em 2018 (87,1%). Dos valores empenhados em 2019, foram inscritos ao final do exercício R$ 88,45 milhões, sendo R$ 4,01 milhões de restos a pagar processados e R$ 84,44 milhões de não processados.

A atual gestão continua envidando esforços para manter o volume desses passivos orçamentários em níveis mínimos, uma vez que eles impactam o limite de pagamento a que o Órgão está submetido por determinação da EC nº 95/2016, prejudicando o planejamento.

Observa-se que o volume inscrito em restos a pagar vem diminuindo nos últimos anos, corroborando que as medidas adotadas pelo MPF têm surtido efeito.

6.2.2. CONFORMIDADE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Instituição essencial à função jurisdicional do Estado, o MPF tem como missão precípua a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Sua área de atuação abrange temas variados, como Direitos Sociais, Ordem Econômica, Direitos do Consumidor, Meio Ambiente, Criminal, Combate à Corrupção, Defesa das Populações Indígenas, Controle Externo da Atividade

DOTAÇÃO E EXECUÇÃO DAS DESPESAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL EM 2019 E 2018 (EM R$ MILHÕES)

Despesa	2019					2018					RP Pago[1]	Variação em %
	Dotação Atual	Empenhado	Liquidado	Pago	RP Pago[1]	Dotação Atual	Empenhado	Liquidado	Pago	RP Pago[1]		
	[a]	[b]	[c]	[d]	[e]	[f]	[g]	[h]	[i]	[j]	[j]	[l]=[k/i]
Pessoal e Benefícios	3.266,51	3.266,50	3.262,02	3.261,51	6,07	2.878,45	2.878,41	2.871,97	2.871,87	6,50	6,50	13,6%
Custeio	421,53	411,21	370,40	366,90	42,97	526,86	519,72	472,67	469,33	35,49	35,49	-21,8%
Investimentos[2]	50,72	48,70	9,55	9,55	31,03	60,85	55,34	28,14	27,97	49,76	49,76	-65,8%
TOTAL	**3.738,76**	**3.726,41**	**3.641,97**	**3.637,96**	**80,06**	**3.466,17**	**3.453,46**	**3.372,79**	**3.369,17**	**91,76**	**91,76**	**8,0%**

1 Restos a pagar processados e não processados pagos.

2 Contempla inversões financeiras (GND-5), no valor de R$ 8,62 milhões empenhados em 2019. Tais valores foram inscritos em restos a pagar não processados e destinaram-se à aquisição de imóveis para a Procuradoria da República em Dourados-MS e para a Procuradoria Regional da República da 5ª Região (PE).

Tabela 16 Dotação e execução das despesas do Ministério Público Federal em 2019 e 2018 (em R$ milhões)

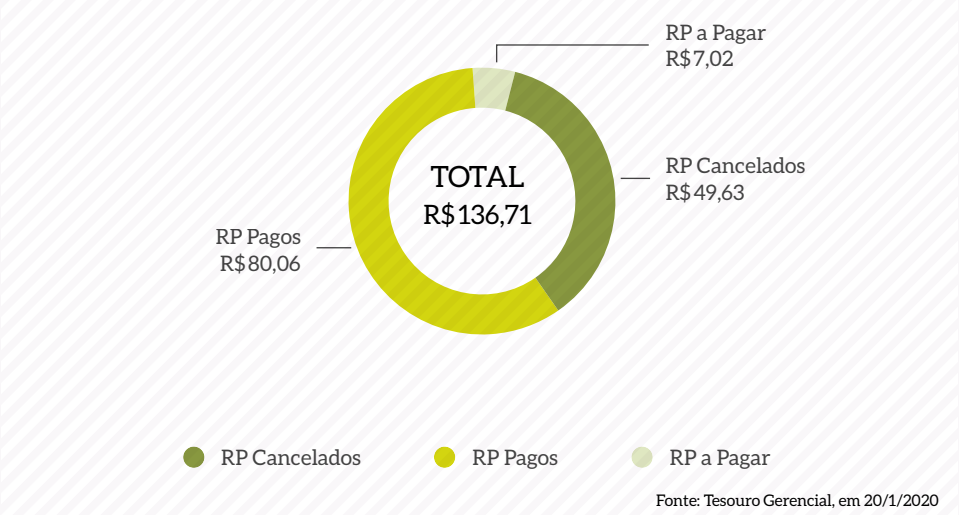
Policial, entre outros.

Consideradas as especificidades de cada área de atuação das unidades ministeriais, a execução orçamentária e financeira no âmbito do MPF ocorre de maneira descentralizada, de modo a permitir aos gestores maior agilidade e efetividade em suas ações, resultando em serviços de excelência à sociedade. É nesse contexto que os atos de gestão orçamentária e financeira praticados pelas unidades gestoras do MPF, em 2019, encontram-se em absoluta conformidade com as normas legais aplicáveis.

Ainda que o cenário econômico nacional não seja dos mais favoráveis, medidas adotadas pelo MPF no sentido de otimizar os recursos disponíveis fizeram as principais metas para o exercício de 2019 serem alcançadas. Contribuiu também para a saúde financeira do Órgão o aporte adicional de R$ 121,04 milhões, repassados pelo Ministério da Economia a título de correção do limite orçamentário do exercício de 2019, nos termos do Acórdão nº 3072/2019 do Tribunal de Contas da União (TCU).

Uma parte desses recursos foi direcionada ao pagamento de passivos relativos a despesas de pessoal. Tais passivos, já reconhecidos e não pagos em exercícios anteriores, vinham se avolumando, o que demandava solução urgente. Outra parcela foi alocada no plano de saúde do Órgão, que vinha passando por dificuldades financeiras. Aliada a esse aporte extra, uma reformulação geral nas regras do *Plan-Assiste*, com reajustes nas contribuições dos beneficiários, garantirá a sustentabilidade financeira do plano ao longo dos anos.

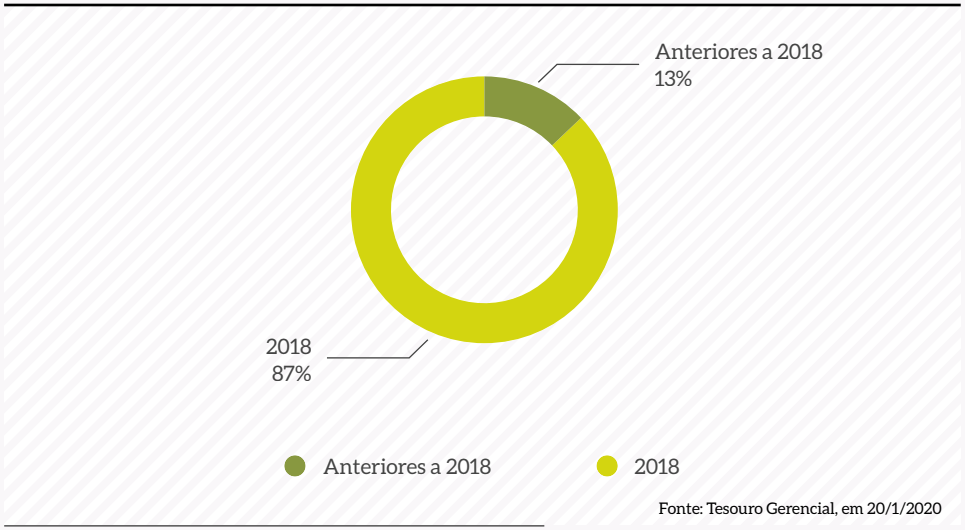
SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR EM 2019



Fonte: Tesouro Gerencial, em 20/1/2020

Gráfico 28 Situação dos restos a pagar em 2019

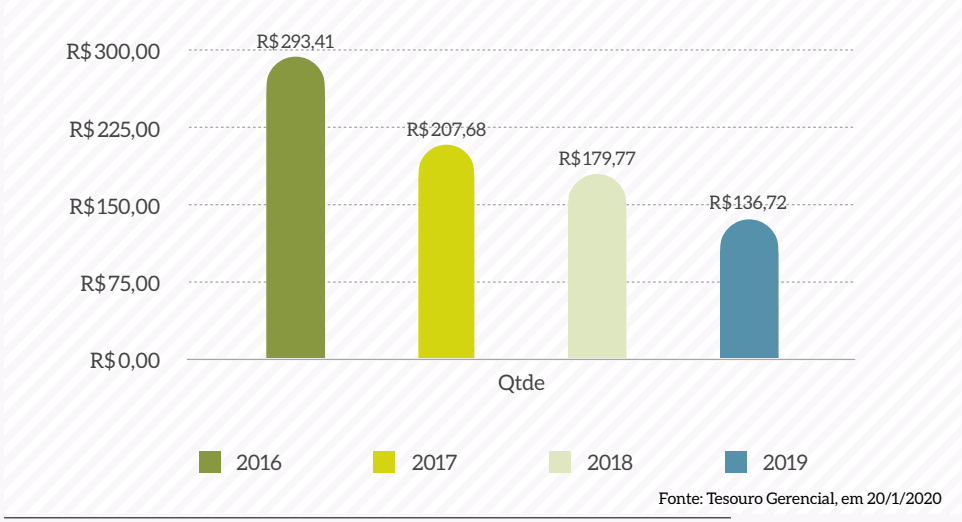
SALDO DE RP A PAGAR POR ANO DE EMISSÃO DO EMPENHO



Fonte: Tesouro Gerencial, em 20/1/2020

Gráfico 29 Saldo de RP a pagar por ano de emissão do empenho

VOLUME DE RP INSCRITOS – PERÍODO DE 2016 A 2019 (EM R$ MILHÕES)



Fonte: Tesouro Gerencial, em 20/1/2020

Gráfico 30 Volume de restos a pagar inscritos – período de 2016 a 2019 (em R$ milhões)

6.2.3. PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

Desafios

- Manter o alto padrão de qualidade dos serviços prestados pelo MPF à sociedade, a despeito das restrições financeiras vigentes;
- Retomar a execução de obras paralisadas em virtude de insuficiência orçamentária em gestões anteriores;
- Recompor o quadro de pessoal, pela nomeação de concursados ou pela realização de novos processos seletivos;
- Reduzir despesas de custeio, principalmente as relacionadas com a locação de imóveis;
- Adotar o uso de energia limpa, em prol de um meio ambiente ecologicamente equilibrado, com utilização de energia solar em um número maior de unidades do MPF.

Ações

- Elaboração de um novo Planejamento Estratégico para o MPF;
- Adoção de melhores práticas administrativas, visando à eficiência do gasto e ao princípio constitucional da economicidade, por meio da criação de grupos de trabalho (GTs) específicos.
- Implantação do projeto Aluguel Zero, em que a Instituição buscará alternativas para minimizar gastos com o pagamento de aluguéis, como uma parceria com a Secretaria de Patrimônio da União (SPU), para cessão de imóveis desocupados da União ao MPF, nas cidades em que este não dispor de imóvel próprio;
- Implementação de projeto piloto de utilização de energia solar no edifício da Procuradoria-Geral da República.

6.3 GESTÃO DE CUSTOS

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN), órgão central de custos do Governo Federal, por meio da Portaria STN nº 716/2011, estabeleceu as competências do órgão central e dos órgãos setoriais no Sistema de Custos do Governo Federal.

A gestão das informações de custos do MPF ocorre a partir dos dados extraídos do Siafi, complementados com métricas físicas de sistemas internos. A partir do cruzamento dessas informações, extraem-se relatórios com o propósito de subsidiar a tomada de decisões dos gestores, fomentar a melhoria na qualidade do gasto e a alo-

PRINCIPAIS ITENS DE CUSTOS – DESPESAS DISCRICIONÁRIAS (EM R$ MILHÕES)

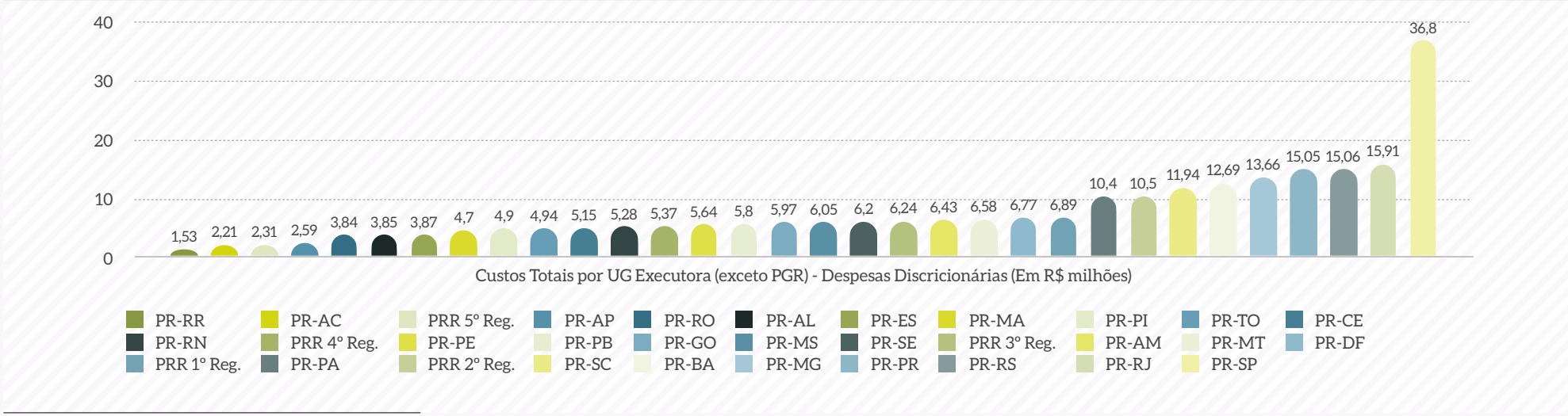


Gráfico 31 Principais itens de custos – despesas discricionárias

cação dos recursos.

Os resultados aqui apresentados foram gerados no Tesouro Gerencial, utilizando-se a métrica Valor Custo Direto VPD, que demonstra as variações patrimoniais diminutivas, conforme o modelo teórico adotado pela STN. É importante destacar que os resultados com foco em custos podem divergir daqueles com foco orçamentário.

No MPF, considerando os dados disponíveis nos sistemas orçamentários e patrimoniais, bem como a estrutura organizacional, adotou-se como centro de custos as unidades administrativas e as unidades vinculadas, representadas pela Procuradoria-Geral da República (PGR), pelas Procuradorias Regionais da República (PRRs), Procuradorias da República (PRs) e pelas Procuradorias da República nos Municípios (PRMs), perfazendo o total de 227 centros de custo. Tais unidades são responsáveis pela definição de diretrizes para implantação e pela implementação de políticas institucionais, não necessariamente separando os custos em áreas finalísticas e de suporte.

Para que todo o MPF fique integrado ao Sistema de Gestão de Custos, resta implementar a funcionalidade para duas UGs Executoras da PGR, a saber: SA (Secretaria de Administração) e SGP (Secretaria de Gestão de Pessoas). A primeira é responsável pela execução de praticamente todos os custos associados às despesas discricionárias da PGR, além de uma parte das despesas discricionárias das PRRs, PRs e PRMs provenientes de contratos de abrangência nacional, a exemplo do contrato para provimento de internet em rede nacional. A segunda é responsável por toda a despesa obrigatória do MPF (pagamento de pessoal e encargos sociais, benefícios assistenciais e outros auxílios), bem como da folha de estagiários.

Em um cenário de restrição orçamentária e pela necessidade contínua de demonstrar resultados satisfatórios à sociedade, cabe ao MPF ampliar a utilização de instrumentos de governança que resultem em melhor alocação dos recursos disponíveis. A evolução contínua do Sistema de Informações de Custos é essencial para que o MPF atinja esse objetivo.

A automatização no tratamento das despesas de pessoal é um desafio a ser enfrentado nos próximos exercícios. Após a superação dessas barreiras, será possível analisar, considerando os critérios de oportunidade e conveniência, a viabilidade da classificação dos custos em área finalística e de suporte, orientando os gestores na tomada de decisão consciente e fundamentada.

CUSTOS TOTAIS POR UG EXE. (EXCETO PGR) – DESPESAS DISC. (EM R$ MILHÕES)

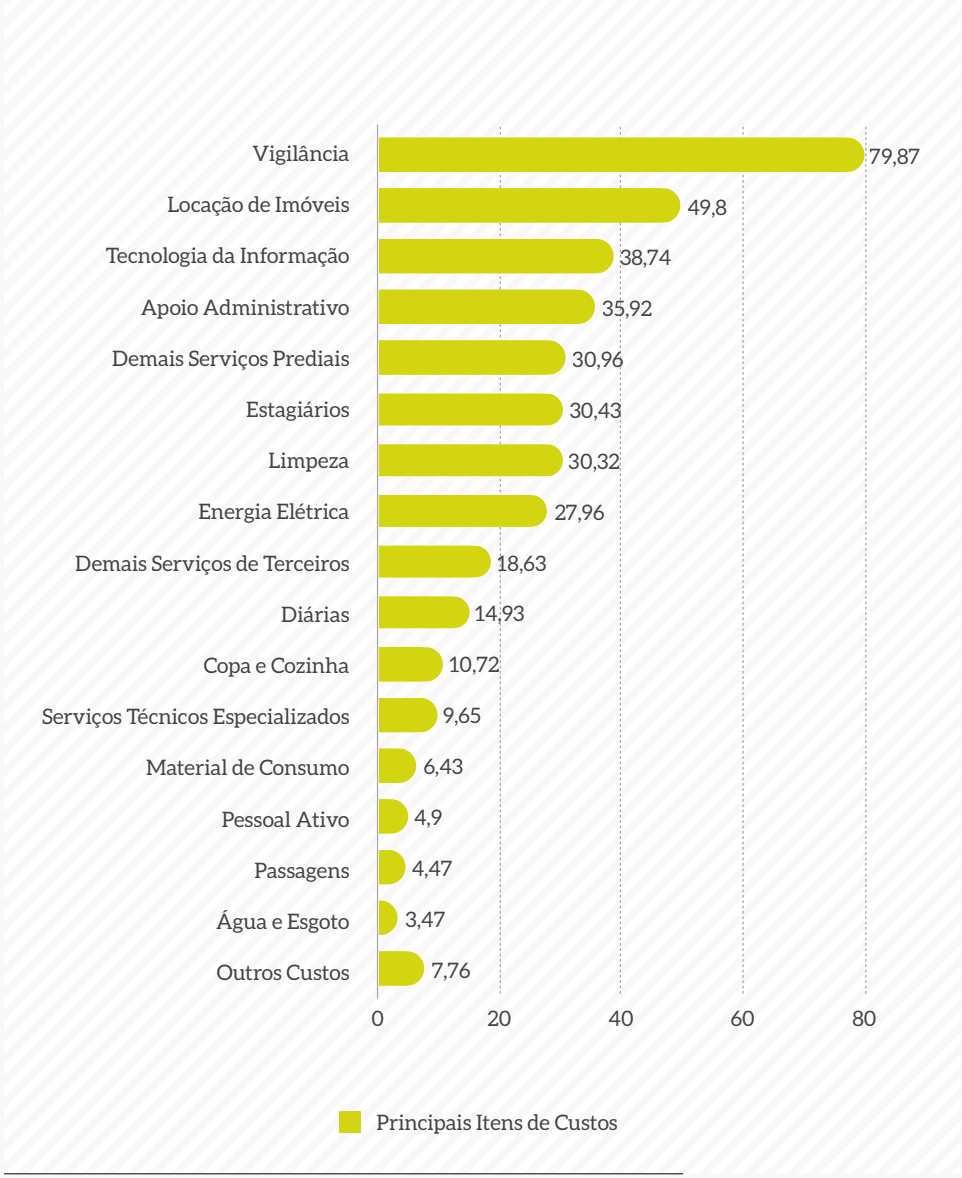


Gráfico 32 Custos totais por UG executora (exceto PGR) – despesas discricionárias

6.4 GESTÃO DE PESSOAS

6.4.1. CONFORMIDADE LEGAL

Legislação Aplicável à Gestão de Pessoas do MPF

O Ministério Público Federal observa um extenso conjunto de regras e diretrizes definidas em lei e pelos órgãos de controle interno e externo para assegurar a conformidade dos processos de gestão de pessoas à legislação e às normas internas aplicáveis. (tabela 17).

Apontamento dos Órgãos de Controle

As diligências e apontamentos dos órgãos de controle (TCU, CNMP e Auditoria Interna do MPU) são acompanhados frequentemente para que sejam dados os devidos atendi-

ACÓRDÃOS DO TCU – ÁREA DE PESSOAL

Aplicáveis ao MPF	12
Aplicáveis ao MPU	11

Tabela 18 Acórdãos do TCU – área de pessoal

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À GESTÃO DE PESSOAS DO MPF

Leis Complementares	2
Leis	15
Decreto	3
Resoluções	9
Instruções	5
Portarias	83
Ato Conjunto	1
Carta de Conjuntura	1

Tabela 17 Legislação aplicável à gestão de pessoas do MPF

SISTEMA E-PESSOAL – INDÍCIOS ENCAMINHADOS AO TCU

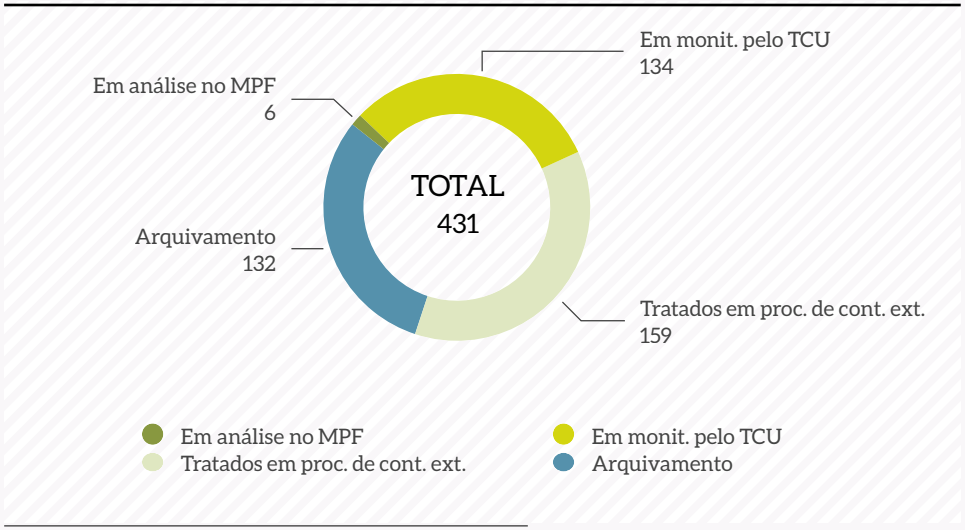


Gráfico 33 Sistema e-pessoal – indícios encaminhados ao TCU

mentos pelas unidades envolvidas e para que sejam adotadas medidas de caráter definitivo a fim de solucionar eventuais achados.

Desde 2018, o MPF passou a compartilhar com o TCU o processamento de sua folha de pagamento. Tal iniciativa possibilitou à Corte de Contas fazer cruzamento das bases de dados de pagamento do MPF com as bases de dados de outros órgãos em todas as esferas da União, bem como com a base da Relação Anual de Informações Sociais (Rais). Essa sistemática facilitou o monitoramento e o tratamento de indícios de acumulação irregular de cargos, empregos, funções, proventos de aposentadorias e pensões, entre outros.

Indicadores de Conformidade

Os responsáveis pelas unidades de gestão de pessoas declaram anualmente a observância às normas e ao cumprimento dos tópicos indicados.

Controle e acompanhamento da entrega das Declarações de Bens e Renda.

Controle e acompanhamento dos registros de atos de pessoal no Sistema e-Pessoal."

GÊNERO - CORPO FUNCIONAL DE SERVIDORES DO MPF

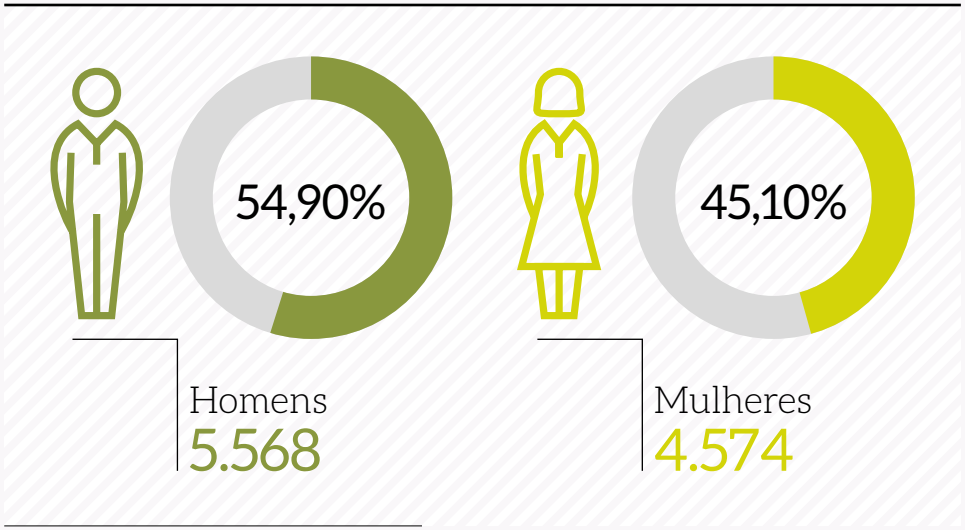


Gráfico 34 Corpo funcional de servidores do MPF

GÊNERO - CORPO FUNCIONAL DE MEMBROS DO MPF

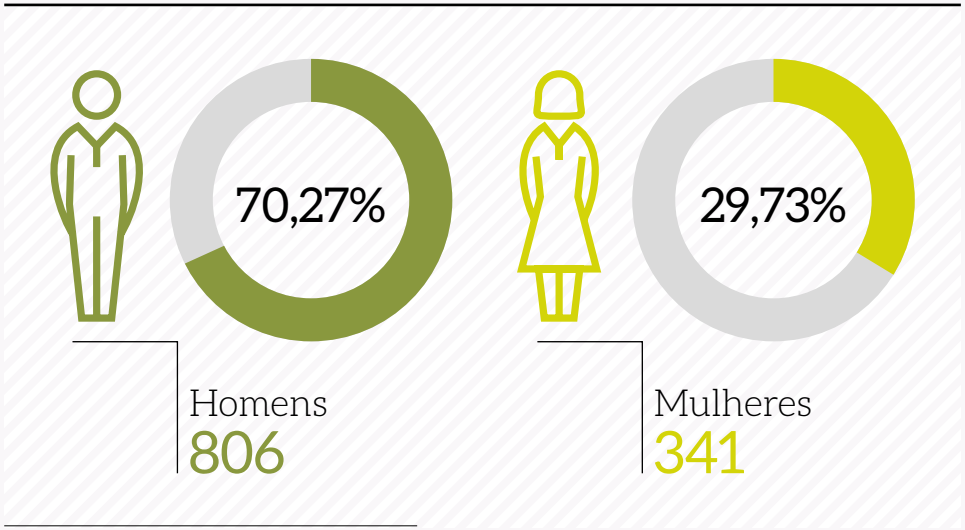


Gráfico 35 Corpo funcional de membros do MPF

FORÇA DE TRABALHO DO MPF

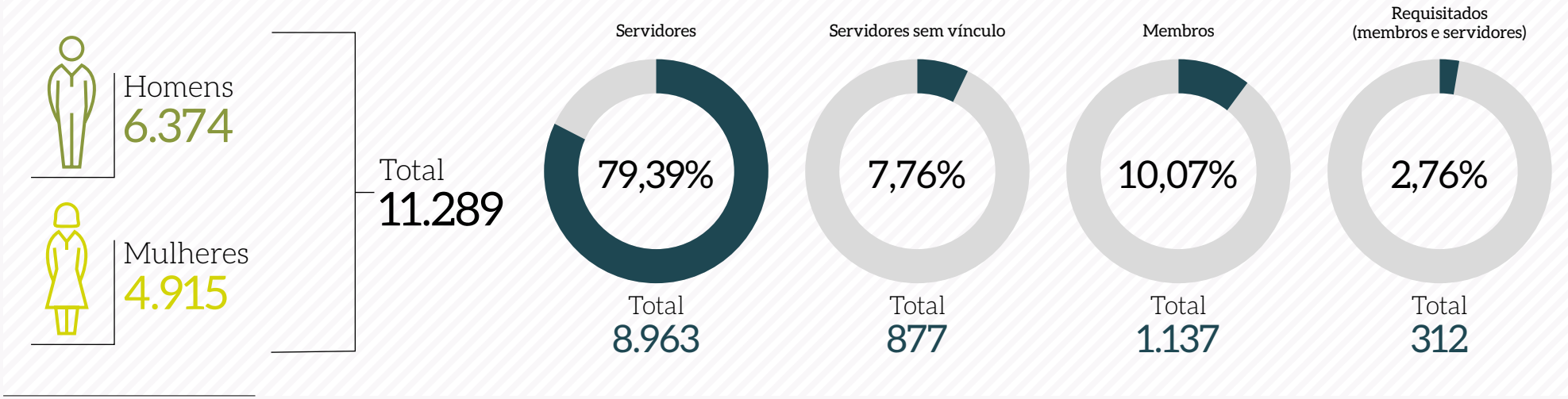


Gráfico 37 Força de trabalho do MPF

PROGRAMAS DE APRENDIZAGEM DO MPF

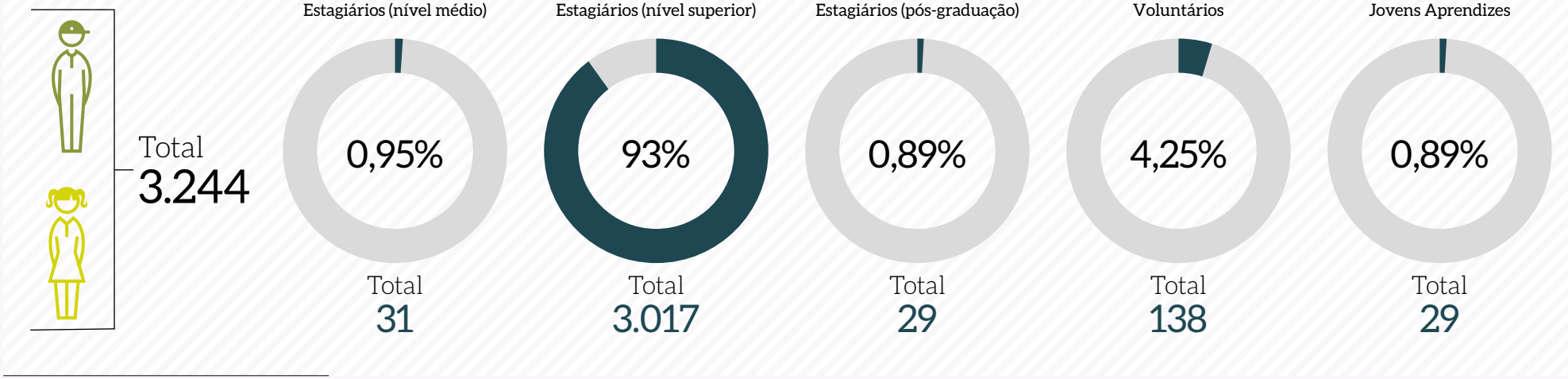
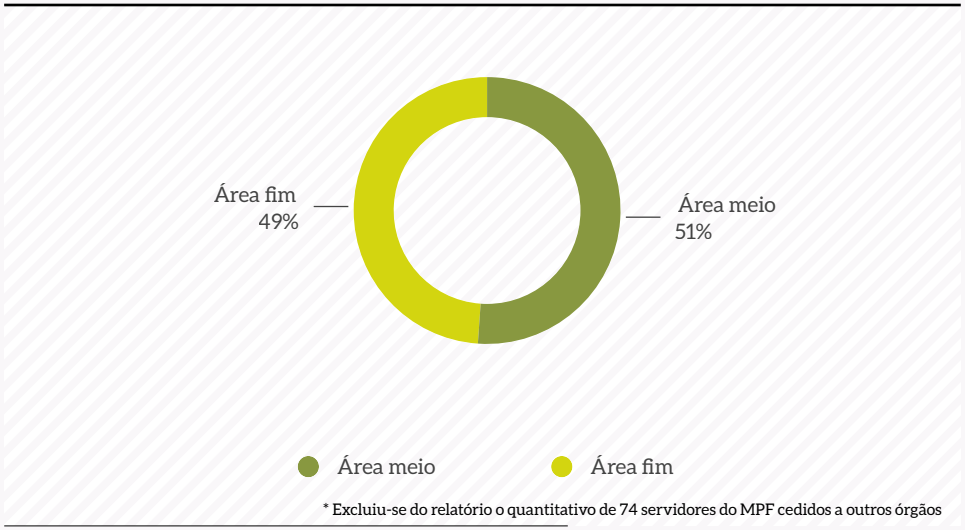


Gráfico 36 Programas de aprendizagem do MPF

ÁREA DE ATUAÇÃO – CORPO FUNCIONAL DE SERVIDORES DO MPF



* Excluiu-se do relatório o quantitativo de 74 servidores do MPF cedidos a outros órgãos

Gráfico 38 Área de atuação – corpo funcional de servidores do MPF

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA - CORPO FUNCIONAL DE MEMBROS DO MPF*

		Números	Total	%
Mulheres	Procuradoras requisitadas	-	1	0,35%
	Procuradoras da República	1		
	Procuradoras Regionais da República	-		
	Subprocuradoras-Gerais da República	-		
Homens	Procuradores requisitados	-	3	
	Procuradores da República	3		
	Procuradores Regionais da República	-		
	Subprocuradores-Gerais da República	-		

* em relação ao total de membros.

Tabela 22 Pessoas com deficiência – corpo funcional de membros do MPF

CORPO FUNCIONAL DE MEMBROS E SERVIDORES DO MPF

Cargos/Vínculo	Total	%
Analistas	2.724	24,1%
Técnicos	6.239	55,3%
Servidores requisitados	302	2,68%
Sem vínculo	877	7,77%
Procuradores requisitados	10	0,09%
Procuradores da República	840	7,44%
Procuradores Regionais da República	224	1,98%
Subprocuradores-Gerais da República	73	0,65%

Tabela 19 Corpo funcional de membros e servidores do MPF

UNIDADE DE LOTAÇÃO – DISTRIBUIÇÃO NAS UNIDADES

Cargos/Vínculo	PRM	PR	PRR	PGR
Analistas	647	942	345	790
Técnicos	1.885	2.498	662	1.194
Servidores requisitados	55	117	26	104
Sem vínculo	125	448	146	158
Procuradores requisitados	-	-	1	9
Procuradores da República	409	431	-	-
Procuradores Regionais da República	-	6	218	-
Subprocuradores-Gerais da República				73

Tabela 20 Unidade de lotação – distribuição nas Unidades

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA - CORPO FUNCIONAL DE SERVIDORES DO MPF

		Números	Total	%
Mulheres e Homens	Analistas	118	309	3,05%
	Técnicos	184		
	Requisitados	5		
	Cargo em comissão	2		

Tabela 21 Pessoas com deficiência – corpo funcional de servidores do MPF

FAIXA ETÁRIA - CORPO FUNCIONAL DE SERVIDORES DO MPF

		18 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos ou mais
Mulheres	Analistas	-	46	627	492	188	21
	Técnicas	2	89	954	918	445	80
	Requisitadas	-	9	64	37	46	26
	Sem vinculação	46	199	187	71	17	10
Homens	Analistas	2	38	560	479	236	35
	Técnicos	6	163	1.170	1.354	886	172
	Requisitados	-	10	38	19	28	25
	Sem vinculação	24	133	131	25	15	19
	TOTAL GERAL	**80**	**687**	**3.731**	**3.395**	**1.861**	**388**
	PERCENTUAL DE SERVIDORES	**0,79%**	**6,77%**	**36,8%**	**33,5%**	**18,3%**	**3,83%**

Tabela 23 Faixa etária - Corpo funcional de servidores do MPF

FAIXA ETÁRIA - CORPO FUNCIONAL DE MEMBROS DO MPF

		18 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos ou mais
Mulheres	Procuradoras requisitadas	-	-	2	2	1	-
	Procuradoras da República	-	3	90	135	15	4
	Procuradoras Regionais da República	-	-	-	18	36	12
	Subprocuradoras-Gerais da República	-	-	-	-	5	18
Homens	Procuradores requisitados	-	-	1	3	1	-
	Procuradores da República	-	6	234	264	81	8
	Procuradores Regionais da República	-	-	-	37	95	26
	Subprocuradores-Gerais da República	-	-	-	-	19	31
	TOTAL GERAL	**-**	**9**	**327**	**459**	**253**	**99**
	PERCENTUAL DE PROCURADORES	**0%**	**0,78%**	**28,51%**	**40%**	**22,1%**	**8,63%**

Tabela 24 Faixa etária - Corpo funcional de membros do MPF

OCUPAÇÃO DE FUNÇÕES GRATIFICADAS E CARGOS EM COMISSÃO NO MPF

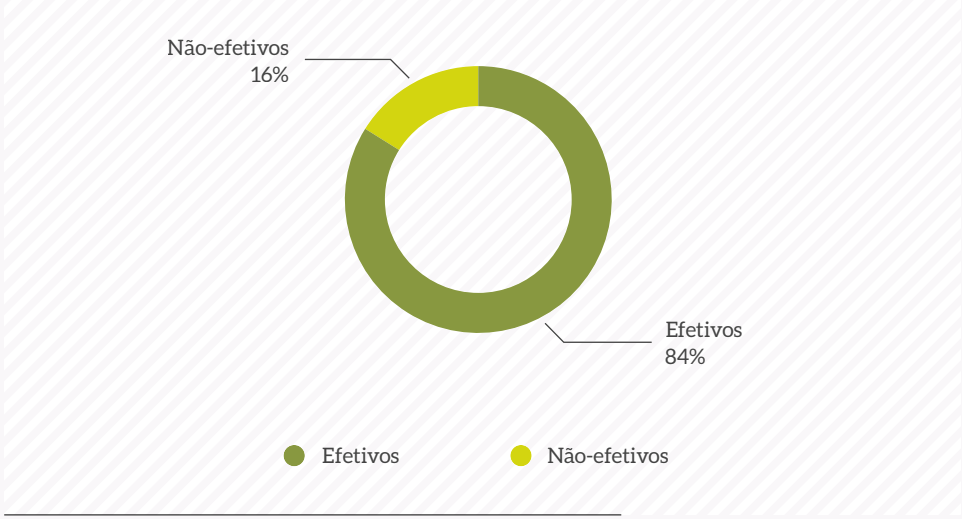


Gráfico 39 Ocupação de funções gratificadas e cargos em comissão no MPF

Unificação de Cargos

Em setembro de 2019, os resultados finais da Comissão de Cargos foram concluídos. Na ocasião, houve a publicação da Portaria PGR/MPU nº 83, de 16 de setembro de 2019, por meio da qual foram atualizadas as atribuições dos cargos das Carreiras de Analista e Técnico do MPU e foram unificados os cargos de Analista do MPU/Planejamento e Orçamento e Analista do MPU/Educação ao cargo de Analista do MPU/Gestão Pública.

Necessidade de Recursos Humanos – Dimensionamento da Força de Trabalho

O Dimensionamento da Força de Trabalho (DFT) tem por objetivo principal a otimização dos resultados institucionais, com melhor alocação de pessoal, e a promoção da qualidade de vida – na medida em que ajusta a estrutura à capacidade de trabalho no exercício das funções e considera a produtividade de cada área para a melhor distribuição de servidores.

Em 2019, foi concluído o dimensionamento em todas as unidades do MPF. Foram consolidadas as informações do dimensionamento de 90% dos setores da PGR.

No âmbito dos estados, nas PRMs, PRs e PRRs do MPF, demonstrou-se carência de 500 servidores. Na PGR, até o momento, há um deficit de força de trabalho de 98 servidores.

Evasão de Membros e Servidores

No que se refere à evasão de membros e servidores do MPF, ao final de 2019, o percentual de rotatividade aferido para membros foi de 0,79% e para servidores 0,29% (medição referente ao 2º semestre de 2019). Esse percentual considerou o total de vacâncias ocorridas no período em relação ao total de vagas ocupadas no mesmo intervalo, desconsiderando-se a taxa de desligamento natural por aposentadoria e falecimento.

6.4.2. DETALHAMENTO DA DESPESA DE PESSOAL

A despesa de Pessoal e Encargos Sociais (GND 1) do Ministério Público Federal (MPF), no exercício de 2019, é de R$ 3.361.845.888,11 (três bilhões, trezentos e sessenta e um milhões, oitocentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e oitenta e oito reais e onze centavos), tomando-se por base as despesas liquidadas. Isso representa acréscimo de 12,9% em relação ao exercício anterior.

Pode-se verificar também, na tabela 25, a percentagem na distribuição das despesas que envolvem o pagamento de pessoal ativo, pessoal inativo e patronal em 2019. Quanto às despesas com pessoal ativo, responsáveis pela maior parte das execuções do GND 1 (Grupo de Natureza da Despesa), 96,91% destas se referem a vantagens fixas, como o pagamento de subsídios e vencimentos básicos, além de cargos em comissão, gratificações e adicionais de qualificação.

Gastos com Pessoal

Os principais acréscimos na execução referente a pessoal ativo se encontram justificados na tabela 26:

Quanto a aposentadorias e pensões, os percentuais são de 91,79% e 91,24% para vantagens fixas, respectivamente. Os gráficos 41 e 42 demonstram de maneira mais clara tal distribuição. A execução de despesas de aposentadoria atingiu o total de R$ 363.691.572,54, enquanto a de pensões correspondeu a R$ 88.652.470,35 no exercício de 2019.

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS EXECUÇÕES DE PESSOAL ATIVO – 2019

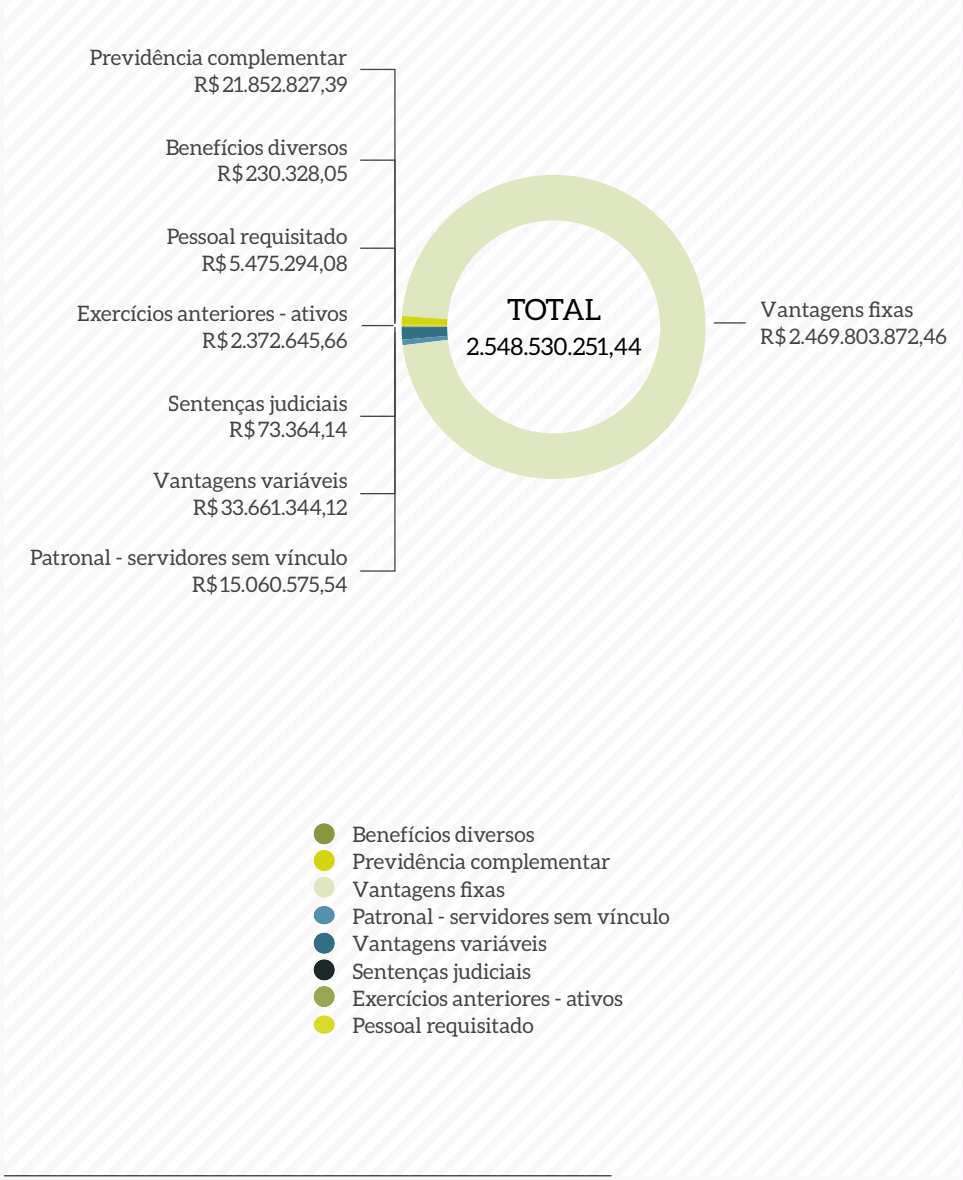


Gráfico 40 Distribuição percentual das execuções de pessoal ativo – 2019

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS EXECUÇÕES COM APOSENTADOS – 2019

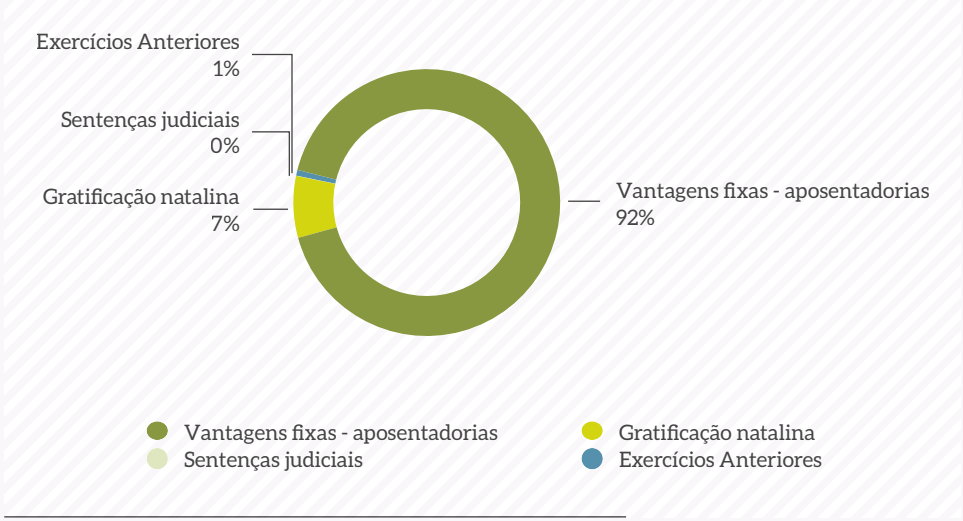


Gráfico 41 Distribuição percentual das execuções com aposentados – 2019

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS EXECUÇÕES COM PENSIONISTAS – 2019

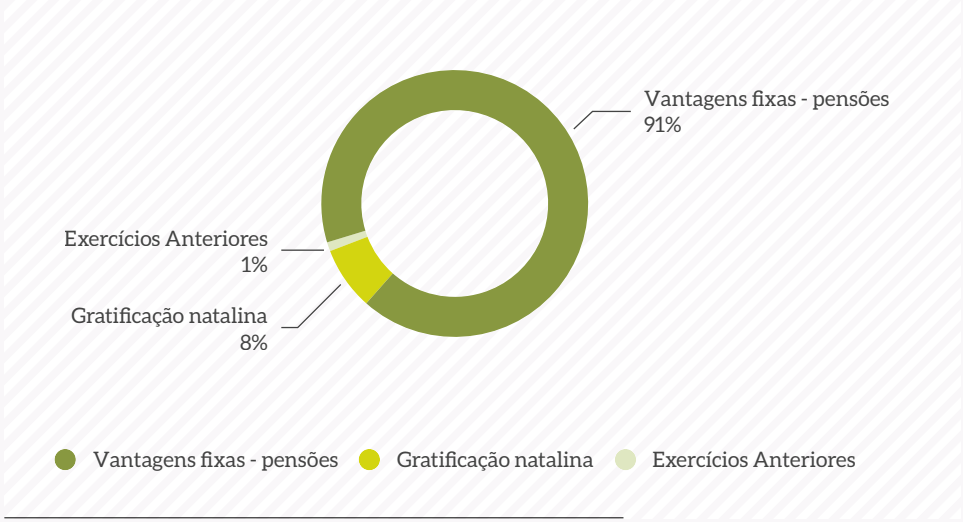


Gráfico 42 Distribuição percentual das execuções com pensionistas – 2019

COMPARATIVO ENTRE DESPESAS DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

	2017	2018	2019	% EM 2019
20TP – Ativos civis	R$ 2.123.576.455,17	R$ 2.225.119.651,75	R$ 2.548.530.251,44	76%
09HB – Patronal	R$ 358.874.078,84	R$ 359.028.351,38	R$ 360.896.936,48	11%
0181 – Aposentadoria e pensões	R$ 390.110.969,52	R$ 393.184.709,06	R$ 452.418.700,19	13%
TOTAL	**R$ 2.872.561.503,53**	**R$ 2.977.332.712,19**	**R$ 3.361.845.888,11**	**100%**

Tabela 25 Comparativo entre despesas de pessoal e encargos sociais

ACRÉSCIMOS NA EXECUÇÃO DE PESSOAL ATIVO – 2019

DESCRIÇÃO	%	2019
Previdência complementar	128%	Mudança de regime previdenciário
Vantagens fixas	14%	Reajuste dos servidores – Lei nº 13.316/2016 e dos membros – Lei nº 13.753/2018
Vantagens variáveis	11%	Aumento no pagamento das Gratificações por Exercício Cumulativo de Ofícios – consequência do reajuste

Tabela 26 Acréscimos na execução de pessoal ativo – 2019

QUANTITATIVO DE SERVIDORES EM ESTÁGIO PROBATÓRIO

SITUAÇÃO	CARGO	TOTAL
Servidores que concluíram o estágio probatório em 2019	Analistas	41
	Técnicos	88
Servidores em estágio probatório em 2019	Analistas	261
	Técnicos	474

Tabela 27 Quantitativo de servidores em estágio probatório

Concursos, Estratégia de Recrutamento e Alocação de Pessoas

Em relação ao recrutamento externo, o MPU promoveu o 10º Concurso Público para os Cargos de Analista do MPU – Especialidade: Direito e de Técnico do MPU – Especialidade: Administração, do qual foram nomeados 87 servidores, sendo 48 analistas e 39 técnicos para o MPF. Nessa esteira também foi feito o 29º Concurso para Procuradores da República, no qual foram nomeados 2 membros para a Instituição.

O Programa de Recrutamento e Seleção Interna no âmbito do MPF, regulamentado pela Portaria PGR/MPF nº 778, de 28 de agosto de 2017, visa auxiliar os gestores a atrair os talentos da Instituição. Em 2019 foram realizados 244 recrutamentos internos em todo o MPF. Em 21 unidades foram realizados pelo menos um processo seletivo em 2019, o equivalente a 63% das unidades do MPF.

Avaliação de Desempenho por Competências

No final de 2019, a Avaliação de Desempenho por Competências Técnicas e Fundamentais alcançou todos os servidores do MPF e os resultados obtidos auxiliarão na priorização das ações de capacitação para o ano de 2020. Esse modelo é uma importante ferramenta de melhoria contínua organizacional, tendo em vista a possibilidade de foco de recursos em competências mais deficitárias e com maior impacto para o alcance dos objetivos institucionais.

Avaliação Gerencial

Além das Competências Técnicas e Fundamentais, foram avaliados por Competências Gerenciais 1.786 gestores em todo o MPF. Assim como para as demais competências, os gaps observados serão objeto de maior atenção por parte da unidade de Capacitação, sendo priorizadas nas ações de desenvolvimento.

6.4.3. EVOLUÇÃO DO TELETRABALHO

O Teletrabalho foi instituído no MPF por meio da Portaria PGR/MPF nº 39, de 28 de abril de 2017. Essa modalidade de execução remota do trabalho utilizando a tecnologia da informação vem ganhando espaço na Instituição, por favorecer o aumento da produtividade e da qualidade.

EVOLUÇÃO DO TELETRABALHO

2018				2019			
1º TRI	2º TRI	3º TRI	4º TRI	1º TRI	2º TRI	3º TRI	4º TRI
4,29%	5,64%	7,22%	9,02%	9,77%	11,20%	13,24%	11,27%

Tabela 28 Evolução do teletrabalho

Nas avaliações dos servidores e das chefias no MPF sobre o regime de teletrabalho, foram verificados aspectos como: maior concentração e motivação e, consequentemente, melhor rendimento e produtividade; mais qualidade de vida; maior satisfação com o trabalho; melhor gestão do tempo entre o trabalho e a família. Já pelas chefias imediatas foram destacados: maior produtividade; melhor gestão e acompanhamento das demandas de trabalho; maior comprometimento dos servidores com o trabalho; melhor relação de trabalho com os servidores; e menos ausência ao trabalho por motivo de saúde.

6.4.4. AÇÕES VOLTADAS À SAÚDE E À QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

Com a aprovação da Política Nacional de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) – Portaria PGR/MPF nº 875, de 12 de setembro de 2017 – em 2019 deu-se seguimento à implementação da Política em todo o MPF.

Total de ações de QVT no país

Além das ações presentes nos projetos nacionais e nas políticas locais de QVT, foram realizadas uma média de 260 ações de QVT no país, com quase 5 mil participações entre capacitações e eventos.

Programa Novos Caminhos

Com o objetivo de garantir a qualidade de vida de membros e servidores do MPF, tanto durante quanto após o tempo de serviço, a Portaria SG/MPF nº 736, de 5 de setembro de 2019, instituiu o Programa de Preparação para Aposentadoria – Novos Caminhos, na Instituição.

O programa é voltado, primordialmente, para os integrantes do MPF que se encontram nos cinco últimos anos anteriores à previsão de aposentadoria, apesar de a portaria prever também a participação de aposentados e outras pessoas interessadas.

São objetivos do Novos Caminhos: apoiar a construção de um novo projeto de vida, com ênfase na melhoria nas relações; capacitar para a melhoria na administração das finanças pessoais; propiciar condições para que os servidores reflitam e construam seu próprio projeto de vida; e mobilizar os servidores para o enfrentamento das vulnerabilidades decorrentes da transição para aposentadoria.

6.4.5. CAPACITAÇÃO: ESTRATÉGIA E NÚMEROS

O MPF elabora um Plano Estratégico de Capacitação para cada exercício financeiro, a fim de contribuir com o Planejamento Estratégico da Instituição, promover o desenvolvimento contínuo dos membros e servidores do MPF e reduzir as lacunas ou *gaps* das competências técnicas e gerenciais detectados nas diversas áreas da Instituição.

Entre os principais desafios enfrentados estão a restrição orçamentária, a escolha da oferta dos cursos, a modernização e implantação de mecanismos capazes de motivar os membros e servidores a se capacitarem e o incentivo ao autodesenvolvimento. Há ainda a necessidade de se oferecer ações de capacitação com excelência, tornando os cursos atrativos e inovadores para atender à realidade singular e diversificada encontrada no público que o MPF possui.

Para adotar medidas de economicidade atreladas à excelência, tem-se investido em programas de desenvolvimento do público interno do MPF, a fim de capacitá-lo para atuação como facilitadores de cursos demandados pelas áreas internas e que, se contratados por profissionais externos, geraria grande impacto orçamentário devido ao quantitativo de membros e servidores a serem capacitados.

As ações de incentivo à profissionalização podem ser resumidas conforme gráfico 43.

EVENTOS POR PROGRAMA

	QUANTIDADE DE CURSOS	CARGA HORÁRIA
Atualização profissional	2.473	26.376
Desenvolvimento gerencial	62	756
Estratégicos	31	127

*Consideram-se como estratégicos os cursos previstos no Plano Estratégico de Capacitação ou aqueles ligados a algum projeto estratégico do MPF.

Tabela 29 Eventos por programa

EVOLUÇÃO DAS HORAS DE CAPACITAÇÃO

ANO	TREINAMENTO PRESENCIAL	TREINAMENTO A DISTÂNCIA – MPF	TREINAMENTO A DISTÂNCIA – OUTRAS PLATAFORMAS
	Horas de Capacitação		
2017	12.368	1.563	1.139
2018	17.027	1.626	7.959
2019	10.171	2.296	14.792

Tabela 30 Evolução das horas de capacitação

EVOLUÇÃO DA QUANTIDADE DE CURSOS REALIZADOS

ANO	TREINAMENTO PRESENCIAL	TREINAMENTO A DISTÂNCIA – MPF	TREINAMENTO A DISTÂNCIA – OUTRAS PLATAFORMAS
	Quantidade de Cursos Realizados		
2017	1.005	46	100
2018	1.532	40	757
2019	936	69	1.561

Tabela 31 Evolução da quantidade de cursos realizados

EVOLUÇÃO DA QUANTIDADE DE SERVIDORES CAPACITADOS

ANO	TREINAMENTO PRESENCIAL	TREINAMENTO A DISTÂNCIA – MPF	TREINAMENTO A DISTÂNCIA – OUTRAS PLATAFORMAS
	Quantidade de Servidores Capacitados		
2017	8.130	3.984	35
2018	8.009	4.464	190
2019	6.073	3.723	296

Tabela 32 Evolução da quantidade de servidores capacitados

INCENTIVO À PROFISSIONALIZAÇÃO

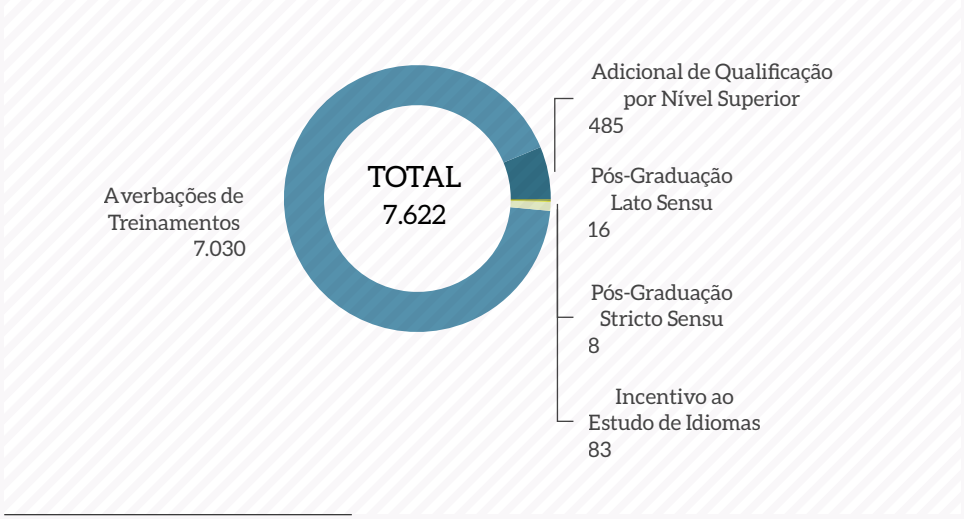


Gráfico 43 Incentivo à profissionalização

EaD sob Demanda

A Secretaria de Gestão de Pessoas, em conjunto com a Secretaria de Tecnologias da Informação e Comunicação (Stic) lançou, em 2019, o sistema "EaD sob demanda", utilizando plataforma de capacitação contratada para esse fim pelo Ministério Público Federal (MPF) e regulamentada por meio da Instrução de Serviço nº 4, de 21 de agosto de 2019.

A iniciativa atende aos princípios da economicidade, eficiência e eficácia, e visa, mesmo em um momento de forte contenção de gastos, ampliar a abrangência geográfica e o leque temático das capacitações de servidores, na certeza de que valorizar o capital intelectual do MPF é caminho para alavancar a capacidade de inovação da Instituição.

6.5 PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

Adequar a Força de Trabalho

Regulamentou-se a gestão do dimensionamento por meio da Portaria SG/MPF nº 740, de 4 de setembro de 2019. O maior desafio será adequar a estrutura de pessoal das unidades do MPF, de acordo com a regulamentação.

Implementação do eSocial no MPF

Em 2020, as adaptações dos sistemas e dos processos internos ao eSocial serão uma das grandes demandas do MPF, de forma a possibilitar a implantação do sistema em todo o Órgão, conforme novo cronograma de implantação, publicado por meio da Portaria nº 1.419, de 23 de dezembro de 2019 (Ministério da Economia/Secretaria Especial de Previdência e Trabalho).

6.6 MEDIDAS DE ECONOMICIDADE

Economia de Recursos no Pagamento de Ajuda de Custo e Bagagem

Com a suspensão do pagamento das ajudas de custo decorrentes de concurso de remoção de membros, em vista de decisão emanada pela Assessoria Técnica da Secretaria-Geral, com base na Representação TC 009.603/2019-0 do Tribunal de Contas da União, a economia de recursos, no exercício de 2019, foi de mais de R$ 600 mil.

Controle das Autorizações de Pagamento de Serviço Extraordinário

Com o controle das autorizações de pagamento de serviço extraordinário, foi possível mensurar, previamente, o impacto do pagamento de hora extra na folha de pagamento, tornando eficiente e eficaz a alocação do recurso, minimizando a possibilidade de desperdício de recurso público.

6.7 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

6.7.1. CONFORMIDADE LEGAL

A área de Tecnologia da Informação e Comunicação permeia e está presente em todas as unidades e instâncias do Ministério Público Federal, em todas as unidades federativas do país. Essa sinergia é fortemente regrada por meio de normativos que regulam os serviços e atividades da Tecnologia da Informação como as resoluções do CNMP, portarias, instruções normativas, orientações técnicas, relatórios da Auditoria Interna, recomendações de acórdãos do TCU, que podem ser encontrados no site do MPF, disponível em: http://www.mpf.mp.br/o-mpf/sobre-o-mpf/gestao-estrategica-e-modernizacao-do-mpf/normatizacoes.

A conformidade da área de Tecnologia da Informação e Comunicação do MPF é, continuamente, monitorada e avaliada pela auditoria interna do MPU (Audin-MPU) e pelas instâncias de Governança do MPF. A Audin atua em temas como Gestão e Governança de TIC, Licitações e Contratos, avaliando, entre outros aspectos, os mecanismos de controle de gastos e os resultados alcançados pela área, sugerindo melhorias nos processos, a exemplo da auditoria no processo de desenvolvimento de software, realizada de abril a junho de 2019 no âmbito do Centro de Excelência, que resultou em uma série de recomendações descritas na Nota de Auditoria Seaud/Audin-MPU nº 28/2019, todas prontamente acatadas.

No âmbito interno, conforme a Política Nacional de Tecnologia da Informação do Ministério Público (Resolução CNMP nº 171, de 27 de junho de 2017), que possui como finalidade "alinhar as práticas de governança e gestão de TI em todas as unidades e os ramos do Ministério Público, viabilizando a elevação do grau de maturidade da governança e da gestão de TI", iniciou-se o projeto "Modelagem e Implantação dos Processos

MODELO DE GOVERNANÇA DE TIC NO MPF

Figura 8 Modelo de governança de TIC no MPF

de TIC", no segundo semestre de 2018, estendendo-se por todo o ano de 2019, envolvendo toda a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação.

Ao término de 2019, 100 processos já haviam sido mapeados pelas áreas responsáveis, de um total de 109, totalizando 91,74% da meta.

O projeto já trouxe os seguintes benefícios: (a) clareza e ciência dos papéis e responsabilidades de cada área no decorrer do processo; (b) qualidade dos processos de TIC, com suporte para melhoria contínua; (c) entendimento e adequação da força de trabalho das áreas de TIC; e (d) melhoria na gestão e no compartilhamento do conhecimento de TIC.

6.7.2. MODELO DE GOVERNANÇA DE TIC

O MPF tem uma estrutura de Governança Corporativa bem definida, na qual se insere a Governança de TI. A figura a seguir resume os principais instrumentos que apoiam o planejamento e acompanhamento de cada instância. Em 2019, foram realizadas 3 (três) reuniões ordinárias, com cerca de 20% de participantes via videoconferência, de forma a otimizar os custos de deslocamentos e diárias para o Órgão. Dentre as deliberações, destacam-se a aprovação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC), a avaliação da Pesquisa de Satisfação de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e monitoramento das principais contratações de soluções de TIC.

A composição do Seti, assim como as atas e editais das reuniões, o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (Peti) e o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) encontram-se disponíveis para consulta no site do MPF, na área de Gestão Estratégica.

Monitoramento e Avaliação por Indicadores

A Governança de TI no MPF é monitorada e acompanhada por meio dos indicadores constantes no Peti, que resultam no indicador 8 do Planejamento Estratégico Institucional (PEI). O indicador de implementação do Peti é medido desde 2013 e vinha se mantendo acima da meta até 2018, demonstrando efetividade dos esforços e do comprometimento com a Governança e Gestão da Tecnologia da Informação no MPF.

Uma análise mais aprofundada mostra que os indicadores tiveram crescimento positi-

IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE TI (PETI)

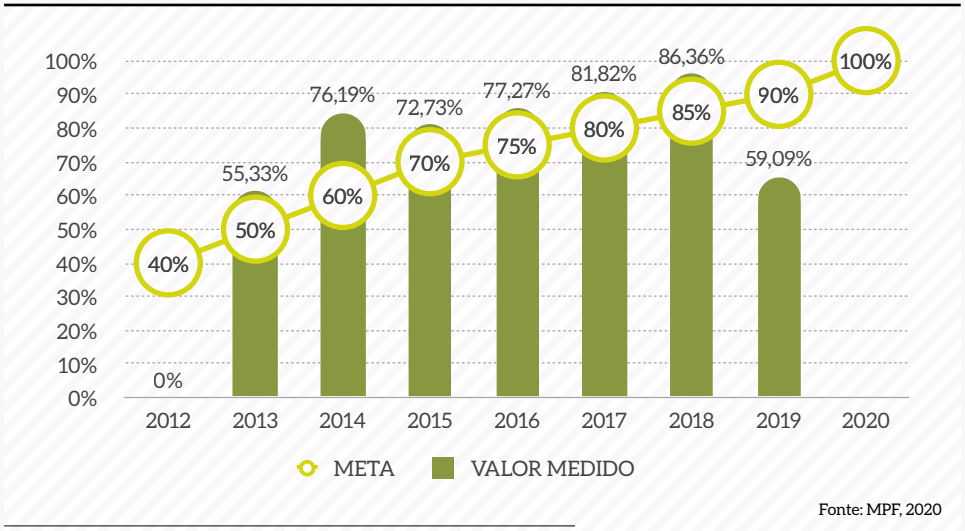


Gráfico 44 Implementação do Planejamento Estratégico de TI (Peti)

vo em 2019, porém, não o suficiente para alcançar as metas, que aumentam gradualmente a cada ano. Um exemplo é o "Percentual de satisfação dos clientes de TI com os serviços prestados pela TI", cuja meta em 2019 foi de 90% e a medição 89%, sendo que em 2018 a meta foi 80% com medição de 88%.

Além disso, registra-se que fatores externos, como os cortes orçamentários decorrentes da EC nº 95/2016, impactaram diretamente alguns indicadores como "Percentual de implementação de normas e procedimentos de Segurança da Informação (PSI) previstos", "Percentual de implantação da nova estrutura" e "Média de horas oferecidas de treinamento por servidor de TI", que necessitariam de investimentos, que não foram priorizados, para alcançarem as metas. Essa conjuntura resultou em uma queda expressiva do indicador.

Contratações Mais Relevantes de Recursos de Tecnologia da Informação

Seguindo os normativos e a governança da casa, foram priorizados, em 2019, investimentos regulamentados em políticas, como microcomputadores, expansão da nuvem privada e da solução de backup. Também houve dispêndio com licenciamento de softwares, que possibilitaram a continuidade de serviços importantes, tais como: correio

PRINCIPAIS AQUISIÇÕES DE TIC EM 2019

	2019
Microcomputador	R$ 12.152.565,93
Expansão da Nuvem Privada e da Solução de Backup	R$ 8.707.086,80

Tabela 33 Principais aquisições de TIC em 2019

eletrônico, solução de arquivos em nuvem, inventário eletrônico de ativos, entre outros; e em especial no licenciamento *VMWARE*, para ampliação da nuvem privada, que suporta os serviços essenciais e estratégicos para membros e servidores do MPF.

6.7.3. PRINCIPAIS INICIATIVAS (SISTEMAS E PROJETOS) E RESULTADOS

O MPF promoveu a entrega de ferramentas para ampliar a eficiência e a eficácia da atuação finalística e administrativa do Órgão, melhorando a capacidade de prover os serviços aos cidadãos de acordo com o estabelecido constitucionalmente.

No caso de desenvolvimento de sistemas, o MPF conta com estruturas descentralizadas para desenvolvimento nacional, conhecidas como Centros de Excelência, que propiciam a sinergia dos profissionais geograficamente espalhados, remotamente conectados, ao mesmo tempo que concentram os esforços de desenvolvimento evitando redundâncias e aprimorando conhecimentos técnicos.

Entregas Focadas no Aumento de Celeridade, Proatividade e Eficácia da Atuação do MPF

Sistema de Monitoramento de Colaborações Premiadas (Simco)

O Sistema de Monitoramento de Colaborações Premiadas (Simco) tem por objetivo viabilizar o cumprimento à risca das condições e dos prazos estabelecidos nos acordos de colaboração, elevando a eficiência da atuação do MPF contra a corrupção, e na devolução do dinheiro desviado aos cofres públicos. Dessa forma, o sistema contribui para a efetividade das colaborações, com o cumprimento integral das cláusulas dos acordos, tanto as de natureza patrimonial quanto as referentes às chamadas penas corporais (de prisão).

O Simco permite que informações que envolvam colaboração, antes tratadas de

forma manual, sejam buscadas eletronicamente, em alguns minutos. Para isso, a plataforma conta com dezenas de campos que, ao serem alimentados, permitem a extração, de forma automática, de estatísticas variadas, como valores já pagos pelos colaboradores, parcelas a vencer, quantos estão presos ou estavam encarcerados no momento em que firmaram os termos de colaboração, os advogados que representam os colaboradores, a divisão de casos por relator, além de recortes em relação ao perfil profissional e partidário dos colaboradores. A ferramenta também fornece alertas aos investigadores em relação a providências que devem ser tomadas em cada procedimento.

Dados extraídos do Simco em 2019 apontaram que mais de 200 colaboradores que firmaram acordos de colaboração premiada com a Procuradoria-Geral da República (PGR) e que foram homologados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) comprometeram-se a pagar cerca de R$ 1,3 bilhão em multas extrapenais (R$ 1.284.292.753,67).

Ranking da Educação Básica do MPF

Foi desenvolvida o *Ranking* da Educação Básica do MPF, disponível em: http://midia.pgr.mpf.mp.br/1ccr/ranking/. Essa entrega permitiu:

- (**a**) dar transparência aos indicadores educacionais e às informações sobre investimento em educação de estados e municípios para que qualquer pessoa possa acompanhar e verificar a correção dos dados;
- (**b**) facilitar o acesso do Ministério Público e da sociedade aos dados sobre educação, estimulando o controle social e contribuindo para a atuação dos órgãos de fiscalização em caso de irregularidades;
- (**c**) oferecer ferramenta de comparação entre o desempenho dos estados e municípios na prestação dos serviços em educação pública, evidenciando de que forma o investimento reflete nos diversos indicadores.

Fonte: Print Screen da tela em: http://midia.pgr.mpf.mp.br/1ccr/ranking/.

Portal de Contas Partidárias da PRE/DF

Ainda com foco na atuação do MPF, foi desenvolvido o Portal de Contas Partidárias da PRE/DF, que trouxe como benefícios: (a) maior celeridade da Procuradoria Regional Eleitoral do Distrito Federal no exame das hipóteses de irregularidades ou de eventuais crimes eleitorais; (b) melhoria na transparência dos resultados almejados e alcançados pela Procuradoria Regional Eleitoral do Distrito Federal; (c) aumento da eficiência na atuação institucional da Procuradoria Regional Eleitoral do Distrito Federal; (d) maior proatividade no combate à corrupção eleitoral.

Entregas Focadas no Aumento de Eficiência e Efetividade da Atuação do MPF

Sistema Único

O sistema Único é a principal solução de tecnologia da informação e comunicação que sustenta a atuação finalística do MPF. Os investimentos na evolução do sistema Único norteiam-se pela atenção às oportunidades de melhorar a eficiência do MPF em sua atuação. Dessa forma, os projetos relacionados ao sistema buscam alcançar benefícios que resultem em melhores resultados no cumprimento das funções constitucionais do MPF, com a entrega de ferramentas para melhor organizar e estruturar as ações do *Parquet* e com a implantação tecnológica dos melhores padrões de gestão1.

Nesse sentido, as ações evolutivas no sistema Único visam potencializar, de forma contínua, os impactos positivos oferecidos para a melhoria da atuação finalística, a médio e a longo prazo; ou seja, propiciar, também, crescente efetividade à prestação de serviços do MPF ao cidadão.

No ano de 2019, as inovações relacionadas ao sistema Único envolveram os projetos Único IA, Único Mobile e Iter.

O Único IA, por meio de uso de tecnologias de Inteligência Artificial – tais como Aprendizado de Máquina (Machine Learning), Sistemas de Recomendação, Processamento de Linguagem Natural – automatizou a tomada de decisão na revisão de processos nas Câmaras de Coordenação e Revisão. Assim, aumentou-se a eficiência e a precisão dos processos de trabalho desses órgãos que compõem o MPF e utilizam o sistema Único.

A plena utilização das funcionalidades do sistema Único em dispositivos móveis foi alcançada com o projeto Único Mobile. Foi criado aplicativo móvel para o sistema Único, nas plataformas iOS e Android, contemplando a assinatura de documentos e manifestações com login e senha do usuário. Foi prospectada a aquisição de uma solução de repositório de certificados digitais pessoais em nuvem, o que possibilitará a assinatura de manifestações e documentos utilizando a tecnologia de certificação digital em dispositivos móveis com as mesmas características das assinaturas realizadas com o uso de tokens criptográficos – ou seja, em conformidade com os requisitos legais para atuação em todas as instâncias da Justiça.

Por fim, com o projeto Iter, o Módulo Judicial do sistema Único foi reestruturado e modernizado, com foco na utilização do sistema por parte dos gabinetes do MPF. Atualmente implantada no Gabinete do Vice-Procurador-Geral Eleitoral, a iniciativa entregou à área atendida um sistema mais leve, dinâmico e intuitivo, que melhor atende à crescente realidade de tramitação de processos judiciais em formato eletrônico.

1 Relatório de Prestação de Contas do Ministério Público Federal (2018, p. 86).

Sistema Aptus

Outro projeto de destaque que contribui para o aumento da eficiência e efetividade dos membros e servidores do MPF é o sistema Aptus. Essa solução evolui a cada ano, melhorando a gestão do conhecimento no âmbito das áreas finalística e administrativa do MPF, aumentando a facilidade de uso, permitindo a interoperabilidade com outros sistemas com maior robustez e disponibilidade. Em 2019, em decorrência de uma parceria estratégica entre as equipes do MPF e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), a ferramenta foi disponibilizada para aquela Instituição. A indexação do sistema Único pelo Aptus alcançou, em 2019, mais de 70 milhões de itens.

Print screen da tela disponível em: http://intranet.mpf.mp.br/informa/2019/geral/aptus-processual-e-lancado-no-conselho-nacional-do-mp/image/image_view_fullscreen.

As principais funcionalidades desenvolvidas foram:

(a) a construção de análise de jurisprudência dos Tribunais e da jurisprudência interna, para reforçar a atuação finalística coordenada; (b) a estruturação de canais temáticos que, entre outras coisas, permitam amplificar o trabalho dos órgãos de coordenação e revisão; (c) apresentação de uma nova interface de apresentação das informações, mantendo-se o padrão intuitivo, com custos reduzidos em treinamento; (d) troca de informações entre Aptus e outros sistemas; (e) implantação de novo recurso de contingência como forma de amplificar a disponibilidade permanente do serviço; (f) ambiente controlado para acesso à informação, inclusive a de natureza sigilosa; (g) versão em aplicativo para dispositivos móveis; (h) ferramentas de inteligência artificial (IA); (i) novas fontes de informações e informações sigilosas; (j) apoio ao trabalho de forças-tarefas.

6.7.4. ENTREGAS FOCADAS NA INTEGRAÇÃO DO MPF COM ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Interoperabilidade com o Poder Judiciário

O MPF atua nas instâncias da Justiça Federal e Eleitoral brasileiras, bem como perante o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal. A melhoria da integração do sistema Único com os sistemas de processo eletrônico do Poder Judiciário é de suma importância para a atuação célere e efetiva do MPF.

Gerenciador de Autos Judiciais Fora do Setor

A iniciativa de construção do "Gerenciador de autos judiciais fora do setor" propiciou aos ofícios do Ministério Público Federal que possuem responsabilidades de atuação sob os feitos judiciais e extrajudiciais da Instituição acompanhar os autos que estão sob responsabilidade de seus ofícios no sistema Único. Quando os autos estavam localizados na Justiça, o controle dos ofícios era prejudicado, dificultando que os membros pudessem acompanhar de forma satisfatória o andamento dos autos, por exemplo, identificar processos sem a movimentação adequada.

A funcionalidade de gerenciar os autos judiciais fora do setor deu maior transparência aos membros do MPF para atuar ainda de forma mais eficiente, levando em consideração o andamento dos processos no Judiciário. Os membros podem impulsionar os autos no Judiciário, mesmo sem serem intimados, garantindo assim maior celeridade e efetividade em sua atuação.

Sistema e-Carta

Em 2019 o projeto integração do sistema Único ao sistema e-Carta, dos Correios, propiciou a ação conjunta do MPF com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Com a nova solução de integração, os documentos passaram a ser encaminhados eletronicamente, via sistema Único, aos Correios, que, por sua vez, cuidam da impressão, envelopamento, postagem e entrega ao destinatário. Posteriormente, o e-Carta informa o resultado da expedição ao sistema Único e encaminha digitalmente código de rastreamento, que é incluído automaticamente no documento eletrônico expedido.

6.7.5. ENTREGAS FOCADAS NO AUMENTO DE ECONOMICIDADE E RESILIÊNCIA DA ATUAÇÃO DO MPF

A entrega de valor pode ser entendida como a realização de benefícios com a otimização de riscos e recursos, objetivo permanente dos projetos e iniciativas empreendidos na Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação. Dada a dimensão nacional do Ministério Público Federal, um dos grandes desafios é o atendimento igualitário para os membros e servidores, independentemente de sua localização física, para que o valor entregue não fique restrito a uma unidade ou área, mas que alcance, em última instância, o cidadão, mesmo que indiretamente, pela prestação de melhores serviços.

Integra+

Uma das iniciativas que exemplificaram a concretização desse objetivo foi o Integra+, que reuniu, em uma única plataforma, os serviços de telefonia, mensageria e videoconferências do MPF. Com a nova solução, passaram a estar integradas diferentes plataformas de comunicação em uso no MPF: as salas de videoconferência, os computadores e os equipamentos de telefonia (móvel e fixa).

A ação trouxe redução de custos, principalmente com ligações interurbanas e com viagens; mais segurança, devido a soluções de criptografia modernas; mais integração entre as áreas e unidades do MPF; e mais mobilidade e autonomia ao usuário. Em 2019, a quantidade de videoconferências realizadas cresceu cerca de 40% em relação ao ano de 2018. Esse crescimento foi impulsionado, também, pelo Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Ministério Público Federal e o Conselho da Justiça Federal, em novembro de 2018. O acordo permitiu a participação dos membros do MPF nas audiências de custódia por videoconferência.

Se todas as reuniões realizadas por videoconferência no ano de 2019 fossem substituídas por eventos presenciais, estima-se que haveria um dispêndio de recursos da ordem de R$ 90 milhões. Esse cálculo considera a média de quatro participantes por videoconferência, dos quais três – um membro, um analista e um técnico – receberiam, além da passagem, o valor de 1,5 diária por evento.

6.7.6. ENTREGAS FOCADAS NA MELHORIA DA GESTÃO ADMINISTRATIVA NO MPF

Gestão Integrada de Unidades do MPF utilizando o SNP

Com relação ao projeto de Gestão Integrada de Unidades do MPF utilizando o SNP, alguns benefícios podem ser listados: (a) maior controle de serviços, processos de trabalho e projetos das unidades do MPF; (b) diminuição de inconsistência em dados, em virtude da eliminação de retrabalho na alimentação dos sistemas contemplados; (c) mais celeridade na execução de serviços em virtude da eliminação de retrabalho na alimentação dos sistemas contemplados; (d) melhoria na transparência dos serviços executados pelas unidades do MPF, por meio de painel estatístico; (e) retenção de conhecimento em base institucional informatizada; e (f) aumento da produtividade viabilizando economia de recursos em médio e longo prazo.

Catálogo Nacional de Serviços da Audin

Foi desenvolvido o Catálogo Nacional de Serviços da Audin, que possibilitou maior controle das auditorias e demandas, bem como melhoria na transparência dos serviços executados pela Audin, por meio de painel estatístico. Outros objetivos devem ser atingidos no decorrer do uso do sistema, como a retenção de conhecimento em base institucional informatizada e o aumento da produtividade viabilizando economia de recursos em médio e longo prazo.

Sistema Interativo de Gestão da Frota Nacional

O Sistema Interativo de Gestão da Frota Nacional é um projeto nacional para melhoria na segurança, modernização e otimização na gestão de frotas e atividades dos servidores da área de segurança do MPF, com entregas previstas para 2020 do Frota Gestão (para uso na rede do MPF) e Frota Aplicação Móvel (para uso em aplicativos em celulares e tablets).

6.7.7. SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Nova Rede Nacional

O funcionamento resiliente do MPF e a integração nacional entre suas unidades também foram incrementados com a entrega da Nova Rede Nacional.

A infraestrutura tecnológica do MPF também passou a contar, a partir do segundo semestre de 2019, com solução de gerenciamento centralizado da solução de segurança de *endpoints* em âmbito nacional. Houve melhorias na segurança dos *endpoints* (estações de trabalho, laptops institucionais e dispositivos móveis em todas as unidades do MPF), com a criação de um gerenciamento centralizado que permite a visualização, em uma console apenas, da situação destes dispositivos com relação à atualização das funcionalidades contidas da ferramenta de proteção de *endpoints*.

6.7.8. PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

A tendência de agravamento das restrições orçamentárias e de queda na disponibilidade de pessoal concursado no serviço público brasileiro, identificada nos

anos anteriores, como consequências trazidas pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016, e pelas discussões sobre a aposentadoria, continuam sendo os grandes desafios para a Administração Pública como um todo, incluindo a área de Tecnologia da Informação e Comunicação.

Nesse cenário, a TIC tem um papel estratégico e transformador que deverá ser consolidado com mudanças culturais e estruturais, renovando e reinventando a maneira como essa área suporta as áreas de negócio. Com isso, o MPF buscará focar em ações futuras da TIC que atendam à necessidade de inovação para entregar ao Órgão serviços e soluções que contribuam com a economia, efetividade e agilidade na atuação finalística da Instituição.

Novos modelos de contratações e aquisições passaram a ser continuamente prospectados pelas áreas técnicas, com análises dos modelos de produtos como serviços para todas as áreas, a exemplo da Infraestrutura como Serviço implantada com a nova rede nacional do MPF. Uma revisão não apenas para contratos mais vultosos, como de telefonia e microcomputadores, mas como um novo princípio a ser observado em todas as contratações de TIC: a análise de modelos múltiplos com foco na economia.

Os esforços para adequação à Política Nacional de Tecnologia da Informação do Ministério Público (Resolução CNMP nº 171/2017) deverão, nos próximos anos, consolidar-se na cultura organizacional, transformando a gestão e a governança com o provimento de controles e ferramentas que gradualmente elevam a maturidade dessas ações, aprimorando o aproveitamento da sua força de trabalho.

O estabelecimento e a organização de diferentes programas temáticos, como o Programa Stic de Privacidade e Proteção de Dados e o Programa Stic de Inteligência Artificial, são propostas para promover a integração, o alinhamento e a colaboração de diferentes projetos e iniciativas correlacionadas a fim de otimizar as entregas e os resultados, à medida que promovem soluções para temáticas complexas e transversais, que envolvem tanto a TIC quanto as áreas negociais e finalísticas.

No que tange à infraestrutura de TIC, os principais desafios se voltam para a evolução do modelo adotado de computação em nuvem, que irá substituir o modelo tradicional de provimento de infraestrutura. A distribuição de recursos de infraestrutura nas unidades do MPF, com elevado custo de sustentação, tem sido substituída paulatinamente pela oferta de todos os serviços de TIC em ambiente de nuvem, em primeiro momento privada, e mais recentemente adotando o conceito IaaS (infraestrutura como serviço), com a contratação de recursos de TIC em nuvem pública.

A extensão dessa nova infraestrutura para todas as unidades do MPF, além dos esforços técnicos, demandará a revisão de políticas, migração de serviços e estabelecimento de critérios claros e objetivos para tomada de decisões apoiadas na transparência quanto ao custo de aquisição (CapEx) e de operação/sustentação (OpEx), de modo a utilizar o potencial máximo oferecido com uma nuvem híbrida, escolhendo manter ou migrar da nuvem privada para a pública e vice-versa, sempre considerando os aspectos de segurança e privacidade.

6.8 GESTÃO PATRIMONIAL E DE INFRAESTRUTURA

A gestão patrimonial, de infraestrutura, bem como o desfazimento dos bens, são regidas pela Instrução Normativa nº 009/2019/MPF/SG, pela Lei nº 8.666/1993 e pelos Decretos nº 99.658/1990 (em vigor até maio de 2018), nº 6.087/2007 (em vigor até maio de 2018) e nº 9.373/2018, bem como pelos Pareceres Corag/Audin/MPU nº 567/2018, 578/2018 e 792/2018.

Em 2019, o MPF pagou R$ 41,00 milhões em despesas de capital, incluindo-se os valores relativos a restos a pagar. Os valores pagos com obras e instalações no MPF representam 36,37% do total das despesas, que somam R$ 14,91 milhões.

Destacam-se as obras de construção das novas sedes da PR/ES (R$ 4,35 milhões) e da PR/PA (R$ 3,39 milhões).

6.8.1. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Historicamente, o orçamento destinado à TIC tem registrado flutuações, como pode ser observado no gráfico de execução orçamentária. As eventuais quedas resultaram do impacto dos cortes orçamentários decorrentes da EC nº 95/2016 e dos esforços na otimização das contratações e revisão dos serviços e soluções contratadas. Destaca-se a economia no custeio em 2019, em grande parte devido à implantação da Nova Rede Nacional, que, com outras iniciativas, resultou em redução na ordem de R$ 25.400.000,00, quando comparamos o custeio do ano de 2018 com o de 2019.

As informações das despesas de custeio e investimento específicas de Tecnologia da Informação são referentes à execução orçamentária dos referidos anos (gráfico 45).

Ações realizadas

O MPF conta com uma nuvem híbrida, com os sistemas e serviços nacionais operando em seu braço privado. Essa infraestrutura privada opera simultaneamente tanto

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE TIC – HISTÓRICO

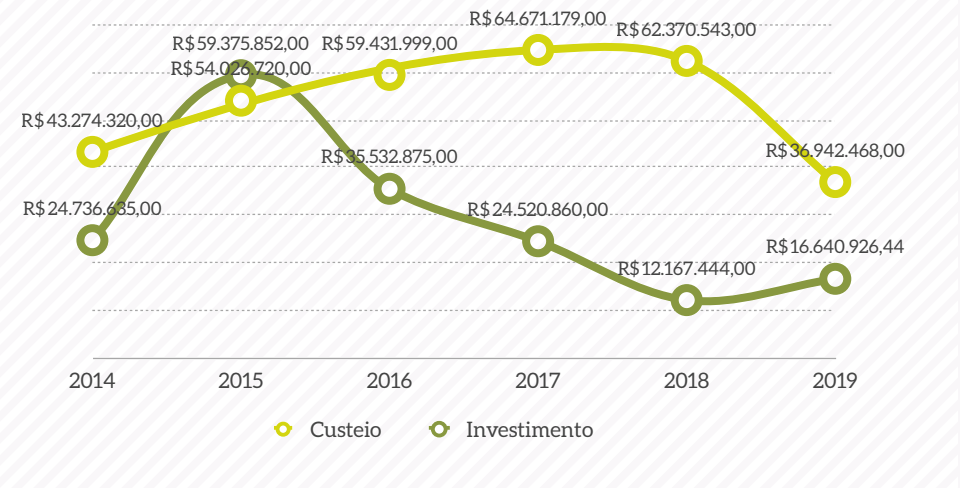


Gráfico 45 Execução orçamentária de TIC – Histórico

QUANTIDADE TOTAL POR TIPO DE ATIVO

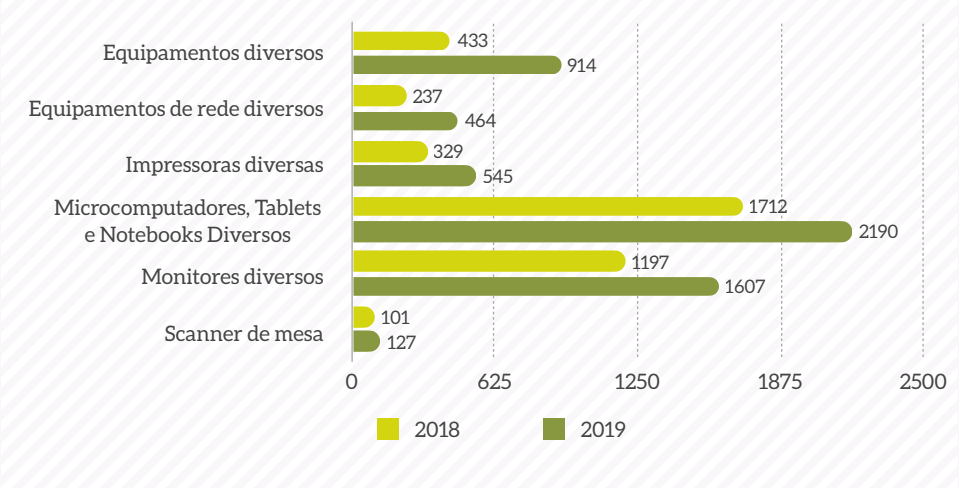


Gráfico 46 Quantidade Total por tipo de Ativo

VALOR DE AQUISIÇÃO TOTAL POR TIPO DE ATIVO

Gráfico 47 Valor de aquisição Total por tipo de Ativo

no datacenter da PGR, como no datacenter da empresa contratada, com equipamentos de propriedade e operação do próprio MPF. É uma nuvem privada estendida, com os dois sites operando como um só, em divisão de carga equânime. A existência de dois datacenters físicos para a parte privada traz um benefício importante, a redundância, uma vez que no evento de falha em um dos lados, a outra parte pode assumir sozinha os sistemas e serviços.

Para casos específicos, onde, por exemplo, for necessário atender rapidamente a uma demanda intensa de recursos, ou que seja mais vantajoso economicamente, o MPF também conta com o braço público da nuvem, de empresa contratada, pagando, dentro do paradigma IaaS (infraestrutura como serviço), por exatamente aquilo que consumir dos equipamentos de propriedade da contratada.

Os investimentos e custeio da infraestrutura em 2019, devidos a quase exaustão dos recursos próprios da nuvem privada, apoiaram a viabilização desse modelo, procurando estabelecer as bases necessárias para que, assim como a PGR, as unidades do MPF passem a gerenciar os recursos e serviços com este paradigma.

QUANTIDADE E VALOR DE AQUISIÇÃO TOTAL DOS DESFAZIMENTOS POR ANO

	2018	2019
Quantidade	4.009	5.847
Valor bruto	R$5.447.493,50	R$8.313.486,10

Tabela 35 Quantidade e valor de aquisição total dos desfazimentos por ano

Desfazimento de ativos de TI

O ciclo de vida para dos ativos de TIC considera tanto as necessidades de evolução e inovação tecnológica quanto o princípio da economicidade para o melhor atendimento às áreas fim e meio do MPF. Para isso, as políticas de ativos de TIC traduzem este ciclo provendo o direcionamento para alinhar com o Objetivo Estratégico de "Prover soluções de tecnologia da informação e comunicação alinhadas com a estratégia". As fases reconhecidas durante o uso dos ativos estão descritas abaixo:

1. Identificação do ativo no ambiente do cliente
2. Gerenciamento do contrato de serviço ou garantia do equipamento
3. Instalação e configuração do ativo
4. Distribuição de pacotes e aplicativos remotamente
5. Gerenciamento de atualizações homologadas para os equipamentos
6. Monitoração e suporte para manter a continuidade do negócio
7. Monitoramento e rastreamento do ativo e suas atividades
8. Resolução de eventuais incidentes e problemas com o ativo
9. Aposentadoria, transição e migração de um ativo obsoleto para um novo ativo

Ao atingirem o item 9 - "Aposentadoria, transição e migração de um ativo obsoleto para um novo ativo", respeitando-se as políticas estabelecidas, são realizados os processos de desfazimento ou doação de bens, que incluem a baixa de bens irrecuperáveis, em estado ocioso ou antieconômico, por todo o Brasil. Os gráficos representam a evolução quantitativa e o valor depreciado destes bens. Em 2019, foram beneficiadas instituições como a Unidade de Retaguarda Hospitalar Fracisco de Assis, o 2º Batalhão de Polícia do Exército, o Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo – 18º grupamento, no estado de São Paulo, a Universidade Federal do Ceará, o Conselho Penitenciário do Rio Grande de Norte, a Universidade Estadual de Goiás, Corpo de bombeiro Militar de Minas Gerais, Defensoria Pública da União, dentre outros.

6.8.2. FROTA DE VEÍCULOS

Em cumprimento ao disposto na Portaria PGR nº 70, de 29 de setembro de 2015, que regulamenta a aquisição e a utilização dos veículos oficiais no âmbito do Ministério Público da União (MPU), a frota do MPF está distribuída conforme as informações contidas na tabela 35.

A tabela 34 contém os números gerais da frota oficial do MPF. Observa-se que o custo médio por veículo se manteve estável no biênio 2018 e 2019, apesar da redução de 23,75% da média de quilômetros rodados em 2019 em relação ao ano anterior. Isso denota que o aumento da idade média da frota ocasionou um aumento no custo anual de cada carro. Como não houve substituição de automóveis devido às limitações orçamentárias e financeiras impostas pela Emenda Constitucional número 95 de 2016 (que estabelece o Novo Regime Fiscal), é natural que ocorra ligeiro envelhecimento da frota, mesmo havendo desfazimento de veículos obsoletos. Com relação à quantidade de veículos pertencentes à frota do MPF, houve uma redução de 46 (quarenta e seis) unidades, contribuindo para a otimização do uso dos carros em bom estado.

NÚMEROS GERAIS DA FROTA OFICIAL DO MPF

	2018	2019
Quantidade de veículos	1.078	1.034
Idade média da frota em anos	6,47	7,35
Média de km rodados por veículo	4.905	3.740
CUSTO MÉDIO POR VEÍCULO	**R$ 3.575,77**	**R$ 3.710,24**

Tabela 34 Números gerais da frota oficial do MPF

MAPA DO BRASIL COM A DIVISÃO POR REGIÃO DE ATUAÇÃO DO MPF

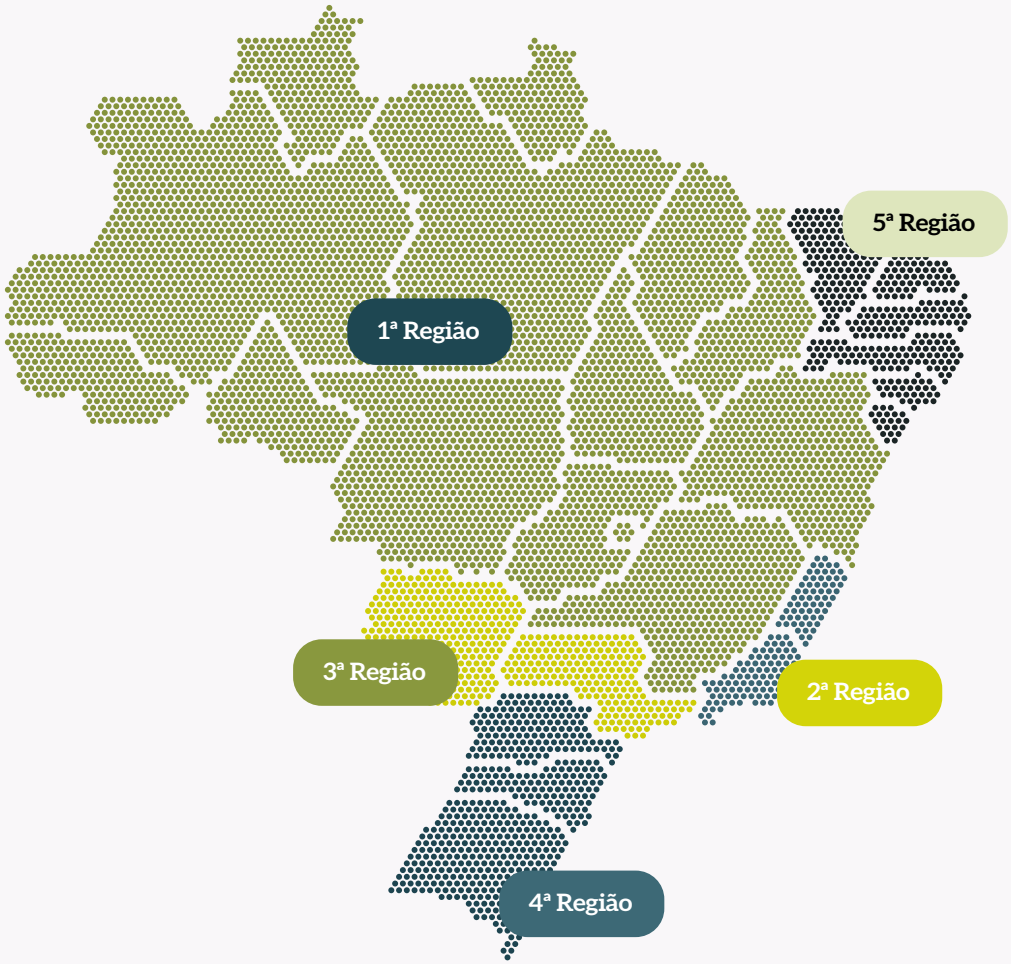


Figura 9 Mapa do Brasil com a divisão por região de atuação do MPF

DISTRIBUIÇÃO DA FROTA OFICIAL DE VEÍCULOS DO MPF

1ª Região	(AC, AM, AP, PA, RO, RR, TO, BA, MA, PI, DF, GO, MT e MG)	Quantidade de veículos	475
		Custo médio anual de manutenção	R$ 2.149,02
		Custo médio anual de combustível	R$ 2.314,64
		Idade média da frota em anos	7,11
		Média de km rodados	4.236 km
		CUSTO MÉDIO POR CARRO	**R$ 4.463,68**
2ª Região	(ES e RJ)	Quantidade de veículos	92
		Custo médio anual de manutenção	R$ 915,48
		Custo médio anual de combustível	R$ 1.866,10
		Idade média da frota em anos	7,27
		Média de km rodados	3.106 km
		CUSTO MÉDIO POR CARRO	**R$ 2.781,58**
3ª Região	(MS e SP)	Quantidade de veículos	176
		Custo médio anual de manutenção	R$ 1.148,33
		Custo médio anual de combustível	R$ 1.426,37
		Idade média da frota em anos	8,04
		Média de km rodados	3.442 km
		CUSTO MÉDIO POR CARRO	**R$ 2.574,70**
4ª Região	(PR, RS e SC)	Quantidade de veículos	156
		Custo médio anual de manutenção	R$ 1.314,35
		Custo médio anual de combustível	R$ 1.218,99
		Idade média da frota em anos	7,54
		Média de km rodados	2.483 km
		CUSTO MÉDIO POR CARRO	**R$ 2.533,34**
5ª Região	(AL, CE, PE, PB, RN e SE)	Quantidade de veículos	135
		Custo médio anual de manutenção	R$ 2.183,50
		Custo médio anual de combustível	R$ 2.348,99
		Idade média da frota em anos	7,10
		Média de km rodados	4.266 km
		CUSTO MÉDIO POR CARRO	**R$ 4.532,49**

Fonte: Dados fornecidos pelas unidades gestoras descentralizadas do MPF.

Tabela 36 Distribuição da frota oficial de veículos do MPF

6.8.3. INSTALAÇÕES E OBRAS

Em 2019, o Ministério Público Federal investiu R$ 14,91 milhões (despesas liquidadas e restos a pagar pagos no exercício) entre obras, reformas, adequações e instalações prediais. Em comparação com o ano anterior, o valor reduziu em 63% impactado pelas regras estabelecidas na EC nº 95/2016.

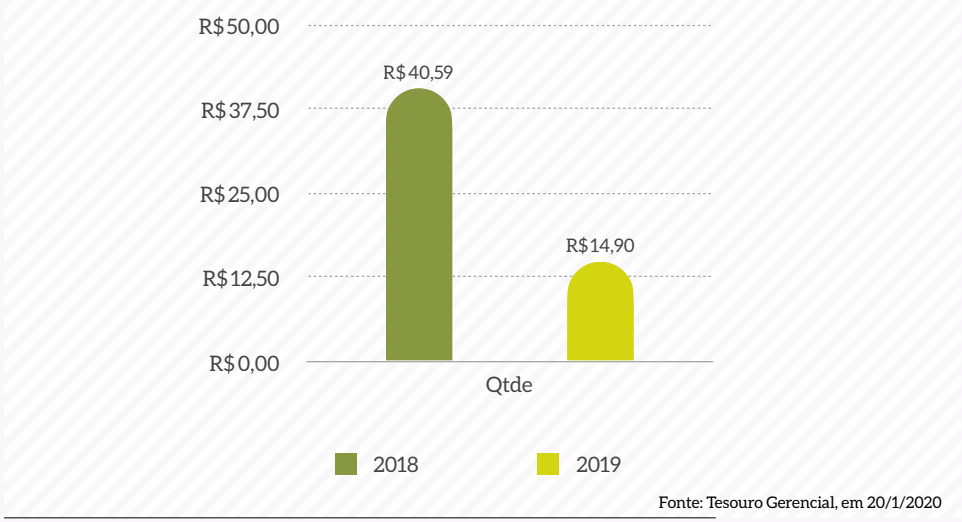
Os maiores investimentos ocorreram nas construções das sedes da Procuradoria da República no Pará e da Procuradoria da República no Espírito Santo.

Antes da EC nº 95/2016, a construção de novas sedes pelo MPF também tinha o objetivo de evitar gastos com locação de imóveis. Desde a promulgação dessa emenda, a execução de obras pelo MPF foi drasticamente reduzida e, atualmente, limita-se a priorizar as situações mais prementes, principalmente quando envolvem questões de segurança dos usuários, precariedade de instalações elétricas, impossibilidade de adequações de acessibilidade, excessivo custo da locação do imóvel.

Os resultados obtidos em 2019 a partir dos investimentos realizados foram:

- Aprimoramento das condições ambientais de trabalho para servidores, membros, estagiários e terceirizados;

DESPESAS PAGAS REFERENTES A INVEST. EM OBRAS E INSTAL. NO MPF



Fonte: Tesouro Gerencial, em 20/1/2020

Gráfico 48 Despesas pagas referentes a investimentos em obras e instalações no MPF

INVESTIMENTOS PAGOS EM 2019 (INCLUI RESTOS A PAGAR PAGOS)

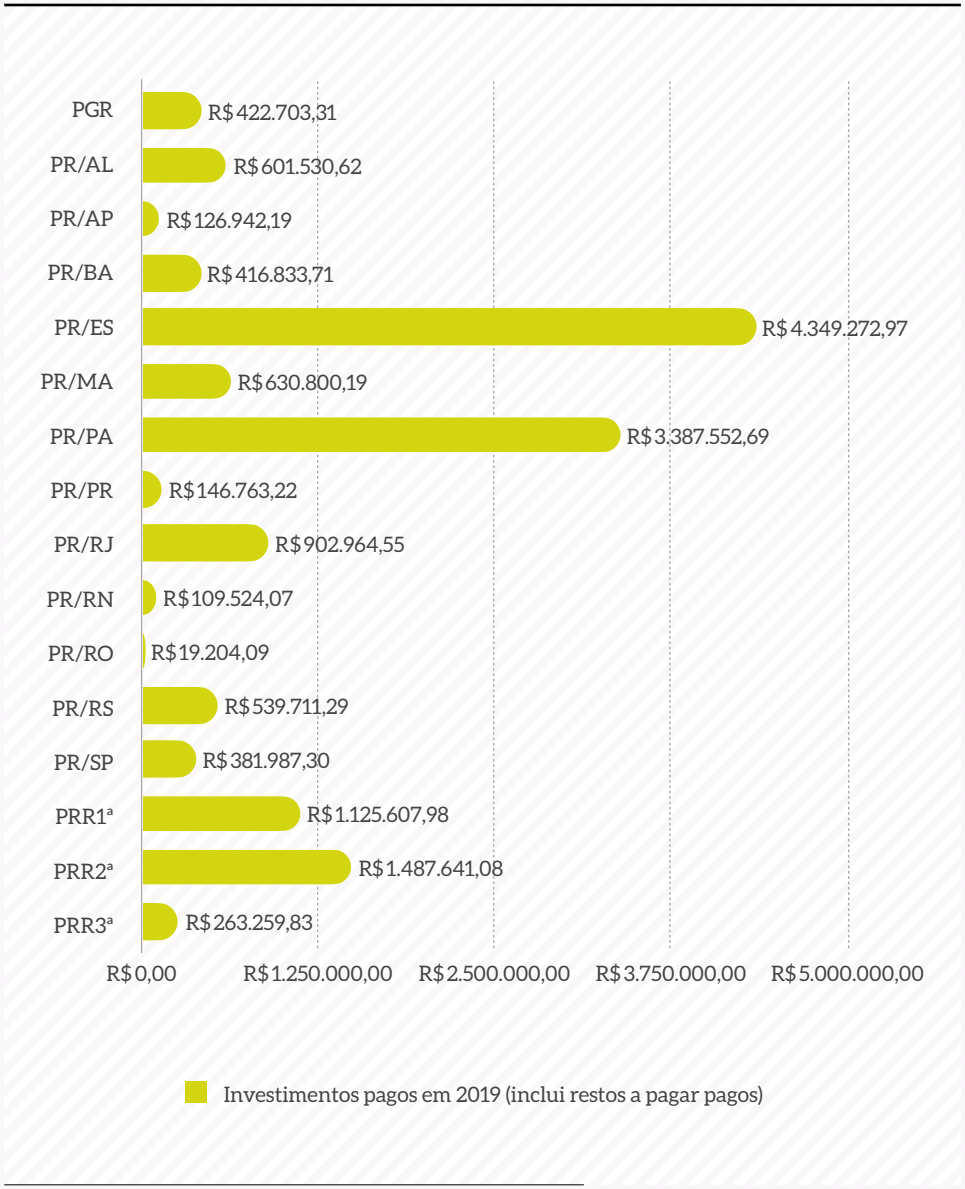
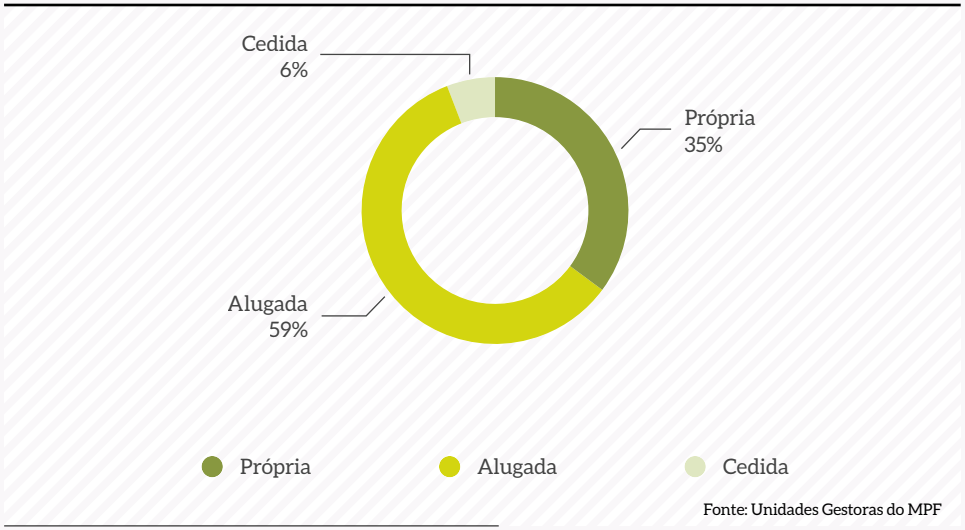


Gráfico 49 Investimentos pagos em 2019 (inclui restos a pagar pagos)

DISTRIBUIÇÃO DAS EDIFICAÇÕES OCUPADAS PELO MPF



Fonte: Unidades Gestoras do MPF

Gráfico 50 Distribuição das edificações ocupadas pelo MPF

DESPESAS COM MANUTENÇÃO PREDIAL*

	2018	2019
Despesas com manutenção predial	R$ 26,34	R$ 25,87
*Valores em milhões – (inclui restos a pagar pagos)		
Fonte: Tesouro Gerencial, em 14/2/2020.		

Tabela 39 Despesas com manutenção predial

DESPESAS COM LOCAÇÃO DE IMÓVEIS*

	2018	2019
Despesas com locação de imóveis	R$ 41,60	R$ 44,00
*Valores em milhões – (inclui restos a pagar pagos)		
Fonte: Tesouro Gerencial, em 14/2/2020.		

Tabela 38 Despesas com locação de imóveis

PANORAMA DAS EDIFICAÇÕES OCUPADAS PELO MPF

SITUAÇÃO IMÓVEIS	2017	2018	2019
Próprio	82	89	78
Alugado	147	146	131
Cedido	14	13	13
TOTAL	**243**	**248**	**222**
Fonte: Unidades Gestoras do MPF.			

Tabela 37 Panorama das edificações ocupadas pelo MPF

- Aumento da segurança física para servidores e usuários das edificações;
- Maior acessibilidade às SACs (Salas de Atendimento ao Cidadão) pelos cidadãos e aos ambientes de trabalho por servidores na condição de Pessoas com Deficiência; e
- Edificações mais eficientes energeticamente.

A evolução da execução das obras e reformas no MPF pode ser acompanhada por meio do Portal da Transparência do MPF, em que a situação dos termos de contratos referentes a obras, serviços de engenharia ou reformas prediais é atualizada mensalmente (hiperlink).

Panorama das edificações ocupadas pelo MPF

Em levantamento nas Unidades Gestoras foi verificado que o MPF ocupa 222 edificações das quais 131 são locadas de terceiros, representando 59% do total. Em relação a 2018, 26 edificações foram desocupadas, grande parte em decorrência de recomendação do Conselho Nacional do Ministério Público.

Despesas com imóveis

Em 2019, as despesas com locação de imóveis no MPF aumentaram cerca de 5,77% em comparação com o exercício anterior. Em contrapartida, a despesa do MPF com a manutenção predial de suas edificações teve redução de 1,93%, possivelmente em razão da revisão dos contratos provocada pelos limites da EC nº 95/2016.

Outras Ações Relevantes para a Gestão Patrimonial

Ao longo de 2019, foram implementadas diversas medidas para redução de gastos

pelas edificações do MPF. Dentre elas, podemos destacar as seguintes medidas:

- Compartilhamento de sedes com outros órgãos, principalmente o MPT, com o objetivo de redução de custos operacionais;
- Substituição de lâmpadas fluorescentes por lâmpadas LED;
- Redução do horário de expediente, diminuindo o tempo de uso de ar-condicionado central;
- Regulagem das válvulas de descargas das bacias sanitárias; e
- Redução de vazão de água em torneiras.

Principais Desafios e Ações Futuras

Desafios:

- Dispensar apoio técnico de engenharia às 222 edificações distribuídas no território nacional com corpo técnico limitado;
- Ampliar as ações de manutenção preventiva das edificações apesar dos cortes no orçamento destinado a custeio; e
- Encontrar soluções factíveis para adequações de acessibilidade a edificações muito antigas, tombadas ou alugadas.

Ações:

- Implantar microgeração de energia por placas fotovoltaicas em edificações próprias do MPF;
- Concluir a implantação da metodologia BIM (*Building Information Modeling*) no desenvolvimento interno e nas contratações externas de novos projetos para construção e reforma de sedes;
- Otimizar a gestão das edificações por meio de sistemas informatizados acelerando a tomada de decisões; e
- Conscientizar as unidades para priorizar as adequações das edificações para garantir acessibilidade universal ao público externo e aos servidores do MPF.

6.8.4. DESFAZIMENTO DE ATIVOS

Em 2019, foram realizadas 267 ações para desfazimento de ativos pelo MPF, entre doações, transferências e outras modalidades, envolvendo 25.688 itens, destacando-se mobiliários de escritório, equipamentos de informática, veículos e outros equipamentos.

Os processos de desfazimento de ativos envolveram baixas de bens irrecuperáveis e doações de bens, por todo o Brasil, alguns em estado ocioso ou antieconômico. Diversos órgãos foram favorecidos, com destaque para:

- Polícia Judiciária Civil do Estado de Mato Grosso, com 2.094 itens, no valor de R$ 1,59 milhão;
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense-RS, com 891 itens, no valor de R$ 1,48 milhão;
- Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo - 18º Grupamento, com 406 itens, no valor de R$ 0,59 milhão; e
- Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio Grande do Sul, com 1.770 itens, no valor de R$ 0,55 milhão.

Em 2019, ocorreu pequena redução nos bens ativos do MPF, correspondente a 2,00% no quantitativo e 0,18% no valor total, mantendo o volume de ativos praticamente inalterado em relação a 2018.

BENS ATIVOS*

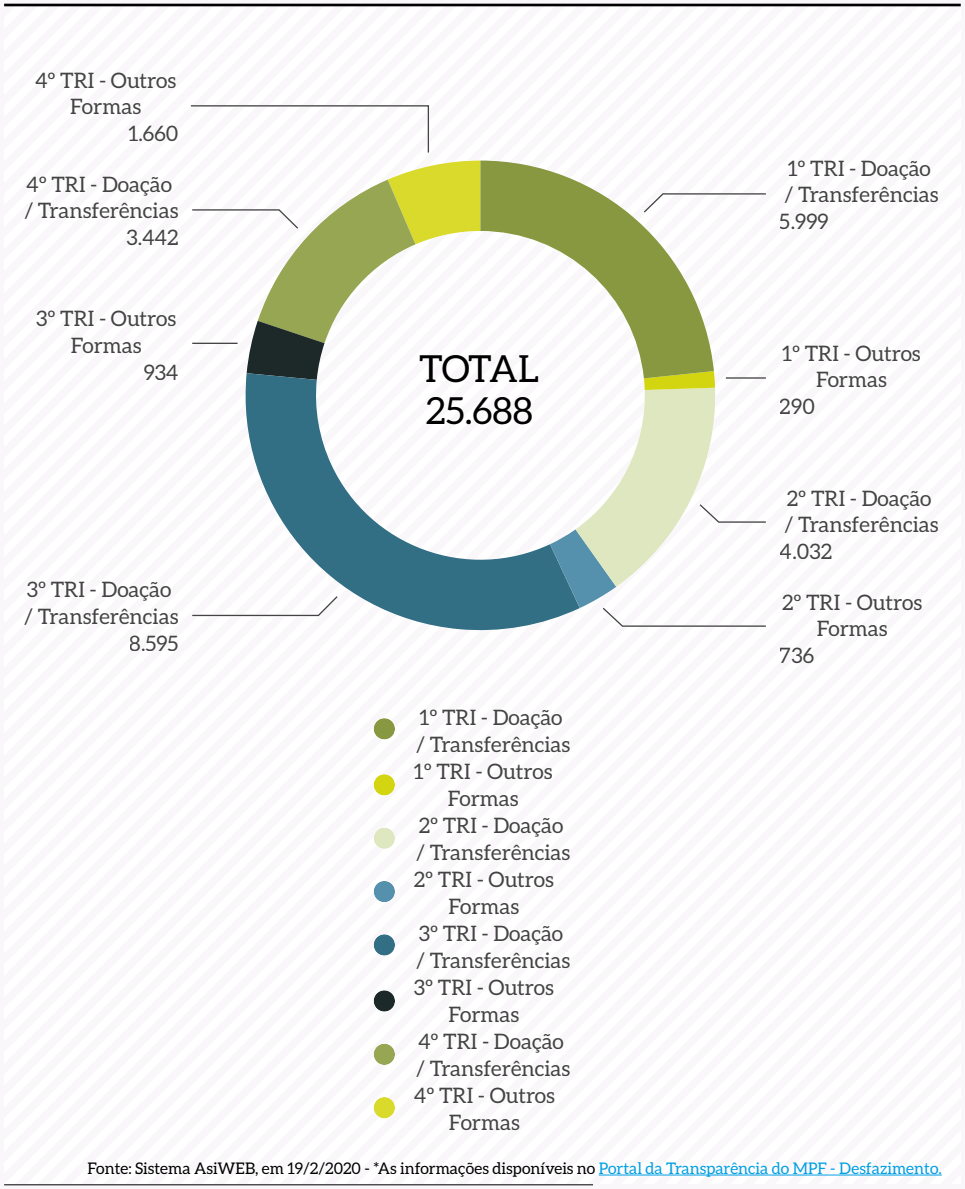
	2018	2019
Total de bens ativos	688.602	674.826
Valor (milhões)	R$ 571,80	R$ 570,77
Fonte: Sistema AsiWEB, em 19/2/2020.		
*As informações disponíveis no Portal da Transparência do MPF – Bens Ativos.		
** Valores em milhões.		

Tabela 40 Despesas com locação de imóveis

6.8.5. CONFORMIDADE LEGAL

Todas as unidades do MPF apresentaram declaração de conformidade legal alinhadas com os termos dos arts. 37, 70 e 75 da Constituição Federal, Lei nº 4.320/1964, Decreto-Lei nº 200/1967, Instrução Normativa nº 205/1988, Lei Complementar nº 101/2000, Lei 8.429/1992 e demais instrumentos legais que regem a gestão patrimonial na Administração Pública.

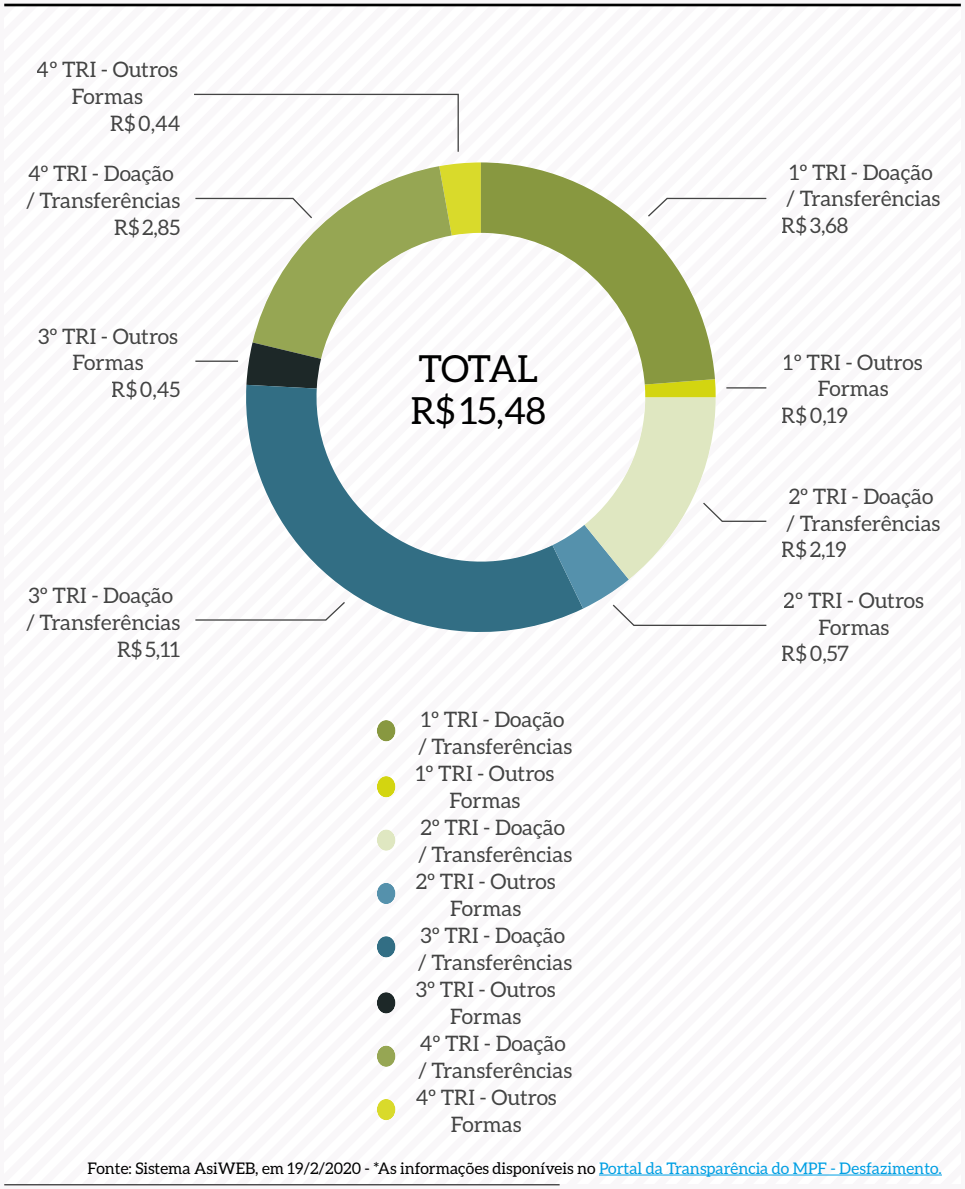
DESFAZIMENTO DE ATIVOS* – QUANTIDADE



Fonte: Sistema AsiWEB, em 19/2/2020 - *As informações disponíveis no Portal da Transparência do MPF - Desfazimento.

Gráfico 51 Quantidade de desfazimento de bens por trimestre de 2019

DESFAZIMENTO DE ATIVOS – VALORES (VALORES EM MILHÕES)



Fonte: Sistema AsiWEB, em 19/2/2020 - *As informações disponíveis no Portal da Transparência do MPF - Desfazimento.

Gráfico 52 Valores de desfazimento de bens por trimestre de 2019

CONTRATAÇÕES POR FINALIDADE NO MPF*

PERÍODO	EXERCÍCIO 2019
Funcionamento Administrativo	R$ 282.772.221,42
Tecnologia da Informação e Comunicação	R$ 30.141.808,31
Obras e Instalações	R$ 7.366.696,01
Funcionamento Administrativo	R$ 2.165.077,06
TOTAL	**R$ 322.445.802,80**
Fonte: Tesouro gerencial, em 14/2/2020.	
Informações disponíveis no Portal da Transparência do MPF – Licitações e Contratos.	

* Valores pagos. Não incluem os inscritos em restos a pagar, os parâmetros utilizados na consulta excluem as despesas relativas a: I) diárias (pessoal civil); II) auxílio-transporte; III) despesas de exercícios anteriores; IV) indenizações e restituições; e V) ressarcimento de despesa de pessoal requisitado.

Tabela 42 Contratações por finalidade no MPF

6.9 GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Em 2019, as despesas com Funcionamento Administrativo do MPF reduziram cerca de 14,58% em comparação com o exercício anterior (R$ 331.051.658,67). Na mesma linha, as despesas do MPF com Tecnologia da Informação e Comunicação reduziram em 43,38%; com Obras e Instalações em 60,72%; e com Funcionamento Administrativo em 72,36%; representando redução total de 21,52% em relação ao exercício anterior (R$ 410.879.765,71).

VALORES PAGOS – FUNCIONAMENTO ADM. – TIPOS DE SERVIÇOS*

		EXERCÍCIO 2019
Serviços	Apoio administrativo, técnico e operacional	R$ 33.278.501,08
	Limpeza e conservação	R$ 27.036.952,01
	Vigilância ostensiva	R$ 73.437.385,92
	Manutenção e conservação de bens imóveis**	R$ 14.823.457,48
	Serviços de copa e cozinha	R$ 9.894.929,02
	Serviços de brigada de incêndio	R$ 4.867.333,11
	Outros – mão de obra	R$ 849.665,23
	Outros serviços	R$ 36.435.952,96
	TOTAL DE SERVIÇOS	**R$ 200.624.176,81**
Locação de imóveis		R$ 41.074.820,68
Serviços de energia elétrica, água, esgoto e gás		R$ 29.330.799,22
Material de consumo		R$ 7.306.001,16
Passagens e despesas com locomoção		R$ 4.436.423,55
TOTAL		**R$ 282.772.221,42**
Fonte: Tesouro gerencial, em 14/2/2020.		
Informações disponíveis no Portal da Transparência do MPF – Licitações e Contratos.		
* Os valores pagos citados não incluem os inscritos em restos a pagar.		

** A natureza de despesa 33903704 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis compreende: manutenção nos sistemas de som e imagem; manutenção civil, elétrica e hidrossanitária; manutenção do sistema de automação predial e sistema de detecção de incêndio; manutenção de central de ar-condicionado.

Tabela 41 Valores pagos – funcionamento administrativo – tipos de serviços*

CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES, SUA ASSOCIAÇÃO AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E JUSTIFICATIVAS PARA ESSAS CONTRATAÇÕES

Contratações relevantes, em razão do seu objeto para a gestão administrativa do MPF:

1) Contratação de serviço de Nuvem Privada Oracle

(A) Justificativa: Considerando o armazenamento de todas as íntegras de documentos e processos no banco de dados (devido à confiabilidade e segurança garantidas pelo SGBD), apenas o banco do Único já apresenta tamanho de 22,5 TB com previsão de crescimento anual de 50%. Além disso, o processamento também tem apresentado picos em horários de concentração de servidores nas unidades do MPF de todo o Brasil. Soma-se o fato de o hardware de banco de dados estar não coberto por contrato de garantia. Dessa forma, é premente a necessidade de ampliação da infraestrutura que suporta o banco de dados Oracle, evitando-se a precarização dos serviços disponibilizados e acompanhando a evolução tecnológica em outras áreas desta Instituição. Enfatiza-se que os três servidores de produção estão operando próximos ao limite de sua capacidade de memória e processamento, apresentando picos de utilização de aproximadamente 70% de CPU e 90% de memória. Assim, o Serviço em Cloud Oracle vem para resolver o iminente problema com armazenamento e processamento de dados dos sistemas exis-

tentes no MPF, com o atendimento das atuais demandas e as previsões de crescimento vegetativo em escala para os próximos 4 (quatro) anos. O hardware que faz parte do serviço será instalado em dois sites – principal e stand-by – de forma a permitir alta disponibilidade e minimizar os riscos de falhas de funcionamento.

(B) Alinhamento com objetivo estratégico:

- Trabalhar alinhado à estratégia com foco em resultado;
- Proporcionar uma atuação institucional estratégica, efetiva, célere, transparente e sustentável;
- Viabilizar a tomada de decisões estratégicas por meio de soluções tecnológicas;
- Promover evolução contínua de processos e soluções de TI, agregando valor à atuação;
- Desenvolver soluções de forma unificada e colaborativa;
- Garantir a segurança da informação integral; e
- Promover e garantir a arquitetura de TI de forma unificada.

CONTRATAÇÕES, PARTICIPAÇÃO NOS PROCESSOS DE CONTRATAÇÃO E PRINCIPAIS TIPOS

O MPF emitiu 10.175 empenhos em 2019. O detalhamento das informações pode ser consultado no Portal da Transparência do MPF.

JUSTIFICATIVA DAS CONTRATAÇÕES DIRETAS

Apesar de a regra geral para o Poder Público ser a licitação, o próprio comando constitucional que trata a respeito (inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal) se inicia com a expressão "ressalvados os casos especificados na legislação". É exatamente essa excepcionalidade (ou ressalva) que foi regulamentada pela Lei nº 8.666/1993, mais precisamente nos arts. 17, 24 e 25.

Foram emitidos 5.414 empenhos para contratações diretas em 2019. O quantitativo de procedimentos é elevado em razão de inúmeras demandas que isoladamente não necessitam ser supridas por meio de licitação, cujo procedimento seria mais oneroso que a própria aquisição pretendida. Nesse sentido, em observância ao princípio constitucional da eficiência, opta-se pela contratação fundamentada no art. 24, II, da Lei nº 8.666/1993.

Ademais, em diversos casos, a licitação não ocorrerá por inviabilidade de competição, como no caso da contratação de treinamentos para servidores, assinaturas de periódicos cuja publicação seja exclusiva dos fornecedores ou desenvolvimento e manutenção de sistemas de tecnologia da informação, ou ainda por política legislativa e em razão do objeto que está sendo contratado, como no caso da contratação de serviços públicos monopolizados, como água e esgoto, energia elétrica e serviços postais.

VALORES PAGOS NAS PRINCIPAIS FORMAS DE CONTRATAÇÃO DO MPF**

TIPO	QUANTIDADE	VALOR
Pregão	3.519	R$ 209,88
Inexigibilidade	552	R$ 102,39
Dispensa de Licitação	3.095	R$ 87,99
Outras Formas	3.009	R$ 5,06
TOTAL	**10.175**	**R$ 405,33**

Fonte: Tesouro gerencial, em 14/2/2020.

Informações disponíveis no Portal da Transparência do MPF – Licitações e Contratos.

** Valores em milhões, não incluem os inscritos em restos a pagar.

Tabela 44 Valores pagos nas principais formas de contratação do MPF

NOTAS DE EMPENHO EMITADAS

TIPO	QUANTIDADE
Dispensa de licitação	3.095
Inexigibilidade	552
Suprimento de fundos	1.767
Pregão	3.519
Concorrência	10
Tomada de preço	6
Convite	2
Outras formas	1.224
TOTAL	**10.175**

Tabela 43 Notas de empenho emitadas

FASE EXTERNA DO PREGÃO ELETRÔNICO – 2019

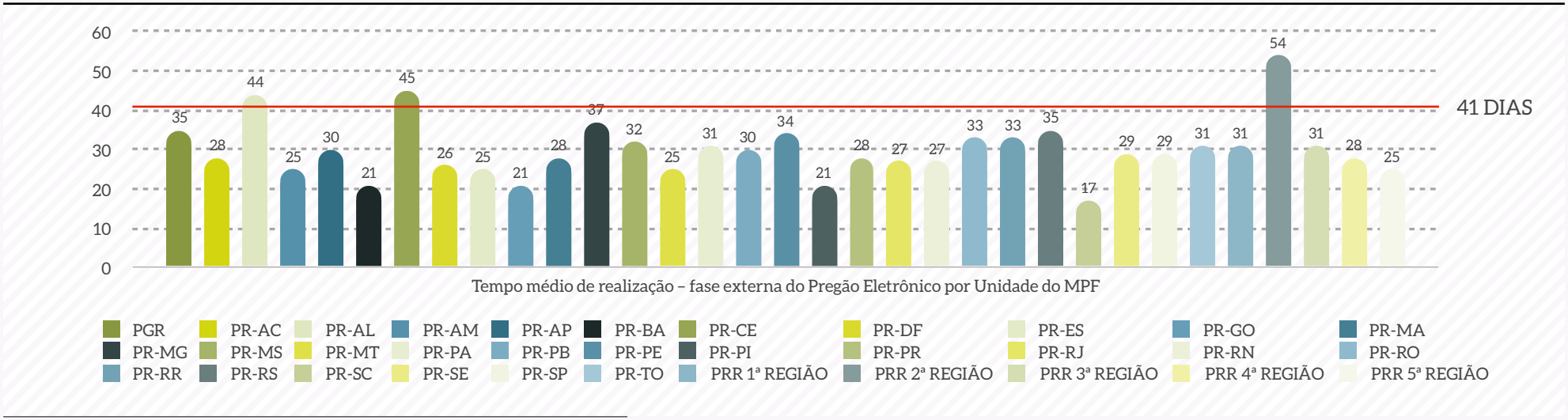


Gráfico 53 Tempo médio de realização – fase externa do Pregão Eletrônico por Unidade do MPF

LICITAÇÕES EXECUTADAS COM SUCESSO – 2019

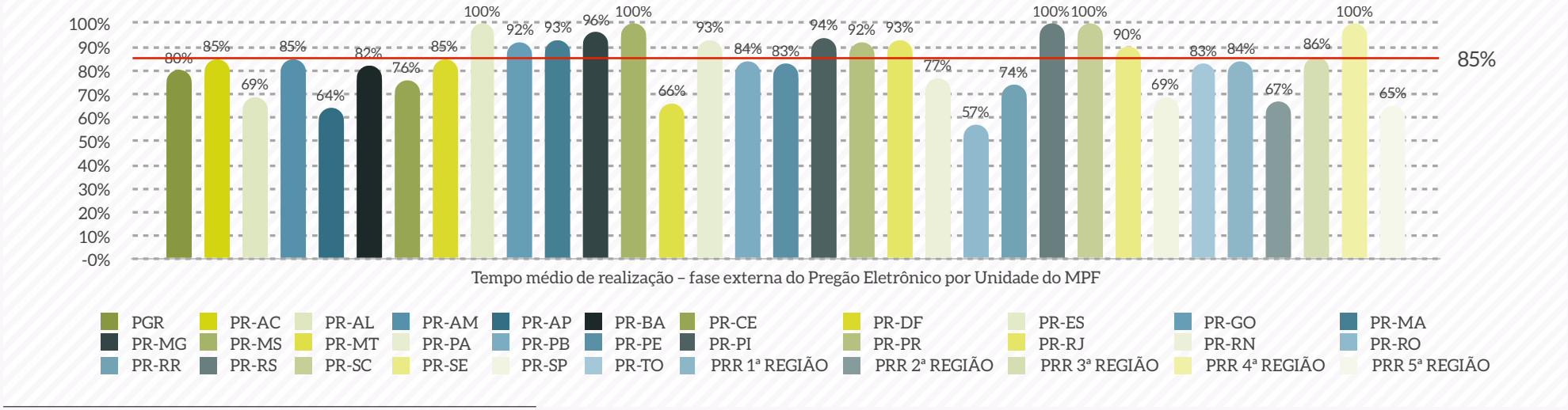


Gráfico 54 Percentual de licitações executadas com sucesso por Unidade do MPF

PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

Administrar as particularidades e necessidades específicas de cada Unidade do MPF e de cada Secretaria Nacional da PGR é o principal desafio da gestão de licitações e contratos.

Além disso, entre os desafios mais significativos da gestão de contratações encontram-se as questões de prazos e a necessidade de maior integração entre as áreas. Nesse sentido, entende-se que é possível e necessário otimizar o calendário de contratações de modo a alcançar melhores resultados.

O MPF vem buscando aprimorar o seu processo de contratação à luz dos objetivos estratégicos, das necessidades da Instituição e também para se adequar às restrições orçamentárias impostas pela EC 95/2016. Nesse sentido, algumas ações vêm sendo adotadas, conforme segue:

- Aprimorar a qualidade e a transparência do gasto público;
- Intensificar as ações que visam racionalizar as despesas de custeio, tais como renegociações contratuais, aumento de eficiência na prestação dos serviços terceirizados;
- Adotar boas práticas desenvolvidas por outros órgãos da Administração Pública;
- Promover melhorias nos processos de contratação de bens e serviços;
- Cumprir os prazos estabelecidos no planejamento das contratações;
- Aprimorar os artefatos (Termos de Referência e Projetos Básicos) produzidos pelas Secretarias Nacionais, com foco nas especificações técnicas;
- Aprimorar o Plano Anual de Contratações;
- Contratar a ferramenta de gestão patrimonial por radiofrequência (RFID), visando otimizar recursos humanos e modernizar a gestão;
- Centralizar as informações de contratações e de contratos no Sistema de Gestão Administrativa (SGA);
- Publicar IN que regulamenta as contratações no âmbito do MPF;
- Atualizar funcionalidades do Sistema de Gestão Administrativa (SGA);
- Atualizar, de forma contínua, modelo de Termos de Referência, Projetos Básicos, Editais e Contratos;
- Publicar atualização do Manual de Normas e Procedimentos para Apurar Infrações e Aplicar Sanções nas Contratações Administrativas; e
- Implantar novas providências no sistema Único relacionadas ao fluxo do Processo de Contratações.

6.10 SUSTENTABILIDADE

A partir da vigência da Emenda Constitucional 95/2016, as instituições públicas têm se deparado com o constante desafio de aprimorar seu desempenho frente à limitação orçamentária imposta.

Nesse contexto, torna-se cada vez mais necessário estabelecer diretrizes para uma atuação voltada ao desenvolvimento de atividades norteadas pelos fundamentos de sustentabilidade e inovação a fim de garantir eficiência nas ações com economia dos recursos.

Nessa linha, em 2019 o Ministério Público Federal instituiu, por meio da Portaria PGR/MPF nº 33/2019, a Política de Inovação Sustentável (Inova MPF), com objetivo de fomentar a cultura de inovação voltada para resultados práticos no âmbito do Ministério Público Federal, de forma colaborativa, com foco na valorização das pessoas, no desenvolvimento sustentável, promovendo melhoria contínua nos processos de trabalho, gerando maior eficiência, economicidade e aperfeiçoamento no atendimento à sociedade, com foco, igualmente, na sustentabilidade e promoção da questão ambiental.

O compromisso com a sustentabilidade é uma prática que vem se fortalecendo na Administração Pública. Programas como a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), do Ministério do Meio Ambiente, vêm ampliando a cada dia o número de instituições que passam a adotar postura sustentável em suas atividades. E o Ministério Público Federal se insere nesse cenário, uma vez que, em sua atuação institucional, suas operações geram impactos ambientais, sociais e econômicos que influenciam nas comunidades onde suas unidades estão instaladas.

Esses impactos precisam ser conhecidos e monitorados de modo a equilibrar os seus efeitos para que essa interação seja ecologicamente correta, economicamente viável, socialmente justa e legalmente pautada.

A sustentabilidade é tema inserido no Planejamento Estratégico do MPF. O Órgão dispõe de um arcabouço regulatório que baliza a atuação do administrador, visando reduzir custos, racionalizar o consumo de matérias-primas, energia e água, diminuir a geração de resíduos, reutilizar e reciclar materiais, além de melhorar a qualidade de vida e minimizar os riscos à saúde humana e ao meio ambiente. Entre eles está o Manual do Sistema de Gestão Socioambiental do MPF, aprovado pela Portaria nº 461, de 15 de maio de 2017, o qual propõe a adoção institucional de um modelo de gestão, norteado por um conjunto sistematizado de requisitos que buscam estabelecer um padrão de atuação sustentável pelo MPF, alinhado à legislação vigente.

Nesse cenário, apresentamos um panorama do consumo na Procuradoria-Geral da República, em relação ao exercício anterior, a fim de se acompanhar o desenvolvimento

do plano de ação do uso racional dos bens e recursos públicos, item 6.1 do Programa de Gestão Socioambiental da PGR (2108-2020).

CONSUMO PGR 2018-2019

		ENERGIA ELÉTRICA		ÁGUA E ESGOTO
		kWh (Ponta)	kWh (Fora Ponta)	m³
2018	Janeiro	28.518	429.948	2.951
	Fevereiro	39.734	592.676	3.157
	Março	51.071	492.335	3.280
	Abril	60.076	523.033	3.287
	Maio	51.607	460.749	2.784
	Junho	53.979	462.084	3.385
	Julho	47.811	413.530	3.333
	Agosto	51.523	429.703	3.670
	Setembro	55.610	474.953	3.515
	Outubro	55.792	507.391	3.655
	Novembro	51.704	517.094	3.323
	Dezembro	39.413	487.131	2.473
TOTAL		**586.838**	**5.790.627**	**38.813**
2019	Janeiro	31.142	428.678	3.192
	Fevereiro	41.538	590.776	3.482
	Março	43.298	436.551	3.617
	Abril	56.042	492.918	3.005
	Maio	43.404	465.806	4.023
	Junho	46.623	511.460	2.865
	Julho	30.365	397.613	2.978
	Agosto	30.057	400.782	3.983
	Setembro	44.638	473.777	3.832
	Outubro	41.008	543.868	3.416
	Novembro	42.952	514.152	2.424
	Dezembro	36.522	430.974	2.970
TOTAL		**487.589**	**5.687.355**	**39.787**
VARIAÇÃO		**-16,91%**	**-1,78%**	**2,51%**

Tabela 45 Consumo PGR 2018-2019 (energia elétrica, água e esgoto)

Seguindo essa ótica, também fora registrada considerável redução no consumo de água e energia elétrica em algumas unidades do MPF distribuídas pelo território nacional.

ÁGUA – 2018/2019

	2018*	2019*	VARIAÇÃO
PR – AC	R$ 1.986,62	R$ 1.676,79	-15,60%
PR – CE	R$ 60.075,78	R$ 56.576,46	-5,82%
PR – DF	R$ 175.684,94	R$ 144.490,32	-17,76%
PR – GO	R$ 54.559,39	R$ 41.875,27	-23,25%
PR – MA	R$ 13.830,86	R$ 10.704,78	-22,60%
PR – MS	R$ 81.813,69	R$ 71.736,77	-12,32%
PR – MT	R$ 31.955,51	R$ 14.138,01	-55,76%
PR – PB	R$ 55.519,06	R$ 52.116,09	-6,13%
PR – RJ	R$ 207.048,13	R$ 182.441,82	-11,88%
PR – GO	R$ 54.559,39	R$ 41.875,27	-23,25%
PR – MA	R$ 13.830,86	R$ 10.704,78	-22,60%
PR – MS	R$ 81.813,69	R$ 71.736,77	-12,32%
PR – MT	R$ 31.955,51	R$ 14.138,01	-55,76%

Fonte: Siafi. * Despesas liquidadas e restos a pagar pagos referente a fornecimento de água.

Tabela 47 Energia elétrica – 2018/2019

ENERGIA ELÉTRICA – 2018/2019

	2018*	2019*	VARIAÇÃO
PR – CE	R$ 505.715,06	R$ 458.106,95	-9,41%
PR – ES	R$ 361.248,15	R$ 359.426,50	-0,50%
PR – MA	R$ 629.137,59	R$ 627.984,12	-0,18%
PR – PI	R$ 707.179,32	R$ 634.382,57	-10,29%
PR – TO	R$ 465.873,07	R$ 440.405,01	-5,47%
PR – AP	R$ 222.061,10	R$ 164.760,71	-25,80%
PR – 4ª REGIÃO	R$ 932.184,29	R$ 905.436,25	-2,87%
PR – 5ª REGIÃO	R$ 366.663,48	R$ 382.578,77	4,34%
PGR	R$ 4.855.809,60	R$ 4.743.719,14	-2,31%

Fonte: Siafi. * Despesas liquidadas e restos a pagar pagos referentes a fornecimento de energia e contribuição de iluminação pública.

Tabela 46 Energia elétrica – 2018/2019

CONSUMO PGR 2018-2019

	PAPEL A4 (RESMA)	COPOS DESCARTÁVEIS		ÁGUA MINERAL		
		Água (caixas com 3.000 UN)	Café (caixas com 5.000 UN)	Com gás (garrafas 500 ml)	Sem gás (garrafas 500 ml)	Galão (20 litros)
2018	9.910	191	62	14.520	16.164	3.805
2019	7.225	194	53	12.348	12.516	3.152

Tabela 48 Consumo PGR 2018–2019 (copos descartáveis, café, água mineral)

Ao longo de 2019, foram implementadas diversas medidas para redução de gastos pelas edificações do MPF. Dentre elas podemos destacar as seguintes medidas:

- Substituição de lâmpadas fluorescentes por lâmpadas LED;
- Redução do horário de expediente diminuindo o tempo de uso de ar-condicionado central;
- Regulagem das válvulas de descargas das bacias sanitárias; e
- Redução de vazão de água em torneiras.

Quanto à acessibilidade das edificações do MPF, é realizado levantamento anual de 2 indicadores:

- Cumprimento dos 12 requisitos de acessibilidade conforme estabelecido na cartilha constante da Nota Técnica nº 6/2017/SEA (etapa 1):
- Indicador referente ao percentual médio de requisitos já adequados nas edificações ocupadas pelo MPF;
- Em dezembro de 2019, verificou-se que esse indicador evoluiu de 54,76% (2018) para 74,14% (2019).

Edificações acessíveis:

- Indicador referente ao percentual de edificações que atendem todos os 12 requisitos da etapa 1 de acessibilidade;
- Em dezembro de 2019 verificou-se que o indicador de edificações totalmente acessíveis subiu de 10,41% (2018) para 23,11% (2019).

No que concerne às contratações, a Lei nº 12.349, de 15 de dezembro de 2010, alterou o art. 3º da Lei nº 8.666/1993, introduzindo o desenvolvimento nacional sustentável como objetivo das contratações públicas.

Nesse sentido, o MPF vem desempenhando seu papel no atendimento aos critérios estabelecidos pelo Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, desenvolvido pela Câmara Nacional de Sustentabilidade (CNS DECOR/CGU/AGU), considerando, entre outros:

- o baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- a preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- o uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
- a origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e
- a utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.

RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

MPT

7 MINISTÉRIO PÚBLIDO DO TRABALHO

Relatório de Gestão do exercício de 2019 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, das Decisões Normativas TCU nº 178/2019 e nº 180/2019, da Portaria TCU nº 378/2019 e da Norma de Execução do órgão de controle interno AUDIN/MPU nº 3/2019, aprovada pela Portaria AUDIN/MPU nº 6/2019.

Diretoria-geral
Março de 2020

EXPEDIENTE

Ministério Público do Trabalho:

Procurador-Geral do Trabalho
Alberto Bastos Balazeiro
Vice-Procuradora-Geral do Trabalho
Maria Aparecida Gugel
Vice-Presidente do Conselho Superior
Jose de Lima Ramos Pereira
Coordenadora da Câmara de Coordenação e Revisão
Sandra Lia Simón
Corregedor-Geral
André Luís Spies
Ouvidora do MPT
Heloisa Maria Moraes Rego Pires
Diretor-Geral
Luciano Aragão Santos
Diretor-Geral Adjunto
Dickson Ansah Ribeiro Frempong

Comissão do Processo de Contas do Exercício 2019.

Portaria nº 2.096, de 08 de janeiro de 2019 - Constitui comissão para organização e apresentação do Relatório de Gestão consolidado, no âmbito do Ministério Público do Trabalho, referente ao exercício de 2019.

Portaria nº 2.097, de 08 de janeiro de 2019 – Constitui comissão auxiliar (Procuradorias Regionais do Trabalho) para prestar informações à comissão designada para organização e apresentação do Relatório de Gestão consolidado, no âmbito do MPT, referente ao exercício de 2019.

MENSAGEM DO PROCURADOR-GERAL DO TRABALHO

O Ministério Público do Trabalho (MPT), no exercício de 2019, pautou suas atividades pelo aprimoramento do diálogo institucional e pela realização de ações que favoreceram o aperfeiçoamento da gestão, a efetividade e a transparência.

Este relatório demonstra os esforços empenhados e resultados alcançados durante o exercício de 2019, para garantir a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e individuais indisponíveis em busca da real efetivação dos direitos fundamentais do trabalho.

A partir de agosto de 2019, o MPT iniciou uma nova gestão pautada em três grandes eixos orientados pela ideia de integração: gestão administrativa, projeção institucional e atuação resolutiva. Quanto à gestão administrativa, primou-se pelas melhorias estruturais nas Unidades do MPT, visando maior eficiência dos recursos. No tocante à atuação resolutiva, os normativos internos têm sido revistos e integrados, a exemplo da Resolução CSMPT nº. 166/2019, que dispõe sobre uma nova forma de atuação finalística. Em relação ao eixo projeção institucional, esta Administração compreende que a difusão da imagem e das pautas de atuação do MPT deve se dar em face da sociedade, da parceria entre os poderes e de múltiplas instituições de modo a permitir espaço para ganhos na atuação resolutiva e na eficiência na alocação dos recursos orçamentários.

No exercício de 2019, o MPT trabalhou nas diretrizes de desdobramento dos 11 objetivos estratégicos, o que resultou na publicação da Portaria PGT nº 179, de 5/2/2020 (BS Especial 2-B 2020). O atual Planejamento Estratégico foi pautado com destaque dos três objetivos estratégicos finalísticos: "Promover a inclusão e a igualdade no trabalho, bem como combater o trabalho escravo e o trabalho infantil"; "Garantir a saúde e a segurança no ambiente de trabalho"; e "Promover o diálogo e a proteção social no trabalho, bem como a valorização dos direitos trabalhistas".

A partir do esforço de pessoal e aperfeiçoamento de gestão dos instrumentos de atuação estratégica, as Coordenadorias Temáticas Nacionais foram essenciais para a consecução de resultados positivos, em especial por meio dos projetos nacionais e da atuação em situações de grande impacto social.

Na perspectiva da inovação tecnológica, o MPT avançou na ciência de dados por meio do aprimoramento dos observatórios digitais, garantindo à sociedade acesso às informações relacionadas aos temas trabalhistas.

Ainda em 2019, consolidamos nosso Sistema Integrado de Governança da Gestão Estratégica, composto por 7 comitês estratégicos, que atuaram ativamente para subsidiar a tomada de decisão e para viabilizar mudanças de paradigmas, a exemplo das medidas relativas à prevenção de assédio, das práticas de equidade e da retomada da política de interiorização.

Os resultados a serem apresentados neste relatório foram sustentados pelos princípios democrático, da impessoalidade, e da transparência.

Alberto Bastos Balazeiro
Procurador-geral do Trabalho

8 VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

O Ministério Público do Trabalho compõe o Ministério Público da União (MPU), instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, com autonomia funcional e administrativa.

Advém, portanto, do texto constitucional sua missão de defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis no âmbito das relações de trabalho, contribuindo para a proteção dos interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis e para a concretização dos ideais democráticos e da cidadania.

A missão e visão institucional do MPT foram reformuladas para o período 2018/2022, durante o processo de revisão do Planejamento Estratégico, passando a serem descritas nos seguintes termos: "Missão – defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis para efetivação dos direitos fundamentais do trabalho"; "Visão – ser referência como instituição promotora do trabalho digno e do desenvolvimento socialmente sustentável."

O processo de revisão do planejamento institucional ocorreu de forma participativa com membros e servidores, havendo ampla reflexão sobre o ambiente interno e externo em que o Ministério Público do Trabalho está inserido, a partir da ferramenta de Matriz SWOT, bem como oitiva dos principais parceiros.

Além dessas ferramentas, o documento Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) orientou o processo de revisão do Planejamento Estatégico, nos termos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) voltados para a erradicação da pobreza e para a promoção de vida digna para todo. Verificou-se que a atuação do MPT contribui para a promoção do crescimento econômico inclusivo e sustentável, com o emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos (Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 8) e para a redução das desigualdades (Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 10).

Diante do diagnóstico realizado no período de revisão do Planejamento Estratégico constatou-se a permanência de grandes desafios no mundo do Trabalho, especialmente relacionados ao trabalho escravo, ao trabalho infantil e, a discriminações, fraudes e violações que afetam o meio ambiente de trabalho, com mortes, acidentes e doenças profissionais. O MPT, portanto, considera que sua estrutura organizacional e seus macroprocessos finalísticos são instrumentos importantes para enfrentar os desafios contemporâneos.

Desde de 2008 o MPT realiza o mapeamento dos macroprocessos e dos processos organizacionais críticos de sua estrutura, visando a que seus produtos e serviços atendam aos requisitos e necessidades básicas institucionais e que estejam alinhados com os objetivos estratégicos do Órgão. Esse trabalho está em constante revisão e atualização em decorrência da mudança de cenários, da inovação e dos processos de revisão do Planejamento Estratégico.

Os macroprocessos finalísticos estão diretamente relacionados aos produtos e serviços entregues pela Instituição.

A estrutura organizacional do MPT, instituída pela Portaria PGT nº 1.314/2017 (Regimento Interno Administrativo), está representada nas figuras seguintes.

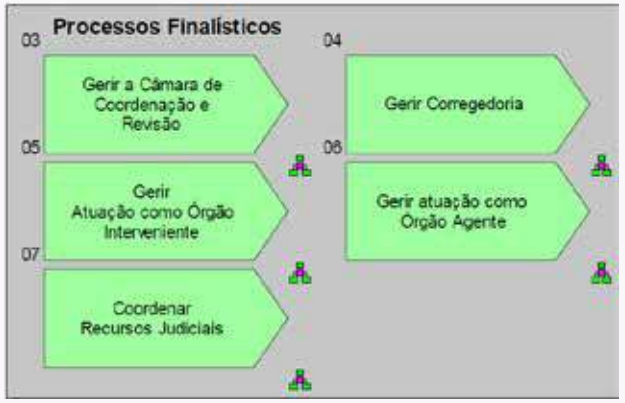


Figura 10 Processos finalísticos

MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS DETALHAMENTO

MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	DESCRIÇÃO DO MACROPROCESSO	PRODUTOS E SERVIÇOS	PRINCIPAIS CLIENTES	UNIDADE RESPONSÁVEIS
Gerir a Câmara de Coordenação e Revisão	Promove a integração e a coordenação dos órgãos institucionais do MPT; encaminha informações técnico-jurídicas aos órgãos institucionais do MPT; decide os conflitos de atribuição entre os órgãos do MPT.	Órgãos institucionais integrados; Conflitos de atribuição entre os órgãos solucionados; Distribuição de processos.	Direto: Membros Indireto: Cidadãos	PGT
Gerir Corregedoria	Fiscaliza as atividades funcionais e a conduta dos membros do Ministério Público do Trabalho.	Relatório de acompanhamento de estágio probatório dos membros; Procedimentos institucionais de natureza semelhantes padronizados; Sindicâncias e correições.	Direto: Membros Indireto: Cidadãos	PGT
Gerir Atuação como Órgão Interveniente	Desempenha papel de fiscal da lei para intervir nos feitos judiciais em curso nos quais haja interesse público a proteger.	Pareceres em processos de competência da Justiça do Trabalho; Recursos quando houver desrespeito à legislação.	Cidadãos	PGT, PRTs e PTMs
Coordenar Recursos Judiciais	Acompanha e elabora as peças judiciais necessárias nos processos em trâmite nos tribunais superiores; estabelece rotinas procedimentais uniformes, capacitando os membros e servidores para atuação processual.	Intercâmbio de informações entre os membros; atuação como órgão agente do MPT em 3º Grau de Jurisdição; Relatórios mensais e anuais com as atividades desenvolvidas; Pauta de julgamento; Rotinas procedimentais uniformes; Membros e servidores capacitados para atuação processual.	Direto: Membros Indireto: Cidadãos	PGT
Gerir atuação como Órgão Agente	Atuação Judicial (processos judiciais – fiscal da lei) e extrajudicial (agente de articulação social, incentivando e orientando os setores não-governamentais e governamentais na execução de políticas de elevado interesse social).	Recebimento de denúncias; Extrajudicial: Termo de Ajustamento Conduta; Instauração de procedimentos investigatórios; Inquéritos Civis Públicos; Mediações e Audiência; Judicial: Ações Civis Públicas.	Cidadãos	PGT, PRTs e PTMs

Tabela 49 Macroprocessos finalísticos detalhamento

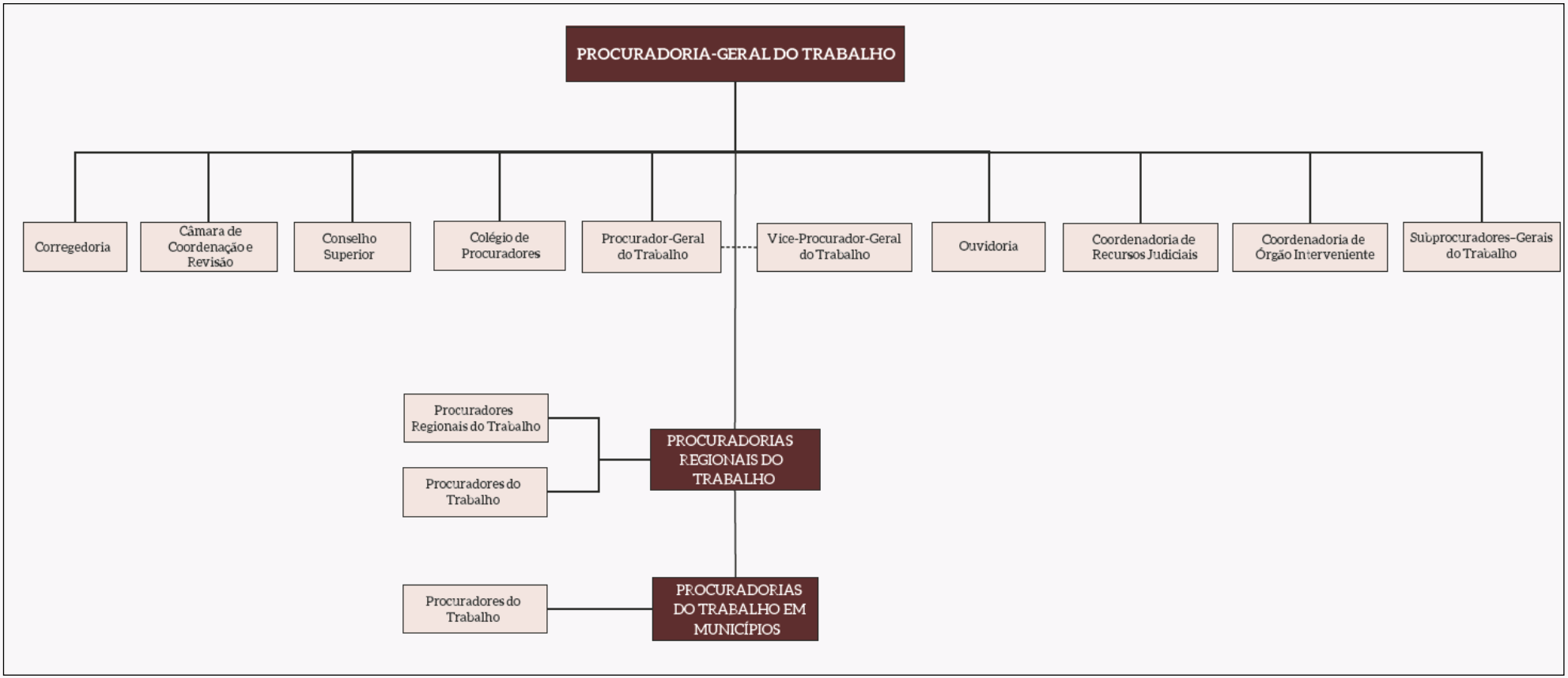


Figura 11 Organograma

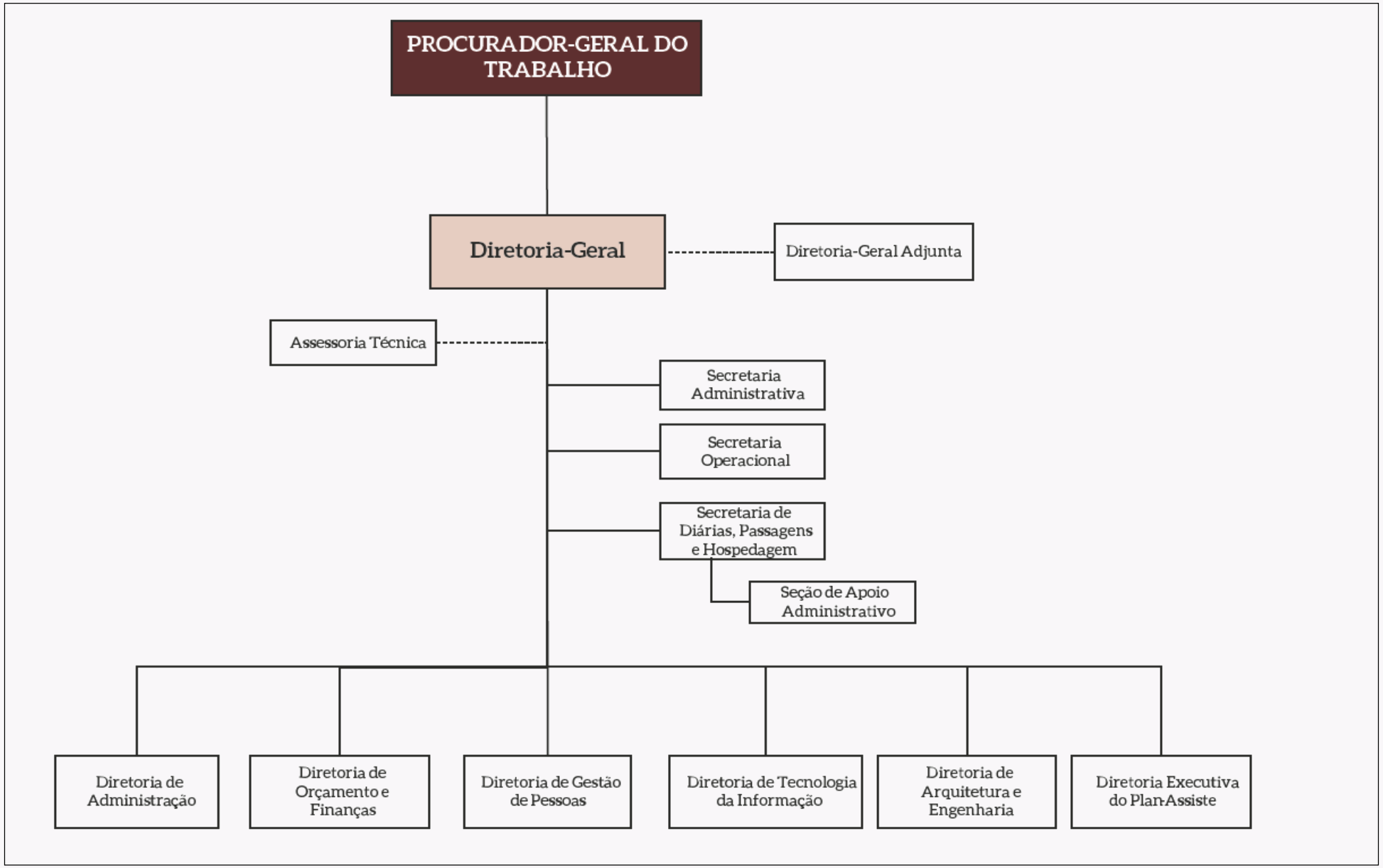


Figura 12 Organograma 2

8.1 ONDE ATUAMOS

Foto 8 Onde atuamos

O Ministério Público do Trabalho (MPT) está presente em todo território nacional e estruturado em Procuradoria Geral do Trabalho (PGT), 24 Procuradorias Regionais do Trabalho (PRT's) e 100 Procuradorias do Trabalho nos Municípios (PTM's).

RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MPT

9 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA

O Sistema Integrado de Governança da Gestão Estratégica do Ministério Público do Trabalho foi instituído pela Portaria PGT nº 7392016, alterada posteriormente pelas Portarias PGT nº 714/2017 e nº 1.418/2017, na qual estão definidas a natureza, a finalidade, a composição e as atribuições de cada um dos 7 Comitês Estratégicos vinculados ao Procurador-Geral do Trabalho.

Figura 13 Governança

NATUREZA E FINALIDADE DOS COMITÊS DA ESTRUTURA DE GOVERNANÇA DO MPT

COMITÊ DE GOVERNANÇA	DESCRIÇÃO
Comitê de Planejamento e Gestão Estratégica (CPGE)	finalidade consultiva e propositiva pertinente às atividades de modernização da gestão administrativa e finalística.
Comitê Estratégico de Gestão de Pessoas (CEGEP)	instância consultiva e propositiva pertinente ao estabelecimento de prioridades e diretrizes em gestão de pessoas alinhada ao P.E.I.
Comitê de Planejamento Orçamentário (COPOR)	instância consultiva e propositiva pertinente a diretrizes orçamentárias alinhadas ao P.E.I.
Comitê Estratégico de Comunicação (CECOM)	instância consultiva e propositiva concernente ao estabelecimento de diretrizes alinhadas ao P.E.I, para aprimoramento da comunicação interna e externa.
Comitê Estratégico de Segurança Institucional (CESI)	instância consultiva e propositiva pertinente ao estabelecimento de diretrizes, projetos e ações de Segurança Institucional.

Tabela 50 Natureza e finalidade dos comitês da estrutura de governança do MPT

A estratégia institucional fundamenta-se em seu Planejamento Estratégico.

Figura 14 Mapa estratégico do MPT

Os onze objetivos estão distribuídos em três persperspectiva: Resultados Institucionais, Processos Internos, Aprendizagem e Crescimento. A estratégia encontra-se alinhada às oito Coordenadorias Temáticas Nacionais, estruturas auxiliares da atividade finalística do Ministério Público do Trabalho vinculadas ao Procurador-Geral do Trabalho.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS FINALÍSTICOS E COORDENADORIAS TEMÁTICAS NACIONAIS

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	DESCRIÇÃO DO OBJETIVO ESTRATÉGICO	COORDENADORIA TEMÁTICA NACIONAL
OE1	Promover a inclusão e a igualdade no trabalho, bem como combater o trabalho escravo e o trabalho infantil	Coordenadoria Nacional de Promoção de Igualdade de Oportunidades – Coordigualdade Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente – Coordinfância Coordenadoria Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo – Conaete.
OE2	Garantir a saúde e a segurança no ambiente de trabalho	Coordenadoria Nacional de Defesa do Meio Ambiente de Trabalho – Codemat Coordenadoria Nacional de Combate às Irregularidades Trabalhistas na Administração Pública – Conap Coordenadoria Nacional do Trabalho Portuário e Aquaviário - Conatpa.
OE3	Promover o diálogo e a proteção social no trabalho, bem como a valorização dos direitos trabalhistas	Coordenadoria Nacional de Combate às Fraudes nas Relações de Trabalho – Conafret Coordenadoria Nacional de Promoção da Liberdade Sindical – Conalis.

Tabela 51 Objetivos estratégicos finalísticos e coordenadorias temáticas nacionais

As forças-tarefas também foram um instrumento de atuação empregado em 2019, conforme o gráfico abaixo.

NÚMERO DE FORÇAS-TAREFAS POR COORDENADORIA - 2019

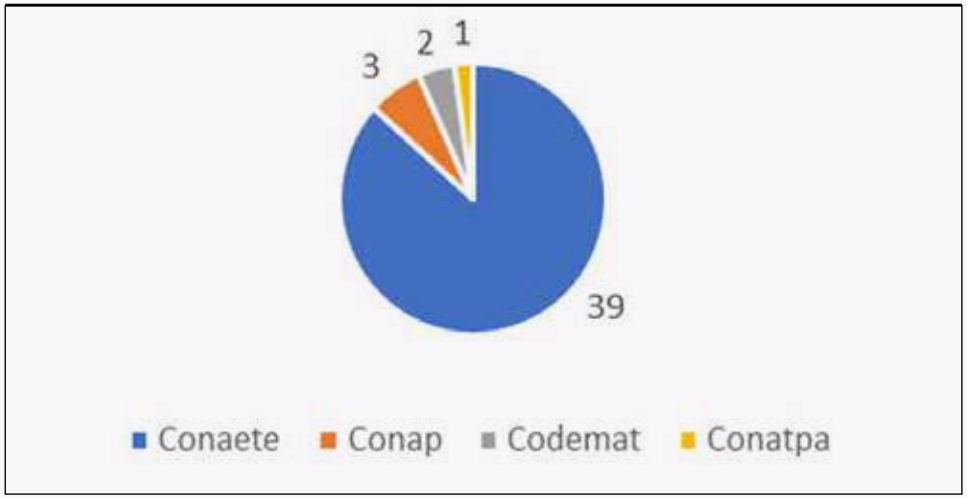


Gráfico 55 Número de forças-tarefas por coordenadoria - 2019

9.1 RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

No novo ciclo do Planejamento Estratégico foi considerado o diagnóstico do cenário interno e externo realizado por membros e servidores do MPT durante o processo de revisão do P.E.I.

O instrumento utilizado foi a matriz SWOT, aplicado por meio de oficinas. Com o objetivo de analisar o cenário no qual a Instituição está inserida, buscou-se dos grupos opiniões sobre o que seria relevante para o MPT nos ambientes interno (forças e fraquezas) e externo (oportunidades e ameaças).

Em seguida, priorizou-se os pontos fracos e as ameaças levantadas na matriz SWOT por meio de ferramental denominado GUT3, com a qual os participantes dos grupos atribuíram notas de 1 a 5, conforme os critérios de Gravidade, Urgência e Tendência, de acordo com o quadro abaixo.

Sistema Integrado de Governança da Gestão Estratégica do Ministério Público do Trabalho foi instituído pela Portaria PGT nº 7392016, alterada posteriormente pelas Portarias PGT nº 714/2017 e nº 1.418/2017, na qual estão definidas a natureza, a finalidade, a composição e as atribuições de cada um dos 7 Comitês Estratégicos vinculados ao Procurador-Geral do Trabalho.

ENQUADRAMENTO DAS NOTAS, CONFORME GRAVIDADE, URGÊNCIA E TENDÊNCIA

NOTA	GRAVIDADE	URGÊNCIA	TENDÊNCIA ("SE NADA FOR FEITO...")
5	Extremamente grave	Precisa de ajuda imediata	...irá piorar rapidamente
4	Muito graves	É urgente	...irá piorar em pouco tempo
3	Grave	O mais rápido possível	...irá piorar
2	Pouco grave	Pouco urgente.	...irá piorar a longo prazo
1	Sem gravidade	Pode esperar.	...não irá mudar

Tabela 52 Enquadramento das notas, conforme gravidade, urgência e tendência

Esse levantamento subsidiou a atuação institucional mediante Projetos Estratégicos, Grupos de Trabalhos, Grupos de Estudos e Forças Tarefas.

RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MPT

10 RESULTADOS DA GESTÃO

10.1 ATUAÇÃO GERAL

A atuação ordinária do Ministério Público do Trabalho pode acontecer pela via extrajudicial, por meio de Termo de Ajuste de Conduta (TAC), ou pela via judicial, por meio de ajuizamento de ação.

Para exemplificar os resultados da atuação ordinária em 2019, o gráfico abaixo demonstra o número de Termos de Ajustes de Condutas (TACs) firmados, bem como quantitativo de Ações Civís Públicas (ACPs) ajuizadas, de acordo com os temas de cada Coordenadoria Temática Nacional.

Esse levantamento subsidiou a atuação institucional mediante Projetos Estratégicos, Grupos de Trabalhos, Grupos de Estudos e Forças Tarefas.

Gráfico 56 Medidas judiciais e extrajudiciais (TACs e ACPs) por coordenadoria nacional – 2019

Além da atuação ordinária, no exercício de 2019, o Ministério Público do Trabalho exerceu ativamente suas competências mediantes Projetos Estratégicos, Grupos de Trabalhos, Grupos de Estudos e Forças-Tarefas. Os resultados estão, respectivamente, demonstrados nos quadros a seguir.

RESULTADOS DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS FINALÍSTICOS

OBJETIVO ESTRATÉGICO	COORDENADORIA NACIONAL	PROJETO FINALÍSTICO	RESULTADOS EM 2019
OE1	Coordigualdade	Acessibilidade e Inclusão de PcD	• Número de beneficiados: 4.900; • 61 Procedimentos Promocionais; • 9.395 Inquéritos Civis e Termos de Ajuste de Conduta em acompanhamento; • 1.974 Ações em Acompanhamento; • Realização da Campanha "Não há Limites para o Trabalho Digno!". Composta de 3 (três)vídeos, a campanha em referência foi realizada em parceria com a OIT, com o objetivo de modificar o olhar fundado na limitação da pessoa com deficiência e exaltar as suas potencialidades. • Elaboração da cartilha "Cartilha Inclusão é Atitude! Qual é a Tua?";
OE1	Coordigualdade	Inclusão Social de Jovens Negras e Negros no Mercado de Trabalho	• Projeto Instituido no segundo semestre de 2019, a medição de indicadores e metas dar-se-á no segundo semestre de 2020 em virtude da periodicidade anual do monitoramento.
OE1	Coordinfância	Resgate a Infância	• Meta: Atingir 10% dos alunos matriculados nos 4º e 5º anos nos municípios eleitos em cada etapa do projeto. o Resultado alcançado: 25,59% dos alunos matriculados nos nove municípios eleitos. • Meta: atingir pelo menos 10% do potencial de novas contratações de aprendizes nos municípios eleitos em cada etapa do projeto. o Resultado alcançado: 14,47% de aprendizes contratados nos nove municípios eleitos. • Meta: promover, extrajudicialmente ou judicialmente, políticas públicas em pelo menos 10% dos municípios eleitos em cada etapa do projeto. o Resultado alcançado: políticas públicas promovidas em 44,44% dos municípios eleitos. • Realização da 4ª Semana Nacional de Aprendizagem, nos dias 19 a 23 de agosto de 2019. • Realização da Etapa Nacional do Prêmio MPT na Escola, no dia 03 de dezembro de 2019, em Brasília. O evento contou com a participação de estudantes, professores, representantes de instituições formadoras e qualificadoras de aprendizes do Distrito Federal, entre outros.
OE2	Codemat	Frigoríficos	• 03 Forças-Tarefas realizadas • 01 TAC firmado • 24 audiências judiciais e extrajudiciais • 01 acordo judicial firmado • 23.240 empregados beneficiados • Meta 01: 12.000 trabalhadores beneficiados com a redução do ritmo. o 14.240 trabalhadores beneficiados. • Meta 02: Visitar 02 estabelecimentos e unidades beneficiadas pela adequação dos sistemas de de amônia. • 02 visitas realizadas
OE2	Conatpa	Ouro Negro	• 04 forças-tarefas realizadas • 05 inquéritos civis instaurados • 16 inquéritos civis em andamento • Meta: Alcançar 6.000 mil trabalhadores o 42.300 trabalhadores alcançados • Inspecionar no mínimo 5 plataformas/embarcações o 09 plataformas/embarcações inspecionadas

Tabela 53 Resultados dos projetos estratégicos finalísticos

OE2	Conatpa	Pesca Legal	• Meta 01: Inspecionar no mínimo 07 terminais pesqueiros. o 10 terminais inspecionados • Meta 02: Realizar no mínimo 10 reuniões com entidades do setor pesqueiro. o 26 reuniões realizadas • Meta 03: Realizar 04 audiências públicas. o 94 audiências públicas realizadas
OE3	Conalis	O MPT no Combate aos Atos Antissindicais	• Projeto Instituido no segundo semestre de 2019, a medição de indicadores e metas dar-se-á no segundo semestre de 2020 em virtude da periodicidade anual do monitoramento.

RESULTADOS DOS GRUPOS DE TRABALHO E GRUPOS DE ESTUDO - 2019

OBJETIVO ESTRATÉGICO	COORDENADORIA	NOME DO GRUPO	RESULTADOS ESPERADOS	RESULTADOS ALCANÇADOS
OE1	Conaete	GT Carnaúba	• Garantir a melhoria das condições laborais dos trabalhadores ativados na cadeia produtiva da cera de carnaúba nos Estados do Piauí, Ceará e Maranhão.	• Operações realizadas: 07 • Trabalhadores resgatados: 38 • Termos de Ajuste de Condutas: 08 • Reunião com produtores de cera do ceará: 01 • O grupo de trabalho identificou as empresas produtoras de cera de carnaúba a partir do pó extraído da palha de carnaúba. • Três grandes indústrias do Estado do Ceará assinaram TAC se comprometendo a fiscalizar o cumprimento das obrigações trabalhistas pelos fornecedores.
OE1	Conaete	GT Instrumentos Econômicos	• Contribuir à criação e ao fortalecimento de instrumentos, com viés econômico, capazes de induzir ou compelir empresas e empregadores ao cumprimento da legislação trabalhista e à observância de padrões mínimos de governança e responsabilidade social, seja pela conscientização, seja pela geração de repercussões financeiras pela inobservância.	• Atuação conjunta com o GEAF criado para lidar do tema responsabilidade socioambiental dos bancos, que propôs 7 Ações Civis Públicas; • Análise de 51 relatórios de auditoria, com a detecção de inúmeras falhas em tal processo de certificação. Decidiu-se pela instauração do Promo e instauração de Inquérito Civil a respeito; • Participação do MPT como um dos organizadores do evento "O papel do setor financeiro no combate ao trabalho escravo e ao tráfico de seres humanos".
OE2	Conaete	GT Migrantes e Refugiados	• Manter a participação no Conselho Nacional de Imigração. • Apoiar a Conaete nas questões relacionadas à matéria migratória. • Produzir e divulgar artigos e pesquisas sobre a atuação migratória.	• Publicação de "Migrações Venezuelanas". O livro, publicado pela NEPO/UNICAMP, contou com artigos de três integrantes do GT. • Apoio na ACP em face de agência de emprego que trouxe domésticas Filipinas para o Brasil.

OE1	Conaete	GT Tráfico de Pessoas (Exploração Sexual)	• Compartilhar experiências e dados com os parceiros a fim de realizar mapeamento dos locais com maior ocorrência de tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, identificar os locais de maior ocorrência do crime.	• Produção de material orientativo; • Apoio operacional e jurídico dos integrantes do GT à operação "Fada Madrinha"; • Participação na "Operação Eleutheria" da Polícia Federal e UNODC.
OE1	Cordigualdade	GT Raça	• Divulgar cartilhas e vídeos sobre a promoção da inclusão da população negra no mercado de televisão aberta do Brasil com apoio da OIT; • Mapear e acompanhar os projetos de Lei que impactem na promoção ou proteção da igualdade racial no trabalho; • Mapear e desenvolver ações para o cumprimento do Estatuto da Igualdade Racial.	• Divulgação da temática sobre representatividade negra e igualdade de oportunidades no trabalho na televisão, através das ações realizadas pelo GT: audiência pública, intervenção em ACP ajuizada pela UNEGRO, seminário com artistas e juristas e notícias veiculadas na imprensa, redes sociais e segmentos da área jurídica e movimentos negros; • Levantamento inicial dos dados pertinentes aos trabalhadores negros nas emissoras de televisão eleitas para início do mapeamento: GLOBO, SBT e RECORD; • Promoção do trabalho da população negra nos canais de televisão; • Subsídio ao Projeto Nacional de Inclusão de Jovens Negras e Negros no Trabalho.
OE1	Coordigualdade	GT Inclusão e Acessibilidade	• Elaboração de manual de atuação; • Atualização de cartilha sobre acessibilidade; • Elaborar Notificação Recomendatória às empresas públicas, no tocante ao cumprimento da reserva legal de vagas, nos termos da Lei nº 8.213/1991; • Proposição de cursos de capacitação	• Manual de atuação elaborado; • Modelos de peças procedimentais e processuais relacionadas ao tema elaborados; • Apresentação de cartilha "Incluir: o que é, como e por que fazer?", elaborada pela PRT 2ª Região e Amankay Instituto de Estudos e Pesquisas, para ser atualizada. Articulação com a OIT para conclusão do processo de atualização.
OE1	Coordigualdade	GT Atletas Mirins	• Formular projeto pedagógico de oficina na ESMPU sobre os objetivos do GT; • Realizar evento direcionado à conscientização dos atletas das categorias de base sobre os seus direitos.	• Levantamento das atuações do Ministério Público do Trabalho na temática; • Realização de oficina da UNICEF com adolescentes da categoria de base do Clube Atlético Paranaense a fim de coletar informações sobre assédio e violência sexual; • Elaboração de roteiro de fiscalização de alojamento dos clubes e apoio às inspeções realizadas.
OE1	Coordigualdade	GT Aprendizagem Rural	• Elaborar estratégia de atuação para do Ministério Público do Trabalho, levando em conta o Decreto nº 8.740/16 (cota social), para fomentar a aprendizagem profissional no âmbito rural, priorizando os adolescentes oriundos da agricultura familiar.	• Proposta de sistematização de atuação do MPT perante o "Sistema S" elaborada.

OE2	Codemat	GT Agrotóxico	• Reconversão Tecnológica - adoção de medidas de promoção do modelo de produção agroecológico; • Elaboração de modelo de atuação em campo com as empresas do setor agrícola que se utilizam de agrotóxicos em suas plantações; • Elaboração de estudo sobre as possibilidades de adoção de medidas nacionais e internacionais acerca da pulverização aérea de agrotóxicos.	• Estudo diagnóstico sobre o tema elaborado; • Reunião de peças processuais; relatório contendo medidas voltadas a adoção de agroecologia (onde inexiste exposição dos trabalhadores); elaboração de plano de ação do GT.
OE2	Codemat	GT GAER - Grupo de Apoio às Ações Regressivas	• Melhoria no fluxo de informações e maior eficiência para o convênio já firmado entre a procuradoria geral do trabalho e a advocacia geral da união.	• Ações Regressivas ajuizadas: 125; • Benefícios cobrados: 526; • Segurados envolvidos: 388; • Arquivamentos de procedimentos de instrução: 738; • Valores cobrados: R$ 11.794.893,33; • Expectativa de ressarcimento: R$ 56.802.432,09; • Valores efetivamente arrecadados: R$ 8.445.821,32.
OE2	Codemat	GT Nanotecnologia	• Compreender melhor a Nanotecnologia e definir se existe a necessidade de atuação ministerial em segmentos econômicos que utilizam partículas Nano no seu processo produtivo.	• Audiências e reuniões com diversos órgãos públicos e privados, sobretudo com a FUNDACENTRO, para tratar de assuntos relacionados ao tema; • Estudo de pesquisas e financiamento público do CNPQ sobre nanotecnologia; participação do MPT por meio da Nota Técnica ao PLS 880/2019 (Senado Federal, em tramitação), sobre a regulamentação da nanotecnologia.
OE2	Codemat	GT Políticas Públicas de Saúde e Segurança do Trabalho	• Coordenar e uniformizar a atuação do Ministério Público do Trabalho na questão da ergonomia dos cinco maiores magazines do Brasil;	• Recomendações sobre ratificação da convenção 187, revogação da Instrução Normativa nº. 90/2017 e exclusão da propaganda relacionada a adicional de produtividade do setor de transportes; relato de reunião de planejamento do GT.
OE2	Codemat	GT Polo Gesseiro do Araripe	• Despersonalização da atuação do ministério público do trabalho; • Atuação extra-judicial para a garantia da melhoria das condições de trabalho dos empregados do setor; • Protocolo e acompanhamento de ações civis públicas a serem protocoladas decorrentes das forças-tarefas já realizadas; • Fiscalização das empresas mineradoras; • Conclusão do mapeamento da cadeira produtiva que está em curso em parceria firmada com a oit; • Realização de audiência pública com as empreas consumidoras.	• 89 empresas inspecionadas; • 812 trabalhadores beneficiados; • 17 ACPs/AEXs ajuizadas; • 1 liminar de ACP já deferida.

OE2	Coordigualdade	GT Prevenção de Acidentes em Barragens	• Obter diagnóstico da situação das barragens para subsidiar a elaboração de projeto estratégico nacional na atividade de mineração; • Elaborar manual e check list para atuação dos membros e analistas periciais do MPT; • Fomentar a instauração de procedimentos e a realização de atividades simultâneas de fiscalização nas diversas regionais do país.	• Delimitação das barragens objeto de investigação/atuação do Grupo de Trabalho; • Levantamento das investigações pré-existentes sobre o tema; • Expedição de Notificações Recomendatórias para todas as empresas identificadas (total de quarenta e três notificações assinadas pelo Procurador Geral do Trabalho e pela Presidente do Grupo de Trabalho); • Realização de curso de capacitação e de disponibilização do mesmo na Intranet do MPT.
OE2	Coordigualdade	GT Sílica	• Compreender melhor os reais efeitos causados pela sílica na saúde humana e identificar forma de repressão e prevenção de doenças relacionadas a silicose nos trabalhadores; • Obtenção de financiamento através de valores originários de Termo de Ajuste da Conduta/Ação Civil Pública e/ou do Fundo de Direitos Difusos para andamento do projeto elaborado com pesquisadores.	• Relatórios de reuniões, consultas e atividades realizadas junto ao DNPM, INMETRO, INCA, FUNDACENTRO, FIOCRUZ, INCOR, OIT, IPT-SP; solicitação de informações junto as empresas sobre utilização de sílica livre cristalina; compilação de estudos técnico científicos; elaboração de plano de atuação.
OE2	Conatpa	GT Escalpelamentos por embarcações	• Erradicar no Território Nacional os acidentes com escalpelamentos por embarcações, reconhecer essas vítimas como pessoas com deficiência para efetivação de prestações no âmbito da Seguridade Social e incluir as vítimas dessa espécie de ocorrência no mercado de trabalho enfrentando os efeitos da discriminação das vítimas.	• Aproximação com Ministério da Saúde e com Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos para acompanhando do processo de regulamentação da Lei Brasileira de Inclusão sobre a peculiaridade da condição das pessoas vítimas de escalpelamento; • Avanços no sentido de capacitar as sobreviventes, com a oferta de cursos gratuitos junto ao Senai em Macapá, em parceria com a OIT; • Publicação de Nota Técnica para subsidiar o enquadramento das vítimas como potenciais destinatárias de ações afirmativas, por meio do reconhecimento de sua condição de pessoa com deficiência.
OE2	Conatpa	GE Navegação Aérea	• Estudar a navegação aérea e propiciar eventual atuação da CONATPA no setor.	• Foram realizadas reuniões acerca do tema; • Elaboração de pesquisa dos procedimentos de investigação em curso, TAC's e ACP's, nas empresas de transporte aéreo regular; • Por fim, o GE opinou favoravelmente à inserção, entre os temas de atuação da CONATPA.
OE3	Conafret	GE Acordos Extrajudiciais	• Elaboração de estudo que sirva de base para deliberação da CONAFRET a respeito da matéria e instrumento de atuação do MPT; • Formular estratégias de investigação e atuação que possam auxiliar os membros do MPT na condução dos casos sob sua responsabilidade.	• Estudo desenvolvido no âmbito do Grupo de Estudos, com a finalidade de auxiliar a atuação dos membros nos casos envolvendo a utilização de acordos extrajudiciais para fraudar a legislação trabalhista; • Manual de Apoio - Homologação de Acordos Extrajudiciais, contendo roteiro de investigação, além de modelos de parecer, TAC e ACP, a fim de auxiliar os membros no enfrentamento da questão

OE3	Conafret	GT AMBEV	• Assinatura de um acordo de âmbito nacional	• Acordo firmado com abrangência nacional e com extensão a todas as empresas do Grupo
OE3	Conafret	GT Dubladores	• Formular estratégias de investigação e atuação que possam auxiliar os membros do MPT na condução dos casos sob sua responsabilidade; • Uniformização da atuação do MPT na matéria; • Dar publicidade à atuação do MPT através de atividades variadas, a exemplo de audiências públicas seminários, campanhas publicitárias, entre outros meios igualmente eficazes.	• Encaminhadas notificações recomendatórías a todas as entidades sindicais patronais e profissionais do país que tenham atribuição nos locais onde se realizam dublagem no País; • Realização de audiência pública.
OE3	Conafret	GT Novas Formas de Contratação	• Formular estratégias de investigação e atuação que possam auxiliar os membros do MPT na condução dos casos sob sua responsabilidade; • Uniformização e ampliação da atuação do MPT na matéria; • Alcançar um posicionamento uniforme e consistente na atuação do MPT; • Dar publicidade à atuação do MPT através de atividades variadas, a exemplo de audiências públicas, seminários, campanhas publicitárias, entre outros meios igualmente eficazes.	• Foram ajuizadas duas Ações Civis Públicas em face de empresas que operam por meio de aplicativos (Loggi, iFood e Rapiddo); • Foi ajuizada Ação Cautelar de Exibição de Documentos em face da Uber com o objetivo de subsidiar procedimento investigatório em face da empresa; • Foi elaborado manual de apoio para os casos envolvendo motoristas e motofretistas de empresas de transporte e entrega por aplicativo.
OE3	Conafret	GT Advogados	• Sistematizar, uniformizar e ampliar a atuação do MPT no combate de fraudes à relação de emprego em grandes escritórios de advocacia ou empresas de assessoramento jurídico, especialmente através do desvirtuamento da condição sócio, associado ou autônomo.	• Levantamento da relação de procedimentos de todos os escritórios de advocacia a partir de dados do sistema MPTDelphos.
OE3	Conalis	GT Registro Sindical	• Regularização dos ilícitos encontrados; • Respeito ao princípio da liberdade sindical.	• O levantamento de dados e informações que permitiram uma melhor avaliação e compreensão do processo de registro de entidades sindicais no âmbito do extinto Ministério de Trabalho. • Elaboração de nota técnica sobre a recente normativa que regula o registro sindical.

Tabela 54 Resultado dos grupos de trabalho e grupos de estudo - 2019

RESULTADOS DAS FORÇAS TAREFAS PARA O COMBATE AO TRABALHO ANÁLOGO AO ESCRAVO

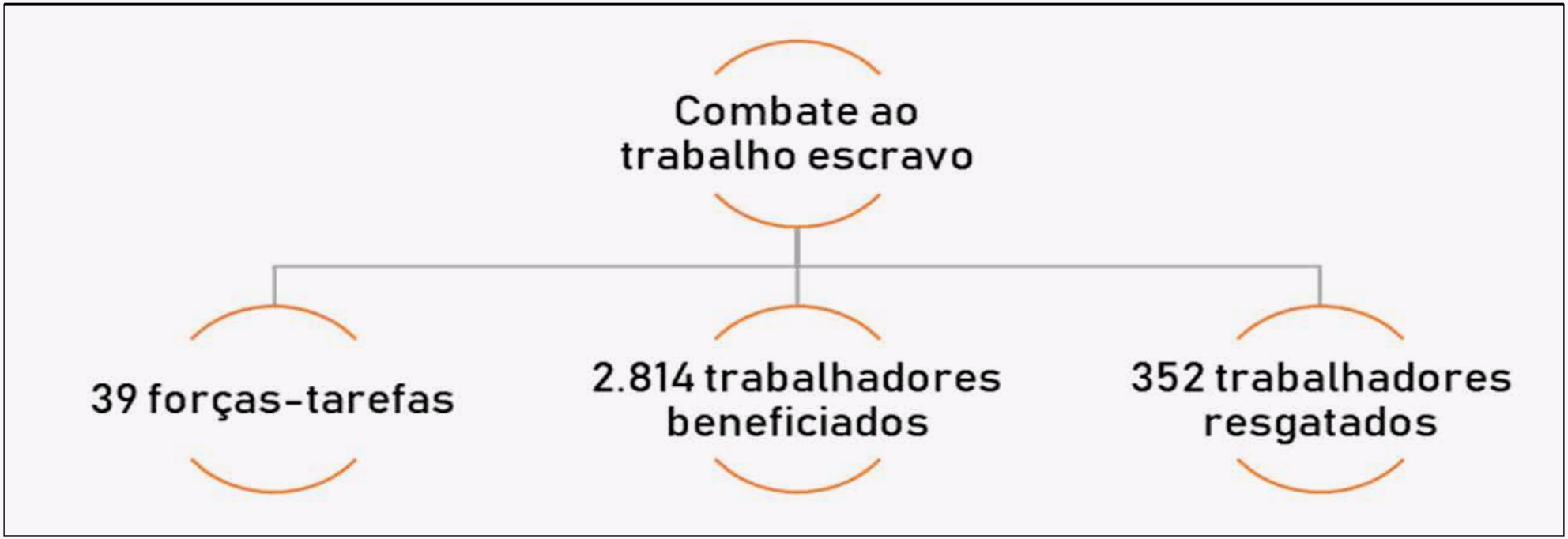


Figura 15 Resultados das forças tarefas para o combate ao trabalho escravo análogo ao escravo

A perspectiva para os próximos exercícios é o desdobramento nacional do Planejamento Estratégico, priorizando a atuação finalística de forma integrada e resolutiva. Para a concretização dos objetivos estratégicos traçados, o MPT direciona seus esforços na construção de planos, nacionais e regionais, contendo ações prioritárias até o exercício de 2022. Dos planos constarão instrumentos de monitoramento, indicadores e metas, que permitirão o acompanhamento gerencial da execução da estratégia tendo por finalidade subsidiar a tomada de decisão tempestiva de forma a superar os desafios sociais e entregar aos trabalhadores a garantia de seus direitos.

10.2 OUVIDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

O canal preferencial de acesso do usuário à Ouvidoria do MPT - Ministério Público do Trabalho é o Formulário Eletrônico.

O formulário para que as pessoas possam fazer solicitações, reclamações, representações, sugestões, críticas e elogios, acompanhar suas manifestações e registrar pedidos de informações está disponível no nosso Portal de internet: https://mpt.mp.br/pgt/ouvidoria.

IDENTIDADE VISUAL DA OUVIDORIA DO MPT

Ouvidoria
Ministério Público do Trabalho

Além do formulário eletrônico, o acesso à Ouvidoria pode ser feito pessoalmente ou por meio de:

Carta Endereço: SAUN Quadra 5, Lote C, Torre A – Sala 1605, Brasília/DF – CEP: 70040-250

E-mail **ouvidoria@mpt.mp.br**

Telefone **(61)** 3314-8828/8788/8653

Aplicativo para sistema operacional Android, disponível na Play Store

Resultados dos Serviços de Ouvidoria

As manifestações recebidas pela Ouvidoria, através de qualquer um de seus canais de comunicação, são registradas no Formulário Eletrônico.

Em 2019, a Ouvidoria contabilizou um total de 1.883 mensagens recebidas.

RESULTADOS DOS SERVIÇOS DA OUVIDORIA

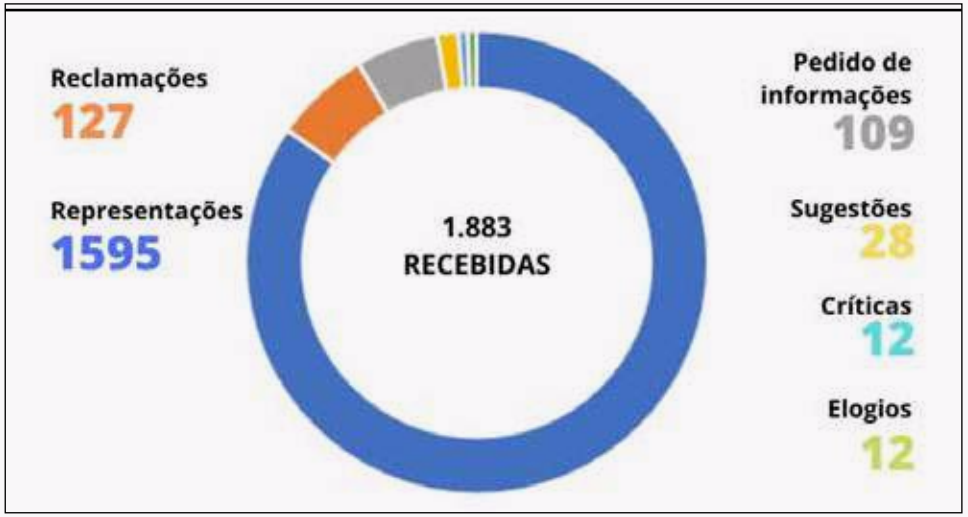


Figura 16 Resultados dos serviços da ouvidoria

Para uma melhor compreensão do quantitativo, nossos relatórios anuais disponibilizam uma estatística dos dados em série histórica.

CLASSE DE MANIFESTAÇÕES RECEBIDAS - SÉRIE HISTÓRICA

CLASSE	2017	2018	2019
Reclamações	375	127	127
Representações	2.514	4.405	1.595
Críticas	25	16	12
Sugestões	32	12	28
Elogios	30	30	12

Tabela 55 Classe de manifestações recebidas - série histórica

Em virtude do desconhecimento, por parte do usuário, da diferença entre as atribuições do Ministério Público do Trabalho e as atribuições do antigo Ministério do Trabalho, recebíamos uma grande quantidade de manifestações que não nos dizia respeito.

Com os esclarecimentos das atribuições do Ministério Público do Trabalho feitos na página da Ouvidoria, houve uma filtragem das demandas alheias à nossa atribuição, que caíram de 907, em 2018, para as 361 manifestações recebidas em 2019.

DEMANDAS ALHEIAS À ATRIBUIÇÃO DA OUVIDORIA RECEBIDAS DE 2017 A 2019 – SÉRIE HISTÓRICA VISUAL DA OUVIDORIA DO MPT

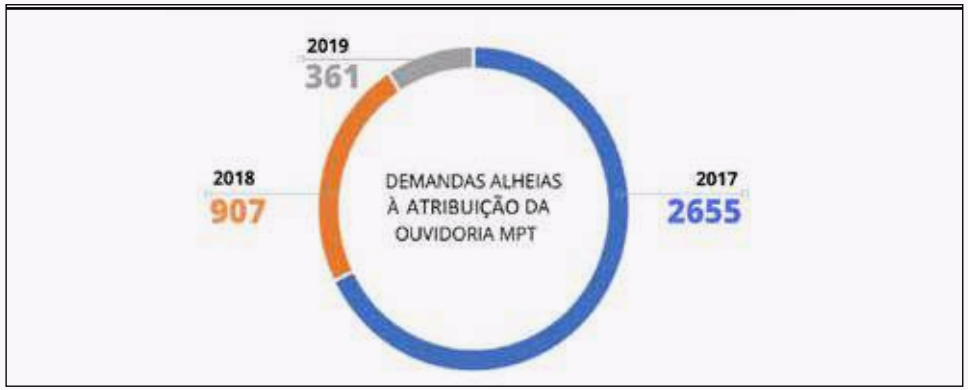


Gráfico 57 Demandas alheias à atribuição da ouvidoria recebidas de 2017 a 2019

Após as mudanças promovidas pela reforma trabalhista (Lei nº 13.467/17), passamos a receber demandas específicas relacionadas à atuação dos sindicatos. Em 2019, como no ano anterior, a maioria das manifestações neste tópico referem-se às cláusulas inseridas nas Convenções Coletivas de Trabalho, pelos sindicatos, tratando da cobrança de contribuição sindical e do direito de oposição por parte do trabalhador.

QUESTÕES SINDICAIS – SÉRIE HISTÓRICA

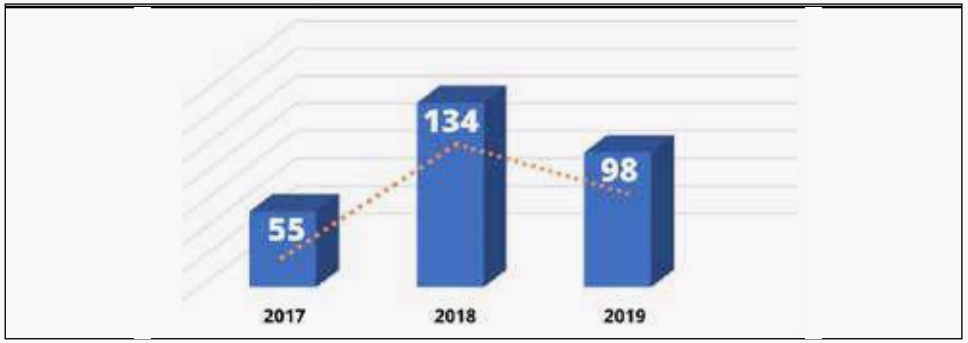


Gráfico 58 Questões sindicais – série histórica

DEMANDAS POR ASSUNTO - SÉRIE HISTÓRICA

	2017	2018	2019
Acessibilidade	1	1	1
Administração e funcionamento do Ministério Público	640	344	226
Atuação de membros ou servidores	17	111	66
Concurso público	77	117	31
Consultas e dúvidas jurídicas	682	342	129
Consumidor	4	1	1
Crimes	6	13	6
Demandas alheias à competência do Ministério Público	1.973	565	232
Discriminação de gênero, etnia, condição física, social ou mental	13	12	6
Educação	2	2	1
Eleitoral	-	11	-
Idoso	1	8	-
Improbidade administrativa	-	-	1
Infância e juventude	17	17	11
Meio ambiente	117	101	6
Outros	2.285	2.783	951
Saúde	13	1	1
Serviços públicos	192	27	7
Sindical e questões análogas	55	134	98
Total	**6.095**	**4.590**	**1.774**

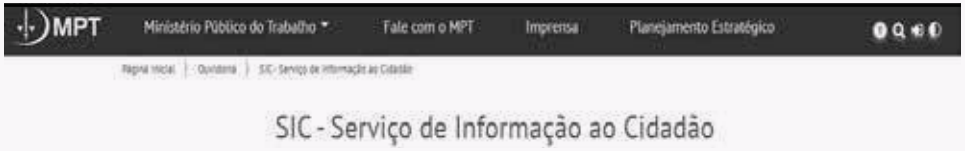
Tabela 56 Demandas por assuntos – série histórica

10.3 SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO – LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

As informações relativas à atuação do Ministério Público do Trabalho estão disponíveis no Portal da Transparência.

A solicitação de informações eventualmente não publicadas no Portal pode ser feita através do Serviço de Informação ao Cidadão, cuja recepção está a cargo da Ouvidoria, que encaminha aos setores e órgãos detentores da informação e faz o monitoramento dos prazos de resposta.

SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO NO MPT



No período de 01/01 a 31/12/2019, o Seviço de Informação ao Cidadão recepcionou o total de 109 pedidos de informação. Todos os pedidos foram atendidos dentro do prazo.

PEDIDOS DE INFORMAÇÕES – SÉRIE HISTÓRICA

Gráfico 59 Pedidos de informações – série histórica

Os pedidos de informação versam sobre temas diversos como dados estatísticos referentes a atuação das coordenadorias temáticas, programas de estágio nas PRTs e subsídios para pesquisas acadêmicas, porém, a maioria está relacionada a concursos públicos, quantitativo de cargos vagos, expectativa de aposentadoria e outras informações de posse da área de recursos humanos.

PERFIL DO SOLICITANTE

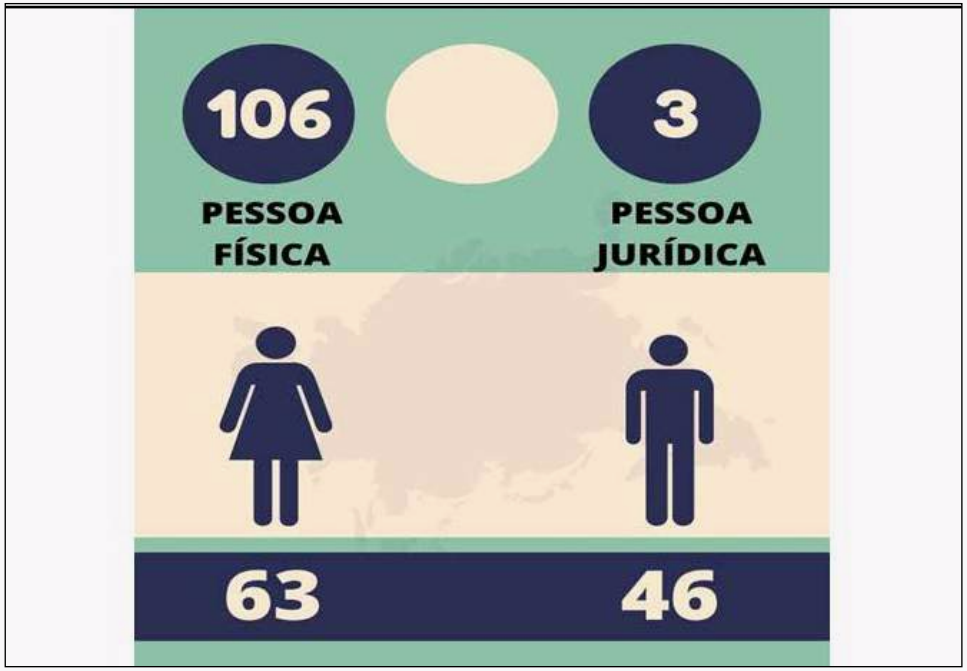


Figura 17 Perfil do solicitante

Cabe registrar que a página institucional do Ministério Público do Trabalho, na internet, disponibiliza, além do contato da Ouvidoria, outros meios de comunicação (aba "Fale com o MPT"), com o objetivo de melhor esclarecer e direcionar o cidadão no que diz respeito ao canal mais adequado para apresentar sua demanda.

CANAIS DE CONTATO COM O MPT

Figura 18 Canais de contato com o MPT

Sistema Nacional de Coleta de Denúncias Trabalhistas das Procuradorias Regionais do Trabalho

Os canais de atendimento da Ouvidoria não se confundem com os canais existentes para coleta de denúncias de irregularidades trabalhistas que são recepcionadas pela área fim do MPT.

As PRT – Procuradorias Regionais do Trabalho nos Estados são as unidades descentralizadas do MPT responsáveis pela recepção das denúncias de irregularidades trabalhistas através do **Sistema Nacional de Denúncias**: http://portal.mpt.mp.br/wps/portal/portal_mpt/mpt/servicos/denuncias .

- **FORMULÁRIO PARA DENÚNCIAS DE RECLAMAÇÕES TRABALHISTAS** – serviço que permite ao cidadão formular denúncias diretamente à respectiva unidade do Ministério Público do Trabalho onde se encontra.

FORMULÁRIOS PARA DENÚNCIAS DE RECLAMAÇÕES TRABALHISTAS

- **SISTEMA DE PETICIONAMENTO ELETRÔNICO** – serviço que permite que advogados ou interessados a) consultem informações sobre a movimentação de procedimentos investigatórios; b) protocolizem petições para juntada em procedimentos em andamento, dispensando-se petições em papel; c) assinem eletronicamente os documentos; d) acompanhem a tramitação de suas petições.

- **CONSULTA A MOVIMENTAÇÃO DE PROCEDIMENTOS** – serviço que permite que o cidadão acompanhe a tramitação de procedimentos administrativos no âmbito de cada unidade do Ministério Público do Trabalho.

- **AUTENTICIDADE DE DOCUMENTOS** – ferramenta que possibilita ao cidadão a confirmação da autenticidade de documentos emitidos pelo Ministério Público do Trabalho.

- **SAC – Fale com o MPT** – canal disponibilizado na área de Comunicação das páginas das PRTs, para pedidos diversos de informações referentes à própria unidade regional.

Dentre as Regionais que realizaram o controle numérico do Sistema de coleta de denúncias e do SAC, foram contabilizadas 73.209 denúncias e 19.587 atendimentos aos cidadãos.

10.4 OUTROS CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE E PARTES INTERESSADAS

As assessorias de comunicação do Ministério Público do Trabalho (MPT) exercem um relevante papel na promoção da transparência e da accountability da instituição para com a sociedade. Entre as atividades desempenhadas pelo setor estão a difusão de informação pelo site do MPT, por meio de releases e boletins de rádio; veiculação de programa de TV; gestão das redes sociais da instituição; promoção de eventos; atendimento de demandas de imprensa; inserção do MPT no noticiário nacional e regional, entre outras ações.

Estrutura de Comunicação no MPT

A estrutura do setor de Comunicação do MPT é composta pela assessoria de comunicação da Procuradoria Geral do Trabalho (PGT) e pelas assessorias de comunicação das 24 procuradorias regionais do Trabalho (PRTs), localizadas nos estados e no Distrito Federal. Cada unidade conta com uma página para divulgação de notícias, campanhas e outros conteúdos de comunicação produzidos pela respectiva assessoria, sendo que a PGT replica, em sua sessão de "notícias", também materiais relevantes produzidos pelas regionais.

As assessorias das regionais atuam em um âmbito mais local, atendendo demandas e produzindo conteúdo sobre a atuação de procuradores em seus respectivos estados. Já a PGT tem foco em demandas mais amplas, vinculadas à oito coordenadorias temáticas nacionais e a temas que concernem ao MPT como instituição (tal como a reforma trabalhista, a MP 905, entre outros), reproduzindo também conteúdos das regionais que sejam de interesse nacional.

Atividades desenvolvidas

As assessorias de comunicação do MPT desenvolvem atividades jornalísticas, redes sociais, de publicidade, relações públicas, cerimonial e promoção de eventos.

Entre as atividades realizadas pela equipe de jornalismo estão o atendimento de demandas de imprensa, agendamento e acompanhamento de entrevistas, apuração e levantamento de dados e informações, produção de notícias e notas para o site e para a intranet, veiculação de artigos e notas em veículos de comunicação, cobertura de eventos internos e externos, definição de pauta e coordenação do programa de TV e dos spots de rádio, gestão das redes sociais do MPT (Facebook, Instagram e Twitter), entre outras atribuições.

A equipe de publicidade é responsável pela elaboração de materiais para campanhas do MPT, criação de artes e layouts para materiais diversos, diagramação de produtos de comunicação, entre ouras atividades. Já a área de Relações Públicas realiza atividades como a promoção de eventos, cerimonial, acompanhamento de procuradores a eventos externos e internos, entre outras atribuições.

Comunicação em números: balanço de 2019

1) Notícias no Portal do MPT: foram publicadas 842 matérias no site do MPT, produzidas pela assessoria da Procuradoria Geral do Trabalho (PGT) e pelas procuradorias regionais (PRTs).

2) Publicação de artigos na grandes veículos de comunicação: foram publicados, em veículos de imprensa nacionais e regionais, 8 artigos de opinião assinados por procuradores do MPT.

3) Rádio: a Rádio MPT, através da Agência Radioweb, produziu e distribuiu 274 matérias de rádio sobre assuntos de interesse do MPT em 2019. As matérias foram hospedadas no portal da Agência Radioweb para as mais de 2.200 emissoras AM e FM filiadas. As 274 matérias registraram 60.226 aproveitamentos em rádios comerciais, comunitárias e educativas, alcançando 2.225 rádios localizadas em 1.522 municípios.

4) Podcast "Prosa de Trabalho": spots semanais de rádio que abordam os principais assuntos da semana no mundo do trabalho. Ao longo de 2019, foram 42 podcasts do Prosa de Trabalho distribuídos para as rádios do País, com 6.676 aproveitamentos, uma média de 172 aproveitamentos por conteúdo.

5) Programa de TV "Trabalho Legal": abordando temáticas do mundo do Direito do Trabalho, o programa "Trabalho Legal", exibido na TV Justiça, contou com 12 edições mensais em 2019 (veiculadas uma a cada mês, com repetições). Algumas das reportagens foram compartilhadas nas redes sociais do MPT, tendo uma delas atingido o alcance de 12,6 mil visualizações no IGTV, do Instagram do MPT – @mptrabalho. A reportagem pode ser acessada no seguinte endereço: https://www.instagram.com/p/B6gmwZpjg8l/.

6) Redes sociais: Em 2019, o Ministério Público do Trabalho (MPT) iniciou o ano com 50 mil seguidores no Instagram (@mptrabalho) e fechou com 100 mil. Foram mais de 331 posts, que receberam mais de 3.388 comentários ao todo. Destes 331 posts, 185 são de campanhas. Ex.: Nosso lugar é legítimo. Racismo é não reconhecer.

Entre as publicações de melhor performance estão:

PUBLICAÇÃO INSTAGRAM 1

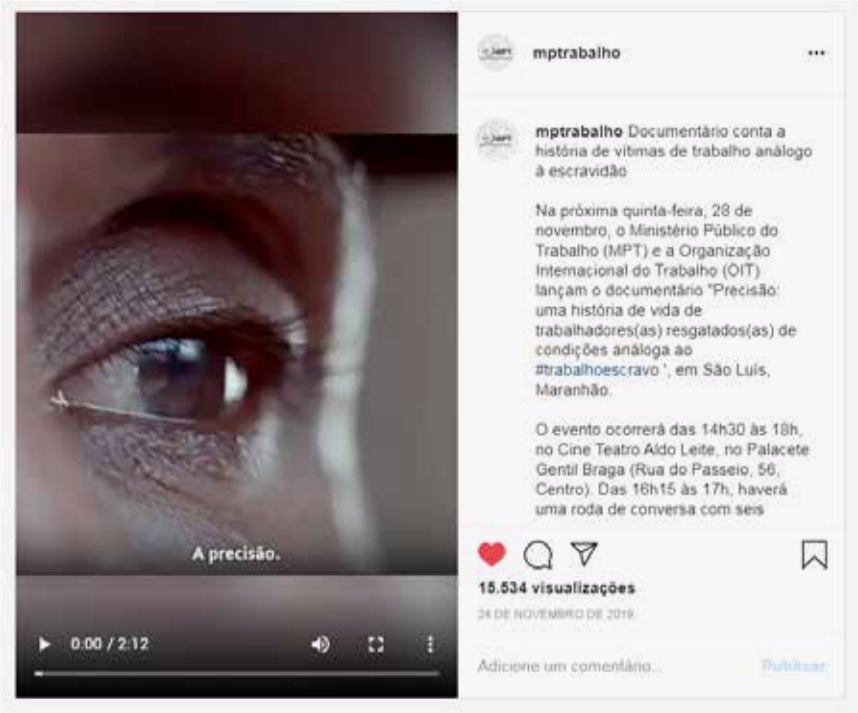


Figura 19 Publicação Instagram 1

PUBLICAÇÃO INSTAGRAM 2

Figura 20 Publicação Instagram 2

PUBLICAÇÃO INSTAGRAM 3

Figura 21 Publicação Instagram 3

A fanpage do Facebook (@mpt.br) começou 2019 com 524,4 mil seguidores –ao longo do ano, perdeu 6,6 mil – e terminou dezembro com 517,8 mil. Foram 842 publicações, que receberam 1, 2 mil comentários ao todo. Destes 842 posts, 185 são de campanhas. Ex.: Nosso lugar é legítimo. Racismo é não reconhecer. Os conteúdos da página obtiveram 44.021 mil compartilhamentos.

Observação: Em abril do ano passado, pesquisa do Datafolha apontou tendência de queda (recuo de 5 pontos): 56% dos entrevistados disseram ter conta no Facebook. Em novembro de 2017, 61% afirmaram estar na rede social.

Destaque para os seguintes posts:

PUBLICAÇÃO FACEBOOK 1

Figura 22 Publicação Facebook 1

PUBLICAÇÃO FACEBOOK 2

Figura 23 Publicação Facebook 2

PUBLICAÇÃO FACEBOOK 3

Figura 24 Publicação Facebook 3

No Twitter (@MPT_PGT), o ano começou com 14 mil seguidores e fechou com 15 mil. Foram 1,8 mil tuítes e 18,9 mil visitas ao perfil. Os conteúdos do perfil foram retuitados 554 vezes e a conta do MPT recebeu 2 mil menções.

Tweets de destaque:

PUBLICAÇÃO TWITTER 1

Figura 25 Publicação Twitter 1

PUBLICAÇÃO TWITTER 2

Figura 26 Publicação Twitter 2

Em 2019, o canal do MPT (mptpgt) no YouTube atingiu 4.81 mil inscritos, com 1 milhão de visualizações.

Os oito vídeos mais vistos no canal:

PUBLICAÇÃO YOUTUBE 1

Figura 27 Publicação YouTube 1

PUBLICAÇÃO YOUTUBE 2

Figura 28 Publicação YouTube 2

PUBLICAÇÃO YOUTUBE 3

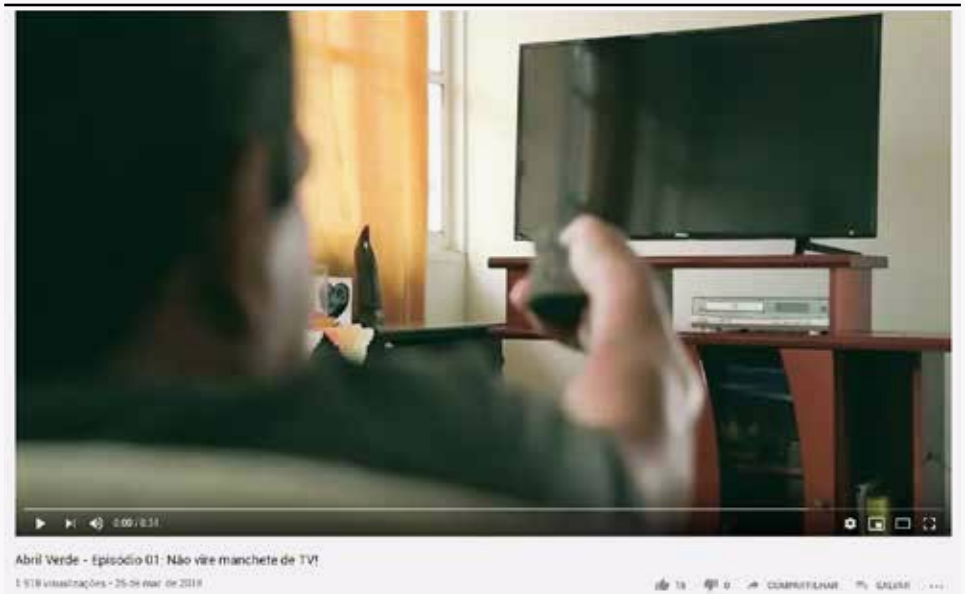


Figura 29 Publicação YouTube 3

PUBLICAÇÃO YOUTUBE 4

Figura 30 Publicação YouTube 4

PUBLICAÇÃO YOUTUBE 5

Figura 31 Publicação YouTube 5

PUBLICAÇÃO YOUTUBE 6

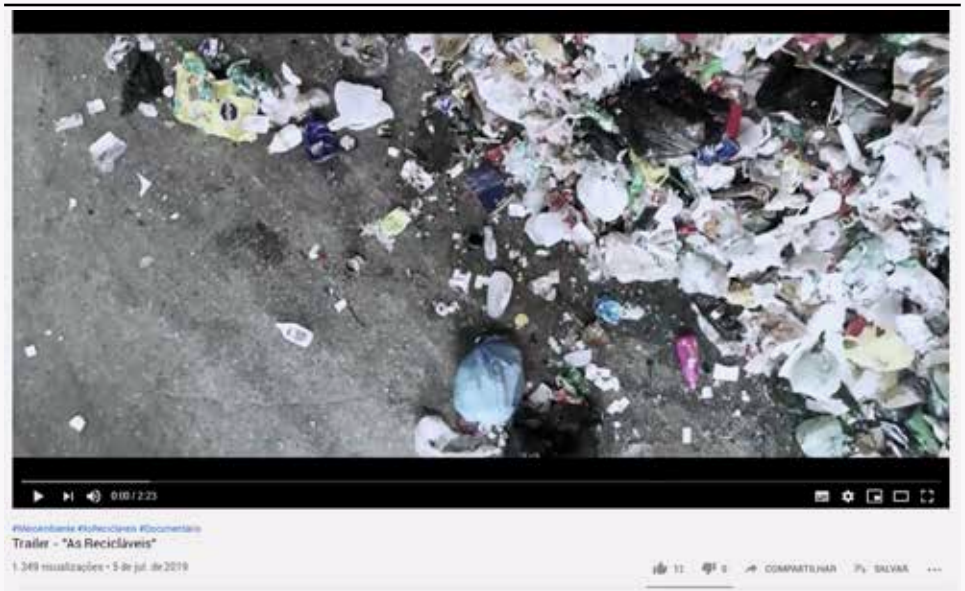


Figura 32 Publicação YouTube 6

PUBLICAÇÃO YOUTUBE 7

Figura 33 Publicação YouTube 7

PUBLICAÇÃO YOUTUBE 8

Figura 34 Publicação YouTube 8

Além das contas mantidas pela Procuradoria-Geral do Trabalho (Instagram – @mptrabalho; Facebook – @mpt.br; Twitter – @MPT_PGT e YouTube – mptpgt), o Ministério Público do Trabalho possui várias redes mantidas por suas unidades nos estados e municípios. São 21 constas no Twitter; 18 perfis no Instagram; 22 fanpages no Facebook; e 15 canais no YouTube.

7) Revista "Labor": a revista institucional do MPT – Labor – ganhou uma nova edição em 2019, com o tema "Pegada social" e 13 reportagens, em que foram abordados temas como trabalho infantil, aprendizagem, tragédia de Brumadinho, trabalho escravo, população LGBTT, entre outros.

8) Promoção de eventos: foram promovidos, em 2019, cerca de 250 eventos nas unidades do MPT. Um dos destaques foi o Simpósio Internacional "Indígena, Negro(a), Quilombola, Religioso(a) de Matriz Africana: Da Ancestralidade ao Futuro", evento com participação de cerca de 100 autoridades, pesquisadores e especialistas do Brasil e do exterior. Durante quatro dias, o simpósio debateu os desafios para a superação de estigmas étnico-raciais, de gênero e religiosos que são enfrentados pelos povos indígenas, população negra, quilombola e religiosos de matriz africana, no país e no mundo.

9) Comunicação interna: foram publicadas, em 2019, cerca de 240 notícias e comunicados na intranet. Foram produzidas, a partir de outubro, quatro edições do boletim PGT Informa, distribuído para todos os procuradores e servidores do MPT.

10) Atendimento à imprensa: foram atendidas, pela equipe de imprensa, 415 demandas de veículos de comunicação nacionais e internacionais – uma média de 34,58 demandas por mês. Os meses com o maior número de demandas foram julho (58), janeiro (54) e agosto (50). Os meses com menos demandas foram dezembro (7) e setembro (20).

10.5 FORMAS DE PARTICIPAÇÃO CIDADÃ – CARTA DE SERVIÇOS AO USUÁRIOS

De acordo com o art. 11 do Decreto 9.094, de 17 de julho de 2017, o Ministério Público do Trabalho não tem a obrigatoriedade de publicar a Carta de Serviços ao Cidadão, uma vez que sua aplicabilidade se dá no âmbito do Poder Executivo Federal .

Embora o Ministério Público do Trabalho não tenha elaborado uma Carta de Serviços ao Usuário, o cidadão pode obter as informações relativas aos principais serviços oferecidos pela Instituição na página principal do site: http://portal.mpt.mp.br/wps/portal/portal_mpt/mpt/servicos

10.6 OUTRAS FORMAS DE PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

Na PGT e nas Procuradorias Regionais do Trabalho (PRT), no ano de 2018, foram realizadas reuniões, audiências, audiências públicas, palestras, simpósios, capacitações, apresentações, entre outros eventos.

As Ações e Campanhas em destaque estão disponíveis no site: http://portal.mpt.mp.br/wps/portal/portal_mpt/mpt/area-atuacao.

AÇÕES E CAMPANHAS DO MPT

Figura 35 Ações e campanhas do MPT

10.7 MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE

O Portal da Transparência do Ministério Público do Trabalho, que pode ser acessado através do link: http://portal.mpt.mp.br/MPTransparencia/ disponibiliza todas as informações acerca das ações finalísticas do Ministério Público do Trabalho (Relatórios das Coordenadorias Nacionais/Programas Nacionais e Termos de Ajuste de Conduta - TACs), bem como sobre as medidas decorrentes do Planejamento Estratégico e acerca das licitações, contratos, convênios, despesas com cartões corporativos, diárias e passagens, treinamento, orçamento, recursos humanos e gastos mensais com investimento e custeio, etc.

O Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP é responsável pela elaboração de normas que regulam e padronizam o Portal da Transparência dos Ministérios Públicos no tocante à organização de seus conteúdos, atualizações, bem como a respeito da Lei de Acesso à Informação – LAI, a teor das Resoluções nºs CNMP nºs 86/2012, 89/2012, 100/2013, 115/2014 e 148/2016. Como ferramenta de apoio ao cumprimento das resoluções indicadas, edita o MANUAL DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO, todos disponíveis no sítio do CNMP: www.cnmp.mp.br;

http://www.cnmp.mp.br/portal/images/Publicacoes/documentos/2016/LIVRO_NOVO_Manual_da_Transparencia_WEB_2.pdf

O CNMP faz a avaliação trimestral periódica de cada Portal da Transparência dos Ministérios Públicos, onde, o MPT figurou, segundo a última avaliação referente ao 1º Quadrimestre de 2019, divulgada no site do CNMP, em classificado no nível "Excelente – cor verde", percentual de 99,70%, juntamente com o Ministério Público Federal – MPF, como visto na página do CNMP:

https://www.cnmp.mp.br/portaldatransparencia/transparentometro-2

10.8 AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS – CULTURA, ÉTICA E VALORES INSTITUCIONAIS

O Planejamento Estratégico do MPT, para o período de 2018-2022, estabelece a missão e visão do órgão ministerial, nos seguintes termos:

- "Missão: defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis para a efetivação dos direitos fundamentais do trabalho;"

- "Visão: ser referência como instituição promotora do trabalho digno e do desenvolvimento socialmente sustentável;"

A partir da definição da missão e visão organizacional, importante que a relação entre seus servidores/colaboradores (e entre esses e o público externo) se balizem nos valores que orientam o comportamento da organização, de modo que a atuação dos funcionários esteja alinhada com a essência e identidade institucional.

A Ouvidoria do MPT - canal de acesso direto e desburocratizado pelo qual o cidadão demanda, acompanha e conhece ações atinentes ao órgão -, acaba por fortalecer a transparência institucional e o diálogo com a sociedade, favorecendo, portanto, a participação e democratização da gestão.

Diante disso, essencial que a Ouvidoria desenvolva suas atividades e processos de trabalho dentro dos padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé, de forma que os valores adotados pelo órgão estejam presentes nas relações entre seus servidores/colaboradores e o usuário do serviço público.

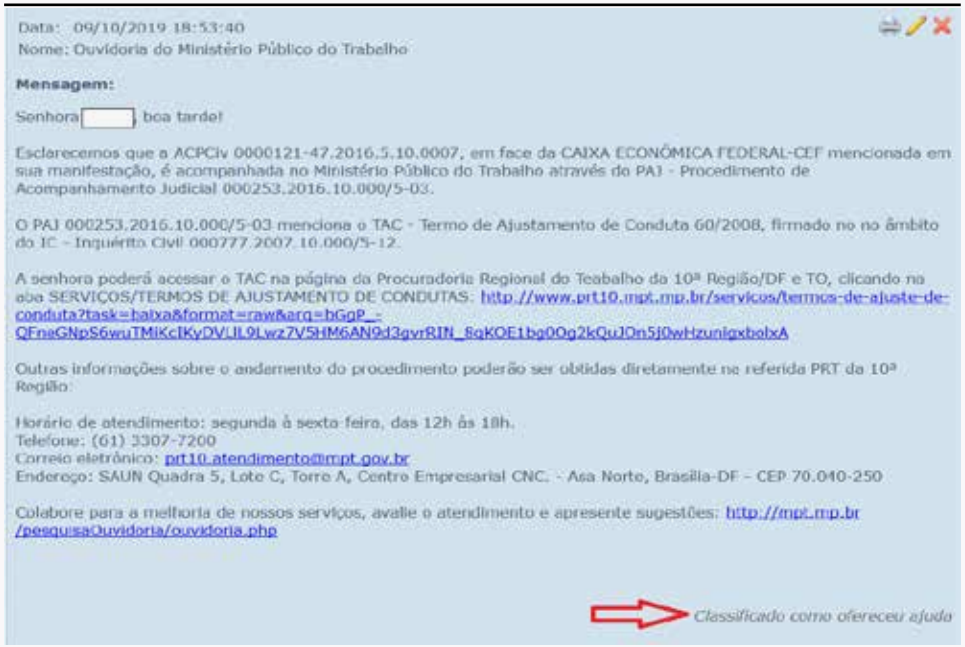
Além disso, uma conduta ética profissional, pautada na lisura e integridade comportamental, a partir do momento em que é capaz de promover maior integração na relação entre as partes, acaba por refletir, positivamente, na imagem e reputação da instituição.

Nesse cenário, cabe destacar que o art. 3º do Código de Ética e de Conduta do Ministério Público da União e da Escola Superior do Ministério Público da União (Por-

taria PGR n. ° 98, de 12 de setembro de 2017), dispõe sobre princípios e valores fundamentais a serem observados, dentre os quais destaca-se o princípio da transparência, que "objetiva corroborar a divulgação de informações, tanto entre suas unidades quanto para a sociedade, visando à promoção do desenvolvimento de cultura interna de intercâmbio de informações para fortalecimento da atuação institucional e do controle social, ressalvados os casos de sigilo legalmente previstos."

No formulário de acompanhamento da manifestação (http://mpt.mp.br/pesquisaOuvidoria/ouvidoria.php), o cidadão é convidado a avaliar o atendimento e a apresentar sugestões. A partir do feedback, o sistema da Ouvidoria efetua automaticamente uma média que vai de 0 a 5. Atualmente, a média da Ouvidoria do Ministério Público do Trabalho é de 4.1, com base em 5.886 classificações efetuadas pelo cidadão.

FORMULÁRIO DE ACOMPANHAMENTO DA MANIFESTAÇÃO NA OUVIDORIA - PGT


Data: 09/10/2019 18:53:40
Nome: Ouvidoria do Ministério Público do Trabalho

Mensagem:

Senhora [ ] boa tarde!

Esclarecemos que a ACPCiv 0000121-47.2016.5.10.0007, em face da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL-CEF mencionada em sua manifestação, é acompanhada no Ministério Público do Trabalho através do PAJ - Procedimento de Acompanhamento Judicial 000253.2016.10.000/5-03.

O PAJ 000253.2016.10.000/5-03 menciona o TAC - Termo de Ajustamento de Conduta 60/2008, firmado no no âmbito do IC - Inquérito Civil 000777.2007.10.000/5-12.

A senhora poderá acessar o TAC na página da Procuradoria Regional do Teabalho da 10ª Região/DF e TO, clicando na aba SERVIÇOS/TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTAS: http://www.prt10.mpt.mp.br/servicos/termos-de-ajuste-de-conduta?task=baixa&format=raw&arq=bGgP_-QFnaGNpS6wuTMiKcIKyDVUL9Lwz7V5HM6AN9d3gvrRIN_8qKOE1bg0Og2kQuJOn5j0wHzunlgxbolxA

Outras informações sobre o andamento do procedimento poderão ser obtidas diretamente na referida PRT da 10ª Região.

Horário de atendimento: segunda à sexta feira, das 12h às 18h.
Telefone: (61) 3307-7200
Correio eletrônico: prt10.atendimento@mpt.gov.br
Endereço: SAUN Quadra 5, Lote C, Torre A, Centro Empresarial CNC. - Asa Norte, Brasília-DF - CEP 70.040-250

Colabore para a melhoria de nossos serviços, avalie o atendimento e apresente sugestões: http://mpt.mp.br/pesquisaOuvidoria/ouvidoria.php

Classificado como ofereceu ajuda

Também, juntamente com a resposta, a Ouvidoria disponibiliza uma pesquisa de satisfação, cujos resultados constam nos Relatórios Semestrais da Ouvidoria do MPT, disponíveis no seguinte link: https://mpt.mp.br/pgt/ouvidoria/

Em 2019, 64% (23 de 36) dos manifestantes avaliaram o grau de satisfação quanto aos serviços prestados pela Ouvidoria como ÓTIMO.

61% (22 de 36) dos manifestantes avaliaram a clareza das informações prestadas pela Ouvidoria como ÓTIMO.

83% (30 de 36) dos manifestantes avaliaram o tempo de resposta utilizado pela Ouvidoria como ÓTIMO.

AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA OUVIDORIA MPT

Gráfico 60 Avaliação dos serviços prestados pela Ouvidoria MPT

10.9 MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES

A Ouvidoria do Ministério Público do Trabalho está atenta às condições de acessibilidade previstas na Lei 10.098/2000 e encontra-se instalada em edifício com localização privilegiada, na área central de Brasília, o que facilita o acesso de pedestres, em especial, as pessoas com deficiência. Além disso, o prédio dispõe de banheiros adaptados, acessos com rampas e elevadores amplos.

Importante destacar que o Protocolo da Instituição agora se encontra no andar térreo do Edifício Sede da Procuradoria Geral do Trabalho, o que facilita a entrega de expedientes por parte dos cidadãos.

Também, a web page do MPT dispõe de vários recursos para facilitar o acesso ao seu conteúdo por parte dos usuários: tamanho do texto, menu para navegação por teclado, suporte para libras, navegação assistida (https://mpt.mp.br/pgt/acessibilidade/).

EDIFÍCIO SEDE DA PROCURADORIA-GERAL DO TRABALHO

Foto 9 Edifício sede da Procuradoria-geral do Trabalho

Em 31 de janeiro de 2012, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) por meio da publicação da Resolução nº 81 instituiu a Comissão Temporária de Acessibilidade que visa à adequação das edificações e serviços do Ministério Público da União e dos Estados às normas de acessibilidade entre outras providências.

A referida Resolução tem origem nos termos das Leis nºs 10.048/2000, 10.098/2000; dos Decretos Executivos nºs 3.298/1999, 5.296/2004, 6.949/2009; e do Decreto Legislativo nº 186/2008. Este último aprovou o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo.

A Resolução em comento definiu a aplicação do Desenho Universal como diretriz para a implementação da acessibilidade arquitetônica no âmbito das sedes do Ministério Público, fixando, à época, prazo que considerou inicialmente suficiente - de vinte e quatro meses contados do início de sua vigência - para que todas as edificações existentes garantissem acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Em junho do ano seguinte, a Resolução nº 99/2013 do CNMP transformou a Comissão Temporária de Acessibilidade do Conselho Nacional do Ministério Público em Núcleo de Atuação Especial em Acessibilidade – NEACE, com o objetivo de determinar estratégias para assegurar as condições de acessibilidade propostas anteriormente no Ministério Público Brasileiro.

O NEACE realizou levantamento em fevereiro de 2014 dos Órgãos sob sua jurisdição e após receber informações de dezoito Procuradorias Regionais do Trabalho, sendo vinte e quatro no total, concluiu que o Ministério Público do Trabalho não possuía, até então, suas Sedes devidamente adaptadas e acessíveis segundo a legislação mencionada.

Com base nesta constatação, o CNMP começou a fazer vistorias nessas Sedes a fim de recomendar as alterações que se fizessem necessárias para o atendimento às às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, segundo as normas. A recomendação do CNMP surtiu o efeito desejado e as Administrações Regionais começaram a movimentar processos licitatórios em suas respectivas unidades, ao longo do país, buscando contratar empresas especializadas em projetos de Acessibilidade, para posteriormente iniciar a contratação das obras de adequações e reformas.

Não obstante a realidade precária em que se encontravam muitas das edificações do MPT, devido à complexidade e ao grau de detalhamento que um projeto dessa natureza exige, inclusive a ser confeccionado por pessoal especializado, além dos recursos orçamentários envolvidos, muitos dos contratos não chegaram a ser firmados. E as tentativas que evoluíram, indicaram obras de grande custo financeiro para o Erário e pouco retorno prático e imediato ao servidor ou ao visitante portador de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Assim, em razão da falta de profissionais especializados no corpo funcional do MPT, suficientes para atender toda a demanda em cada uma de suas Unidades Regionais e Municipais, para a análise, elaboração e acompanhamento dos projetos de acessibilidade nas Procuradorias Regionais com a devida urgência, a Diretoria de Arquitetura e Engenharia da Procuradoria Geral do Trabalho, por meio de sua equipe técnica,

na medida das demandas, em parceria com as Administrações locais, vem atuando com o intuito de orientar as boas contratações e acompanhar reformas indispensáveis já que as Unidades Regionais, embora disponham de relativa autonomia, não possuem em seus quadros de servidores que possam ser designados para esse mister.

Portanto, visando não somente atender às determinações do CNMP, mas legitimando o papel do Ministério Público na formação e na proteção dos direitos do cidadão e atuando de forma mais efetiva na qualidade das edificações do Ministério Público do Trabalho, a Diretoria de Arquitetura e Engenharia (DAE), com orientação e apoio da Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica do MPT, elaborou o Diagnóstico das Condições de Acessibilidade das Sedes do MPT. Captando informações e dados que possibilitem nortear os trabalhos de planejamento desta Diretoria.

Este estudo concluído no final do ano de 2017, subsidiou a entrega de um relatório mais aprofundado – disponibilizado por meio do link https://intranet.mpt.mp.br/pgt/orgaos-e-unidades/dae/relatorio-final-e-anexos-1.pdf.

Assim, em relação à acessibilidade arquitetônica, de acordo com o levantamento realizado, somente 10% das Unidades Regionais atendem razoavelmente aos requisitos da legislação. A PGT constatou que estas Unidades requerem ajustes e adaptações pontuais para garantir a acessibilidade total aos ambientes das edificações. Outras 21% das Unidades apresentam condições de acessibilidade limitadas e demandam pequenas correções; o outro restante, 69% das Unidades não apresentam boas condições de acessibilidade, pois, no todo ou em parte, dificultam de algum modo a acessibilidade, seja para o pessoal próprio da Unidade ou mesmo para o cidadão com deficiência ou mobilidade reduzida. Essas, de fato, são Unidades que demandam maior atenção quanto às transformações e/ou modificações com prioridade.

GRÁFICO DE ACESSIBILIDADE EM EDIFICAÇÕES DO MPT

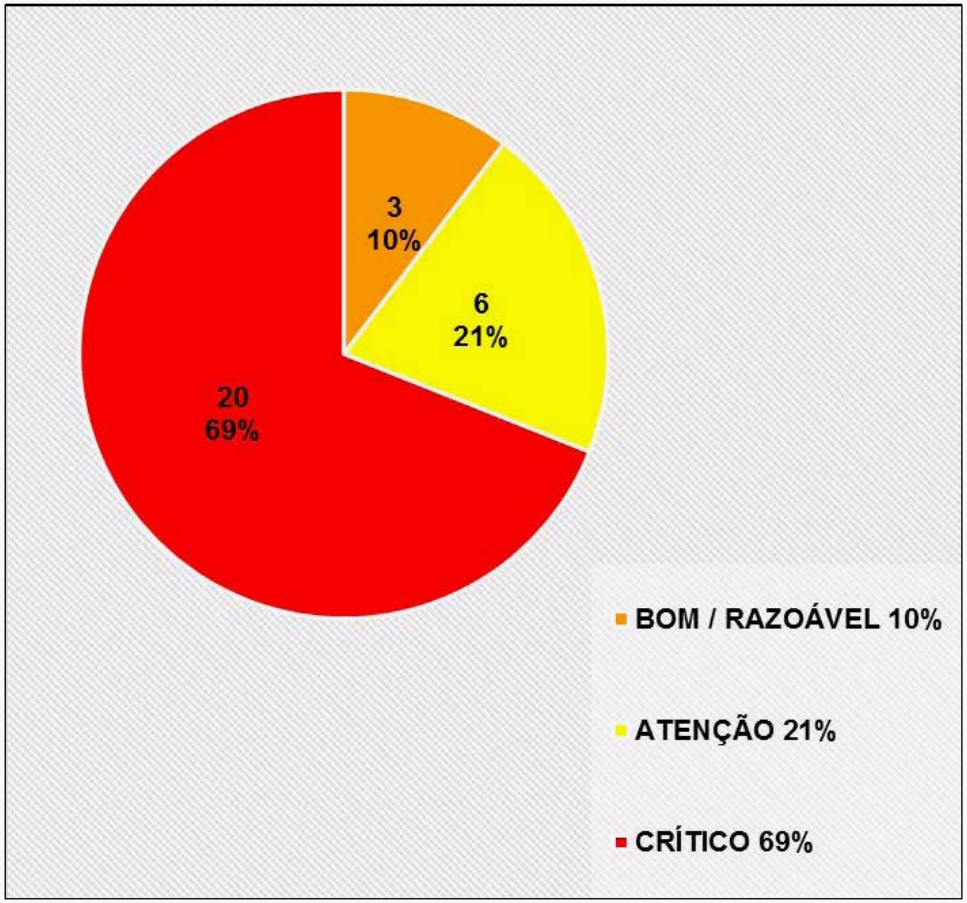


Gráfico 61 Acessibilidade em edificações do MPT

O Diagnóstico das condições de acessibilidade no MPT identificou as Sedes que apresentam situações extremas em Acessibilidade, vide quadro abaixo.

RANKING DE ACESSIBILIDADE

PRT 1ª - ANEXO	45	PRT 1ª – SEDE	17,5
PRT 19ª	39,5	PRT5ª – ANEXO	16
PRT 4ª - ANEXO	39,5	PRT 23ª	15,5
PRT 15ª	39	PRT 8ª	15,5
PRT 13ª	37	PRT 9ª	14,5
PRT 16ª	35,5	PRT 12ª	11,5
PRT 11ª	27,5	PRT 10ª	10,5
PRT 24ª	27,5	PRT 20ª	9,5
PRT 6ª – ANEXO	26,5	PRT 3ª	9
PRT 22ª - ANEXO	24	PRT 2ª	9
PRT 6ª - SEDE	23,5	PRT 7ª	5
PRT 4ª – SEDE	23	PRT 5ª – SEDE	1
PRT 18ª	22	PRT 21ª	1
PRT 17ª	21	PRT 14ª	0,5
PRT 22ª - SEDE	21	PGT	0,5*

Tabela 57 Ranking de acessibilidade

*Para que o edifício da PGT tenha acessibilidade total, é necessário completar itens de sinalização visual e realizar manutenção nas barras dos banheiros acessíveis

Considerando as limitações orçamentárias, impostas no exerccício de 2019, a Equipe de projeto propos o adiamento do Plano de Projeto "Elaboração de cronograma de ações para garantir as condições de Acessibilidade e de Segurança contra Incêndio nas Sedes Regionais do Ministério Público do Trabalho", cadastrado no PGEA nº 019049.2017.00.900/8 previsto para início em 2019.

Nesse sentido, foram enviadas informações, a respeito das medidas adotadas pelas regionais para corrigir as questões apontadas no diagnóstico realizado:

PRT 1ª

No projeto do edifício-sede desta PRT 1ª Região, inaugurado no segundo semestre de 2017, as questões de acessibilidade foram observadas com base na legislação existente na data da confecção do projeto que foi anterior a Recomendação do CNMP, ou seja, o prédio está adaptado, parcialmente, para atender aos cidadãos portadores de deficiência. Apenas como exemplo, o novo edifício conta com plataforma elevatória para deficientes físicos, sinalização de acessibilidade (comunicação visual em todos os andares), rampas com corrimão e guarda-corpo na entrada no prédio, e nas escadas externas de acesso ao edifício.

O edifício onde está alocada a área estruturante possui banheiros feminino e masculino adaptados no 7º andar, que é de uso público. No entanto, o acesso à edificação, que é realizado por degraus, precisa ser adaptado. Existe, hoje, uma rampa móvel que é encaixada aos degraus quando há necessidade. Também não há adaptação para deficientes visuais ou auditivos. Há, apenas, aviso sonoro nos elevadores, indicando os andares. A PRT 1ª Região (União) é proprietária somente de alguns andares do prédio (7º ao 11º andar), sendo necessárias, portanto, a concordância e autorização dos demais proprietários para que qualquer adaptação seja realizada nas áreas comuns do edifício. Foram elaborados pela Divisão de Assessoramento em Arquitetura projetos para a portaria do prédio, que foram apresentados ao condomínio, mas não tiveram sua realização aprovada em função dos custos, tendo em vista que esses deveriam ser divididos por todos os condôminos.

Das Procuradorias do Trabalho nos Municípios:

1) Volta Redonda: Em dezembro de 2018 adquiriu-se um novo imóvel que já foi reformado e será entregue respeitando a maioria das normas de acessibilidade (não haverá piso e mapa tátil, nem acessibilidade para deficientes auditivos). A mudança para este novo imóvel ocorreu em março de 2019.

2) Nova Friburgo: trata-se de edifício misto sem adaptação na portaria e nos andares, do qual a unidade possui apenas a cobertura. Em 2013, foi realizada licitação para obras de acessibilidade, porém a licitante vencedora não entregou os projetos, e o contrato foi rescindido.

3) Campos dos Goytacazes: Foi adquirido um imóvel em 2017 que já contempla boa parte das exigências de acessibilidade (não possui mapa e piso táteis e nem acessibilidade para deficiente auditivo), a mudança para o novo imóvel ocorreu no segundo semestre de 2018.

4) Nova Iguaçu: existe banheiro masculino e feminino adaptados na unidade, além de rampa de acesso ao pavimento térreo. Ainda não há adaptação para deficien-

tes visuais ou auditivos, nem acesso de deficientes físicos ao segundo pavimento.

5) Cabo Frio: existe um banheiro adaptado na parte de trás, no andar térreo. A edificação (casa de dois andares) ainda não é adaptada, mas existe a possibilidade de adequação. A última licitação realizada para obras de acessibilidade foi deserta. Iniciou-se o estudo para aquisição de novo imóvel, já adaptado, tendo em vista que o atual imóvel é alugado e já não comporta mais o órgão, com infraestruturas lógicas e elétricas defasadas e insuficientes.

6) Niterói: a unidade é parcialmente adaptada e acessível para pessoas com deficiência. Não tem mapa nem piso tátil, ou acessibilidade para deficientes auditivos.

7) Petrópolis: o imóvel é parcialmente adaptado para atender às normas de acessibilidade. Em março de 2019 foi concluída a instalação da plataforma elevatória. A unidade não conta com piso tátil e mapa tátil, ou acessibilidade para deficientes auditivos.

8) Itaguaí: PTM desmobilizada em dezembro de 2018, transferida para o edifício-sede da Regional em razão de severos cortes orçamentários.

PRT 2ª

Conforme definido pelo Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação do Ministério Público do Trabalho (CETI/MPT), na Resolução nº 9, que aprova o planejamento estratégico de TI, a acessibilidade, dentre outros, foi declarada como um dos princípios norteadores da TI do MPT e a manutenção dos padrões de acessibilidade digital, conforme o Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico – eMAG, foi definido como indicador estratégico relativo à aderência a boas práticas de usabilidade e acessibilidade.

Assim, o Portal do MPT foi desenvolvido de forma a oferecer seu conteúdo a todas as pessoas, sejam elas com ou sem deficiência. A barra de acessibilidade acima do menu principal contém botões para aumentar e diminuir as fontes do portal, e também, alterar o tom das cores de forma a realçar o conteúdo em detrimento do fundo da tela. Também é possível a leitura automática dos textos do Portal. Além disso, há alguns atalhos que podem ser utilizados pelos usuários de modo a facilitar a navegação pelo Portal. Com essas funcionalidades, os usuários do Portal do MPT podem utilizar o sítio com mais facilidade.

A implementação das ações de acessibilidade, constantes da Resolução nº 81/2012 do Conselho Nacional do Ministério Público são acompanhadas pela Comissão de Acessibilidade da Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região, constituída pela Portaria nº 232, de 17/13/2013.

Registre-se, ainda, que todas as informações referentes ao cumprimento da Resolução CNMP nº 81/2012 na Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região/SP foram devidamente prestadas ao Conselho Nacional do Ministério Público (Processos CNMP nºs. 0.00.000.001530/2013-06 e 0.00.000.000209/2013-4).

Com a edição da Resolução nº 81 de 31 de janeiro de 2012, do Conselho Nacional do Ministério Público, que dispõe sobre a adequação das edificações e serviços do Ministério Público da União e Estados às normas de acessibilidade, e de acordo com o "Roteiro Básico para Avaliação do Atendimento Preferencial e Acessibilidade dos Serviços Prestados pelo Ministério Público às Pessoas com Deficiência ou Mobilidade Reduzida", disponibilizado pelo CNMP, a Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região identificou as providências necessárias para adequação de suas instalações e serviços e, de acordo com a disponibilidade orçamentária e a estrutura física dos imóveis, já realizou as seguintes adaptações:

Edifício Sede:

Instalação de Pisos Táteis direcionais e de alerta, de acordo com a NBR 16537/2016 revestidos em inox e cerâmica, em todos os acessos ao prédio, desde as garagens, elevadores, rampas, escadas de emergência, térreo e portão principal da entrada, possibilitando total direcionamento e aviso sobre obstáculos aos deficientes visuais.

Construção de rampas em concreto para acesso de cadeirantes, em todos os acessos ao prédio, desde as garagens até o pavimento térreo, com largura mínima de 1,20m e inclinação máxima de 8,33%.

Instalação de Corrimãos metálicos tubulares em todos os acessos ao prédio, desde as garagens, rampas, escadas de emergência, térreo e portão principal da entrada, possibilitando total direcionamento ao deficiente e outros usuários.

Construção de balcão de atendimento rebaixado no andar térreo do edifício, em alvenaria e tampo de granito, para atendimento à deficientes e cadeirantes, com altura entre 75 e 85 cm e com profundidade livre para aproximação de, no mínimo, 30cm. O balcão está localizado no térreo.

Instalação de Sinalização horizontal em pisos para assentos reservados; sinalização horizontal de local reservado para cadeirantes; sinalização em braile e anéis de alerta no início e término de corrimãos, sinalização em braile indicativa de andares nas portas de elevadores; sinalização em braile nas portas de banheiro para deficientes e sinalização de acessibilidade nas portas dos elevadores; sinalização nas portas dos sanitários para deficientes; barras internas para abertura de portas em sanitários de deficientes; sinalização de alerta e fitas antiderrapantes em escadas de emergências.

Instalação de telefone de atendimento adaptado para comunicação com e por pessoas com deficiência auditiva.

Demarcação de 4 vagas reservadas para idosos e pessoas com deficiência, sinalizadas de acordo com a Resolução 303/2008 (idosos) e Resoluções 236/2007 e 304/2008 (Pessoas com deficiência) do CONTRAN.

Instalação de plataforma elevatória para permitir acesso dos PNEs ao refeitório localizado no 15º andar, cujo acesso normal é apenas por escadas.

Corredores de circulação interna com largura mínima de 1,50m, com piso plano com desnível máximo de 0,5 cm e revestidos com material não escorregadio.

Escadarias com piso antiderrapante, com corrimão.

Todas as portas atendem à largura livre mínima de 0,80m e 2,10m, possuindo maçanetas do tipo alavanca. A altura dos peitoris das janelas permite o alcance visual de usuário em cadeira de rodas (1,15m).

Existência de pelo menos 1 (um) banheiro acessível, por pavimento, com entrada independente dos sanitários coletivos, com tamanho de 2,00m x 1,70m.

Existência de Biblioteca, com salas de estudo e leitura, terminais de consulta e balcão de atendimento acessíveis.

Existência de auditório, com cadeiras reservadas para pessoas em cadeiras de rodas e obesas, e acesso ao palco por meio de rampa.

Para os imóveis que abrigam as Procuradorias do Trabalho nos Municípios foi contratado projeto para adaptação às condições de acessibilidade, de acordo com as Resolução nº 81/2012 do CNMP.

Considerando que os imóveis são antigos e não foram concebidos levando em conta tais necessidades, foi constatado que não nenhum deles pode tornar-se totalmente acessível. Mesmo assim foram implementados diversos itens de acessibilidade como rampas, pisos táteis, sinalização, etc., conforme relacionado abaixo.

A implementação das ações de acessibilidade constantes da Resolução nº 81/2012 do CNMP são acompanhadas pela Comissão de Acessibilidade da Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região, constituída pela Portaria nº 232, de 17/13/2013.

PTM de Barueri:

Instalação de Pisos Táteis direcionais e de alerta, de acordo com a NBR 16537/2016, em todos os acessos ao prédio, possibilitando total direcionamento e aviso sobre obstáculos aos deficientes visuais.

Rampas de acesso para cadeirantes, em todos os acessos ao prédio, com largura mínima de 1,20m e inclinação máxima de 8,33%.

Demarcação de 1 vaga reservada para idosos e pessoas com deficiência, sinalizada de acordo com a Resolução 303/2008 (idosos) e Resoluções 236/2007 e 304/2008 (Pessoas com deficiência) do CONTRAN.

Corredores de circulação interna com largura mínima de 1,50m, com piso plano com desnível máximo de 0,5 cm e revestidos com material não escorregadio.

Escadarias com piso antiderrapante e com corrimão duplo em ambos os lados.

Todas as portas atendem à largura livre mínima de 0,80m e 2,10m, possuindo maçanetas do tipo alavanca. A altura dos peitoris das janelas permite o alcance visual de usuário em cadeira de rodas (1,15m).

Telefone público e acessível.

Balcão de recepção com altura de trabalho entre 75 e 85 cm e com profundidade livre para aproximação de, no mínimo, 30cm.

Existência de pelo menos 1 (um) banheiro acessível, por pavimento, com entrada independente dos sanitários coletivos, com tamanho de 1,50m x 1,28m.

Existência de projeto para implantação de sinalização visual.

PTM de Guarulhos:

Instalação de Pisos Táteis direcionais e de alerta, de acordo com a NBR 16537/2016, em todos os acessos ao prédio, possibilitando total direcionamento e aviso sobre obstáculos aos deficientes visuais.

Rampas de acesso para cadeirantes, em todos os acessos ao prédio, com largura mínima de 1,20m e inclinação máxima de 8,33%.

Demarcação de 1 vaga reservada para idosos e pessoas com deficiência, sinalizada de acordo com a Resolução 303/2008 (idosos) e Resoluções 236/2007 e 304/2008 (Pessoas com deficiência) do CONTRAN.

Corredores de circulação interna com largura mínima de 1,50m, com piso plano com desnível máximo de 0,5 cm e revestidos com material não escorregadio.

Escadarias com piso antiderrapante.

Todas as portas atendem à largura livre mínima de 0,80m e 2,10m, possuindo maçanetas do tipo alavanca. A altura dos peitoris das janelas permite o alcance visual de usuário em cadeira de rodas (1,15m).

Telefone público e acessível, adaptado para comunicação por pessoas com deficiência auditiva.

Balcão de recepção com altura de trabalho entre 75 e 85 cm e com profundidade livre para aproximação de, no mínimo, 30cm.

Existência de pelo menos 1 (um) banheiro acessível, por pavimento, com entrada independente dos sanitários coletivos, com tamanho de 2,16m x 1,50m.

Edificação com sinalização visual implantada.

PTM de Mogi das Cruzes:

Rampas de acesso para cadeirantes, em todos os acessos ao prédio, com largura mínima de 1,20m e inclinação máxima de 8,33%.

Demarcação de 1 vaga reservada para idosos e pessoas com deficiência, sinalizada de acordo com a Resolução 303/2008 (idosos) e Resoluções 236/2007 e 304/2008 (Pessoas com deficiência) do CONTRAN.

Corredores de circulação interna revestidos com material não escorregadio.

Todas as portas atendem à largura livre mínima de 0,80m e 2,10m, possuindo maçanetas do tipo alavanca

Telefone público e acessível.

Existência de pelo menos 1 (um) banheiro acessível, por pavimento, com entrada independente dos sanitários coletivos, com tamanho de 2,10 x 1,60m.

Edificação com sinalização visual implantada e piso tátil instalado de acordo com a NBR 16537/2016.

PTM de São Bernardo do Campo:

Demarcação de 2 vagas reservadas para idosos e pessoas com deficiência, sinalizadas de acordo com a Resolução 303/2008 (idosos) e Resoluções 236/2007 e 304/2008 (Pessoas com deficiência) do CONTRAN.

Corredores de circulação interna com largura mínima de 1,50m, com piso plano com desnível máximo de 0,5 cm e revestidos com material não escorregadio.

Escadarias com piso antiderrapante e com corrimão duplo em ambos os lados.

Todas as portas atendem à largura livre mínima de 0,80m e 2,10m, possuindo maçanetas do tipo alavanca.

Telefone público e acessível, adaptado para comunicação por pessoas com deficiência auditiva.

Balcão de recepção com altura de trabalho entre 75 e 85 cm e com profundidade livre para aproximação de, no mínimo, 30cm.

Existência de pelo menos 1 (um) banheiro acessível, por pavimento, com entrada independente dos sanitários coletivos, com tamanho de 1,50m x 2,00m.

Existência de projeto para implantação de sinalização visual.

PTM de Santos :

Demarcação de 2 vagas reservadas para idosos e pessoas com deficiência, sinalizadas de acordo com a Resolução 303/2008 (idosos) e Resoluções 236/2007 e 304/2008 (Pessoas com deficiência) do CONTRAN.

Corredores de circulação interna com largura mínima de 1,50m, com piso plano com desnível máximo de 0,5 cm e revestidos com material não escorregadio.

Escadarias com piso antiderrapante e com corrimão duplo em ambos os lados.

Todas as portas atendem à largura livre mínima de 0,80m e 2,10m, possuindo maçanetas do tipo alavanca.

Telefone público e acessível, adaptado para comunicação por pessoas com deficiência auditiva.

Balcão de recepção com altura de trabalho entre 75 e 85 cm e com profundidade livre para aproximação de, no mínimo, 30cm.

Piso tátil instalado de acordo com a NBR 16537/2016.

Existência de projeto para implantação de sinalização visual.

PRT 3ª

Os imóveis da Procuradoria Regional do Trabalho – 3ª Região possuem as seguintes condições de acessibilidade, em atendimento à Lei 10.098/2000, ao Decreto 5.296/2004 e à norma ABNT NBR 9050:

1) **Sede**, em Belo Horizonte: o imóvel oferece às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida:

– Passeio confeccionado em material antiderrapante, piso tátil, rampa de acesso a cadeirante rebaixada ao nível da rua, e vaga para portadores de deficiência demarcada na rua.

– Garagem com duas vagas sinalizadas, sendo uma no pavimento G1 e outra no pavimento G2.

– Recepção com piso tátil direcional e alerta, balcões de atendimento, telefone público e cancela acessíveis.

– Corredores principais com mais de 1,50 metro de largura, com material tátil de alerta.

– Banheiros adaptados no térreo, mezanino, pilotis, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 11º, 13º, 15º e 16º pavimentos, todos com vaso sanitário e lavatório acessíveis.

– Portas com mais de 80 cm de largura.

– Elevadores e escadas adequadas às normas de acessibilidade.

2) **PTM de Coronel Fabriciano**: o imóvel possui um banheiro adaptado, acessos com rampas e corrimãos, e portas com a metragem mínima exigida pela NBR 9050, permitindo o acesso à área de atendimento ao público e à sala de audiência, além de vaga reservada na via pública, com calçada rebaixada para acesso ao prédio.

3) PTM de Divinópolis: o imóvel possui um banheiro adaptado para pessoas com deficiência e um elevador que lhes franqueia o acesso ao segundo pavimento. Ade-

mais, as seguintes intervenções foram realizadas: substituição do corrimão da escada, instalação de piso tátil de alerta e direcional, reforma da recepção com substituição do balcão de atendimento, instalação de placas de sinalização em braile nas portas, substituição da iluminação, substituição das maçanetas das portas e criação de vaga reservada na garagem.

4) **PTM de Governador Valadares**: o imóvel possui um banheiro adaptado, portas com a metragem mínima exigida pela NBR 9050, permitindo o acesso à área de atendimento ao público e à sala de audiência, e vaga reservada na via pública, com calçada rebaixada para acesso ao prédio.

5) **PTM de Juiz de Fora**: o imóvel possui um banheiro adaptado. Realizou-se um projeto de acessibilidade, que todavia não foi aprovado junto à Prefeitura de Juiz de Fora. A solução para a conclusão das melhorias referentes à acessibilidade do imóvel está sendo avaliada pela Administração da PRT – 3ª Região juntamente com a SPU-MG. A PTM de Juiz de Fora foi incluída no rol de prioridades da Agenda Estratégica, biênio 2017/2019, para elaboração e implementação de adequação do espaço físico.

6) **PTM de Montes Claros**: o imóvel possui um banheiro adaptado no piso inferior, acessos com rampas e corrimão, portas com a metragem mínima exigida pela NBR, permitindo o acesso à área de atendimento ao público e à sala de audiência, e vaga reservada na via pública, com calçada rebaixada para acesso ao prédio.

7) **PTM de Patos de Minas**: o imóvel, edifício comercial, possui vaga reservada na via pública, com calçada rebaixada para acesso ao prédio. Embora o prédio possua dois elevadores, a rampa de acesso a esses elevadores não é acessível. A PTM não possui banheiro adaptado, pois não há espaço suficiente, e o proprietário do imóvel vedou a realização das obras de adaptação. A PTM de Patos de Minas foi incluída no rol de prioridades da Agenda Estratégica, biênio 2017/2019, para adequação do espaço físico. Cogita-se também a mudança de imóvel.

8) **PTM de Pouso Alegre**: o imóvel sofreu uma reforma significativa no ano de 2018, fato que promoveu melhoras notáveis nas condições de trabalho e respeito a todas as exigências normativas referentes à acessibilidade de uso.

9) **PTM de Teófilo Otoni**: o imóvel possui um banheiro adaptado, acesso com rampa, portas com a metragem mínima exigida pela NBR 9050, permitindo o acesso à área de atendimento ao público e à sala de audiência, vaga reservada na via pública, com calçada rebaixada para acesso ao prédio.

10) **PTM de Uberlândia**: o imóvel foi construído recentemente pela PRT - 3ª Região em conformidade com as condições de acessibilidade previstas em norma.

11) **PTM de Varginha**: o imóvel possui um banheiro adaptado e portas com a metragem mínima exigida pela NBR 9050, permitindo o acesso à área de atendimento ao público e à sala de audiência. A obra de adaptação foi concluída recentemente, inclusive com instalação de sinalização visual e de letreiro de identificação na fachada da unidade.

PRT 4ª

Em relação aos imóveis ocupados pela Procuradoria Regional da 4ª Região, para garantia da acessibilidade, busca-se o cumprimento dos requisitos estabelecidos na Lei 10.098/2000, no Decreto 5.296/2004 e nas normas técnicas da ABNT, para que se tornem acessíveis às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

O imóvel sede da PRT4, localizado na capital do estado, possui acesso livre de obstáculos que impeçam ou dificultem a circulação de pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida, com itinerário que cumpre os requisitos de acessibilidade, tanto vertical quanto horizontalmente, com reserva de vagas de estacionamento para veículos que transportem pessoas portadoras de necessidades especiais, com banheiros acessíveis e instalações que visam atender aos preceitos normativos mencionados.

Itens de assessibilidade na Nova Sede da PRT4ª Região (Trend):

. há banheiros completamente adaptados para pessoas com deficiência (PCDs).

. filtro de água em altura adequada ao acesso de cadeirantes;

. acesso de cadeirantes: 1. através de elevadores, a partir da garagem; 2.portas acessíveis (salas de audiência específicas); 3. lay-out salas de audiência definido para contemplar a movimentação de cadeirantes; 4. banheiro acessível nos 5 andares;

. cadeiras especiais para assento de pessoas obesas nas salas de audiência;

. móvel recepção com altura/espaço adequado para atendimento cadeirante e pessoas de menor estatura;

. telefone PDC auditivo Público na recepção PRT4/Trend - está em fase de reinstalação/teste, considerando que nova tecnologia, pela OI, deverá ser empreendida para a consecução da instalação, em função da estrutura local. Previsão de finalização teste e instalação: fevereiro / 2020.

No interior do estado, mais especificamente nas edificações ocupadas pelas Procuradorias do Trabalho dos Municípios, nesse mesmo sentido, além dos itens de acessibilidade já implementadas nas unidades, busca-se, junto aos responsáveis pelos imóveis ou pela administração do condomínio, ampliar o atendimento da acessibilidade.

Nas cidades de menor concentração de pessoas verifica-se dificuldade na contratação, para locação, de imóveis que contemplem todos os requisitos de acessibilidade. Dessa forma, busca-se junto ao proprietário ou por meio de investimentos próprios a realização de reformas com finalidade de ampliar a acessibilidade dos imóveis disponíveis.

Website apresenta versão acessível com menor contraste de cores; e atalhos de acessibilidade acessíveis pelo ícone "cadeira de rodas" no menu superior esquerdo.

Prédio da sede e nas PTMs contam com rampa de acesso para cadeirantes. Na sede, há banheiros adaptados para pessoas com deficiência (PCDs).

PRT 5ª

A Regional vem promovendo a acessibilidade das pessoas com dificuldades motoras ou com mobilidade reduzida, através da melhoria/adequação das suas instalações físicas, como:

Instalação ou adaptação de sanitários;

Disponibilização de cadeira de rodas;

Vagas de garagem e estacionamento exclusivas para idosos, gestantes e portadores de dificuldade de locomoção;

Reservas de assentos no auditório para pessoas com sobrepeso e para pessoas que estejam com cadeira de rodas;

Elevador ou plataforma elevatória nas unidades com mais de um pavimento;

Sinalização em Braile, na Sede em Salvador; e

Balcões de atendimento, garantindo acesso às pessoas com deficiência/mobilidade reduzida, em Salvador, Santo Antônio de Jesus e Vitória da Conquista.

Buscou-se, nas duas últimas sedes construídas, Santo Antônio de Jesus e Vitória da Conquista, executar edificações térreas, objetivando facilitar a acessibilidade de membros, servidores e visitantes daquelas PTMs, bem como redução de gastos com manutenção de equipamentos e energia.

PRT 6ª

O Ministério Público do Trabalho em Pernambuco possui três unidades: a sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 6ª Região, a Procuradoria do Trabalho no Município de Caruaru e a Procuradoria do Trabalho no Município de Petrolina.

A sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 6ª Região teve sua construção finalizada no ano de 2018, cumprindo grande parte do determinado pela legislação de acessibilidade. Possui rampa de acesso, piso tátil, sinalização em braile, vagas de garagem demarcadas conforme a legislação, banheiros adaptados em todos os pavimentos, entre outras determinações previstas na norma.

As instalações da unidade do Ministério Público localizada no Município de Caruaru, quanto à questão de acessibilidade de portadores de deficiência, são precárias, em razão do prédio ser alugado. Tal situação será sanada ainda este ano, pois o Órgão está adquirindo novo imóvel para instalação da unidade, que contemplará a questão da acessibilidade.

As instalações da unidade do Ministério Público localizada no Município de Petrolina estão quase em sua totalidade atendendo à acessibilidade de pessoas portadoras de necessidades especiais. A unidade foi construída recentemente, já cumprindo grande parte do determinado pela legislação, faltando a adaptação das instalações à atualização da NBR 9050 da Lei nº 10.098/2000.

PRT 7ª

A Sede desta Regional inaugurada em 2017 está completamente adaptada para garantir o fácil acesso aos cidadãos portadores de alguma deficiência.

A PTM de Juazeiro também atende de forma satisfativa a garantia do acesso aos cidadãos.

PRT 8ª

Quanto às instalações dos prédios do MPT no Pará e Amapá, todas são adaptadas para pessoas com deficiência, com itens como rampas de acesso para cadeirantes, elevadores com avisos sonoros bem como botões de andares e identificação de setores em braile, além de telefones para uso de deficientes auditivos.

PRT 9ª

O edifício sede da PRT 9ª Região e das demais sedes das PTM's foram adequados para garantir a acessibilidade aos cidadãos portadores de deficiência. As construções e reformas ao longo dos anos observaram a Lei 10.098/2000, o Decreto 5.296/2004 e as normas técnicas da ABNT aplicáveis, assim como a legislação correlata e normas internas emanadas do CNMP e MPU.

Em locais com desnível há rampa de acesso; nos locais de acesso por escada há elevadores; nas dependências do edifício há sinalização tátil no piso; na recepção e auditório há espaço reservado para o cidadão cadeirante; nas salas de audiência há cadeira para obeso; o balcão da recepção e protocolo foram rebaixados para acesso a cadeirantes, assim como os bebedouros; há banheiros adaptados para pessoas com deficiência.

PRT 10ª

Informamos que esta Assessoria Técnica da Diretoria Regional da PRT10ª está comprometida a oferecer e propor soluções acessíveis e seguras tanto ao público interno quanto ao público externo do órgão, pois a acessibilidade está sujeita às dinâmicas e às modificações incessantes, uma vez que qualquer local acessível não pode ser considerado definitivamente como tal. Destacamos a existência de fatores iinternos (ausência de pessoal capacitado para atendimento em libras) e externos especialmente nas sedes alugados nas quais as modificações de leiaute interferem na acessibilidade, devendo ser mantidos sob vigilância.

Sobre as condições de acessibilidade implementadas pela PRT10ª; informamos, ainda, que estão sendo atendidas em todas as sedes da PRT 10ª (Brasília/DF, Araguaina/TO e Palmas/TO):

- Acesso ao interior da edificação e ao interior dos ambientes, por meio de rampas de acesso quando necessário;
- Área especial para embarque e desembarque de pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida;
- Estacionamentos externos das edificações com reserva de vagas para veículos que transportem pessoa com deficiência física ou visual, e para idosos;
- Sinalização ambiental para orientação das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;
- Mobiliário da recepção e atendimento adaptado à altura e à condição física de pessoas em cadeira de rodas;
- Sinalização do direito de atendimento prioritário das pessoas com deficiência, com mobilidade reduzida, pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos, gestantes, lactantes e pessoas com criança de colo;
- Local de atendimento específico para as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;
- Sanitários acessíveis destinados ao uso por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida;
- Sala de Esperas - Assentos de atendimento prioritário das pessoas com deficiência, com mobilidade reduzida, pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos, gestantes, lactantes e pessoas com criança de colo;
- Sala de Multiuso - Assentos de atendimento prioritário das pessoas com deficiência, com mobilidade reduzida, obesos, pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos, gestantes, lactantes e pessoas com criança de colo;
- Sinalização visual e tátil para orientação de pessoas com deficiência auditiva e visual;
- Elevadores com cabine que permita acesso e movimentação cômoda de pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;
- Sinalização em braile junto às botoeiras externas do elevador

No ano de 2019 não tivemos adequações, tampouco obras e adaptações referentes aos critérios de acessibilidade nas sedes de Brasília/DF e Palmas/TO e em 2018 finalizamos a Obra de Construção da Sede de Araguaina/TO, que atende todos as normativas da Lei 10.098/2000, do Decreto 5.296/2004 e das normas técnicas da ABNT e dispositivos do CNMP e pelo MPU.

Observamos ainda que desde 2012 temos respondido a questionamentos e exigências do CNMP sobre acessibilidade de modo que esta é uma prioridade do órgão.

PRT 11ª

A Procuradoria Regional do Trabalho da 11ª Região procura garantir a implementação da Resolução nº 81/2012-CNMP, com vistas, inclusive, a estabelecer diálogo produtivo e resolutivo com o Núcleo de Atuação Especial em Acessibilidade (NEACE) da Comissão de Acompanhamento da Atuação do Ministério Público na Defesa dos Direitos Fundamentais do CNMP, nas ações de acessibilidade a serem empreendidas na unidade.

Em sua sede a PRT já possui instalações adequadas para garantir a acessibilidade, tais como rampas, vagas de garagem, elevadores apropriados, banheiros para PNEs em todos os andares, bem como servidores capacitados na linguagem de libras.

PRT 12ª

Na Sede da PRT 12, durante os últimos anos foram feitas diversas adaptações visando atender as legislações que tratam do tema, bem como as orientações do CNMP. Atualmente temos acessibilidade em todos os ambientes, inclusive um gabinete recém reformado para atender Membro do MPT que possua algum tipo de deficiência. Os imóveis das PTM's, por serem novos, também possuem tais itens de acessibilidade com exceção da PTM de Blumenau e Chapecó. A PTM de Blumenau está localizada em imóvel antigo, em contrato de comodato com o Banco do Brasil. A meta para 2020 é adquirir uma sede para esta PTM dentro das especificações necessárias para atender a esta demanda. Na PTM de Chapecó, estamos atualmente executando uma obra de acessibilidade, refrente a rampa de acesso à PTM, que estava em desacordo com as normas sobre o tema.

PRT 13ª

No final do ano de 2018 foi executada a primeira etapa da reforma de adequação da edificação às normas de acessibilidade, quando foram eliminadas a barreiras arquitetônicas que limitavam o acesso a todos os pavimentos da edificação, bem como foram feitas adequações dos sanitários públicos e privativos, em obediência à legislação específica e as normas técnicas brasileiras. A execução da segunda etapa das obras de adequação da acessibilidade, além de outras reformas, depende de disponibilidade orçamentária.

PRT 14ª

Análise de Acessos ao Prédio – Rampas

Rampa de acesso principal Fachada - Segundo a NBR 9050/2015, no item 6.5.1.2, relata que as rampas devem ter inclinação de acordo com os limites estabelecidos na tabela de dimensionamento. Para inclinação entre 6,25% e 8,33% devem ser previstas áreas de descanso nos patamares, a cada 50 m de percurso. A largura das rampas (L) deve ser estabelecida de acordo com o fluxo de pessoas. A largura livre mínima recomendável para as rampas em rotas acessíveis é de 1,50 m, sendo o mínimo admissível 1,20 m.

No projeto apresentado pela Unidade de Porto Velho, a rampa foi representada e executada de forma compatível com a referida norma, para vencer 1,40 de desnível, possui 1,70 de largura, 18,00 de comprimento, com patamar com 1,20 de comprimento, possuindo também guarda corpo metálico e sinalização tátil de alerta (conforme NBR 9050/2015, item 5.14).

Rampas de saída de emergência e acesso lateral - O mesmo item da norma se torna válido para a rampa de acesso lateral, direcionada para suprir a saída de emergência do prédio e rampa externa de acesso ao auditório. No projeto o desnível possui 1,40 de altura, com 19,50 de comprimento total, 1,70 de largura e 1,20 de patamar, possui também guarda corpo em perfil metálico e piso tátil de alerta.

Análise de acessibilidade Auditório - Rampas, Escadas e Plataforma.

Rampa de Acesso Externo Auditório - No projeto apresentado o auditório possui rampa externa conforme desenho em prancha 03/12, representada e executada de forma compatível com a referida norma. A rampa externa possui para 0,50 cm de desnível um lance de 7,45 de comprimento, possui 1,50 de largura, e possui sinalização tátil de alerta, quanto também guarda corpo em perfil metálico.

Rampa de acesso Interno - A rampa de acesso ao palco possui um desnível de 35 cm, 1,20 de largura, possui guarda corpo metálico, piso tátil de alerta, e não possui patamar. A rampa de acesso a plateia possui 88cm de desnível, o primeiro lance possui 6,95 e o segundo possui 3.60 de comprimento e largura de 1,40, o patamar possui 1,40 de profundidade e fazem parte do conjunto piso tátil de alerta e corrimão em perfil metálico.

Plataforma Elevada - O prédio contempla de plataforma elevada tipo de elevação em caixas enclausuras de acordo com a NBR 15655-1/2009 – Plataforma de elevação motorizada para pessoas com mobilidade reduzida. Para o acesso ao auditório, possui 1,85 de comprimento e 1,40 de largura, estrutura em aço galvanizado e piso antiderrapante, executada conforme projeto em prancha 03/12.

Análise de Escada Enclausurada de emergência - Segundo a NBR 9050/2015, no item 6.3.3, explica quanto as rotas de fuga incorporarem escadas de emergência, onde devem ser previstas áreas de resgate e demarcado para o posicionamento de pessoas em cadeira de rodas, a área deve ser fora do fluxo principal de circulação.

O prédio apresenta a existência de escada enclausurada. A escada possui piso 0,28 e espelho 0,176, que condiz com o item 6.6.3 da referida norma. Cada degrau possui sinalização visual no piso, que conforme item 5.13 da norma, deve ter sinalização visual na borda do piso, em cor contrastante com a do acabamento medindo entre 0,02 m e 0,03 m de largura.

A escada possui corrimão em perfil metálico executados conforme item 6.7.1.2 da referida norma e porta corta fogo. Conforme item 5.12, é recomendado que os corrimãos de escadas e rampas seja sinalizado através de sinalização em braile, informando sobre os pavimentos e anel com textura contrastante com a superfície do corrimão, instalado a 1,00 m antes das extremidades. Desse modo o corrimão, escada e seus afins condizem com o descrito em norma.

Sinalização Tátil junto as Portas de Elevadores - Segundo a NBR 9050/2015, no item 5.14.3, explica quanto ao uso da sinalização tátil em portas de elevadores. Nas portas dos elevadores quando houver sinalização tátil direcional, está deve encontrar a sinalização tátil de alerta.

No caso em questão o prédio só faz o uso de sinalização tátil de alerta no acesso aos elevadores, não fazendo o uso da sinalização tátil direcional.

Sanitários PNE - No projeto dos sanitários PNE, possuem 1,70 de comprimento e 1,50 de largura, com área de manobra para rotação 180° (1,50 x 1,20) e área para transferência de 1,20 x 0,80. A bacia sanitária se encontra acessível e respeitando o item 7.3.3.1 da norma. Dessa forma os sanitários se encontram de acordo com os itens da normativa.

Mapa Tátil - O Projeto em questão ainda contempla o uso de Mapa Tátil, onde possui 1,10 de altura, 0,65 de largura, 0,60 de profundidade e possui reentrância para acesso de cadeirantes, desse modo se encontra de acordo com a NBR 9050/2015.

Conclusão - Buscamos expor neste relatório a situação das instalações da SEDE do Ministério Público de Porto Velho, ressaltando as condições de acessibilidade ao estabelecimento público segundo as legislações vigentes: Lei 10.098-2000; Decreto 5.296-2004; ABNT - NBR 9050-2015; NBR 15655-1/2009.

PRT 15ª

O imóvel da sede está adequado à Resolução nº 81/2012 do Conselho Nacional do Ministério Público com a mudança da sua Sede para um prédio que atende às normas de acessibilidade a pessoas com deficiência. O imóvel, além de proporcionar àquelas pessoas com impedimentos físicos à estrutura e aos serviços do MPT, ainda aproximou a instituição da população de Campinas, pois se encontra em área central do município, servido por ampla rede de transporte público.

Estão em andamento para estudos para adequação dos imóveis que não cumprem as normas de acessibilidade ou aquisição de novo imóvel as PTMs de acordo com as normas de acessibilidade.

PRT 16ª

A Sede da Regional, em São Luis/MA conta com itens de acessibilidade física, de acordo com as normas técnicas, visando proporcionar ao cidadão um melhor atendimento, a exemplo de piso tátil, mapa tátil, placas em braile, 02 elevadores, banheiros para deficientes com portas adaptadas em todos os pisos, exceto cobertura.

Quanto à PTM de Imperatriz/MA, não obstante o prédio não possuir a acessibilidade nos exatos termos das regras da ABNT, o imóvel atende as condições de acessibilidade física.

No tocante à PTM de Caxias/MA, esta se encontra temporariamente compartilhando suas instalações com a sede da PRT-22 em Teresina/PI, que vem adotando medidas para garantir a acesso aos produtos, serviços e instalações por cidadãos portadores de deficiência, atendendo em parte as condições de acessibilidade.

PRT 17ª

Sede e PTM's – Nas vagas de garagem, há vagas destinadas aos cidadãos com deficiência. Todas as sedes da PRT17ES têm piso tátil, elevadores, portas adaptadas para acesso com cadeiras de rodas, placas indicativas em Braile. Na PRT17ES, há funcionários terceirzadoscom conhecimentos em libras.

PRT 18ª

Durante o ano de 2019 foi realizada a substituição do balcão da recepção da Sede da PRT18 para adequar às exigências de acessibilidade. Foi realizada também a instalação de sistema de interfones e voz nos elevadores, orientando os usuários quanto ao trajeto do elevador e em qual andar se encontram.

As demais instalações estão atendendo às normas de acessibilidade, inclusive por diversas adequações realizadas nos últimos três anos, sem prejuízo de novas constatações possíveis.

PRT 19ª

Os imóveis da PRT/19 são parcialmente acessíveis. Na sede, em Maceió, a recepção, sala de atendimento ao público e as salas de audiências, bem como o almoxarifado e a sala de segurança, são acessíveis. Na recepção existe um WC, além de um telefone público, adaptados para pessoas com necessidades especiais.

A dificuldade maior é para acesso aos pavimentos superiores, uma vez que a edificação não dispõe de elevador.

Quanto à sede da PTM de Arapiraca, por ser imóvel térreo, a situação é menos complicada. Mesmo assim, a construção necessita de algumas adaptações.

Ressalte-se que todas as modificações realizadas nos imóveis da Regional, por menores que sejam, levam em conta as normas de acessibilidade.

PRT 20ª

Desde outubro de 2014, com a conclusão de obra especificamente destinada a esse fim, a PRT20 está completamente adaptada e acessível a todas as pessoas, independentemente se possuem alguma deficiência ou não, proporcionando, com isso, uma maior aproximação entre o Ministério Público do Trabalho e o cidadão-usuário.

Em relação aos serviços disponibilizados por meio da Internet, cabe destacar que

o portal do MPT em Sergipe, assim como nas demais unidades da Federação, foi desenvolvido de forma a possibilitar o seu acesso a todas as pessoas, sejam elas com ou sem deficiência

PRT 21ª

O prédio da sede da PRT21 em Natal/RN foi inaugurado em 2011 e a sua construção seguiu as normas de acessibilidade legalmente impostas. Ele possui: rampas de acesso; plataforma de acesso para cadeirantes no auditório; balcão da recepção e guichê do protocolo rebaixados; elevadores convencionais com botoeiras em braile e aviso sonoro; vagas de garagem demarcadas para deficientes; banheiros adaptados em todos os andares e na Recepção; calçada e piso tátil direcional; vagas de estacionamento para deficiente; entre outros equipamentos de adequação e acessibilidade. Os prédios alugados para as PTMs Mossoró e Caicó também estão adaptados as normas de acessibilidade.

Desde 2014 foi constituída Comissão de Acessibilidade na PRT21, com o objetivo de dar cumprimento às normas de acessibilidade, à avaliação do atendimento preferencial e acessibilidade dos serviços prestados pelo Ministério Público às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Além disso, na PRT tem equipamento terminal telefônico para surdos (TTS), que permite responder com uma mensagem digitada, que é lida pelo assistente para a pessoa que fez a chamada. E, desde 2017, utiliza o serviço on line da empresa Viável Brasil, com interprete fluente em LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais. Também já houve, em anos anteriores, a capacitação de alguns servidores no curso básico de LIBRAS.

PRT 22ª

Quanto às medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações por cidadãos portadores de alguma deficiência, a sede da PRT-22ª Região atende em parte as condições de acessibilidade. Entretanto, no final do ano de 2017, foi adquirido novo edifício para instalação da nova sede da PRT-22ª Região, o qual atende plenamente às condições de acessibilidade, cuja mudança está prevista para o final do ano de 2020. Quanto às instalações físicas na PTM de Picos/PI, por conta de sua última reforma realizada, já está integralmente acessível. Já o prédio da PTM de Bom Jesus/PI, construído no ano de 2015, atende plenamente a todas as condições de acessibilidade de Membros, Servidores e Usuários da PRT-22ª Região.

PRT 23ª

As instalações físicas dos prédios que abrigam as sedes desta Unidade Ministerial no Estado de Mato Grosso foram adaptadas no decorrer dos anos com vistas à eliminação de barreiras arquitetônicas que dificultavam o acesso dos cidadãos que são portadores de alguma deficiência. Assim garantimos o atendimento em grande parte dos requisitos de acessibilidade, uma vez que o nosso prédio sede e todas as nossas PTM´s estão adaptadas, atendendo a legislação vigente sobre o assunto

PRT 24ª

A Sede desta PRT, bem como as PTMs contam com prédios próprios e que foram construídos em conformidade com a legislação vigente sobre o assunto.

11 ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

11.1 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA ATUAÇÃO GERAL

Encerrado o exercício financeiro de 2019, o Ministério Público do Trabalho obteve orçamento total de R$ 1.777.444.236,00 sendo R$ 1.731.466.236,00 originários da Lei Orçamentária de 2019 e R$ 45.978.000,00 oriundos de créditos adicionais decorrentes de anulação do orçamento do MPF, da Ação "Reserva para atendimento do art. 27, § 8º, da Lei nº 13.707, de 2018". Tal montante foi destinado, no âmbito do MPT, ao pagamento de pessoal, benefícios e passivos. O orçamento referente às despesas discricionárias obteve redução significativa em razão de cortes orçamentários oriundos de novos parâmetros e limites estabelecidos pelo Ministério Público Federal - MPF.

COMPARATIVO DO ORÇAMENTO (LEI + CRÉDITOS) 2018/2019

DESPESA	2018	2019	VARIAÇÃO %
Financeira	188.351.159	187.060.591	-0,69%
Pessoal	188.351.159	187.060.591	-0,69%
Obrigatória	1.229.788.544	1.417.059.648	15,23%
Pessoal	1.147.608.928	1.329.508.196	15,85%
Custeio	82.179.616	87.551.452	6,54%
Discricionária	297.887.222	173.323.997	-41,82%
Custeio	241.377.910	164.243.997	-31,96%
Investimentos	30.989.312	9.080.000	-70,70%
Inversão	25.520.000	-	-100,00%
TOTAL GERAL	**1.716.026.925**	**1.777.444.236**	**3,58%**

Tabela 58 Comparativo do orçamento (lei + créditos) 2018/2019

DESPESAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO NOS ANOS DE 2016 A 2019

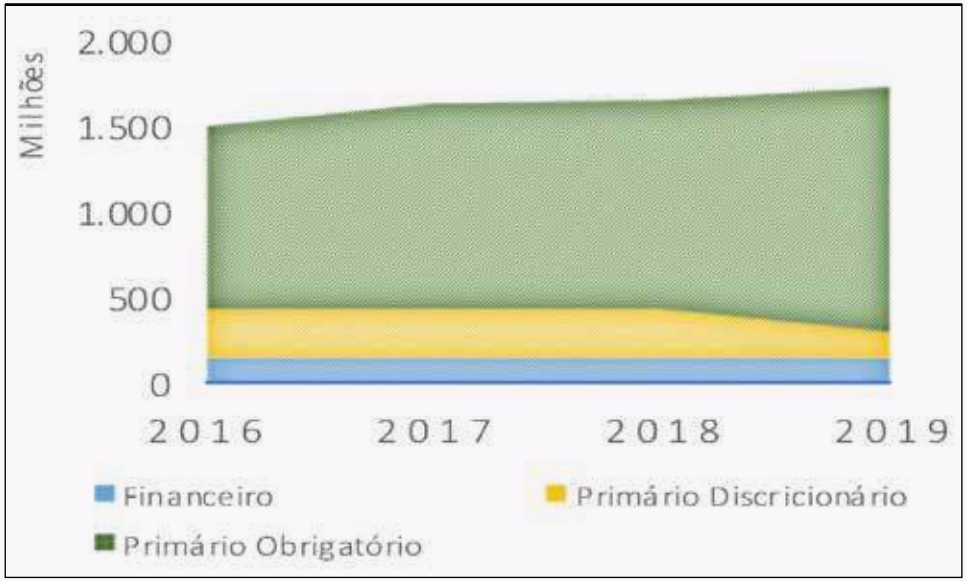


Gráfico 62 Despesas do Ministério Público do Trabalho nos anos de 2016 a 2019

O cenário das despesas do Ministério Público do Trabalho nos exercícios de 2016 a 2019 é marcado por um aumento percentual das despesas primárias obrigatórias em relação das primárias discricionárias. Em 2016, ocorre a publicação da EC nº 95, que dispõe sobre o Novo Regime Fiscal – NRF, e limita as despesas primárias. O NRF, no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, passa a determinar limites individualizados para as despesas primárias que serão vigentes por vinte exercícios financeiros. Dentro de um quadro de dispêndios limitados, à medida em que as despesas primárias obrigatórias (pessoal e benefícios) aumentam, as despesas discricionárias (não obrigatórias) tendem a diminuir. É o que se vê nas despesas do MPT entre 2016 e 2019.

EXECUÇÃO DAS DESPESAS (EXERCÍCIO E RP)

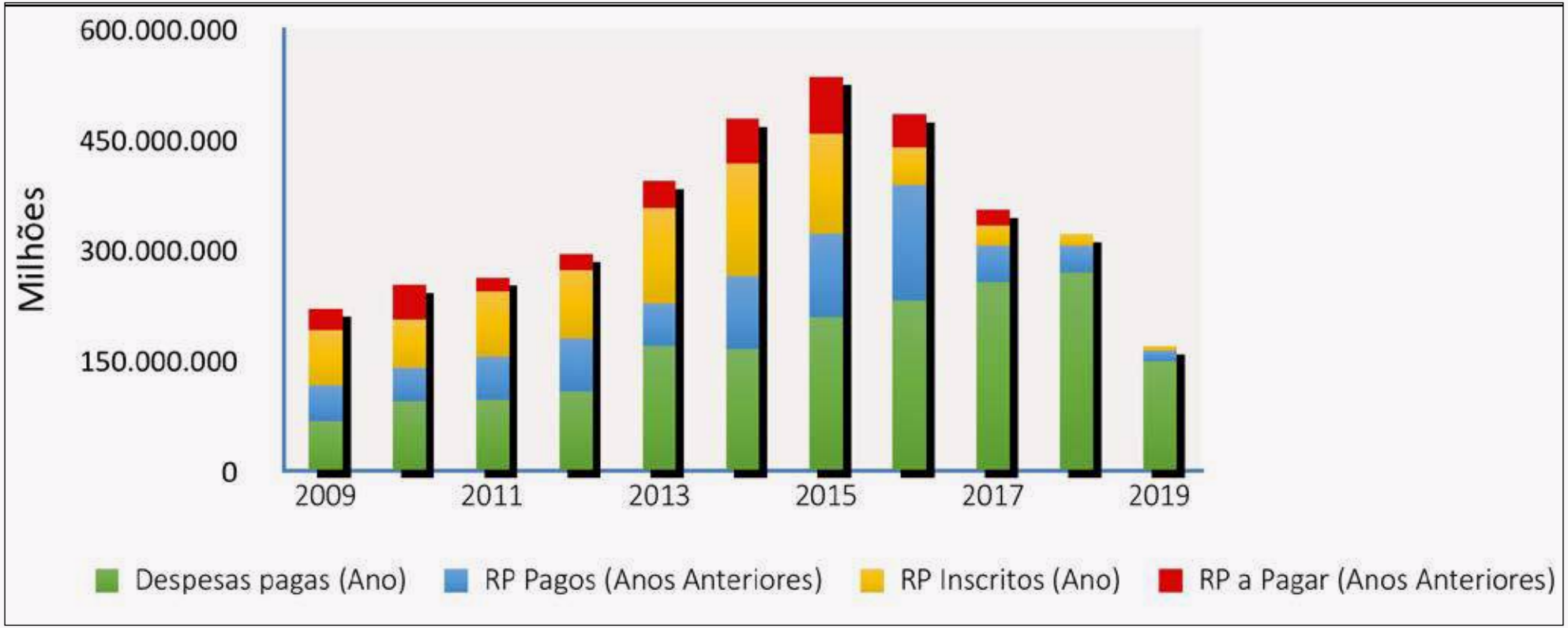


Gráfico 63 Execução das despesas (exercícios e RP)

Diante do panorama de execução das despesas, os saldos de compromissos, não pagos, transferidos para o exercício financeiro seguinte, acarretou o aumento da inscrição em Restos a Pagar – RP, tornando-se quase um orçamento paralelo. No entanto, em decorrência da Emenda Constitucional citada, que estipulou limite financeiro para cada exercício, e da política orçamentária implementada pela gestão do MPT no período de 2016 a 2019, o montante de RP diminuiu significativamente.

Em suma, o cenário pós Emenda demonstra a eficiência da gestão pública orçamentária aliada ao controle real de despesas, com reflexos no MPT em relação à finalização de obras, à redução da inscrição em restos a pagar e a programações orçamentárias adequadas aos novos limites e restrições. Se comparado aos exercícios de 2009 a 2015, é nítida a mudança no desempenho da evolução de restos a pagar no período de 2016 a 2019, com restrições orçamentárias mais rígidas em decorrência da crise econômica crescente no país. Os gastos orçamentários que antes apresentavam um processo constante de endividamento da máquina pública, passaram por uma significativa mudança pós emenda, tendo seu panorama atual de execução, gerenciado de forma mais eficiente.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO MPT – ALOCAÇÃO DAS DESPESAS

Despesas financeiras			
1 - Pessoal			%
13 – Obrigações Patronais	159.390.222	159.384.901	99,99%
Primárias obrigatórias			
1 - Pessoal			%
11 – Vencimentos e Vantagens	1.061.416.610	1.061.340.811	99,99%
01 – Aposentadoria RPPS	178.131.309	178.082.298	99,97%
03 – Pensões RPPS	47.551.373	47.551.373	100,00%
Outros	42.357.933	42.162.724	99,54%
3 - Custeio			%
46 – Auxílio Alimentação	46.869.412	46.863.561	99,99%
39 – Serviços de Terceiros – PJ	28.477.949	28.477.949	100,00%
Outros	12.130.915	12.105.849	99,79%
Primárias discricionárias			
3 - Custeio			%
39 – Serviços de Terceiros – PJ	58.801.413	56.469.677	96,03%
37 – Locação de Mão-de-Obra	38.541.024	38.166.457	99,03%
93 – Indenizações e Restituições	3.604.865	3.586.603	99,49%
40 – Serviços de TI e Comunicação	18.181.768	16.928.088	93,10%
14 – Diárias Pessoal Civil	7.794.917	7.794.153	99,99%
Outros	18.194.431	17.135.466	94,18%
4 - Investimentos			%
52 – Equipamentos	6.822.809	6.498.761	95,25%
51 – Obras e Instalações	1.391.280	1.214.407	87,29%
40 - Serviços de TI e	324.021	324.021	100,00%
Outros	535.767	501.841	93,67%

Fonte: Tesouro gerencial – despesas empenhadas x despesas pagas

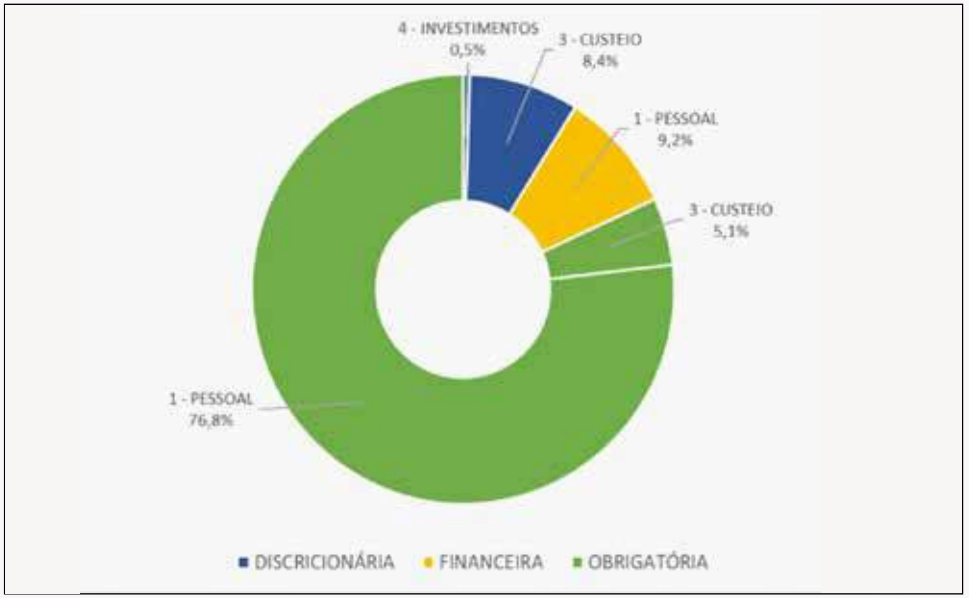


Gráfico 64 Execução orçamentária do MPT – Alocação das despesas

Despesas primárias obrigatórias

Em uma abordagem inicial, as despesas de 2019 foram avaliadas, segundo a classificação por Plano Interno do MPT, segmentando-as de acordo com sua finalidade. Tal metodologia corrobora para uma estrutura mais transparente.

Os gastos Primários Obrigatórios no exercício de 2019, que compreendem as despesas de pessoal ativo e inativo, benefícios (Auxílio-Alimentação, Transporte e outros) e Plan-Assiste - Programa de Saúde e Assistência Social do MPT, foram majorados, em relação à 2018, na ordem de 15,38%. Isso se deu, principalmente, devido ao aumento concedido aos membros e à implementação da última parcela de reajuste do plano de carreira dos servidores do MPU.

DESPESAS PRIMÁRIAS OBRIGATÓRIAS

Despesas Obrigatórias			%
Plano Interno	2018	2019	2019/2018
Pessoal Ativo	950.284.672	1.099.057.955	15.66%
Pessoal Inativo	195.702.758	230.399.271	17,73%
Benefícios	56.857.347	57.605.659	1,32%
Plan-Assiste	25.176.774	29.872.617	18,65%
Total	1.228.021.551	1.416.935.502	15,38%
Fonte: Tesouro gerencial – Despesas empenhadas			

Tabela 59 Despesas primárias obrigatórias

DESPESAS PRIMÁRIAS DISCRICIONÁRIAS

	DESPESAS EMPENHADAS			DISPONIBILIZADO X EMPENHADO 2019		
Plano Interno	2018	2019	2019/2018	DISP.	EMP.	%
Auxílio-Moradia	38.595.685	444.498	-98,85%	531.420	444.498	83,64%
Capacitação	5.062.517	1.437.474	-71,61%	1.450.000	1.437.474	99,14%
Comunicação Institucional	3.883.327	1.441.055	-62,89%	1.500.000	1.441.055	96,07%
Diárias e Passagens	22.037.962	11.533.320	-47,67%	12.014.376	11.533.320	96,00%
Estagiários	8.634.239	6.900.195	-20,08%	7.074.803	6.900.195	97,53%
Informática	27.622.606	19.104.628	-30,84%	20.376.034	19.104.628	93,76%
Manutenção Básica	121.828.120	100.913.809	-17,17%	102.751.920	100.913.809	98,21%
Outras	3.777.527	3.343.440	-11,49%	3.558.939	3.343.440	93,94%
Total	231.441.983	145.118.419	-37,30%	149.257.492	145.118.419	97,23%
Fonte: Tesouro gerencial						

Tabela 60 Despesas primárias discricionárias

Diante das dificuldades orçamentárias e da necessidade de padronização de medidas a serem adotadas pelas Unidades Gestoras do MPT, foi criado um grupo de trabalho – GT composto por nove membros, conforme Portaria nº 1813, de 22 de outubro de 2018, com o objetivo de apresentar as proposições de revisão e aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária. O quadro acima demonstra que todos os itens sofreram ajustes a menor em relação aos valores empenhados no exercício anterior a 2019, com significativa redução nos gastos com deslocamentos, capacitação dos servidores e membros, comunicação e divulgação institucional e informática. O montante de auxílio-moradia, entretanto, apresenta uma redução de 98,85%, devido às novas regras para sua concessão. Os gastos com manutenção básica tiveram uma restrição menor em relação aos demais, tendo em vista se tratar de despesas com o funcionamento básico das Unidades, tais como: água, luz, serviços terceirizados, aluguéis, entre outros, não influenciando na missão institucional das unidades do MPT. Tal fato, estimulou cada unidade a adequar suas despesas às reais necessidades, buscando atingir um planejamento eficiente e efetivo. Em uma perspectiva geral, ocorreu uma variação negativa nas despesas empenhadas em relação ao exercício de 2018 de 37,30%, em razão de cortes orçamentários oriundos de novos parâmetros e limites estabelecidos pelo Ministério Público Federal, no entanto, se analisarmos a relação valores disponibilizados e empenhados no exercício de 2019, teremos 97,23% desses recursos utilizados.

As despesas empenhadas de capital tiveram um decréscimo de 82,96%, comparadas ao exercício de 2018, em virtude de ajustes necessários para adequar o orçamento total do MPT aos novos critérios de redistribuição de limites destinados aos ramos do MPU, o que inviabilizou a alocação de recursos.

Para Projetos (Construções, reformas e aquisições), no entanto, comparadas ao orçamento disponibilizado, este percentual foi de 99,9%. O valor alocado para esta categoria de despesas foi suficiente para atender apenas as necessidades inadiáveis do MPT tais como: aquisição de mobiliário, compra de equipamentos, pequenas construções e aquisições relacionadas à tecnologia da informação.

DESPESAS DE CAPITAL (DISCRICIONÁRIAS).

Plano Interno	2018	2019	2019/2018
Construções de	6.680.9	643.895	-90,36%
Aquisições de Sedes	24.887.	0	-100,00%
Informática	9.501.8	5.790.297	-39,06%
Manutenção Básica	12.175.	2.639.684	-78,32%
Total	**53.246.**	**9.073.876**	**-82,96%**

Fonte: Tesouro gerencial – Despesas Empenhadas

Plano Interno	DISP.	EMP.	%
Construções de Sedes	643.895	643.895	100,00%
Aquisições de Sedes	0	0	0
Informática	5.790.29	5.790.297	100,00%
Manutenção Básica	2.645.80	2.639.684	99,77%
Total	**9.080.00**	**9.073.876**	**99,93%**

Fonte: Tesouro gerencial – Despesas Disponibilizadas X Empenhadas

Tabela 61 Despesas de capital (discricionárias)

Análise financeira e de restos a pagar

O quadro de eficiência na execução financeira tem por finalidade demonstrar o desempenho na execução financeira das unidades executoras do Ministério Público do Trabalho, evidenciando os percentuais entre a razão dos valores pagos e empenhados. Os dados refletem uma execução financeira (valores pagos) em 2019 superiores a 2018, proporcionando um volume menor de compromissos a serem pagos no exercício seguinte.

EFICIÊNCIA NA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Resultado Lei	GND	2018	2019
Financeiro	Pessoal	99,99%	100,00%
Primária - Obrigatória	Pessoal	99,97%	99,98%
	Custeio	99,92%	99,96%
Primária - Discricionária	Custeio	94,64%	96,53%
	Investimentos	89,13%	93,87%
	Inversão Fin.	100%	-

Fonte: Tesouro Gerencial – Razão pago e empenhado

Tabela 62 Eficiência na execução financeira

O gráfico a seguir demonstra uma relação entre os valores que compõem o total de pagamentos de despesas discricionárias (exercício e restos a pagar) realizados no exercício de 2019, onde se verifica um percentual de 91% de pagamentos referentes ao orçamento do ano, frente a 8% de anos anteriores, sendo, este, o maior valor na série histórica de 2009 a 2019. Isso indica que os dispêndios financeiros no ano representam, cada vez mais, as despesas daquele exercício financeiro e não o pagamento de compromissos de anos anteriores, assinalando uma gestão orçamentária e financeira mais sustentável.

PAGAMENTOS TOTAIS – EXERCÍCIO E RESTOS A PAGAR

Gráfico 65 Pagamentos totais - exercício e restos a pagar

EXECUÇÃO REGIONAL E DA MANUTENÇÃO BÁSICA DO MPT EM 2019

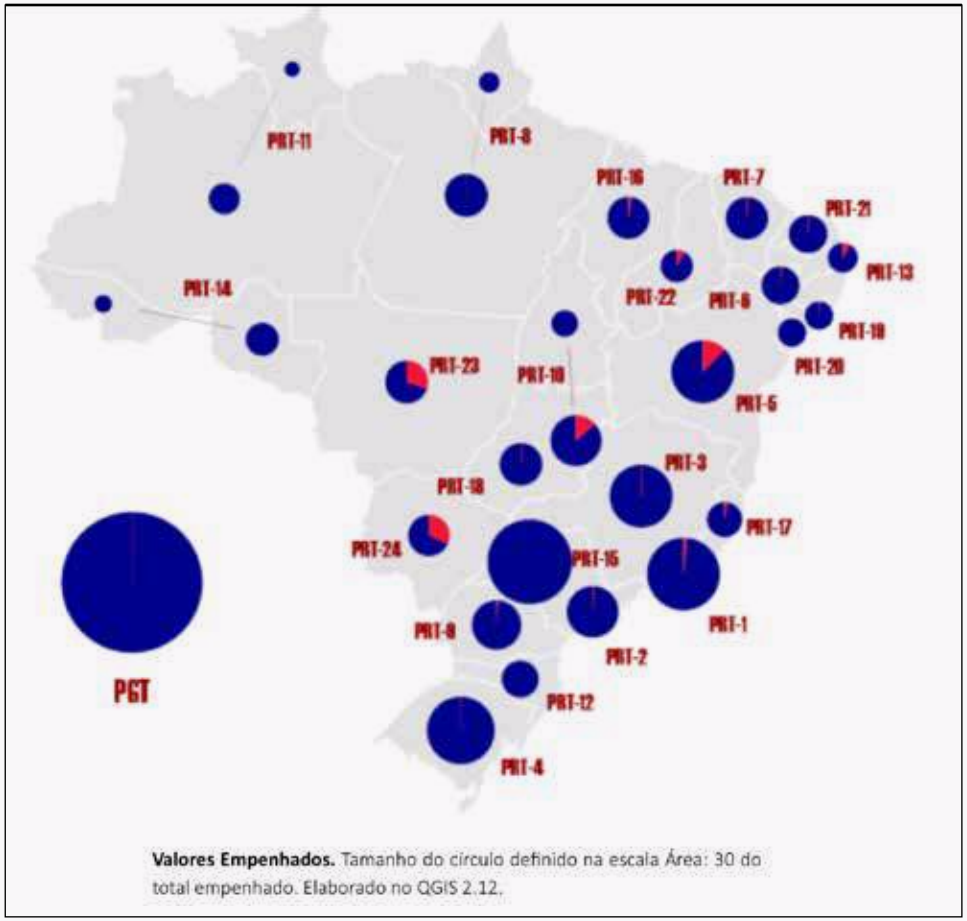


Figura 36 Execução regional e da manutenção básica do MPT em 2019

VALORES EMPENHADOS - MANUTENÇÃO BÁSICA

Manutenção Básica - Custeio			
Natureza do Gasto	**2018**	**2019**	**2019/2018**
Locação de Imóveis e condomínios	34.441.641	33.788.006	-1,90%
Vigilância	24.572.295	15.895.502	-35,31%
Limpeza e Conservação	11.661.578	10.867.202	-6,81%
Serviço de Apoio Administrativo	10.403.324	8.676.675	-16,60%
Energia Elétrica	9.151.313	8.928.955	-2,43%
Demais	31.841.362	22.757.469	-28,53%
Total – Custeio	**121.828.120**	**100.913.809**	**-17,17%**
Manutenção Básica - Investimentos			
Equipamentos e Mobiliário	10.128.011	1.413.442	-86,04%
Obras em geral	1.871.367	1.862.608	-0,47%
Demais	176.600	7.530	-95,74%
Total – Investimento	**12.175.978**	**3.283.580**	**-73,03%**

Fonte: Tesouro Gerencial - Despesas empenhadas

Tabela 63 Valores empenhados – manutenção básica

O quadro acima demonstra as principais despesas relativas à manutenção básica das unidades do MPT e uma variação significativa na redução dos valores empenhados entre os exercícios de 2018 e 2019. Essa redução decorre dos limites estabelecidos para o período, cuja dotação orçamentária referente às despesas discricionárias obteve uma variação negativa de 41,82%.

Perspectivas, dificuldades e desafios na execução do orçamento

Com o atual Cenário político e econômico do País, um dos desafios a serem auferidos pelo MPT consiste em desenvolver conduta eficiente na execução dos recursos orçamentários, prezando pelo alcance de resultados com economicidade, com o objetivo de atingir o que foi planejado, bem como a consecução das atividades a serem desenvolvidas pelo citado ramo do MPU.

Inclui-se entre as ações relevantes a serem implementadas para dar continuidade às atividades precípuas do MPT, a continuidade de racionalização dos recursos deste ramo do MPU, por meio de processos estratégicos institucionais, com eficiência e efetividade de ações e modernização de gestão e suporte.

DIFICULDADES DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA EM 2019

Quadro reduzido de servidores nas áreas de administração, planejamento e orçamento;

Gestão do planejamento orçamentário e financeiro frente aos limites impostos pela Emenda nº 95/2016, o que impacta a concretização de metas finalísticas e administrativas, sobretudo devido à redução de investimentos;

Alteração de parâmetros para distribuição de limites orçamentários, no âmbito do MPU.

DESAFIOS DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

Aprimorar a qualidade e a transparência dos gastos no âmbito do MPT;

Alinhar a execução orçamentária com a atuação finalística do Ministério Público do Trabalho com uma gestão financeira voltada para resultados;

Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira no âmbito do Ministério Público do Trabalho, e o seu efetivo funcionamento diante das restrições estabelecidas pela EC nº 95/2016.

AÇÕES FUTURAS NA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

Garantir a inovação e eficiência dos produtos e serviços de Tecnologia de Informação criando soluções ainda mais eficientes na área de orçamento e finanças;

Aprimorar a gestão orçamentária e financeira, buscando integração entre planejamento, orçamento e execução, em uma visão sistêmica, com foco na transparência, na eficiência e na eficácia da aplicação dos recursos.

11.2 GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Conformidade legal

Em relação à conformidade legal, o MPT observa os normativos que regem as aquisições de bens e serviços no âmbito da Administração Pública, especialmente o previsto

nas Leis 10.520/2002 e 8.666/93, sem prejuízo de cumprimento dos demais atos, conforme adiante mencionado.

Segue abaixo, de forma não exaustiva, os principais normativos que regem as aquisições de bens e serviço no âmbito do MPT, conforme abaixo enumerados:

- Lei nº 8.666/93;
- Lei nº 10.520/2002;
- Lei Complementar nº 123/2006
- Lei nº 4.320/64;
- Decreto Lei nº 200/67;
- Decreto nº 7892/13;
- Decreto 93.872/86;
- Decreto nº 3.555/2000;
- Decreto nº 5.450/2005;
- Determinações e Orientações do Controle Interno, Controle Externo e do Conselho Nacional do Ministério Público e Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho.

Detalhamento dos gastos das contratações por finalidade e especificação dos tipos de serviços contratados para o funcionamento administrativo

Na análise da gestão dos contratos optou-se por analisar os gastos das despesas primárias discricionárias empenhadas. Tal fato justifica-se, pois, o processo licitatório não se aplica à maioria das despesas primárias obrigatórias.

DESPESAS PRIMÁRIAS DISCRICIONÁRIAS EMPENHADAS – POR MODALIDADE DE LICITAÇÃ

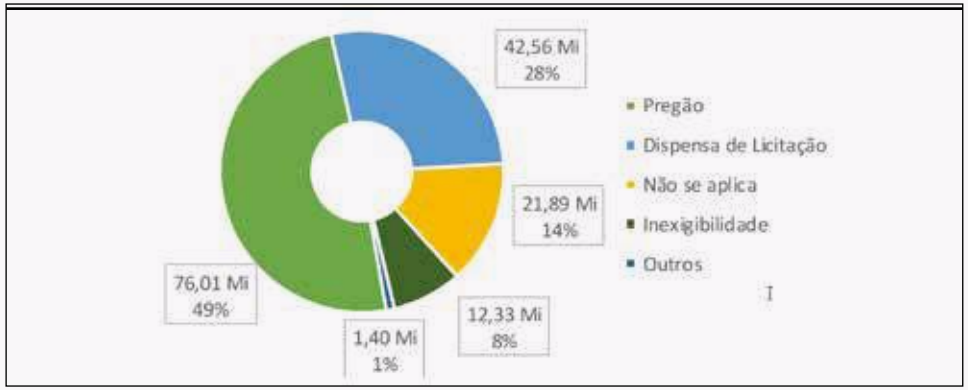


Gráfico 66 Despesas primárias discricionárias empenhadas -por modalidade de licitação

O pregão é o principal meio de contratação das despesas discricionárias do MPT. Essa modalidade é destinada à aquisição de bens e de serviços comuns para Administração Pública. Essa modalidade correspondeu a R$ 76.007.044,80 empenhados pelo MPT onde em sua grande maioria os recursos foram destinados à manutenção básica, aquisição de bens e serviços de Informática e passagens aéreas.

Por sua vez, 28% das despesas discricionárias do MPT foram realizadas por meio de dispensa de licitação. A maioria ocorreu devido ao pagamento de aluguel dos edifícios-sede do MPT e serviços de manutenção básica como o fornecimento de energia elétrica.

Ademais, as contratações realizadas onde "não se aplicou" licitação (14%) se refere, principalmente, ao pagamento de Auxílio-Moradia, ajuda de custo, diárias e estagiários.

DISPENSA DE LICITAÇÃO

Fundamentos – Dispensa de Licitação	
Art. 24 – Inciso X - Compra ou locação de imóvel	54,2 Mi (71,3%)
Art. 24 – Inciso XXII – Fornecimento de Energia Elétrica	5,8 Mi (7,9%)
Art. 24 – Inciso XI - Remanescente de obra ou serviço	5,1 Mi (6,9%)
Art. 24 – Inciso II – Baixo valor	3,8 Mi (5,2%)
Outros	6,3 Mi (8,7%)
Fonte: Tesouro gerencial	

Tabela 64 Dispensa de licitação

As informações detalhadas das contratações estão disponíveis no Portal do Transparência do MPT, através do link: https://mpt.mp.br/MPTransparencia/

Contratações mais relevantes

O Ministério Público do Trabalho evidencia suas contratações mais relevantes, sem prejuízo de fazer constar em seu Portal da Transparência os contratos firmandos em 2019, e, dentre eles, elegeu aqueles que de alguma forma trarão benefícios a curto, médio ou longo prazo para a sociedade, seja com o objetivo de melhorar o atendimento ao cidadão, sempre voltado para a eficiência dos gastos públicos, otimização e economia, com ênfase na sustentabiliade Ambiental e na eficácia da Gestão.

CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES DO MPT

UNIDADE CONTRATANTE	CONTRATAÇÃO	JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO
PGT	BRASIL TELECOM Comunicação Multimídia LTDA.	Serviço de comunicação dedicado para acesso à Internet, de natureza continuada, para o Ministério Público do Trabalho – MPT.
PGT	Torino Informática LTDA.,	Contratação de empresa especializada no fornecimento de equipamentos ultraportáteis, Ultrabooks, com garantia de 48 meses, com entrega, garantia e suporte técnico on-line.
PRT 5ª	Execução da 2ª etapa de obra de construção da nova sede da PTM de Vitória da Conquista/BA.	Finalização da construção da nova sede da PTM de Vitória da Conquista, encerrando os gastos com aluguel e permitindo maior adaptabilidade das instalações.
PRT 22ª	Aquisição e Instalação de Transformador e Grupo Gerador de Energia para a PTMde Picos/PI.	Proteção dos equipamentos sensíveis às variações/oscilações de tensão do sistema elétrico, que são agravadas entre os meses de agosto a dezembro, onde as temperaturas podem alcançar mais de 40°C, podendo prejudicar o desempenho dos servidores de rede, computadores, aparelhos de climatização e outros.
PRT 23ª	Energia fotovoltáica	Aquisição de usinas fotovoltáicas, como projeto piloto no MPT, visando a redução de gastos com energia elétrica, geração de energia limpa, de forma sustentável e com previsão de retorno do investimento em até cinco anos.

Tabela 65 Contratações mais relevantes do MPT

Principais desafios e ações futuras

A área de licitações e contratos, inevitavelmente, precisa se adaptar às mudanças sociais, econômicas e legislativas com frequência, alterando as rotinas, os procedimentos e o produto final da atividade desenvolvida.

Para o ano de 2020, a Procuradoria Geral do Trabalho precisa lidar, especialmente, com o contingenciamento orçamentário e a necessária redução das despesas públicas, além de outras tantas mudanças e evoluções de comportamento organizacional esperadas pela sociedade. Dessa forma, os principais desafios e ações podem assim serem resumidos:

PRINCIPAIS DESAFIOS

a) Identificar os riscos no processo de contratação de bens e serviços, mapeando suas causas, efeitos e possíveis ações de controle, a fim de garantir a observância do ordenamento jurídico, das normas internas, possibilitando deslocar o foco de controle dos aspectos formais e legais para uma atuação preventiva e proativa da gestão;
b) Qualificar a equipe técnica, pois trata-se de atividade extremamente regulada, devendo-se observar: a) O ordenamento jurídico (Leis, Portarias, Decretos e Instruções Normativas); b) Decisões e orientações dos órgãos de controle interno e externo, do Conselho Nacional do Ministério Público e Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho; e, c) Normais internas;
c) Promover a inovação e utilização de tecnologias que visem a otimização das atividades desenvolvidas, sempre observando os princípios que regem a ação do gestor público;
Contribuir para o aperfeiçoamento da fase interna da licitação, para a escolha do fornecer e a gestão contratual, posto que as falhas de planejamento se mostrarão, indiscutivelmente, na fase externa e na gestão contratual;

AÇÕES FUTURAS

a) Envidar esforços junto à cúpula da administração para se definir estratégias políticas e processos de aquisição a fim de possibilitar a alocação de mão de obra de forma mais racional, além do estabelecimento de cronograma de aquisições;
b) Formalizar os processos de trabalho, viabilizando a definição de rotinas pré-estabelecidas, por meio de manuais de procedimento, assim como a atualização daqueles já existentes;
c) Estabelecer minutas padrão para editais e contratos, contemplando as ações da administração para mitigar os riscos identificados;
Promover maior interação entre os responsáveis pela elaboração de termos de referência e os demais atores que compõem o processo de aquisição (Assessoria Jurídica, Pesquisa de Preço, Elaboração de Edital e Contratação), pois as falhas no referido documento se mostram na execução do contrato e, na maioria das vezes, reduz e/ou impede o atingimento do objetivo da administração pública com determinada aquisição.

11.3 GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

11.3.1. GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS

O controle e gestão da frota é realizado por servidores da área de Segurança Institucional de cada unidade do MPT, os quais possuem, entre outras, as atribuições específicas controlar, manter e fiscalizar a frota pertencente à Regional.

Algumas unidades, dependendo da quantidade de veículos e da demanda, dispõem ainda

de contratos administrativos, celebrados com empresas especializadas na prestação de serviços de implantação e operacionalização de sistema informatizado de administração e gerenciamento de despesas de abastecimento, de manutenção de frota.

No âmbito do MPT, as Legislações Federais que regem a constituição e forma de utilização da frota de veículos são as Leis 9.503/97, 9.327/96 e Decreto 9.287/18. Internamente, os normativos que o regulamentam são as Portarias PGR/MPU nº 70/15 e Portaria MPT nº 672/12.

O disposto na Portaria PGR/MPU nº 70, que regulamenta a aquisição e a utilização dos veículos oficiais no âmbito do Ministério Público da União (MPU). Em seu Art. 3º, §§ 2º e 3º, relaciona os critérios para ampliação e renovação da frota:

- Composição e qualidade da frota atual;
- Necessidade de serviço;
- Compatibilidade do dispêndio com o planejamento estratégico institucional;
- Dotação orçamentária disponível;
- Condições e custos de utilização e manutenção da frota;
- Avanços tecnológicos;
- Segurança dos usuários;
- Uso prolongado, desgaste prematuro ou manutenção onerosa da frota;
- Quilometragem média da frota e quilometragem aferida no momento da proposta da renovação;
- Sinistro com perda total;
- Histórico de custos de manutenção e estado de conservação que torne possível a previsão de que os custos de manutenção atingirão, com brevidade, percentual antieconômico.

A classificação dos veículos está prevista no anexo da portaria:

CLASSIFICAÇÃO DOS VEÍCULOS DE ACORDO COM A PORTARIA PGR/MPU 70/2015

TIPO	USUÁRIO	ENQUADRAMENTO	FINALIDADE
Representação I	Procurador-Geral da República	Automóvel do tipo Sedan grande, com motor de potência robusta. Cor preta e placa de bronze nas cores verde e amarela	Transporte de autoridade. Uso urbano.
Representação II	Procurador-Geral do Trabalho; Corregedor-Geral; Ouvidores-Gerais, Subprocuradores-Gerais e cargos de natureza especial	Automóvel do tipo sedam médio, com motor de potência robusta. Cor preta e placa de bronze ou duralumínio, de fundo preto, com a numeração central e abaixo o cargo da autoridade usuária	Transporte de autoridades. Uso urbano.
Especial I	Membros do MPU e Diretores-Gerais	Automóvel do tipo sedam médio, com motor de potência robusta. Cor preta, placa de fundo branco ou preto, com a numeração sequencial central e abaixo a sigla do órgão	Transporte de autoridades. Uso urbano.
Especial II	Membros do MPU	Automóvel do tio Caminhoneta SUV, com motor de potência condizente com o serviço a realizar. Cor preta, placa de fundo branco ou preto, com a numeração sequencial central e abaixo a sigla do órgão	Transporte de autoridade. Uso Urbano.
Serviço I	Membros do MPU e Servidores	Automóvel do tipo Caminhoneta SUV, Caminhonete ou Sedam com motor de potência condizente com a atividade de segurança, sem especificação de cor. Com placa de fundo branco, numeração sequencial central e abaixo a sigla do órgão, com opção de placa vinculada.	Transporte de autoridades e servidores, exclusivo em missões de segurança, previamente autorizadas pelo Secretário-Geral ou pelo Diretor-Geral. Uso urbano.
Serviço II	Servidores	Automóvel do tipo Perua ou hatch, condizente com o serviço a realizar. Cor branca e placa de fundo branco	Transporte de servidores, documentos, processos, material de expediente e de consumo. Uso urbano

Serviço III	Servidores	Automóvel do tipo utilitário leve, com caçamba aberta ou fechada, para acomodação de carga ou Automóvel Furgão, com caçamba fechada. Motor de potência condizente com o serviço a realizar, cor branca e placa de fundo branco.	Transporte de servidores e de carga. Uso urbano e rural.
Serviço IV	Servidores	Automóvel do tipo pesado, com motor de potência condizente com o serviço a realizar, tração 4X2 OU 4X4, de 3 a 7 passageiros. Cabine simples ou dupla, carroceria ou baú. Cor branca e placa de fundo branco.	Transporte de servidores e de carga. Uso urbano e rural.
Serviço V	Membros do MPU e Servidores	Automóvel com motor de potência condizente com o serviço a realizar, tração 4x2 ou 4x4, 5 passageiros. Cor branca ou preta e placa de fundo branco	Transporte de autoridades, de servidores e de carga. Uso urbano e rural.
Serviço VI	Membros do MPU e Servidores	Automóvel com motor de potência condizente com o serviço a realizar. Cor branca e placa de fundo branca. Até 16 lugares.	Transporte de autoridades e de servidores. Uso urbano.
Serviço médico	Membros do MPU e Servidores	Automóvel do tipo Furgão, ambulância UTI móvel.	Transporte de autoridades e de servidores. Exclusivo para emergências médicas. Uso urbano.

Tabela 66 Classificação de veículos de acordo com a portaria PGR/MPU 70/2015

A Portaria MPT nº 672, regulamenta no âmbito do Ministério Público do Trabalho, a destinação, o enquadramento, o uso, o controle, a manutenção, a guarda e a conservação de veículos oficiais.

Os veículos oficiais são utilizados pelos usuários no estrito cumprimento do dever funcional. No âmbito do MPT o público alvo dos atendimentos são os Membros, servidores e funcionários terceirizados, para a realização de diligências, inspeções, participação em audiências judiciais e outros eventos que exigem a presença de Membros do Ministério Público, além de atividades administrativas referentes à entrega de documentos e materiais.

Em relação ao exercício de 2019, comparado ao exercício anterior, registra-se que não houve acréscimo patrimonial, uma vez que, não houve aquisição de veículos novos. A frota atual conta hoje com 438 veículos, sendo assim divididos:

FROTA DE VEÍCULOS NO MPT, EM 2019

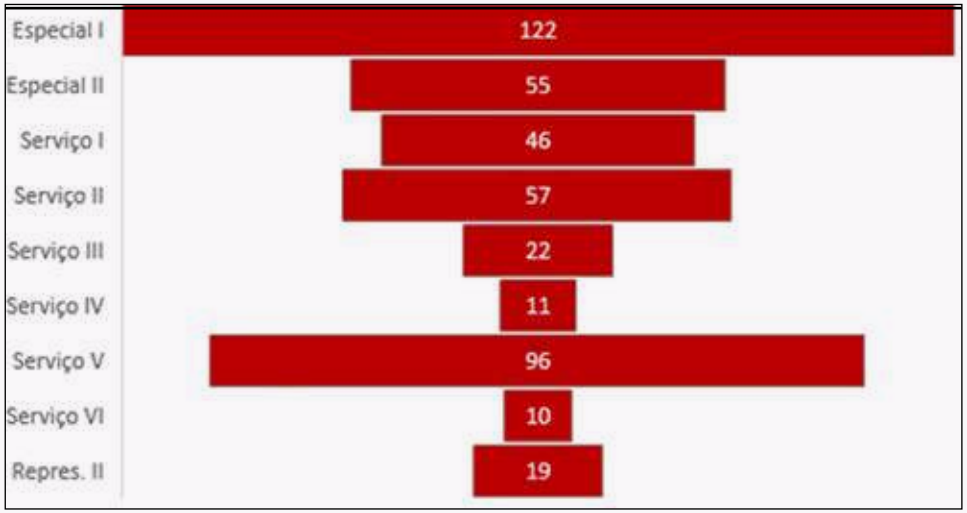


Gráfico 67 Frota de veículos no MPT, em 2019

Atento às medidas de restrições orçamentárias decorrentes da Ementa Constitucional nº 95/2016, o MPT, no exercicio de 2019, limitou gastos e investimentos públicos com veículos. Tanto que a manutenção, conservação de veículos e combustíveis de sua frota representou em custos individuais o valor médio de R$ 3.477,01, em relação ao valor total despendido de R$ 1.522.931,95.

A política de tratamento dos veículos inservíveis no âmbito do MPT segue o disposto do

Art. 5º da Portaria PGR/MPU nº 70, de 29 de setembro de 2015:

Art. 5º O reaproveitamento de veículos oficiais deverá ocorrer, preferencialmente, entre os ramos do MPU, salvo quando considerados antieconômicos e irrecuperáveis, caso em que seu desfazimento se dará na forma prevista em regulamento.

Dessa forma, no exercício de 2019, dentre doações e cessões de uso, o MPT, no interesse público, atendeu as Polícias Estaduais, Federal e Rodoviária Federal, Exército, Institutos Federais de Educação, AGU e Corpo de Bombeiros estaduais, em 7,5% de sua frota de veículos, totalizando 36 unidades.

No âmbito do Ministério Público do Trabalho não há previsão normativa para a locação de veículo para executar missão institucional. Todos os veículos são próprios, não se adotando a locação de veículos de terceiros em razão de existirem no quadro pessoal servidores concursados Técnicos de Segurança Institucional com a atribuição de motorista.

11.3.2. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DA UNIÃO

Segue abaixo, de forma não exaustiva, os principais normativos que regem a Gestão do Patrimônio imobiliário no âmbito do MPT, conforme abaixo enumerados.

No processo de locação, aquisição ou construção, condicionam o gestor os seguintes atos normativos:

- Portaria SOF nº 11, de 12 de fevereiro de 2014;
- Portaria SOF nº 14, de 19 de fevereiro de 2014;
- Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;
- Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2006;
- Leis Orçamentárias (Lei do Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Leis Orçamentárias Anuais).

Ademais, no processo de locação, aquisição ou mudanças de layout/reformas, são condicionantes os seguintes atos normativos:

- Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- Lei Federal nº 8.245, de 18 outubro de 1991;
- Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000;
- Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019;
- Resolução nº 81/2012, de 31 de janeiro de 2012, do Conselho Nacional do Ministério Público;
- NBR nº 9050/2015;
- Instrução Normativa nº 3, de 15 de maio de 2008, publicada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- Nota Orientativa nº 1, de 6 de outubro de 2004, publicada pela AUDIN;
- Nota Técnica nº 2, de 2014, publicada pela Coordenação de Arquitetura e Engenharia da PGT (CAE);
- Portaria PGT nº 607, de 18 de dezembro de 2009;
- Portaria PGT nº 608, de 18 de dezembro de 2009.

Principais investimentos de capital

No ano de 2019 não houve aquisição de novos imóveis, diante do cenário orçamentário restrito imposto pela Emenda Constitucional 95/2016, foram priorizadas as despesas de investimentos em fase adiantada de execução, e houve a finalização da obra da PTM de Vitória da Conquista/ PRT 5ª Região.

Já na PRT 10ª – Brasília, a obra está paralisada desde 01/01/2019, em decorrência das restrições orçamentárias impeditivas impostas pela EC 95. No fim do exercício de 2019, foi realizada a contratação de empresa especializada para contratação de avaliação do projeto da obra e consequentemente assegurar a continuidade da obra, tendo em vista as patologias identificadas na estrutura da edificação.

Ainda, foram descentralizados recursos para conclusão de serviços na PTM de Rio Branco/PRT 14ª, especificamente a instalação do elevador. Já na PRT 23ª, foram descentralizados recursos para implementação de projeto piloto de geração de energia solar nas unidades da Regional.

Locação de imóveis, Imóveis próprios, desfazimento de imóveis, cessão de espaço físico

Atualmente, o MPT dispõe de 100 imóveis próprios, 7 cedidos e 36 imóveis alugados. Do total de unidades próprias (100), 90 são imóveis edificados e 10 terrenos. Do total de imóveis edificados (90), 83 estão ocupados e 7 estão desocupados, pois algumas unidades foram temporariamente desativadas. O total pago em aluguéis em 2019 foi da ordem de 25,8 milhões de reais.

Considerando o interesse de dotar as unidades do MPT, em nível nacional, de sedes adequadas às necessidades estruturantes e para atendimento da sociedade, e considerando a Instrução Normativa SPU/MPOG nº 3, de 31 de julho de 2018, art. 4º, que prevê a possibilidade de realização de permuta de próprios da União com bens de terceiros, foram elaborados projetos básicos - encaminhados à Secretaria de Patrimônio da União - SPU, no ano de 2019 - objetivando consulta e chamamento público, em relação às seguintes unidades:

PROJETO DE PERMUTAS DO MPT

UNIDADE	CONSULTA PRÉVIA	DECLARAÇÃO DE INDISPONIBILIDADE
PGT /Brasília - DF	CONSULTA PRÉVIA Nº DF-0002/2019 (com a PRT 10ª - 720 servidores); CONSULTA PRÉVIA Nº DF-0003/2019 (sem a PRT 10ª - 570 servidores)	DEC.DE INDISPON - VAL.15/01/2020; DEC.DE INDISPON - VAL.15/01/2020
PRT 15ª/Campinas - SP	CONSULTA PRÉVIA Nº SP-0094/2019	DEC.DE INDISPON - VAL.22/07/2020
PRT 4ª/Porto Alegre - RS	CONSULTA PRÉVIA Nº RS-0117/2018	DEC.DE INDISPON - VAL.15/10/2019
PRT 16ª/São Luiz - MA	CONSULTA PRÉVIA Nº MA-037/2019	Aguardando análise
PRT 4ª/PTM Pelotas - RS	CONSULTA PRÉVIA Nº RS-0011/2019	DEC.DE INDISPON - VAL.11/03/2020
PRT 4ª/ PTM Passo Fundo - RS	CONSULTA PRÉVIA Nº RS-0012/2019	DEC.DE INDISPON - VAL.11/03/2020
PRT 4ª /PTM Santa Maria - RS	CONSULTA PRÉVIA Nº RS-0106/2019	DEC.DE INDISPON - VAL.22/08/2020
PRT 15ª/ PTM São José dos Campos - SP	CONSULTA PRÉVIA Nº SP-0175/2019	DEC.DE INDISPON - VAL.15/10/2019
PRT 2ª/PTM Guarulhos -SP	CONSULTA PRÉVIA Nº SP-0151/2019	Aguardando análise
PRT 10ª/PTM Palmas - DF	CONSULTA PRÉVIA NºTO-0010/2019	Aguardando análise
PRT 15ª/PTM Bauru - SP	CONSULTA PRÉVIA Nº SP-0046/2019	DEC.DE INDISPON - VAL.22/04/2020
PRT 15ª/PTM Presidente Prudente - SP	CONSULTA PRÉVIA Nº SP-0176/2019	DEC.DE INDISPON - VAL. 29/11/20
PRT 8ª/PTM Marabá - PA	CONSULTA PRÉVIA Nº PA-0075/2019	Aguardando análise
PRT 18ª/PTM Rio Verde - GO	CONSULTA PRÉVIA MG-0318/2019	Aguardando análise
PRT 4ª/PTM Santa Cruz do Sul - RS	CONSULTA PRÉVIA Nº RS-0090/2019	IMÓVEL OFERTADO (Aguardando maiores informações)
PRT 15ª/PTM Araraquara - SP	CONSULTA PRÉVIA Nº SP-0177/2019	Aguardando análise
PRT 15ª/PTM Sorocaba - SP	CONSULTA PRÉVIA Nº SP-0178/2019	DEC.DE INDISPON - VAL.29/11/20
PRT 17ª/PTM Cachoeiro de Itapemirim - ES	CONSULTA PRÉVIA Nº ES 0028/2019; CONSULTA PRÉVIA Nº ES 0046/2019	DEC.DE INDISPON - VAL.21/11/2020
PRT 4ª/ PTM Santo Ângelo - RS	CONSULTA PRÉVIA Nº RS-0114/2019	DEC.DE INDISPON - VAL.07/08/2020
PRT 3ª/PTM Governador Valadares - MG	CONSULTA PRÉVIA MG-0317/2019	DEC.DE INDISPON - VAL21/11/2020

PRT 3ª /PTM Varginha - MG	CONSULTA PRÉVIA MG-0318/2019	DEC.DE INDISPON - VAL.13/11/2020
PRT 21ª/PTM Mossoró - RN	CONSULTA PRÉVIA RN-0033/2019	DEC.DE INDISPON - VAL.17/10/2020
PRT 16ª/ PTM Imperatriz - MA	CONSULTA PRÉVIA MA -0009/2019; CONSULTA PRÉVIA MA-0034/2019	14/05/2019 - Estamos com duas opções de oferta de imóveis, o RIP 0803 00032.500-2 situado à Rua Aquiles Lisboa n.446, onde funcionou o TRT (tem que vistoriar) e o da Rua Bom Futuro n. 280 atualmente cedido ao IBGE mas que ainda não se apropriou do imóvel passível de reversão a União para posterior destinação. 12/11/2019 Para o Órgão se manifestar - Aguardando análise
PRT 3ª/ PTM Montes Claros-MG	CONSULTA PRÉVIA MG-0319/2019	DEC.DE INDISPON - VAL.13/11/2020
PRT 15ª/ PTM Araçatuba - SP	CONSULTA PRÉVIA SP-0179/2019	-
PRT 3ª/ PTM Patos de Minas - MG	CONSULTA PRÉVIA MG-0320/2019	DEC.DE INDISPON - VAL.21/11/2020
PTM 23ª - Rondonópolis - MT	CONSULTA PRÉVIA MT-0070/2019	DEC.DE INDISPON - VAL.08/10/2020
PTM 06ª - Caruarú - PE	CONSULTA PRÉVIA Nº PE0029/2019	DEC.DE INDISPON - VAL.23/10/2020
PTM 1ª - Cabo Frio - RJ	CONSULTA PRÉVIA Nº RJ 0020/2019	DEC.DE INDISPON - VAL.01/07/2019
PTM 17ª - Colatina - ES	CONSULTA PRÉVIA Nº ES-0007/2019	DEC.DE INDISPON - VAL.18/03/2020
PRT 3ª/ PTM Teófilo Otoni - MG	CONSULTA PRÉVIA MG-0321/2019	IMÓVEL OFERTADO - VÁLIDO ATÉ 12/01/2020
PRT 3ª/ PTM Coronel Fabriciano - MG	CONSULTA PRÉVIA MG-0322/2019	DEC.DE INDISPON - VAL.13/11/2020
PRT 19ª - Maceió - AL	-	-
PRT 2ª/ PTM Caicó - RN	CONSULTA PRÉVIA RN-0038/2019; CONSULTA PRÉVIA RN-0010/2019	Aguardando análise; DEC.DE INDISPON - VAL.22/11/2020
PRT 4ª/ PTM Uruguaiana -RS	CONSULTA PRÉVIA Nº RS-0008/2019; CONSULTA PRÉVIA Nº RS-0089/2019	DEC.DE INDISPON - VAL.11/03/2020 - IMÓVEL REJEITADO pelas seguintes razões: 1) Dificuldade de acesso da população ao prédio o que o torna inviável para sediar a PTM de Uruguaiana. 2) Condições precárias do imóvel que necessita a realização de reparos com recursos que a PTM não dispõe.
PRT 20ª - Aracajú - SE	-	-
PRT 10ª - Brasília - DF	-	-
PRT 12ª/ PTM Blumenau - SC (COMODATO MPF)	CONSULTA PRÉVIA Nº SC-0094/2018	DEC.DE INDISPON - VAL.11/12/2019
PRT 17ª/ PTM São Mateus - ES	-	-
PRT 21ª - Natal - RN	-	-
PRT 3ª/ PRT Juiz de Fora - MG	CONSULTA PRÉVIA Nº MG-0255/2019	DEC.DE INDISPON - VAL.02/07/2020
PRT 9ª/ PTM Umuarama - PR	CONSULTA PRÉVIA Nº PR-0166/2018	DEC.DE INDISPON - VAL.24/09/2019

PRT 8ª - Belém - PA	CONSULTA PRÉVIA PA-0058/2018	REVERSÃO DO IMÓVEL À UNIÃO. O imóvel foi entregue pela União à Procuradoria Regional do Trabalho da 8ª Região, em 23/01/1998, no Processo MF 10280.005243/97-77; Pedido de reversão feito pela PRT/8ª, protocolado no dia 08/11/2018, recebeu o nº PROC. SEI 04957.003374/2018-76; Processo no setor de INCORPORAÇÃO

Tabela 68 Projeto de permutas do MPT

Mudanças e Desmobilizações

Em 2019, foram realizadas 6 mudanças com desmobilizações em todo o MPT, conforme apresentado abaixo:

TABELA DE MUDANÇAS E DESMOBILIZAÇÕES NO MPT

UNIDADE REGIONAL	ENDEREÇO
PRT 1ª/ PTM de Volta Redonda - RJ	Avenida Paulo de Frontin nº 590, 15º andar (salas 1.501 a 1.513), Aterrado
PRT 2ª/ PTM de São Bernardo do Campo - SP	Rua Silva Jardim, 187, 15º Andar, Edifício Silva Jardim Business Center, Centro
PRT 5ª/ PTM de Vitória da Conquista - BA	Rua Gilenilda Alves, S/N – Boa Vista
PRT 10ª – Brasília - DF	SAUN Quadra 5, Lote C, Torre A, Centro Empresarial CNC – Brasília
PRT 14ª/ PTM de Rio Branco - RO	Rua Floriano Peixoto, nº 975, Bairro Papouco, Rio Branco
PRT 24ª/ Campo Grande - MS	Rua Dr. Paulo Machado, nº 120, Bairro Royal Park. Campo Grande

Tabela 67 Mudanças e desmobilizações no MPT

PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

a) Atualização cadastral do patrimônio imobiliário do MPT.

Conforme demanda da PGR, a Diretoria de Arquitetura e Engenharia – DAE em levantamento realizado pela no exercício de 2019, solicitou auxílio na implantação de uma ferramenta de gestão de edificações disponível no Minisério Público Federal. O objetivo desta medida é possibilitar a todos usuários a consulta online da situação imobiliária do MPT bem como auxiliar a área administrativa órgão na busca por informações dos imóveis.

Será possível visualizar a quantidade de imóveis próprios, alugados, a área de cada um, assim como a sua ocupação, equipamentos, contratos associados e condições de acessibilidade. Outros parâmetros serão implementados a medida que a ferramenta se consolide.

b) Programa "Locação Zero"

Com o objetivo de reduzir despesas de locação, e tendo em vista que a EC 95/2016 impôs severas restrições orçamentárias nas despesas de custeio, a DAE iniciou elaboração de Projetos Básicos para viabilizar a realização de processos de permuta e aquições de imóveis. A iniciativa foi exemplificada conforme grafico a seguir:

Despesas com aluguel no MPT

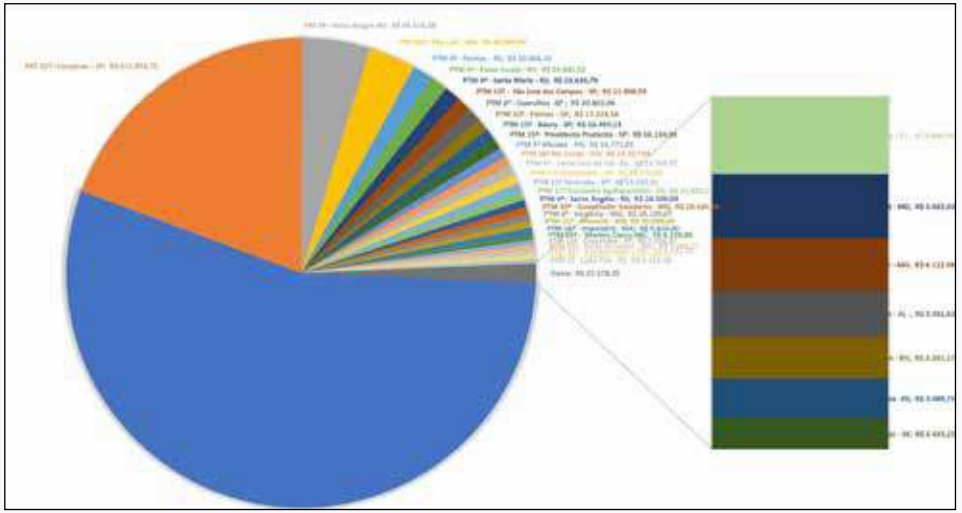


Gráfico 68 Despesas com aluguel no MPT

c) Instalações Fotovoltáicas

Com o objetivo de reduzir despesas com energia no MPT os profissionais da DAE realizaram um estudo das contas de energia para viabilizar a instalação de painéis fotovoltáicos, todavia, durante o processo foram indentificadas formas de contratação de energia que oneram a unidades do órgão. Nesse sentido, as regionais receberão orientações para adequação de tarifa e, consequentemente, redução dos valores gastos com energia. Foi iniciado um processo para contratação de empresa para instalação de sitemas fotovoltáicos em unidades do órgão previamente selecionadas, conforme estudo de viabilidade.

11.4.1. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO

Conformidade Legal

- Decreto Lei nº 200/67;
- IN-205/1988-SEDAP;
- Decreto nº 7.892/2013;
- Lei nº 8.666/93;
- Lei nº 10.520/2002;
- Lei nº 4.320/64;
- Decreto nº 5.450/2005;
- Decreto nº 9.373/2018;
- IN/DG/PGT nº 01/2014;
- IN/DA/PGT nº 03/2010;
- Portaria DA/PGT nº 157/2017;
- IN/CGU nº 04/2009;
- Pareceres e Orientações da Auditoria Interna do MPU – AUDIN-MPU e do Tribunal de Contas da União – TCU.

Desfazimento de ativos

O MPT realizou em 2019, 112 processos de desfazimento de ativos. Os ativos desfeitos totalizam o valor de cerca de R$ 4,3 milhões. Entre eles destacam-se livros, ares-condicionados, equipamentos de informática, mobiliário de escritório e veículos.

Foram favorecidos com os bens desfeitos Instituições beneficentes, de ensino, hospitalares, órgãos públicos Estaduais e Federais, entre outros.

PRINCIPAIS DESAFIOS

a) Adequação das ações às diretrizes de restrição orçamentária implementadas pelo governo federal;
b) Compatibilização da força de trabalho ao volume de atividades empreendidas;
c) Compatibilização dos mecanismos de gestão patrimonial às ferramentas disponibilizadas pelo novo sistema de gestão MPT-Cosmos;
d) Inclusão e conscientização dos usuários relativamente às diretrizes e responsabilidades inerentes à gestão patrimonial.

AÇÕES FUTURAS

a) Customização e melhorias dos Sistemas de Gestão Patrimonial (MPT-Cosmos/Almoxarifado/Patrimônio);
b) Aprimoramento das rotinas de gestão patrimonial;
c) Capacitação dos gestores;
d) Reformulação/atualização dos normativos internos;
e) Implementação de diretrizes relativas à centralização e compartilhamento de aquisições em âmbito nacional, com aperfeiçoamento de ações de racionalização dos recursos e governança das aquisições (Escritório de Planejamento das Aquisições, Plano Anual de Aquisições).
f) Concluir os processos de permutas iniciados ou em estudo, de acordo com a IN nº 3 da SPU, preferencialmente migrando para edificações modernas em que serviços de caráter permanente sejam compartilhados.
g) Individualização das responsabilidades patrimoniais por ilhas de trabalho.
h) Implantação do módulo de "atesto" de faturas nos sistemas de gestão patrimonial MPT-Cosmos/Almoxarifado/Patrimônio, em intercomunicação com o SIAFI.
i) Implementação das diretrizes do Plano Anual de Aquisições e Contratações.
j) Elaboração do Plano de Fiscalização de Contratos.

11.4 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Conformidade legal

- Resolução nº 102, de 23 de setembro de 2013, que disciplina no âmbito do Ministério Público Brasileiro, procedimentos relativos à contratação de soluções de Tecnologia da Informação, publicado no D.O.U, Seção 1, de 11/11/2013.
- Resolução nº 171, de 27 de junho de 2017, que institui a Política Nacional de Tecnologia da Informação do Ministério Público, publicado no Diário Eletrônico do CNMP, Caderno Processual, p.13-22, de 20/07/2017.
- Portaria nº 1418, de 19 de setembro de 2017, do Procurador-Geral do Trabalho, que institui o Sistema Integrado de Governança e Gestão Estratégica – SIGGE do Ministério Público do Trabalho, publicada no BS Especial 9-F 2017.
- Portaria nº 1314, de 22 de agosto de 2017, do Procurador-Geral do Trabalho, que institui o Regimento Interno Administrativo do Ministério Público do Trabalho, publicado no BS Especial 8-J 2017.

Modelo de governança de TI

O modelo de Governança de TI está definido dentro do contexto do Sistema Integrado de Governança e Gestão Estratégica – SIGGE do Ministério Público do Trabalho instituído pela Portaria nº 1418, de 19 de setembro de 2017, publicada no BS Especial 9-F 2017, do Procura-

dor-Geral do Trabalho, do qual faz parte o Comitê Estratégicos de Tecnologia da Informação que tem natureza consultiva, propositiva e deliberativa pertinente às políticas, às diretrizes, ao planejamento e às ações de governança corporativa de tecnologia da informação.

Adicionalmente, vinculados ao CETI há um Subcomitê de Governança Corporativa de Tecnologia da Informação – SGCTI, que atua como instância de assessoramento técnico ao CETI, e 25 Subcomitês Diretivos de Tecnologia da Informação – SDTI, que atuam como instância consultivas e diretivas das estratégias de TI na Procuradoria-Geral do Trabalho e nas Procuradorias Regionais do Trabalho.

Os dois principais artefatos do modelo de governança de tecnologia da informação do MPT são o Planejamento Estratégico de TI – PETI e o Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI.

O Planejamento Estratégico de TI - PETI do Ministério Público do Trabalho, para o período de 2016-2020, foi aprovado consoante Resolução CETI n.º 9/2016 e instituído e publicado pelo Procurador-Geral do Trabalho por meio da Portaria nº 347, de 16 de maio de 2016, publicada no BS Especial 05-2016.

Dentro do contexto da governança corporativa, os objetivos estratégicos do PETI/MPT estão organizados nas perspectivas de Valor ao MPT, do Cliente, dos Processos Internos e dos Recursos.

PERSPECTIVAS ESTRATÉGICAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Perspectiva	Índice	Sigla	Objetivo Estratégico
1. VALOR AO MPT	OE.1.1	OPA	Otimizar Processos Administrativos
	OE.1.2	OPF	Otimizar Processos Finalísticos
	OE.1.3	ASI	Garantir o Acesso Simplificado à Informação
	OE.1.4	REL	Promover Relações Institucionais Estratégicas para a Missão da TI
2. CLIENTE	OE.2.1	PPS	Gerenciar o portfólio de produtos e serviços de TI com eficiência
	OE.2.2	COM	Aprimorar a Comunicação Social
3. PROCESSOS INTERNOS	OE.3.1	GQS	Garantir, no Desenvolvimento das Soluções de TI (GQS), a conformidade em relação a padrões vigentes
	OE.3.2	BEG	Buscar a Excelência na Gestão de TI
	OE.3.3	GPE	Garantir Padrões de Excelência nos Serviços de TI
	OE.3.4	GSI	Garantir a Segurança da Informação
4. RECURSOS	OE.4.1	ITA	Garantir Infraestrutura em TI Adequada
	OE.4.2	EAD	Desenvolver Equipes de Alto Desempenho
	OE.4.3	UEO	Garantir o Uso Adequado e Eficiente do Orçamento em TI

Tabela 69 Perspectivas estratégicas de tecnologia da informação

Verifica-se que a maturidade em governança de TI do MPT cresceu significativamente nos últimos anos. Contudo, os instrumentos de governança aprovados impõem a condução de uma série de ações de TI, em âmbito nacional, a serem realizadas em tempo comparativamente exíguo a depender da quantidade de servidores de TI lotados nas unidades do MPT.

Considerando os desafios para 2019 - dos quais se destacam: gestão dos ativos, migração dos serviços do Datacenter, equipes descentralizadas, redução da equipe sem previsão de recomposição/crescimento, restrições orçamentárias e novas regras para sua execução, o Comitê Estratégico de TI aprovou o direcionamento das ações do Plano Diretivo de TI – PDTI com o foco em 4 grandes segmentos (com as respectivas siglas que serão utilizadas no restante do documento):

- Infraestrutura Nacional de TI (IN);
- Serviços e Sistemas (SS);
- Experiência do Usuário (EU);
- Processos e Padrões (PP).

Assim, por meio dessa orientação estratégica, foram definidas iniciativas prioritárias que precisam ser necessariamente conduzidas a fim de evitar riscos de indisponibilidade dos serviços e sistemas críticos de TI do MPT.

A execução das iniciativas é realizada através da formulação de projetos que compõem Business Case (Casos de Negócio), acompanhadas pela Assessoria de Gestão de Projetos Estratégicos de Tecnologia da Informação da DTI/PGT, que aloca tempestivamente servidores de TI a cada iniciativa no decorrer das atividades.

Um Business Case é uma descrição sucinta e objetiva que precede a criação do projeto por meio da análise do cenário de negócio, dos recursos, das restrições e riscos, da alocação de pessoal necessários e resultados com foco em valor para instituição. Assim, dos segmentos estratégicos definidos pelo CETI, construíram-se casos de negócio considerando: o cenário, objetivo, as hipóteses, restrições, requisitos, riscos, custos estimados e resultados esperados.

Portanto, as iniciativas em andamento se encontram organizadas em Casos de Negócio, gerenciados por responsáveis especificamente designados (Product Owner):

Segmento Estratégico 1 - Infraestrutura Nacional de TI (IN):	Segmento Estratégico 2 – Serviços e Sistemas (SS)
BC IN.01.2019: Migração de serviços para o novo Datacenter; BC IN.02.2019: Readequação do Backup; BC IN.03.2019: Monitoramento e Operações; BC IN.04.2019: Nuvem MPT;	BC SS.01.2019: MPTOrion; BC SS.02.2019: MentoRH – Mensageria/e-Social; BC SS.03.2019: Eleições; BC SS.04.2019: Portal;
BC IN.05.2019: DevOps; BC IN.06.2019: Migração de rede de navegação a Internet; BC IN.07.2019: Comunicação Unificada; BC IN.08.2019: Nova arquitetura da VPN; BC IN.09.2019: Nova arquitetura de logs e ativos de segurança; BC IN.10.2019: Readequação de arquitetura de banco de dados; BC IN.11.2019: Infraestrutura dos Cosmos BC IN.12.2019: Armazenamento de dados BC IN.13.2019: Acesso Seguro	BC SS.05.2019: Convênio MPT/ESMPU; BC SS.06.2019: Resolução CNMP nº 173; BC SS.07.2019: MentorRH – Férias Membros; BC SS.09.2019: MPT Busca; BC SS.10.2019: Sistema de Saúde.
Segmento Estratégico 3 - Experiência do Usuário (EU):	**Segmento Estratégico 4 - Processos e Padrões (PP):**
BC EU.01.2019: Redução do Outsourcing de Impressão; BC EU.02.2019: Licenciamento Microsoft para o usuário final; BC EU.03.2019: Inventário de Ativos de TI; BC EU.05.2019: Implantação de SLA no Atena; BC EU.06.2019: Mecanismos para Acesso Remoto;	BC PP.01.2019: Gestão de Ativos de TI; BC PP.02.2019: Gestão de Continuidade de TI; BC PP.03.2019: Gestão de Riscos de TI; BC PP.04.2019: Gestão de Mudanças de TI.
BC EU.07.2019: Implantação do Service Desk; BC EU.08.2019: Processos de Atualização do Windows/Office; BC EU.09.2019: Conformidade de Implantação de Equipamentos de Videoconferência; BC EU.10.2019: Repositório de Vídeos Institucionais; BC EU.11.2019: Autenticação no AD para computadores portáteis.	

Montante de recursos aplicados em TI

O montante de recursos aplicados em TI no exercício de 2019 foi de R$24.894.925,31 dividido conforme quadro ao lado.

RECURSOS APLICADOS EM TI

UNIDADE	CUSTEIO (EM R$)	INVESTIMENTO (EM R$)	TOTAL UNIDADE (EM R$)
PGT	R$ 17.588.537,73	R$ 5.737.367,61	R$ 23.325.905,34
PRT1	R$ 195.951,26	R$ 3.500,00	R$ 199.451,26
PRT2	R$ 78.227,47	R$ -	R$ 78.227,47
PRT3	R$ 204.409,45	R$ -	R$ 204.409,45
PRT4	R$ 55.813,93	R$ 47.630,47	R$ 103.444,40
PRT5	R$ 55.076,25	R$ -	R$ 55.076,25
PRT6	R$ 55.628,87	R$ -	R$ 55.628,87
PRT7	R$ 31.800,00	R$ -	R$ 31.800,00
PRT8	R$ 40.228,02	R$ 1.799,00	R$ 42.027,02
PRT9	R$ 75.493,92	R$ -	R$ 75.493,92
PRT10	R$ 60.849,40	R$ -	R$ 60.849,40
PRT11	R$ 45.224,13	R$ -	R$ 45.224,13
PRT12	R$ 56.162,57	R$ -	R$ 56.162,57
PRT13	R$ 52.392,47	R$ -	R$ 52.392,47
PRT14	R$ 10.214,85	R$ -	R$ 10.214,85
PRT15	R$ 136.417,77	R$ -	R$ 136.417,77
PRT16	R$ 53.008,55	R$ -	R$ 53.008,55
PRT17	R$ 59.356,75	R$ -	R$ 59.356,75
PRT18	R$ 15.469,14	R$ -	R$ 15.469,14
PRT19	R$ 20.186,93	R$ -	R$ 20.186,93
PRT20	R$ 6.318,88	R$ -	R$ 6.318,88
PRT21	R$ 51.772,68	R$ -	R$ 51.772,68
PRT22	R$ 23.400,17	R$ -	R$ 23.400,17
PRT23	R$ 47.577,87	R$ -	R$ 47.577,87
PRT24	R$ 85.109,17	R$ -	R$ 85.109,17
TOTAL	R$ 19.104.628,23	R$ 5.790.297,08	R$ 24.894.925,31

Tabela 70 Recursos aplicados em TI

Contratações mais relevantes de recursos de TI

Seguem, no quadro abaixo, a relação das contratações mais relevantes firmadas no exercício de 2019:

CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES

CONTRATO	OBJETO	VALOR	DESPESA	PROJETO
01/2019	Contratação de empresa para provimento de serviço de comunicação dedicado para acesso à Internet, de natureza continuada, para o Ministério Público do Trabalho.	R$ 4.899.984,36	Programa/Atividade 03.062.0581.4262.001 (Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário). Natureza: 33.90.40-13 e 33.90.40-21	BC IN.06.2019: Migração da rede de navegação.
28/2019	Contratação de empresa especializada no fornecimento de equipamentos ultraportáteis, Ultrabooks, com garantia de 48 meses, com entrega, garantia e suporte técnico on-line.	R$ 4.080.000,00	Programa/Atividade 03.062.0581.4262.001 (Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário). Natureza: 44.90.52-41	Ação Remanescente do PDTI 2016/2018
37/2019	Contratação de empresa especializada no fornecimento de itens para solução de backup, incluindo garantia e seuporte técnico pelo período de 60 (sessenta) meses para os equipamentos: 180 cartuchos LTO-7 e 418 cartuchos de fita LTO-8.	R$ 539.549,82	Programa/Atividade 03.062.0581.4262.001 (Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário). Natureza: 33.90.30-17	A18.9 Executar aquisições periódicas de equipamentos para usuário final, buscando uniformizar e manter padrões mínimos, de acordo com necessidades institucionais.
38/2019	Contratação de empresa especializada no fornecimento de itens para solução de backup, incluindo garantia e suporte técnico pelo período de 60 (sessenta) meses para os equipamentos: 06 servidores de backup.	R$ 179.627,34	Programa/Atividade 03.062.0581.4262.001 (Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário). Natureza: 44.90.52-43	BC IN.02.2019: Readequação do Backup
39/2019	Contratação de empresa especializada no fornecimento de itens para solução de backup, incluindo garantia e seuporte técnico pelo período de 60 (sessenta) meses para os equipamentos: 02 Tape Library Modular e 09 expansões para Tape Library.	R$ 640.000,00	Programa/Atividade 03.062.0581.4262.001 (Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário). Natureza: 44.90.52-43	BC IN.02.2019: Readequação do Backup
43/2019	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção e suporte técnico on-site para soluções BIG-IP F5, atualização, ampliação e serviços técnicos especializados nesta solução, para atender as necessidades da Procuradoria Geral do Trabalho.	R$ 398.134,50	Programa/Atividade 03.062.0581.4262.001 (Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário). Natureza: 33.90.40-07 e 44.90.40-05	BC IN.02.2019: Readequação do Backup
45/2019	Contratação de empresa especializada no fornecimento de itens para solução de backup, incluindo garantia e seuporte técnico pelo período de 60 (sessenta) meses para os equipamentos: 02 Tape Library.	R$ 132.718,92	Programa/Atividade 03.062.0581.4262.001 (Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário). Natureza: 44.90.52-43	BC IN.13.2019 Acesso Seguro

47/2019	Contratação de empresa especializada para fornecimento de subscrições de suporte técnico e atualização de versões para ferramentas VMware, via registro de preços, para atender as necessidades da Procuradoria Geral do Trabalho.	R$ 866.371,92	Programa/Atividade 03.062.0581.4262.001 (Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário). Natureza: 33.90.40-07	BC IN.02.2019: Readequação do Backup
48/2019	Contratação de empresa especializada para fornecimento de subscrições de suporte técnico e atualização de versões para ferramentas VMware, via registro de preços, para atender as necessidades da Procuradoria Geral do Trabalho.	R$ 52.538,72	Programa/Atividade 03.062.0581.4262.001 (Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário). Natureza: 33.90.40-07	BC EU.06.2019: VDI
49/2019	Contratação de empresa especializada para fornecimento de subscrições de suporte técnico e atualização de versões para ferramentas VMware, via registro de preços, para atender as necessidades da Procuradoria Geral do Trabalho.	R$ 192.735,38	Programa/Atividade 03.062.0581.4262.001 (Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário). Natureza: 33.90.40-07	BC EU.06.2019: VDI
50/2019	Contratação de empresa especializada no fornecimento de itens para solução de backup, incluindo garantia e seuporte técnico pelo período de 60 (sessenta) meses para os equipamentos: 01 Tape Library.	R$ 66.359,46	Programa/Atividade 03.062.0581.4262.001 (Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário). Natureza: 44.90.52-43	BC EU.06.2019: VDI

Tabela 71 Contratações mais relevantes

Principais iniciativas (sistemas e projetos) e resultados na área de TI por cadeia de valor

A relação das iniciativas está organizada com os pricipais casos de negócio concluídos em 2019:

BC IN.01.2019: MIGRAÇÃO DE SERVIÇOS DO DATACENTER

Cenário: Em janeiro de 2019 encerrou-se o Contrato 05/2014, celebrado entre a Procuradoria Geral do Trabalho (PGT) e a Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A (Embratel).
Para continuidade dos serviços prestados e expansão da solução, foram realizadas licitação Pregão Eletrônico 46/2018 (Rede MPT - equivalente ao grupo 01 do contrato anterior) e Pregão Eletrônico 45/2018 (Serviços de Datacenter - equivalente aos grupos 02 e 03 do contrato anterior). Como resultado da licitação dos serviços de Datacenter, celebrou-se o Contrato 78/2018 com a Primesys (empresa do mesmo grupo da Embratel). Este contrato representa a continuidade dos serviços de TIC de todo o MPT.
Buscando um planejamento, com base nos diferentes cenários de mudança, e mitigação dos riscos de indisponibilidade ou perda de informações durante a transição de contratos/serviços, foi criado o Business Case de migração de serviços do Datacenter.
Resultado: Migração dos serviços de comunicação de dados entre as unidades regionais do MPT e dos serviços de Datacentet de forma planejada e sem prejuízo da disponibilidade das serviços e sistema de TI tanto para membros e servidores quanto para público externo.

BC IN.06.2019: MIGRAÇÃO DA REDE DE NAVEGAÇÃO.

Cenário: Desde 2015, o MPT conta com os serviços de rede de acesso à internet na PGT e em todas as PRT, através de contrato com a Telebrás. No entanto, ao longo da vigência do contrato houve uma série de entraves e dificuldades na execução dos serviços, o que levou a DTI a conduzir novo processo licitatório. Em Janeiro de 2019, foi finalizada a contratação de nova rede de navegação. O novo contrato proporcionou a flexibilização da banda de dados dos enlaces secundários, otimização dos serviços de gerência de redes, otimização da banda de dados com mecanismos de QoS e balanceamento de tráfego e qualidade da banda de dados com mais estabilidade no acesso, contingência para os acessos aos serviços corporativos do MPT entre outros requisitos.
Foi então emitida ordem de serviço para instalação dos novos links em todas as regionais e na PGT. O processo de migração do link anteriormente fornecido pela OI requer uma série de etapas, como configuração do firewall da localidade, testes de velocidade, desativação do link antigo além de todos os ritos administrativos inerentes ao processo de contratação. Buscando um planejamento, com base nos diferentes cenários de mudança, e mitigação dos riscos de indisponibilidade ou perda de informações durante a transição de contratos/serviços, foi criado o Business Case de migração da rede de navegação.
Resultado: Migração dos links de acesso à Internet do contrato antigo (51/2015) para o novo (01/2019).

BC IN.02.2019: READEQUAÇÃO DO BACKUP

Cenário: Considerando que a atuação do MPT depende fortemente de informações presentes em meios digitais, o backup tem papel estratégico por se tratar de um mecanismo para assegurar a disponibilidade dos dados hospedados na infraestrutura do MPT, sendo instrumento importante na continuidade do negócio. A estrutura do backup pode ser analisada por 3 óticas: sistema, infraestrutura e política.

Em relação ao sistema, a aquisição do sistema de backup corporativo, denominado Commvault, em 2016, possibilitou ao MPT projetar uma solução de backup integrada nacionalmente, incluindo os sites primários do MPT (PGT e 24 PRTs) e o datacenter primário (Embratel), permitindo administrar planos padronizados de backup com intuito de promover a continuidade plena dos serviços. Embora a solução tenha sido adquirida para operar em contexto nacional, até o presente momento há unidades que utilizam a solução anterior, já sem suporte.

Já em relação à infraestrutura de backup, contemplando equipamento servidor, tape library e fitas LTO disponíveis em cada um dos sites, conta com soluções de diferentes fabricantes, adquiridas ao longo dos anos, resultando em um ambiente heterogêneo em regionais, com garantia já expirada.

No que se refere à política, não existe atualmente política de backup definida e implementada. Assim, a realização do backup não segue padronização em relação a quantidade e qualidade dos dados a serem mantidos, tempo de retenção, tempo de recovery, tipo de backup realizado e etc.

Por fim, a replicação do backup de dados críticos do Datacenter Primário é feita na PGT, prevendo um cenário de Disaster Recovery. Atualmente essa replicação é feita parcialmente devido a limitação da velocidade do link da PGT.

Todos os pontos elencados acima diminuem a efetividade do backup atualmente realizado. Assim, é necessário concentrar esforços no sentido de implantar melhorias em cada uma destas áreas para um backup plenamente operacional, que possibilite a salvaguarda dos dados necessários à instituição.

Resultado: Aquisição e operacionalizar procedimentos de backup no MPT de forma a assegurar a disponibilidade da informação e a continuidade do negócio.

BC EU.06.2019: VDI

Cenário: Após grandes avanços na digitalização de sistemas, o MPT vem quebrando paradigmas e inovando nas formas de trabalho. Atualmente o público interno da organização (membros, servidores, colaboradores, estagiários, etc) estão demanda por acessos aos sistemas de uma forma mais rápids, segura e sem limitações territoriais (Anywhere), inclusive fora da rede privada do MPT. Nos últimos anos a ferramenta VPN foi disponibilizada exclusiva para Membros, sendo a principal forma de acesso aos sistemas fora da rede MPT. Em 2016 foi implementado uma nova forma de acesso externo. Através de um Gateway era possível acessar remotamente as estações de trabalho dentro da rede MPT, porém a solução de Gateway foi descontinuada devido a riscos de segurança. Ainda em 2016 teve inicio um segundo projeto de acesso externo, utilizando-se de uma ferramenta de Desktop virtual, foi disponibilizado a solução de teletrabalho para todo o MPT. Em 2017 houve a expansão da solução, que trouxe melhorias na performance do ambiente e permitiu a inclusão de mais usuários, tornando-se a principal forma de acesso do MPT. Continuando o ciclo de inovação para acesso remoto, em 2018, foi construida uma nova solução de acesso (proxy web reverso). Apesar de não permitir experiência tão rica quanto o teletrabalho, o proxy web reverso não depende de cliente ou configurações prévias para acesso. Além da simplicidade, esta solução possui o melhor desempenho de acesso aos sistemas e possibilita a responsabilidade das aplicações.

Resultado: Consolidação, ampliação e melhoria da solução Horizon como ferramenta de teletrabalho do MPT, através da implantação de melhorias e customizações voltadas para experiência do usuário, independente do local de acesso.

Ampliar e melhorar a solução de Proxy Web Reverso, para possibilitar aos usuários do MPT um acesso rápido, responsivo e seguro através de um portal WEB, sem a necessidade previa de instalação ou configuração de softwares.

BC IN.13.2019: ACESSO SEGURO

Cenário: O acesso da aos serviços do MPT disponibilizados para a Internet, dos quais se destacam o Peticionamento Eletrônico e o Portal MPT, devem atender aos requisitos de disponibilidade e de segurança. Para o primeiro, a solução técnica é duplicar os recursos computacionais com o balanceamento de carga entre as unidades; para o seguindo, é adicionar uma camada de preteção contra acessos indevidos.

Resultado: Garantir a disponibilidade dos serviços do MPT disponíveis na internet e da segurança da informação.

BC IN.12.2019: ARMAZENAMENTO DE DADOS

Cenário: Espaço para armazenar e manter dados digitais é uma necessidade permanente no escopo dos serviços da Tecnologia da Informação de uma entidade. No MPT não é diferente, sempre houve a necessidade de armazenamentos de dados, seja os dados dos usuários ou os dados dos sistemas. Ao longo dos anos, sempre houve aquisições e projetos com fins a atender a essa demanda de armazenamento do órgão. Nos últimos 4 anos, com a digitalização de processos e a criação de novos sistemas para atender demandas internas e externas do órgão, requereu-se enorme expansão da infraestrutura de armazenamento de dados. Atualmente, o órgão encontra-se com deficiência na capacidade de armazenamento de dados do parque de TI do MPT, em especial, no Datacenter MPT em SP. Este já está operando no limite de sua capacidade com mais 75% de seu espaço comprometido com a ocupação de dados e com seus equipamentos operando com alto consumo de memória, CPU e latência de disco. Assim, agora é o momento de efetuar novas aquisições para ampliar a capacidade de armazenamento de dados do Datacenter MPT. Porém, nos últimos anos, o orçamento da TI/MPT sofreu diversas reduções que impactaram em suas aquisições. Especialmente no ano de 2019 e 2020, o impacto orçamentário será drástico aos projetos de TI do órgão. Tendo em vista essa restrição orçamentária e a necessidade de aumentar a capacidade de armazenamento do órgão, faz-se necessário implementar uma nova aquisição de uma solução de armazenamento de dados que atenda a requisitos de economicidade, desempenho e eficácia.

Resultado: Provimento de uma infraestrutura de armazenamento sustentável, ao longo dos próximos 5 anos, adaptada às necessidades tecnológicas atuais e que seja robusta e eficaz. A nova solução de armazenamento atende aos requisitos como versatilidade, economicidade, resiliência e alta qualidade como plataforma operaciona para aplicações disponíveis aos seus usuários internos e à sociedade.

BC SS.03.2019: ELEIÇÕES

Cenário: Com a implementação do novo sistema de Eleições do MPT (https://mpteleicoes.mpt.mp.br/login/) o processo de votação do MPT ficou moderno e rápido, pois foi eliminada a necessidade de mesários para a composição das equipes para a realização das Eleições. Antigamente, era necessária a disponibilização de vários servidores para realização de uma Eleição, o que tornava todo o processo bastante burocrático.

Com o atual sistema de Eleição, a configuração de uma Eleição é bastante simples e transparente e o processo de votação, abertura, encerramento e publicação dos resultados totalmente automatizados.

No entanto, e já com a finalidade de realizar a Eleição para PGT que se avizinha, o MPTEleições passará por uma série de atualizações, tanto na parte de segurança da aplicação, quanto na infraestrutura que abriga o sistema.

Dessa forma, com o desenvolvimento de novas funcionalidades administrativas no sistema, bem como o incremento da segurança da aplicação, poderemos garantir que, não só o Pleito para Eleições PGT em Agosto ocorra de forma satisfatória, mas também todas as outras Eleições do MPT.

Resultado: Entrega do sistema MPTEleições para as Eleições PGT com novas funcionalidades administrativas e incremento da segurança da aplicação.

11.5 SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

A gestão da segurança da informação segue o modelo definido pela ISO/IEC 27.000 (Information Technology - Security Techniques - Information Security Management Systems - Overview and Vocabulary) do qual se destacam a ABNT/NBR ISO/IEC 27.001 (Tecnologia da Informação - Técnicas de Segurança - Sistema de Gestão da Segurança da Informação – Requisitos) e ABNT/NBR ISO/IEC 27.002 (Tecnologia da Informação - Técnicas de Segurança - Código de Prática para Controles de Segurança da Informação).

Nesse contexto, a Política Nacional de Segurança da Informação do Ministério Público do Trabalho, instituída pela Resolução CETI nº 4, de 7 de março de 2016, publicada na página 7 do BS ESPECIAL 04-A 2016, que define as diretrizes para as principais ações de segurança da informação conforme os controles definidos na ABNT/NBR ISO/IEC 27.002.

Em nível tático, as diretrizes da política nacional são desdobradas em normas específicas por meio de resoluções do CETI:

Resolução CETI nº 5, de 7 de março de 2016, publicada na página 10 do BS ESPECIAL 04-A 2016, que disciplina o uso de recursos de Tecnologia da Informação no Ministério Público do Trabalho conforme diretrizes da Política Nacional de Segurança da Informação.

Resolução CETI nº6, de 7 de março de 2016, publicada na página 13 do BS ESPECIAL 04-A 2016, que estabelece metas e estrutura para a gestão da Continuidade de Serviços de Tecnologia da Informação no Ministério Público do Trabalho conforme diretrizes da Política Nacional de Segurança da Informação.

Resolução CETI nº 8, de 3 de maio de 2016, publicada no BS ESPECIAL 05-F 2016, que institui a política e macroprocesso de gerenciamento de riscos TI do Ministério Público do Trabalho.

Resolução CETI nº 14, de 8 de junho de 2017, publicada na página 2, do BS ESPECIAL 6-C 2017, que estabelece medidas complementares a serem adotadas pelos Subcomitês Diretivos de Tecnologia da Informação quanto ao mapeamento de riscos em datacenters e instalações computacionais.

Resolução CETI nº 16, de 13 de setembro de 2017, publicada na página 2, do BS ESPECIAL 9-D 2017, que define um modelo para planejamento e desenvolvimento dos Planos de Continuidade de Serviços de Tecnologia da Informação.

Principais desafios e ações futuras

A Tecnologia da Informação no MPT tem como principal objetivo para 2020 a redução do esforço dispendido na aquisição, manutenção e sustentação de serviços básicos de TI considerados "comodities" (à exemplo de conectividade de rede, wifi, infraestrutura de

datacenter, diretório, correio eletrônico, telefonia, atendimento ao usuário e outros serviços correlatos). Busca-se racionalizar a utilização dos talentos humanos disponíveis para promover de forma mais direta ações de TI que beneficiem mais diretamente a atuação institucional do órgão, à exemplo de projetos relacionados com ciência de dados, aprendizado de máquina, transformação digital e outras vertentes de inovação. Para tal, o principal desafio é concentrar esforços para adiantar a realização das principais licitações de bens comuns de serviços de TI para o primeiro quadrimestre do exercício, de modo a desonerar a equipe para projetos de inovação no restante do ano.

Para viabilizar esta estratégia, será conduzida a revisão do Planejamento Estratégico de TI – PETI do MPT, à luz do novo Planejamento Estratégico Institucional onde a inovação em TI é uma das ações estratégicas. Em seguida, as iniciativas estratégicas serão desdobradas em uma nova versão do Plano Diretor de TI PDTI, com vigência até Agosto/2021.

11.6 GESTÃO DE PESSOAS

A área de gestão de pessoas do MPT é responsável por administrar a vida funcional de 6.015 pessoas, dentre membros, servidores, estagiários e pensionistas. A unidade central localiza-se em Brasília, na Procuradoria Geral do Trabalho e as demais estão nas unidades descentralizadas nas 24 unidades regionais do MPT.

As atribuições desta área vão desde o ingresso do servidor até à aposentadoria, passando por atividades de legislação, pagamento e desenvolvimento de pessoas.

Essas atividades serão expostas adiante.

Conformidade Legal

O Ministério Público do Trabalho na gestão legal de seus servidores segue as diretrizes estabelecidas pela Lei 8.112/90, pelos Acórdãos oriundos do Tribunal de Contas da União, pelas recomendações emitidas pelo Conselho Nacional do Ministério Público(CNMP), pelas orientações do controle interno do MPU (AUDIN) e, por fim, pelas Portarias publicadas pelo Ministério Público da União (MPU).

Apontamentos dos Órgãos de Controle

Somado a isso, o Ministério Público do Trabalho utiliza como ferramenta para realizar a conformidade legal, o sistema e-pessoal do Tribunal de Contas da União. Eventuais inconsistências constatadas em auditorias são encaminhadas ao órgão de origem para averiguação.

- Diligências recebidas em 2019: 109
- Diligências Atendidas: 100

Dentre os apontamentos mais comuns estão:

- PARCELA INCOMPATÍVEL COM SUBSÍDIO;
- DESCUMPRIMENTO DE JORNADA DE TRABALHO;
- ACUMULAÇÃO IRREGULAR DE CARGOS;
- AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO PAGO EM DUPLICIDADE;

Avaliação da Força de Trabalho do MPT

A força de trabalho no Ministério Público do Trabalho é composta por três carreiras distintas: Membros do MPT, Analistas do MPU e Técnicos do MPU.

Aos membros do MPT competem, entre outros, promover as ações judiciais, no âmbito da Justiça do Trabalho, além da atuação extrajudicial para defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados direitos sociais constitucionalmente garantidos aos trabalhadores.

Aos Analistas e Técnicos do MPT competem prestar apoio aos procuradores nessas atribuições constitucionalmente definidas, tanto na área administrativa quanto na finalística. Todos ingressam por meio de concurso público no órgão.

Em termos quantitativos, essa força de trabalho divide-se em 772 membros ativos, 1.283 Analistas e 1.744 Técnicos, totalizando 3.799 ativos.

COMPOSIÇÃO FORÇA DE TRABALHO DO MPT

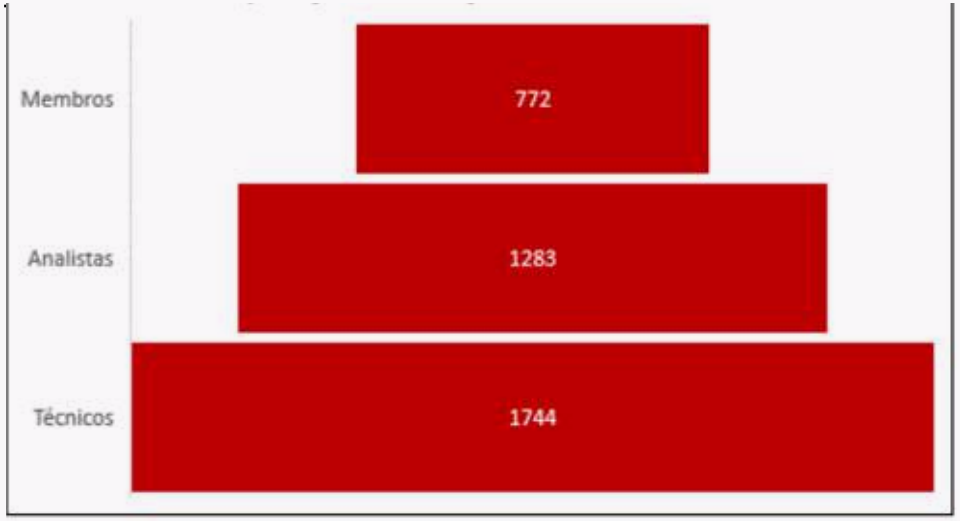


Gráfico 69 Composição força de trabalho do MPT

Outro aspecto a ser analisado, é a estrutura remuneratória de cada uma das carreiras, conforme demonstra o gráfico abaixo:

FAIXA SALARIAL MEMBROS DO MPT

Gráfico 70 Faixa salarial membros do MPT

FAIXA SALARIAL SERVIDORES DO MPT

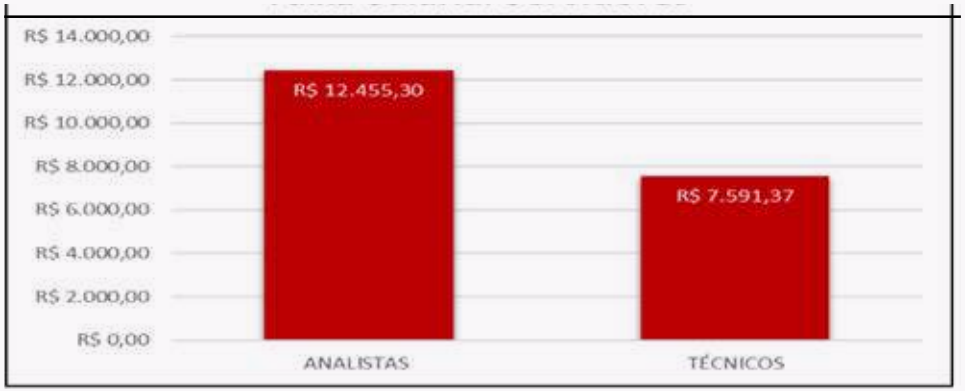


Gráfico 72 Faixa salarial servidores do MPT

Faixa Etária de Membros e Servidores

Ao analisar-se os dados, verifica-se que a força de trabalho no MPT é relativamente jovem e não há riscos, a curto prazo, de considerável perda de mão-de-obra em virtude de aposentadorias. Isso deve-se à política de ingresso permanente na organização. Periodicamente, a cada 2 ou 4 anos, o MPU realiza concurso público para captação de novos servidores nos diversos cargos. Tal constatação verifica-se igualmente no que concerne aos membros.

FAIXA ETÁRIA DOS SERVIDORES

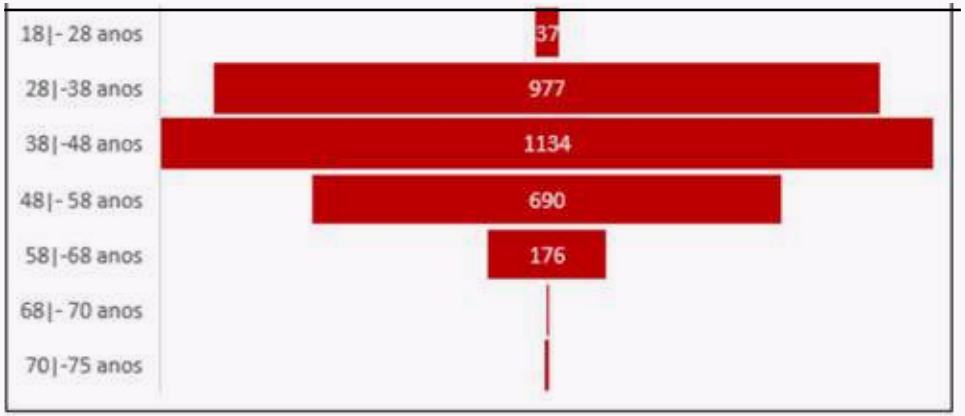


Gráfico 71 Faixa etária dos servidores

FAIXA ETÁRIA DOS MEMBROS

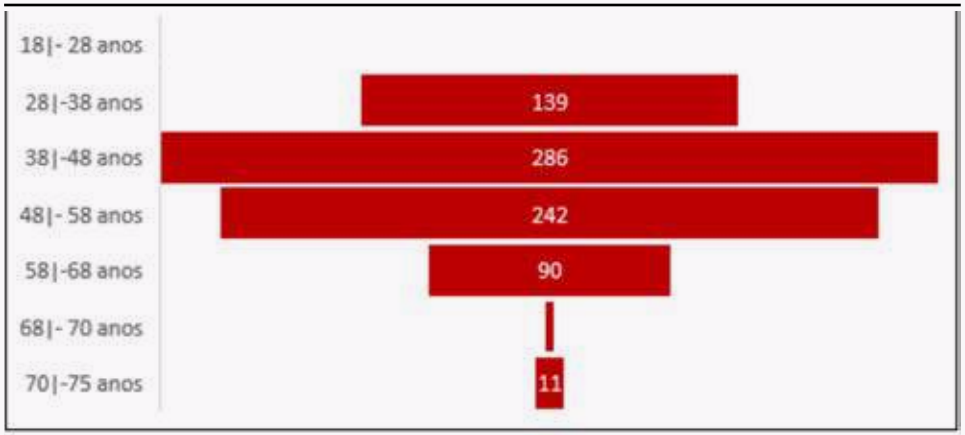


Gráfico 75 Faixa etária dos membros

Avaliação da Força de Trabalho dos Membros do MPT

A carreira dos membros do MPT é constituída pelos cargos de Subprocurador-Geral do Trabalho, Procurador Regional do Trabalho e Procurador do Trabalho. O cargo inicial da carreira é o de Procurador do Trabalho e o do último nível o de Subprocurador-Geral do Trabalho. Os membros são regidos pela Lei Complementar nº 75/1993.

Com o objetivo de traçar o perfil sociodemográfico dos procuradores que compõem o MPT, serão descritos dados tais como idade, gênero, etnia e pessoas com deficiência.

Distribuição da carreira dos Membros do MPT

Dos 772 membros ativos no MPT, 36 São Subprocuradores do Trabalho; 122 Procuradores Regionais do Trabalho e 614 Procuradores do Trabalho.

DISTRIBUIÇÃO DA CARREIRA DOS MEMBROS DO MPT

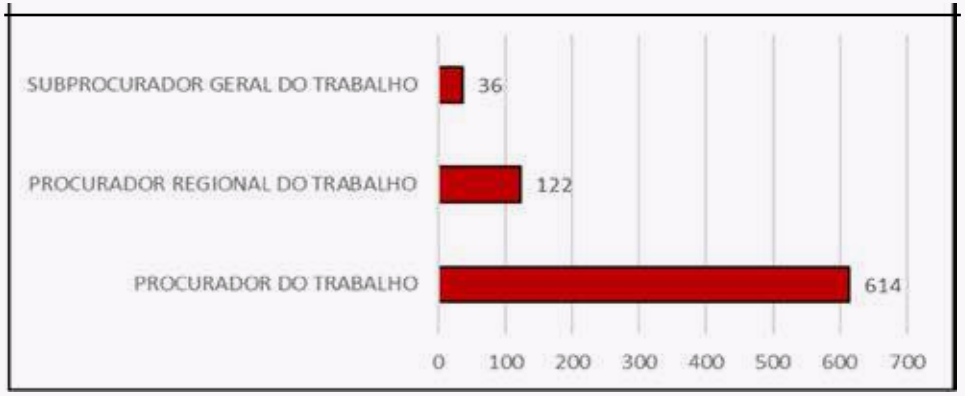


Gráfico 73 Distribuição da carreira dos membros do MPT

Distribuição dos Membros do MPT por gênero

Dos 772 membros ativos no MPT, 393 são mulheres e 379 homens.

DISTRIBUIÇÃO DOS MEMBROS DO MPT POR GÊNERO

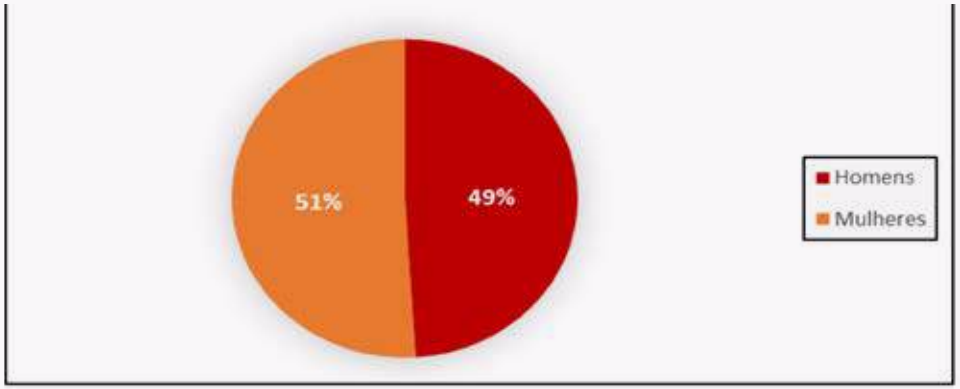


Gráfico 74 Distribuição dos membros do MPT por gênero

Distribuição dos Membros do MPT por etnia

Dos 772 membros ativos no MPT, 522 declaram-se brancos; 115, pardos; 8, pretos; 8, amarelos e, por fim, 119 não informaram.

DISTRIBUIÇÃO DOS MEMBROS DO MPT POR ETNIA

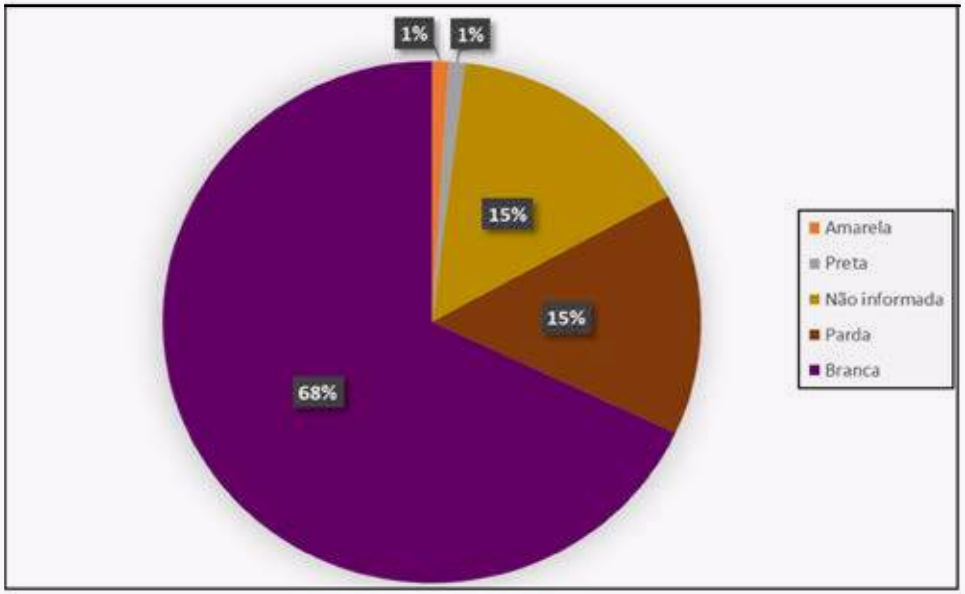


Gráfico 76 Distribuição dos membros do MPT por etnia

Avaliação da Força de Trabalho dos Servidores do MPT

Os Analistas e Técnicos do MPU, que são regidos pela Lei nº 8.112/1990, são de forma geral, denominados como "servidores". Ingressam no MPU, por meio de um concurso unificado, realizado e organizado pelo Ministério Público Federal, e quando da nomeação são distribuídos conforme o quantitativo de vagas disponíveis em cada ramo.

O cargo de Analista tem como pré-requisito para ingresso a conclusão de nível superior e o de Técnico, 2º grau completo. No entanto, grande parte dos Técnicos do MPU possuem graduação completa.

Com o objetivo de traçar o perfil sociodemográfico dos servidores que compõem o MPT, serão descritos dados tais gênero, etnia e pessoas com deficiência.

Distribuição dos Servidores do MPT por gênero

Dos 3.027 servidores ativos, 1.677 são homens e 1.350 são mulheres.

DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES DO MPT POR GÊNERO

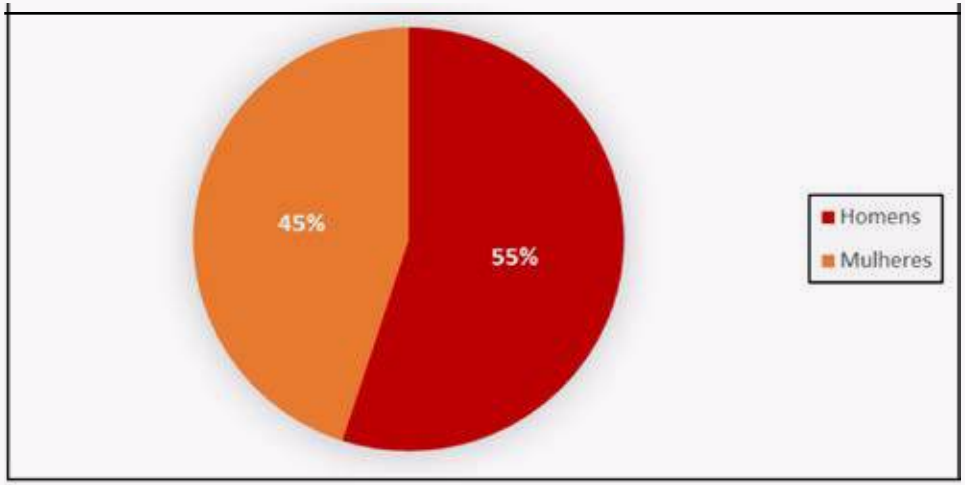


Gráfico 77 Distribuição dos servidores do MPT por gênero

Distribuição dos Servidores do MPT por etnia

Dos 3.027 servidores ativos, 1.720 declaram-se brancos; 709, pardos; 108, pretos; 65, amarelos e 425, não informaram

DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES DO MPT POR ETNIA

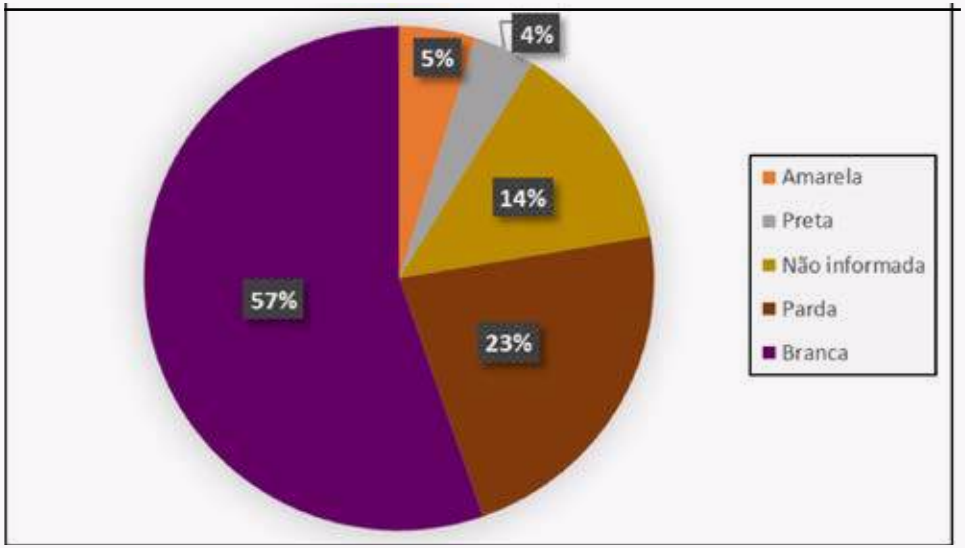


Gráfico 78 Distribuição dos servidores do MPT por etnia

Distribuição de Pessoas com Deficiência no Quadro Pessoal

Dos 3.027 servidores ativos, 128 servidores são pessoas com deficiência.

Evolução do quadro de servidores do MPT

Com a publicação da Lei nº 12.321/2010, que aprovou o ingresso de novos servidores no MPU a força de trabalho do MPT foi reforçada, conforme quadro abaixo:

EVOLUÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL 2014-2019

ANO	ESTAGIÁRIOS	MEMBROS	PESSOAS SEM VÍNCULO	QUADRO DE PESSOAL	REQUISITADOS
2014	861	759	199	2772	422
2015	834	758	275	2994	385
2016	312	782	279	2960	375
2017	**762**	**773**	**328**	**3049**	**361**
2018	**681**	**782**	**343**	**3017**	**341**
2019	**666**	**772**	**352**	**3027**	**306**

Tabela 72 Evolução do quadro de pessoal 2014-2019

DISTRIBUIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

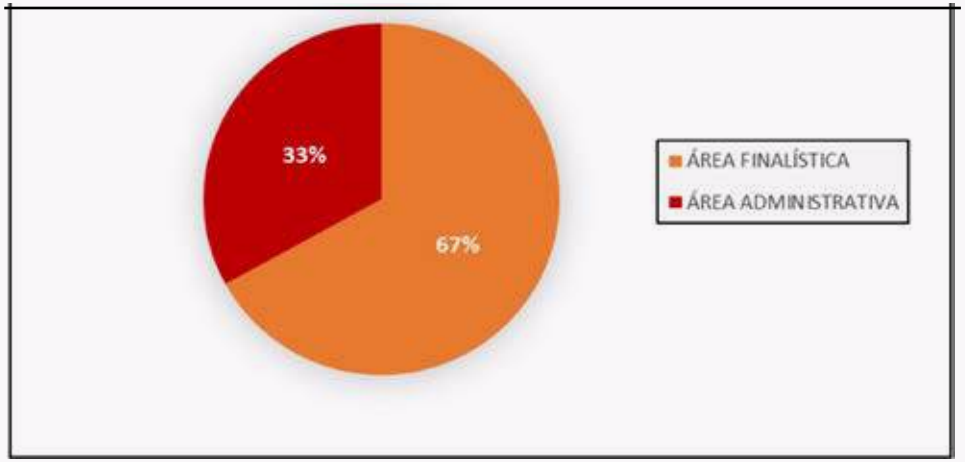


Gráfico 79 Distribuição da força de trabalho

DISTRIBUIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO POR SITUAÇÃO FUNCIONAL

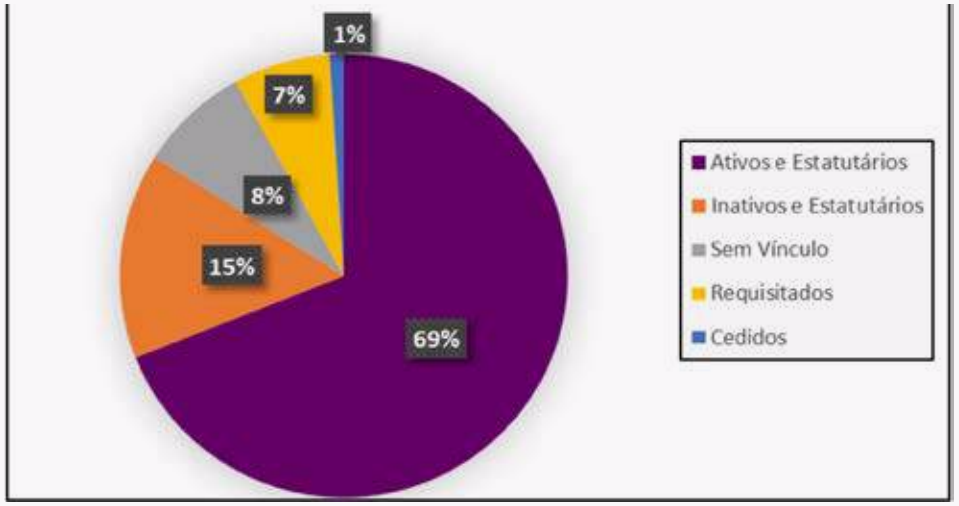


Gráfico 80 Distribuição da força de trabalho por situação funcional

Detalhamento da Despesa de Pessoal

Financeiramente, os principais eventos que impactaram a folha de pagamento do Ministério Público do Trabalho foram:

1.No período de julho de 2016 a janeiro de 2019 houve aplicação da Lei 13.316/2016, aplicada em parcelas semestrais, que modificou a remuneração dos servidores do Ministério Público da União. Também foram modificados, pela mesma lei, os valores pagos em retribuição pelo exercício de cargos comissionado, sendo a aplicação dessa modificação aplicada integralmente no exercício de 2016.

2.A partir de janeiro de 2019 passou a vigorar a Lei nº 13.753/2018, que modificou o valor do subsídio do Procurador-Geral da República, fazendo com que o valor do subsídio passasse de R$ 33.763,00 (trinta e três mil e setecentos e sessenta e três reais) para R$ 39.293,32 (trinta e nove mil, duzentos e noventa e três reais e trinta e dois centavos) – variação de 16,38%. Esse mesmo percentual foi, por força da lei que rege a carreira de membros do Ministério Público da União, aplicado a todos os membros que compõem a carreira de membro do Ministério Público do Trabalho, incluindo aposentados e pensionistas, gerando um impacto considerável na folha de pagamento do órgão.

3.Por conta da vigência da nova Lei que atualizou os subsídios dos membros do Ministério Público do Trabalho e, também, com implementação da última parcela da Lei que alterou os valores da remuneração dos Servidores, verifica-se facilmente que houve um aumento considerável na folha entre os anos de 2018 e 2019.

4.Embora existam algumas oscilações entre um exercício e outro, o crescimento permanece linear e de acordo com os novos valores implementados, mesmo que ocorram alguns fatores pontuais por conta da remoção entre os ramos do MPU

EVOLUÇÃO DOS GASTOS COM PESSOAL ATIVO-INATIVO 2014-2019

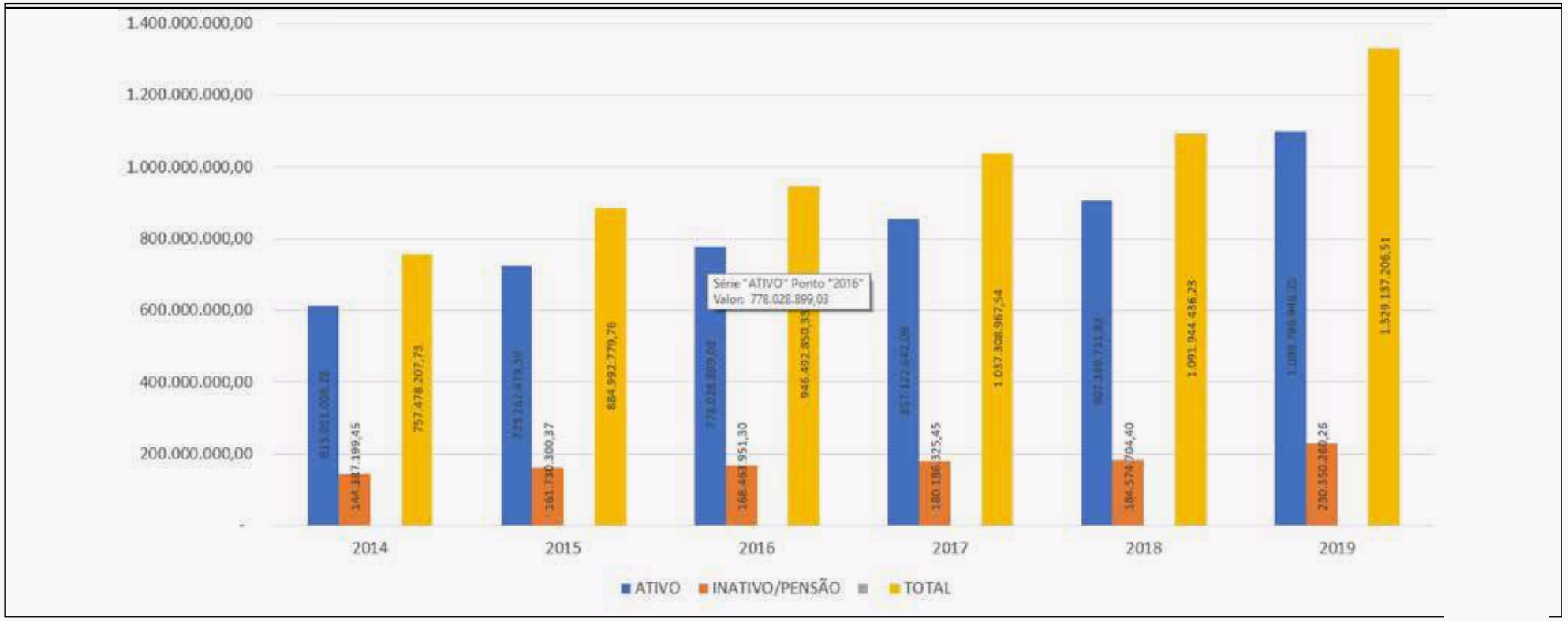


Gráfico 81 Evolução dos gastos com pessoal ativo-inativo 2014-2019

EVOLUÇÃO DO EFETIVO ATIVO-INATIVO PENSÃO 2014-2019

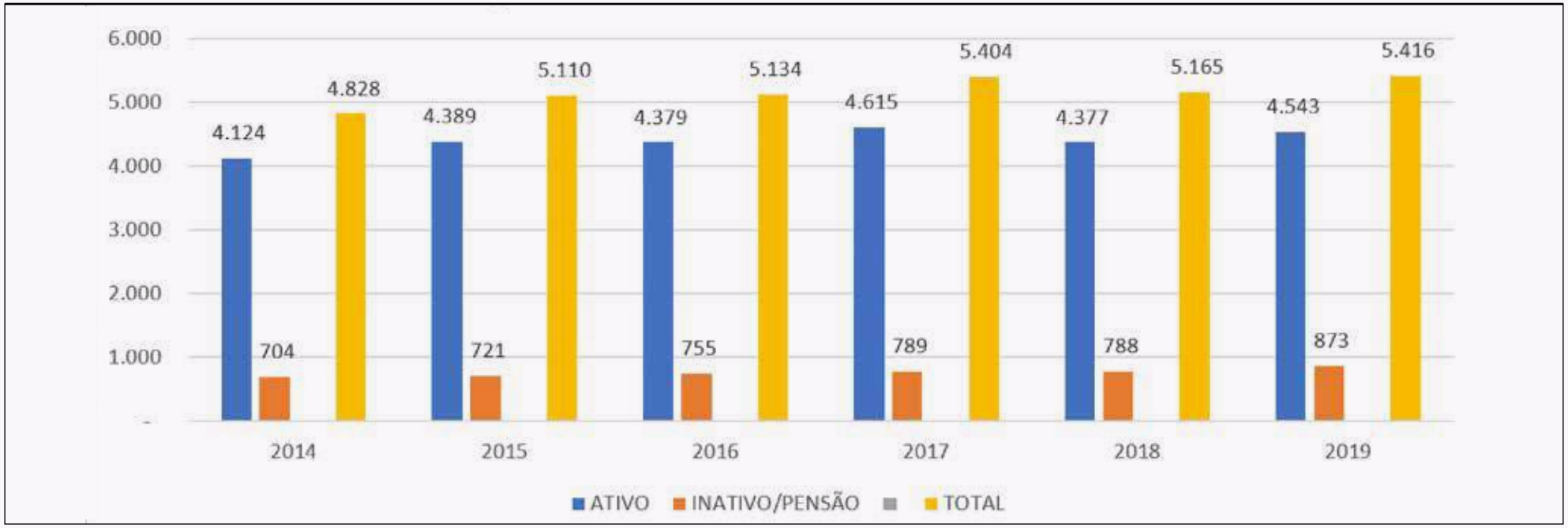


Gráfico 82 Evolução do efetivo ativo-inativo pensão 2014-2019

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO, REMUNERAÇÃO E MERITOCRACIA

O desempenho dos servidores que ocupam cargo de técnico e analista do Ministério Público da União- MPU é apurado anualmente por meio da Avaliação de Desempenho Funcional com base nas Portarias MPU nº 298/2003 e 288/2007.

A partir de 2017 o Ministério Público do Trabalho - MPT passou operacionalizar a avaliação de desempenho por meio do Sistema de Avaliação na plataforma do DRH-On Line, o que gerou economia de recursos e celeridade no processo.

A Avaliação de Desempenho Funcional – ADF subsidia a progressão/promoção dos servidores na carreira do MPU.

A carreira de Técnico e Analista do MPU é composta por três classes que evoluem ao longo de treze padrões. Ao ingressar no órgão, o servidor ocupa a Classe A, Padrão 1. A cada ano, após resultado da avaliação funcional, faz jus à progressão funcional. Por outro lado, as promoções ocorrem em dois momentos: da Classe A/Padrão 3, para Classe B/Padrão 4 e da Classe B/Padrão 8 para Classe C/Padrão 9.

As avaliações têm impacto financeiro na progressão e promoção funcional dos servidores que estejam nos padrões 1 a 12. Para a progressão é necessário nota igual ou superior a 3,8 de um total de 5 pontos. Para a promoção, além da nota, são necessárias, no mínimo, 100 (cem) horas em cursos de capacitação. Estão dispensados da avaliação de desempenho apenas os servidores que possuem cargo em comissão CC2 ou superior.

As ADFs se baseiam nos seguintes critérios:

- Relacionamento Profissional e Humano;
- Capacidade Técnica;
- Iniciativa e Comprometimento com o Trabalho, e
- Responsabilidade.

Em 2019, no MPT foram avaliados 2.654 (dois mil, seiscentos e ciquenta e quatro) servidores. Desse quantitativo, 997 (novecentos e noventa e sete) foram avaliados no primeiro semestre e 1657 (mil, seiscentos e cinquenta e sete) no segundo semestre.

Avaliação de Desempenho:

- Servidores Avaliados: 2.654
- Pedidos de reconsideração: 7
- Recursos: 4

PROGRESSÃO FUNCIONAL

A progressão/promoção funcional é realizada em dois momentos. No mês de março são avaliados os servidores que entraram em exercício no Ministério Público da União (MPU) no 1º semestre (de 1º de janeiro a 30 de junho) e em setembro os que entraram em exercício no MPU no 2º semestre (de 1º de julho a 31 de dezembro).

Dos 997 (novecentos e noventa e sete) servidores do MPT avaliados no 1º semestre foram reprovados 4 (quatro).

No 2º semestre, dos 1.657 (mil, seiscentos e cinquenta e sete) servidores, 10 (dez) foram reprovados. Dos servidores avaliados, 4 (quatro) entraram com pedido de reconsideração e apenas 1 (um) entrou com recurso contra o resultado da avaliação funcional.

Foram realizadas 1.787 (mil, setecentos e oitenta e sete) progressões (mudanças de padrão dentro da mesma classe) e 188 (cento e oitenta e oito) promoções (mudanças de classe).

PROGRESSÃO E PROMOÇÃO FUNCIONAL EM 2019

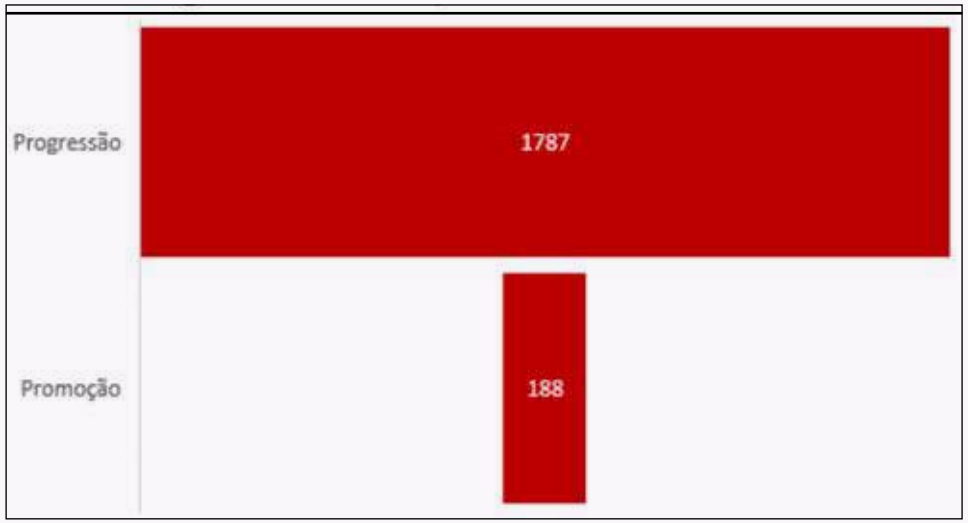


Gráfico 83 Progressão e promoção funcional em 2019

ESTÁGIO PROBATÓRIO

Em 2019, foi homologado no MPT o Estágio Probatório de 65 (sessenta e cinco) servidores das Carreira de Técnico e Analista do MPU, acarretando a estabilidade no serviço público.

O processo é realizado mensalmente e de forma manual, pois o sistema de estágio probatório está em fase de testes.

Atualmente, existem 155 (cento e cinquenta e cinco) servidores que estão em Estágio Probatório no órgão.

ESTÁGIO PROBATÓRIO EM 2019

Gráfico 84 Estágio probatório em 2019

RECRUTAMENTO E SELEÇÃO

O Recrutamento e Seleção de Pessoas é uma tendência na Administração Pública Federal, tendo as organizações públicas criado políticas e estratégias nesse sentido.

Diante deste contexto, em 2018 foi publicado o novo Regimento Interno do Ministério Público do Trabalho com a criação da Seção de Recrutamento e Seleção na Procuradoria Geral do Trabalho (PGT).

Atualmente, as normas e diretrizes sobre recrutamento, seleção e movimentação interna de servidores nas unidades administrativas do Ministério Público do Trabalho (MPT) são regulamentadas pela Portaria nº 364, de 25 de maio de 2016. No âmbito do MPT, a seleção interna pode ser realizada no caso de vacância, implementação de novas vagas, para o exercício de função de confiança e, ainda, para nomeação de cargo em comissão.

A Seção de Recrutamento e Seleção/DDP/PGT é responsável pela recepção dos servidores nomeados e removidos e pela promoção e gestão de processos seletivos de seleção interna de servidores. No ano de 2019, essa Seção recepcionou 12 (doze) servidores, sendo 9 (nove) servidores removidos e 3 (três) por permuta e realizou 5 (cinco) processos seletivos, sendo um para preenchimento de cargo em comissão ou função de confiança.

No ano de 2019, foram realizados 3 concursos de remoção para os cargos de ANALISTA DO MPU/DIREITO e TÉCNICO DO MPU/ADMINISTRAÇÃO, tendo o Ministério Público do Trabalho (MPT) recebido 39 servidores removidos conforme tabela abaixo.

Cargo	1º Concurso de Remoção de 2019	2º Concurso de Remoção de 2019	3º Concurso de Remoção de 2019
Analistas do MPU/direito removidos para o MPT	2	11	-
Técnicos do MPU/Administracao removidos para o MPT	9	-	17

Gráfico 85 Remoções em 2019

PROGRAMA DE ESTÁGIO

O acesso ao estágio no Ministério Público do Trabalho (MPT) ocorre por meio de aprovação em seleção pública, obedecida a classificação, conforme determina a Lei 11.788/2008; a Resolução CNMP nº 42/2009 e a Portaria PGR/MPU Nº 378/2010.

As unidades do MPT somente poderão contratar estagiários de área de conhecimento vinculada, direta ou indiretamente, às atividades nelas desenvolvidas, sendo estes acompanhados por supervisor lotado na área de realização do estágio, que deverá ter formação ou experiência profissional na área de conhecimento do estagiário, ficando limitado a 10 (dez) o número de estagiário por supervisor.

O número de vagas de estágio autorizadas para a contratação no MPT é de 1017 e está previsto na Portaria PGT nº 542/2013. O valor da bolsa de estágio é de R$ 850,00 para estudantes de nível superior e de R$ 590,00 para estudantes de nível médio, conforme Portaria SG/MPU nº 152/2015. Além da bolsa, os estagiários recebem um auxílio-transporte no valor de R$7,00/dia estagiado, conforme Portaria PGR/MPU nº 568/2008.

O quantitativo mensal de estagiários contratados em 2019 está demonstrado na tabela ao lado.

No ano de 2019 foi gasto pelo MPT um total de R$ 8.632.046,04 com estagiários e R$ 646.038,26 com o pagamento de gratificação para realização de processo seletivo de estagiário..

QUANTITATIVO MENSAL DE ESTAGIÁRIOS CONTRATADOS EM 2019

MÊS	TOTAL
Janeiro	602
Fevereiro	523
Março	585
Abril	586
Maio	613
Junho	637
Julho	704
Agosto	711
Setembro	675
Outubro	688
Novembro	702
Dezembro	698

Tabela 73 Quantitativo mensal de estagiários contratados em 2019

VALOR GASTO MENSALMENTE COM ESTAGIÁRIOS EM 2019

MÊS	VALOR
Janeiro	R$ 499.278,58
Fevereiro	R$ 399.094,07
Março	R$ 473.853,85
Abril	R$ 532.518,33
Maio	R$ 564.474,04
Junho	R$ 584.983,96
Julho	R$ 640.354,72
Agosto	R$ 645.994,08
Setembro	R$ 636.259,47
Outubro	R$ 641.871,60
Novembro	R$ 649.584,87
Dezembro	R$ 630.244,23
TOTAL	R$ 6.898.511,80

Tabela 74 Valor gasto mensalmente com estagiários em 2019

VALOR GASTO COM O PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIO

MÊS	R$
PGT	R$ 42.156,79
PRT 1ª Região	-
PRT 2ª Região	-
PRT 3ª Região	-
PRT 4ª Região	-
PRT 5ª Região	R$ 25.665,40
PRT 6ª Região	-
PRT 7ª Região	-
PRT 8ª Região	R$ 11.822,47
PRT 9ª Região	R$ 5.842,97
PRT 10ª Região	-
PRT 11ª Região	R$ 7.153,58
PRT 12ª Região	R$ 14.279,82
PRT 13ª Região	R$ 9.938,52
PRT 14ª Região	R$ 9.310,53
PRT 15ª Região	-
PRT 16ª Região	-
PRT 17ª Região	-
PRT 18ª Região	R$ 8.518,73
PRT 19ª Região	R$ 14.743,95
PRT 20ª Região	R$ 7.371,98
PRT 21ª Região	-
PRT 22ª Região	-
PRT 23ª Região	-
PRT 24ª Região	-
TOTAL	R$ 156.804,74

Tabela 75 Valor gasto com o pagamento de gratificação para realização de processo seletivo de estagiário

CAPACITAÇÃO: ESTRATÉGIA E NÚMEROS

O Plano de Capacitação de Pessoal (PCP) para o exercício de 2019 teve por principal objetivo nortear o aperfeiçoamento e desenvolvimento das competências necessárias para atuação de membros e servidores, por meio da capacitação continuada, para alcance das metas do Ministério Público do Trabalho - MPT, em consonância com a missão, visão e valores institucionais.

Para elaboração do PCP - 2019, realizou-se um abrangente levantamento de fontes de necessidades de capacitação, que considerou:

- Planejamento Estratégico Institucional;
- Análise de demandas de ações estratégicas, como Projeto de Gestão por Competências e Grupo de Qualidade de Vida no Trabalho;
- Análise das necessidades apresentadas pelas Coordenadorias Temáticas, Comissões, Assessorias do MPT e Diretorias da Procuradoria Geral do Trabalho (PGT);
- Planejamento de capacitação desenvolvido pelas Unidades Regionais;
- Questionário de levantamento de necessidades de desenvolvimento de competências gerenciais;
- Política de Gestão de Pessoas do MPT.

Considerando que houve corte no orçamento de capacitação para o ano de 2019, buscou-se, para melhor utilização dos recursos públicos e alcance de todas as Unidades do MPT, a priorização das demandas de capacitação e o desenvolvimento de ações a distância (E-learning) ou presenciais com transmissão por videoconferência.

A operacionalização do PCP – 2019 resultou em 236 ações, capacitando 1.968 membros e servidores do MPT e 31 membros e servidores participaram do Programa de Pós-Graduação.

OPERACIONALIZAÇÃO DO PLANO DE CAPACITAÇÃO DE PESSOAL (PCP-2019)

Total de membros e servidores	Total de membros e servidores capacitados	Porcentagem de membros e servidores capacitados	Orçamento executado
4.477	1.968	44%	R$ 1.437.474,30

Tabela 76 Operacionalização do plano de capacitação de pessoal (PCP-2019)

DETALHAMENTO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Projetos nacionais	R$ 724.357,63
Pós-graduação	R$ 165.268,46
Procuradoria-Geral do Trabalho	R$ 289.994,96
Unidades Regionais	R$ 257.853,25

Tabela 77 Detalhamento de aplicação dos recursos

Das ações de capacitação desenvolvidas em 2019, destacamos as seguintes ações:

AÇÕES DE CAPACITAÇÃO DESENVOLVIDAS EM 2019

MACROÁREA	AÇÕES DESTAQUE
Desenvolvimento de Gestores	Curso comunicação não violenta
Desenvolvimento de Gestores	Curso de Formação Gerencial (três turmas)
Desenvolvimento de Gestores	Inteligência Emocional
Desenvolvimento de Gestores	Palestra reconhecer é conhecer
Desenvolvimento de Gestores	Conhecendo e aprendendo a lidar com o adoecimento mental no trabalho
Qualidade de Vida no Trabalho	I Congresso de Qualidade de Vida no Trabalho no serviço público: QVT como responsabilidade de todos

Qualidade de Vida no Trabalho	Organização e planejamento financeiro
Qualidade de Vida no Trabalho	Palestra desafio e mitos do teletrabalho
Qualidade de Vida no Trabalho	Qualidade de vida e saúde no trabalho: Que conversa é essa? (2 turmas)
Gestão Estratégica	Atuação Estratégica orientada para resultados: do diagnóstico aos projetos.
Gestão Estratégica	Gestão Estratégica orientada para resultados, monitoramento e avaliação – EAD
Finalística	Atuação recursal do MPT Pós-Reforma Trabalhista
Finalística	Curso Conselheiros tutelares: importantes atores no combate ao trabalho infantil (três edições)
Finalística	Ergonomia (NR-17)
Finalística	MPT na Escola
Finalística	Resgate a infância
Segurança Institucional	Curso armamento, munição e tiro com habilitação em pistola G19/G26
Segurança Institucional	Aspectos legais de Segurança Institucional (duas turmas)
Administrativa	Curso Gestão eletrônica de documentos na Administração Pública

Tabela 78 Ações desenvolvidas em 2019

PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

As ações da Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP) são pautadas pela Política Nacional de Gestão de Pessoas, instituída pela Portaria PGT nº 1321/2018, e seus pilares estão expostos na figura ao lado:

DIRETRIZES GERAIS DA POLÍTICA NACIONAL DE GESTÃO DE PESSOAS

Figura 37 Diretrizes gerais da política nacional de gestão de pessoas

Utilizando-se dessas diretrizes, a DGP durante o ano de 2019 realizou diversas práticas com o intuito de aprimorar a vida funcional de membros e servidores do MPT, destas destacam-se as seguintes:

- Apresentação do Plano de Capacitação 2019;
- Realização dos Exames Periódicos em 9 unidades regionais e na PGT com o custo per capita de R$ 84,48 (oitenta e quatro reais e quarenta e oito centavos);

- Apresentação do Relatório de Saúde do MPT 2018;
- Instauração do novo Comitê Estratégico de Gestão de Pessoas (CEGEP), com a inclusão de novos integrantes visando ampliar a transversalidade das Políticas de Gestão de Pessoas, Saúde, Equidade de Gênero, Raça e Diversidade e Enfrentamento e Prevenção ao Assédio Moral, Sexual e Discrimnação do MPT;
- Início das tratativas para implantação do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) e do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) nas unidades regionais que ainda não possuem;
- Início das discussões para realização do Redimensionamento da Força de Trabalho no MPT;
- Realização de ações com prevenção ao adoecimento mental;
- Apresentação do Plano de Capacitação 2020;
- Elaboração dos indicadores da área de Gestão de Pessoas.

QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

As ações de Qualidade de Vida no Trabalho foram realizadas em parte pelo Grupo de Trabalho de QVT do MPT, instituído pela Portaria nº 910/2015, e pela Assessoria de QVT do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas da Diretoria de Gestão de Pessoas, bem como por todas as demais áreas do MPT que direta ou indiretamente impactam na promoção do bem-estar dos integrantes da instituição.

Cabe destacar que, de acordo com a abordagem contra-hegemônica de QVT adotada pelo órgão, que visa identificar as principais necessidades de aprimoramento do contexto de trabalho para a promoção do bem-estar de trabalhadores, a Qualidade de Vida no Trabalho abarca ações que vão desde o planejamento estratégico até o desenvolvimento de lideranças.

Em 2019, o MPT promoveu ações relacionadas à QVT que foram desde a participação em eventos para a apresentação da prática no órgão quanto a finalização do diagnóstico de QVT. A saber:

- Março: apresentação no evento promovido pelo Instituto Federal Baiano, Salvador/BA.
- Entre março e maio: finalização das oficinas de QVT realizadas nas Regionais do MPT.
- Junho: apresentação e participação de debate sobre Qualidade de Vida no Trabalho promovido pela Câmara dos Deputados, Brasília/DF.
- Agosto: organização e realização do 1º Congresso do MPT de QVT no serviço público, com a participação de mais de 250 servidores de aproximadamente 80 órgãos públicos do Brasil, Brasília/DF.
- Agosto: lançamento do livro "Diagnóstico, Política e Programa de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT): experiência comparada no Ministério Público do Trabalho", no congresso realizado pelo MPT, Brasília/DF.
- Agosto: apresentação para os Representantes da Administração Superior do Fórum Nacional de Gestão do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Brasília/DF.
- Outubro: inclusão da Assessoria do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas responsável pela QVT como integrante permanente no Comitê Estratégico de Gestão de Pessoas (CEGEP).
- Outubro: publicação de portaria com critérios e atribuições para as diretrizes da QVT decorrentes da Política Nacional de Gestão de Pessoas (Portaria 1797.2019).
- Novembro: apresentação do estudo de caso do MPT na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.
- Novembro: finalização do relatório de diagnóstico da QVT que foi realizado por meio de pesquisas e oficinas desenvolvidas em Regionais do MPT.

Com relação ao diagnóstico, foram identificados alguns aspectos centrais que demandam atenção e aprimoramentos, uma vez que eles impactam na promoção do bem-estar e da QVT no MPT e, consequentemente, no alcance de resultados organizacionais. Dessa forma, serão objeto de atenção pela DGP.

DIRETRIZ QVT: DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

Item	Pontos de melhoria	Sugestões de melhoria do GT/QVT
1	A comunicação entre chefias e equipes e entre as áreas é pouco eficiente	- Capacitar membros e servidores para realizarem a comunicação interna na instituição de forma ágio, transparente e assertiva. - Disponibilizar ferramentas que possam promover melhoria nas comunicações entre chefias e equipes de trabalho. - Contribuir com a promoção de uma cultura de feedback em toda a instituição.
2	Ausência de Capacitação de Procuradores em assuntos relacionados à gestão de pessoas e liderança	- Formalizar a introdução de módulo sobre essas temáticas no Curso de Ingresso e Vitaliciamento. - Disponibilizar capacitações no Programa de Desenvolvimento Gerencial com foco para membros. - Utilizar as capacitações realizadas sobre essa temática em critérios objetivos para promoção por merecimento. - Definir critérios para uma possível a obrigatoriedade na realização de cursos nessas temáticas.

3	Melhoria no desenvolvimento de lideranças do MPT	- Ampliar o Programa de Desenvolvimento Gerencial para membros e gestores do MPT.
4	Necessidade de ambientação e acolhimento para novos membros, servidores e estagiários do MPT	- Atualizar o curso EaD de ambientação online e solicitar a revisão às áreas de Gestão de Pessoas das Unidades Regionais. - Definir alternativas para o acolhimento de servidores recém empossados no MPT. - Monitorar continuamente os resultados do Programa de Mentoria para membros no MPT. - Atualizar os manuais para servidores e estagiários do MPT. - Disponibilizar manual com orientações básicas para as áreas de gestão de pessoas das Unidades Regionais. - Criar critérios para a preparação institucional para receber membros e servidores com deficiência, garantindo-lhes a inclusão e acessibilidade.
5	Necessidade de melhoria no planejamento e alcance das ações de Treinamento	- Dar continuidade ao Projeto de Gestão por Competências. - Aprimorar o planejamento das necessidades de capacitação do MPT.
6	Necessidade de mudança do atual modelo de avaliação de desempenho para o modelo de Gestão de Desempenho	- Alterar o modelo de avaliação de desempenho no MPT com foco na gestão do desempenho.
7	Necessidade de realização do Acompanhamento Funcional	- Definir as alternativas cabíveis para o acompanhamento funcional, como por exemplo a institucionalização de área responsável específica ou a definição de protocolo de atuação para as áreas de gestão de pessoas.
8	Necessidade de suporte contínuo para a atuação de membro como Procurador-Chefe, em especial com treinamentos de gestão e liderança	- Incluir módulo sobre essas temáticas no curso realizado no início do ciclo de gestão para os Procurador-Chefe. - Disponibilizar canal de suporte a Procurador-Chefe na atuação como gestor.

Tabela 79 Diretriz QVT: desenvolvimento profissional

DIRETRIZ QVT: ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Item	Pontos de melhoria	Sugestões de melhoria do GT/QVT
9	Ausência de divulgação atualizada do cronograma de mapeamento de processos no MPT	- Divulgar continuamente as ações relacionadas ao mapeamento de processo. - Manter na intranet um local com o cronograma atualizado do mapeamento de processos no MPT.
10	Ausência de padronização CC e FC para atividades similares nas Regionais	- Realizar reunião com os responsáveis sobre o o PGEA nº 016562.2017.00.900-7 e repassar as principais dificuldades encontradas nas oficinas de QVT. - Acompanhar as decisões Administrativas e Orçamentárias relacionadas ao caso.
11	Dificuldade na realização de planejamento operacional, bem como na definição de metas e prazos e alinhamento com o Planejamento Estratégico Institucional	- Promover ações que auxiliem gestores e equipes para a realização de planejamentos operacionais e o alinhamento com o PEI.
12	Necessidade de ajuste em questões relacionadas ao Teletrabalho	- Revisar as notas técnicas e informativos com base nas principais demandas identificadas nas oficinas de QVT. - Identificar as formas para melhorar a implementação do teletrabalho no MPT. - Capacitar por EaD membros e servidores que desejem autorizar e/ou utilizar o teletrabalho. - Disseminar as principais regras do teletrabalho por meio de manual.
13	Necessidade de ajustes em questões relacionadas à substituição de ofício	- Avaliar as questões dificultadoras na substituição de ofício. - Promover as melhorias nas questões sobre o tema. - Promover as padronizações possíveis com relação ao tema, com destaque para as responsabilidades assumidas por assessores dos gabinetes. - Sensibilizar membros para as problemáticas relacionadas ao tema, em especial nos Programa de Desenvolvimento Gerencial para membros.

14	Necessidade de ajustes nos papéis (jornalismo, relações públicas, publicidade) das Assessorias de Comunicação na Unidades Regionais	- Aprimorar as atribuições assumidas pelas Assessorias de Comunicação nas Unidades Regionais. - Sensibilizar membros e servidores para as especificações de cada papel da Ascom, em especial nas Unidades Regionais.
15	Necessidade de aprimoramento nas comunicações internas (inclusive entre membros, servidores e áreas) e externa da Instituição	- Avaliar os principais desafios das comunicações interna e externa do MPT.
16	Necessidade de divulgação do cronograma sobre os sistemas que serão atualizados / criados pelo Cosmos	- Divulgar continuamente as ações referentes aos sistemas que serão atualizados / criados pelo Cosmos.
17	Relatos sobre possíveis existências de sobrecarga de trabalho e distribuição desigual do trabalho	- Realizar o dimensionamento da Força de Trabalho alinhado ao mapeamento dos processos do MPT. - Promover sensibilização sobre o tema nas ações do Programa de Desenvolvimento Gerencial. - Desenvolver alternativas para se identificar o retrabalho nas diversas áreas do MPT. - Incentivar os espaços de discussão para se tratar de assuntos relacionados ao trabalho. - Disponibilizar um check-list com sugestão de melhores práticas de gestão para se reduzir processos repetitivos e a burocratização.

Tabela 80 Diretriz QVT: organização do trabalho

DIRETRIZ QVT: RECONHECIMENTO

Item	Pontos de melhoria	Sugestões de melhoria do GT/QVT
18	Demanda por programa e ações de Reconhecimento	- Institucionalizar um programa de reconhecimento no MPT.
19	Pouco conhecimento das áreas	- Propor ações que possibilitem o conhecimento das áreas do MPT.

Tabela 81 Diretriz QVT: reconhecimento

DIRETRIZ QVT: SAÚDE NO TRABALHO

Item	Pontos de melhoria	Sugestões de melhoria do GT/QVT
20	Necessidade de equipe técnica para promover a Assistência à Saúde nas Unidades Regionais	- Definir protocolos com orientações para as áreas de Gestão de Pessoas nas Regionais, enquanto as equipes de assistência à saúde não forem instituídas, e para os profissionais da área psicossocial que já estão no MPT. - Enviar modelo de termo de cooperação técnica às Regionais que desejarem fazer parcerias com outras instituições para disponibilizarem esse serviço na respectiva Unidade. - Capacitar as equipes já formadas e em futuras formações para o devido alinhamento de atuação.
21	Relatos sobre possíveis adoecimentos e desgaste ocasionados em decorrência ao trabalho realizado	- Promover ações que sensibilizem gestores e servidores sobre o tema.

Tabela 82 Diretriz QVT: saúde no trabalho

11.7 GESTÃO DE CUSTOS

ANo que diz respeito ao monitoramento das informações de custos no âmbito do Ministério Público do Trabalho foi criada, mediante alteração do Regimento Interno e da estrutura administrativa do Ministério Público do Trabalho, a Assessoria de Gestão de Custos, vinculada administrativamente à Diretoria de Orçamento e Finanças, por intermédio da Portaria PGT nº 1.559, de 17/09/2018, a quem compete regimentalmente:

I – prestar ao Diretor e, quando por este determinado, aos demais segmentos que compõem a Diretoria, bem como às Unidades Regionais o assessoramento técnico necessário ao exercício das atividades inerentes à gestão de custos;

II – propor procedimentos de apropriação e mecanismos de análise de custos no âmbito do Ministério Público do Trabalho, bem como zelar por suas padronização e atualização;

III – administrar o sistema de gestão de custos do Ministério Público do Trabalho;

IV – prestar, nos limites das suas atribuições, suporte técnico na realização de reuniões, eventos e ações de capacitação e treinamento;

V – elaborar e divulgar, nos limites das suas atribuições, pesquisas, estudos e relatórios;

VI – fomentar e difundir ações e medidas de integração e aperfeiçoamento dos sistemas de gestão de custos;

VII – zelar pela adequação do sistema de gestão de custos do Ministério Público do Trabalho aos mantidos no âmbito do Ministério Público da União;

VIII – propor programas, ações e medidas de controle de custos e de melhoria da qualidade das despesas".

Em 2019 foram efetivadas as seguintes ações:

- Implementação do monitoramento de custos nas Unidades do MPT, sendo alcançadas, até dezembro de 2019, 5 unidades;
- Foram efetivadas as rotinas para segmentação e tratamento dos dados relativos ao monitoramento dos custos em ferramentas de business intelligence (BI);
- As informações das Unidades monitoradas foram lançadas para consulta geral na intranet do Ministério Público do Trabalho, mediante a criação do Painel de Custos do MPT;
- Foi dada continuidade à capacitação dos agentes envolvidos no monitoramento e na gestão de custos, mediante reuniões de trabalho, elaboração e atualização de Manual de Gestão de Custos do MPT; e
- Foram realizadas tratativas para ampliar a integração da gestão de custos aos sistemas do Ministério Público do Trabalho (Cosmos e Orion).

Para 2020 está prevista a implementação total nas 24 Unidades do MPT, conforme cronograma abaixo:

CRONOGRAMA DE IMPLEMENTAÇÃO DA GESTÃO DE CUSTOS NAS UNIDADES DO MPT

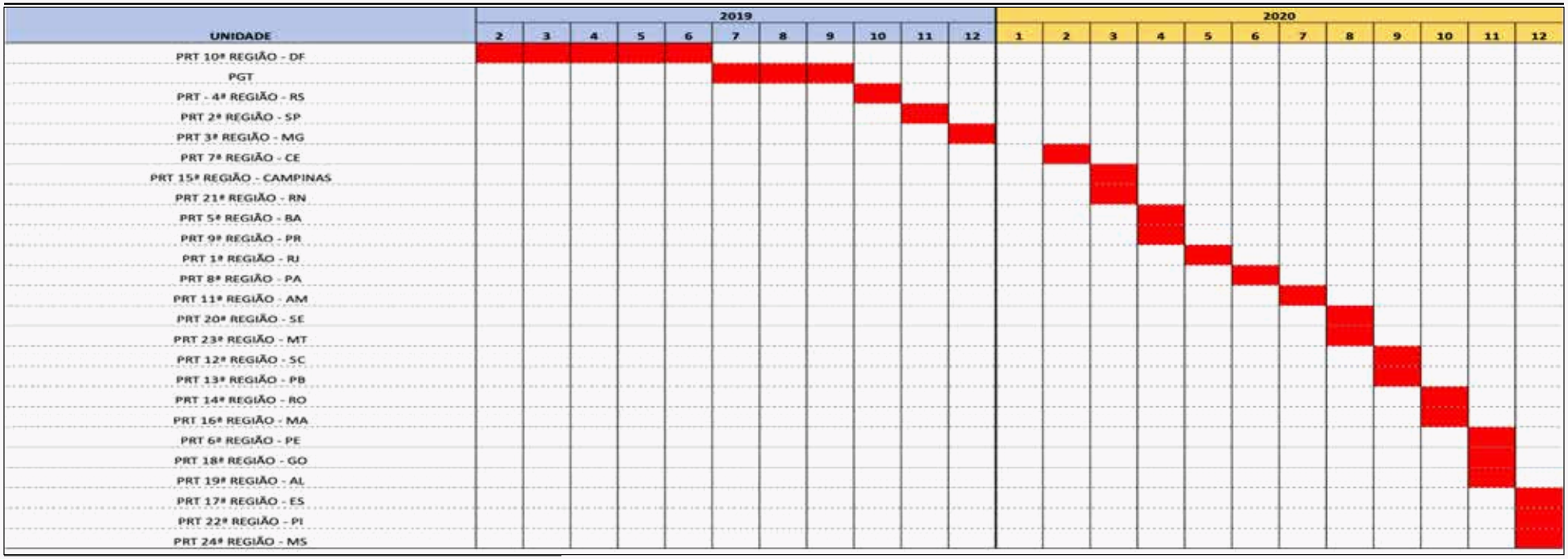


Tabela 83 Cronograma de implementação da gestão de custos nas unidades do MPT

Tendo em vista que o projeto ainda se encontra em fase de implementação, etapa com previsão de término apenas ao final de 2020, somente poderá ser avaliada uma análise qualitativa e comparativa das Unidades ao longo de 2021. Entretanto, todas as Unidades, tão logo recebam as orientações de implantação, já passarão a ter monitorados seus custos mais significativos.

Tão logo seja finalizada a etapa de implementação, dar-se-á início a programas de melhoria contínua de redução de custos e melhoria na qualidade do gasto público. A Assessoria de Gestão de Custos, responsável pela implementação e monitoramento estará a cargo da elaboração, juntamente com as áreas e unidades envolvidas.

A análise por programa se dará em uma segunda etapa, após a implementação integral, quando serão calculados os critérios de rateio para mensuração dos custos finalísticos da instituição. Busca-se, com isso, otimizar a utilização dos recursos colocados à disposição do MPT, mediante total integração com o planejamento estratégico do órgão, através da construção de indicadores que reflitam a evolução da gestão de custos e a eficiência na aplicação dos créditos orçamentários

11.8 SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

O Programa MPT Socioambiental – Portaria 531/2014 está em consonância com as diretrizes e critérios de sustentabilidade descritos na Agenda Ambiental da Administração Pública e com as metas e iniciativas descritas em seu novo Plano de Logística Sustentável - PLS MPT 2019/2022.

O Plano Logístico Sustentável do PLS – MPT está publicado na página da Intranet/MPT: https://intranet.mpt.mp.br/pgt/comissoes-tematicas/gestao-socioambiental/plano-de-logistica-sustentavel-pls-mpt-2019-2022.

O Programa MPT Socioambiental tem por diretrizes a diminuição constante e gradativa dos impactos ambientais causados pelas atividades do MPT, por meio da adoção de medidas que observem critérios de racionalização e sustentabilidade no funcionamento de todas as suas áreas de atuação.

A readesão à Agenda Ambiental da Administração Pública- A3P - está em tramitação no Ministério do Meio Ambiente, e deve ser assinado ainda no 1º semestre/2020.

GESTÃO AMBIENTAL

Todas as Unidades Administrativas do MPT adotam, em maior ou menor escala, em consonância com o Programa MPT Socioambiental, os critérios de sustentabilidade nos processos de aquisição de bens e de contratação de serviços, incluindo o estímulo à inovação tecnológica.

Além da Portaria MPT 531/2014 que instituiu o Programa MPT Socioambiental, o MPT utiliza como base Legal para suas ações socioambientais os normativos publicados na Intranet/MPT: https://intranet.mpt.mp.br/pgt/comissoes-tematicas/gestao-socioambiental/legislacao.

Para estimular a adoção de critérios socioambientais e garantir transparência das ações sustentáveis no MPT, as informações sobre o consumo de água, eletricidade e outros dados poderão ser acessados no Painel MPT Sustentável. Neste primeiro momento, o painel - que pode ser acessado na nossa intranet - trará dados sobre as ações desenvolvidas entre 2016 e 2018. A coleta mensal tem o objetivo de acelerar e melhorar o controle das Ações Sustentáveis dentro da instituição.

Painel Sustentável MPT: https://intranet.mpt.mp.br/pgt/noticias-mpt/painel-mpt-sustentavel

A maioria das Unidades Administrativas do MPT, já estão organizadas com respectivas Comissões de Gestão Socioambiental e seus Planos de Trabalho Sustentável Bianual 2019/2020 atualizados aos novos indicadores do PLS MPT 2019/2022.

ORGANIZAÇÃO DAS COMISSÕES DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL MPT 2019

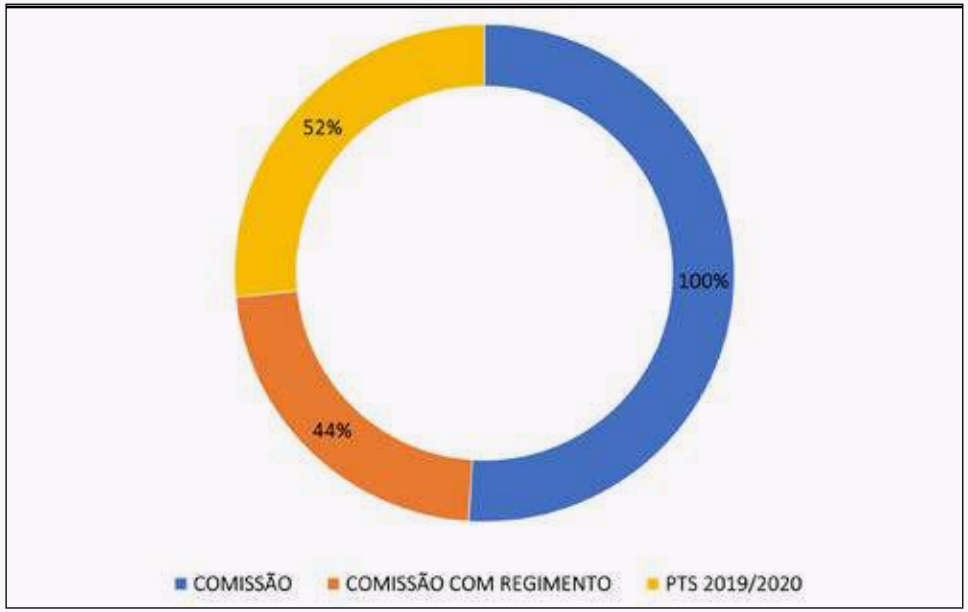


Gráfico 86 Organização das comissões de gestão socioambiental MPT 2019

CAPACITAÇÕES EM GESTÃO AMBIENTAL E CAMPANHAS DE CONSCIENTIZAÇÃO

A pesquisa 2019 demonstrou que 24% das Unidades Administrativas realizaram capacitações na área socioambiental, observou-se retração de 28 pontos percentuais quando comparado ao ano anterior. Somou-se 15 capacitações entre cursos, treinamentos e palestras.

Os temas abordados podem ser observados no gráfico ao lado:

MARGEM DE PARTICIPAÇÃO DE TEMAS SUSTENTÁVEIS DE CAPACITAÇÕES REALIZADAS NO MPT – 2019

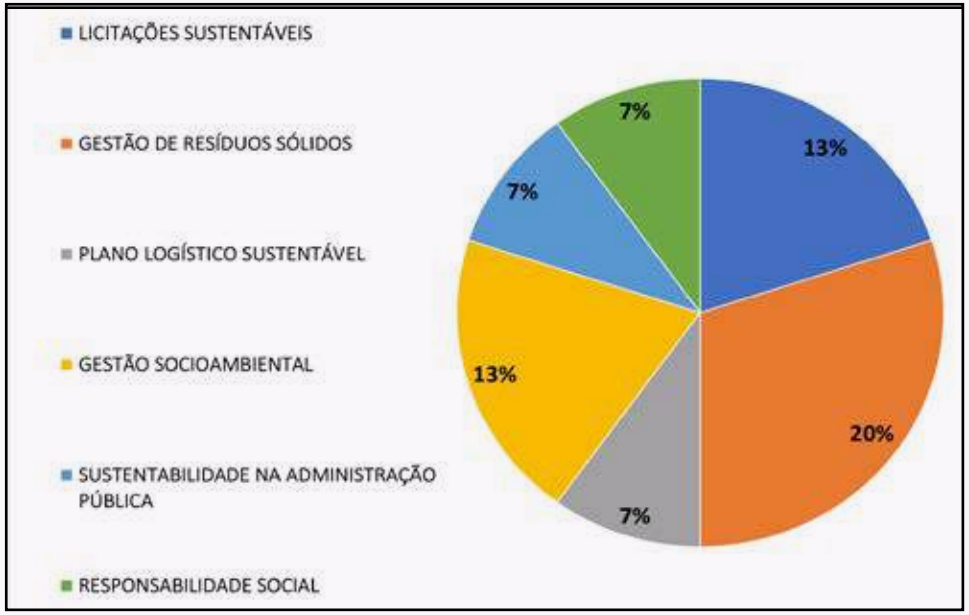


Gráfico 87 Margem de participação de temas sustentáveis de capacitações realizadas no MPT – 2019

Os resultados da pesquisa também demonstraram que 60% das Unidades Administrativas realizaram campanhas de sensibilização e conscientização sobre a questão socioambiental, com retração de 24 pontos percentuais comparado a 2018, porém totalizou-se 92 eventos no decorrer de 2019, e dentre os temas mais abordados estão gestão socioambiental/sustentabilidade, presente em 60% das campanhas, o consumo consciente de papel e redução de impressões, ambos com 44%, como demonstra o gráfico seguinte:

MARGEM DE PARTICIPAÇÃO DE TEMAS SUSTENTÁVEIS DE CAMPANHAS DE SENSIBILIZAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO NO MPT – 2019

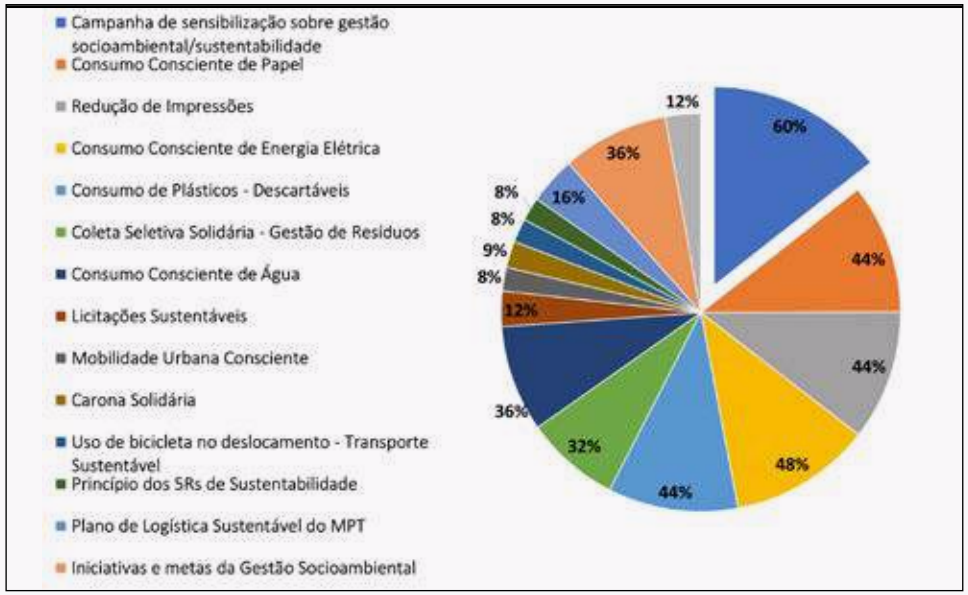


Gráfico 88 Margem de participação de temas sustentáveis de campanhas de sensibilização e conscientização no MPT – 2019

CONSUMO DE PAPEL

Conforme a pesquisa demonstrou, no exercício de 2019 o consumo total de papel nas unidades do MPT foi de 8.336 resmas, comparado com o consumo no ano de 2018, que foi de 11.771 resmas, observou-se retração da ordem de 29% no consumo, e uma redução real per capita como observa-se no gráfico ao lado:

CONSUMO DE PAPEL PER CAPITA 2018-2019

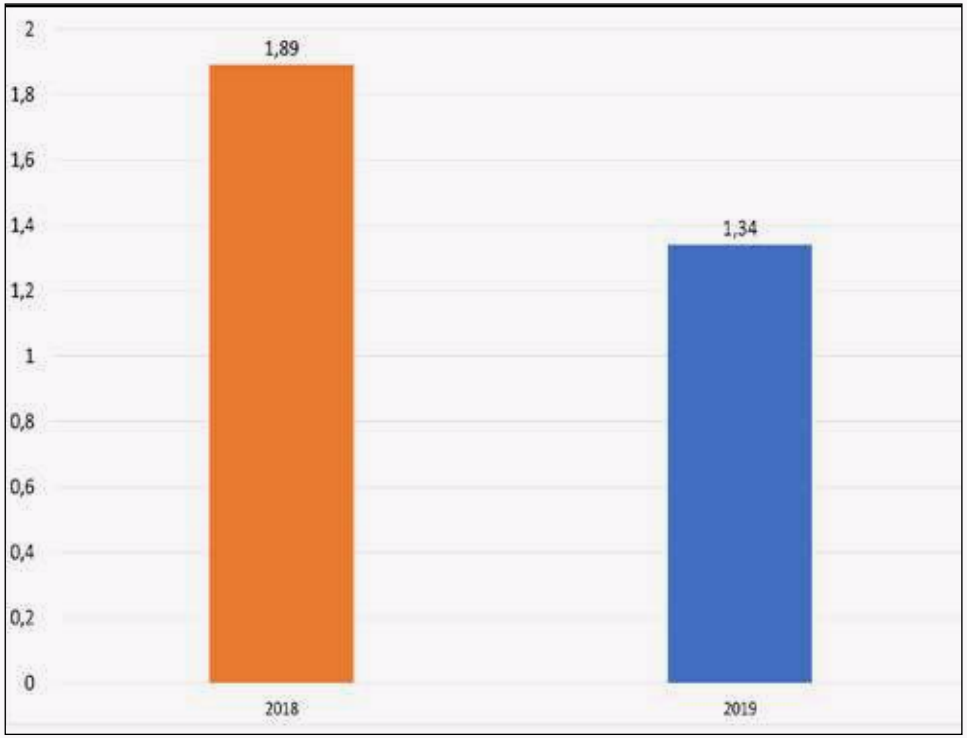


Gráfico 89 Consumo de papel per capita 2018-2019

MEDIDAS ADOTADAS PARA REDUÇÃO DO CONSUMO DE PAPEL MPT – 2019

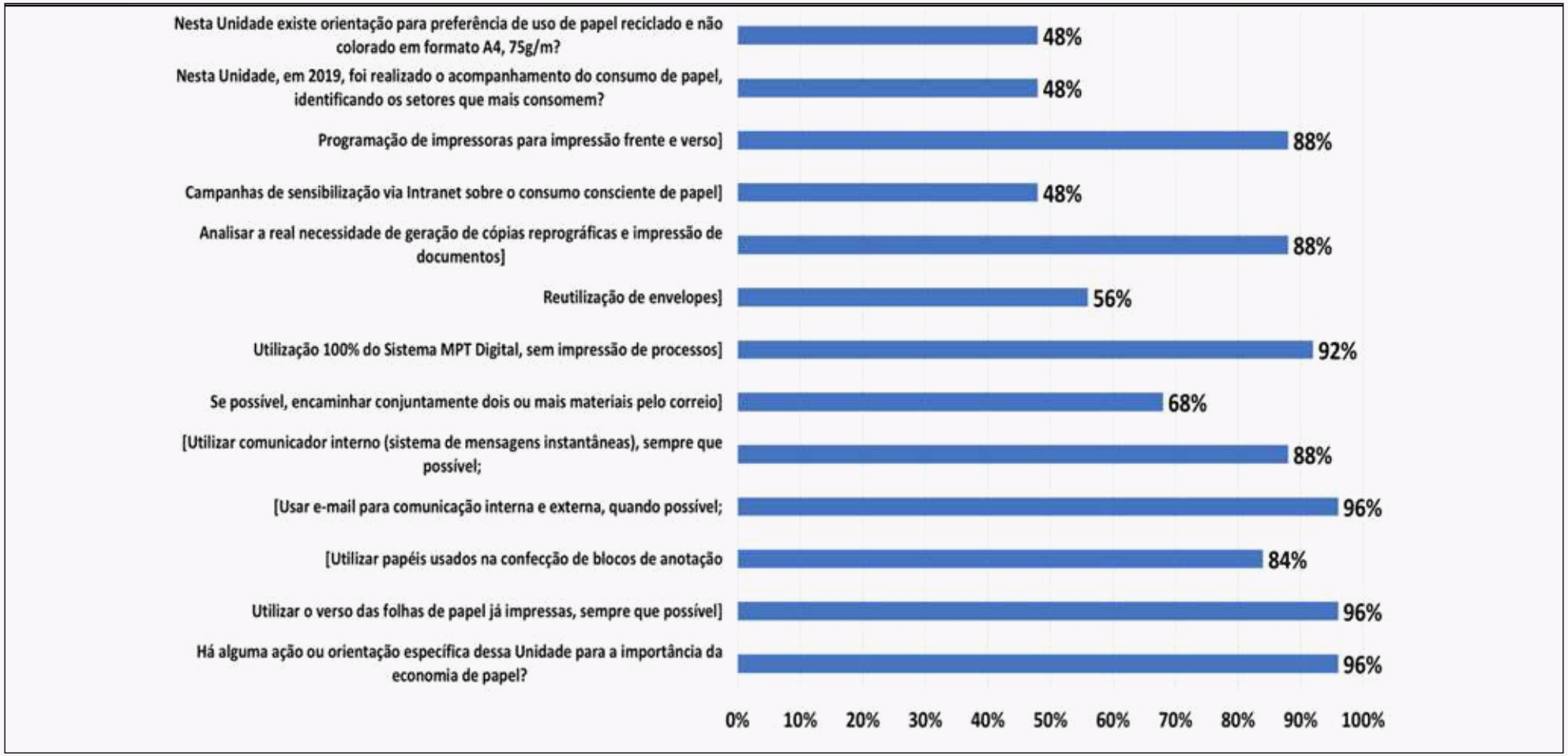


Gráfico 90 Medidas adotadas para redução do consumo de papel MPT – 2019

Considerando que o consumo total de papel em 2019 foi de 8.336 resmas, dos quais 5.863 resmas foram de papel não reciclado, considerando ainda que cada árvore produz, em média 20 resmas de papel A4. Podemos constatar que o consumo do MPT no ano de 2019 representou 293,15 árvores consumidas e observa-se retração comparada ao ano de 2018 da ordem de 37%.

CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA

O consumo total de energia elétrica no âmbito do MPT foi da ordem de 11828906,99 quilowatt-hora (kWh) e o consumo per capita, considerando o universo de 6.207 usuários (membros, servidores, estagiários e colaboradores terceirizados), foi de 1906 kWh por pessoa em 2019, observou-se, portanto, retração da ordem de 2% do consumo total per capita em relação a 2018, quando o consumo per capita era 1950 kWh.

AÇÕES DESENVOLVIDAS PARA REDUÇÃO DO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA NO MPT - 2019

Ação/orientação específica nessa Unidade quanto a importância da redução do consumo de energia elétrica e de seu consumo consciente	96%
Desligamento de luzes de ambientes vazios ou quando deixar o local de trabalho	96%
Acompanhamento do consumo de energia elétrica e verificação se houve aumento incomum no consumo e tomada de medidas necessárias para diminuí-lo	92%
Não deixar computadores e outros equipamentos elétricos ligados por muito tempo sem uso	88%
Fechar portas e janelas quando o ar-condicionado estiver ligado	88%
Preferência à iluminação natural, abertura de janelas, cortinas e persianas	80%
Instalações elétricas adaptadas às normas da ABNT	80%
Fiscalização de instalações elétricas e aparelhos eletrônicos para adequada manutenção]	76%
Otimização do uso do elevador, uso de escadas ao invés do elevador para subir ou descer um ou dois andares	72%
Afixação de adesivos próximos aos interruptores: "Apague a luz ao sair"	72%
Estudo sobre a possível substituição do sistema de iluminação existente por outro de maior eficiência e menor impacto ambiental, instalação de sensor de presença nos ambientes, e individualização dos interruptores por ambiente de trabalho	68%
Estudo para utilização de energia solar fotovoltaica nas edificações	60%
Campanhas de sensibilização via intranet	56%
Estudo para diagnóstico de perdas reais e a viabilidade de soluções para problemas relacionados às instalações elétricas desta Unidade e de suas PTMs?	48%
Implantação de elevadores inteligentes	44%
Mensagem a servidores, membros e colaboradores sobre a importância da redução do consumo de energia elétrica e seu consumo consciente	44%
Implementação de sistema eficiente de automação de ar-condicionado, com programação de seu funcionamento	32%
Implantação de diretrizes para certificação predial conforme o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - Procel	4%

Tabela 84 Ações desenvolvidas para redução do consumo de energia elétrica no MPT – 2019

AÇÕES DESENVOLVIDAS PARA REDUÇÃO DO CONSUMO DE ÁGUA NO MPT - 2019

Ação ou orientação específica para a importância da redução do consumo de água e de seu uso consciente	96%
Fiscalização e manutenção das instalações hidráulicas, atenção para possíveis vazamentos	96%
Acompanhamento do consumo de água e verificação se houve aumento incomum, o que pode ser resultado de problemas nas instalações hidráulicas ou desperdício de água pelos usuários	88%
Substituição de torneiras e descargas por tipos mais econômicos	80%
Utilização de dispositivos economizadores de água, aqueles que reduzem a vazão de água nas peças sanitárias	76%
Instalação de válvulas de descarga com sistema eficiente, ou seja, de duplo acionamento	72%
Afixação de adesivos com mensagens que lembrem sobre a necessidade do bom uso da água no ambiente de trabalho	60%
Instalou ou já possui restritores de vazão ou pulverizadores de água, visando a redução do consumo de água despejada pelas torneiras	52%
Campanha de sensibilização via intranet	48%
Mensagem a membros, servidores, e colaboradores quanto a importância da redução do consumo de água e seu consumo consciente	44%
Realização de estudo sobre a viabilidade econômica e sanitária para implantação de sistema de reaproveitamento de águas cinzas ou outros sistemas de uso eficiente de água	24%
Instalação de equipamento(s) adequado(s) para captação de água da chuva ou aproveitamento de água	20%
Realização de estudo sobre as instalações hidráulicas, com diagnóstico das perdas reais e a viabilidade de soluções	12%
Realização de estudo sobre a viabilidade de sistema de fito depuração para tratamento de águas residuais	4%

Tabela 85 Ações desenvolvidas para redução do consumo de água no MPT – 2019

CONSUMO DE ÁGUA

O consumo total de água em metros cúbicos (m^3) no âmbito do MPT em 2019, resultou em retração da ordem de 3% em relação ao ano anterior. O consumo total de água do MPT foi da ordem de 54.804 m^3. O consumo total per capita resultou em 8,83 caracterizando assim uma retração de 2% em relação a 2018.

MOBILIDADE URBANA

O gráfico a seguir demonstra que 57% da frota do MPT é composta de veículos bicombustíveis.

PERCENTUAL DA PARTICIPAÇÃO NA FROTA POR TIPO DE COMBUSTÍVEL 2018/2019

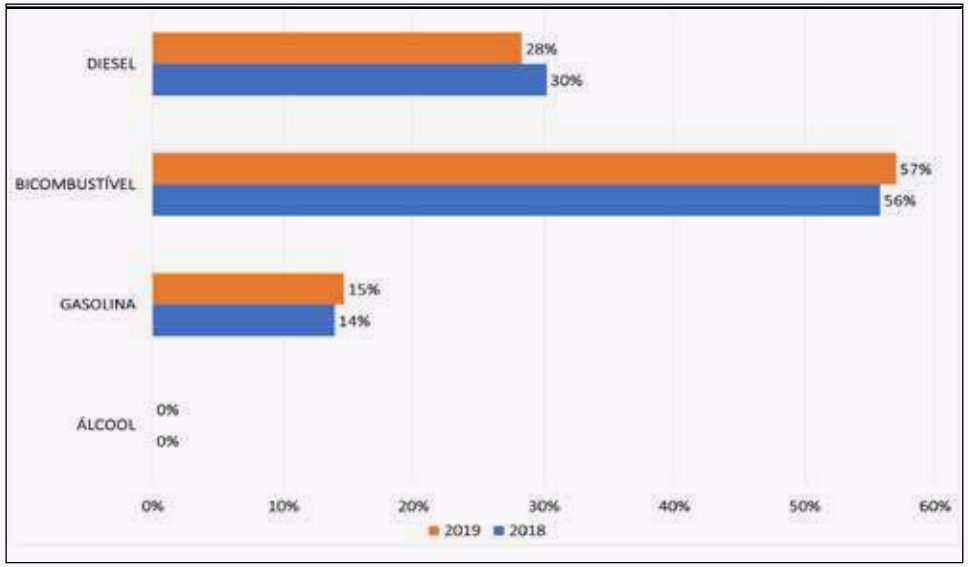


Gráfico 91 Percentual da participação na frota por tipo de combustível 2018/2019

GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

A coleta seletiva é uma das importantes etapas da gestão de resíduos sólidos. No MPT, essa ação está prevista no inciso IV do Art. 1º do anexo II da Portaria PGT 531/2014 e no Plano Logístico Sustentável MPT 2019/2022.

De acordo com o PLS MPT 2019/2022, as metas a serem alcançadas são: a implementação da Coleta Seletiva Solidária em 100% das Unidades Administrativas do MPT, e a implementação da gravimetria (pesagem) de resíduos recicláveis em 60% das Unidades Administrativas.

COMPARATIVO IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA NO MPT 2018/2019

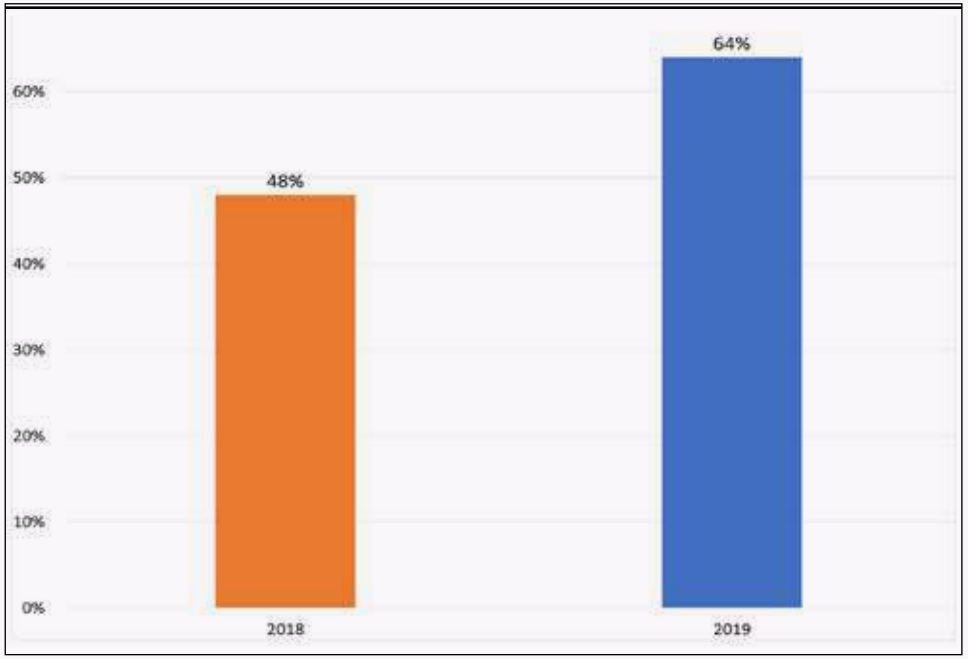


Gráfico 92 Comparativo implementação do programa de coleta seletiva solidária no MPT 2018-2019

CONSUMO DE ÁGUA

Conforme a pesquisa, 32% das Unidades Administrativas implementaram a gravimetria (pesagem) de resíduos recicláveis, cabe destaque às Unidades Administrativas que já implementaram esta prática, a saber PGT, 2ª, 3ª, 8ª, 12ª, 13ª, 17ª e 18ª Regiões. Observa-se que a meta descrita no PLS MPT 2019/2022 que é da implementação da gravimetria (pesagem) de resíduos recicláveis em 60% das Unidades Administrativas, já foi alcançada em cerca de 52%.

As demais ações podem ser também observadas no gráfico a seguir:

AÇÕES SUSTENTÁVEIS ADOTADAS PARA MELHORIA DA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

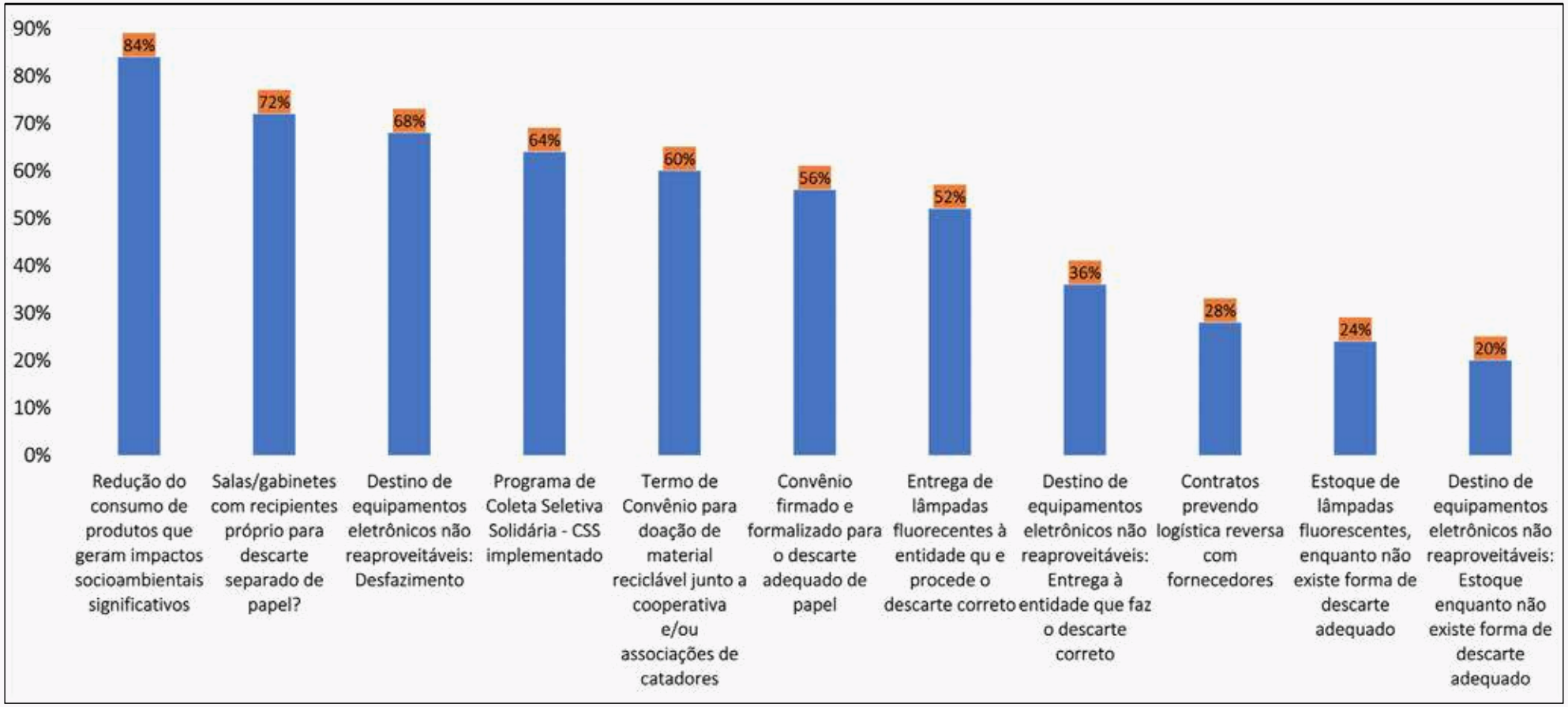


Gráfico 93 Ações sustentáveis adotadas para melhoria da gestão de resíduos sólidos

LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

A pesquisa 2019 abordou a respeito das medidas empregadas nas licitações com o fim de agregar critérios de sustentabilidade às aquisições do MPT.

Dentre os itens mais considerados nos processos licitatórios, estiveram presentes a inclusão de critérios e práticas de sustentabilidade nos projetos básicos, termos de referência e editais de licitações elaborados para aquisição e contratação de bens e serviços, presentes em 88% das Unidades Administrativas. Outras ações desenvolvidas podem ser observadas no quadro a seguir:

AÇÕES PARA MELHORIA DA GESTÃO DE LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS MPT – 2019

Inclusão de critérios e práticas de sustentabilidade nos projetos básicos, termos de referências e editais de licitação elaborados para aquisição e contratação de bens e serviços, tais como: construções, adequações, reformas e manutenções, produtos e serviços de tecnologia da informação, lâmpadas de alto rendimento, equipamentos de maior eficiência energética, logística reversa e serviços sustentáveis.	88%
Aquisição de produtos elétricos que possuam o selo A de consumo de energia elétrica.	80%
Cláusulas prevendo ações de cunho socioambiental de prestadores de serviço (contratos de copa e limpeza)	80%
Os contratos de limpeza e conservação vigentes em 2019 possuem cláusula(s) prevendo a obrigatoriedade de separação de resíduos descartados em recicláveis e não-recicláveis.	80%
Há ação ou orientação específica dessa Unidade para a importância do conceito de licitações sustentáveis?	80%
Aquisição e uso exclusivo de lâmpadas de alto rendimento.	68%
Utilização de Guia de Contratações Sustentáveis nas elaborações de Termos de Referência	64%
Possuem nstrumento vigente (convênio/parceria) com cooperativa ou associação de catadores de materiais recicláveis para doação de material reciclável.	56%
Possuem instrumento tem cláusula que proíbe a cooperativa ou associação utilizar mão de obra infanto-juvenil.	56%
Aquisição de carros bicombustíveis.	52%
Em 2019, em contratos e licitações, haviam cláusulas contratuais prevendo algum dos princípios da logística reversa?	44%
Cláusulas de logística reversa.	40%
Elaboração de padronização dos critérios de sustentabilidade para aquisição de materiais e para contratação de serviços.	28%
Realização de controle de editais/critérios sustentáveis; ou seja, planilha contendo o número do edital e os critérios sustentáveis nele presente.	4%

Tabela 86 Ações para melhoria da gestão de licitações sustentáveis MPT - 2019

RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

MPM

12 MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR

MENSAGEM DA PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA MILITAR

O presente Relatório de Gestão, estruturado consoante o modelo do relato integrado, tem como objetivo primordial demonstrar a regular aplicação dos recursos públicos destinados ao Ministério Público Militar (MPM), além de apresentar, por meio de informações financeiras e não financeiras, como a Instituição gera valor para seus públicos, interno e externo, os principais resultados alcançados em 2019 e a sua visão para o futuro.

A gestão do MPM, com vistas ao atendimento de suas prioridades, diligenciou pela racionalização dos meios, primando pela eficácia, eficiência, efetividade e controle dos gastos. Nesse sentido, ressalto que foram implementadas medidas, qualitativas e quantitativas, de controle e de monitoramento do dispêndio público, com o escopo de otimizar a alocação dos recursos orçamentários.

É imperioso evidenciar que o cenário atual de dificuldades, intensas transformações e demandas crescentes por resultados, desafia as organizações públicas a inovar, ampliar e melhorar o produto prestado à sociedade, a fim de que o almejado grau de excelência na prestação dos serviços públicos seja efetivamente alcançado.

Nesse contexto, considerando que os resultados efetivos decorrem das boas práticas de gestão, o MPM, em cumprimento à missão institucional, com foco na sua visão de futuro e com vistas a atingir seus objetivos estratégicos, por meio do seu Planejamento Estratégico (Plano Estratégico 2016-2020), empreendeu esforços com vistas à modernização administrativa.

Cabe destacar que a gestão de 2019 ocupou-se, precipuamente, em definir e executar iniciativas prioritárias, desenvolver projetos nas áreas fim e meio, evoluir na implantação de uma cultura por resultados e na gestão de riscos, bem como na melhoria crescente da qualidade das ações institucionais desenvolvidas.

Por fim, é relevante mencionar que o MPM atua na apuração de crimes militares, no controle externo da atividade policial judiciária militar e na instauração de inquérito policial-militar, com o objetivo de proteger o patrimônio público, os direitos individuais indisponíveis e os direitos constitucionais. Possui como missão a promoção da justiça, da democracia e da cidadania, considerando as especificidades das Forças Armadas. Ademais, almeja como visão ser reconhecido pela essencialidade na promoção da Justiça Militar da União e pela excelência na gestão.

13 VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

13.8.1. IDENTIFICAÇÃO DA UPC

O Ministério Público Militar é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, integrante do Ministério Público da União (MPU). Incumbe-lhe, conforme disposição do artigo 127 da Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988, a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, no âmbito específico da Justiça Militar da União (JMU).

A Lei Complementar nº 75[1] , de 20 de maio de 1993, Lei Orgânica do MPU, que dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do MPU, arrola, em seu capítulo III, as competências legais do MPM junto aos Órgãos da Justiça Militar.

Ademais, a organização do MPM é disciplinada em normativos internos, a saber: o Regimento Interno da Estrutura Administrativa do MPM[2] ; o Regimento Interno do Centro de Apoio à Investigação – CPADSI[3] ; e a Portaria que dispõe acerca das atribuições e funcionamento da Ouvidoria do MPM[4] .

O MPM é a instituição federal que oficia perante os Órgãos da JMU, sendo responsável pela fiscalização e apuração dos crimes militares previstos no Código Penal Militar, praticados pelos integrantes das Forças Armadas e por civis. Ainda com relação às competências privativas, convém destacar o papel do MPM na prestação de relevantes serviços à Nação na preservação da hierarquia e da disciplina nas Forças Armadas, que, por sua vez, são as Organizações responsáveis pela preservação da soberania nacional.

Conforme disposto nos artigos 26, inc. IV e 120 da Lei Orgânica do MPU, o MPM tem como chefe o Procurador-Geral de Justiça Militar, membro da carreira, nomeado e empossado pelo Procurador-Geral da República dentre integrantes da Instituição, com mais de trinta e cinco anos de idade e de cinco anos na carreira, escolhidos em lista tríplice, pelo Colégio de Procuradores, para mandato de dois anos, permitida uma recondução, observado o mesmo processo.

O MPM, conforme definido em seu Plano Estratégico 2016-2020 e em consonância com a CF/1988 e LC nº 75/1993, tem como Missão institucional: Promover a justiça, a democracia e a cidadania, observando as especificidades das Forças Armadas; como Visão: Ser reconhecido pela essencialidade na promoção da Justiça Militar da União e pela excelência na gestão; e como Valores: Conduta ética, eficiência, eficácia e efetividade; comprometimento, valorização das pessoas, independência funcional, probidade, imparcialidade, transparência, credibilidade e excelência.

Por fim, cabe ressaltar que o MPM, dentro do propósito de cumprir suas competências institucionais, bem como sua missão institucional, tem suas decisões e atitudes orientadas pelos princípios da legalidade, da eficiência, da eficácia, da efetividade, da moralidade, da impessoalidade, bem como por condutas voltadas à busca da transparência, da valorização das pessoas, da independência funcional e do comprometimento ético.

1 LC 75/1993 – Capítulo III – Art. 116. Compete ao Ministério Público Militar o exercício das seguintes atribuições junto aos órgãos da Justiça Militar:

I - promover, privativamente, a ação penal pública;

II - promover a declaração de indignidade ou de incompatibilidade para o oficialato;

III - manifestar-se em qualquer fase do processo, acolhendo solicitação do juiz ou por sua iniciativa, quando entender existente interesse público que justifique a intervenção.

Art. 117. Incumbe ao Ministério Público Militar:

I - requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial-militar, podendo acompanhá-los e apresentar provas;

II - exercer o controle externo da atividade da polícia judiciária militar.

2 Portaria nº 21/PGJM, de 05 de fevereiro de 2020.

3 Portaria nº 143/PGJM, de 3 de agosto de 2017.

4 Portaria nº 14/PGJM, de 6 de fevereiro de 2017.

13.8.2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR

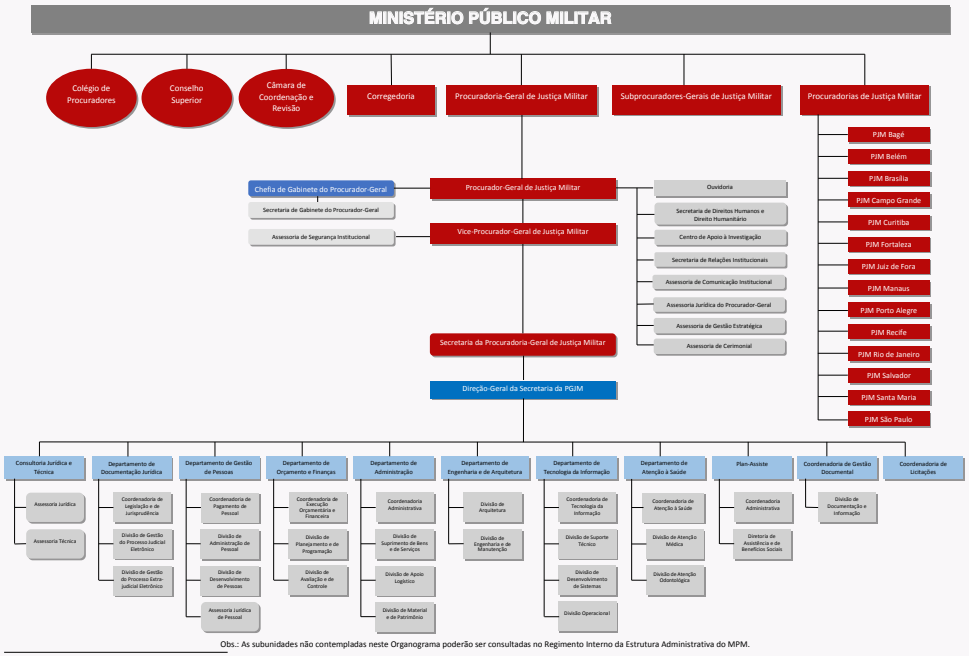


Figura 38 Organograma

A descrição e competências de cada uma das unidades que compõem a estrutura organizacional administrativa do Órgão estão dispostas no Regimento Interno da Estrutura Administrativa do MPM, aprovado pela Portaria PGJM nº 21, de 5 de fevereiro de 2020.

A Portaria PGJM nº 21/2020 é integrada, ainda, pela correlação dos cargos em comissão e funções de confiança (Anexo II), e pelo organograma da Instituição (Anexo IV), ambos do Regimento Interno.

No que diz respeito aos órgãos[5] que integram a estrutura do MPM, a respectiva descrição e competências estão arroladas no Capítulo III – Do Ministério Público Militar, da LC nº 75/1993.

13.8.3. AMBIENTE EXTERNO

No intuito de apresentar com fidedignidade o resultado da gestão do MPM no exercício de 2019, é fundamental trazer à discussão eventos do cenário político e econômico do período que, dada sua relevância, impactou o desempenho planejado para a Instituição.

No âmbito administrativo, a Direção-Geral do MPM exerce o planejamento, a coordenação, o acompanhamento e a análise dos processos de suporte à atividade finalística, bem como a avaliação, o direcionamento e o monitoramento da gestão, a fim de assegurar o alinhamento das ações das áreas sob sua responsabilidade com o Plano Estratégico em vigor (PE 2016-2020).

No que diz respeito ao PE 2016-2020, a Direção-Geral diligencia para a consecução dos objetivos estratégicos da gestão,: modernizar a gestão administrativa; desenvolver competências; otimizar a alocação de recursos orçamentários; aprimorar o uso da tecnologia da informação; integrar e valorizar pessoas; e adequar a estrutura física do MPM.

Ainda em relação à gestão administrativa, em especial seu aperfeiçoamento e sua modernização, merecem registro algumas ocorrências meritórias de destaque no exercício, nas áreas de Gestão de Pessoas, Gestão de Contratos e Fiscalização e Tecnologia da Informação.

Quanto à Gestão de Pessoas, no intuito de definir objetivos e metas, bem como mecanismos de controles internos para a área específica em questão, foi publicada a Política Nacional de Gestão de Pessoas do MPM[6] , que estabelece os princípios e as diretrizes que regulamentam as ações e os processos de Gestão de Pessoas do Órgão.

No tocante à área de Gestão de Contratos e Fiscalização, foi implantado o Sistema de Gestão de Contratos e Fiscalização – SISCON, que permite o gerenciamento de contratos e instrumentos congêneres, bem como o acompanhamento da execução contratual do MPM pela fiscalização e demais áreas interessadas.

5 LC 75/1993 – Capítulo III – Art. 118. São órgãos do Ministério Público Militar:

I – o Procurador-Geral da Justiça Militar;

II – o Colégio de Procuradores da Justiça Militar;

III – o Conselho Superior do Ministério Público Militar;

IV – a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Militar;

V – a Corregedoria do Ministério Público Militar;

VI – os Subprocuradores-Gerais da Justiça Militar;

VII – os Procuradores da Justiça Militar;

VIII – os Promotores da Justiça Militar.

6 Portaria nº 252, de 19 de dezembro de 2019 – Instituiu a Política Nacional de Gestão de Pessoas no âmbito do MPM.

Relativamente à área de Tecnologia da Informação, foram realizados investimentos que possibilitaram a aquisição de software e equipamentos para modernização tecnológica do Órgão, com a criação de soluções tecnológicas que auxiliam as perícias investigativas, a análise de dados no combate à corrupção e, ainda, as diversas áreas de apoio administrativo.

Por fim, é de extrema importância salientar o impacto do cenário econômico ditado pela Emenda Constitucional nº 95/2016, que instituiu o Novo Regime Fiscal, e o efetivo cumprimento das prioridades estratégicas da Instituição. Considerando a restrição orçamentária imposta, combinada com o significativo montante de despesas obrigatórias, o MPM foi compulsoriamente levado a adotar medidas gerenciais de corte e de contenção de despesas, precipuamente em relação às despesas administrativas com a manutenção e o funcionamento do Órgão e às relativas aos investimentos.

13.8.4. MODELO DE NEGÓCIOS

Com o escopo de contribuir com a missão e a visão da Instituição, que consiste na promoção da justiça militar, da democracia e da cidadania; de atender ao objetivo estratégico "Aperfeiçoar a prestação judicial e extrajudicial para garantir a eficiência, eficácia e celeridade na atuação judicial e extrajudicial, bem como incentivar os meios alternativos de solução de conflitos nos procedimentos com atuação extrajudicial e o aperfeiçoamento da legislação afeta", as áreas finalísticas do Órgão ministerial proveem o suporte técnico-jurídico necessário à modernização da prestação judicial e extrajudicial. Cabe a elas atuar diretamente na coordenação, gerenciamento, atualização e aperfeiçoamento dos sistemas processuais eletrônicos do MPM.

Em relação à tramitação eletrônica dos feitos judiciais e extrajudiciais, cumpre destacar que representa um avanço no processo contínuo de melhoria na prestação jurisdicional para a sociedade, uma vez que favorece a celeridade na promoção da justiça militar, a transparência das atividades ministeriais e a segurança das informações.

Quanto aos sistemas de registro eletrônico, destacam-se, quanto aos feitos judiciais, o e-ProcJMU e, quanto aos extrajudiciais, o MPVirtual.

No tocante aos produtos e serviços da Instituição destacam-se: pareceres, denúncias, alegações finais, audiências, arquivamentos, recursos, arguição de conflito de competência, diligências, procedimento de investigação criminal (PIC), notícia de fato, distribuição de feitos judiciais e extrajudiciais, recomendações, enunciados e prestação de informações processuais ao público em geral. Já no que diz respeito aos principais clientes, o MPM reúne as Forças Armadas, o Superior Tribunal Militar (STM), as vítimas de crime militar, os membros do MPM, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e a sociedade como um todo.

Nesse contexto, as ilustrações a seguir retratam a produtividade da atuação do Órgão no exercício de 2019.

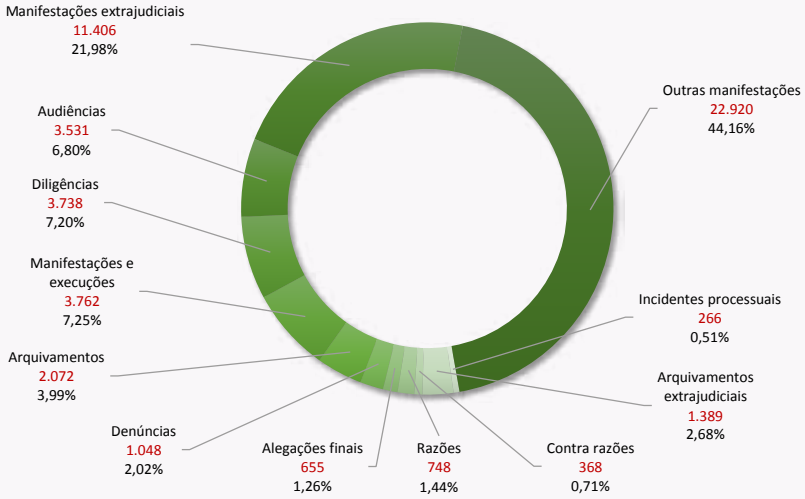


Gráfico 94 Atividades Judiciais e Extrajudiciais da Procuradorias de Justiça Militar

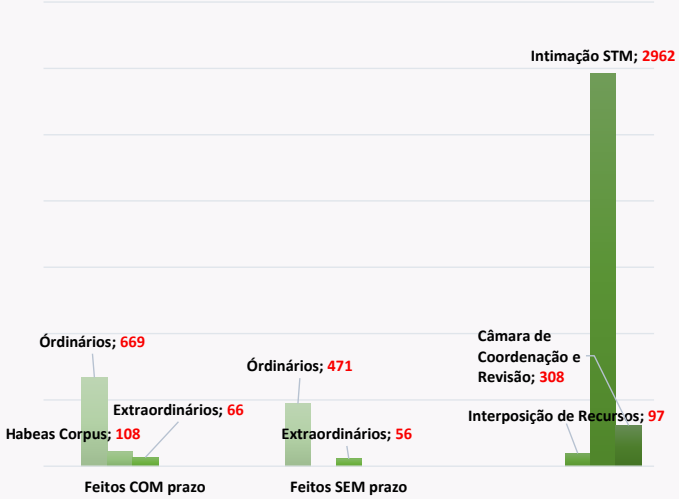


Gráfico 95 Atividades Judiciais e Extrajudiciais da PGJM

CADEIA DE VALOR

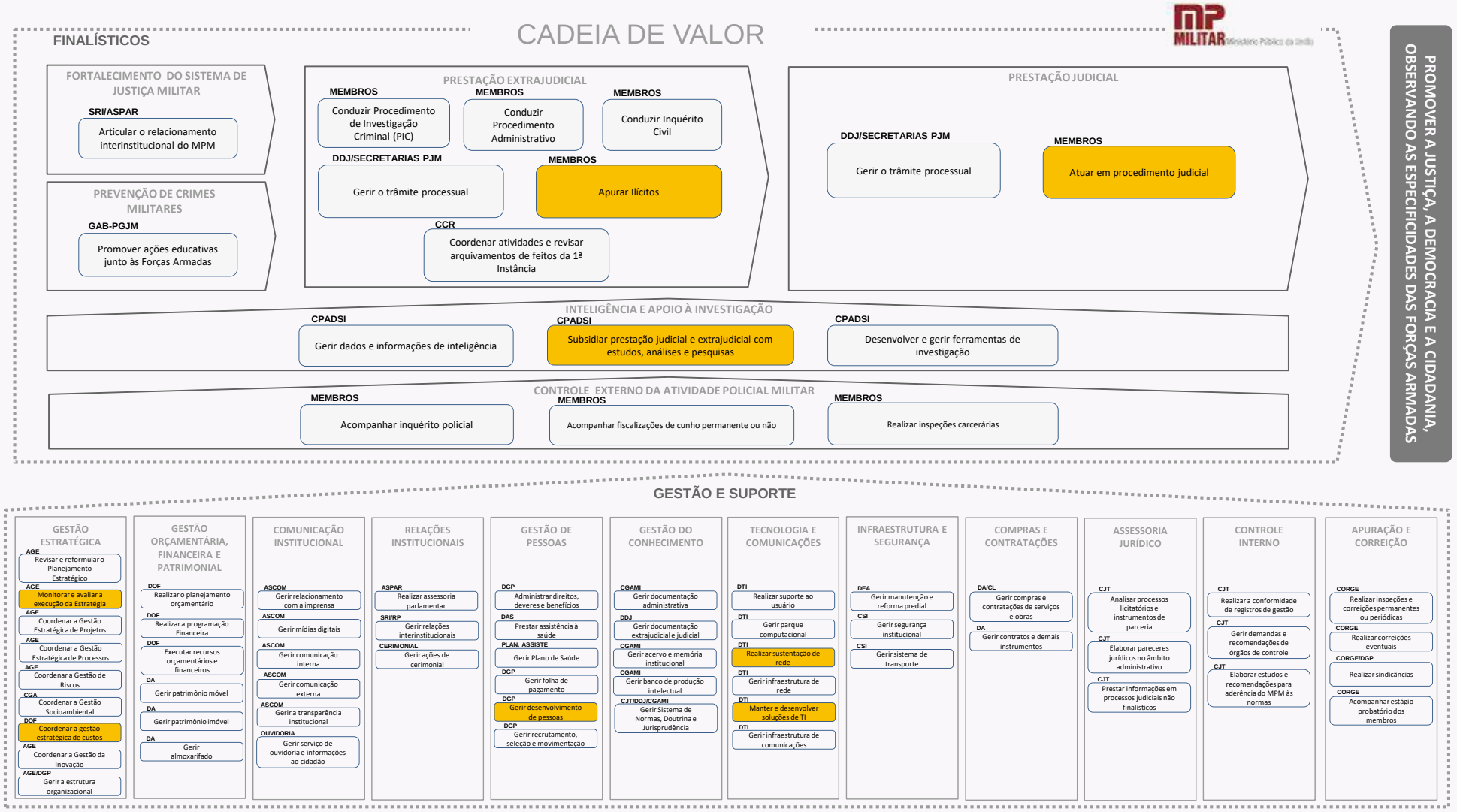


Figura 39 Cadeia de Valor

A cadeia de valor representa o modo como as diferentes atividades executadas se combinam, em uma organização, para o seu funcionamento e a geração de valor para clientes e demais partes interessadas. A cadeia de valor do MPM é estruturada em seis macroprocessos finalísticos e doze macroprocessos de gestão e suporte e, ainda, identifica os principais atores envolvidos.

Concluída a etapa de construção da cadeia de valor, foi possível dar início ao processo de modelagem e transformação de processos. Em 2019, tendo como objetivo principal a melhoria das rotinas de gestão, ultimou-se a transformação do macroprocesso de segundo nível "Subsidiar a prestação judicial e extrajudicial com estudos, análises e pesquisas". Convém evidenciar os seguintes resultados:

Média do tempo total do PAI	Nível de satisfação
Mensura o atendimento a um Pedido de Apoio à Investigação, do preenchimento ao envio do relatório final.	Mensura o nível de satisfação dos membros em relação ao trabalho executado pelo CPADSI, tendo em vista a avaliação de relatórios.
7	82%
Acordos de cooperação técnica	**Plano de melhorias**
Mensura a quantidade de instrumentos implementados até o ano de 2019.	Mensura, por meio do acompanhamento dos prazos estabelecidos, o percentual de ações implementadas.

Figura 40 Transformação de Processos

13.8.5. PERFIL DO DIRIGENTE DA UNIDADE DE CONTEXTO

Jaime de Cassio Miranda, Procurador-Geral de Justiça Militar.
Ingresso no MPM, em 18 de outubro de 1999, pós-graduado em Direito Internacional dos Conflitos Armados.

14 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA

14.8.1. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O Plano Estratégico do Ministério Público Militar 2016-2020, aprovado por meio da Portaria nº 129/PGJM, de 9 de dezembro de 2015, definiu os referenciais estratégicos, objetivos, iniciativas, indicadores e metas de desempenho. Sua construção encontra-se alinhada às diretrizes dispostas na Resolução nº 147, de 21 de junho de 2016, do Conselho Nacional do Ministério Público.

Considerando a competência constitucional do Ministério Público, ao qual incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, foram definidas a MISSÃO: "Promover a justiça, a democracia e a cidadania, observando as especificidades das Forças Armadas"; e a VISÃO: "Ser reconhecido pela essencialidade na promoção da Justiça Militar da União e pela excelência na gestão", que, aliadas à estratégia da organização, alicerçam todo o sistema da gestão estratégica em longo, médio e curto prazos.

Ainda, a fim de orientar o comportamento e as atitudes dos membros e servidores da Instituição, bem como as decisões em todos os níveis de governança foram definidos os seguintes VALORES: "Conduta ética; eficiência; eficácia e efetividade; comprometimento; valorização das pessoas; independência funcional; probidade; imparcialidade; transparência; credibilidade e excelência.

O mapa estratégico do MPM, por sua vez, evidencia, de maneira simplificada, os desafios que a organização deve suplantar para concretizar a visão de futuro e cumprir sua missão. Ele apresenta nove objetivos estratégicos, que representam os patamares a serem alcançados por meio de iniciativas, e quatro resultados para a sociedade, conforme figura e tabela a seguir:

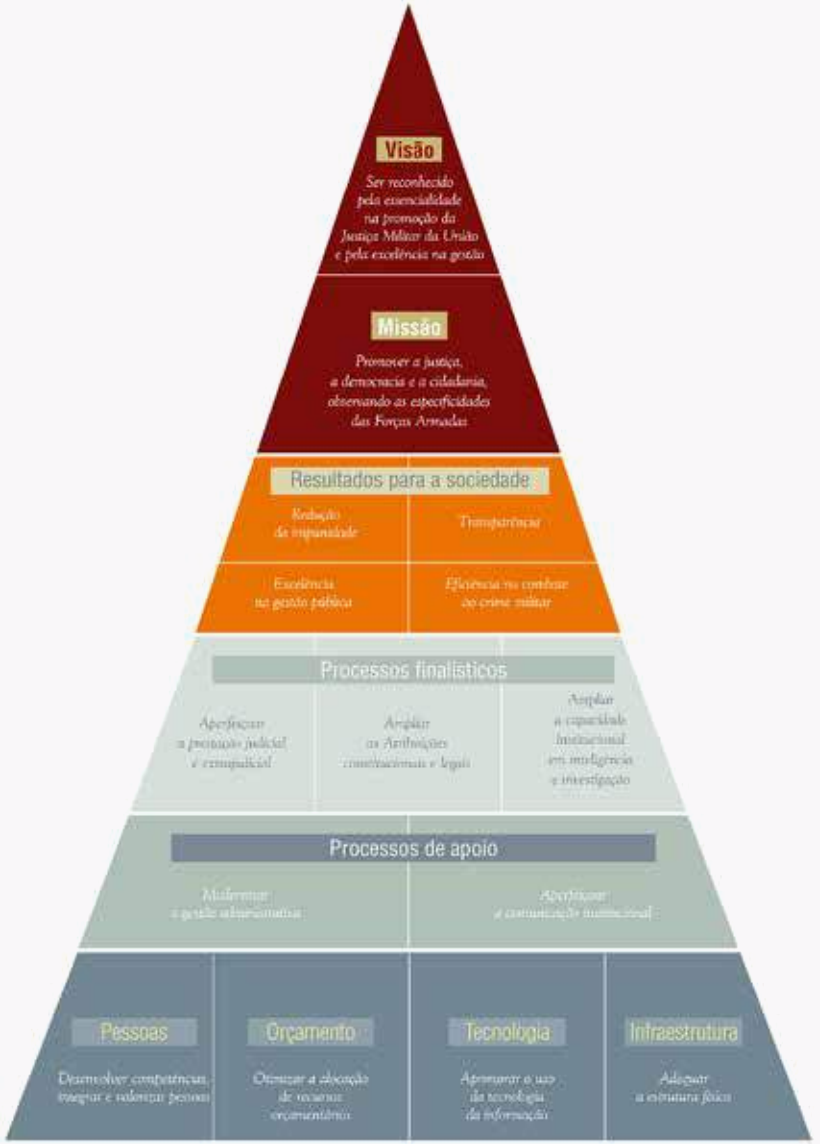


Figura 41 Mapa Estratégico

ESTRATÉGIA E ALOCAÇÃO DE RECURSOS									
Visão: "Ser reconhecido pela essencialidade na promoção da Justiça Militar da União e pela excelência na gestão."									
Objetivos Estratégicos	**Desenvolver competências, integrar e valorizar pessoas***	**Otimizar a alocação de recursos orçamentários**	**Aprimorar a tecnologia da informação***	**Adequar a estrutura física**	**Modernizar a gestão administrativa***	**Aperfeiçoar a comunicação institucional***	**Aperfeiçoar a prestação judicial e extrajudicial***	**Ampliar a capacidade institucional em inteligência e investigação***	**Ampliar as atribuições institucionais e legais**
Estratégias	Adotar modelo de gestão por competências	Compatibilizar o Plano Estratégico com a programação orçamentária e financeira	Implementar soluções tecnológicas	Adequar as estruturas físicas do MPM aos padrões de acessibilidade, qualidade e segurança	Criar cultura de gestão estratégica	Aperfeiçoar os mecanismos de comunicação	Garantir agilidade e efetividade nos procedimentos judiciais e extrajudiciais	Fortalecer as estruturas de apoio à investigação	Fortalecer a atuação do MPM perante o Congresso Nacional e outras Instituições
	Promover a capacitação profissional	Garantir a gestão eficiente dos recursos orçamentários	Disponibilizar ou aprimorar sistemas	Constituir patrimônio próprio e de instalações	Estruturar a gestão do conhecimento		Intensificar a atuação preventiva a crimes e outros ilícitos militares		
	Promover a saúde e o bem-estar no trabalho		Garantir a segurança da informação		Instituir cultura de preservação ambiental		Intensificar o suporte às operações das FFAA		
					Aprimorar o controle interno		Aperfeiçoar a legislação e uniformizar procedimentos		
					Adequar a estrutura administrativa das unidades		Fortalecer a atuação na esfera dos Direitos Humanos e do Direito Internacional Humanitário		
					Otimizar a Segurança Institucional				

Nota: * Objetivos estratégicos considerados prioritários no exercício de 2019.

Tabela 87 Estratégia e Alocação de Recursos

14.8.2. GOVERNANÇA

DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA

O MPM possui estrutura de governança composta por instâncias internas e externas, que atuam de forma integrada no que diz respeito à normatização e ao controle; à fiscalização; e à revisão da atividade funcional e dos gastos públicos.

A existência de Conselhos, Comitês, Câmara, Corregedoria e Ouvidoria garantem fóruns legítimos com o objetivo de direcionar e controlar, atuando, inclusive, como mecanismo de pesos e contrapesos. Pontua-se, ainda, o papel da Auditoria Interna do Ministério Público (AUDIN–MPU), no âmbito do controle interno, e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e do Tribunal de Contas da União, no âmbito do controle externo.

Convém esclarecer que a implantação de mecanismos de direcionamento estratégico no Órgão é recente. Com a publicação da Portaria PGJM, nº 111, de 26 de agosto de 2016, foi criado o Comitê de Gestão Estratégica (CGE), instância de Governança responsável pelo estabelecimento das diretrizes para a gestão estratégica, além dos mecanismos de acompanhamento.

Para o acompanhamento e o controle da estratégia da Instituição são realizadas, anualmente, três tipos de reuniões, de nível estratégico e tático: Reunião de Análise Estratégica (RAE), Reunião de Análise Estratégica – Nível Tático (RAT) e Reunião de Alinhamento (RA).

Ao final de cada semestre, são elaborados Relatórios Semestral e Anual, contendo o desempenho de cada objetivo estratégico, os quais, após provação pelo CGE, são publicados no site do MPM.

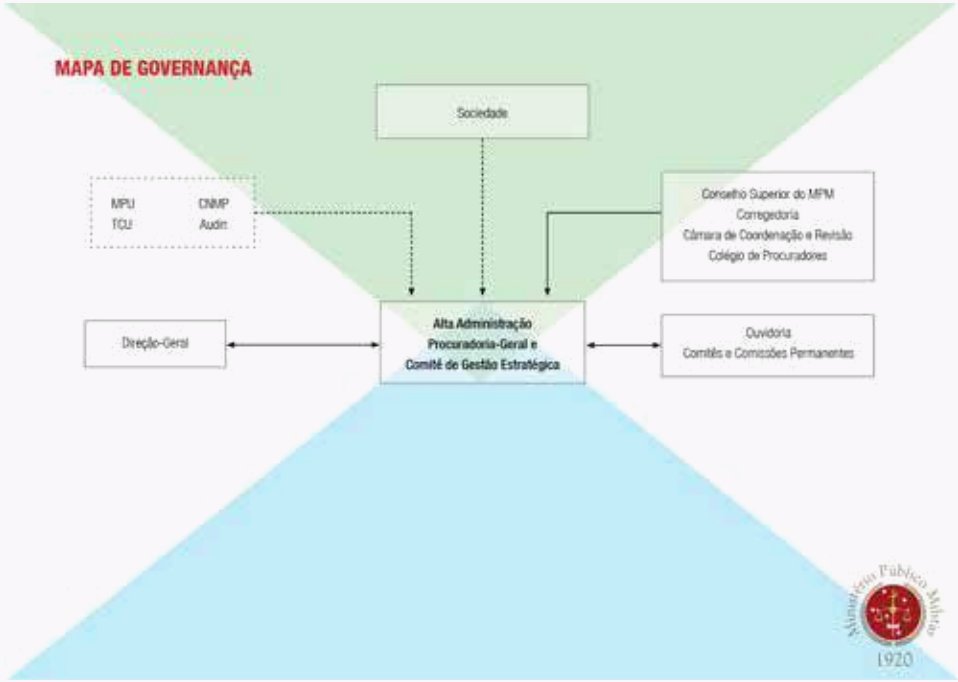


Figura 42 Mapa de Governança

A Estrutura de Governança do MPM foi concebida com base nas referências de melhores práticas de governança e gestão, incluindo o Referencial Básico de Governança Aplicável a Órgãos e Entidades da Administração Pública do TCU[1] . A figura acima representa as principais instâncias de governança e de gestão da Instituição e os relacionamentos entre elas.

1 https://portal.tcu.gov.br/data/files/84/34/1A/4D/43B0F410E827A0F42A2818A8/2663788.PDF.

INFORMAÇÕES SOBRE OS COLEGIADOS

Comitê de Gestão Estratégica (CGE)

Ao CGE compete estabelecer as diretrizes para o planejamento e a gestão estratégica do Órgão. É composto pelo Procurador-Geral de Justiça Militar, pelo Vice-Procurador-Geral de Justiça Militar, pelo Ouvidor-Geral, pelo Corregedor-Geral, por um representante da Câmara de Coordenação e Revisão, por três representantes do Colégio de Procuradores e pelo Diretor-Geral.

Principais Instâncias Internas de Apoio à Governança

Conselho Superior do Ministério Público Militar (CSMPM): estabelecido pela Lei Complementar nº 75/1993, compete exercer o poder normativo no âmbito do MPM; aprovar o orçamento; determinar a realização de correições e sindicâncias e a instauração de processos administrativos em que o acusado seja membro. É formado por todos os Subprocuradores-Gerais de Justiça Militar;

Corregedoria (CORGE): estabelecida pela Lei Complementar nº 75/1993, é o Órgão fiscalizador das atividades funcionais e da conduta dos membros do MPM;

Câmara de Coordenação e Revisão (CCR): estabelecida pela Lei Complementar nº 75/1993, compete promover a coordenação, a integração e a revisão do exercício funcional de membros na Instituição;

Ouvidoria: instituída pela Portaria PGJM nº 14/2017, canal direto e desburocratizado do cidadão, servidor e membros do MPM, com objetivo de dar efetividade, manter e aprimorar um padrão de excelência nos serviços e atividades prestadas pela Instituição;

Comitê de Gestão Estratégica de Segurança Institucional (CGESI): criado pela Portaria PGJM nº 74/2018, possui competência de assessorar o Procurador-Geral de Justiça Militar em assuntos relativos à segurança institucional e inteligência; de elaborar o Plano de Segurança Institucional e o Plano de Segurança Orgânica, bem como toda e qualquer documentação correlata;

Comissão Institucional de Gestão Ambiental: criada pela Portaria PGJM nº 308/2009, com o objetivo de promover os procedimentos voltados ao estudo, sugestão e acompanhamento de medidas internas, delineadas à adoção de rotinas administrativas ecologicamente sustentáveis e a conscientização institucional para preservação ambiental;

Comissão de Ética: criada pela Portaria PGJM nº 202/2017, objetiva orientar e aconselhar sobre ética, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, bem como implementar e gerir o código de ética dos servidores e colaboradores.

Principais Instâncias Externas de Governança

Auditoria Interna do Ministério Público da União (AUDIN–MPU): Órgão de Controle Interno com competência para fiscalizar a aplicação dos recursos públicos destinados ao Ministério Público da União;

Tribunal de Contas da União (TCU): Órgão de Controle Externo com competência para fiscalizar a aplicação dos recursos públicos federais;

Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP): Controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres de seus membros.

ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS

A Corregedoria do MPM é o órgão fiscalizador das atividades funcionais e da conduta dos membros da Instituição, que tem sua atuação pautada estritamente pelas normas estabelecidas no art. 127 da CF/1988; nos artigos. 124 e 137 a 139 da Lei Complementar nº 75/1993; nas Resoluções editadas pelo CNMP; no Regimento Interno da Corregedoria do MPM[2] ; e; subsidiariamente, pelas previsões do Regime jurídico dos servidores públicos civis da União[3] .

Incumbe, ao Órgão de Correição, dentre outras atividades, realizar correições ordinárias e extraordinárias, presenciais ou por meio de recursos da tecnologia da informação, nos Gabinetes dos Subprocuradores-Gerais da Justiça Militar, nas Procuradorias da Justiça Militar, na Câmara de Coordenação e Revisão e no CPADSI, com a finalidade de:

- Verificar a regularidade dos serviços da unidade objeto de correição, bem como a conduta e a eficiência dos Membros no exercício de suas funções;
- Verificar o cumprimento das obrigações legais, dos atos normativos, das recomendações e determinações dos órgãos da administração superior do MPM e do CNMP;
- Levantar as dificuldades e as necessidades das unidades objeto de correição, apresentando sugestões preventivas ou saneadoras;
- Encaminhar recomendações para a adoção de providências aos membros, diante de eventuais problemas constatados.

A política correicional instituída no MPM é voltada à orientação pedagógica, detecção, reparação e orientação de procedimentos anômalos, com a verificação da observância das normas afetas à matéria. A fim de que este objetivo seja alcançado, é inegável a importância das correições ordinárias, que devem ser periódicas, sistemáticas, objetivas e ágeis, com-

2 Resolução CSMPM 90, de 30 de novembro de 2016.
3 Lei nº 8.112, de 11 de novembro de 1990.

preendendo o universo de atuação judicial e extrajudicial, pretérita, imediata e preventiva; e, igualmente, das correições extraordinárias, que são conduzidas por comissão designada e presidida pelo Corregedor-Geral, e sempre realizadas por determinação do CSMPM, do Procurador-Geral de Justiça Militar, do CNMP, de ofício pelo Corregedor-Geral ou por requerimento de membro interessado.

Consoante o RI da Corregedoria do MPM, é, também, atribuição do Corregedor-Geral receber as representações e acompanhar o exercício das atividades funcionais dos membros do MPM em relação a quaisquer atos ou fatos que violem os princípios institucionais ou que atentem contra o decoro funcional. Incumbe ao Corregedor-Geral, conforme a hipótese concreta, a realização de sindicância e instauração de inquérito administrativo contra integrante da carreira.

Desse modo, a atuação do Órgão Correicional destina-se, mormente, à valorização da atuação e à busca da integração dos membros do MPM, com o fito de contribuir para o devido cumprimento de suas atribuições. Sua função é imprescindível à convergência de valores e esforços capazes de redundar na otimização e engrandecimento da Instituição.

14.8.3. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

CANAIS DE ACESSO E SERVIÇOS AO CIDADÃO

A página eletrônica do MPM prioriza o acesso do cidadão às informações institucionais. No Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) estão dispostos os links para a "Ouvidoria do MPM", o "Acesso à Informação", conforme previsto na Lei de Acesso à Informação (LAI)[4] e no "Portal da Transparência".

Existe, ainda, link com o informativo "O que o MPM pode fazer por você", que detalha a atuação da Instituição, explica em quais situações o MPM deverá ser acionado e como pode ser feito esse contato.

A Ouvidoria, por sua vez, é o canal de comunicação entre o MPM e o cidadão, colaborando para a melhoria dos serviços que o Órgão presta à sociedade. Podem ser encaminhadas reclamações, denúncias, críticas, sugestões, elogios, bem como solicitadas providências e informações, incluindo dados gerenciais e estatísticos, acerca dos serviços prestados pelo MPM, seus órgãos e serviços auxiliares.

MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE

A transparência ativa do MPM é desenvolvida por meio do seu Portal da Transparência, instrumento de controle social da execução orçamentária, financeira, administrativa e finalística da Instituição. Sua estrutura foi desenvolvida conforme preconizado pelas Resoluções nº 86, 89 e 115 do CNMP, que, por seu turno, dão aplicabilidade à transparência exigida pela LAI.

A Comissão de Controle Administrativo e Financeiro (CCAF) do CNMP analisa as informações disponibilizadas nos sítios de todos os ramos do Ministério Público Brasileiro, aferindo o efetivo cumprimento dos mais de 250 itens utilizados para o monitoramento eletrônico.

No exercício de 2019, o MPM obteve grau de excelência em todas as medições realizadas pelo CNMP. Atingindo na última avaliação do CNMP o percentual de 100% de transparência.

4 Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

14.8.4. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

No exercício de 2019 foi concluída a elaboração do Plano de Projeto de Gestão de Riscos e foi dado início à sua implementação. O Projeto visa à definição da estratégia e das bases para a implantação da Gestão de Riscos no MPM, com o objetivo de antever e minimizar os impactos ao alcance dos objetivos institucionais. A metodologia potencializará a performance organizacional, a redução de custos e prazos, além da melhoria da accountability e da governança pública.

Nesse sentido, foi realizado benchmarking em Órgãos como o TCU, CGU, MPF, AUDIN-MPU e Correios; revisão documental; treinamentos; elaboração de Plano de Comunicação e de Capacitação; bem como minutas de Política de Gestão de Riscos, estrutura de governança e de estratégia de implementação.

Dessa forma, em que pese o uso sistematizado da gestão dos riscos nos projetos elaborados no MPM, o plano traçado prevê a implantação da Gestão de Riscos no Órgão de maneira escalonada e será alicerçada nas diretrizes e metodologias definidas pelo Tribunal de Contas da União, pelo Conselho Superior do Ministério Público e pelo Ministério Público da União.

O MPM possui, ainda, unidades formalmente estabelecidas capazes de minimizar riscos na atuação da atividade-fim e atividade-meio, de forma a atingir de maneira eficiente seus objetivos institucionais.

No âmbito da atividade-fim, a Corregedoria do MPM exerce a fiscalização das atividades funcionais e da conduta de seus membros e a Câmara de Coordenação de Revisão possui a atribuição da coordenação, integração e revisão do exercício funcional na Instituição.

Quanto à atividade-meio, a Consultoria Jurídica e Técnica, unidade consultiva vinculada diretamente à Direção-Geral da Secretaria da Procuradoria-Geral de Justiça Militar, contribui para a minimização dos riscos na atividade administrativa, uma vez que tem sob sua responsabilidade a análise revisional dos processos de gestão do Órgão. Além disso, presta auxílio ao Ordenador de Despesas no processo de tomada de decisão, por meio de pesquisas jurisprudenciais, doutrinárias e normativas, bem como identificação de pontos de maior risco e de necessidades de padronização de procedimentos e aperfeiçoamento dos atos administrativos.

RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MPM

15 RESULTADOS DA GESTÃO

15.8.1. O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR EM NÚMEROS

Este item apresenta os resultados percebidos frente aos objetivos estratégicos e às prioridades da gestão. Para tanto, utilizou-se as três perspectivas que estruturam o mapa estratégico. São elas: resultados para a sociedade; processos; e pessoas e meios.

RESULTADOS PARA A SOCIEDADE

Esta perspectiva demonstra resultados relevantes alcançados que poderão ser percebidos pela sociedade com a consecução dos objetivos estratégicos e que contribuirão para o atingimento da visão de futuro da Instituição.

Redução da Impunidade – Considerou-se o êxito em processos judiciais, apurado pelo nível de aderência das sentenças judiciais à manifestação definitiva do MPM, por instância.

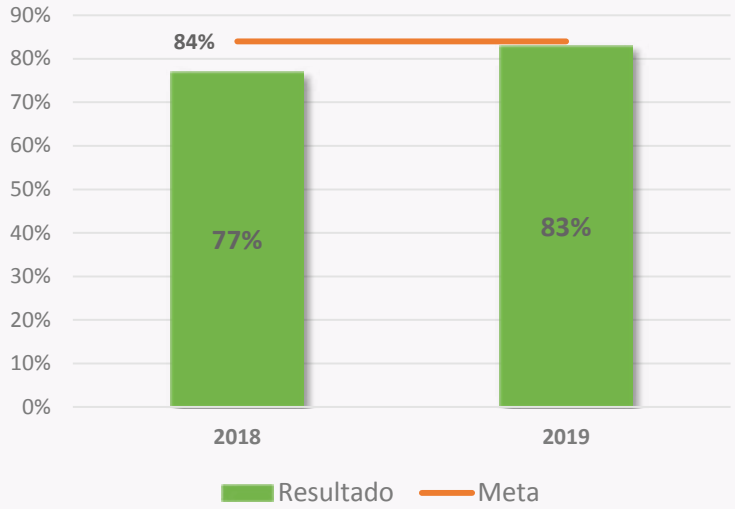


Gráfico 100 Êxito em Processos Judiciais – 1ª Instância

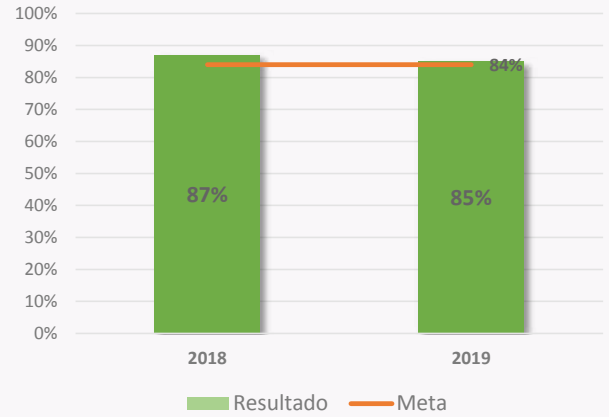


Gráfico 96 Êxito em Processos Judiciais – 2ª Instância

Eficiência no Combate ao Crime Militar – O indicador definido para sua apuração é o tempo de tramitação extrajudicial, que mensura o tempo médio dos feitos, na prestação extrajudicial, nos últimos 6 meses, tendo como parâmetro o intervalo de tempo decorrido entre a notícia de fato e o oferecimento da denúncia ou arquivamento.

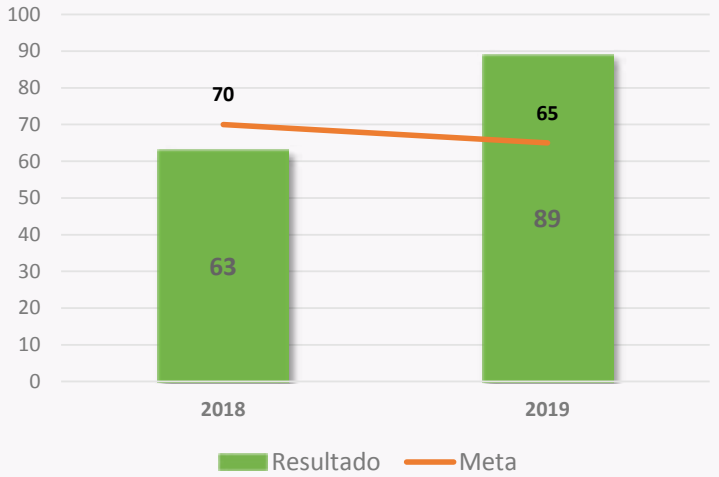


Gráfico 97 Tempo de Tramitação Extrajudicial (dias)

Excelência na Gestão Pública – O indicador definido é a excelência em planejamento estratégico, que mensura o nível de implementação do planejamento estratégico, definido pelo "ranking de Planejamento Estratégico Nacional', do CNMP, sendo: Excelente: 95% a 100%; Ótimo: 90% a 94,99%; Bom: 80% a 89,99%; Regular: 70% a 79,99 e Insatisfatório: menor que 70%.

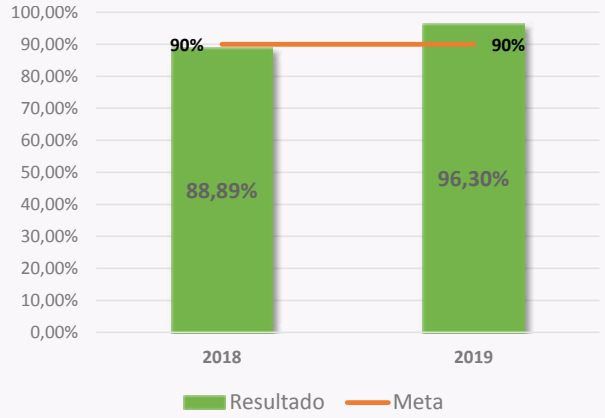


Gráfico 98 Excelência em Planejamento Estratégico

Transparência – O indicador definido é o percentual de atendimento pleno aos parâmetros definidos pelo CNMP, por meio do instrumento "Transparentômetro".

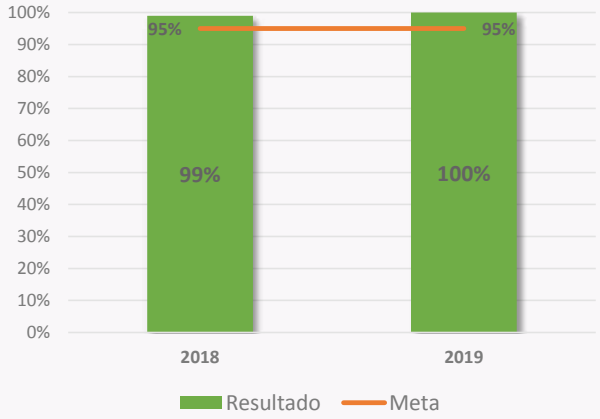


Gráfico 99 Transparência

PROCESSOS

Esta perspectiva aponta os resultados dos processos de apoio e finalísticos do Órgão, englobando os seguintes objetivos e suas respectivas diretrizes estratégicas e indicadores:

Ampliar as Atribuições Constitucionais e Legais – Este objetivo visa desenvolver ações perante o Congresso Nacional e outras Instituições, visando à ampliação e consolidação das atribuições do MPM em consonância com os anseios da sociedade.

A diretriz estratégica "fortalecer a atuação do MPM perante o Congresso Nacional e outras Instituições" é mensurada pelo indicador "ampliação e fortalecimento das atribuições do MPM e da competência da Justiça Militar", que por sua vez, representa o quantitativo de proposições legislativas monitoradas pelo Órgão. A diretriz em tela restou prejudicada, uma vez que todas as proposições legislativas foram arquivadas.

Ampliar a Capacidade Institucional em Inteligência e Investigação – O objetivo visa aperfeiçoar os mecanismos de investigação, por meio do fornecimento de dados e produção de conhecimentos necessários ao exercício das funções institucionais do MPM, bem como implantar a cultura de inteligência.

A diretriz estratégica "fortalecer as estruturas de apoio à investigação", é mensurada pelo indicador "capacidade de investigação", que representa o quantitativo de pedidos de apoio a investigação realizados, com produção de relatórios, em relação ao total de pedidos de apoio demandados no exercício.

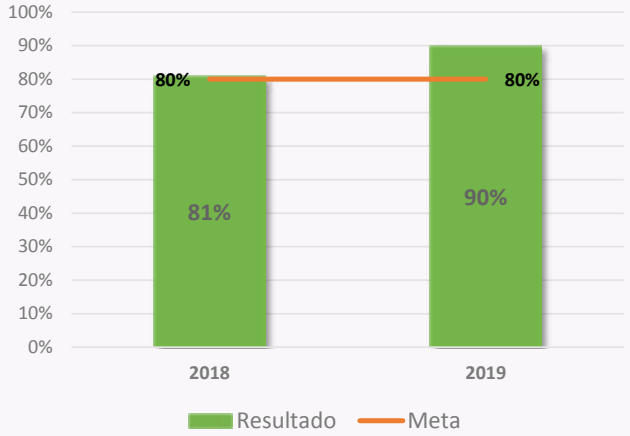


Gráfico 101 Capacidade de Investigação

Aperfeiçoar a Prestação Judicial e Extrajudicial – O objetivo visa garantir a eficiência, eficácia e celeridade na atuação judicial e extrajudicial, bem como incentivar os meios alternativos de solução de conflitos nos procedimentos.

As diretrizes estratégicas são: garantir agilidade e efetividade nos procedimentos judiciais e extrajudiciais; intensificar a atuação preventiva a crimes e outros ilícitos; intensificar suporte às operações das Forças Armadas; aperfeiçoar a legislação e uniformizar procedimentos; fortalecer a atuação na esfera dos Direitos Humanos e do Direito Internacional Humanitário.

O indicador "ampliação da investigação direta" fornece a taxa de aumento percentual dos feitos instaurados no período de seis meses.

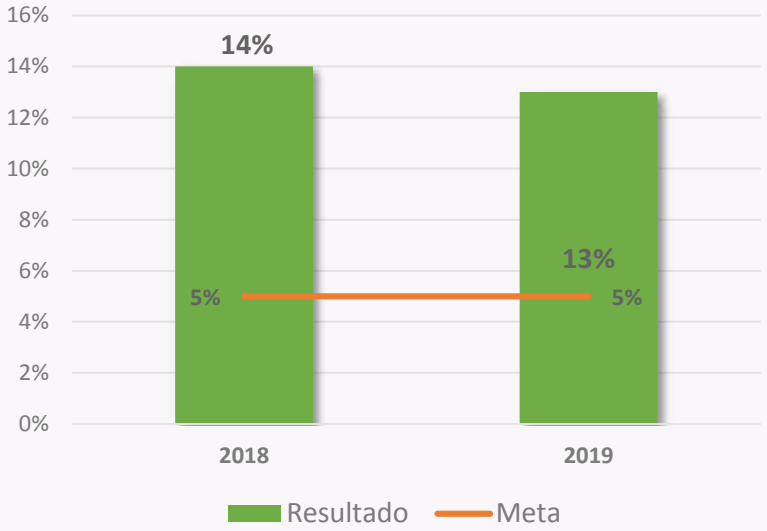


Gráfico 104 Ampliação da Investigação Direta

Aperfeiçoar a Comunicação Institucional – O objetivo visa o aprimoramento da comunicação interna e externa, tornando-a mais direta, tempestiva e acessível, ampliando as formas de acesso do cidadão à Instituição.

A diretriz estratégica "aperfeiçoar os mecanismos de comunicação" é mensurada pelos indicadores: "acesso ao site do MPM", "presença nas redes sociais" e "presença na mídia".

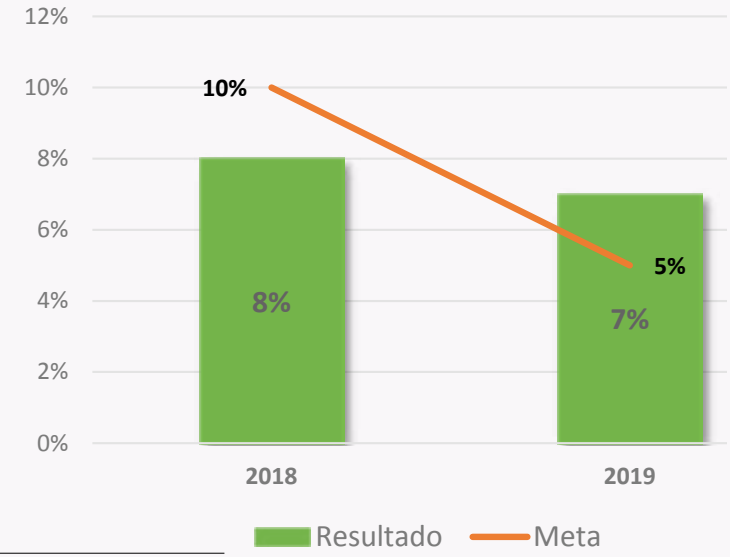


Gráfico 102 Acesso ao Site do MPM

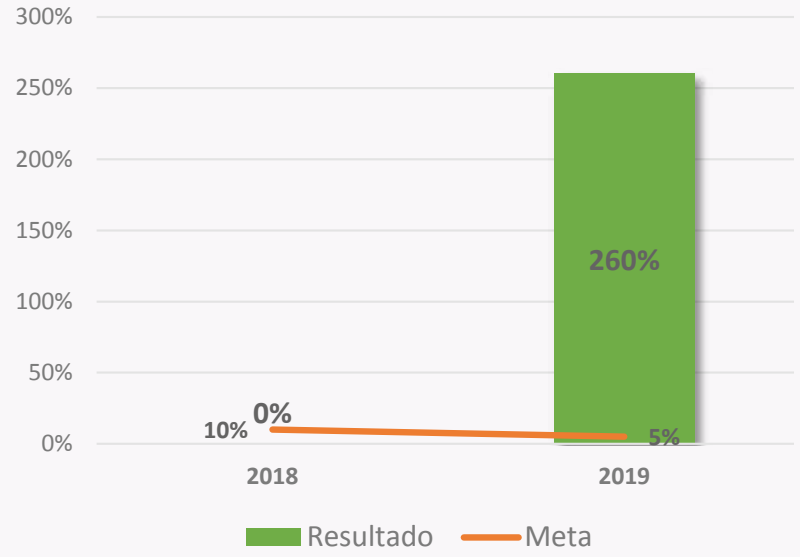


Gráfico 103 Presença na Mídia

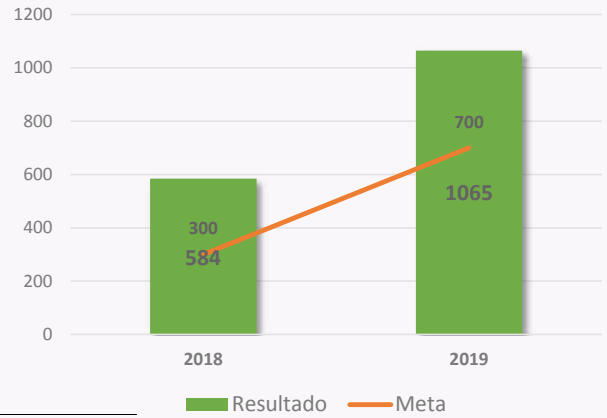


Gráfico 105 Presença nas Redes Sociais

Modernizar a Gestão Administrativa – O objetivo visa implantar técnicas gerenciais focadas na modernização de procedimentos, padronização de rotinas, otimização de fluxos de processos internos, mecanismos de difusão do conhecimento, dentre outros instrumentos, garantindo o fortalecimento da governança e a eficácia na execução das atividades institucionais e administrativas.

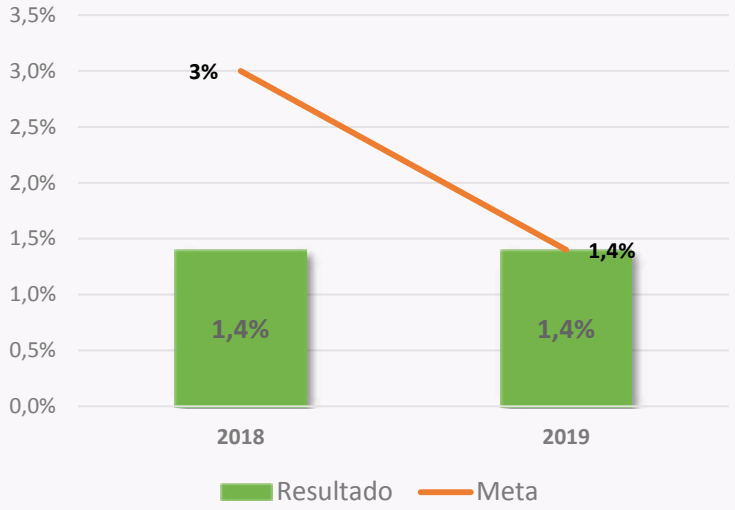


Gráfico 106 Governança de Processos

As diretrizes estratégicas são: criar cultura de gestão estratégica; estruturar a gestão do conhecimento; instituir cultura de preservação ambiental; aprimorar o controle interno; adequar a estrutura administrativa das unidades e otimizar a segurança institucional.

Os indicadores "governança de processos", "práticas sustentáveis" e "governança de projetos" mensuram, respectivamente, o percentual de processos qualificados como críticos na cadeia de valor do MPM; o percentual de implementação das ações preventivas no Plano de Logística Sustentável; e o percentual de iniciativas qualificadas como projetos prioritários.

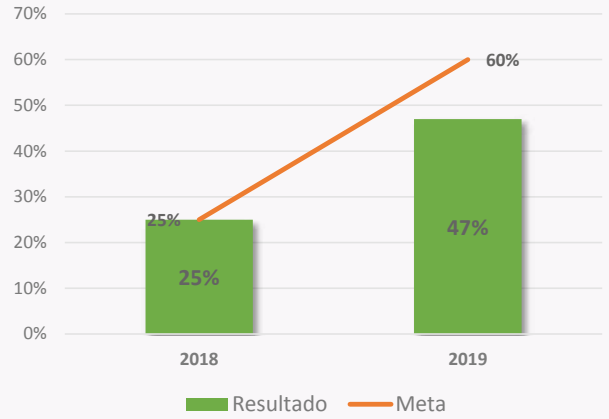


Gráfico 107 Práticas Sustentáveis

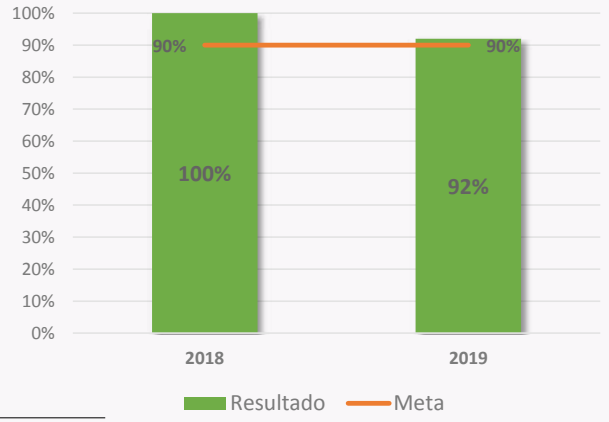


Gráfico 108 Governança de Projetos

No contexto internacional, Agenda de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas, estabeleceu 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a serem implementados por todos os países do mundo até o ano de 2030. O MPM, por sua vez, contribui, no âmbito de suas competências, para o alcance de 5 deles, a saber:

Figura 43 Agenda de Desenvolvimento Sustentável da ONU

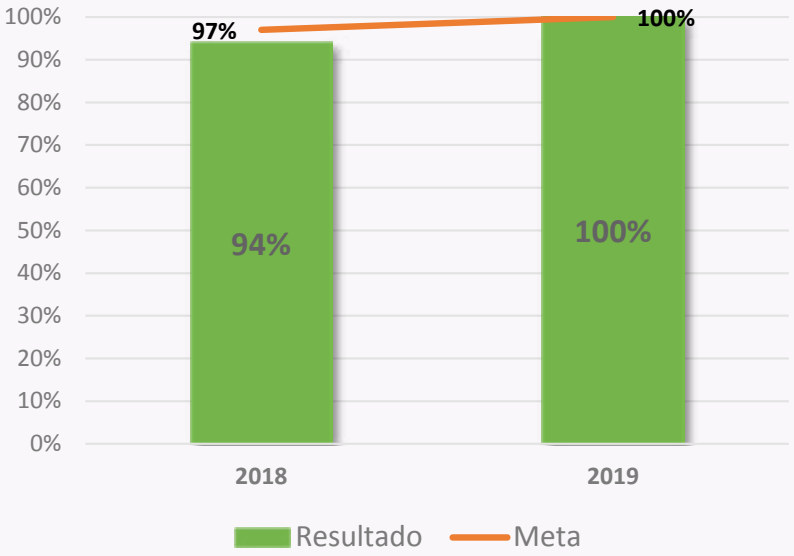


Gráfico 109 Execução de Obras

PESSOAS E MEIOS

Esta perspectiva aponta os resultados relacionados à infraestrutura, à tecnologia, ao orçamento e aos recursos humanos, englobando os seguintes objetivos e suas respectivas diretrizes estratégicas e indicadores:

Adequar a Estrutura Física – Este objetivo visa prover as Procuradorias do MPM de infraestrutura física adequada, visando à conformidade da acessibilidade e da segurança, bem como à melhoria das condições de trabalho e de atendimento aos usuários.

As diretrizes estratégicas são: "adequar a estrutura física do MPM aos padrões de acessibilidade, qualidade e segurança e constituir patrimônio próprio e de instalações".

O indicador "execução de obras" mensura o percentual das obras de construção ou reformas de instalações, com base no valor total da despesa liquidada em relação ao total previsto no Plano Estratégico. A acessibilidade e a segurança das instalações é aferida pelo percentual de Procuradorias com nível de adequação igual ou superior a 80%.

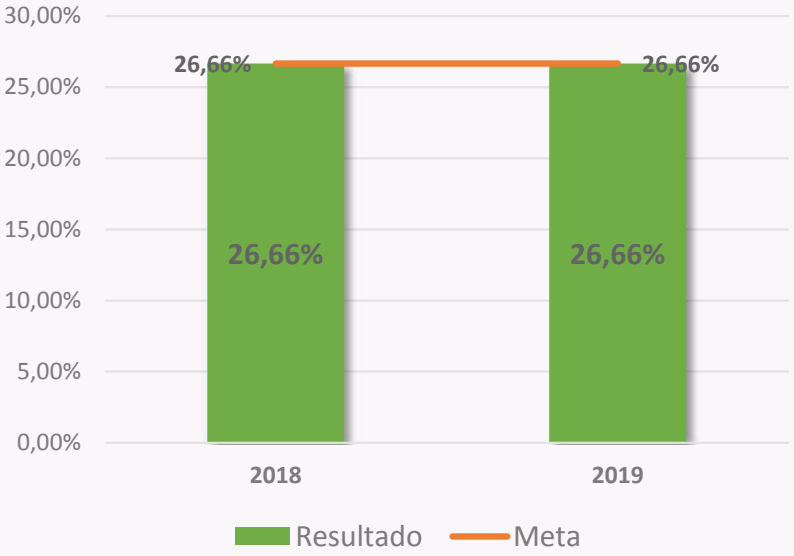


Gráfico 110 Acessibilidade e Segurança das Instalações

Aprimorar o Uso da Tecnologia da Informação – O objetivo que visa garantir os recursos tecnológicos apropriados ao aperfeiçoamento das atividades judiciais e administrativas, incorporando tecnologias inovadoras e melhorando a execução de procedimentos e a segurança da informação.

As diretrizes estratégicas são: implementar soluções tecnológicas; disponibilizar ou aprimorar sistemas e garantir a segurança da informação.

Os indicadores "processos de gestão de TI" e "novas tecnologias" mensuram, respectivamente, o percentual de macroprocessos de tecnologia da informação e de sistemas, soluções e processos de TI, implementado em relação aos planejados. Já o indicador "segurança da rede MPM", afere a quantidade de Procuradorias de Justiça Militar com a solução de segurança de perímetro interna (Firewall) atualizada.

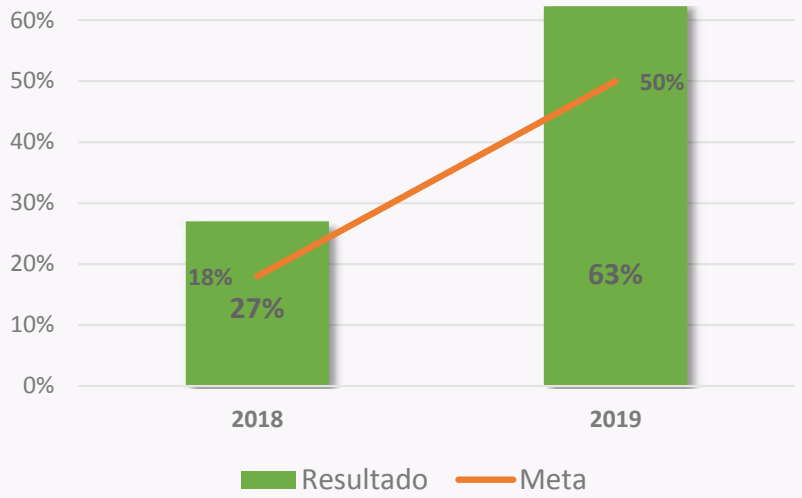


Gráfico 111 Novas Tecnologias

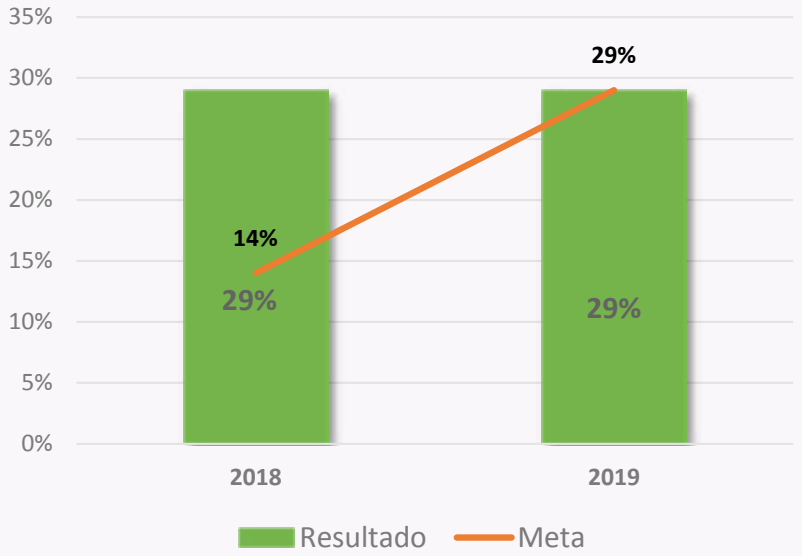


Gráfico 112 Processos de Gestão de TI

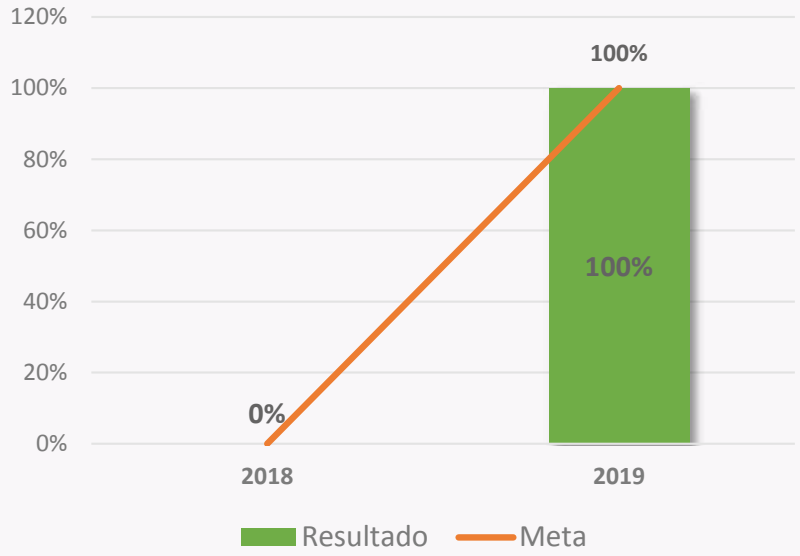


Gráfico 113 Segurança da Rede MPM

Otimizar a Alocação de Recursos Orçamentários – Objetivo que visa aprimorar a eficiência na alocação de recursos, por meio da priorização da execução das ações de suporte à estratégia e da racionalização do gasto público.

As diretrizes estratégicas são "compatibilizar o Plano Estratégico com a programação orçamentária e financeira" e "garantir a gestão eficiente dos recursos orçamentários".

Os indicadores "orçamentação do Plano Estratégico" e "Restos a Pagar" mensuram, respectivamente, o percentual da execução dos projetos prioritários em cada exercício e o percentual das despesas inscritas em restos a pagar não processados, em relação à dotação orçamentária do exercício.

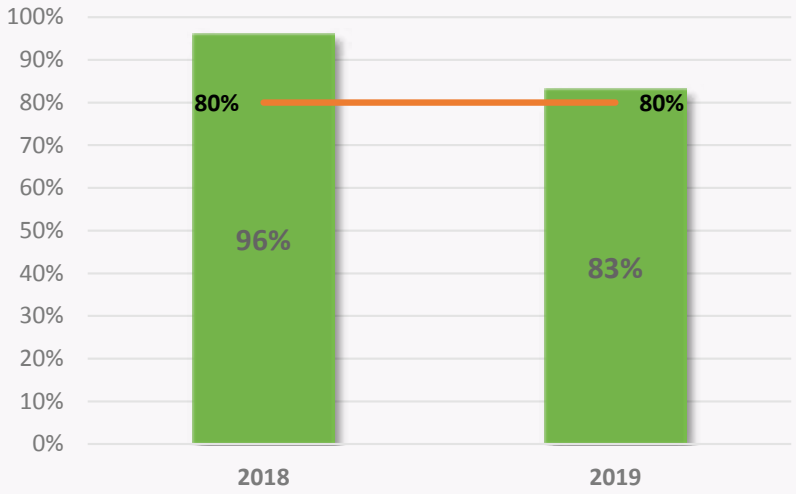


Gráfico 116 Orçamento do Plano Estratégico

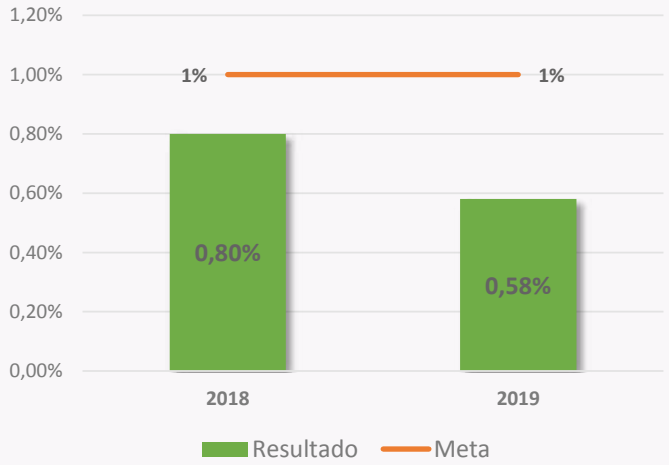


Gráfico 115 Restos a Pagar

Desenvolver Competências, Integrar e Valorizar Pessoas – Objetivo estabelecido para garantir o desenvolvimento e a manutenção de competências orientadas para o aperfeiçoamento das atividades, bem como favorecer um clima organizacional voltado para a valorização das pessoas, da saúde e da integração interpessoal.

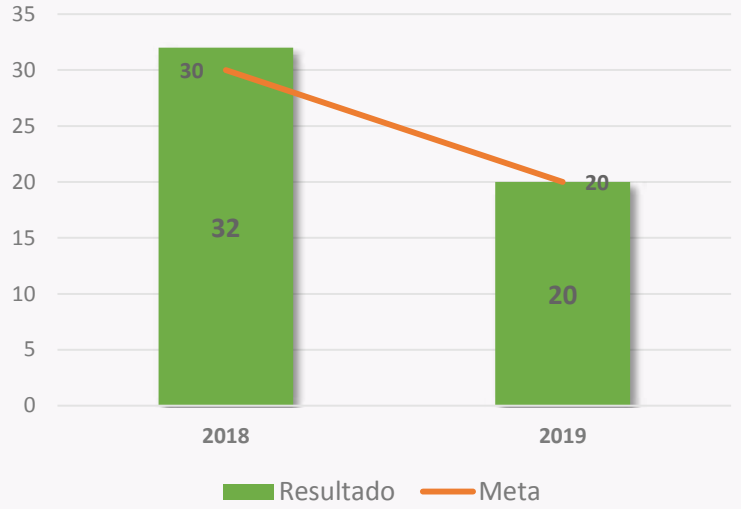


Gráfico 114 Nível de Capacitação

As diretrizes estratégicas são: "adotar modelo de gestão por competências"; "promover a capacitação profissional"; e "promover a saúde e o bem-estar no trabalho".

Os indicadores "nível de capacitação" e "índice de absenteísmo" mensuram, respectivamente, a quantidade média de horas de capacitação por servidor e o quantitativo total de dias de afastamento, do corpo funcional em relação ao ano anterior.

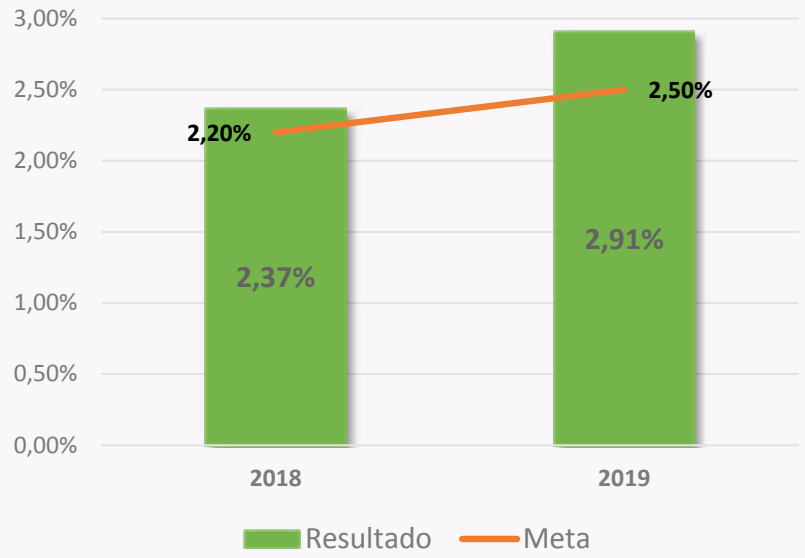


Gráfico 117 Índice de Absenteísmo

O Plano Estratégico em vigor e o monitoramento de suas ações estão disponíveis na página do MPM – http://www.mpm.mp.br/plano-estrategico/; e na página da Gestão Estratégica – http://gestaoestrategica.mpm.mp.br.

NDN NDN NDN

16 ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO

16.8.1. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A Lei Orçamentária Anual de 2019 (LOA/2019)[1] consignou ao Ministério Público Militar dotação orçamentária inicial de R$ 261.110.827,00. Alterações orçamentárias ulteriores, no montante líquido de R$ 14.126.000,00, redimensionaram o orçamento de 2019 para o valor de R$ 275.236.827,00. A dotação final observada corresponde a um incremento de 7,58% em relação à do ano anterior.

Há de se considerar a ocorrência de descentralização de créditos orçamentários, interna (provisão) e externa (destaque), relativa ao ressarcimento de despesas comuns decorrentes do uso de imóvel pertencente ao patrimônio da União, consoante Termo de Execução Descentralizada (TED) nº 1/2017, firmado entre o Ministério Público Militar, o Ministério Público do Trabalho – PRT 1ª Região, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (FUNDACENTRO), o Ministério da Economia (ME) e o Ministério da Ciência, Tecnologia, Informação e Comunicação (MCTIC).

Em relação ao saldo de R$ 3.157.786,98, decorrente da execução orçamentária e financeira de 2019, é apropriado salientar que a maior parte desse valor (99,69%) imputa-se à anulação de dotação de despesas financeiras, do grupo pessoal e encargos sociais.

O significativo montante pode ser explicado em razão de provisões realizadas pelo órgão setorial considerando-se expectativa de ocorrência de despesas de passivo de pessoal, as quais não se efetivaram no exercício e tampouco há previsão de sua efetivação no ano civil de 2020, sendo, portanto, imprópria sua inscrição em restos a pagar. Ainda, por tratar-se de despesa financeira, dada sua natureza e peculiaridades, não pode ter seu montante remanejado. Assim, a quantia referente ao saldo observado foi devolvida aos cofres públicos. À vista disso, identifica-se, no MPM, execução orçamentária em torno da integralidade do crédito disponibilizado.

O demonstrativo a seguir evidencia a destinação dos recursos do exercício de 2019, considerando a LOA, os créditos adicionais, as descentralizações recebidas e a execução orçamentária e financeira.

Em relação ao créditos adicionais destacam-se os destinados à ação Assistência Médica e Odontológica e ao grupo de natureza da despesa (GND) Pessoal e Encargos Sociais, totalizando R$ 14.126.000,00, respectivamente.

A suplementação efetivada na ação Assistência Médica e Odontológica justifica-se pela necessidade inadiável de tomada de decisão com escopo de reequilibrar as contas do Plan-Assiste/MPU, uma vez que projeções atuariais apontaram para uma situação de insolvência financeira do referido programa de saúde. Nesse sentido, o Conselho Gestor do Plan-Assiste/MPU deliberou, como medida emergencial, pelo remanejamento de R$ 8.700.000,00 do orçamento do Plan-Assiste/MPF para o Plan-Assiste/MPM.

Quanto ao crédito adicional aplicado no GND Pessoal e Encargos Sociais, o montante de R$ 4.458.00,00 foi igualmente remanejado pelo MPF para adimplemento de passivo referente à conversão de licença prêmio em pecúnia, de membros e servidores da Instituição.

1 LOA/2019 – Lei nº 13.808, de 15 de janeiro de 2019.

Variação Orçamentária – MPM 2018/2019		
LOA 2018 – R$	**LOA – 2019**	**Variação 2018/2019**
255.836.171,00	**275.236.827,00**	**7,58%**

Fonte: Tesouro Gerencial 2019.

Tabela 88 Variação Orçamentária

ESPECIFICAÇÃO	LOA 2019 (A) [1]	CRÉDITOS ADICIONAIS (B) [2]	DOTAÇÃO TOTAL (C) = (A+B)	PROVISÃO RECEBIDA (D) [3]	DESTAQUE RECEBIDO (E) [4]	DESPESA EXECUTADA (F)[5]
Pessoal e Encargos Sociais	220.124.673,00	3.726.000,00	223.850.673,00	-	-	220.702.629,58
Custeio	36.786.154,00	9.343.689,00	46.129.843,00	83.704,60	393.127,94	46.596.931,98
Capital	4.200.000,00	1.056.311,00	5.256.311,00	-	95.842,49	5.352.153,49
Total	**261.110.827,00**	**14.126.000,00**	**275.236.827,00**	**83.704,60**	**488.970,43**	**272.651.715,05**
Saldo						**3.157.786,98**

Obs: [1] Dotação LOA 2019.
[2] Créditos adicionais do tipo suplementar / dotação cancelada e remanejada.
[3] Provisão recebida do MPT.
[4] Destaques recebidos do INCRA (R$ 199.509,03); do MCTIC (R$ 126.262,00); do ME (R$ 56.424,25); e da FUNDACENTRO (106.775,15).
[5] Despesa Executada.

Fonte: Departamento de Orçamento e Finanças (DOF/PGJM); Tesouro Gerencial/2019.

Tabela 89 Demonstrativo do Orçamento de 2019

PERFIL DO GASTO

Execução Orçamentária dos Programas e das Ações de Governo

Programa	Ação de Governo	2018			2019			Variação (%)		
		Dotação Autorizada	Despesas Empenhadas	Restos a Pagar Inscritos	Dotação Autorizada	Despesas Empenhadas	Restos a Pagar Inscritos	Dotação Autorizada	Despesas Empenhadas	Restos a Pagar Inscritos
Previdência de Inativos e Pensionistas	Aposentadorias e Pensões Civis da União	49.171.591,00	49.171.591,00	8.923,59	56.034.394,00	56.034.394,00	842,62	13,96%	13,96%	-90,56%
Defesa da Ordem Jurídica	Contribuição da União, suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	27.188.687,00	19.649.140,06	-	24.267.668,00	21.119.624,58	-	-10,74%	7,48%	-15,16%
	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da Justiça Militar no Rio de Janeiro - RJ	4.150.000,00	3.995.440,74	2.464,95	3.382.311,00	3.382.311,00	37.219,41	-18,50%	-15,35%	
	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	6.626.997,00	6.626.997,00	2,58	14.256.194,00	14.256.194,00	1.008,33	115,12%	115,12%	
	Ativos Civis da União	126.971.161,00	126.971.161,00	13.448,26	143.548.611,00	143.548.611,00	4.171,65	13,06%	13,06%	
	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	8.224.857,00	8.224.857,00	1.577,76	8.289.033,00	8.289.033,00	23.637,65	0,78%	0,78%	
	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	3.801.342,00	3.801.342,00	0,00	199.293,00	199.293,00	26.681,52	-94,76%	-94,76%	
	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público Militar	29.701.536,00	30.194.688,75	1.858.962,49	25.259.323,00	25.822.254,47	1.499.340,13	-14,96%	-14,48%	
Total		**255.836.171,00**	**248.635.217,55**	**1.885.379,63**	**275.236.827,00**	**272.651.715,05**	**1.592.901,31**	**7,58%**	**9,66%**	**-15,51%**

Fonte: Departamento de Orçamento e Finanças (DOF/PGJM); Tesouro Gerencial/2019.

Tabela 90 Execução Orçamentária dos Programas e Ações de Governo

De acordo com o Anexo II, da Lei nº 13.249/2016, Lei que aprovou o PPA para o período de 2016 a 2019, o MPM apresenta sob sua responsabilidade dois programas de governo do tipo de gestão, manutenção e serviços ao estado: Defesa da Ordem Jurídica e Previdência de Inativos e Pensionistas da União.

A ação de governo Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário, que excluindo-se o grupo de natureza de despesa pessoal e encargos sociais, constitui-se na ação de maior representatividade orçamentária sob reponsabilidade do MPM, correspondendo a 49% do orçamento autorizado para o Órgão.

Convém ressaltar o significativo impacto desta ação orçamentária no alcance dos objetivos institucionais, uma vez que concentra grande parte das despesas administrativas imprescindíveis à manutenção e o funcionamento do Órgão e dos gastos com investimentos, com destaque para as contratações de serviços de reforma e manutenção em imóveis; serviços de manutenção e conservação de bens móveis, máquinas e equipamentos; aquisição de equipamentos e material permanente para o aparelhamento das procuradorias; aquisição e manutenção de equipamentos e softwares de informática e serviços de manutenção de rede lógica.

A ação em questão comporta o Plano Orçamentário (PO)[2] Capacitação de Recursos Humanos, essencial ao cumprimento do objetivo estratégico "desenvolver competências, integrar e valorizar pessoas".

2 Plano Orçamentário (PO) é uma identificação orçamentária, de caráter gerencial (não presente na LOA), vinculada à ação orçamentária, que tem por finalidade permitir que, tanto a elaboração do orçamento quanto o acompanhamento físico e financeiro da execução, ocorram num nível mais detalhado do que o do subtítulo/localizador de gasto.

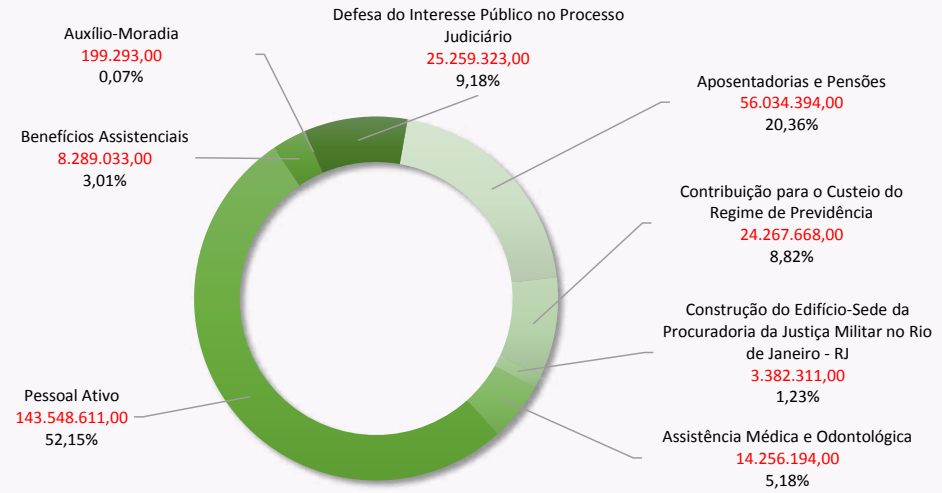


Gráfico 118 LOA 2019 – Ações de Governo

Evolução da Execução Orçamentária e Financeira do MPM

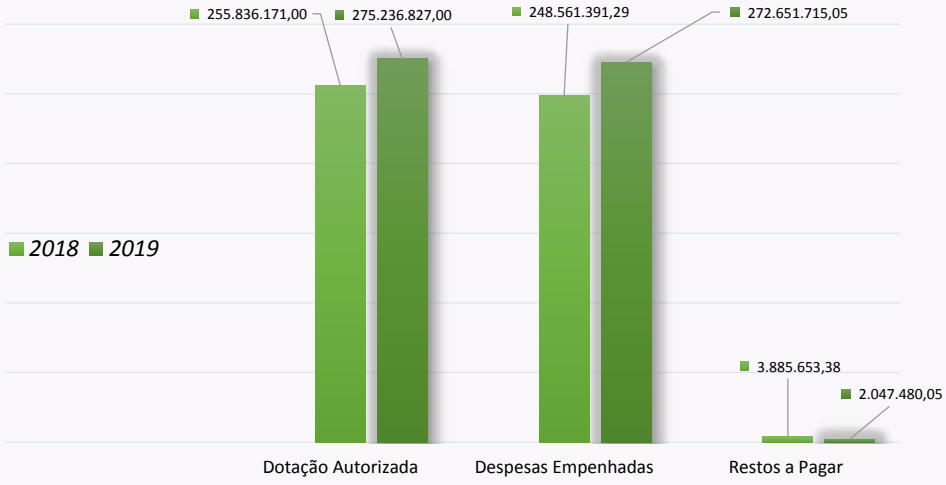


Gráfico 119 Evolução da Execução Orçamentária e Financeira das Despesas

A execução orçamentária e financeira do MPM ocorre de forma centralizada, por meio do Departamento de Orçamento e Finanças da Procuradoria-Geral de Justiça Militar em Brasília.

Relativamente à evolução das despesas nos últimos dois exercícios, é imperioso mencionar que o incremento observado de 7,58% na dotação autorizada para o Órgão, encontra fundamento nos critérios definidos pelo Novo Regime Fiscal (NRF), o qual leva em consideração o comportamento das despesas primárias, impondo como limite orçamentário e financeiro a dotação autorizada do exercício imediatamente anterior corrigida pelo IPCA[3] .

A diferença verificada foi superior ao IPCA aplicado, o que tem amparo nos remanejamentos efetivados por meio de créditos adicionais pelo MPF, a fim de suprir insuficiências de dotação do MPM, precipuamente as relativas às despesas com pessoal, ativo e inativo, e às com o programa de assistência médica.

Detalhamento das Despesas

Sob a ótica da natureza da despesa, no ano de 2019, o orçamento do MPM é assim apresentado:

Composição do Orçamento		
Natureza da Despesa	**LOA 2019 (R$)**	**LOA 2019 (%)**
Pessoal e Encargos Sociais e Benefícios Assitenciais	**246.595.193,00**	**89,59%**
Custeio	**23.385.323,00**	**8,50%**
Investimentos	**5.256.311,00**	**1,91%**

Fonte: Tesouro Gerencial 2019.

Tabela 91 Composição do Orçamento

3 O IPCA definido como fator de correção para estabelecer os limites orçamentários e financeiros para o exercício de 2019 foi de 4,39%.

Execução Orçamentária		
Natureza da Despesa	**Despesa Executada (R$)**	**% Execução**
Pessoal e Encargos Sociais e Benefícios Assitenciais	**243.447.149,58**	**89,29%**
Custeio	**23.852.411,98**	**8,75%**
Investimentos	**5.352.153,49**	**1,96%**

Fonte: Tesouro Gerencial 2019.

Tabela 92 Execução Orçamentária

Detalhamento das Despesas Pessoal e Encargos Sociais e Benefícios Assistenciais

Para melhor compreensão do total de dispêndios com pessoal, foram aqui inseridos os benefícios assistenciais a servidores públicos e a agentes políticos (alimentação, transporte, pré-escolar, médico e odontológico, funeral e moradia), além dos elementos específicos do referido grupo. As despesas aqui inseridas encerram a totalidade das despesas obrigatórias do Órgão.

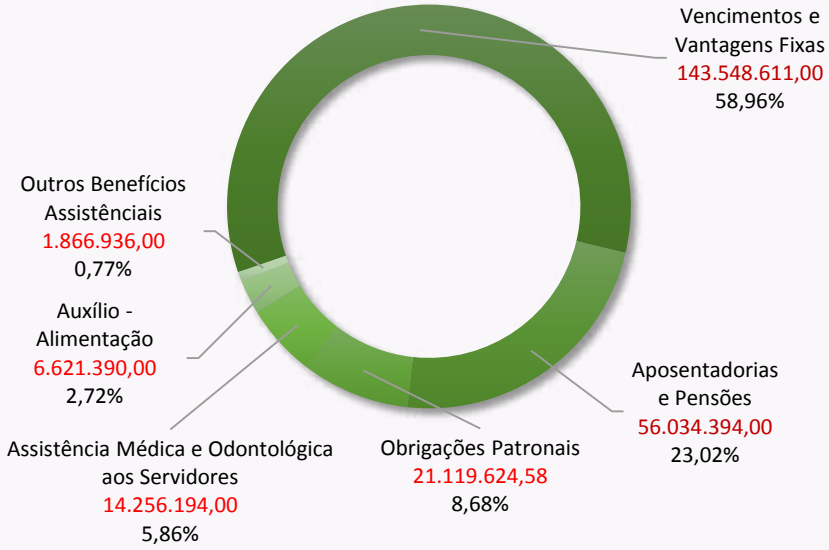


Gráfico 120 Pessoal e Benefícios Assistenciais

Custeio

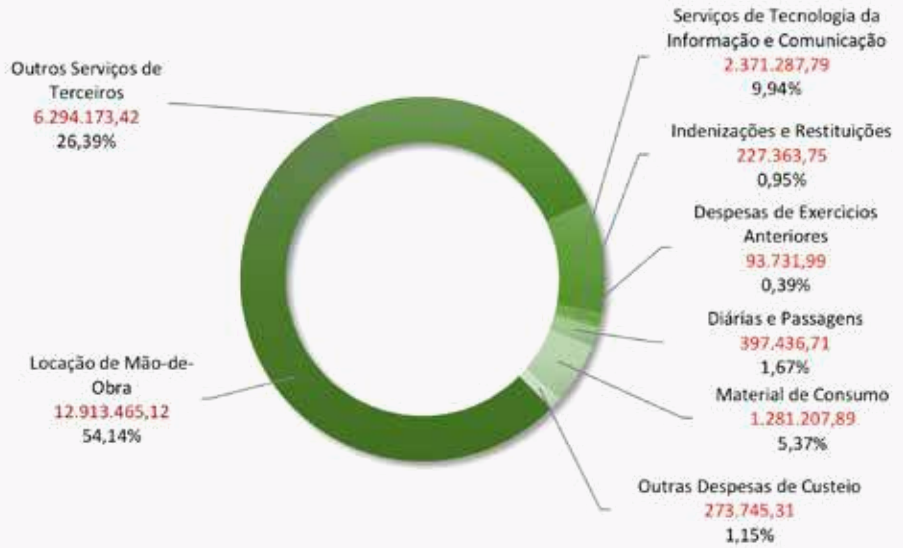


Gráfico 121 Custeio

Em 2019, os pagamentos das despesas com custeio, excluindo-se os benefícios assistenciais obrigatórios, totalizaram o montante de R$ 23.852.412,00, os quais incluíram grande parte das despesas imprescindíveis ao funcionamento, como serviços terceirizados de apoio administrativo (limpeza e conservação, recepcionistas, copeiragem, vigilância, manutenção de bens móveis e imóveis) e serviços de utilidade pública (energia elétrica, água e esgoto, telecomunicações).

Convém consignar que a fim de atender à imposição dos limites orçamentários definidos pelo NRF, esforços foram empreendidos no sentido de se obter economia de despesas.

Considerando-se que grande parte do orçamento do Órgão é comprometido com despesas de caráter obrigatório (salários e benefícios a servidores ativos, inativos e pensionistas) que, em regra, não são passíveis de redução, medidas gerenciais de corte e contenção de gastos foram compulsoriamente adotadas, notadamente, com incidência nas despesas de custeio com contratos de prestação de serviços terceirizados com fornecimento de mão-de-obra.

Investimento

A despesa autorizada para investimentos, na LOA 2019, apresentou um redução de 19% em relação ao exercício anterior. Essa redução decorre das restrições orçamentárias impostas pelo NRF e a consequente priorização dos gastos com folha de pessoal (despesas obrigatórias) e com contratos de manutenção organizacional (despesas discricionárias, contudo, imprescindíveis ao efetivo funcionamento e pleno cumprimento das finalidades da Instituição).

As contratações de obras e instalações representaram 69% das despesas pagas nesse grupo de despesa. Destacam-se as destinadas ao projeto de construção do Edifício-Sede da Procuradoria de Justiça Militar no Rio de Janeiro, que, por seu turno, correspondeu a 57% do montante destinado a investimentos. No ano de 2019, foi concluída a primeira etapa da obra de construção, com o Termo de Recebimento Provisório em 14 de março de 2019.

É importante ressaltar que diante da obrigatoriedade legal de cumprimento do limite imposto pelo NRF foi necessário reduzir os gastos com novos investimentos, prejudicando, significativamente, a continuidade do projeto de construção em evidência.

Nesse cenário, apesar da notória redução do custo de despesas com investimentos, a interrupção citada impactará nos gastos com custeio, precipuamente nas despesas contratuais com serviços continuados de manutenção e conservação e de vigilância que assegurem condições adequadas e seguras à obra, bem como à sua futura continuidade.

Ademais, convém mencionar os gastos com a execução de projetos de reparos, adaptações e melhorias em imóveis sedes de Procuradorias Regionais do MPM, imprescindíveis à segurança, ao funcionamento e ao cumprimento das finalidades institucionais. Descrição das contratações mais relevantes encontram-se disponíveis no link a seguir:

http://www.mpm.mp.br/portal/wp-content/uploads/2020/03/dea-investimentos.pdf.

Por fim, excluindo-se as despesas com contratações de obras e instalações, o MPM despendeu ainda R$ 1.781.640,00 neste grupo da despesa. Grande parte dos investimentos, aproximadamente 70%, concentram-se nos equipamentos de tecnologia da informação e comunicação e aquisição de softwares, privilegiando o acesso digital.

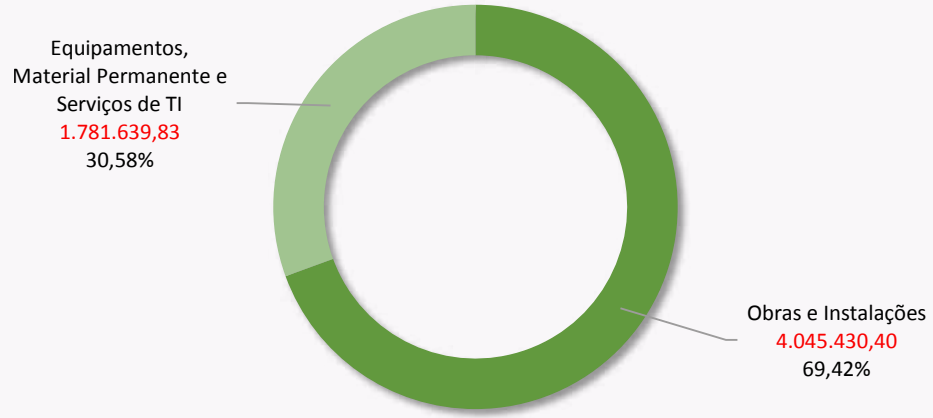


Gráfico 122 Investimentos

RESTOS A PAGAR

Restos a pagar (RP) são as despesas orçamentárias empenhadas pela Administração Pública na vigência do exercício financeiro corrente e que não foram pagas até 31 de dezembro deste mesmo exercício.

No MPM, no exercício de 2019, as despesas com RP alcançaram o total de R$ 2.047.480,05, sendo 92% relativo ao ano de inscrição 2018 e 8% a exercícios anteriores a 2018.

Evidenciam-se os saldos remanescentes de despesas com investimentos (obras e instalações e equipamentos e material permanente); contratos administrativos de locação de mão de obra (limpeza e conservação, vigilância e manutenção e conservação de bens móveis e imóveis); e serviços técnicos de reforma, manutenção e adaptação em bens imóveis.

Em relação ao montante de restos a pagar reinscritos, cujos empenhos foram emitidos nos anos de 2014, 2015, 2016 e 2017, 65% foi pago no ano de 2019.

É importante declarar que a existência de valores inscritos em restos a pagar atribui uma visão mais próxima da real execução do orçamento, uma vez que permite que despesas imprescindíveis ao pleno atendimento das necessidades da Administração Pública, e que já cumpriram a primeira fase de execução da despesa, o empenho, sejam realizadas.

Por fim, o MPM vem empreendendo esforços no sentido de reduzir a soma das despesas inscritas em restos a pagar, visto que compõem o limite de pagamento fixado para o Órgão pela EC nº 95/2016, o que, por seu turno, impacta, sobremaneira, o planejamento e a programação financeira do exercício.

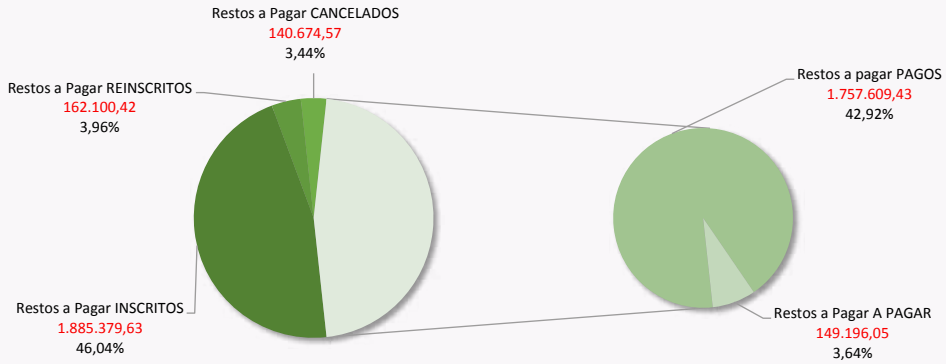


Gráfico 123 Restos a Pagar

PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

Considerando o cenário de restrição orçamentária e financeira vigente, o MPM depara-se com o relevante desafio de cumprir os limites fixados pelo NRF e assegurar a priorização da qualidade do gasto público e o pleno atendimento das funções institucionais.

Nesse contexto, é importante mencionar que o MPM já sai enfraquecido, em termos orçamentários e financeiros, na medida em que o seu orçamento é expressivamente comprometido com despesas obrigatórias.

Ademais, apesar de as despesas discricionárias corresponderem à parcela do orçamento suscetível de restrições no curto prazo, é imperioso considerar que entre elas existem gastos meritórios e, portanto, pouco comprimíveis, como as despesas imprescindíveis ao funcionamento e à manutenção da Instituição.

Em relação às despesas com investimentos, resta explícita a sua acentuada e crescente redução, incluindo novos projetos, reformas, modernização de sedes e aquisição de equipamentos e demais bens permanentes. Ademais, a instituição de um limite para as despesas primárias culminou com a total interrupção do Projeto Construção do Edifício-Sede da PJM Rio de Janeiro, o qual teve início antes da implantação do Novo Regime Fiscal.

Essa dinâmica da composição do orçamento, combinada com a irrefutável e compulsória necessidade de cumprimento do limite constitucionalmente fixado, compromete a qualidade do gasto público do MPM, bem como obstaculiza, sobremaneira, o exercício da prerrogativa da Administração Pública de priorização na alocação dos recursos públicos.

Desse modo, o efetivo cumprimento do limite fixado pelo NRF, combinado com o alcance da eficiência e da racionalização do gasto público é a solução esperada e apresentada como resposta a um dos grandes desafios impostos aos gestores públicos.

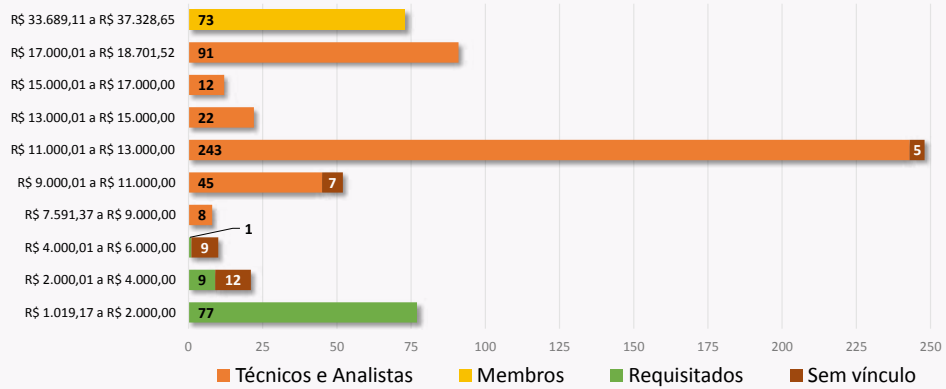
16.8.2. GESTÃO DE PESSOAS

CONFORMIDADE LEGAL

Para assegurar a conformidade com a Lei nº 8.112, de 11 de novembro de 1990, e demais normas aplicáveis à gestão de pessoas, o MPM observa o conjunto de regras e normativos definidas em lei e pelos órgãos de controle interno e externo. Ademais, o MPM verifica, regularmente, os atos normativos publicados pelo MPU e demais normas internas afetas à gestão de pessoas, bem como orienta o público interno quanto aos regulamentos aplicáveis.

AVALIAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Distribuição por Faixa Salarial



(*) 2 membros e 2 servidores (um na faixa salarial entre R$ 9.001,00 a R$ 11.000,00 e um na faixa salarial de R$ 11.000,01 e R$ 13.000,00) estão cedidos para outros órgãos.

Gráfico 124 Distribuição por Faixa Salarial

Distribuição por Gênero, Deficiência, Etnia, Faixa Etária e Escolaridade/Especialização

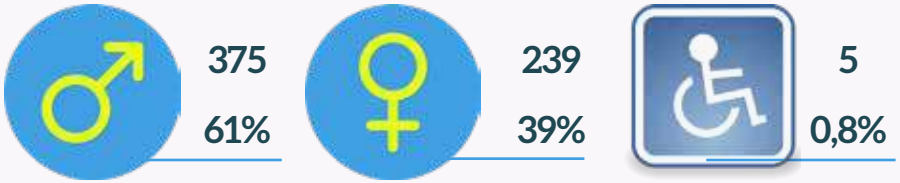
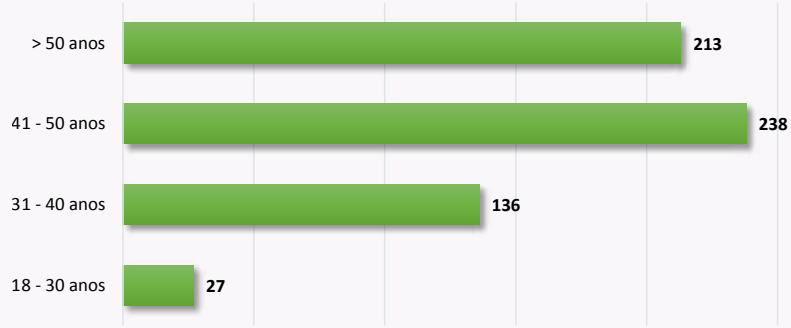
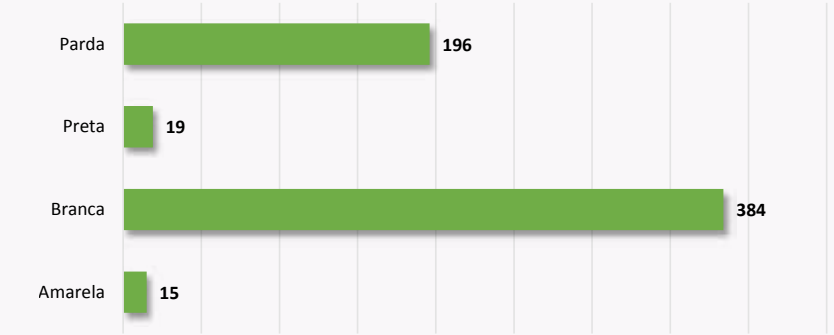


Figura 44 Distribuição por Gênero e Deficiência



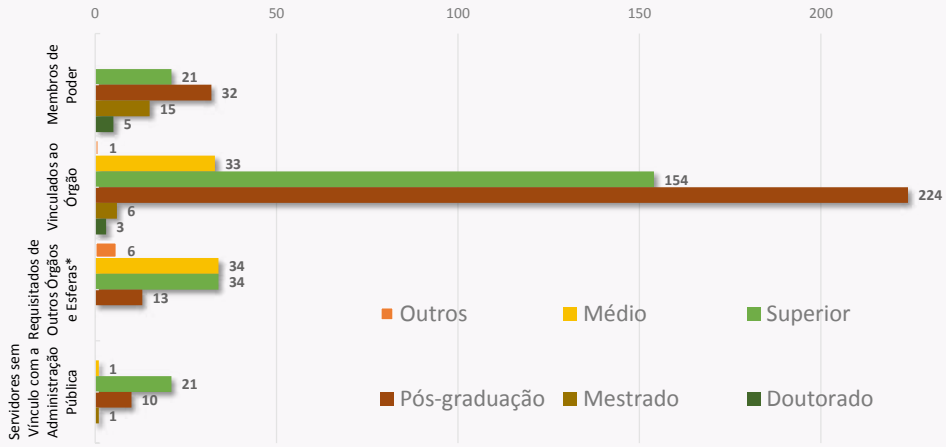
(*) 2 servidores (um na faixa de 31 a 40 anos e um na faixa de 41 a 50 anos) e 2 membros (um na faixa de 41 a 50 anos e um na faixa > 50 anos) estão cedidos para outros órgãos

Gráfico 125 Distribuição por Faixa Etária



(*) 2 servidores (pordos) e 2 membros (brancos) estão cedidos para outros órgãos

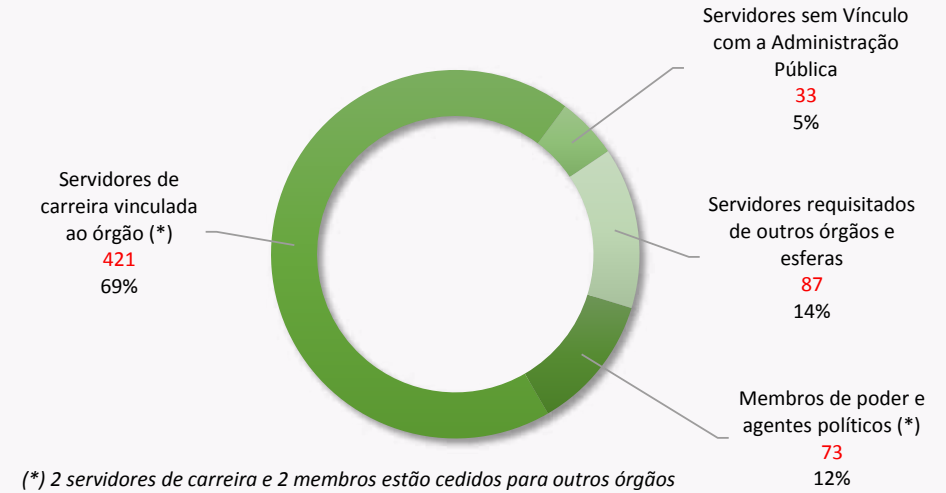
Gráfico 126 Distribuição por Etnia



(*) 2 membros (um com pós- graduação e um com mestrado) e 2 servidores (um com nível médio e um com nível superior) estão cedidos para outros órgãos.

Gráfico 127 Distribuição por Escolaridade

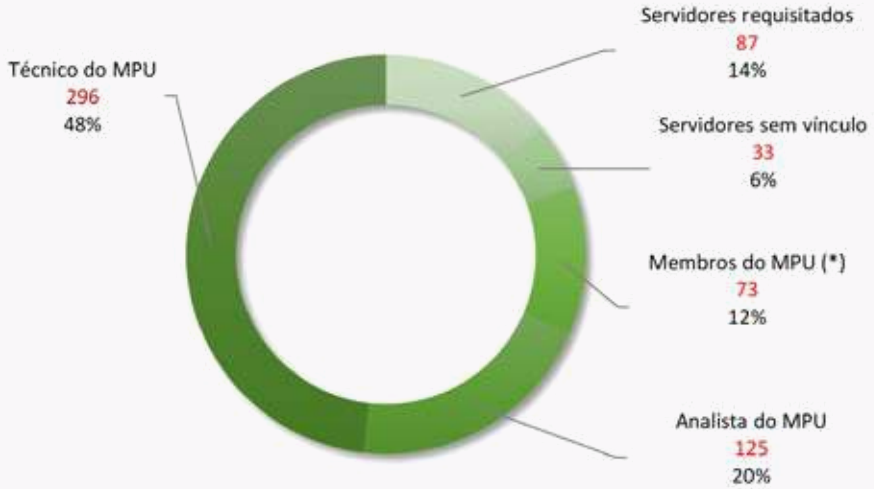
Distribuição por Situação Funcional



(*) 2 servidores de carreira e 2 membros estão cedidos para outros órgãos

Gráfico 128 Distribuição por Situação Funcional

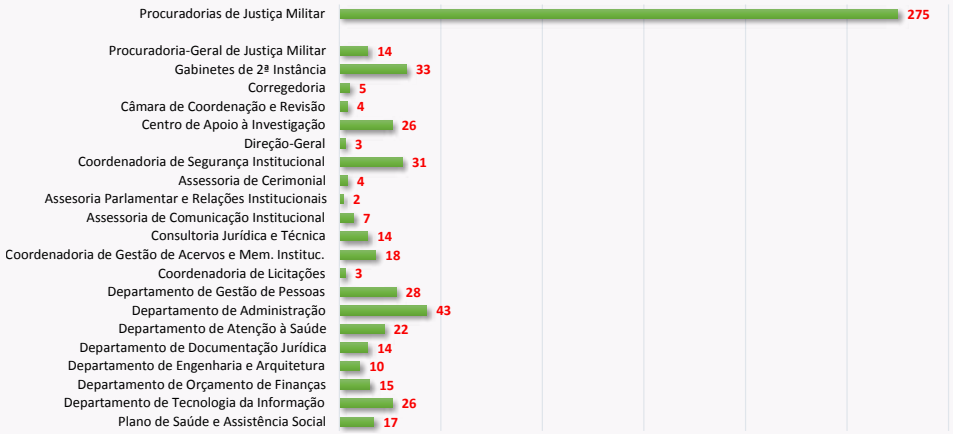
Distribuição por Carreira



(*) 2 servidores de carreira e 2 membros estão cedidos para outros órgãos

Gráfico 129 Distribuição por Carreira

Distribuição por Unidade de Exercício



(*) 2 servidores de carreira (um de Procuradoria de Justiça Militar e um do Departamento de Engenharia) e 2 membros (um da Procuradoria-Geral e um de Procuradoria de Justiça Militar) estão cedidos para outros órgãos

Gráfico 130 Distribuição por Unidade de Exercício

DETALHAMENTO DA DESPESA DE PESSOAL

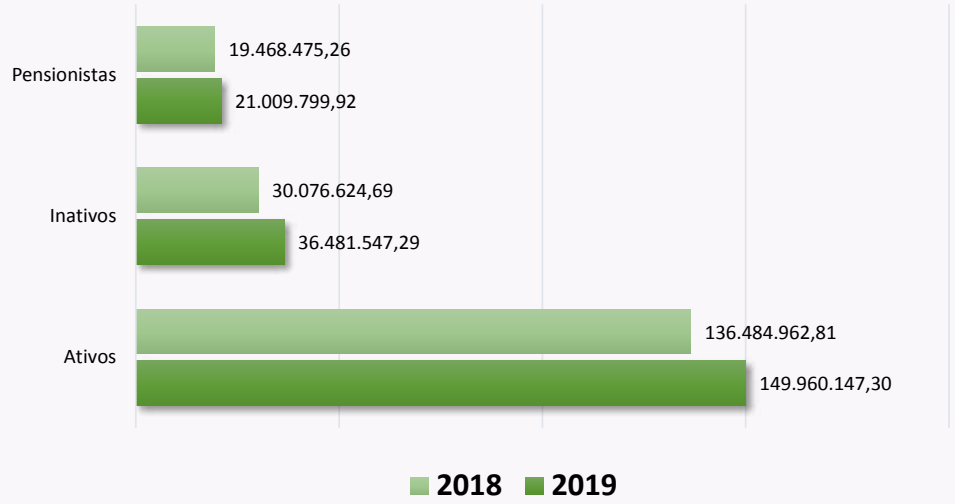


Gráfico 131 Evolução das Despesas com Pessoal

A despesa com o grupo Pessoal e Encargos Sociais (GND 1) no ano de 2019, apresentou um acréscimo de 10% em relação ao anterior. O incremento em questão refere-se à implementação da última parcela de reajuste de servidores (7,21%), instituído no mês de janeiro pela Lei nº 13.316/16[4] ; e dos subsídios dos membros (16,38%), instituído no mês de janeiro pela Lei 13.752/18[5] .

Quanto às despesas com pessoal ativo, responsáveis pela maior parte das execuções do GND 1 (72,29%), 73% referem-se a vantagens fixas, como o pagamento de subsídios e vencimentos básicos, além de cargos em comissão e funções de confiança.

4 Lei nº 13.316, de 20 de julho de 2016 – Dispõe sobre as carreiras dos servidores do Ministério Público da União e as carreiras dos servidores do Conselho Nacional do Ministério Público; fixa valores de sua remuneração; e revoga a Lei nº 11.415, de 15 de dezembro de 2006.

5 Lei 13.752, de 26 de novembro de 2018 – Dispõe sobreo subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

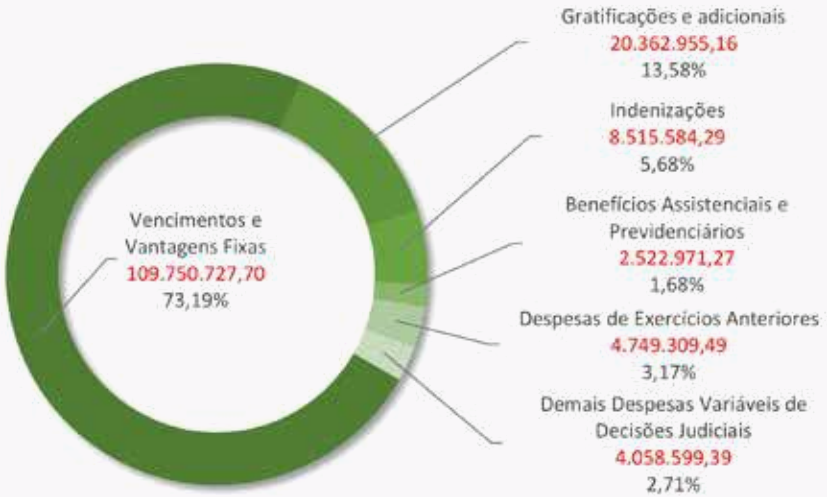


Gráfico 132 Pessoal Ativo

Quanto a aposentadorias e pensões, as vantagens fixas representam 85,2% e 92,47%, respectivamente. Os gráficos a seguir demonstram a distribuição mencionada.

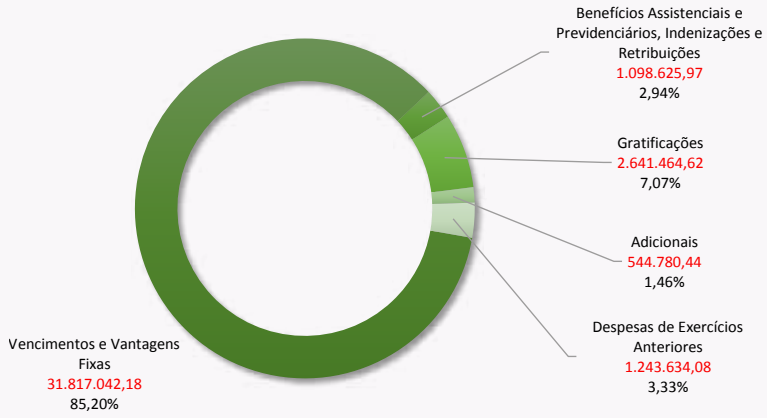


Gráfico 133 Pessoal Inativo

Gráfico 134 Pensionistas

PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

Implementação da Política Nacional de Qualidade de Vida no Trabalho

A Política Nacional de Gestão de Pessoas do MPM prevê a necessidade do acompanhamento funcional, que compreenderá intervenções nos contextos da Gestão de Pessoas, saúde e qualidade de vida no trabalho.

O projeto Modernização da Gestão de Pessoas, no intuito de aprimorar as ações de qualidade de vida já implementadas, determina designação de comissão para elaboração de projeto específico. O projeto deverá ser entregue até abril do exercício de 2020.

16.8.3. GESTÃO DE DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

CONFORMIDADE LEGAL

Verifica-se a conformidade das contratações com as normas que regem o assunto, em especial as Leis nº 8.078[6] , de 11 de setembro de 1990, nº 8.666[7] , de 21 de junho de 1993, nº 10.520[8] , de 17 de julho de 2002, e 13.707[9] , de 14 de agosto de 2018; a Lei Complementar nº 123[10] , de 14 de dezembro de 2006; os Decretos nº 10.024[11] , de 20 de setembro de 2019, nº 8.538[12] de 6 de outubro de 2015, e nº 9.507[13] de 21 de setembro de 2018; e a Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05[14] , de 26 de maio de 2017; além de Normativos Internos.

Ademais, convém ressaltar que, com o objetivo de reunir, em documento único e atualizado, orientações de caráter normativo, e de conciliar a necessidade do estabelecimento de regras padronizadas e objetivas quanto à utilização dos recursos públicos, o MPM desenvolveu normativos internos, como o Manual Eletrônico de Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial, com os seguintes Módulos:

Módulo 1 – Suprimento de Fundos;

Módulo 2 – Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos e Recebimento de Bens, Serviços e Obras;

Módulo 3 – Apuração de Irregularidade e Aplicação de Sanções Administrativas em Licitações e Contratos;

Módulo 4 – Diárias e Passagens;

Módulo 5 – Gestão de Bens de Consumo;

Módulo 6 – Gestão de Custos;

Módulo 7 – Gestão de Aquisição de Bens, de Contratação de Serviços e de Obras;

Modulo 8 – Cotejamento de Pagamento de Pessoal.

DETALHAMENTO DOS GASTOS DAS CONTRATAÇÕES PARA O FUNCIONAMENTO ADMINISTRATIVO

É relevante mencionar a expressiva participação das contratações de serviços terceirizados no orçamento das despesas de custeio do Órgão, bem como sua imprescindibilidade no funcionamento da Administração e na prestação de serviços públicos. Destacam-se os serviços de terceirização com locação de mão de obra, como vigilância ostensiva e limpeza e conservação, e os demais serviços de terceirização, como os serviços médicos hospitalares;

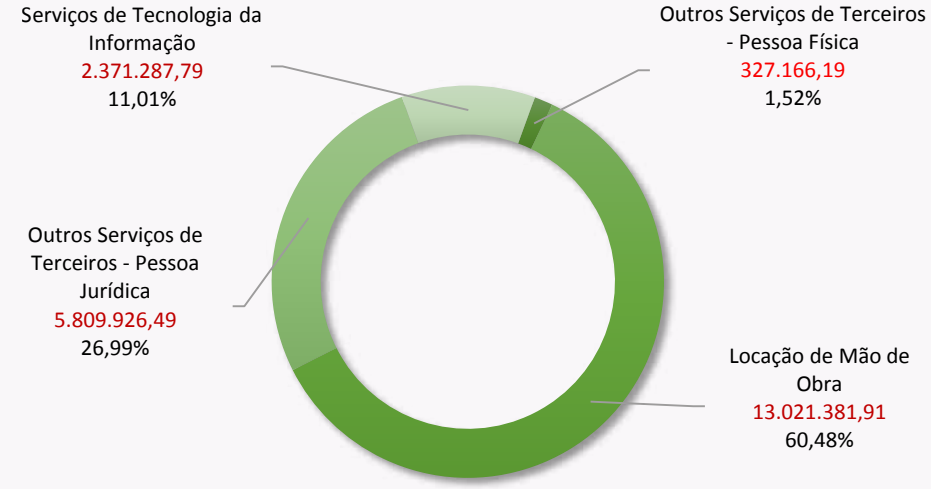


Gráfico 135 Contratações para o Funcionamento Administrativo

os com manutenção, adaptações e melhorias em imóveis e os com serviços de TI.

Os serviços em análise, excluindo-se o grupo de natureza de despesa pessoal e encargos sociais, representam 46% dos dispêndios de custeio do MPM, o que equivale, em valor nominal, a R$ 21.529.762,38, no exercício de 2019.

6 Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.
7 Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 – Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.
8 Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 – Institui a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.
9 Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018 – Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2019 e dá outras providências.
10 Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 – Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.
11 Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 – Altera as regras do Pregão eletrônico. Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.
12 Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015 – Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal
13 Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 – Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.
14 Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05, de 26 de maio de 2017 – Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

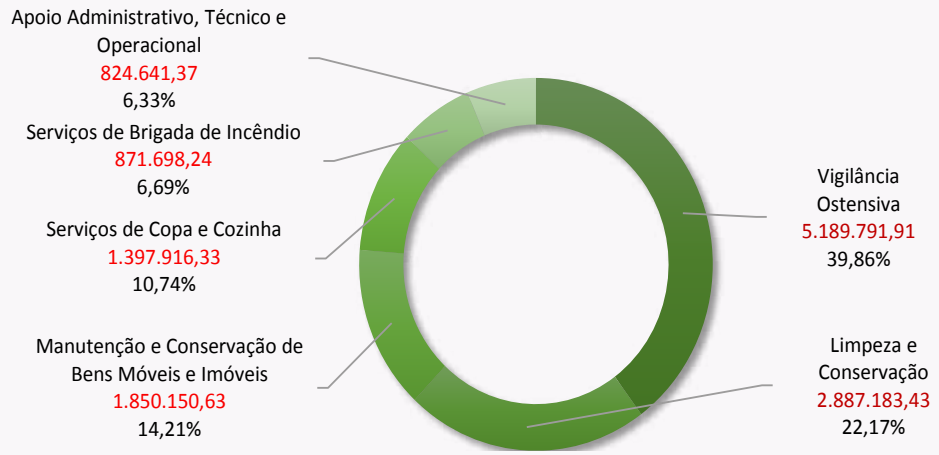


Gráfico 136 Serviços com Locação de Mão de Obra

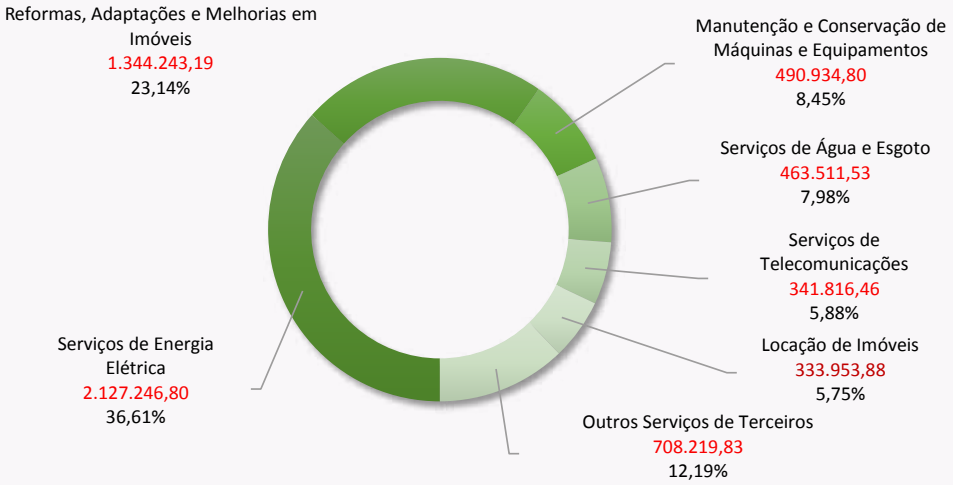


Gráfico 137 Serviços de Terceiros

CONTRATAÇÕES RELEVANTES

As contratações mais relevantes estão alinhadas ao planejamento estratégico da Instituição (http://www.mpm.mp.br/age/), e integralmente pautadas pela legalidade e pelo interesse público.

CONTRATAÇÕES DIRETAS

As contratações diretas, dispensas e inexigibilidades, foram realizadas, com vistas ao atendimento das demandas eventuais que surgiram no decorrer do exercício de 2019, provendo a Administração dos materiais e serviços necessários às atividades institucionais, respeitados os limites e as condições estabelecidos na legislação, como os limites dos valores no caso das dispensas amparadas nos incisos I e II do art. 24 da Lei 8.666/1993, e a devida publicação do extrato de dispensa, para os demais incisos do artigo 24 e para as inexigibilidades, artigo 25.

As contratações diretas efetivadas pelo MPM, resguardando o interesse público, e ainda, em cumprimento ao princípio da publicidade e ao disposto na Resolução/CNMP nº 86, de 21 de março de 2012, podem ser consultadas no endereço https://transparencia.mpm.mp.br/licitacoes-contratos-e-convenios/?ano=2019.

Principais Desafios e Ações Futuras

O principal desafio da área de contratação de serviços e aquisição de bens será a conclusão do projeto de implantação do Plano Anual de Aquisição de Bens e do Plano Anual de Contratação de Serviços, constante do rol das iniciativas estratégicas priorizadas para o exercício de 2020.

Desse modo, serão empreendidos esforços no sentido de definir o processo interno para a elaboração e execução dos citados Planos, incluindo o planejamento, a definição das normas, sistemas de informação e fluxo do processo.

A Administração trabalha em prol do fortalecimento da fase de planejamento das contratações e da maximização dos resultados institucionais, uma vez que as contratações revelam-se instrumentos imprescindíveis ao alcance dos objetivos estratégicos da organização.

16.8.4. GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

CONFORMIDADE LEGAL

Decreto nº 9.373, de 11 de maio de 2018, que dispõe sobre a alienação, a cessão, a transferência, a destinação e a disposição final ambientalmente adequadas de bens móveis no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

Portaria PGJM nº 274, de 20 de novembro de 2013, que dispõe sobre normas gerais de gestão de bens permanentes no âmbito do MPM.

DESFAZIMENTO DE ATIVOS

O MPM realizou, no exercício de 2019, onze processos de desfazimento de ativos, que incluíram a baixa de bens irrecuperáveis, doação e transferências, totalizando o valor de R$ 119.750,93, com favorecimento a Instituições da Administração Pública Federal, Entidades Beneficentes de Assistência Social, e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.

Destacam-se equipamentos de tecnologia da informação e comunicação, veículos de tração mecânica, mobiliários em geral, coleções de materiais bibliográficos, aparelhos e utensílios domésticos e outras máquinas e equipamentos.

FROTAS DE VEÍCULOS

A frota de veículos automotores de propriedade do MPM, é regulada pelas Portarias PGR nº 70, de 29 de maio de 2015, e PGJM nº 139, de 9 de agosto de 2017, a qual encontra-se distribuída conforme a figura a seguir.

Em relação ao desfazimento de ativos da frota, o MPM realizou no exercício de 2019, dois processos de alienação por doação, totalizando cinco unidades de veículos e o montante de R$ 67.127,00.

O MPM optou pela aquisição em detrimento da locação de veículos de terceiros, uma vez que o Órgão possui quadro próprio de servidores, aprovados em concurso público, com a função de motorista.

Distribuição da Frota Oficial do MPM				
Unidades	**Quantitativo de Veículos (unidade)**	**Despesa Anual com Manutenção (R$)**	**Despesa Anual com Combustível (RS)**	**Idade Média da Frota (anos)**
PJM Bagé/RS	3	1.439,00	2.567,88	10
PJM Belém/PA	3	976,00	2.216,20	9
PGJM Brasília/DF	26	146.851,86	68.466,45	6,38
PJM Campo Grande/MS	3	1.590,00	2.217,70	8,67
PJM/Curitiba/PR	3	1.220,00	3.934,86	9,67
PJM/Fortaleza/CE	5	5.607,50	15.673,06	8
PJM Juiz de Fora/MG	3	306,00	2.603,55	10,33
PJM Manaus/AM	3	922,30	5.455,94	8,67
PJM Porto Alegre/RS	3	2.927,30	3.900,62	8,67
PJM Recife/PE	4	2.470,69	5.199,46	8,25
PJM Rio de Janeiro/RJ	13	5.566,79	76.431,18	7,77
PJM Salvador/BA	5	5.144,26	8.306,66	8,6
PJM Santa Maria/RS	4	764,00	3.361,13	11
PJM São Paulo/SP	7	4.103,90	5.281,69	10,14
Total	**85**	**179.889,60**	**205.616,38**	**8,94**

Tabela 93 Distribuição da Frota do MPM

DESPESA COM BENS E IMÓVEIS

Em 2019, a despesa com bens imóveis locados de terceiros, alcançou o patamar de R$ 414.861,72, sendo 83,12% desse valor referente a imóveis, em especial para alojar Procuradorias de Justiça Militar que não dispõem de sede própria e em cujas cidades não há disponibilidade de bens imóveis da União, administrados pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU).

As despesas do MPM com a manutenção e conservação de bens móveis e imóveis, totalizou a soma de R$ 2.538.729,66, sendo 57% referente a edificações, 27% a equipamentos de TI e 23% a demais máquinas e equipamentos.

Oportunamente é imperioso ressaltar que o MPM despendeu R$ 3.382,311,00 com a obra de construção do edifício-sede da Procuradoria de Justiça Militar no Rio de Janeiro/RJ.

16.8.5. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

CONFORMIDADE LEGAL

Considerando a necessidade de uniformizar e direcionar as práticas de governança e gestão de tecnologia da informação no Ministério Público brasileiro, de forma que o uso da tecnologia da informação (TI) forneça suporte à implementação de ações estratégicas e de práticas de gestão, com controles efetivos e melhorando o desempenho institucional, o CNMP instituiu a Política Nacional de Tecnologia da Informação (PNTI-MP), por meio da Resolução CNMP nº 171, de 27 de junho de 2017, cujo prazo de implantação é de 48 meses.

A PNTI-MP tem por finalidade implementar, de maneira similar no Ministério Público brasileiro, as melhores práticas de governança e gestão de TI, respeitando as peculiaridades de cada Unidade Ministerial, além de ampliar a conformidade aos normativos regulatórios externos, garantindo a transparência das decisões quanto à governança e gestão do uso das soluções de TI, viabilizando a elevação do grau de maturidade da governança e da gestão de TI.

Por meio da implantação total da PNTI-MP, o Departamento de Tecnologia da Informação pretende aumentar a sua eficácia e eficiência com foco na Gestão de TI, respondendo às expectativas dos gestores e usuários, atendendo às demandas prioritárias formalizadas no planejamento estratégico da Organização e viabilizando o alcance dos objetivos estratégicos do MPM.

Além do previsto na PNTI-MP, o MPM observa as leis, normas e regras vigentes, aplicáveis à área de TI, para a implementação da governança e gestão de TI.

Para as contratações de soluções de TI cumpre também o estabelecido na Resolução CNMP nº 102, de 23 de setembro de 2013, que disciplina, no âmbito do Ministério Público brasileiro, procedimentos relativos à contratação de soluções de TI.

MODELO DE GOVERNANÇA DE TI

A governança de TI do MPM conta, como órgão de natureza deliberativa, com o Comitê Estratégico de TI (CETI-MPM)[15].

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação do MPM (PDTI-MPM) é um instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de TI, que visa atender às necessidades tecnológicas e de informação do Órgão, de forma a maximizar o cumprimento e o alcance de seus objetivos estratégicos. Tem por objetivo apresentar o planejamento das ações e a gestão dos recursos e processos de TI, com o fito de atender às demandas de aprimoramentos e implantações de novos serviços de TI. Está alinhado ao Plano Estratégico da Instituição para o período 2016-2020, com vistas à consecução de sua atuação finalística.

Competências do CETI-MPM
I. Estabelecer políticas, princípios e diretrizes de TI, alinhadas aos objetivos estratégicos institucionais;
II. Aprovar o Plano Diretor de TI institucional;
III. Definir as prioridades dos investimentos para a aquisição de bens e contratação de serviços de TI;
IV. Estabelecer as prioridades para execução de projetos de TI;
V. Definir padrões de funcionamento, integração, qualidade e segurança dos serviços e sistemas de TI;
VI. Acompanhar periodicamente o alcance das metas estabelecidas no PDTI e os resultados dos projetos de TI;
VII. Exercer outras atividades compatíveis com a sua finalidade.

Tabela 94 Competências do CETI-MPM

O MPM optou por abranger no PDTI, além do conteúdo tático, característico desse tipo de documento, alguns elementos estratégicos, os quais seriam constantes de um Planejamento Estratégico de TI. Essa ampliação de escopo foi necessária, pois o MPM não possui a maturidade necessária em planejamento para a utilização dos dois instrumentos. Essa integração habilita a TI a apoiar as estratégias organizacionais mais efetivamente, permitindo a formulação de suas estratégias, organização de seus processos e, consequentemente, definição dos investimentos e recursos humanos, orientados, sempre, pela estratégia de negócios. O PDTI-MPM inclui, também, as ações continuadas que não constam no Plano Estratégico Institucional, mas que são imprescindíveis para o bom funcionamento do MPM, tais como atualização tecnológica dos equipamentos e softwares, dentre outros.

15 O CETI-MPM foi instituído pela Portaria PGJM nº 307, de 20 de setembro de 2011.

RECURSOS APLICADOS EM TI

Recursos Aplicados em TI – 2018 e 2019 (R$)			
Grupo Despesa	Despesas Empenhadas		Variação
	2018	2019	
Investimentos	804.208,75	1.442.875,95	79,42%
Custeio	4.722.497,75	2.788.777,27	-40,95%
Total	**5.526.706,50**	**4.231.653,22**	**-23,43%**

Tabela 95 Evolução dos Recursos Aplicados em TI

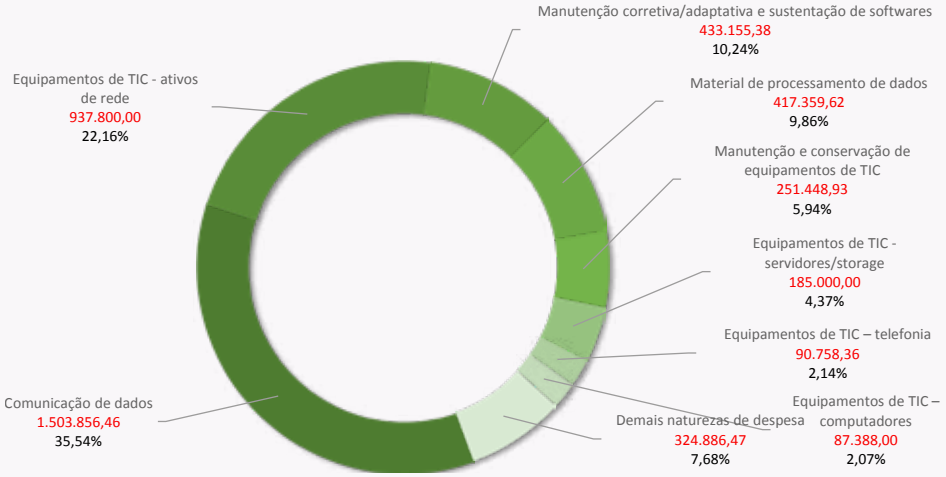


Gráfico 138 Discriminação das Despesas de TI

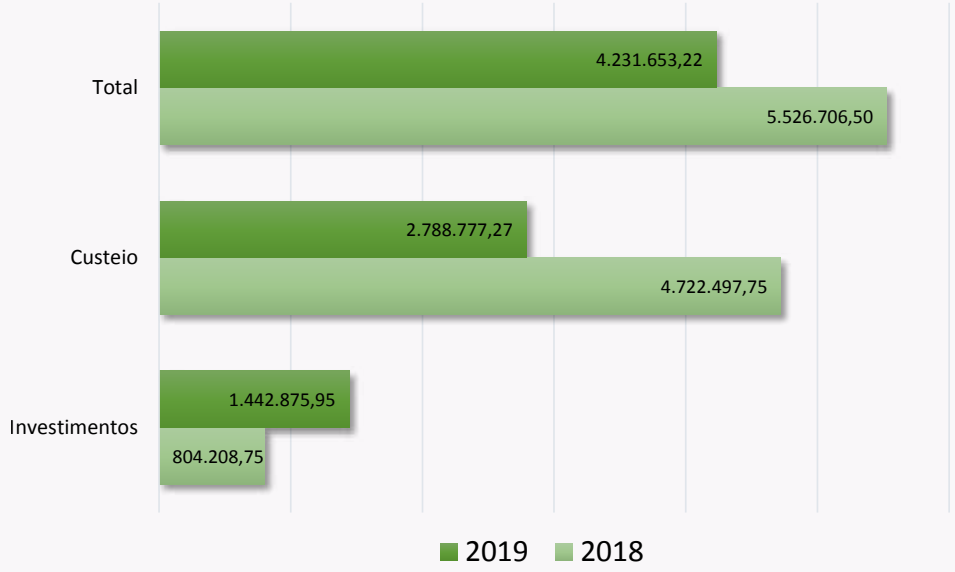


Gráfico 139 Despesas de TI

CONTRATAÇÕES RELEVANTES EM TI

Contratada	Valor Anual (R$)	Objeto
CLARO S.A.	939.529,39	Fornecimento, instalação, manutenção, gerenciamento e monitoramento da rede corporativa de comunicação e de solução de segurança corporativa.
Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO	167.482,64	Acesso à rede metropolitana INFOVIA Brasília.
Systech Sistemas e Tecnologia em Informática Ltda.	185.000,00	Storage para armazenamento de imagens.
	361.600,00	Solução para armazenamento e replicação de dados (hardware, serviços de instalação e configuração).
	660.000,00	Soluções de segurança de redes compostas de firewall corporativo e multifuncional para prover segurança e proteção da rede de computadores (softwares e suas licenças de uso, gerenciamento centralizado, serviços de implantação, garantia de atualização contínua e suporte técnico).
NCT Informática Ltda.	225.800,00	Servidores de rede para a implementação de infraestrutura de banco de dados.
Total	**2.539.412,03**	

Tabela 96 Contratações Relevantes em TI

PRINCIPAIS INICIATIVAS E RESULTADOS DA ÁREA DE TI POR CADEIA DE VALOR

Atividades vinculadas ao Plano Estratégico 2016 – 2020	Principais Resultados
Iniciativa Estratégica "Ampliar a apacidade de apoio à investigação" Projeto Estratégico "Criação de soluções tecnológicas que auxiliem as perícias investigativas e a análise de dados no combate à corrupção"	
Mercúrio A ferramenta Mercúrio viabiliza o cruzamento sobre compras públicas com diversas bases de dados, como SIASG, CEIS, RAIS, Receita, dentre outras. Em 2019, foram implementadas novas funcionalidades ao sistema, a saber: - Inclusão de informações e trilhas repassadas pela FGV/UFF; - Implementação de trilhas para encontrar vínculos entre sistemas judiciais do MPM; - Inclusão de Tipologias como filtros na ferramenta; - Cruzamento com compras realizadas com pessoas físicas.	Com o auxílio desta ferramenta, os membros do MPM poderão analisar padrões, comparar atividades e agir de modo pró-ativo no combate às fraudes em licitações envolvendo as Organizações Militares. O projeto foi disponibilizado, em 2019, para as PJM no Rio de Janeiro e no Distrito Federal. O Projeto já estava em uso nas PJM em Bagé/RS e Porto Alegre/RS.
Projeto Estratégico "Aperfeiçoamento da prestação judicial e extrajudicial"	
MPVirtual Em 2019 foram implementadas novas funcionalidades ao sistema, a saber: - Extração de novos relatórios (produtividade de membros, movimentações realizadas por membros - disponibilização de funcionalidade de busca e pesquisa das decisões proferidas pelo PGJM e pela CCR; - Atualização da tabela taxonômica.	O sistema tem por premissa a automação dos registros e movimentações dos feitos extrajudiciais do MPM. Ademais agrega benefícios para a Instituição e toda a sociedade, como a uniformização dos registros, celeridade e agilidade dos procedimentos, segurança das informações e transparência dos atos.
e-Proc/JMU O e-Proc é um sistema processual desenvolvido pelo TRF da 4ª região e adotado pelo STM. Ele possibilita a tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais por meio eletrônico. A parceria STM/MPM proporcionou a implantação do módulo no MPM. A sua adaptação, a fim de atender às demandas do MPM e às exigências do TRF4 quanto à versão de distribuição do e-Proc Nacional já estão em desenvolvimento. Em 2019 foram implementadas novas funcionalidades ao sistema, a saber: - Telas de apoio para cadastro do afastamento dos membros que auxiliam na execução do novo modelo de distribuição de feitos do MPM; - Configuração de uma VPN para acesso do DDJ ao STM; - Extração de dados do e-Proc para a elaboração de relatórios CNMP na ferramenta de BI Tableau.	Tornou possível a tramitação dos processos por meio eletrônico entre os órgãos, trazendo maior celeridade processual, economia para os cofres públicos, mais qualidade de vida para servidores e uma maior sustentabilidade.
Iniciativa Estratégica "Desenvolvimento e implementação do sistema de gestão de contratos"	
Em 2019 foi concluído o módulo do sistema que engloba a fiscalização contratual para suporte ao acompanhamento dos fiscais e comissões de fiscalização.	Melhoria da gestão e fiscalização de contratos administrativos, além de fornecer informações gerenciais importantes para a administração.

Tabela 97 Planejamento Estratégico

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

A segurança da informação do MPM foi instituída por meio de Portarias, que dispõem acerca das seguintes temáticas:

- Critérios de uso e segurança dos recursos de TI do Órgão[16] ;
- Política de Uso do Correio Eletrônico [17];
- Utilização da rede wireless para acesso à Internet[18] ;
- Política de cópias de segurança (backup) e restauração de arquivos digitais (restore) armazenados no parque tecnológico do DTI[19] ;
- Identificação de ameaças, riscos e impactos – Plano de Continuidade de Negócios do Ministério Público Militar (PCN-MPM)[20] .

Ainda, foram implementadas ações de conscientização acerca da segurança da informação realizadas por meio da intranet, bem como de palestras ministradas por especialistas.

16 Portaria PGJM nº 23, de 1º de fevereiro de 2013.
17 Portaria PGJM nº 297, de 5 de outubro de 2005.
18 Portaria PGJM nº 24, de 1º de fevereiro de 2013.
19 Portaria PGJM nº 1, de 8 de janeiro de 2016.
20 Portaria PGJM nº 12, de 1º de fevereiro de 2017.

16.8.6. GESTÃO DE CUSTOS

A gestão de custos é uma obrigatoriedade prevista desde a Lei nº 4.320/1964 (a contabilidade deve permitir o acompanhamento dos custos no serviço público) e reforçada pelo Decreto-Lei nº 200/1967, pela Constituição Federal/1988 e pela Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF). A LRF, art. 50 §3º, estabeleceu que a Administração Pública manterá sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

Para atender a essa demanda, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), por meio da Portaria STN nº 157, de 9 de março de 2011, instituiu o Sistema de Custos do Governo Federal. A STN, órgão central do sistema de custos, implementou o Sistema de Informação de Custos (SIC), com o objetivo de acompanhar e avaliar a gestão de custos dos programas das unidades da Administração Pública Federal e o apoio aos gestores no processo decisório. O MPM, nos termos da Portaria STN, é um órgão setorial.

ESTIMATIVA DE CUSTOS

Os recursos consumidos em 2019 totalizaram R$ 251.479.852,22.

Os resultados observados por área de atuação e por programa governamental está em conformidade com as ilustrações a seguir.

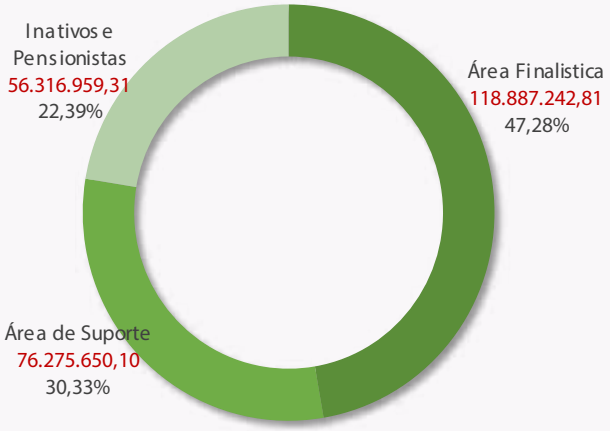


Gráfico 140 Custos por Área de Atuação

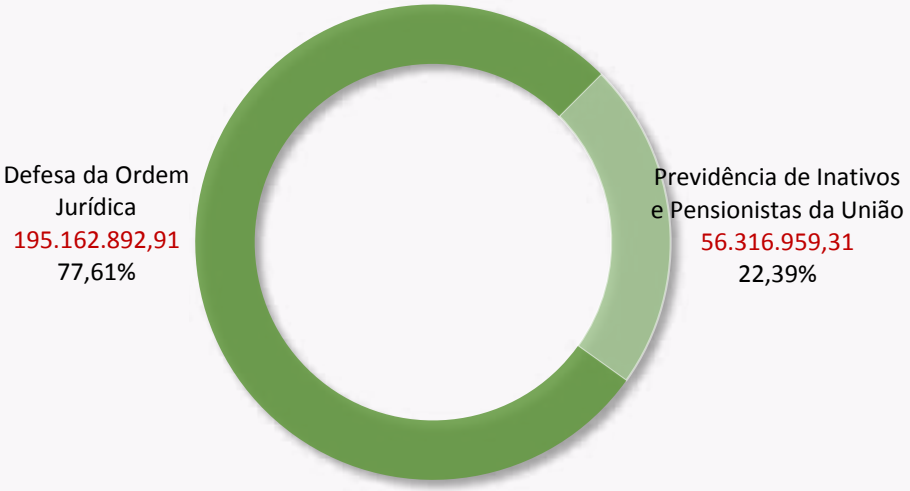


Gráfico 141 Custos por Programa de Governo

PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

Em 2019 iniciou-se um projeto com o objetivo de desenvolver ambiente para visualização das informações de custos utilizando a ferramenta Tableau Server do Building Integrity – BI, que encontra-se, ainda, em fase de desenvolvimento.

A expectativa é que a ferramenta em questão possa favorecer a visualização e a propagação da informação de custos para todos os gestores, com o fornecimento de informações úteis, tempestivas e confiáveis para subsidiar as tomadas de decisões.

16.8.7. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

A sustentabilidade ambiental está presente no planejamento estratégico da Instituição, precipuamente no objetivo estratégico "Modernizar a gestão administrativa; e na estratégia "Instituir cultura de preservação ambiental".

O Plano de Logística Sustentável do MPM (PLS-MPM), instituído pela Portaria PGJM nº 119, de 22 de agosto de 2018, tem em seu escopo a função de consolidar, organizar, aprimorar e sistematizar as boas práticas de sustentabilidade, bem como fornecer diretrizes para novas ações no âmbito do MPM. O PLS-MPM abrange quatro eixos temáticos: Compras e contratações sustentáveis, Recursos naturais, Gestão de resíduos e Qualidade de Vida no Trabalho.

No exercício de 2019, visando a redução do consumo de recursos naturais e de resíduos poluentes, foram desenvolvidas as seguintes ações:

Substituição dos copos descartáveis por copos de vidro;
Aquisição de canecas ou squeeze para pessoal terceirizado;
Substituição de lâmpadas fluorescentes por lâmpadas tipo LED;
Aquisição de equipamentos eletroeletrônicos com selo A do PROCEL;
Mapeamento de índice de ociosidade de equipamentos instalados;
Realização de campanha de conscientização para redução de consumo de energia;
Automatização do sistema elétrico a fim de impossibilitar funcionamento de luzes fora do horário de expediente;
Implantação de rotinas para economia de consumo de água, como para manutenção preventiva de vazamentos e para lavagem das áreas externas e garagem;
Implantação de política de coleta seletiva de resíduos sólidos;
Promoção de ações em Saúde e Qualidade de Vida;
Estabelecimento e otimização de rotinas do setor de transportes;
Estabelecimento de rotinas de manutenção preventiva em bens móveis e imóveis;
Divulgação de uso de serviços alternativos de comunicação;
Revisão de contratos de prestação de serviços;
Promoção de campanhas e treinamentos específicos voltados à sustentabilidade.

PERSPECTIVA DA SUSTENTABILIDADE PARA 2020

Revisar os procedimentos de reprografia;
Reduzir número de impressoras coloridas;
Remanejar equipamentos subutilizados;
Rever contrato de outsourcing;
Instalar interruptores individuais nas salas;
Realizar estudo acerca da utilização de energia fotovoltaica;
Adequar layout ao melhor aproveitamento da luz natural;
Implantar sistema de reuso da água pluvial;
Destinar vidros e metais, resíduos de informática e de obras para reciclagem;
Elaborar política e o programa de Qualidade de Vida no Trabalho;
Padronizar configuração das impressoras no modo frente e verso;
Buscar alternativas de transporte, tais como: adesão ao TáxiGov;
Revisar os contratos com serviço de telefonia;
Adequar os procedimentos de limpeza em relação aos critérios de sustentabilidade;
Estimular o uso, nas obras, reformas e serviços de manutenção predial, materiais duráveis, certificados e sustentáveis, precipuamente reciclados e de origem de recursos naturais renováveis.

RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MPDFT

17 MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

MENSAGEM DA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO MPDFT

Fabiana Costa Oliveira Barreto

Uma organização, seja pública ou privada, somente consegue se desenvolver a contento e adaptar-se às mudanças econômico-sociais impostas pela contemporaneidade, quando prima pela inovação, agilidade e capacidade de adaptação a novos cenários. Nesse contexto, torna-se indispensável a valorização do planejamento sistêmico, com a conversão de esforços sempre orientados à geração de resultados reais para a sociedade.

O MPDFT conclui neste ano o planejamento estratégico da instituição para o decênio 2010- 2020. Tal instrumento foi fundamental para o fortalecimento da atuação ministerial, do exercício das atribuições constitucionais e do alcance dos objetivos estratégicos essenciais à promoção da Justiça, da cidadania e da igualdade. Trata-se não apenas do fim de uma etapa, mas da celebração dos resultados atingidos. Eles revelam percentuais de cumprimento dos objetivos estratégicos acima de 90% em quase todos os anos.

Agora, nossa Instituição dedica-se à revisão do Plano Estratégico para os cinco anos e ao alinhamento de seu planejamento aos princípios e diretrizes que regem o Planejamento Estratégico Nacional do Ministério Público. Novos caminhos serão traçados, mas a perspectiva é a mesma: a busca da excelência na prestação de serviços, na aproximação com a sociedade e no cumprimento da missão constitucional.

Os números apresentados neste documento espelham o trabalho das diversas unidades do MPDFT e o esforço conjunto de seus integrantes. Eles atendem à legislação e refletem o amadurecimento institucional, que se fortalece por meio de atributos que nos são caros, como a transparência, a governança e o planejamento como foco na apresentação de resultados para a sociedade.

A análise dos dados disponíveis neste relatório permite entender a complexidade da atuação e a dimensão da responsabilidade deste Ministério Público. Entre as grandes prioridades, está o fortalecimento das ações de inteligência e de gestão estratégica. Em especial, as de fomento à democratização dos recursos tecnológicos e à ampliação do acesso a dados compartilhados.

Tal iniciativa parte do princípio de que, quando se fala em meios digitais, o conhecimento e o compartilhamento de informações tornam-se um diferencial competitivo. A aproximação com outras instituições públicas e órgãos de controle deve ser constantemente estimulada, não apenas pelo fortalecimento de uma atuação articulada em favor do cidadão, mas também pela economicidade, pela eficiência e pela otimização de recursos que ela propicia.

Tal posicionamento eleva este MPDFT à condição de protagonista na proteção dos dados pessoais, em âmbito nacional, por meio de ações que visam, entre outros aspectos, a defesa do cidadão contra a prática de crimes cibernéticos e de abusos nas relações de consumo.

Importante destacar, ainda, o aprimoramento da atuação em temáticas como a defesa do meio ambiente, do patrimônio cultural e da ordem urbanística; o combate à criminalidade, à impunidade e à corrupção; a proteção da criança e do adolescente; a promoção da acessibilidade e a garantia do direito à saúde, à educação e à segurança pública.

Ao estabelecer diretrizes alinhadas às perspectivas da sociedade civil, de setores governamentais e de organismos internacionais, o MPDFT busca atuar em consonância com as melhores práticas e com a busca de resultados voltados ao desenvolvimento social, ao fortalecimento da cidadania e à proteção dos direitos do cidadão.

Este documento, em forma de relatório, tem o propósito de apresentar o trabalho realizado por uma equipe que se pauta pelo anseio de corresponder à confiança que recebemos da sociedade e do poder público. Tem o objetivo de prestar contas e, dessa forma, demonstrar nosso compromisso com a fiscalização das leis e a promoção da Justiça.

Muito obrigada.

RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MPDFT

18 VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

18.1 VISÃO GERAL DO MPDFT

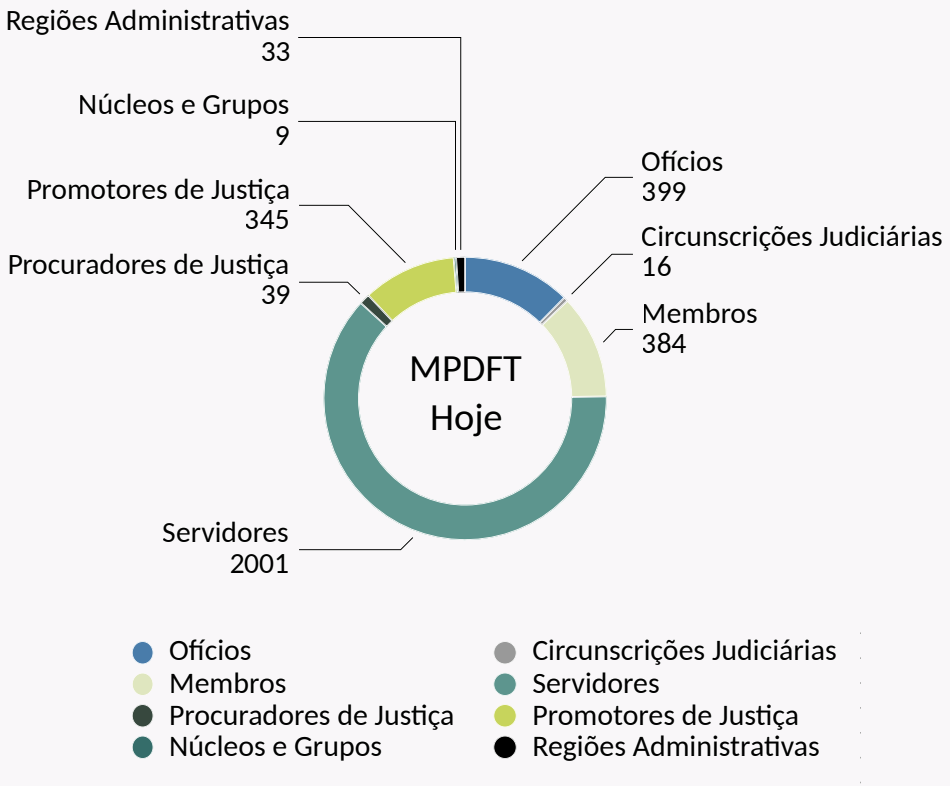


Gráfico 144 Visão Geral do MPDFT

18.2 MPDFT EM NÚMEROS

FEITOS EXTERNOS NOVOS EM 2019

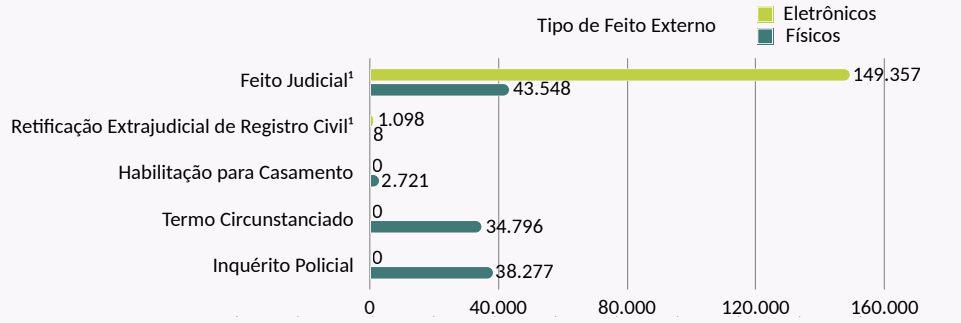


Gráfico 142 Feitos externos novos em 2019.

As estatísticas pertinentes aos Feitos Eletrônicos podem contemplar intimações recebidas pelo MPDFT em 2019 referentes a feitos judiciais físicos recebidos anteriormente e que, após serem digitalizados, foram recebidos novamente pelo MPDFT como Feitos Eletrônicos. A AEST/CG segue trabalhando junto à STI e à AEPE para que o possível efeito inflacionador seja desconsiderado e as estatísticas sejam corrigidas até o fim do 1º trimestre de 2020.

FEITOS INTERNOS E NOTÍCIAS DE FATO INSTAURADOS EM 2019

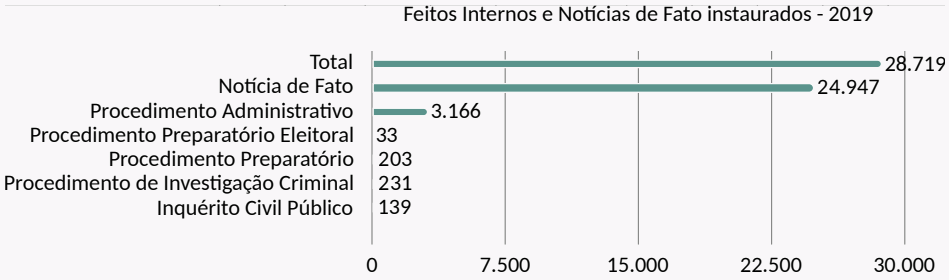


Gráfico 143 Feitos internos e notícias de fato instaurados em 2019

MOVIMENTOS/ATOS PRATICADOS EM 2019

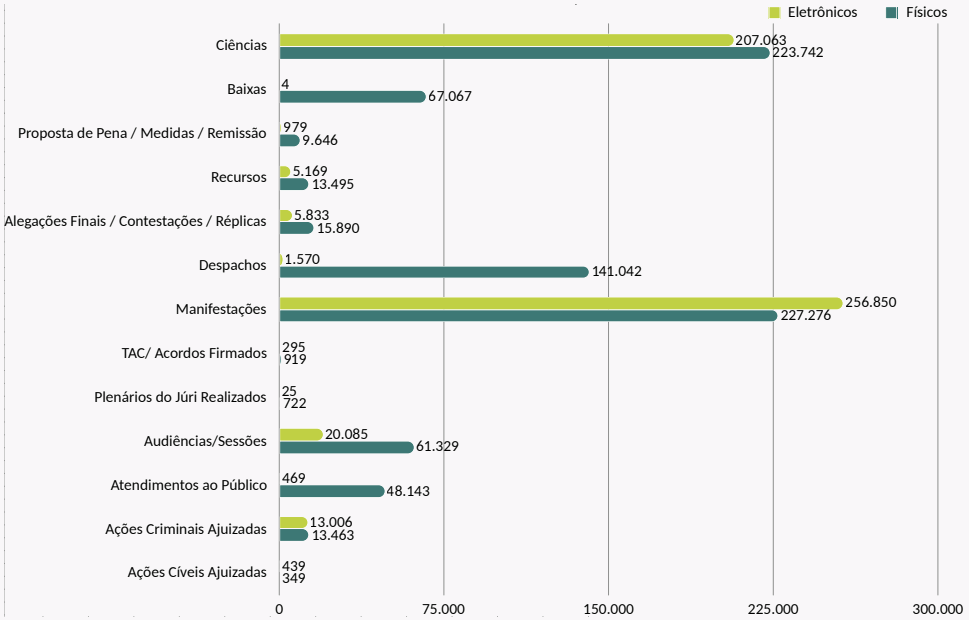


Gráfico 145 Movimentos/Atos praticados em 2019

ESTATÍSTICAS SOBRE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA – 2019

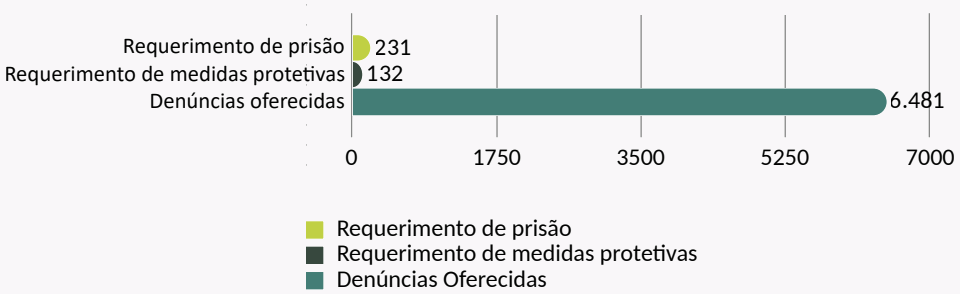


Gráfico 146 Estatísticas sobre Violência Doméstica – 2019

18.3 IDENTIFICAÇÃO DO MPDFT

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT é instituição permanente, essencial à Justiça e responsável pela defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis, de acordo com o art.127 da Constituição Federal, garantindo, mediante a adoção das medidas cabíveis, o respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados pela Constituição (art. 2º da Lei Complementar nº 75/93).

O Ministério Público do Distrito Federal é o ramo do Ministério Público da União responsável por fiscalizar as leis e defender os interesses da sociedade do Distrito Federal e dos Territórios.

Os principais produtos/serviços ofertados pelo MPDFT para a sociedade do Distrito Federal são a busca da cidadania fortalecida, os direitos individuais indisponíveis protegidos, a criminalidade combatida, o patrimônio público protegido, o meio ambiente preservado, a impunidade e corrupção combatidas, as crianças e adolescentes protegidos e as políticas públicas fiscalizadas e asseguradas.

18.4 MISSÃO E VISÃO

18.4.1. MISSÃO:

Promover a justiça, a democracia, a cidadania e a dignidade humana, atuando para transformar em realidade os direitos da sociedade do Distrito Federal e dos Territórios.

18.4.2. VISÃO DE FUTURO:

Consolidar-se como referência na proteção dos direitos do cidadão e na promoção da justiça, atuando com eficiência e transparência, a partir da integração com a sociedade.

18.5 PRINCIPAIS NORMAS DIRECIONADORAS DE SUA ATUAÇÃO

- Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993 – Dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União;
- Resolução nº 90, de 14 de setembro de 2009 - Dispõe sobre as atribuições e distribuição de processos nas Promotorias de Justiça e dá outras providências;
- Regimento Interno do MPDFT

18.6 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

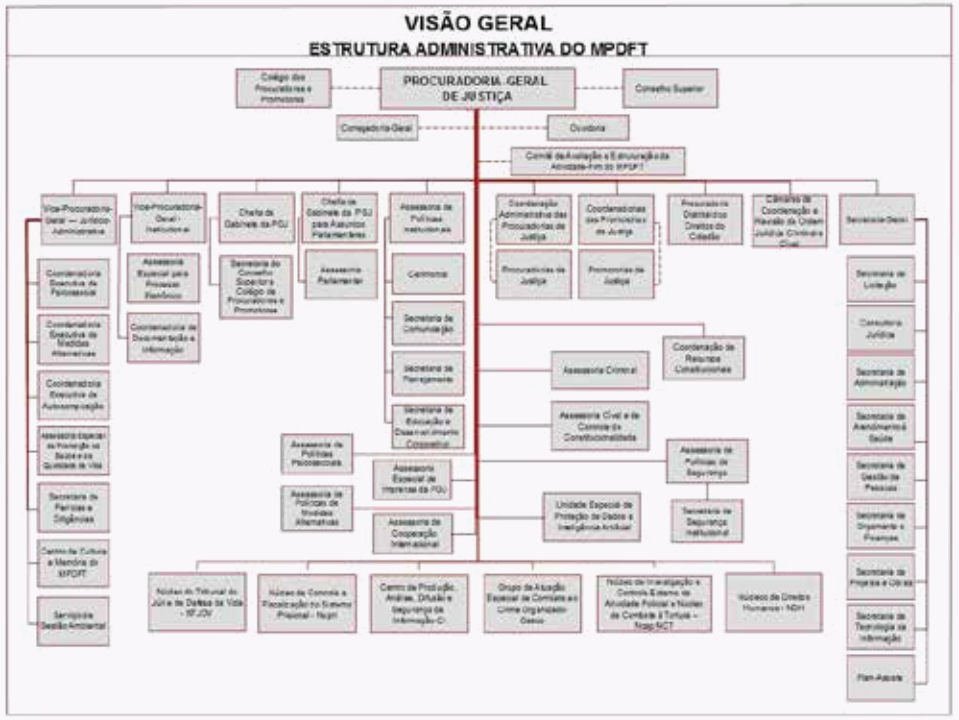


Figura 45 Estrutura Organizacional

ORGANOGRAMAS DAS UNIDADES DO MPDFT

18.7 ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA

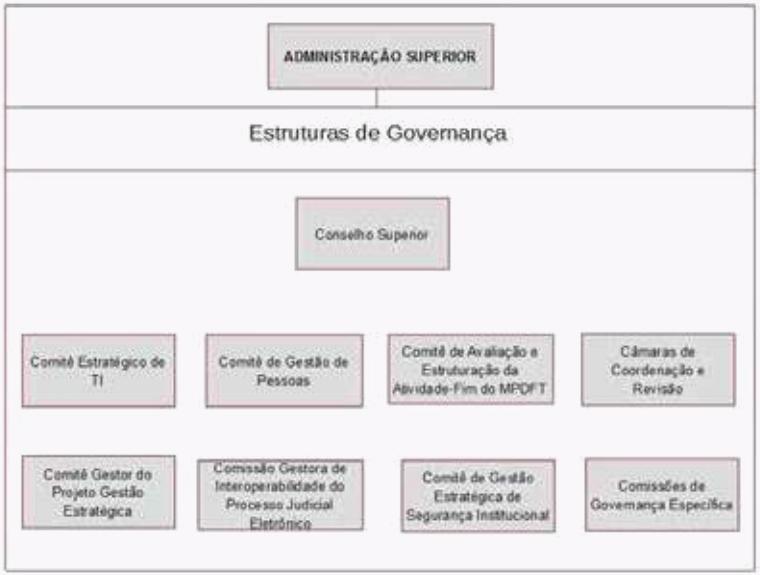


Figura 46 Estruturas de Governança

18.8 AMBIENTE EXTERNO

O MPDFT tem atuado proativamente no estabelecimento de parcerias e atuação conjunta com a sociedade, além de estreitamento e cooperação com organismos internacionais. Em 2019, destacam-se as seguintes atividades:

EVENTOS INTERNACIONAIS

DATA	ORGANIZAÇÃO	EVENTO/ASSUNTO
01/2/2019	MPDFT	Visita de cortesia dos adidos espanhóis no MPDFT
13/2/2019	Embaixada da França	Reunião com a Procuradora-Geral de Justiça e o magistrado de ligação da Embaixada da França, Sr. JEAN-PHILIPPE RIVAUD
19/02/2019	MPDFT	Visita de cortesia do Conselheiro Augusto Inácio F. António da Embaixada de Angola
12 a 15/03/2019	MPDFT	Programa de acolhida em estágio das alunas- magistradas da Escola Nacional de Magistratura da França ao MPDFT
18/3/2019	Procuradoria-Geral da República	Palestra na Procuradoria-Geral da República sobre a atuação do MP Belga no combate ao crime organizado e ao tráfico de drogas
15 e 16/4/2019	GROTIUS BRASIL	Programa Nacional de Difusão da Cooperação Jurídica Internacional – GROTIUS BRASIL
03/06/2019	Embaixada da Bélgica	Recepção na Embaixada da Bélgica na ocasião da missão conjunta Polícia Federal e da Alfândega Belga ao Brasil
11/06/2019	Embaixada do Equador	Visita de cortesia a Embaixada do Equador
13/06/2019	Embaixada da Itália	Reunião da Procuradora-Geral de Justiça do MPDFT com o Ministro Conselheiro e adido policial da Embaixada da Itália com o objetivo de tratar de cooperação bilateral em matéria de crime organizado e de lançar o programa 2019/2020 de capacitação da Escola Internacional de Alta Formação para a Prevenção e o Combate ao Crime Organizado de Caserta (Itália). O treinamento oferece conteúdos como problemas jurídicos do antiterrorismo, lavagem de dinheiro, crime cibernético, apreensão de bens contra organizações criminosas e a atuação dos órgãos de fiscalização tributária.
14/06/2019	Embaixada da França	Entrega da Ordem do Mérito do MPDFT - Gran Cruz - Quadro especial Jean-Philippe Rivaud, magistrado de ligação da França no Brasil
28/8/2019	Embaixada de Israel	Visita à Embaixada de Israel
10/9/2019	Embaixada da Bélgica	Representação da PGJ na Embaixada da Bélgica
20/11/2019	Delegação da União Europeia no Brasil	Reunião sobre projetos que podem ser apoiados pela União Europeia

Tabela 98 Eventos Internacionais – Fonte: Assessoria de Cooperação Internacional

EVENTOS NACIONAIS

DATA	ORGANIZAÇÃO	EVENTO/ASSUNTO
26/02/2019	Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)	Criação pelo MPDFT do Núcleo do Tribunal do Juri e de Proteção da Vida. A iniciativa tem como objetivo coordenar as atividades das promotorias do Júri que existem no DF de modo a ampliar práticas exitosas, dar apoio aos promotores do Júri e fortalecer os locais em que há excesso de demanda.
30/03/2019	Procuradoria – Geral de Justiça (PGJ) do MPDFT	A primeira participação do MPDFT no projeto Record TV nas Cidades ocorreu em Ceilândia. Desde então, a instituição já participou de mais 6 edições, nas cidades satélites de São Sebastião, Sobradinho, Taguatinga, Gama, Recanto das Emas e Samambaia levando ao público os serviços da Ouvidoria, os projetos Pai Legal, Escutando o Cidadão, Promotoras Legais Populares, Como anda meu ônibus?, entre outros.
31/05/2019	Procuradoria – Geral de Justiça (PGJ) do MPDFT	A Procuradoria-Geral de Justiça deu início ao projeto Aproximação, que visa ampliar o diálogo e aprimorar a integração entre as unidades do MPDFT. Ao longo de 2019 foram realizadas diversas visitas da Administração Superior às Coordenadorias Administrativas. A ideia é fortalecer os canais de interlocução, aprimorar ferramentas de aproximação e estimular a comunicação institucional.
02/07/2019	Polícia Militar do DF (PMDF)/ Centro de Produção, Análise, Difusão e Segurança da Informação (CI)	O MPDFT formalizou parceria com a Polícia Militar do DF (PMDF) para disponibilizar acesso ao sistema Gênesis, ferramenta utilizada para registrar ocorrências da corporação e outras informações relevantes à atividade investigativa. O acesso foi liberado via intranet para todos os membros e servidores lotados nas áreas de diligência da instituição.
02/08/2019	Núcleo de Direitos Humanos / Procuradoria – Geral de Justiça (PGJ) do MPDFT	A Procuradora-Geral de Justiça do DF, Fabiana Costa, assinou portaria que instituiu o projeto "Ministério Público como agente de fomento e monitoramento da política pública de enfrentamento à violência doméstica contra a mulher". A iniciativa é de autoria do Núcleo de Direitos Humanos do MPDFT e tem o objetivo de caracterizar os equipamentos de enfrentamento a esse tipo de violência, identificar o perfil socioeconômico da população do DF.
21/08/2019	Procuradoria – Geral de Justiça (PGJ) do MPDFT	Em apoio ao Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça (CNPG) e à Associação de Membros do Ministério Público (Conamp), a Administração Superior do MPDFT articulou três encontros de membros do Ministério Público com autoridades do Executivo e do Legislativo. O objetivo foi entregar análises técnicas contrárias ao projeto que pune o abuso de autoridade e discutir a possibilidade de veto ao projeto que foi aprovado na Câmara dos Deputados.
28/08/2019	Procuradoria – Geral de Justiça (PGJ) do MPDFT	A Administração Superior do MPDFT regulamentou o uso do sistema Pesquisa Integrada (PIN) no âmbito do MPDFT.
29/08/2019	NaMoral – Cidadão contra a corrupção – MPDFT	O projeto "NaMoral" iniciou suas atividades junto aos professores, estudantes e gestores de escolas públicas do DF. O objetivo da iniciativa é criar um ecossistema de integridade nas comunidades escolares do DF, por meio de uma tecnologia social, composta por ações educativas e práticas que promovam o engajamento dos estudantes na missão de transformar a escola em um ambiente de vivências de integridade, responsabilidade, respeito, cidadania, justiça, empatia e honestidade.
30/08/2019	Coordenadoria Executiva de Autocomposição	O Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios realizou o II Seminário de Autocomposição do MPDFT: diálogos para a paz. O evento vai abordar temas como técnicas de negociação, mediação de conflitos e justiça restaurativa. Na ocasião, o especialista e professor, Afonso Konzen ministrou a palestra "A missão constitucional do Ministério Público em diálogo com a pacificação social".
10/09/2019	Procuradoria – Geral de Justiça (PGJ) do MPDFT	Membros da Administração Superior do MPDFT foram recebidos pelo presidente da Câmara Federal, Rodrigo Maia. No encontro, os integrantes da instituição conversaram com o parlamentar sobre a importância da manutenção dos vetos à Lei de Abuso de Autoridade.

DATA	ORGANIZAÇÃO	EVENTO/ASSUNTO
19/09/2019	Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT)	Evento para a assinatura de portaria que regulamenta o padrão de atendimento do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) a pessoas com deficiência, idosos, gestantes, lactantes, pessoas acompanhadas por crianças de colo, obesos, indivíduos com mobilidade reduzida e transtorno do espectro autista.
18/11/2019	Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP)	O MPDFT participou da 17ª reunião plenária da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla). O encontro ocorreu em Belo Horizonte e contou com representantes de órgãos públicos e entidades envolvidas com a temática.
10/12/2019	Congresso Nacional Câmara dos Deputados / Secretaria de Projetos e Obras (SPO) do MPDFT	Lançamento da Frente Parlamentar em Defesa do Sistema de Modelagem da Informação da Construção (BIM). A cerimônia foi realizada na Câmara dos Deputados e o MPDFT, momento em que a instituição foi classificada como referência no assunto, ao lado do Exército, Petrobrás e do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit).

Tabela 99 Eventos Nacionais – Fonte: Assessoria de Imprensa da PGJ.

18.9 VISÃO GERAL DA CADEIA DE VALOR

Considerando a missão do MPDFT e sua estrutura organizacional, tomando como base a Resolução nº 90 de 14 de setembro de 2009, que dispõe sobre as atribuições e distribuição de processos nas Procuradorias, Promotorias de Justiça e o Regimento interno que define as atribuições da estrutura administrativa para a consecução dos seus objetivos institucionais, o quadro abaixo apresenta os principais valores gerados a partir de cada uma das cadeias de valor finalística.

VISÃO GERAL DA CADEIA DE VALOR

CADEIA DE VALOR	ÓRGÃOS QUE ATUAM	VALOR GERADO
Atuação em matéria Criminal	- Procuradorias de Justiça - Promotorias de Justiça Criminal - Promotorias de Justiça Especial Criminal - Promotorias de Justiça do Tribunal de Júri - Promotoria de Justiça de Entorpecentes - Promotoria de Justiça de Execução Penal e Medidas alternativas - Promotorias de Justiça Militar - Promotorias de Justiça de Defesa da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar - Promotoria de Justiça Criminal de Defesa dos Usuários dos Serviços de Saúde	- Criminalidade Combatida
Atuação em matérias cíveis	- Procuradorias de Justiça - Promotorias de Justiça Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões - Promotoria de Justiça da Fazenda Pública - Promotoria de Justiça de Registros Públicos - Promotorias de Justiça de Falências e de Recuperação de Empresas – Profale	- Direitos coletivos e individuais indisponíveis protegidos - Políticas Públicas fiscalizadas

CADEIA DE VALOR	ÓRGÃOS QUE ATUAM	VALOR GERADO
Atuação em matéria Infracional e cível da Infância e Juventude	- Procuradorias de Justiça - Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude	- Crianças e Adolescentes protegidos
Atuação em direitos do cidadão	- Procuradoria Distrital dos Direitos do Cidadão- PDDC	- Cidadania Fortalecida - Políticas Públicas fiscalizadas
Atuação em defesa dos direitos individuais indisponíveis	- Procuradorias de Justiça - Promotoria de Justiça de Defesa da Filiação - Promotoria de Justiça da Pessoa com Deficiência - Promotoria de Justiça da Pessoa Idosa - Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde - Promotoria de Justiça de Defesa da Educação - Promotorias de Justiça Regionais de Defesa dos Direito Difusos - Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor	- Direitos coletivos e individuais indisponíveis protegidos - Políticas Públicas fiscalizadas - Cidadania Fortalecida
Atuação em defesa do meio ambiente e da ordem urbanística	- Procuradorias de Justiça - Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural do Distrito Federal – Prodema - Promotoria de Justiça de Defesa da Ordem Urbanística – Prourb - Serviço de Gestão Ambiental	- Meio ambiente preservado - Patrimônio Público Protegido
Atuação em defesa Patrimônio público, fundações e ordem tributária	- Procuradorias de Justiça - Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social – Prodep - Promotoria de Justiça de Tutela das Fundações e Entidades de Interesse Social – PJFeis - Promotorias de Justiça Regionais de Defesa dos Direito Difusos – Proreg - Promotorias de Justiça de Defesa da Ordem Tributária – Pdot	- Patrimônio Público Protegido - Políticas públicas fiscalizadas
Políticas Institucionais	- Núcleo de Direitos Humanos - NDH - Centro de Produção, Análise, Difusão e Segurança da Informação - CI - Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional – NUPRI - Núcleo de Investigação e Controle Externo da Atividade Policial – NCAP - Núcleo de Combate à Tortura - NCT - Núcleo do Tribunal do Júri e de Defesa da Vida - NTJDV - Unidade Especial de Proteção de Dados e Inteligência Artificial - ESPEC - Assessoria de Cooperação Internacional - ACI - Assessoria de Políticas Institucionais - Chefia de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça - Assessoria Parlamentar - Assessoria de Segurança Institucional	- Promover a justiça, a democracia, a cidadania e a dignidade humana, atuando para transformar em realidade os direitos de sociedade.
Atuação em Combate à Corrupção	- Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado - GAECO - Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social – Prodep	- Impunidade e corrupção combatidas
Relacionamento com a sociedade	- Procuradoria Distrital de Direitos do Cidadão - Ouvidoria - Núcleo de Direitos Humanos - NDH - Coordenadoria Executiva de Autocomposição - Assessoria Especial de Imprensa - Secretaria de Comunicação - Coordenadoria Executiva de Medidas Alternativas - Coordenadoria Executiva Psicossocial	- Aproximar o relacionamento do MPDFT com a sociedade

CADEIA DE VALOR	ÓRGÃOS QUE ATUAM	VALOR GERADO
Estrutura e Infraestrutura	- Secretaria de Projetos e Obras - Secretaria de Segurança Institucional - Secretaria de Administração - Secretaria de Perícias e Diligências - Secretaria-Geral - Consultoria Jurídica - Secretaria de Licitação - Secretaria de Tecnologia da Informação - Coordenadoria de Documentação e Informação	- Aprimorar a estrutura física e organizacional -Possuir sede própria para todas as circunscrições administrativas - Aprimorar o assessoramento técnico pericial - Descentralizar as atribuições das promotorias especializadas
Integração	- Chefia de Gabinete - Assessoria de Políticas Institucionais - Secretaria de Gestão de Pessoas - Assessoria Especial de Promoção da Saúde e da qualidade de vida - Secretaria de Planejamento - Secretaria de Educação e Desenvolvimento Coorporativo - Secretaria-Geral - Centro de Cultura e Memória do MPDFT	- Fortalecer a integração entre membros e servidores - Desenvolver maior integração entre MPDFT e órgãos estratégicos
Eficiência Operacional	- Câmaras de Coordenação e Revisão da Ordem Jurídica Criminal e Cível - Assessoria de Políticas Institucionais - Secretaria de Comunicação - Conselho Superior - Corregedoria-geral - Comitê de Avaliação e Estruturação da Atividade-fim do MPDFT - Chefia de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça - Secretaria de Planejamento	- Buscar maior celeridade das rotinas operacionais - Racionalizar as atribuições existentes - Aprimorar comunicação interna - Assegurar a continuidade dos projetos e esforços intergestão - Conciliar a independência funcional do membro com as diretrizes da instituição
Gestão Financeira	- Secretaria de Orçamento e Finanças - Secretaria-Geral - Secretaria de Administração - Secretaria de Licitação - Consultoria Jurídica	- Viabilizar os recursos necessários para atendimento das demandas institucionais - Otimizar a gestão dos recursos orçamentários e financeiros
Pessoas, Clima Organizacional e Tecnologia	- Secretaria de Gestão de Pessoas - Secretaria de Educação e Desenvolvimento Coorporativo - Secretaria de Tecnologia da Informação - Secretaria de Planejamento - Secretaria-Geral - Secretaria de Atendimento à Saúde - Assessoria Especial de Promoção da Saúde e da qualidade de vida - Secretaria de Segurança Institucional	- Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes - Promover cultura de orientação para resultados - Promover um ambiente de trabalho agradável e profissional - Atrair e reter talentos - Compatibilizar quadro funcional com demandas institucionais - Possuir sistemas de informação integrados, personalizados e atualizados

Tabela 100 Visão Geral de Cadeia de Valor

18.10 MODELO DE NEGÓCIOS

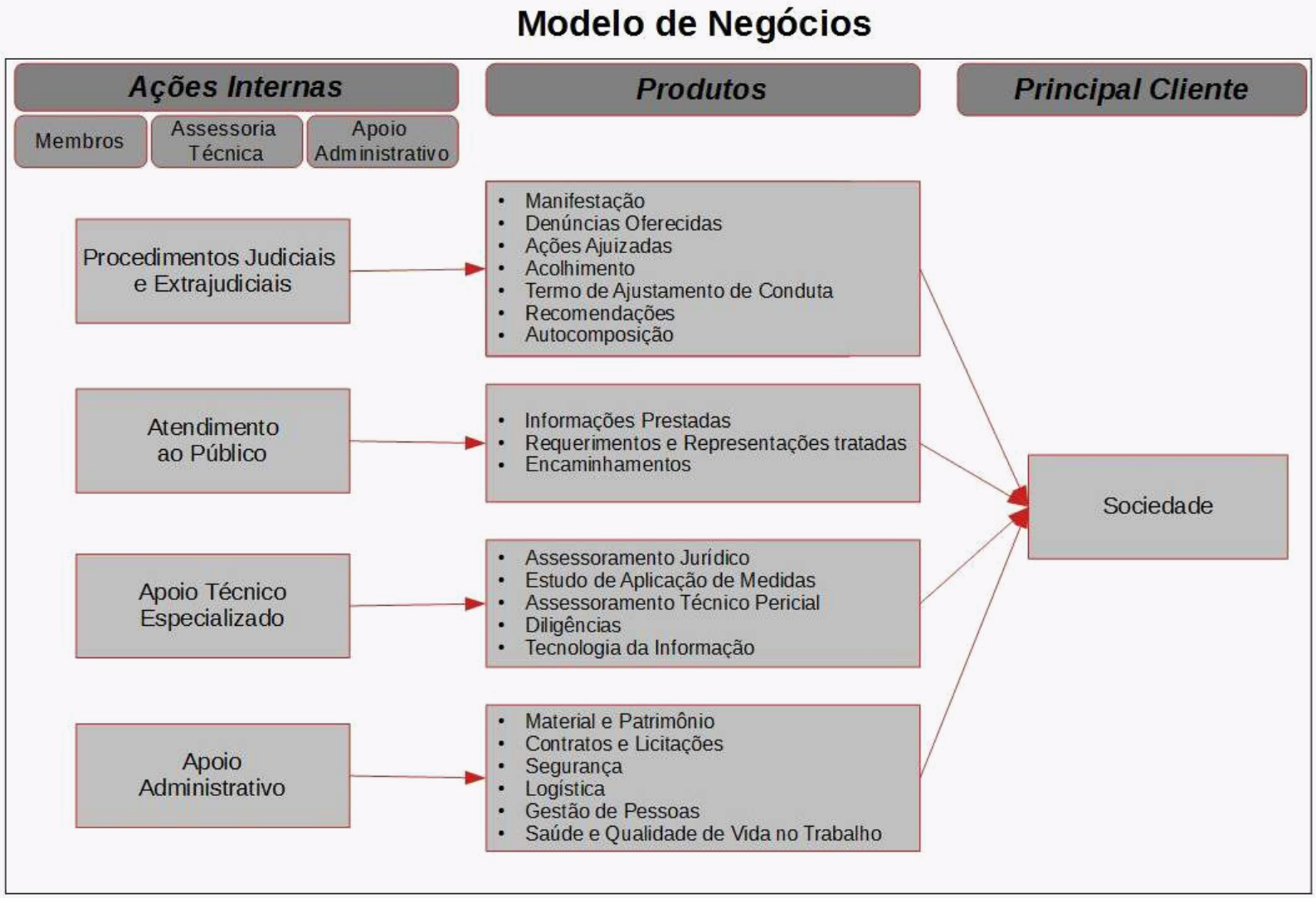


Figura 47 Modelo de Negócios. Fonte: Secretaria de Planejamento.

18.11 PRINCIPAIS PROCESSOS DE TRABALHO E PRODUTOS

MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

MACROPROCESSOS	DESCRIÇÃO	VALOR GERADO - PRODUTOS E SERVIÇOS	PRINCIPAIS CLIENTES	SUBUNIDADES RESPONSÁVEIS
ATUAÇÃO JUDICIAL	Atuação nas causas de competência do Tribunal de Justiça e dos Juízes do Distrito Federal e Territórios. Em 2019, são destaques os seguintes trabalhos: - Estudo e atualização de procedimentos para padronização dos processos de trabalho relacionados à atividade-fim das Coordenadorias de Promotorias de Justiça, consubstanciado no Manual Padrão de Processos e Procedimentos do MPDFT. - Elaboração de novos processos organizacionais para melhoria contínua e adequação dos sistemas corporativos ao processo judicial eletrônico. - Manual de orientação para implantação de estrutura administrativa simplificada no âmbito das Coordenadorias de Promotorias de Justiça do MPDFT (estrutura cartorial).	Manifestação do MPDFT em feitos judiciais. Denúncia oferecida. Ações ajuizadas. Orientação para implantação de nova estrutura administrativa (cartorial).	Principal insumo: Recebimento dos autos. Principal cliente: Sociedade.	- Procuradorias de Justiça - Promotorias de Justiça
ATUAÇÃO EXTRAJUDICIAL	Fiscalização das leis e da defesa dos interesses sociais, por meio da adoção de medidas administrativas, como projetos, inquéritos civis, expedição de recomendações, termos de ajustamento de conduta, reuniões com a comunidade e audiências públicas. Em 2019, foi realizada a análise e melhoria dos processos organizacionais relacionados à atuação extrajudicial, como Cooperação Internacional e Fiscalização da Eleição do Conselho Tutelar.	Audiências públicas. Termos de ajustamento de conduta. Recomendações. Fiscalização e atuação extrajudicial.	Principal insumo: Notícia de fato. Necessidade de fiscalizações e cooperações diversas. Principal cliente: Sociedade.	- Procuradorias de Justiça - Promotorias de Justiça
ATENDIMENTO AO PÚBLICO	Atendimento aos cidadãos que se dirigirem ao MPDFT de forma a prestar informações processuais e sobre a atuação do Ministério Público, além de tomar as medidas judiciais ou extrajudiciais cabíveis. Em 2019, a rotina padrão de atendimento ao público foi atualizada e está consolidada no Manual Padrão de Processos e Procedimentos do MDPFT.	Atendimento realizado. Informação prestada ao cidadão. Declaração ou notícia de fato reduzida a termo.	Principal insumo: Demanda do cidadão. Principal cliente: sociedade.	- Ouvidoria - Procuradorias de Justiça - Promotorias de Justiça
APOIO TÉCNICO ESPECIALIZADO	Análise técnica de informações a fim de subsidiar a atuação de Procuradores e Promotores de Justiça para o melhor desempenho de suas funções institucionais. Em 2019, foram elaborados manuais de processos e procedimentos relacionados a assessoramento técnico, em especial: - Produção, Análise, Difusão e Segurança da Informação. - Análise Técnico-Contábil de Prestações de Contas.	Análise jurídica e técnica de feitos. Estudo psicossocial. Acompanhamento de medidas alternativas. Perícias. Diligências.	Principal insumo: Requisição de análise processual ou diligência. Principais clientes: Sociedade e Unidades do MPDFT.	- Assessorias Técnicas - Assessorias Jurídicas - Assessoria de Políticas de Medidas Alternativas - Assessoria de Políticas Psicossociais. - Secretaria de Perícias e Diligências. - Centro de Produção, Análise, Difusão e Segurança da Informação.
ATIVIDADE NÃO PROCEDIMENTAL	Representação institucional em eventos, órgãos colegiados, palestras, projetos, grupos de trabalho e reuniões. Além de outros projetos elaborados pelo MPDFT, em 2019 foram mapeados os processos de trabalho dos projetos Escutando o Cidadão, SINALID e Nós Podemos Muito Mais.	Projetos executados. Representação institucional	Principal insumo: Evento com necessidade de participação do MPDFT. Projeto institucional. Principal cliente: Sociedade.	- Procuradores de Justiça - Promotores de Justiça.

Tabela 101 Macroprocessos Finalísticos

RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MPDFT

19 GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E ALOCAÇÃO DE RECURSOS

19.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA ESTRATÉGICA

A estrutura de governança deste Ministério Público, representada pela figura abaixo, demonstra as relações existentes entre: a Administração Superior; os Ofícios; a Corregedoria; os Conselhos, Núcleos e Comitês; as unidades de gestão tática e operacional; e a sociedade (principal beneficiária dos serviços prestados pela instituição). Apresenta também, o modelo de Governança da estratégia que alinha as ações dessas Unidades na concretização dos resultados institucionais.

GOVERNANÇAS ORGANIZACIONAIS

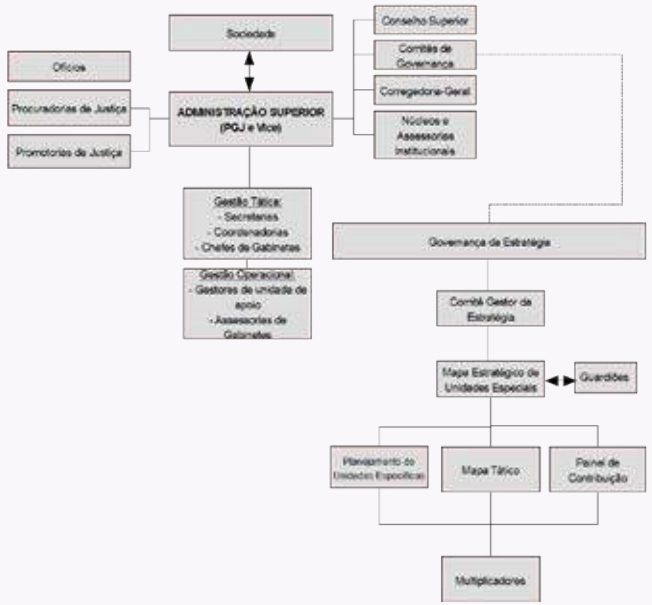


Figura 48 Governanças Organizacionais

19.2 MODELO DE GOVERNANÇA DA ESTRATÉGIA

O modelo de governança da estratégia é realizado pelo Comitê Gestor do Planejamento Estratégico do MPDFT, instituído pela Portaria Normativa nº 290, de 16 de dezembro de 2013, e composto pelo Procurador-Geral de Justiça; Vice-Procurador-Geral de Justiça; Vice-Presidente do Conselho Superior; Corregedor-Geral de Justiça; Chefe de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça e Assessor de Políticas Institucionais. Esse comitê conta com o assessoramento e consultoria técnica da Secretaria de Planejamento – Secplan.

Esse modelo estabelece a estratégia organizacional buscando aprimorar a transparência e o envolvimento das partes envolvidas no desempenho da organização.

19.3 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

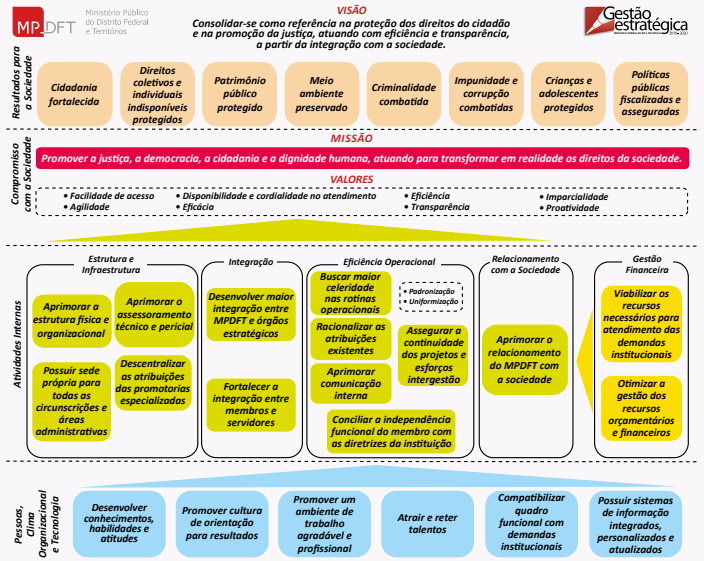


Figura 49 Mapa Estratégico

O Planejamento Estratégico do MPDFT, contendo as prioridades para o período de 2010-2020, foi elaborado com base na metodologia BSC (*Balanced Scorecard*). Nele foram definidos a missão, a visão, os valores, e 28 objetivos estratégicos, que estão graficamente representados pelo mapa estratégico:

Mapa estratégico do MPDFT interativo

O mapa estratégico apresenta a estratégia da instituição em 4 perspectivas:

- Resultados para a sociedade;
- Compromisso com a sociedade;
- Atividades internas; e
- Pessoas, clima organizacional e tecnologia.

Apresentando uma relação de causa e efeito, a execução da estratégia em uma perspectiva gera impacto direto nas demais, convergindo, assim, para a geração dos resultados para a sociedade.

Dentro das perspectivas, o Mapa Estratégico destaca:

MISSÃO: PROMOVER A JUSTIÇA, A DEMOCRACIA, A CIDADANIA E A DIGNIDADE HUMANA, ATUANDO PARA TRANSFORMAR EM REALIDADE OS DIREITOS DA SOCIEDADE.

VISÃO DE FUTURO: CONSOLIDAR-SE COMO REFERÊNCIA NA PROTEÇÃO DOS DIREITOS DO CIDADÃO E NA PROMOÇÃO DA JUSTIÇA, ATUANDO COM EFICIÊNCIA E TRANSPARÊNCIA, A PARTIR DA INTEGRAÇÃO COM A SOCIEDADE.

VALORES: FACILIDADE DE ACESSO, AGILIDADE, DISPONIBILIDADE E CORDIALIDADE NO ATENDIMENTO, EFICÁCIA, EFICIÊNCIA, TRANSPARÊNCIA, IMPARCIALIDADE E PROATIVIDADE.

Além dos elementos acima, as perspectivas dividem os objetivos estratégicos, de acordo com a atuação institucional, representando, assim, as prioridades definidas para cada área de negócio.

Para cada um dos objetivos estratégicos há um Guardião, responsável por articular ações com a Assessoria da Secretaria de Planejamento do MPDFT para o cumprimento das metas e o acompanhamento da evolução dos resultados dos objetivos.

19.3.1. DESEMPENHO ORGANIZACIONAL

A Administração Estratégica envolve um processo ou uma série de estágios. As etapas básicas são:

1 – Análise do Ambiente;
2 – Estabelecimento de uma diretriz organizacional;
3 - Formulação de uma estratégia;
4 – Implementação da estratégia organizacional;
5 – Controle estratégico.

O Planejamento Estratégico, no âmbito do MPDFT, é visto como instrumento dinâmico de gestão, que contém decisões antecipadas sobre a linha de atuação a ser seguida pela organização no cumprimento de sua missão, não deixando também de tratar as demandas que se apresentarem e alinhando-as ao Planejamento e às prioridades de atuação.

19.4 ALINHAMENTO DO PLANO DE AÇÃO DA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

A Procuradora-Geral de Justiça apresentou seu Plano de Gestão para o biênio 2018-2020. Com base neste Plano e no discurso de posse com as intenções de mandato da Procuradora, realizou-se o alinhamento das ações apresentadas aos objetivos estratégicos, conforme demonstrado a seguir:

ALINHAMENTO DO PLANO DE AÇÃO DA PGJ AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

MISSÃO INSTITUCIONAL: COMPROMISSO COM A SOCIEDADE	Ações	• Dever de agir em favor de uma sociedade melhor, da fiscalização das leis e da promoção da Justiça
RESULTADOS PARA A SOCIEDADE	Objetivo Estratégico	Cidadania Fortalecida
	Ações	• Agir em favor de uma sociedade melhor
	Objetivo Estratégico	Direitos coletivos e individuais indisponíveis protegidos
	Ações	• Fortalecer a defesa e a promoção dos direitos humanos e dos direitos difusos.
	Objetivo Estratégico	Meio ambiente preservado
	Ações	• Fortalecer o plano de logística sustentável do MPDFT
	Objetivo Estratégico	Criminalidade Combatida
	Ações	• Fortalecer as áreas de investigação, principalmente no combate à corrupção.
	Objetivo Estratégico	Impunidade e Corrupção combatidas
	Ações	• Manter e apoiar as atividades voltadas ao combate à corrupção.
	Objetivo Estratégico	Políticas públicas fiscalizadas e asseguradas
	Ações	• Melhorar a prestação dos serviços essenciais e assegurar que o cidadão tenha acesso à saúde. • Melhorar a prestação dos serviços essenciais e assegurar que o cidadão tenha acesso à educação. • Melhorar a prestação dos serviços essenciais e assegurar que o cidadão tenha acesso ao transporte. • Melhorar a prestação dos serviços essenciais e assegurar que o cidadão tenha acesso à segurança.
ATIVIDADES INTERNAS	Objetivo Estratégico	Possuir sede e estrutura próprias para todas as circunscrições e área administrativa
	Ações	• Retomar a obra da sede das Promotorias de Justiça de Brazlândia. • Aprimorar a infraestrutura e segurança das sedes do MPDFT.
	Objetivo Estratégico	Aprimorar o assessoramento técnico e pericial
	Ações	• Promover o trabalho de gestão de riscos no âmbito da Segurança Institucional.
	Objetivo Estratégico	Desenvolver maior interação entre MDFT e órgãos estratégicos
	Ações	• Defender com rigor as prerrogativas funcionais do Ministério Público. • Construir diálogo permanente com os Poderes, suas instituições e atores, para permitir que tenhamos os meios necessários para o funcionamento da Instituição.

ATIVIDADES INTERNAS	Objetivo Estratégico	Fortalecer a integração entre os membros e servidores
	Ações	• Valorizar os servidores, com ações que promovam maior integração com os membros do MPDFT. • Apoiar as Câmaras de Revisão e Coordenação do MPDFT, para que intensifiquem o trabalho de coordenação, compartilhamento de informações e estratégias de atuação entre Promotorias e áreas específicas.
	Objetivo Estratégico	Aprimorar a estrutura física e organizacional
	Ações	• Priorizar a estruturação da Atividade-Fim. • Avançar na implementação da estrutura de gabinetes. • Aprimorar a estrutura disponível para os Promotores de Justiça em atuação na Justiça Eleitoral. • Incrementar a segurança de membros e servidores, com a descentralização das atividades de segurança institucional e implantação do Plano de Política de Segurança do MPDFT. • Estimular a autossuficiência das coordenadorias na promoção de Segurança Institucional. • Implementar o pool de analistas nas coordenadorias, com o fim de auxiliar os afastamentos de curta duração das unidades.
	Objetivo Estratégico	Racionalizar as atribuições existentes
	Ações	• Apoiar de forma contínua as atividades do Comitê de Avaliação e Estruturação da Atividade-Fim.
	Objetivo Estratégico	Assegurar a continuidade dos projetos e esforços intergestão
	Ações	• Dar continuidade às mudanças que visem a excelência e o fortalecimento da nossa Instituição.
	Objetivo Estratégico	Otimizar a gestão dos recursos orçamentários e financeiros
	Ações	• Trabalhar de forma contínua para que os membros do Ministério Público tenham a remuneração compatível com o desempenho de sua missão constitucional.
	Objetivo Estratégico	Conciliar a independência funcional do membro com as diretrizes da instituição
	Ações	• Promover o Encontro do Colégio de Procuradores e Promotores de Justiça. • Realizar encontros internos que mobilizem toda a classe e estimulem reflexões profundas sobre o papel do Ministério Público e a atuação de seus membros.
	Objetivo Estratégico	Aprimorar relacionamento do MPDFT com a sociedade
	Ações	• Dar transparência e publicidade às ações e atividades do MPDFT. • Valorizar o atendimento ao público nas diversas unidades do MPDFT. • Melhorar a qualidade de atendimento para o cidadão
	Objetivo Estratégico	Viabilizar os recursos necessários para atendimento das demandas institucionais
	Ações	• Empreender esforços para o aumento orçamentário que propicie o retorno do estágio remunerado de nível médio e superior no MPFT. • Empenhar-se para obter recursos para a construção de sedes de Promotorias de Justiça próprias em todas as áreas administrativas.

PESSOAS, CLIMA ORGANIZACIONAL E TECNOLOGIA	Objetivo Estratégico	Promover cultura de orientação para resultados
	Ações	• Pautar a gestão pelo Planejamento Estratégico e utilização racional dos recursos disponíveis. • Ampliar a participação dos membros e das coordenadorias nos processos decisórios da gestão.
	Objetivo Estratégico	Promover um ambiente de trabalho agradável e profissional
	Ações	• Promover, de forma contínua, um ambiente de trabalho agradável e profissional. • Ampliar e valorizar programas de atenção à saúde dos membros e servidores.
	Objetivo Estratégico	Compatibilizar quadro funcional com as demandas institucionais
	Ações	• Ampliar a estrutura de apoio da atividade-fim, por meio do remanejamento de técnicos administrativos para atuação em áreas de nível superior, mediante a disponibilização de função.
	Objetivo Estratégico	Possuir sistemas de informação integrados, personalizados e atualizados
	Ações	• Buscar excelência nas ferramentas oferecidas pelo Egab/Neosispro, proporcionando uma interação eficiente e consolidada com o Processo Judicial Eletrônico – Pje. • Aprimorar os sistemas de peticionamento eletrônico, inclusive com a criação de ferramentas para que os servidores tenham acesso a funcionalidades que desonerem os membros das atividades burocráticas. • Empreender esforços para que todos os feitos internos sejam eletrônicos. • Propiciar a implementação da assinatura eletrônica em dispositivos portáteis. • Investir em softwares capazes de registrar e degravar vídeo e áudio, visando agilizar a atividade processual da Instituição. • Viabilizar o plenário virtual no âmbito das Câmaras de Coordenação e Revisão e do Conselho Superior do MPDFT.

Tabela 102 Alinhamento do Plano de Ação da PGJ ao Planejamento Estratégico

19.5 VINCULAÇÃO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS A ÓRGÃOS DE GOVERNANÇA SUPERIOR

O planejamento estratégico do MPDFT também foi alinhado com o planejamento estratégico do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, de modo a atender aos interesses da sociedade com uma linha de atuação estabelecida para a Instituição como um todo.

VINCULAÇÃO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS MPDFT X CNMP

PERSPECTIVA	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS CNMP	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS MPDFT	PERSPECTIVA
RETORNO PARA A SOCIEDADE	Defesa dos Direitos Fundamentais	Direitos coletivos e individuais indisponíveis protegidos	Resultados para a sociedade
		Crianças e adolescentes protegidos	
		Cidadania Fortalecida	
	Transformação Social	Patrimônio público protegido	
		Meio ambiente preservado	
		Criminalidade combatida	
	Indução de Políticas Públicas	Políticas públicas fiscalizadas e asseguradas	
		Impunidade e corrupção combatidas	
PROCESSOS - UNIDADE INSTITUCIONAL	Fortalecer a atuação integrada do Ministério Público	Fortalecer a integração entre membros e servidores	Atividades internas - integração
	Fomentar a integração de bancos de dados	Desenvolver maior integração entre MPDFT e órgãos estratégicos	
	Construir práticas procedimental uniformes	Buscar maior celeridade nas rotinas operacionais	Atividades internas - eficiência operacional
	Defender as prerrogativas institucionais	Conciliar a independência funcional do membro com as diretrizes da instituição	Atividades internas - eficiência operacional
		Aprimorar a estrutura física e organizacional	Atividades internas - estrutura e infraestrutura
		Aprimorar o assessoramento técnico e pericial	
PROCESSOS - EFICIÊNCIA DA ATUAÇÃO INSTITUCIONAL	Ampliar a atuação extrajudicial como forma de pacificação de conflitos	Aprimorar o relacionamento do MPDFT com a sociedade	Atividades internas - relacionamento com a sociedade
	Atuar de forma proativa, efetiva, preventiva e resolutiva, respeitando as competências constitucionais	Assegurar a continuidade dos projetos e esforços inter-gestão	Atividades internas - eficiência operacional
		Descentralizar as atribuições das promotorias especializadas	Atividades internas - estrutura e infraestrutura
	Celeridade procedimental	Buscar maior celeridade nas rotinas operacionais	Atividades internas - eficiência operacional
		Racionalizar as atribuições existentes	

PERSPECTIVA	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS CNMP	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS MPDFT	PERSPECTIVA
EFICIÊNCIA OPERACIONAL	Aprimorar e informatizar as rotinas administrativas	Buscar maior celeridade nas rotinas operacionais	Atividades internas - eficiência operacional
	Aprimorar processos de planejamento e gestão	Aprimorar comunicação interna	Atividades internas - eficiência operacional
PESSOAS, INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA, ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	Assegurar recursos orçamentários e otimizar sua alocação	Otimizar a gestão dos recursos orçamentários e financeiros	Atividades internas - gestão financeira
		Viabilizar os recursos necessários para atendimento das demandas institucionais	
PESSOAS, INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA - PROFISSIONALIZAÇÃO DA GESTÃO	Intensificar o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes	Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes	Pessoas, clima organizacional e tecnologia
	Fomentar a cultura de resultados	Promover cultura de orientação para resultados	
	Valorizar e motivar membros e servidores	Promover um ambiente de trabalho agradável e profissional	
		Compatibilizar quadro funcional com demandas institucionais	
		Atrair e reter talentos	
PESSOAS, INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA -TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	Promover a governança da tecnologia da informação	Possuir sistemas de informação integrados, personalizados e atualizados	
	Assegurar a atualização da infraestrutura tecnológica		
PESSOAS, INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA -	Assegurar a atualização da infraestrutura física	Possuir sede e estrutura próprias para todas as circunscrições e área administrativa	Atividades internas - estrutura e infraestrutura

Tabela 103 Vinculação dos objetivos estratégicos MPDFT x CNMP

19.6 INFORMAÇÕES ACERCA DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Para a mensuração da evolução do cumprimento dos 28 objetivos estratégicos e da missão institucional foram estabelecidos 64 indicadores. Estes indicadores são medidos anualmente considerando o período de janeiro a dezembro do ano corrente.

A evolução dos resultados obtidos nesses nove anos de execução do planejamento estratégico consta no Relatório Anual de Gestão Estratégica. Além dos resultados dos indicadores, o relatório apresenta os programas, projetos, iniciativas e ações destaques desenvolvidos para cumprir cada objetivo estratégico do plano. O Relatório é publicado todo final do mês de março de cada ano.

19.7 CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS

Para avaliar como a instituição planejou o cumprimento de sua missão, realiza-se o monitoramento da execução por meio do indicador que retrata o cumprimento dos objetivos estratégicos, tomando como base a atual Gestão, conforme a tabela.

CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS

INDICADOR	DESCRIÇÃO	FÓRMULA DE CÁLCULO	VALOR MENSURADO		FONTE DE DADOS
			2018	2019	
Cumprimento dos Objetivos Estratégicos	Medir o grau de implementação do planejamento estratégico	(Total de indicadores mensurados/ Total de indicadores estabelecidos)*100	92%	95%	Secretaria de Planejamento

Tabela 104 Cumprimento dos objetivos

Além deste, são estabelecidos os indicadores de acompanhamento da execução dos planos tático-operacionais em 2019, os denominados painéis de contribuição:

CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS - PAINÉIS DE CONTRIBUIÇÃO

INDICADOR	DESCRIÇÃO	FÓRMULA DE CÁLCULO	VALOR MENSURADO	FONTE DE DADOS
			2019	
Cobertura do painel de contribuição	Mede a quantidade de áreas contempladas com painel de contribuição	Total de áreas contempladas com painel de contribuição / Total de áreas com demandas de painel de contribuição	91%	Secretaria de Planejamento
Cumprimento do Painel de Contribuição	Mede a eficácia das procuradorias, promotorias e unidades administrativas em cumprirem os seus respectivos painéis de contribuição	Somatório dos IRF's dos Painéis / (Somatório de Ações previstas)*100	81%	Secretaria de Planejamento
Adesão à metodologia de projetos	Acompanhar a produtividade das unidades que contribuem para o alcance dos objetivos e metas estratégicas, alinhados à missão e à visão de forma a potencializar os resultados da Instituição	Somatório de projetos elaborados conforme a metodologia de projetos	22	Secretaria de Planejamento

Tabela 105 Cumprimento dos objetivo – painéis de contribuição

No que se refere em como a estrutura de Governança avalia o cumprimento dos objetivos estratégicos, como já citado, há os indicadores de monitoramento dos objetivos e os indicadores que avaliam os resultados e o nível de compromisso com a sociedade, bem como com as ações de estrutura e infraestrutura, integração, eficiência operacional, relacionamento com a sociedade, gestão financeira e pessoas, clima organizacional e tecnologia, que estão baseados nas prioridades apresentadas no Plano de Gestão da Administração Superior. Assim sendo, são tomadas as decisões estratégicas e avaliados os riscos e priorizados os controles internos necessários.

Para garantir a legalidade, a economicidade, a eficiência e a eficácia, o modelo de gestão aplicado busca alinhar as restrições de recursos orçamentários impostos à priorização da gestão na execução de desenvolvimento de projetos voltados, principalmente, para a entrega de resultados para a sociedade, com base na sua missão, como também em estabelecimento de parcerias e articulações com outros órgãos visando possibilitar a execução do seu planejamento.

A administração superior do MPDFT, ciente de que a governança pública é uma das ferramentas imprescindíveis ao controle e monitoramento da gestão, empenha-se, cada vez mais na implementação de ferramentas e competências voltadas para a governança de pessoas, de tecnologia, de recursos, de maneira que se possa traçar de forma transparente programas, projetos, ações e iniciativas diretamente articulados com o planejamento estratégico institucional.

Como estabelecido há 10 anos que todos os Ministérios Públicos tivessem o seu planejamento institucional, este MPDFT vem se empenhando na estruturação e na busca de formas dinâmicas e transparentes de monitoramento de resultados que possibilitem uma avaliação eficiente e eficaz do seu comportamento organizacional, o que permitirá a continuidade de um novo planejamento para os próximos cinco anos (2021-2025) dentro dos preceitos de incremento de governança e gestão ora recomendados.

19.8 DESDOBRAMENTO DA ESTRATÉGIA

A execução do Planejamento Estratégico é realizada pelos seguintes instrumentos de desdobramento da estratégia:

- mapa estratégico da unidade;
- mapa tático; e
- painel de contribuição.

O mapa estratégico da unidade é um desdobramento especial realizado para unidades específicas que possuem contextos estratégicos exclusivos (normas, planos, ações e legislações), com significativo grau de peculiaridade e desafios diferenciados.

O MPDFT possui dois mapas estratégicos de unidades: o mapa estratégico da Procuradoria Distrital dos Direitos do Cidadão – PDDC e o da Secretaria de Tecnologia da Informação – STI.

MAPA ESTRATÉGICO DA PROCURADORIA DISTRITAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

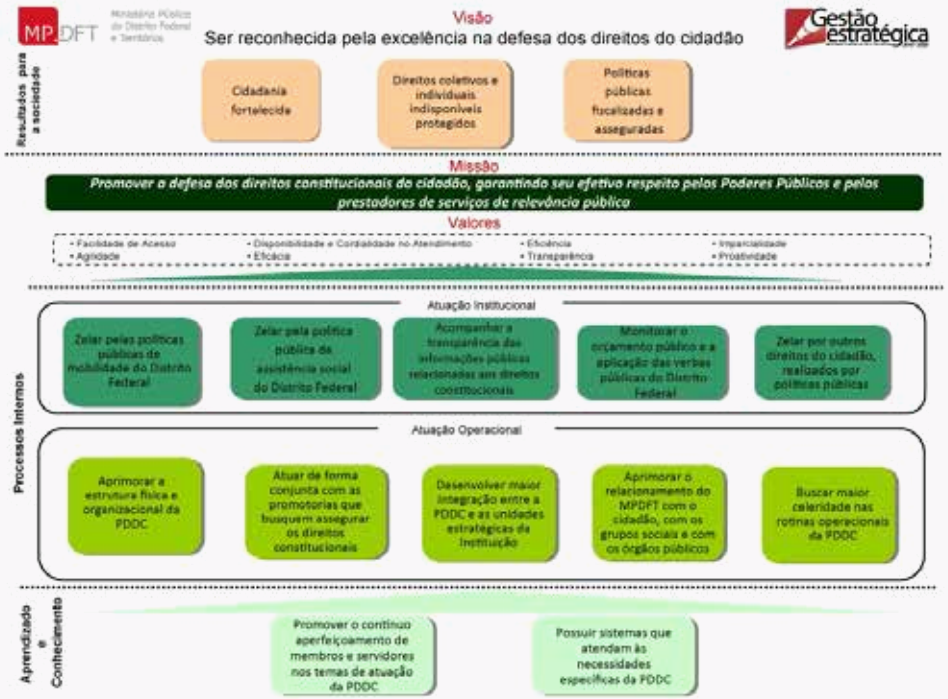


Figura 50 Mapa Estratégico da Procuradoria Distrital dos Direitos do Cidadão

MAPA ESTRATÉGICO DA SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

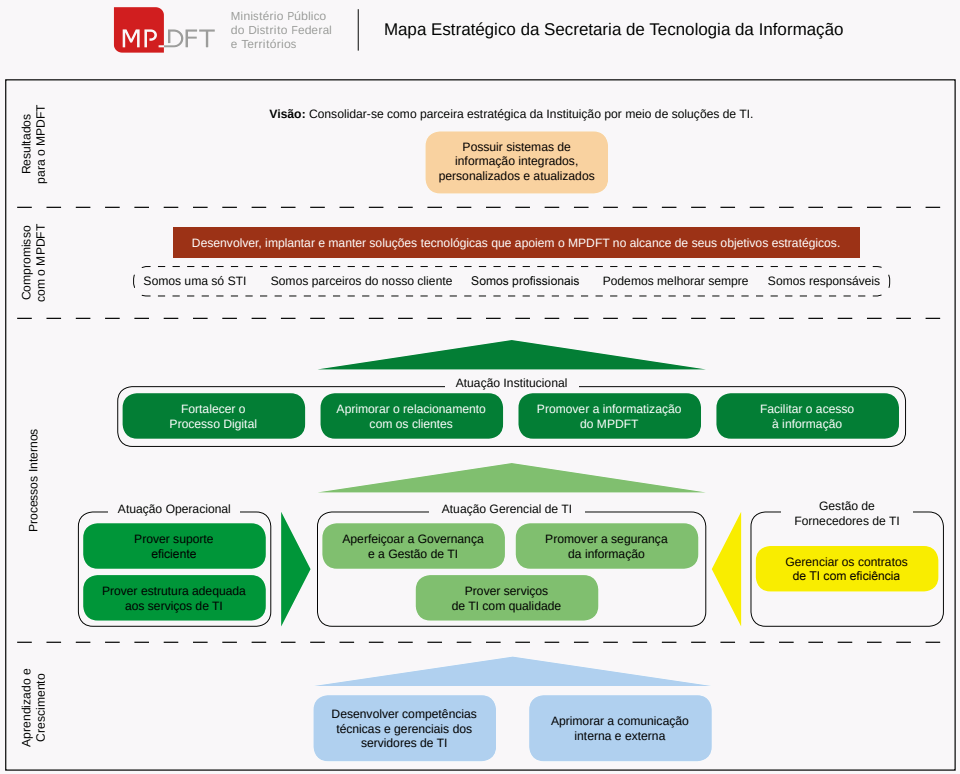


Figura 51 Mapa Estratégico da Secretaria de Tecnologia da Informação

O mapa tático da unidade é o desdobramento da estratégia para um período de 2 a 3 anos. Nele, os objetivos estratégicos do planejamento institucional são desdobrados em objetivos táticos e iniciativas vinculadas à atuação da unidade.

Atualmente, o MPDFT possui dois mapas táticos de unidades: o mapa tático da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social – PRODEP; e o mapa tático das Promotorias de Justiça Regional de Defesa de Direitos Difusos – PROREG, este foi validado em 2019, com execução prevista para 2020 – 2022.

MAPA TÁTICO DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL (PRODEP)

Figura 52 Mapa Tático da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social (Prodep)

MAPA TÁTICO DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA REGIONAL DE DEFESA DE DIREITOS DIFUSOS (PROREGS)

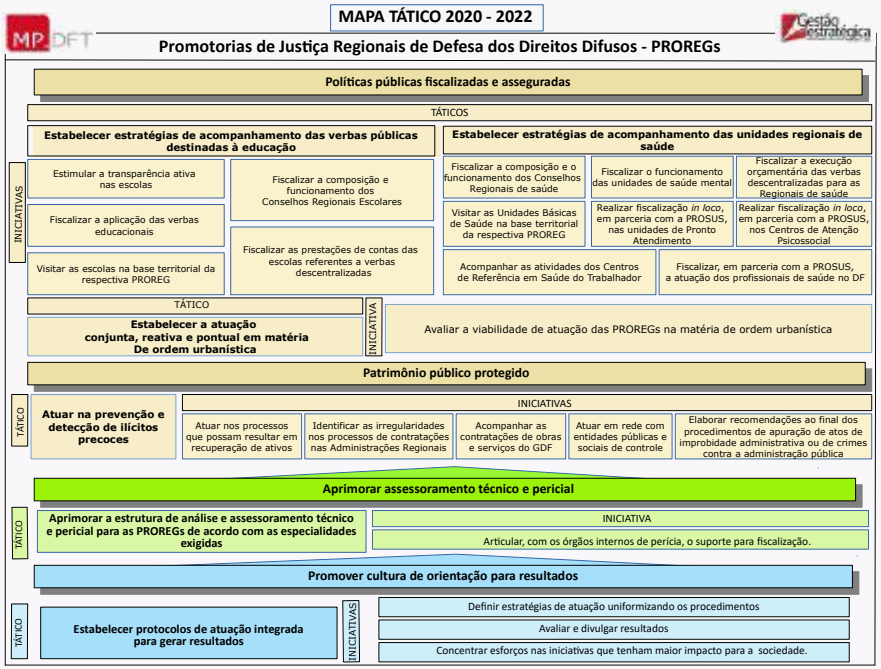


Figura 53 Mapa Tático das Promotorias de Justiça Regional de Defesa de Direitos Difusos (Proregs).

O painel de contribuição é o instrumento anual de desdobramento estratégico. Nele estão registrados os objetivos estratégicos que estejam diretamente relacionados com a atuação da unidade e, alinhados a esses objetivos, estarão registradas as iniciativas e projetos que deverão ser desenvolvidos no período. O MPDFT possui atualmente 64 painéis de contribuição.

Por meio dos painéis de contribuição pode-se monitorar o cumprimento dos objetivos estratégicos, no período de um ano, por meio do desenvolvimento das ações, iniciativas e projetos, além de identificar a priorização dos objetivos por parte de cada unidade.

Para acompanhar os painéis de contribuição, foi estabelecida a figura do multiplicador, pessoa responsável pela elaboração, execução e monitoramento dos resultados registrados nos painéis em cada uma das unidades. Atualmente, há 130 multiplicadores entre titulares e suplentes.

19.9 MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO

Para monitorar a execução dos planos, além de reuniões com o Comitê Gestor e com os guardiões, são realizadas reuniões tático-operacionais pela Secretaria de Planejamento, com a participação dos membros e servidores das unidades. Essas reuniões visam ao acompanhamento das ações, iniciativas e projetos planejados para um determinado período.

Como instrumento de agilidade e de tratamento de informações, foi criada em 2018 a lista de objetivos tático-operacionais, com a finalidade de padronizar a forma de preenchimento dos painéis de contribuição em relação aos dados de indexação para o tratamento de resultados. Em 2019, essa lista foi atualizada visando dar um maior dinamismo, objetividade e melhoria da qualidade da análise das informações prestadas.

Também seguindo a linha de trabalho iniciada em 2018, não mais fazem parte dos painéis as rotinas e as demandas (iniciativas que dependem de outras áreas para serem executadas). Assim, continua-se primando pela veracidade e qualidade do planejamento setorial, além de mensurar o real resultado dessas iniciativas para a consecução dos objetivos estratégicos para a sociedade.

A exclusão de rotinas e demandas dos painéis de contribuição representou um número menor de registros de iniciativas, porém trouxe mais qualidade à análise dos resultados apresentados pelas unidades e, consequentemente, do real impacto do trabalho para a sociedade.

19.10 RISCOS E FATORES QUE INFLUENCIARAM A CADEIA DE VALOR

Alguns riscos foram identificados e geridos para que houvesse o alinhamento da estrutura implementadora e a consecução dos objetivos estratégicos:

- Comprometimento da alta administração e dos integrantes da instituição com as ações de planejamento;
- Recursos orçamentários e financeiros que pudessem viabilizar a realização das ações estratégicas planejadas;
- Estrutura administrativa compatível com as demandas institucionais e resultados esperados; e
- Amadurecimento de uma cultura organizacional para se adaptar às necessidades do contexto atual.

19.11 RESULTADOS DA GESTÃO

Os resultados alcançados, por meio do Planejamento Estratégico, estão evidenciados no ***item 19.15 – Resultados Alcançados e no Anexo I – Projetos Institucionais.***

Convém mencionar que na apuração do resultado, em 2019, do objetivo estratégico: "Otimizar a gestão dos recursos orçamentários e financeiros", indicador "Índice de execução do plano interno", apenas a execução das ***despesas primárias obrigatórias e discricionárias*** foram consideradas no método de cálculo, para melhor adequação aos limites de gastos estabelecidos pela EC 95/2016.

GESTÃO ESTRATÉGICA EM NÚMEROS

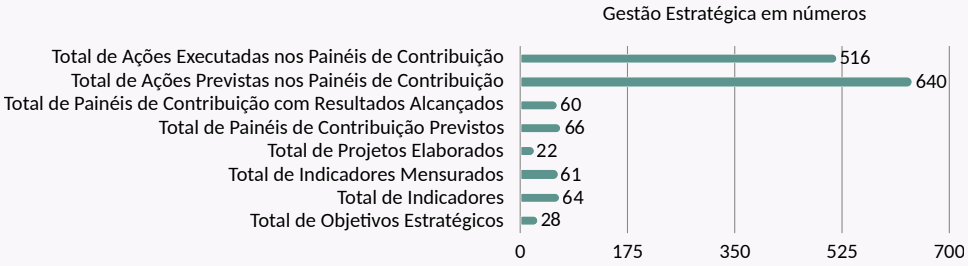


Gráfico 147 Gestão Estratégica em Números

SOMATÓRIO DE INICIATIVAS POR PERSPECTIVA DO MAPA ESTRATÉGICO

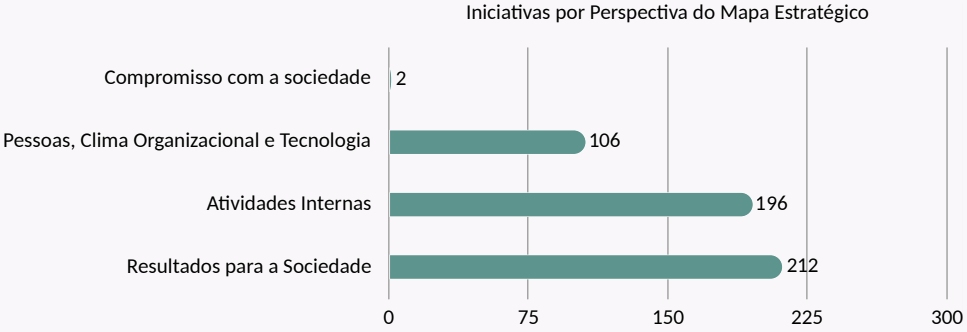


Gráfico 148 Somatório de Iniciativas por Perspectiva do Mapa Estratégico

SOMATÓRIO DE INICIATIVAS POR OBJETIVO ESTRATÉGICO

OBJETIVO ESTRATÉGICO	TOTAL DE INICIATIVAS
Cidadania fortalecida	68
Direitos coletivos e individuais indisponíveis protegidos	24
Patrimônio público protegido	3
Meio ambiente preservado	24
Criminalidade combatida	27
Impunidade e corrupção combatidas	4
Crianças e adolescentes protegidos	21
Políticas públicas fiscalizadas e asseguradas	41
Compromisso com a sociedade	2
Aprimorar a estrutura física e organizacional	30
Possuir sede e próprias para todas as circunscrições e áreas administrativas	6
Aprimorar o assessoramento técnico e pericial	12
Desenvolver maior integração entre MPDFT e órgãos estratégicos	42
Fortalecer a integração entre membros e servidores	2
Buscar maior celeridade das rotinas operacionais	35
Racionalizar as atribuições existentes	1
Aprimorar a comunicação interna	30
Assegurar a continuidade dos projetos e esforços intergestão	4
Conciliar a independência funcional do membro com as diretrizes da instituição	1
Aprimorar o relacionamento do MPDFT com a sociedade	28
Viabilizar os recursos necessários para atendimento das demandas institucionais	2
Otimizar a gestão dos recursos orçamentários e financeiros	3
Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes	34
Promover cultura de orientação para resultados	14
Promover um ambiente de trabalho agradável e profissional	29
Compatibilizar quadro funcional com demandas institucionais	1
Possuir sistemas de informação integrados, personalizados e atualizados	28

Tabela 106 Somatório de iniciativas por objetivo estratégico

19.12 RESULTADOS ALCANÇADOS FRENTE ÀS PRIORIDADES DE GESTÃO

Com base nas prioridades estabelecidas pela Procuradora-Geral, para a sua Gestão em 2019, apresentamos abaixo os resultados vinculados aos objetivos estratégicos:

PRINCIPAIS RESULTADOS

MISSÃO INSTITUCIONAL - COMPROMISSO COM A SOCIEDADE		
Ações	Dever de agir em favor de uma sociedade melhor, da fiscalização das leis e da promoção da Justiça	
Indicador	Avaliação do trabalho do Ministério Público pela Sociedade	98%
	Cumprimento dos objetivos estratégicos	95%

Objetivo Estratégico:	Cidadania Fortalecida	
Ações	Agir em favor de uma sociedade melhor	
Indicador	Ações em defesa da cidadania	126
Objetivo Estratégico:	Direitos coletivos e individuais indisponíveis protegidos	
Ações	Fortalecer a defesa e a promoção dos direitos humanos e dos direitos difusos.	
Indicador	Ações em defesa do Idoso	444
	Ações de responsabilidade parental	695

Objetivo Estratégico:	Meio ambiente preservado	
Ações	Fortalecer o plano de logística sustentável do MPDFT	
Indicador	Iniciativas em defesa do meio ambiente, patrimônio cultural e ordem urbanística	24
Objetivo Estratégico:	Criminalidade Combatida	
Ações	Fortalecer as áreas de investigação, principalmente no combate à corrupção.	
Iniciativa	Implementação do Núcleo do Tribunal do Júri e de Defesa da Vida; Criação do Núcleo Especial de Combate a Crimes Cibernéticos - NCYBER; Fortalecimento da Unidade Especial de Proteção de Dados e Inteligência Artificial.	
Objetivo Estratégico:	Impunidade e Corrupção combatidas	
Ações	Manter e apoiar as atividades voltadas ao combate à corrupção.	
Indicador	Ações de combate à corrupção	71
Objetivo Estratégico:	Políticas públicas fiscalizadas e asseguradas	
Ações	Melhorar a prestação dos serviços essenciais e assegurar que o cidadão tenha acesso à saúde; Melhorar a prestação dos serviços essenciais e assegurar que o cidadão tenha acesso à educação; Melhorar a prestação dos serviços essenciais e assegurar que o cidadão tenha acesso ao transporte; Melhorar a prestação dos serviços essenciais e assegurar que o cidadão tenha acesso à segurança.	
Indicador	Iniciativas em defesa das políticas públicas	41
	Índice de recomendações expedidas	81

Objetivo Estratégico:	Possuir sede e estrutura próprias para todas as circunscrições e área administrativa	
Ações	Retomar a obra da sede das Promotorias de Justiça de Brazlândia; Aprimorar a infraestrutura e segurança das sedes do MPDFT.	
Iniciativa	Projeto de Descentralização da área de Segurança	
Indicador	Índice de acessibilidade	45%
Objetivo Estratégico:	Aprimorar o assessoramento técnico e pericial	
Ações	Promover o trabalho de gestão de riscos no âmbito da Segurança Institucional.	
Indicador	Índice de satisfação de atendimento de assessoramento técnico e pericial.	90%
Iniciativa	Projeto Descentralização das atividades de Segurança Institucional	
Objetivo Estratégico:	Desenvolver maior interação entre MDFT e órgãos estratégicos	
Ações	Defender com rigor as prerrogativas funcionais do Ministério Público; Construir diálogo permanente com os Poderes, suas instituições e atores, para permitir que tenhamos os meios necessários para o funcionamento da Instituição.	
Indicador	Número de acordos celebrados	14
Objetivo Estratégico:	Fortalecer a integração entre os membros e servidores	
Ações	Valorizar os servidores, com ações que promovam maior integração com os membros do MPDFT; Apoiar as Câmaras de Revisão e Coordenação do MPDFT, para que intensifiquem o trabalho de coordenação, compartilhamento de informações e estratégias de atuação entre Promotorias e áreas específicas.	
Iniciativa	Projeto Aproximação que visa promover a integração entre a Procuradoria-Geral de Justiça, membros e servidores, por meio de visitas às Coordenadorias das Promotorias de Justiça	
Indicador	Promoção de convergência entre procuradores e promotores	9 iniciativas

Objetivo Estratégico:	Aprimorar a estrutura física e organizacional	
Ações	Priorizar a estruturação da Atividade-Fim; Avançar na implementação da estrutura de gabinetes; Aprimorar a estrutura disponível para os Promotores de Justiça em atuação na Justiça Eleitoral; Incrementar a segurança de membros e servidores, com a descentralização das atividades de segurança institucional e implantação do Plano de Política de Segurança do MPDFT; Estimular a autossuficiência das coordenadorias na promoção de Segurança Institucional; Implementar o pool de analistas nas coordenadorias, com o fim de auxiliar os afastamentos de curta duração das unidades.	
Iniciativa	Implementação da Estrutura de Cartório em 9 Coordenadorias de Promotorias de Justiça	
Indicador	Índice de adequação da estrutura administrativa	99%
Objetivo Estratégico:	Conciliar a independência funcional do membro com as diretrizes da instituição	
Ações	Realizar encontros internos que mobilizem toda a classe e estimulem reflexões profundas sobre o papel do Ministério Público e a atuação de seus membros.	
Iniciativa	Projeto Aproximação que visa promover a integração entre a Procuradoria-Geral de Justiça, membros e servidores, por meio de visitas às Coordenadorias das Promotorias de Justiça	
Objetivo Estratégico:	Aprimorar relacionamento do MPDFT com a sociedade	
Ações	Dar transparência e publicidade às ações e atividades do MPDFT; Valorizar o atendimento ao público nas diversas unidades do MPDFT; Melhorar a qualidade de atendimento para o cidadão.	
Indicador	Índice de atendimento à sociedade	99%
	Índice de satisfação do atendimento	99%
Objetivo Estratégico:	Promover cultura de orientação para resultados	
Ações	Pautar a gestão pelo Planejamento Estratégico e utilização racional dos recursos disponíveis; Ampliar a participação dos membros e das coordenadorias nos processos decisórios da gestão.	
Indicador	Cumprimento do painel de Contribuição	81%
	Adesão à metodologia de projetos	22

Objetivo Estratégico:	Promover um ambiente de trabalho agradável e profissional	
Ações	Promover, de forma contínua, um ambiente de trabalho agradável e profissional; Ampliar e valorizar programas de atenção à saúde dos membros e servidores.	
Indicador	Efetividade de ações de ambiência organizacional	95%
Objetivo Estratégico:	Compatibilizar quadro funcional com as demandas institucionais	
Ações	Ampliar a estrutura de apoio da atividade-fim, por meio do remanejamento de técnicos administrativos para atuação em áreas de nível superior, mediante a disponibilização de função.	
Indicador	Índice de compatibilidade do quadro funcional	72%
Objetivo Estratégico:	Possuir sistemas de informação integrados, personalizados e atualizados	
Ações	Buscar excelência nas ferramentas oferecidas pelo Egab/Neosispro, proporcionando uma interação eficiente e consolidada com o Processo Judicial Eletrônico – Pje; Aprimorar os sistemas de peticionamento eletrônico, inclusive com a criação de ferramentas para que os servidores tenham acesso a funcionalidades que desonerem os membros das atividades burocráticas; Empreender esforços para que todos os feitos internos sejam eletrônicos; Propiciar a implementação da assinatura eletrônica em dispositivos portáteis; Investir em softwares capazes de registrar e degravar vídeo e áudio, visando agilizar a atividade processual da Instituição; Viabilizar o plenário virtual no âmbito das Câmaras de Coordenação e Revisão e do Conselho Superior do MPDFT.	
Indicador	Índice de satisfação do usuário com soluções de TI	97%

Tabela 107 Principais Resultados

19.13 PRINCIPAIS RESULTADOS

Desde a elaboração do plano estratégico, obtivemos evolução satisfatória no monitoramento da execução, atendendo ao que se havia estabelecido como meta inicial. Para tal, estabelecemos indicador para análise do "Cumprimento dos Objetivos Estratégicos" e indicadores para tratamento da "cobertura e cumprimentos dos painéis de contribuição" e para "Adesão à metodologia de projetos".

Em análise desses indicadores constatamos o seguinte:

O Cumprimento dos Objetivos Estratégicos evoluiu de 45% em 2011 para 95% em 2019. Na Cobertura do painel de contribuição 91% foi o percentual de unidades com demandas no painel em 2019. O Cumprimento do Painel de Contribuição teve um crescimento de 56,6% de 2011 para 81% em 2019.

Ao preconizar a cultura orientada para resultados, com ênfase na geração de valor público, a execução estratégica é, também, viabilizada pela aderência à metodologia de projetos. A necessidade de atuação em demandas sociais viabilizou a inovação em sinergia com o propósito institucional. Por consequência, houve o incremento em número de projetos de 5, em 2011, para 22 em 2019. A ampliação de iniciativas foi marcada pelo estabelecimento de mecanismos de atuação em rede com outras organizações e, consequentemente, uso mais eficiente de recursos públicos com obtenção de resultados para a sociedade. Além disso, proporcionou aprendizado organizacional com liderança e constância de propósitos.

Dessa forma, destacamos o reconhecimento das iniciativas estratégicas institucionais com premiação de três projetos no Prêmio do Conselho Nacional do Ministério Público. Tal fato demonstra a cultura para resultados, com destaque à promoção da participação da sociedade civil e órgãos de governo, fatores intrínsecos a boas práticas de governança. Portanto, reforça-se um MPDFT mais proativo, assertivo e inovador na consecução de sua missão, visão e valores.

19.14 CAUSAS E IMPEDIMENTOS PARA O ALCANCE DOS OBJETIVOS

Alguns indicadores de determinados objetivos estratégicos não foram mensurados, são eles:

• Objetivo estratégico: Aprimorar a comunicação interna

- Indicador: Aprimorar comunicação interna
- Método de cálculo: Pesquisa interna de satisfação
- Indicador bienal: última medição não realizada (2019).
- Justificativa: Este para ser alcançado, dependia de projeto de implementação que demandam prioritariamente recursos orçamentários expressivos, o que, dadas às restrições e cortes orçamentários impostos à Instituição, tornou inviável a realização da pesquisa que para sua concretização, dependiam de contratação de empresa especializada.

• Objetivo estratégico: Promover um ambiente de trabalho agradável e profissional

- Indicador: Índice de clima organizacional
- Método de cálculo: Pesquisa de clima organizacional
- Indicador bienal: última medição não realizada (2018).
- Justificativa: Quanto à Pesquisa de Clima Organizacional, a Secretaria de Educação e Desenvolvimento Coorporativo informou que as tratativas para a realização da Pesquisa de Qualidade de Vida foram iniciadas em 2019 e será realizada em parceria com a Universidade de Brasília.

• Objetivo estratégico: Possuir sede própria para todas as circunscrições e áreas administrativas

- Indicador: Índice de eficiência energética
- Método de cálculo: Medir o grau de adequação das sedes próprias do MPDFT à etiquetagem de eficiência energética
- Justificativa: No caso específico do indicador Eficiência Energética, a área responsável pela medição do indicador, a Secretaria de Projetos e Obras, mesmo não obtendo o selo de etiquetagem de eficiência energética realizou algumas iniciativas buscando obter um grau de adequação energética em suas instalações, a saber:

• Automação dos sistemas de Ar-condicionado em 8 edifícios de Promotorias de Justiça (Brasília II, Ceilândia, Planaltina, Samambaia, Santa Maria, São Sebastião, Taguatinga e do Edifício Sede);

• Automação dos sistemas de iluminação de 6 edifícios das Promotorias de Justiça (Brasília II, Ceilândia, São Sebastião e Taguatinga, Planaltina e Samambaia).

• Substituição de equipamento Chiller em 2 edifícios das promotorias de justiça (Gama, Samambaia);

• Substituição de mais de 10.000 lâmpadas fluorescentes por lâmpadas LED ou equivalentes de alto rendimento;

• Implantação de horários pré-estabelecidos para o funcionamento dos sistemas de ar condicionado;

• Implantação de um controle rigoroso do consumo de energia elétrica nas edificações no chamado "horário de ponta" (horário pré-estabelecido pela CEB onde a tarifa de energia chega a custar 3 vezes mais);

• Readequação periódica dos contratos de demanda junto a CEB.

• Objetivo estratégico: Desenvolver maior integração entre MPDFT e órgãos estratégicos

- Indicador: Qualidade do relacionamento do MPDFT com órgãos estratégicos
- Método de Cálculo: Pesquisa de opinião nos órgãos estratégicos
- Justificativa: Este para ser alcançado, dependia de projeto de implementação que demandam prioritariamente recursos orçamentários expressivos, o que, dadas às restrições e cortes orçamentários impostos à Instituição, tornou inviável a realização da pesquisa que para sua concretização, dependiam de contratação de empresa especializada.

19.15 RESULTADOS ALCANÇADOS

RESULTADOS ALCANÇADOS

OBJETIVO ESTRATÉGICOS E MISSÃO DO MPDFT	INDICADOR	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	MÉTODO DE CÁLCULO	META	PERIODICIDADE	VALOR MENSURADO		
						2018	2019	JUSTIFICATIVA – 2019
Missão: Promover a justiça, a democracia, a cidadania e a dignidade humana, atuando para transformar em realidade os direitos da sociedade	Avaliação do trabalho do Ministério Público pela Sociedade	Avaliar como a sociedade do Distrito Federal percebe a atuação do MPDFT como um todo	Pesquisa de opinião (% de pessoas entrevistadas que consideraram o atendimento como eficaz quando da utilização dos serviços da Instituição)	superior a 70%	bienal	98%	98%	
	Cumprimento dos objetivos estratégicos	Mede o grau de implementação do planejamento estratégico.	(Total de indicadores mensurados/ Total de indicadores estabelecidos)*100	100%	anual	92%	95%	4 indicadores não foram mensurados em 2019: - Índice de satisfação com a comunicação interna; - Índice de clima organizacional; - Índice de eficiência energética e – Qualidade do relacionamento do MPDFT com órgãos estratégicos
Cidadania Fortalecida	Iniciativas em defesa dos direitos do cidadão	Mede, por meio de iniciativas, a atuação do MPDFT na defesa dos direitos dos cidadãos bem como na promoção da cidadania.	Somatório de iniciativas voltadas para a conscientização do cidadão	> 10% sobre o ano anterior	anual	71	68	9 % do total das iniciativas apresentadas foram identificadas como rotinas de trabalho, e portanto, não contabilizadas no indicador
	Número de acordos e recomendações	Mede a eficácia do MPDFT em atender as demandas imediatas do cidadão.	Somatório de acordos realizados em audiências ou reuniões e recomendações expedidas pelo PDDC.	Atender todas as demandas	anual	63	37	Indicador baseado em demandas onde a análise da meta atingida só pode ser realizada com base no total atendimento da demanda apresentada
	Ações em defesa da cidadania	Quantificar as ações ajuizadas e os feitos internos instaurados em defesa dos direitos do cidadão	Somatório de ações em defesa dos direitos do cidadão instauradas no período pela PDDC (Ações ajuizadas + Feitos internos instaurados)	Atender todas as demandas nos prazos estabelecidos em Lei	anual	216	126	

OBJETIVO ESTRATÉGICOS E MISSÃO DO MPDFT	INDICADOR	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	MÉTODO DE CÁLCULO	META	PERIODICIDADE	VALOR MENSURADO		
						2018	2019	JUSTIFICATIVA – 2019
Direitos coletivos e individuais indisponíveis protegidos	Iniciativas em defesa dos direitos coletivos e individuais indisponíveis	Mede, por meio de iniciativas, a atuação do MPDFT na defesa dos direitos coletivos e individuais indisponíveis.	Somatório de iniciativas voltadas para a defesa do direitos individuais	> de 10% sobre o ano anterior	anual	19	24	
	Ações em defesa dos direitos de pessoas com deficiências	Quantificar as ações ajuizadas e os feitos internos instaurados em defesa dos direitos de pessoas com deficiências.	Somatório das ações em defesa das pessoas com deficiências instauradas no período.	Atender todas as solicitações	anual	202	254	
	Ações em defesa do Idoso	Quantificar as ações ajuizadas e os feitos internos instaurados na fiscalização e cumprimento da Lei do Idoso.	Somatório de ações em defesa do idoso instauradas no período pela PJ da Pessoa Idosa (Ações Ajuizadas + Feitos Internos Instaurados)	Instaurar todos os atendimentos como procedimentos preliminares	anual	284	444	
	Ações de responsabilidade parental	Mede a efetividade do MPDFT por meio do quantitativo de ações de reconhecimento espontâneo de paternidade, facilita a realização de exame de DNA e a propositura de ação de investigação de paternidade	Somatório de registros voluntários de paternidade nas atividades do Programa pai legal	Realizar no mínimo 600 registros de paternidade	anual	740	695	

OBJETIVO ESTRATÉGICOS E MISSÃO DO MPDFT	INDICADOR	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	MÉTODO DE CÁLCULO	META	PERIODICIDADE	VALOR MENSURADO		
						2018	2019	JUSTIFICATIVA – 2019
Patrimônio público protegido	Ações em defesa do patrimônio público	Quantifica as ações ajuizadas e os feitos internos instaurados na proteção do patrimônio público.	Somatório de ações instauradas no período pelas PJ de Defesa do Patrimônio Público e Social e pelas PJ Regional de Defesa dos Direitos Difusos - Proregs (Ações Ajuizadas + Feitos Internos Instaurados)	Atender 10% a mais da demanda do ano anterior	anual	1029	1484	
	Iniciativas em defesa do patrimônio público	Mede, por meio de iniciativas, a atuação do MPDFT na proteção do patrimônio público	Somatório de iniciativas voltadas para a defesa do patrimônio público	20 iniciativas por ano	anual	3	3	Desenvolvido o Mapa Tático com objetivo de revisão, ajuste e acompanhamento dos indicadores onde houve a integração de vários procedimentos relacionados ao tema.
Meio ambiente preservado	Ações em defesa do meio ambiente, patrimônio cultural e ordem urbanística	Quantificar as ações ajuizadas e os feitos internos instaurados na defesa do meio ambiente, patrimônio cultural e ordem urbanística.	Somatório de ações instauradas no período (Ações ajuizadas + Feitos Internos Instaurados)	Atender 10% a mais das demandas do ano anterior, por bacia hidrográfica	anual	818	937	
	Iniciativas em defesa do meio ambiente, patrimônio cultural e ordem urbanística	Mede, por meio de iniciativas, a atuação do MPDFT na proteção do meio ambiente, patrimônio cultural e ordem urbanística	Somatório de iniciativas voltadas para a proteção do meio ambiente, patrimônio cultural e ordem urbanística	> de 10% sobre o ano anterior	anual	19	24	
	Cumprimento de TACs em defesa do meio ambiente	Mede o cumprimento dos Termos de Ajustamento de Conduta em defesa do meio ambiente	Somatório dos procedimentos internos de acompanhamento dos TACs	Acompanhar os TACs firmados	anual	2	4	
	Índice de frequência ao curso de Educação Ambiental	Mede a frequência de pessoas que realizaram o curso de Educação Ambiental proposto na transação penal.	Número de treinados no curso proposto na transação penal / Total de treinandos encaminhados pela transação penal (total de RIS*)* 100	> de 70%	anual	63%	76%	

OBJETIVO ESTRATÉGICOS E MISSÃO DO MPDFT	INDICADOR	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	MÉTODO DE CÁLCULO	META	PERIODICIDADE	VALOR MENSURADO		
						2018	2019	JUSTIFICATIVA – 2019
Criminalidade combatida	Ações de combate à violência doméstica	Quantificar as ações de combate à violência doméstica visando ao cumprimento da Lei Maria da Penha por meio de ações judiciais ou extrajudiciais	Somatório de denúncias oferecidas	Acompanhar todas as denúncias	anual	6791	6481	
			Somatório de requerimentos de medidas protetivas	Acompanhar todos os requerimentos de medidas protetivas	anual	82	132	
			Somatório de requerimentos de Prisão	Acompanhar o cumprimento de todos os requerimentos de prisão	anual	257	231	
	Redução dos procedimentos policiais das promotorias com atuação criminal	Mede a atuação do MPDFT no combate à criminalidade, por meio da diminuição do tempo da notícia do delito até o oferecimento da denúncia ou promoção de arquivamento.	Percentual de feitos com tempo entre o recebimento do inquérito e a denúncia ou arquivamento inferior ou igual a 30 dias.	> 50%	anual	59,6%	61%	
	Iniciativas de combate à criminalidade	Mede, por meio de iniciativas, a atuação do MPDFT no combate à criminalidade.	Somatório de iniciativas de combate à criminalidade executadas	Aumentar em 10% em relação ao ano anterior	anual	43	27	9 % do total das iniciativas apresentadas foram identificadas como rotinas de trabalho, e portanto, não contabilizadas no indicador. Foram criadas na Estrutura 2 Núcleos para ações de Combate à Criminalidade: Núcleo do Tribunal do Júri e Defesa da vida e Núcleo de Combate aos Crimes cibernéticos, onde foram concentrados esforços de Combate à Criminalidade

OBJETIVO ESTRATÉGICOS E MISSÃO DO MPDFT	INDICADOR	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	MÉTODO DE CÁLCULO	META	PERIODICIDADE	VALOR MENSURADO		
						2018	2019	JUSTIFICATIVA – 2019
Impunidade e corrupção combatidas	Iniciativas de combate à corrupção e à impunidade	Mede, por meio de iniciativas, a atuação do MPDFT no combate a impunidade e à corrupção	Somatório de iniciativas de combate à corrupção e à impunidade	Acompanhar todas as iniciativas realizadas	anual	11	4	Ações concentradas em Operações Conjuntas priorizadas de acordo com as demandas apresentadas, justificando a mudança de parâmetros para a meta.
	Índice de Impunidade combatida	Mede, a atuação do MPDFT no combate à impunidade na corrupção por meio de pedidos julgados procedentes em ações ajuizadas.	Pedidos julgados procedentes	Acompanhar os pedidos com decisão favorável à manifestação do MP	anual	108	102	
			Somatório de ações ajuizada	Acompanhar todas as ações ajuizadas	anual	9	65	
	Ações de combate à corrupção	Mede, a atuação no combate a corrupção e à impunidade por meio de ações iniciadas pelo MPDFT	Somatório de ações instauradas no período (Ações Ajuizadas + Feitos internos instaurados)	Acompanhar todas as ações instauradas no período	anual	35	71	
Crianças e adolescentes protegidos	Eficácia dos instrumentos extrajudiciais	Mede, a utilização dos instrumentos extrajudiciais previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA	Somatório de feitos internos instaurados	Aumentar o quantitativo em 10% sobre o ano anterior	anual	808	993	
	Iniciativas em defesa da criança e do adolescente	Mede, a abrangência da atuação do MPDFT por meio de iniciativas (projetos, campanhas, audiências públicas, palestras, organização de cursos e eventos, pesquisas e fiscalização de entidades) voltadas para a defesa da criança e do adolescente	Somatório de iniciativas em defesa da criança e do adolescente	Aumentar o quantitativo em 10% sobre o ano anterior	anual	41	21	Ação de estruturação dos Conselhos Tutelares e ações de estruturação, acompanhamento e fiscalização das eleições dos Conselhos Tutelares, foram as ações priorizadas em 2019.

OBJETIVO ESTRATÉGICOS E MISSÃO DO MPDFT	INDICADOR	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	MÉTODO DE CÁLCULO	META	PERIODICIDADE	VALOR MENSURADO		
						2018	2019	JUSTIFICATIVA – 2019
Políticas públicas fiscalizadas e asseguradas	Iniciativas em defesa das políticas públicas	Mede, por meio de iniciativas, a atuação do MPDFT na defesa das políticas públicas	Somatório de iniciativas voltadas para a defesa das políticas públicas	Aumentar o quantitativo em 10% sobre o ano anterior	anual	43	41	Desenvolvido o Mapa Tático com objetivo de revisão, ajuste e acompahamento dos indicadores onde houve a integração de vários procedimentos relacionados ao tema.
	Índice de recomendações expedidas	Mede a atuação do MPDFT por meio da fiscalização das políticas públicas, a partir das recomendações expedidas	Somatório de recomendações expedidas	>15% do ano anterior	anual	46	81	
Aprimorar a estrutura física e organizacional	Adequação do ambiente de trabalho	Mede se cada unidade administrativa apresenta estrutura física e organizacional adequada e de acordo com o padrão	Índice de modernização tecnológica (Total de computadores modernizados (- de 4 anos de vida) / Total de computadores) * 100	>50%	anual	16%	18%	
			Índice de adequação do mobiliário (Total de unidades com mobiliário padrão / Total de unidades) * 100	100% do mobiliário adequado	anual	100%	100%	
			Índice de adequação da estrutura administrativa (Total de funções implantadas / Total de funções necessárias)*100	Atender 80% das demandas	anual	97%	99%	

OBJETIVO ESTRATÉGICOS E MISSÃO DO MPDFT	INDICADOR	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	MÉTODO DE CÁLCULO	META	PERIODICIDADE	VALOR MENSURADO		
						2018	2019	JUSTIFICATIVA – 2019
Possuir sede própria para todas as circunscrições e áreas administrativas	Índice de sedes próprias	Mede o grau de adequação da estrutura das circunscrições e áreas administrativas	(Número de circunscrições e áreas administrativas com sedes próprias / Total de circunscrições e áreas administrativas) * 100	60% de sedes próprias	anual	56%	56%	Restrição orçamentária (Emenda Constitucional nº 95)
	Índice de acessibilidade	Mede o grau de adequação das instalações do MPDFT aos padrões de acessibilidade recomendados pelo CNMP	Total de sedes próprias em conformidade / Total de sedes próprias	60%	anual	45%	45%	Restrição orçamentária (Emenda Constitucional nº 95)
	Índice de eficiência energética	Mede o grau de adequação das sedes próprias do MPDFT à etiquetagem de eficiência energética	Total de sedes próprias com o selo de etiquetagem adequado / Total de sedes próprias	60% de sedes próprias com selo de etiquetagem	anual	---	---	A área responsável pela medição do indicador, a Secretaria de Projetos e Obras, mesmo não obtendo o selo de etiquetagem de eficiência energética realizou algumas iniciativas buscando obter um grau de adequação energética em suas instalações, a saber: - Automação dos sistemas de Ar-condicionado em 8 edifícios de Promotorias de Justiça (Brasília II, Ceilândia, Planaltina, Samambaia, Santa Maria, São Sebastião, Taguatinga e do Edifício Sede); - Automação dos sistemas de iluminação de 6 edifícios das Promotorias de Justiça (Brasília II, Ceilândia, São Sebastião e Taguatinga, Planaltina e Samambaia). - Substituição de equipamento Chiller em 2 edifícios das promotorias de justiça (Gama, Samambaia); - Substituição de Mais de 10.000 lâmpadas fluorescentes por lampadas LED ou equivalentes de alto rendimento; - Implantação de horários pré-estabelecidos para o funcionamento dos sistemas de Ar Condicionado; - Implantação de um controle rigoroso do consumo de energia elétrica nas edificações no chamado ""horário de ponta"" (horário pré-estabelecido pela CEB onde a tarifa de energia chega custar 3 vezes mais); - Readequação periódica dos contratos de demanda junto a CEB.

OBJETIVO ESTRATÉGICOS E MISSÃO DO MPDFT	INDICADOR	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	MÉTODO DE CÁLCULO	META	PERIODICIDADE	VALOR MENSURADO		
						2018	2019	JUSTIFICATIVA – 2019
Aprimorar o assessoramento técnico e pericial	Índice de atendimento de demandas de assessoramento técnico e pericial	Mede a capacidade de atendimento das demandas pelos peritos e técnicos	Total de solicitações de perícias concluídas / Total de solicitações de perícias	85% das perícias concluídas	anual	95%	86,00%	
	Índice de satisfação de atendimento de assessoramento técnico e pericial	Mede a qualidade do atendimento das demandas pelos peritos e técnicos	Pesquisa Interna de Opinião	90% de satisfação	bienal	---	90,00%	
Descentralizar as atribuições das promotorias especializadas	Índice de descentralização das atribuições das promotorias especializadas	Mede a presença das promotorias especializadas nas circunscrições.	Total de circunscrições com atribuições de promotorias especializadas / Total de circunscrições	1 promotoria com atuação especializada em casa unidade descentralizada	anual	40%	40%	40% das unidades descentralizadas possui Promotoria com atuação especializada
Desenvolver maior integração entre MPDFT e órgãos estratégicos	Número de acordos celebrados	Mede por meio de acordos celebrados, a integração do MPDFT com órgãos que contribuem com a sua atuação.	Somatório de acordos celebrados	Acompanhar todos os acordos	anual	20	14	
	Qualidade do relacionamento do MPDFT com órgãos estratégicos	Mede a percepção que os órgãos estratégicos têm do MPDFT	Pesquisa de opinião nos órgãos estratégicos	>50%	anual	---	---	Restrição orçamentária (Emenda Constitucional nº 95)

OBJETIVO ESTRATÉGICOS E MISSÃO DO MPDFT	INDICADOR	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	MÉTODO DE CÁLCULO	META	PERIODICIDADE	VALOR MENSURADO		
						2018	2019	JUSTIFICATIVA – 2019
Fortalecer a integração entre membros e servidores	Índice de discussão de temas críticos	Mede o esforço do MPDFT em discutir e alinhar os temas críticos mais relevantes	Somatório de temas críticos identificados debatidos	Realizar 2 encontros temáticos para debater temas críticos	anual	8	7	
	Promoção de convergência entre procuradores e promotores	Mede o esforço do MPDFT em alinhar procuradores e promotores por temas de atuação	Quantidade de iniciativas realizadas para promover convergência entre procuradores e promotores por temas de atuação (Recomendações, enunciados e súmulas)	3 iniciativas com a participação de procuradores e promotores	anual	7	9	
	Índice de integração	Mede o grau de satisfação dos servidores no relacionamento com os membros e vice-versa	Pesquisa de Clima Organizacional - Grau de Integração	>50%	bienal	---	---	Quanto à Pesquisa de Clima Organizacional, a Secretaria de Educação e Desenvolvimento Corporativo informou que as tratativas para a realização da Pesquisa de Qualidade de Vida foram iniciadas em 2019 e será realizada em parceria com a Universidade de Brasília. No momento encontra-se em definição a assinatura do Termo para início da Pesquisa.
Buscar maior celeridade nas rotinas operacionais	Índice de otimização das unidades organizacionais	Mede a quantidade de unidades mapeadas e otimizadas	(Total de unidades mapeadas / Total de unidades com painel de contribuição)*100	aumentar em 10% por ano	anual	81%	83%	Mapeamento das rotinas-padrão do Processo Judicial Eletrônico que envolve todas as Unidades da área-fim e mapeamento das rotinas-padrão de Cartório que envolve todas as Unidades Descentralizadas
	Índice de otimização dos processos de trabalho	Mede a quantidade de processos de trabalho mapeados e otimizados	Somatório de processos de trabalho mapeados	>200 processos mapeados	anual	1141	1321	Mapeamento das rotinas-padrão do Processo Judicial Eletrônico que envolve todas as Unidades da área-fim e mapeamento das rotinas-padrão de Cartório que envolve todas as Unidades Descentralizadas
Racionalizar as atribuições existentes	Índice de racionalização das atribuições	Mede o número de resoluções do Conselho Superior do MPDFT - CSMPDFT que normatizam a atividade fim (alterações na Resolução 90/2009)	Somatório de resoluções do CSMPDFT que alteram a Resolução N.º 90/2009	5 resoluções por ano	anual	1	1	Reestruturação da estrutura da área-fim a partir da implantação da Lei de Ofício em 2017. Indicador e meta a serem revisados.

OBJETIVO ESTRATÉGICOS E MISSÃO DO MPDFT	INDICADOR	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	MÉTODO DE CÁLCULO	META	PERIODICIDADE	VALOR MENSURADO		
						2018	2019	JUSTIFICATIVA – 2019
Aprimorar comunicação interna	Índice de satisfação da comunicação interna	Mede a satisfação dos membros e servidores com os canais de comunicação interna	Pesquisa interna de satisfação	75% de satisfação	bienal	---	---	Restrição orçamentária (Emenda Constitucional nº 95)
	Índice de efetividade da comunicação interna	Mede a capacidade do MPDFT em disseminar as informações entre membros e servidores	Somatório de notícias publicadas na Internet e Intranet	> 3 notícias por dia útil (aproximadamente 790 notícias)	anual	780	1160	
Conciliar a independência funcional do membro com as diretrizes da instituição	Descumprimento de normas disciplinares	Mede o grau de descumprimento de normas disciplinares no MPDFT como um todo	Total de membros punidos	0	anual	2	0	
Assegurar a continuidade dos projetos e esforços intergestão	Índice de descontinuidade dos projetos	Mede a capacidade do MPDFT em assegurar, na transição da gestão, a continuidade de seus projetos e iniciativas em geral	(Número de projetos descontinuados em função de trocas de gestão / Número total de projetos)	0	anual	0	0	
Aprimorar o relacionamento do MPDFT com a sociedade	Índice de atendimento à sociedade	Mede a capacidade do MPDFT em responder às solicitações da sociedade	(Total de atendimentos com resposta no prazo / Total de atendimentos) * 100	100%	anual	100%	99%	
	Índice de satisfação do atendimento	Mede a satisfação dos cidadãos com o atendimento do MPDFT	Pesquisa Externa de Satisfação	90%	anual	98%	99%	

OBJETIVO ESTRATÉGICOS E MISSÃO DO MPDFT	INDICADOR	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	MÉTODO DE CÁLCULO	META	PERIODICIDADE	VALOR MENSURADO		
						2018	2019	JUSTIFICATIVA – 2019
Viabilizar os recursos necessários para atendimento das demandas institucionais	Índice de viabilização da proposta orçamentária apresentada	Mede o atendimento do orçamento proposto pelo MPDFT comparando com orçamento aprovado pelo Congresso Nacional	Orçamento aprovado pelo Congresso / Orçamento proposto pelo MPDFT	60%	anual	101,3%	97,0%	
	Índice de suplementação do Projeto de Lei Orçamentária Anual PLOA	Mede o percentual de suplementação ao orçamento do MPDFT aprovado pelo Congresso Nacional ao longo do exercício financeiro	Emendas ao PLOA + Créditos adicionais / PLOA	10% do orçamento aprovado pelo congresso	anual	36%	3,75%	
Otimizar a gestão dos recursos orçamentários e financeiros	Agilidade dos processos licitatórios	Mede a agilidade do MPDFT em realizar as licitações dentro do prazo legal	Tempo médio = processos com aprovação do termo de referência pela Consultoria Jurídica e a homologação do procedimento	40 dias	anual	39 dias	40 dias	
	Agilidade da abertura do processo licitatório	Mede a agilidade do MPDFT em dar início ao procedimento licitatório logo após a respectiva solicitação.	Percentual de homologações de processos licitatórios realizados no prazo em relação ao total de homologações realizadas no período	80%	anual	77%	68%	
	Índice de execução do Plano Interno	Mede o grau de execução das demandas previstas no Plano Interno	Execução das despesas contempladas no Plano Interno / Total de recursos autorizados no Plano Interno	98%	anual	97,9%	99,7%	

OBJETIVO ESTRATÉGICOS E MISSÃO DO MPDFT	INDICADOR	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	MÉTODO DE CÁLCULO	META	PERIODICIDADE	VALOR MENSURADO		
						2018	2019	JUSTIFICATIVA – 2019
Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes	Índice de capacitação	Mede a eficácia do MPDFT em capacitar membros e servidores nas competências definidas	Número de participações em cada curso realizado / Total de membros e servidores	2	anual	1,44	2,43	
	Índice de cumprimento do plano de capacitação	Mede a eficácia do MPDFT em capacitar os membros e servidores nas competências definidas no plano de capacitação	(Somatório de ações de treinamento realizadas / Número de ações de treinamento planejadas)*100	80%	anual	100%	100%	
	Índice de satisfação com os treinamentos	Mede o grau de satisfação dos treinandos quanto ao treinamento recebido	Relatório final de avaliação de curso com índice de satisfação igual ou maior do que a respectiva	4,5	anual	4,84	4,7	
	Índice de crescimento técnico	Mede a quantidade de membros e de servidores que adquiriram alguma capacitação técnica (especialização, mestrado, doutorado) após ingresso no MPDFT	Quantitativo de membros e de servidores que adquiriram alguma capacitação técnica no período (ano)	20	anual	55	124	
Promover cultura de orientação para resultados	Cobertura do painel de contribuição	Mede a quantidade de áreas contempladas com painel de contribuição	Total de áreas contempladas com painel de contribuição / Total de áreas com demandas de painel de contribuição	> 90%	anual	95%	91%	
	Cumprimento do painel de Contribuição	Mede a eficácia das procuradorias, promotorias e unidades administrativas em cumprirem os seus respectivos painéis de contribuição	(Somatório de Ações Planejadas / Somatório de Ações Previstas) * 100	> 70%	anual	83%	81%	
	Adesão à metodologia de projetos	Mede a quantidade de projetos elaborados conforme a metodologia de projetos aprovada pela portaria normativa 334/2014	Somatório de projetos elaborados conforme a metodologia de projetos.	Elaborar todos os projetos demandados pelas Unidades de acordo com a metodologia	anual	13	22	Lista de Projetos consta no Anexo I deste Relatório

OBJETIVO ESTRATÉGICOS E MISSÃO DO MPDFT	INDICADOR	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	MÉTODO DE CÁLCULO	META	PERIODICIDADE	VALOR MENSURADO		
						2018	2019	JUSTIFICATIVA – 2019
Promover um ambiente de trabalho agradável e profissional	Efetividade de ações de ambiência organizacional	Mede a capacidade do MPDFT em executar com efetividade ações que promovam a integração e o bem estar no ambiente de trabalho	Percentual de ações da Secor executadas com efetividade	70%	anual	100%	95%	
	Índice de clima organizacional	Mede a qualidade do clima organizacional no MPDFT	Índice de clima organizacional	60%	bienal	*	---	Quanto à Pesquisa de Clima Organizacional, a Secretaria de Educação e Desenvolvimento Corporativo informou que as tratativas para a realização da Pesquisa de Qualidade de Vida foram iniciadas em 2019 e será realizada em parceria com a Universidade de Brasília. No momento encontra-se em definição a assinatura do Termo para início da Pesquisa.
Atrair e reter talentos	Retenção de Talentos	Mede a capacidade do MPDFT de reter os seus talentos	"Total de servidores do quadro permanente no início do período – Total de servidores do quadro permanente que perderam o vínculo com o MPDFT no período, (excluindo-se mortes e aposentadorias) / Total de servidores do quadro permanente no início do período * 100"	90,00%	anual	98%	97%	
Compatibilizar quadro funcional com demandas institucionais	Índice de compatibilidade do quadro funcional	Mede o grau de adequação das unidades em termos de possuir lotação adequada (quantidade e competência)	(nº efetivo de cargos preenchidos no órgão) / (nº de cargos existentes no órgão + saldo de vagas pendentes de implementação) * 100	60%	anual	68%	72%	
Possuir sistemas de informação integrados, personalizados e atualizados	Cumprimento do Plano Diretor de Tecnologia da Informação	Mede a capacidade de execução de ações de TI planejadas de acordo com PDTI	Total de ações executadas de acordo com PDTI	80%	anual	93%	95%	
	Índice de satisfação do usuário com soluções de TI	Mede o grau de satisfação dos usuários na utilização das soluções de tecnologia da informação	Total de soluções de tecnologia da informação com índice de satisfação igual ou maior do que a respectiva meta	75%	anual	97%	97%	

Tabela 108 Resultados alcançados.

Obs: os indicadores com métodos de cálculo mensurados por meio de somatório e com metas em percentual foram revisados.

19.16 DESAFIOS E PERSPECTIVAS

No ano de 2020, encerra-se a Gestão Estratégica 2010-2020. O grande desafio, além de realizar o fechamento do tratamento de informações desse Projeto, é de, concomitantemente, elaborar o Planejamento Estratégico 2021-2025.

A construção desse planejamento será de forma participativa, com escuta da sociedade, dos parceiros estratégicos, de membros, de servidores e de colaboradores, tendo como princípios a resolutividade, a transparência, a inovação, a cooperação e a aproximação cada vez maior com a sociedade.

Como ponto forte para a elaboração do Planejamento Estratégico 2021-2025 temos o apoio da Administração Superior à implementação do novo ciclo de planejamento e à manutenção da gestão com foco em resultados.

Como oportunidade, apontam-se as demandas da sociedade, cada vez maiores, por serviços de qualidade e o crescente controle social, o que impõem ao órgão uma atuação mais estratégica, transparente e efetiva.

Com o encerramento do ciclo de dez anos do processo de consolidação da gestão por resultados, houve um amadurecimento significativo, mas faz-se necessário estar atento às exigências do contexto da sociedade atual, aos avanços tecnológicos e às constantes e rápidas mudanças.

O desafio é a disposição para incorporar as inovações do contexto atual zelando pela preservação da identidade da instituição.

Cabe ressaltar que o Ministério Público desenvolve seu trabalho baseado principalmente em demandas apresentadas pela sociedade ou casos fortuitos que exigem de forma Constitucional a sua atuação. Para abarcar todas essas demandas, o MP vem se instrumentalizando de forma que as ações extrajudiciais que envolvam maior proximidade com a sociedade, essencialmente com iniciativas que trabalhem valores sociais, possam nortear a atuação de excelência do MPDFT, como referência na proteção dos direitos humanos e na promoção da Justiça.

19.17 PRINCIPAIS CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

Em 2019, a Ouvidoria realizou ***17.514*** atendimentos, o que representa uma média de 73,79 ocorrências por dia útil, assim divididos:

RESULTADOS DOS SERVIÇOS DA OUVIDORIA – DOS ATENDIMENTOS REALIZADOS

Gráfico 149 Resultados dos serviços da Ouvidoria - Dos atendimentos realizados

De acordo o Sistema da Ouvidoria, foram recebidas ***9.292*** manifestações. Desse total, ***8.034*** são manifestações originárias, enquanto ***1.258*** são derivadas de manifestações já existentes. Ao total de manifestações, deve-se somar ***181*** Pedidos de Informação oriundos da Lei de Acesso à Informação e os ***8.041*** atendimentos efetuados pelos Setores de Triagem de todo o Distrito Federal, contabilizados pela Central de Controle e Informações para Atendimento ao Cidadão.

As ***manifestações originárias*** são aquelas que foram recebidas pelo Formulário Eletrônico disponível na página institucional da Ouvidoria, por meio de contato pessoal no setor de atendimento da Ouvidoria, por contato telefônico, via correio eletrônico, pelas urnas, via postal e decorrentes do aplicativo MPDFT.

As ***manifestações derivadas*** são respostas às manifestações originárias oriundas de outros Ministérios Públicos, Ouvidorias e instituições externas e de unidades deste Ministério Público.

Os ***Atendimentos da Central de Controle e Informações para Atendimento ao Cidadão*** são aqueles contabilizados pelas unidades descentralizadas do MPDFT (Coordenadorias das Cidades Satélites e outras).

Os ***Pedidos de Informação*** são aqueles destinados ao Serviço de Informações ao Cidadão – SIC/MPDFT, unidade localizada na Ouvidoria deste Ministério Público.

19.17.1. CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO

A Ouvidoria do MPDFT recebe, examina e encaminha as manifestações (registros típicos de Ouvidoria, que englobam reclamações, críticas, apreciações, comentários, elogios, sugestões), além dos Pedidos de Informações oriundos da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011).

O recebimento de manifestações pode ser realizado por meio de:

- ***Atendimento pessoal:*** efetuado, em dias úteis, das 12h às 18h, no Edifício-Sede do MPDFT – Sala 138, além do Serviço de Triagem vinculado administrativamente a cada Coordenadoria Administrativa das cidades satélites e funcionalmente à Ouvidoria).
- ***Atendimento telefônico:*** efetuado, em dias úteis, das 12h às 18h, pelo contato 3343-6500;
- ***Formulário eletrônico:*** disponível no site do MPDFT em www.mpdft.mp.br/formulario
- ***Postal:*** remetidas ao Edifício-Sede do MPDFT– Eixo Monumental, Praça do Buriti, lote 2, sala 138, Brasília-DF, CEP 70091-900;
- ***Urnas:*** (presentes nas Coordenadorias Administrativas das cidades satélites e em eventos dos quais a Ouvidoria participa);
- ***Correio eletrônico:*** ouvidoria@mpdft.mp.br.

Quanto ao recebimento de Pedidos de Informação, pode ser por meio de:

- ***Atendimento pessoal: e***fetuado, em dias úteis, das 12h às 18h, no Edifício-Sede do MPDFT – Sala 138;
- ***Correio Eletrônico:*** sic@mpdft.mp.br;
- ***Formulário eletrônico:*** via site institucional do MPDFT (www.mpdft.mp.br/formulariosic).

Ressalta-se que os canais de Pedidos de Informação acima arrolados são os mais utilizados. Segundo a própria Lei de Acesso à Informação, prevalece a liberdade no meio de registro, ***in verbis "LAI, Art. 10. Qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades referidos no art. 1o desta Lei, por qualquer meio legítimo, devendo o pedido conter a identificação do requerente e a especificação da informação requerida. "***.

Essas e outras informações (inclusive sobre dados estatísticos) sobre os canais de atendimentos são divulgados por meio de relatórios mensais, os quais são disponibilizados no sítio institucional da Ouvidoria: /www.mpdft.mp.br/ouvidoria.

Não há participação cidadã em processos decisórios da Ouvidoria e a cultura ética desempenhada baseia-se nos valores institucionais do MPDFT atribuindo às suas atividades princípios, tais como, a eficiência e a valoração das necessidades demandadas que são apresentadas pela sociedade (cliente cidadão).

19.18 RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

No ano de 2019, foi feita a Gestão de Riscos dos processos de trabalho de duas unidades vinculadas à Secretaria de Gestão de Pessoas do MPDFT, para as quais foram analisados todos os processos de trabalho e identificados os principais riscos passíveis de impossibilitar o alcance dos objetivos da unidade e, ainda, impactar nos objetivos estratégicos da instituição.

Assim, foram realizadas 39 reuniões, das quais resultaram a análise de 91 processos de trabalho, com geração dos seguintes resultados: 205 riscos detectados, 50 ações de tratamento propostas, das quais 20 foram efetivamente implementadas.

Cabe ressaltar que na implementação da gestão desses riscos, as ações de tratamento foram definidas, a partir de uma análise criteriosa de suas causas e consequências, objetivando com isso reduzir ou eliminar a probabilidade e impacto de sua ocorrência, caso se concretizasse. Essa forma de abordagem visou atacar frontalmente, e em especial, os motivos geradores dos riscos, para que desta forma se pudesse garantir ações de tratamento mais assertivas e eficazes.

Na tabela a seguir encontra-se o modelo de trabalho desenvolvido pelo MPDFT, objetivando a melhoria contínua dos processos, mediante a análise de gestão de riscos.

RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

PROCESSOS DE TRABALHO	PRINCIPAL RISCOS IDENTIFICADOS	PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA	IMPACTO DO RISCO, CASO ACONTEÇA	AÇÕES DE TREINAMENTO PROPOSTAS PARA MITIGAÇÃO OU ELIMINAÇÃO DO RISCO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS VINCULADOS
Registro de férias de membros (marcação, alteração, suspensão e interrupção)	Prazo muito curto para registro de marcação/suspensão de férias em função do fechamento da folha de pagamento	Muito provável	- Possibilidade de alteração do período de férias dos Membros. - Abertura de folha complementar e, portanto, retrabalho da unidade de pagamento. - Tempo reduzido para as revisões dos processos e aumento da possibilidade de erros.	Solicitação da alteração do prazo, em portaria, para envio de documentações que impactam diretamente em efeitos financeiros.	- Otimizar a gestão dos recursos orçamentários e financeiros - Promover um ambiente de trabalho agradável e profissional
Registro de férias de servidores (marcação, alteração, suspensão e interrupção)	Falhas no sistema MentoRH podem compremeter o efeito financeiro	Provável	Possibilidade de alteração do período de férias dos Membros. - Abertura de folha complementar e, portanto, retrabalho da unidade de pagamento. - Tempo reduzido para as revisões dos processos e aumento da possibilidade de erros.	Solicitação da alteração do prazo, em portaria, para envio de documentações que impactam diretamente em efeitos financeiros	- Otimizar a gestão dos recursos orçamentários e financeiros - Promover um ambiente de trabalho agradável e profissional
Providenciamento de ofício de apresentação de servidores removidos para outros ramos e encaminhamento de sua pasta funcional	Atraso no recebimento das informações para instrução das pastas funcionais	Possível	- Aumento da possibilidade de erros. - Sobrecarga de trabalho da equipe.	- Implantação de um cronograma interno para o envio das informações pelas áreas envolvidas neste trabalho. - Adequação do check-list, já existente , para conferência dos dados enviados.	- Buscar maior celeridade das rotinas operacionais
Elaboração de minutas de portarias de designação/nomeação/ exoneração e dispensa de função de confiança e de cargo em comissão de servidores e membros	Retificação de portarias, em função de falhas nas informações	Possível	- Retificação de portarias. - Atrasos em pagamentos. - Devolução de valores.	- Sugerir a centralização para o envio das indicações na chefia de gabinete. - Solicitação de automatização do formulário de designações com base de dados atualizada. - Revisão do formulário de designações. - Encaminhamento para as hierarquias superiores dos casos que ultrapassam os limites de decisão da unidade.	- Buscar maior celeridade das rotinas operacionais - Aprimorar a comunicação interna

Tabela 109 Riscos, oportunidades e perspectivas

PROCESSOS DE TRABALHO	PRINCIPAL RISCOS IDENTIFICADOS	PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA	IMPACTO DO RISCO, CASO ACONTEÇA	AÇÕES DE TREINAMENTO PROPOSTAS PARA MITIGAÇÃO OU ELIMINAÇÃO DO RISCO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS VINCULADOS
Indicação de lotação de servidores	Diferença entre o número de servidores inicialmente disponibilizados e o número efetivo que serão lotados		- Não preenchimento das vagas. - O servidor fica lotado em unidade de trabalho, sem perfil para o trabalho. - Desgaste da imagem do trabalho da unidade de Gestão de Pessoas, junto aos servidores e unidades.	- Não disponibilizar a totalidade de vagas, como margem de segurança. - Antecipação em relação a situações como afastamentos, lotações provisórias e cessões. - Identificação dos casos de necessidades específicas, decorrentes de deficiências.	- Compatibilizar quadro funcional com as demandas institucionais
Pagamento de pensão alimentícia	Equívoco na interpretação dos ofícios de pensão alimentícia	Possível	- Pagamento equivocado para o pensionista. - Desconto financeiro em equívoco para o servidor	Diminuir a margem de interpretação de ofícios de pensão alimentícia feita pela ASPAG, por meio da criação de formulário ou despacho padronizado para informar as regras para execução do pagamento de pensão alimentícia.	- Otimizar a gestão dos recursos orçamentários e financeiros
Inserção na folha de pagamento de gratificação de atividade de segurança	Não verificar se o servidor optou pela incidência de gratificação na adesão à FUNPRESP	Provável	- Recolhimento inadequado à FUNPRESP	Criação de rotina administrativa para verificar se o servidor que solicitou à GAS tem adesão à FUNPRESP.	- Buscar maior celeridade das rotinas operacionais - Otimizar a gestão dos recursos orçamentários e financeiros

RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MPDFT

20 RESULTADOS DA GESTÃO

20.1 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A Secretaria de Orçamento e Finanças, em parceria com os gestores de recursos das unidades e a Administração Superior do MPDFT envidaram esforços para que a dotação orçamentária e os recursos financeiros disponibilizados, em 2019, fossem utilizados de forma efetiva para o alcance dos objetivos estratégicos do órgão.

Ainda, com a vigência da EC 95/2016, permanecem as restrições orçamentárias para o cumprimento do limite de gastos para as despesas primárias, em que o órgão teve que realinhar e readequar o atendimento de suas necessidades institucionais.

O orçamento autorizado inicialmente na LOA/2019, Lei nº 13.808, de 15/01/2019 foi de R$ 885.091.249. Houve créditos suplementares líquidos no valor de R$ 34.485.251 e bloqueio de recursos de R$ 50.000, ficando um total de R$ 919.526.500 assim distribuído, correspondendo a um aumento de 8,99% em relação à 2018:

Figura 54 Gestão Orçamentária e Financeira

COMPARATIVO DA DISTRIBUIÇÃO DA DOTAÇÃO FINAL DISPONÍVEL POR GRUPO DE DESPESA - 2018 E 2019

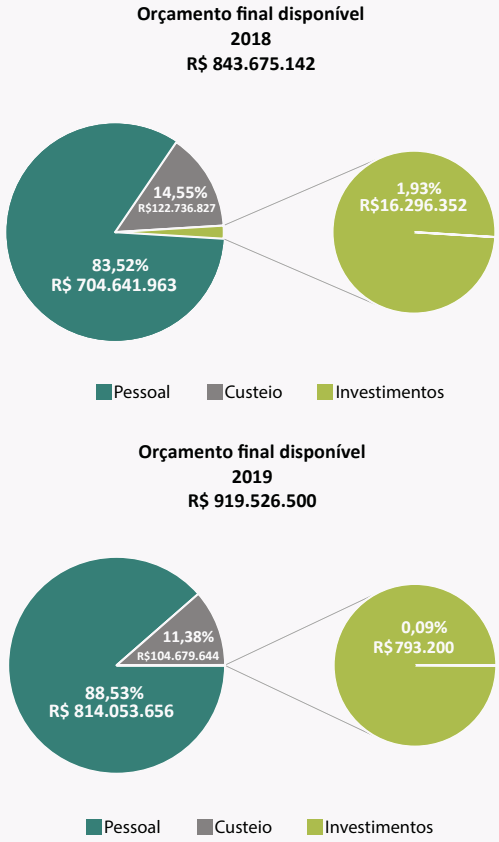


Gráfico 150 Comparativo da distribuição da dotação final disponivel por grupo de despesa - 2018 e 2019

Com a crise econômica brasileira, nos últimos exercícios financeiros, o orçamento disponibilizado para atender às demandas dos programas institucionais tem sido insuficiente, comprometendo, notadamente, o grupo de despesa –investimento. Em 2019, observa-se uma redução de 4,87% no referido grupo, em relação ao exercício anterior, impactando sobremaneira a área de Tecnologia da Informação e obras.

20.1.1. PERFIL DE GASTO DO MPDFT

Considerando apenas as despesas primárias (obrigatórias e discricionárias), o MPDFT obteve o percentual de execução de 99,70%, em relação à dotação atualizada.

COMPARATIVO DA DOTAÇÃO FINAL DISPONÍVEL E DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS PRIMÁRIAS (OBRIGATÓRIAS E DISCRICIONÁRIAS) - 2018 E 2019

	2018						2019						
GRUPO DE DESPESA	Dotação* (a)	Empenhado (b)	Liquidado (c)	Pago (d)	RP Pago (e)	% Execução (fa)=(d+e)*100/(a)	Dotação* (g)	Empenhado (h)	Liquidado (i)	Pago (J)	RP Pago (k)	% Execução (fa)=(d+e)*100/(a)	Variação % (m) = f/l
PESSOAL	606.420.022	606.417.835	605.700.646	605.691.962	468.821	99,96	713.322.642	713.321.593	713.111.597	713.111.597	588.488	100,05	1,00
CUSTEIO	122.736.827	121.880.900	120.111.587	120.111.587	1.082.979	98.74	104.679.644	101.655.946	100.112.567	100.112.567	1.318.757	96.90	1.02
INVESTIMENTO	16.296.352	15.919.180	15.399.121	15.399.121	946.297	100.30	793.200	789.007	725.210	725.210	516.055	156.49	0.64
TOTAL	745.453.201	744.217.915	741.211.354	741.202.670	2.498.097	99.76	818.795.486	815.766.546	813.949.374	813.949.374	2.423.301	99.70	1.00

Tabela 110 Perfil do Gasto do MPDFT

Fonte: Tesouro Gerencial (jan/20) *dotação disponível no final. Obs1.: Percentual de execuação acima de 100% decorre do pagamento de "restos a pagar", com a utilização de recursos financeiros de outro grupo de despesas do exercício atual. Obs2.: Os valores (dotação, empenhado, liquidado, pago, RP pago) consideram as provisões efetuadas para o MPF, para o pagamento do plano de assistência médica do MPDFT

Quando considerado o valor total das despesas, incluída a despesa financeira relativa à contribuição da União para o custeio do regime previdenciário, o percentual de execução passa a ser 97,62%.

COMPARATIVO DA DOTAÇÃO FINAL DISPONÍVEL E DA EXECUÇÃO TOTAL DAS DESPESAS - 2018 E 2019

	2018						2019						
GRUPO DE DESPESA	Dotação* (a)	Empenhado (b)	Liquidado (c)	Pago (d)	RP Pago (e)	%Execução (f)=(d+e)*100/(a)	Dotação* (g)	Empenhado (h)	Liquidado (i)	Pago (j)	RP Pago (k)	%Execução (l)=(j+k)*100/(g)	Variação % (m) =f/l
PESSOAL	704.641.963	688.974.176	688.974.176	688.112.426	469.542	97,72	814.053.656	794.558.139	794.302.109	794.302.109	631.324	97,65	1,00
CUSTEIO	122.736.827	121.880.900	120.111.587	120.111.587	1.082.979	98,74	104.679.644	101.655.946	100.112.567	100.112.567	1.318.757	96,90	1,02
INVESTIMENTO	16.296.352	15.919.180	15.399.121	15.399.121	946.297	100,30	793.200	789.007	725.210	725.210	516.055	156,49	0,64
TOTAL	843.675.142	826.774.256	824.484.884	823.623.134	2.498.818	97,92	919.526.500	897.003.093	895.139.886	895.139.886	2.466.137	97,62	1,00

Tabela 111 Comparativo da dotação final disponível e da execução total das despesas - 2018 e 2019.

Fonte: Tesouro Gerencial (jan/20) *dotação disponível no final. Obs.1: Percentual de execução acima de 100% decorre do pagamento de "Restos a Pagar", com a utilização de recursos financeiros de outro grupo de despesa do exercício atual. Obs.2: Os valores (dotação, empenhado, liquidado, pago e RP pago) consideram as provisões efetuadas para o MPF, para o pagamento do Plano de Assistência Médica do MPDFT,nos dois exercícios.

Em relação às despesas com pessoal, no mês de janeiro, houve o pagamento da última parcela (15%) do reajuste da remuneração dos servidores, previsto na Lei nº 13.316, de 20 de julho de 2016, e do reajuste (16,38%) do subsídio dos Membros do Ministério Público da União, estabelecido na Lei 13.752, de 26/11/2018.

As principais despesas de custeio, a exemplo de outros exercícios, referem-se aos auxílios e benefícios assistenciais, manutenção administrativa e segurança institucional, entre outras.

Houve uma redução significativa nas despesas de investimento, o que inviabilizou a construção da sede de Brazlândia do MPDFT, realizando-se, apenas, pequenas obras de conservação de instalações e aquisição de softwares para a área de Tecnologia da Informação.

DETALHAMENTO DAS DESPESAS PAGAS EM 2019 - POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA

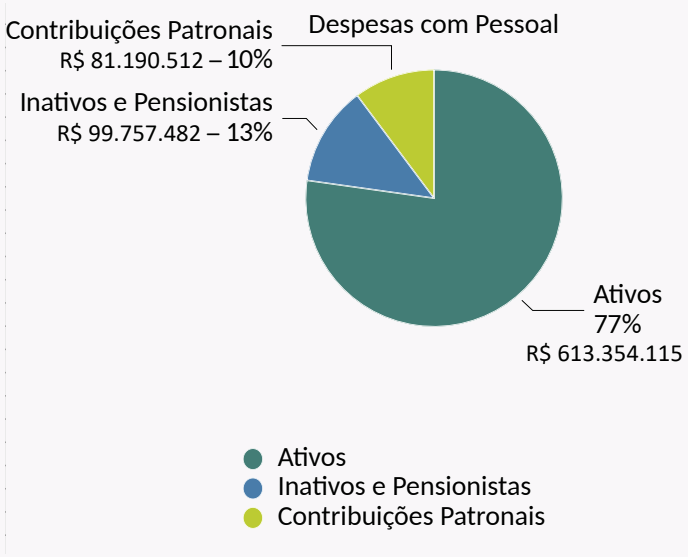


Gráfico 151 Detalhamento das despesas pagas em 2019 - Despesas com Pessoal

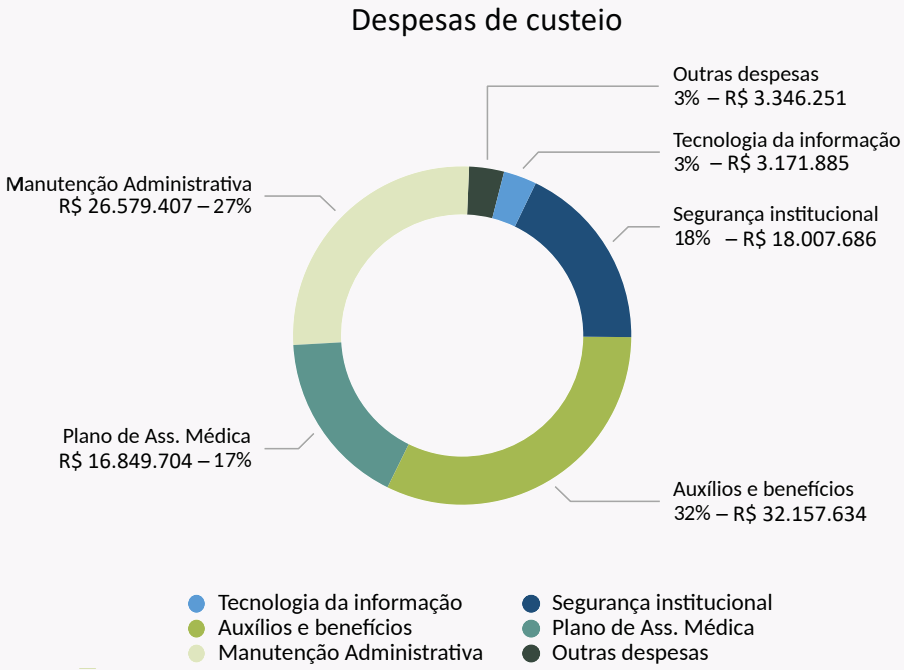


Gráfico 152 Detalhamento das despesas pagas em 2019 - Despesas de Custeio

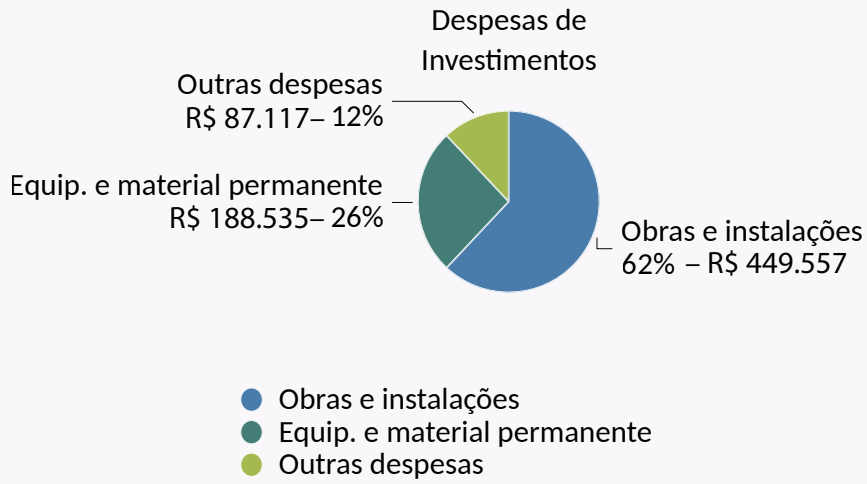


Gráfico 153 Detalhamento das despesas pagas em 2019 - Despesas de Investimentos

Com a monitoração pontual da execução orçamentária e financeira do MPDFT, mais uma vez, observa-se uma redução significativa dos valores inscritos e reinscritos em restos a pagar; e, inversamente, o aumento do pagamento em relação ao total de sua inscrição, sendo de 59,72% em 2018 e de 74,55% em 2019.

COMPARATIVO DE RESTOS A PAGAR 2018-2019

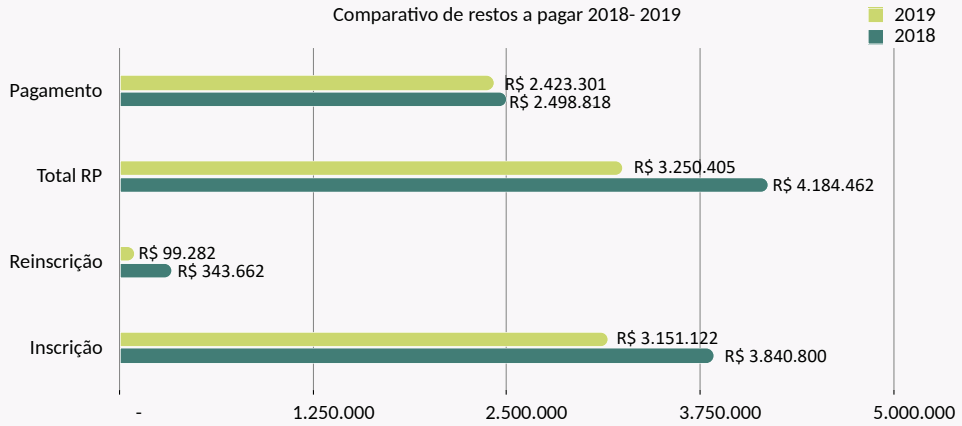


Gráfico 154 Comparativo de restos a pagar 2018 - 2019. Fonte: Tesouro Gerencial 2020

20.1.2. EXECUÇÃO POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA

Em relação ao Grupo 1 – Pessoal e Encargos Sociais, foi publicado o Decreto nº 10.120/2019, estabelecendo novo limite de gastos com pessoal, dentro da Lei de Responsabilidade Fiscal, atribuindo ao MPDFT o percentual de 0,133%, o que representou uma ampliação de 45% no limite do órgão.

O novo teto assegurou a continuidade administrativa e a manutenção da estrutura de cargos.

EXECUÇÃO POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA

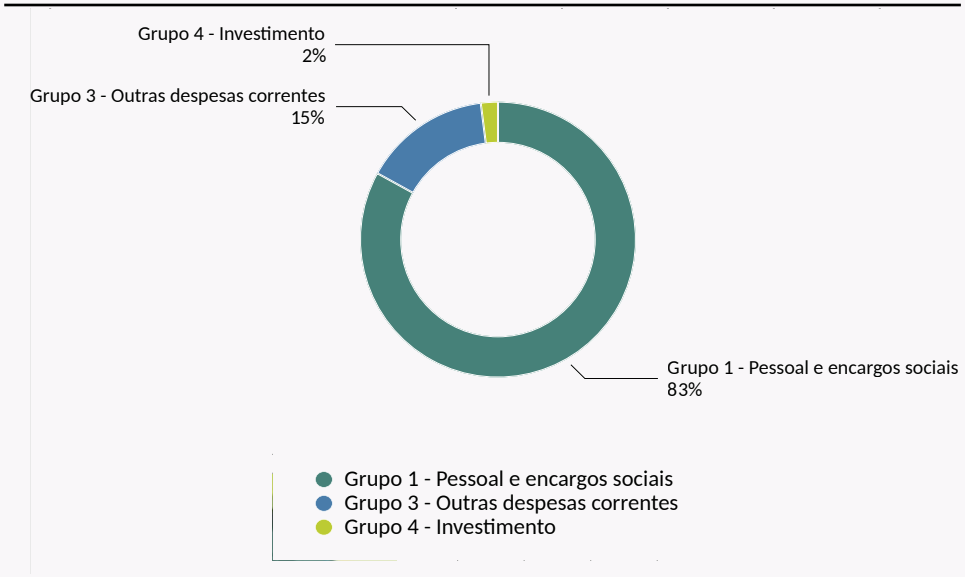


Gráfico 155 Execução por grupo e elemento de despesa

GRUPO 1 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Elemento de despesa	Valor pago R$ 1
11 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	585.653.157
13 - Obrigações patronais	81.190.512
01 - Aposentadorias e reformas	99.757.482
Demais elementos	27.700.958
Total	794.302.109

Tabela 112 Grupo 1 – Pessoal e encargos sociais

GRUPO 3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

Elemento de despesa	Valor pago R$ 1
37 - Locação de mão de obra	34.595.563
39 - Outros serviços de terceiros - PJ	26.241.914
40 - Serviços de tecnol. da inform. e comunicação	3.368.452
Demais elementos	35.906.638
Total	100.112.567

Tabela 113 Grupo 3 – Outras despesas correntes

GRUPO 4 – INVESTIMENTO

Elemento de despesa	Valor pago R$ 1
51 - Obras e instalações	406.201
52 - Equipamentos e material permanente	188.535
40 - Serviços de tecnol. da inf. e comunic - P jurídica	84.480
Demais elementos	45.994
Total	725.210

Tabela 114 Grupo 4 – Investimento

20.1.3. EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS

Com base na execução das despesas primárias (obrigatórias e discricionárias) e nos limites estabelecidos pela EC 95/2016, os programas do MPDFT obtiveram uma execução total de 99,70%, no exercício de 2019, resultado do acompanhamento ostensivo de sua execução, demandando a integração entre os gestores de recursos das unidades, a SOF e a Administração Superior do MPDFT.

Haja vista a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), em 2018, e posterior regulamentação pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Resolução CNMP nº 194/2018, sobre os requisitos para a concessão de "Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia" para os membros do Ministério Público, os recursos então destinados para essa Ação foram cancelados e utilizados para suplementar o orçamento da Ação "Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário", mediante a Lei nº 13.883/2019. Essa medida foi fundamental para recompor o déficit orçamentário resultante do aumento da despesa com Pessoal e Encargos Sociais, em 2019, decorrente do reajuste do subsídio dos membros do MPU, conforme dispõe a Lei nº 13.752/2018.

O projeto de construção do Edifício-Sede da Promotoria de Justiça de Brazlândia, mais uma vez, ficou prejudicado, com o bloqueio dos recursos destinados para a obra.

O orçamento das ações de contingência foi utilizado para atender às despesas com pessoal ativo e inativo.

O resultado obtido evidencia o alinhamento aos objetivos estratégicos do órgão, em especial a "Otimizar a gestão dos recursos orçamentários e financeiros", tendo como indicador o índice de execução do Plano Interno.

EXECUÇÃO DAS DESPESAS PRIMÁRIAS (OBRIGATÓRIAS E DISCRICIONÁRIAS)

Ação	LOA (a)	Créditos adicionais		Créditos Adicionais Líquidos (d=b-c)	Orçamento Autorizado LOA + Créditos (e=a+d)	Limitação de Empenho (Bloqueado) (f)	Orçamento Disponível (g)	Pagamentos do Exercício 2019 (h)	Pagamentos de Restos a pagar 2017 e 2018 (i)	Total Pago (j=h+i)	% de Execução [k=(j*100)/g]
		Suplementação (b)	Cancelamento (c)								
Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia	19.097.100	-	19.097.100	(19.097.100)	-	-	-	-	-	-	0,00%
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores e seus Dependentes	16.849.704	84.104	84.104	-	16.849.704	-	16.849.704	16.849.704		16.849.704	100,00%
Assistência Pré-Escolar aos Dependentes de Servidores	5.264.422	500.000	-	500.000	5.764.422	-	5.764.422	5.754.825	-	5.754.825	99,83%
Auxílio-Alimentação	26.046.486	213.000	-	213.000	26.259.486	-	26.259.486	26.240.401	-	26.240.401	99,93%
Auxílio-Transporte	127.765	-	98.000	(98.000)	29.765	-	29.765	25.250	-	25.250	84,83%
Benefícios Assistenciais decorrentes de Auxílio-Funeral e Natalidade	293.268	-	100.000	(100.000)	193.268	-	193.268	137.158	-	137.158	70,97%
Comunicação e Divulgação Institucional	441.250	-	-	-	441.250	-	441.250	441.126	-	441.126	99,97%
Construção do Edifício-Sede da Promotoria de Justiça de Brazlândia	50.000	-		-	50.000	50.000	-	-	133.608	133.608	0,00%
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	34.059.598	22.341.051	465.700	21.875.351	55.934.949	-	55.934.949	51.389.313	1.701.205	53.090.518	94,91%

Ação	LOA (a)	Créditos adicionais		Créditos Adicionais Líquidos (d=b-c)	Orçamento Autorizado LOA + Créditos (e=a+d)	Limitação de Empenho (Bloqueado) (f)	Orçamento Disponível (g)	Pagamentos do Exercício 2019 (h)	Pagamentos de Restos a pagar 2017 e 2018 (i)	Total Pago (j=h+i)	% de Execução [k=(j*100)/g]
		Suplementação (b)	Cancelamento (c)								
Pagamento de Aposentadorias e Pensões	82.133.531	17.625.000		17.625.000	99.758.531	-	99.758.531	99.757.482	86.288	99.843.770	100,09%
Pagamento de Pessoal Ativo	562.481.519	51.082.592	-	51.082.592	613.564.111	-	613.564.111	613.354.115	502.200	613.856.314	100,05%
Reserva de Contingência - Financeira	5.121.401	-	5.121.401	(5.121.401)	-	-	-	-	-	-	0,00%
Reserva de Contingência Fiscal - Primária	37.515.592	-	37.515.592	(37.515.592)	-	-	-	-	-	-	0,00%
Total	789.481.636	91.845.747	62.481.897	29.363.850	818.845.486	50.000	818.795.486	813.949.373	2.423.301	816.372.674	99,70%

Tabela 115 Execução das despesas primárias (obrigatórias e discricionárias)

Fonte: Tesouro Gerencial (2019) Obs.1: Os valores das Reservas de Contingência constantes da LOA foram utilizados para suplementar despesas com pessoal e previdência..Obs2: Os percentuais de execução acima de 100% decorrem do pagamento de "Restos a Pagar", com a utilização de recursos de outro grupo de despesa do exercício de 2019.

20.1.4. DISCUSSÃO DO DESEMPENHO ATUAL X DESEMPENHO ESPERADO/ORÇADO – ANÁLISE DE TENDÊNCIAS

Nos últimos anos, o cenário da crise econômica brasileira afetou, de modo geral, o orçamento disponibilizado para a toda a Administração Pública, situação que demandou esforços para que a gestão dos recursos escassos conseguisse atender às necessidades institucionais para o funcionamento do órgão, com vistas ao aperfeiçoamento do atendimento ao cidadão e da melhoria dos processos internos.

Em 2019, foram mantidas as ações de economia com despesas de custeio e o mínimo de investimentos de capital, o que possibilitou encerrar o exercício sem prejuízo de interrupção ou cancelamento de contratos indispensáveis de prestação de serviços e locação de mão de obra.

As expectativas para os próximos exercícios, diante do cenário econômico que se apresenta, sinalizam para a continuidade das ações voltadas para a racionalização e otimização dos recursos disponibilizados ao órgão.

20.1.5. EXPLICAÇÕES SOBRE VARIAÇÕES DE RESULTADO, COM UMA REFLEXÃO JUSTA E COMPREENSÍVEL SOBRE O DESEMPENHO FINANCEIRO, CONSISTENTE COM AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SUBJACENTES

Em termos orçamentários e financeiros, o MPDFT permanece executando com eficiência a dotação autorizada quase na sua totalidade. As pequenas variações observadas ao longo dos exercícios financeiros, decorrem, basicamente, da não entrega de bens

e serviços por parte dos fornecedores até o encerramento do exercício, o que acarreta a necessidade de inscrição em restos a pagar.

Quanto ao aspecto financeiro, não há como o MPDFT lograr uma expansão, tendo em vista não existir arrecadação própria, dependendo a execução de suas ações dos recursos do Tesouro Nacional e, portanto, sob a égide da Emenda Constitucional 95/2016, que estabeleceu um teto de gastos para todo o setor público, limitando, inclusive, os recursos financeiros à variação do IPCA.

20.1.6. RISCOS DE GESTÃO

• Contingenciamento de despesas em limite insuportável para o pagamento das despesas de custeio básico;

• Ocorrência de despesas não previstas na programação orçamentária, acima do previsto na reserva da SOF.

20.1.7. PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

• Manter a estrutura de funcionamento do MPDFT em padrão condizente com a sua missão institucional;

• Atender às demandas das unidades administrativas;

• Manter o controle da execução das despesas primárias, a fim de dar cumprimento aos limites de gastos da EC 95/2016;

• Manter os gastos com pessoal, abaixo do limite estabelecido pela LRF;

• Retomar e concluir a obra de construção da sede da Promotoria de Justiça de Brazlândia;

20.2 GESTÃO DE PESSOAS E COMPETÊNCIAS

20.2.1. CONFORMIDADE LEGAL

Todos os atos de Gestão de Pessoas estão em conformidade com as seguintes normas:

• Constituição Federal;

• Lei Complementar nº 75/1993;

• Lei nº 8.112/1990;

• Lei nº 13.316/2016 e demais normas aplicáveis.

Para dar suporte e assegurar a devida aplicação das normas, há a atuação da Subsecretaria de Legislação de Pessoal, da Consultoria Jurídica da Secretaria Geral e da Assessoria Cível e de Controle de Constitucionalidade da Procuradoria-Geral de Justiça.

Apontamentos dos órgãos de controle

Os atos de gestão de pessoal são auditados pela Auditoria Interna do MPU - AUDIN/MPU. Em 2019, a AUDIN/MPU realizou duas auditorias na área de Gestão de Pessoas do MPDFT.

Na primeira, foram verificados o índice de Governança na Gestão de Pessoas; o dimensionamento da força de trabalho; a gestão por competências; a avaliação de desempenho; o treinamento e desenvolvimento; os objetivos e indicadores de RH; e os controles internos administrativos do órgão.

Na segunda auditoria, foram verificados os procedimentos para a concessão de Gratificação de Atividade de Segurança – GAS, no âmbito do MPDFT. Após análise, a AUDIN/MPU apontou três achados de auditoria, os quais estão sendo devidamente atendidos pela Secretaria de Gestão de Pessoas.

Além do controle interno realizado pela AUDIN/MPU, o Tribunal de Contas da União - TCU realiza o controle externo dos atos de pessoal do MPDFT. Em 2019, por meio do Sistema Indícios, o TCU apontou 157 indícios de possíveis irregularidades. Destes, 136 tiveram as justificativas apresentadas por este Ministério Público, restando apenas 18 indícios que foram esclarecidos em janeiro de 2020.

Indicadores de Conformidade

• Controle da entrega de Declarações de Bens e Rendas: a Declaração de Bens e Rendas ou o Formulário de Autorização de Acesso aos dados pelo TCU é preenchido juntamente com as documentações necessárias para o ingresso dos novos servidores e membros. Não há pendências em relação a 2019;

• E-pessoal: todos os atos de admissão, desligamento, concessão de pensão civil e aposentadoria foram registrados no Sistema e-Pessoal do Tribunal de Contas da União;

• Recadastramento de servidores: anualmente é realizado o recadastramento de to-

dos os servidores do órgão, por meio do qual, além da atualização dos dados cadastrais, são verificadas possíveis acumulações de cargos, empregos ou funções; acumulações com aposentadoria ou pensão; percepção indevida de benefícios; exercício ilegal de advocacia ou consultoria técnica; e eventual participação em gerência ou administração de sociedade privada, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário;

• Recadastramento de inativos e pensionistas: anualmente é realizado o recadastramento de todos os inativos e pensionistas, oportunidade na qual se verifica a existência de eventual acumulação indevida;

• Atendimento das solicitações de servidores e membros: no âmbito do MPDFT, o atendimento dos servidores e membros é realizado por meio da ferramenta SGP Atende, a qual permite o esclarecimento de dúvidas e envio de sugestões de forma ágil e precisa, além do monitoramento dos prazos de resposta. A ferramenta auxilia também a identificação dos temas de maior demanda, o que possibilita o planejamento de ações pela área de Gestão de Pessoas. Em 2019, foram registrados 2.587 chamados.

20.2.2. AVALIAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

O quadro de pessoal permanente do MPDFT é composto por três diferentes carreiras:
• Membros do MPDFT;
• Analistas do Ministério Público da União, de nível superior;
• Técnicos do Ministério Público da União, de nível médio.

Distribuição dos servidores, por carreira e faixa salarial, e de membros:

A carreira dos servidores do MPU é composta pelos cargos de Analista e Técnico do MPU, os quais são estruturados em 3 classes e 13 padrões, a seguir:

DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES EM CLASSE/PADRÃO – ANALISTAS

DISTRIBUIÇÃO DE SERVIDORES EM CLASSE/ PADRÃO - ANALISTAS	QUANTIDADE	%	REMUNERAÇÃO (R$)
AN-C13	113	14%	18.701,52
AN-C12	73	9%	18.156,82
AN-C11	120	15%	17.627,98
AN-C10	16	2%	17.114,54
AN-C9	21	3%	16.616,06
AN-B8	41	5%	15.720,02
AN-B7	60	8%	15.262,15
AN-B6	92	12%	14.817,62
AN-B5	92	12%	14.383,03
AN-B4	27	3%	13.937,04
AN-A3	109	14%	13.213,82
AN-A2	0	0%	12.828,96
AN-A1	24	3%	12.455,30
TOTAL	788	100%	

Tabela 116 Distribuição dos servidores em classe/padrão – analistas

DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES EM CLASSE/PADRÃO – TÉCNICOS

DISTRIBUIÇÃO DE SERVIDORES EM CLASSE/ PADRÃO - TÉCNICOS	QTDE	%	REMUNERAÇÃO
TC-C13	356	35%	11.398,39
TC-C12	81	8%	11.066,40
TC-C11	83	8%	10.744,08
TC-C10	21	2%	10.431,14
TC-C9	44	4%	10.127,30
TC-B8	69	7%	9.581,18
TC-B7	121	12%	9.302,11
TC-B6	60	6%	9.031,11
TC-B5	132	13%	8.768,16
TC-B4	14	1%	8.512,75
TC-A3	25	2%	8.053,70
TC-A2	0	0%	7.819,13
TC-A1	12	1%	7.591,37
TOTAL	1018	100%	

Tabela 117 Distribuição dos servidores em classe/padrão – técnicos

DISTRIBUIÇÃO DE MEMBROS

DISTRIBUIÇÃO DE MEMBROS	SUBSÍDIO	QUANTIDADE
Procurador-Geral de Justiça	37.328,65	1
Procurador de Justiça	35.462,22	39
Promotor de Justiça	33.689,11	286
Promotor de Justiça Adjunto	32.004,65	58
Total		384

Tabela 118 Distribuição de membros

DISTRIBUIÇÃO POR GÊNERO:

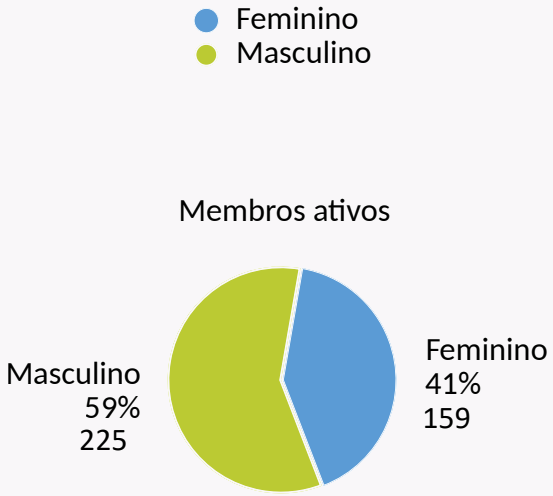


Gráfico 156 Distribuição por gênero - Membros ativos

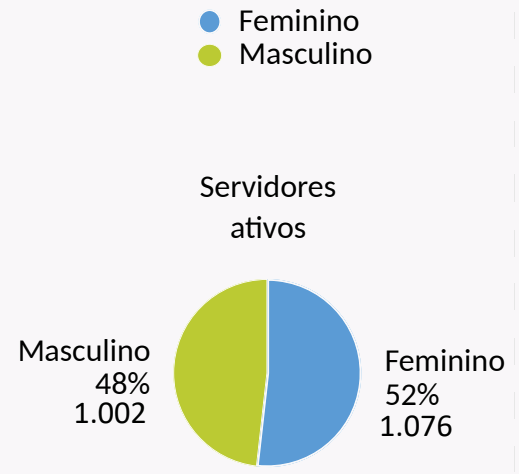


Gráfico 157 Distribuição por gênero - Servidores ativos

DISTRIBUIÇÃO POR FAIXA ETÁRIA:

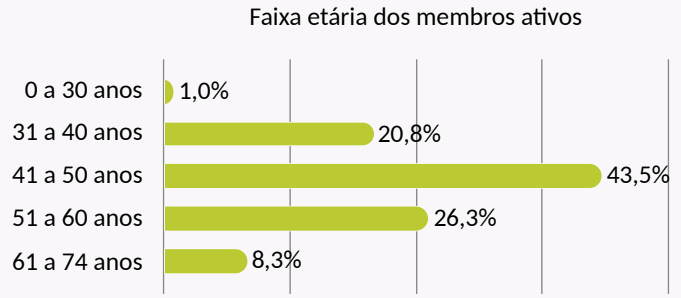


Gráfico 158 Distribuição por faixa etária- Membros ativos

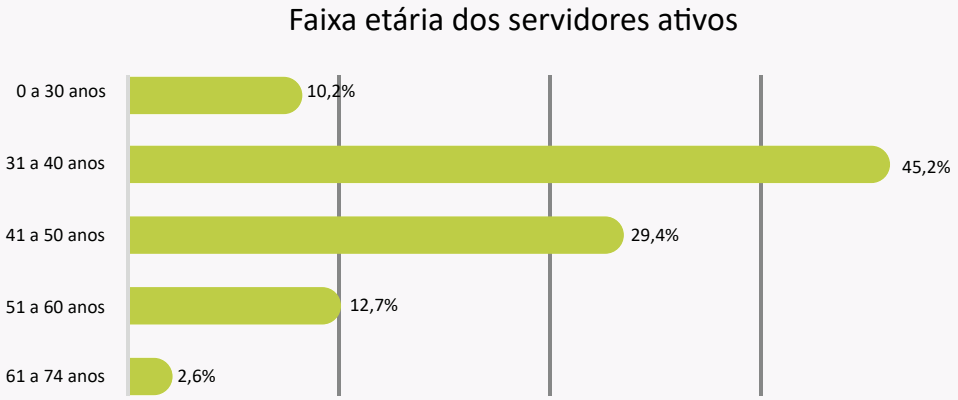


Gráfico 159 Distribuição por faixa etária- Servidores ativos

DISTRIBUIÇÃO POR ETNIA:

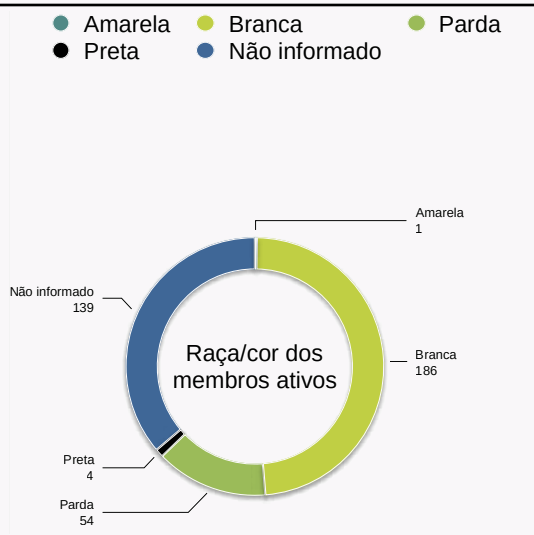


Gráfico 160 Distribuição por etnia- Raça/cor dos Membros ativos

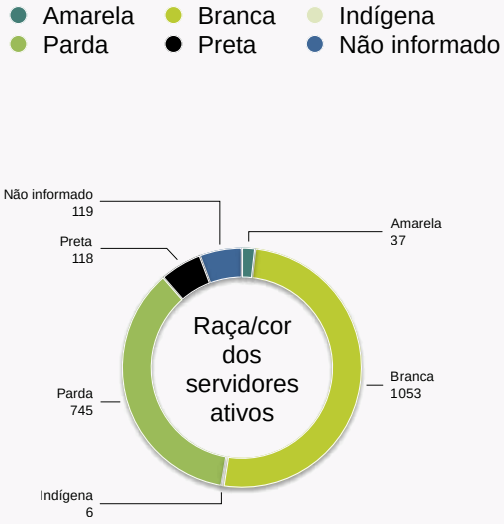


Gráfico 161 Distribuição por etnia- Raça/cor dos Servidores ativos

DISTRIBUIÇÃO POR ÁREA DE TRABALHO:

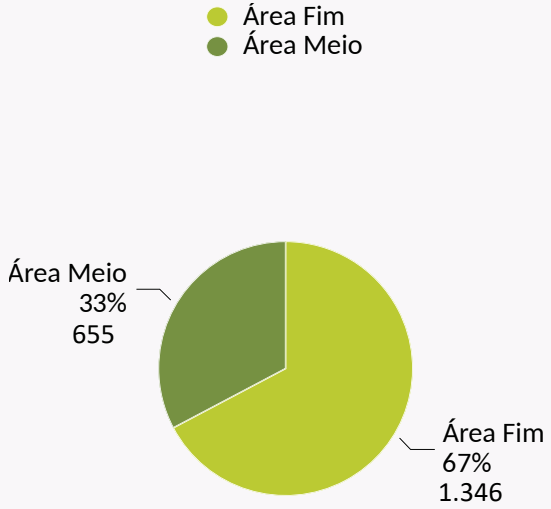


Gráfico 162 Distribuição por área de trabalho

Observa-se que a força de trabalho da área meio corresponde a 33% dos servidores do órgão e a força de trabalho da área fim, 67%. Cumpre esclarecer que há 77 servidores do quadro permanente do MPDFT afastados, em virtude de lotação provisória, cessão, requisição ou licença sem vencimento, razão pela qual esses servidores não foram contabilizados na distribuição da força de trabalho entre área fim e área meio.

DISTRIBUIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

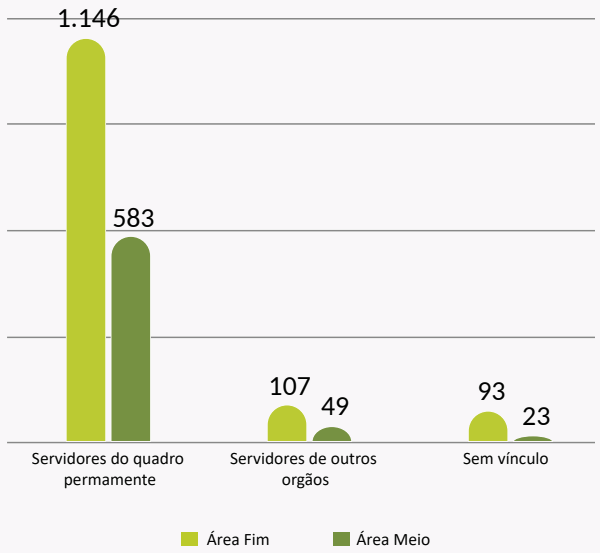


Gráfico 163 Distribuição da força de trabalho.

DISTRIBUIÇÃO POR UNIDADE DE EXERCÍCIO

UNIDADE	Nº de servidores
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTICA DO MINISTERIO PUBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITORIOS	33
CHEFIA DE GABINETE DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTICA - PGJ	28
CHEFIA DE GABINETE DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTICA PARA ASSUNTOS PARLAMENTARES	2
COORDENACAO DE RECURSOS CONSTITUCIONAIS	18
ASSESSORIA DE POLITICAS INSTITUCIONAIS	5
SECRETARIA DE EDUCACAO E DESENVOLVIMENTO CORPORATIVO	21
CERIMONIAL	8
SECRETARIA DE COMUNICACAO	22
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	18
SECRETARIA DE SEGURANCA INSTITUCIONAL	41
NUCLEO DO TRIBUNAL DO JURI E DE DEFESA DA VIDA	2
NUCLEO DE CONTROLE E FISCALIZACAO DO SISTEMA PRISIONAL	6
CENTRO DE PRODUCAO, ANALISE, DIFUSAO E SEGURANCA DA INFORMACAO - CI	29
GRUPO DE ATUACAO ESPECIAL DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO - GAECO	14
NUCLEO DE INVESTIGACAO E CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL E NUCLEO DE COMBATE À TORTURA - NCAP	8
NUCLEOS DE DIREITOS HUMANOS	9
OUVIDORIA	13
VICE-PROCURADORIA-GERAL DE JUSTICA JURIDICO-ADMINISTRATIVA	23
ASSESSORIA DE POLÍTICAS PSICOSSOCIAL	41
SECRETARIA DE PERICIAS E DILIGENCIAS - SPD	51
VICE-PROCURADORIA-GERAL DE JUSTICA INSTITUCIONAL	8
COORDENADORIA DE DOCUMENTACAO E INFORMACAO	30
CORREGEDORIA-GERAL	14
CAMARAS DE COORDENACAO E REVISAO DA ORDEM JURIDICA CRIMINAL E CIVEL	12
PROCURADORIA DISTRITAL DOS DIREITOS DO CIDADAO	13
PROCURADORIAS DE JUSTICA	96
COORDENADORIA DAS PROMOTORIAS DE JUSTICA DE AGUAS CLARAS	33
COORDENADORIA DAS PROMOTORIAS DE JUSTICA DE BRASILIA I	293

UNIDADE	Nº de servidores
COORDENADORIA REGIONAL DAS PROMOTORIAS DE JUSTICA DE BRASILIA II, GUARA, NUCLEO BANDEIRANTE E RIACHO FUNDO	143
COORDENADORIA DAS PROMOTORIAS DE JUSTICA DE BRAZLANDIA	26
COORDENADORIA DAS PROMOTORIAS DE JUSTICA DA CEILANDIA	86
COORDENADORIA DAS PROMOTORIAS DE JUSTICA DO GAMA	49
COORDENADORIA SETORIAL DAS PROMOTORIAS DE JUSTICA DA INFANCIA E JUVENTUDE E DA EDUCACAO	74
COORDENADORIA DAS PROMOTORIAS DE JUSTICA DO PARANOA	40
COORDENADORIA DAS PROMOTORIAS DE JUSTICA DE PLANALTINA	41
COORDENADORIA DAS PROMOTORIAS DE JUSTICA DE RECANTO DAS EMAS	24
COORDENADORIA DAS PROMOTORIAS DE JUSTICA DE SAMAMBAIA	77
COORDENADORIA DAS PROMOTORIAS DE JUSTICA DE SANTA MARIA	33
COORDENADORIA DAS PROMOTORIAS DE JUSTICA DE SAO SEBASTIAO	30
COORDENADORIA DAS PROMOTORIAS DE JUSTICA DE SOBRADINHO	42
COORDENADORIA DAS PROMOTORIAS DE JUSTICA DE TAGUATINGA	57
SECRETARIA-GERAL	24
SECRETARIA DE LICITACAO - SG	5
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO - SDA	78
SECRETARIA DE ATENDIMENTO A SAUDE - SAS	41
SECRETARIA DE GESTAO DE PESSOAS - SGP	58
SECRETARIA DE ORCAMENTO E FINANCAS - SOF	28
SECRETARIA DE PROJETOS E OBRAS - SPO	53
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DE INFORMACAO - STI	93
PLAN-ASSISTE	8
Total Geral	2001

Tabela 119 Distribuição por unidade de exercício

Atualmente, há 77 servidores do quadro permanente do MPDFT afastados em virtude de lotação provisória, cessão, requisição ou licença sem vencimento, razão pela qual esses servidores não foram contabilizados na distribuição da força de trabalho entre a área fim e a área meio.

DISTRIBUÇÃO POR CARGO – TÉCNICOS

TÉCNICOS	Ocupados	Vagos	Total Cargos
Técnico do MPU/Administração	840	24	862
Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Edificação	12	0	12
Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Orçamento	3	0	3
Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Segurança Inst. e trasporte	105	20	125
Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Tecnol. da Inf.e Comunicação	44	0	46
Técnico do MPU/Saúde/Saúde	1	0	1
Técnico do MPU/Saúde/Enfermagem	7	0	7
Técnico do MPU/Saúde/Saúde Bucal	6	0	6
TOTAL	1018	44	1062

Tabela 120 Distribuição por cargos – Técnicos

DISTRIBUÇÃO POR CARGO – ANALISTAS

ANALISTAS	Ocupados	Vagos	Total Cargos
Analista de Informática - Banco de Dados	0	0	0
Analista do MPU/Apoio Técnico Especializado/ Finanças e Controle	1	0	1
Analista do MPU/Apoio Técnico Especializado/ Gestão Pública	66	0	66
Analista do MPU/Apoio Técnico Especializado/ Planejamento e Orçamento	0	0	0
Analista do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Arquivologia	6	0	6
Analista do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Biblioteconomia	6	0	6
Analista do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Comunicação Social	8	0	8
Analista do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Educação	1	0	1
Analista do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Estatística	5	0	5
Analista do MPU/Direito	475	13	488
Analista do MPU/Medicina/Cardiologia	2	0	2
Analista do MPU/Medicina/Clínica Médica	9	0	9
Analista do MPU/Medicina/Fisiatria	1	0	1
Analista do MPU/Medicina/Ginecologia	1	0	1
Analista do MPU/Medicina/Psiquiatria	3	0	3
Analista do MPU/Pericia/Arquitetura	11	0	11
Analista do MPU/Pericia/Biologia	1	0	1
Analista do MPU/Pericia/Contabilidade	20	0	20
Analista do MPU/Pericia/Economia	5	0	5
Analista do MPU/Pericia/Engenharia Agronômica	2	0	2
Analista do MPU/Pericia/Engenharia Ambiental	3	0	3
Analista do MPU/Pericia/Engenharia Civil	14	0	14
Analista do MPU/Pericia/Engenharia Elétrica	6	0	6
Analista do MPU/Pericia/Engenharia Florestal	3	0	3
Analista do MPU/Pericia/Engenharia Mecânica	3	0	3
Analista do MPU/Pericia/Engenharia Sanitária	2	0	2
Analista do MPU/Pericia/Geologia	1	0	1
Analista do MPU/Pericia/Medicina	1	0	1
Analista do MPU/Pericia/Medicina do Trabalho	1	0	1
Analista do MPU/Saúde/Enfermagem	1	0	1
Analista do MPU/Saúde/Odontologia	7	0	7
Analista do MPU/Saúde/Psicologia	26	1	27
Analista do MPU/Saúde/Serviço Social	28	0	28
Analista do MPU/Tecnologia da Inf. e Comunicação/Desenv. de Sistemas	42	1	43
Analista do MPU/Tecnologia da Inf. e Comunicação/Suporte e Infraestrutura	27	0	27
TOTAL	788	15	803

Tabela 121 Distribuição por cargos – Analistas

EVOLUÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL:

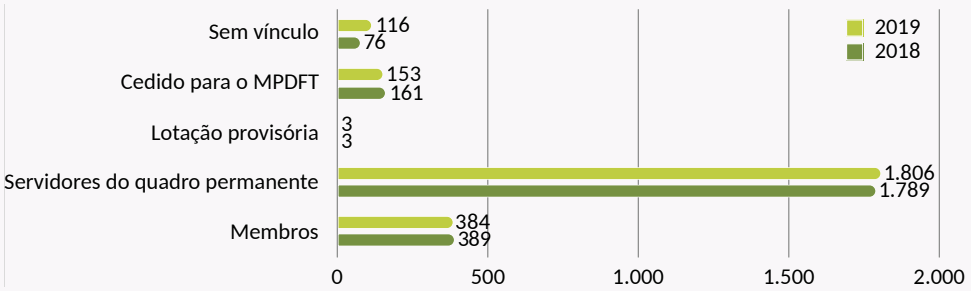


Gráfico 164 Evolução do quadro de pessoal

No início de 2019, houve a posse de 32 novos servidores, sendo 21 analistas de Direito e 11 técnicos para suprir vagas no quadro funcional.

Do total de servidores ativos, entre os sem vínculo, cedidos, quadro permanente e lotação provisória, 73 são pessoas com deficiência, representando 3,51%.

OUTROS COLABORADORES

ESTAGIÁRIOS E OUTROS	dez/17	dez/18	dez/19
Estagiários Nível Superior	268	30	27
Estagiários Nível Médio	214	1	0
Adolescentes aprendizes	27	21	21
Prestadores de serviço voluntário	64	126	183
TOTAL	91	147	204

Tabela 122 Outros colaboradores

A instituição conta ainda com o Programa de Estágio, o Programa Adolescente Aprendiz e com os prestadores de serviço voluntário.

O Programa de Estágio previa, até início de 2016, 868 estagiários, sendo 305 de nível médio e 563 de nível superior. Com as restrições orçamentárias, o programa vem sendo reduzido, tendo sido mantido, no último ano, somente 27 estagiários de nível superior nas áreas de Psicologia e Serviço Social.

O Programa Adolescente Aprendiz também foi reduzido, mas não foi extinto, em razão de seu objetivo social. O Programa visa atender adolescentes em situação de vulnerabilidade social e econômica, com foco na questão da violência sexual.

Por fim, o órgão possui regulamentado o serviço voluntário, com o objetivo de estimular a consciência da responsabilidade social, a solidariedade, a cooperação e os deveres cívicos. O serviço voluntário é uma atividade não remunerada, prestada por pessoa física, sem vínculo empregatício, funcional ou qualquer obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim.

20.2.3. ESTRATÉGIA DE RECRUTAMENTO E ALOCAÇÃO DE PESSOAS

Assim como nos demais órgãos da Administração Pública, a seleção para provimento de cargos efetivos ocorre por concurso público, nos moldes previstos na Constituição Federal de 1988 e na Lei nº 8.112/1990. No âmbito do Ministério Público da União, o processo é conduzido pela Procuradoria-Geral da República, cabendo aos demais ramos apenas a prestação de informações quanto às vagas existentes e eventuais necessidades, nos casos em que há previsão orçamentária para incremento do quadro.

Em 14/12/2018, foi homologado o 10º Concurso Público do MPU para provimento dos cargos de Analista do MPU/Direito e Técnico do MPU/Administração.

Em 2019, foram nomeados para o MPDFT 28 servidores ocupantes do cargo de Analista do MPU/Direito e 19 ocupantes do cargo de Técnico do MPU/Administração, apenas para a reposição de desligamentos, sem impacto orçamentário.

Para melhor alocação de pessoas, vige, no âmbito do MPDFT, o Programa Permanente de Movimentação Interna, o qual permite, periodicamente, a alteração de lotação pelos servidores do órgão. Tal medida visa propiciar a satisfação dos servidores com suas unidades de lotação, o que resulta maior produtividade e qualidade ao trabalho desenvolvido, além de reter talentos e promover um ambiente de trabalho agradável e profissional. A seleção é realizada por meio de análise curricular e entrevistas, o que

favorece a escolha, de acordo com o perfil da vaga e do servidor interessado.

Em 2019, foram abertos 20 editais do Programa Permanente de Movimentação Interna, com a oferta de 27 vagas de técnicos e analistas do MPU.

Cabe mencionar, ainda, que está em piloto o projeto Dimensionamento da Força de Trabalho (DFT), o qual, além de informações quantitativas acerca da necessidade de pessoal, trará também dados qualitativos. A implementação do projeto subsidiará a unidade de Gestão de Pessoas com informações mais técnicas e objetivas acerca da distribuição de pessoal e auxiliará a alocação de servidores, uma vez que as atividades desenvolvidas em cada unidade serão completamente mapeadas.

No último ano, houve uma retenção de 96,93% dos servidores do quadro, apurado de acordo com a seguinte fórmula de cálculo:

(Total de servidores do quadro permanente no início do período - Total de servidores do quadro permanente que perderam o vínculo com o MPDFT no período, excluindo-se mortes e aposentadorias) / Total de servidores do quadro permanente no início do período

Além das ações promovidas pelo órgão, tem-se que o índice de retenção de talentos também é impactado diretamente pela restrição orçamentária vivenciada pela Administração Pública nos últimos anos. Isso porque, quando se fala em servidor público, geralmente as saídas voluntárias ocorrem para ingresso em outras carreiras, sendo que a restrição orçamentária tem limitado a nomeação de servidores em diversos órgãos públicos, diminuindo a evasão.

20.2.4. DETALHAMENTO DA DESPESA DE PESSOAL

Em 2019, o MPDFT teve um gasto de pessoal de R$ 712 milhões, desconsiderando os auxílios, conforme detalhado:

DESPESAS COM PESSOAL

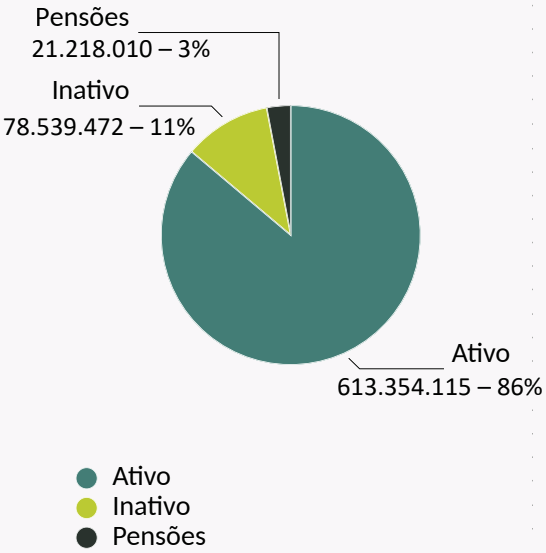


Gráfico 165 Despesas com pessoal

CUSTO COM DESPESAS DE PESSOAL ATIVO EM 2019

Pessoal Ativo		
Vencimentos e vantagens fixas	585.653.157	95,48%
Patronal FUNPRESP	8.087.126	1,32%
Sentenças Judiciais	2.415.278	0,39%
Exercício Anterior	212.495	0,03%
Despesas variáveis	14.948.837	2,44%
Outras despesas	2.037.223	0,33%
Total	613.354.115	100,0%

Tabela 123 Custo com despesas de pessoal ativo em 2019

CUSTO COM DESPESAS DE PESSOAL INATIVO EM 2019

Pessoal Inativo		
Aposentadorias e Reformas	77.506.701	98,69%
Sentenças Judiciais	447.769	0,57%
Exercícios Anteriores	585.003	0,74%
Total	78.539.472	100,0%

Tabela 124 Custo com despesas de pessoal inativo em 2019

CUSTO COM DESPESAS DE PENSIONISTAS EM 2019

Pensões		
Pensões	21.218.010	100,0%
Total	21.218.010	100,0%

Tabela 125 Custo com despesas de pensionistas em 2019

EVOLUÇÃO DOS GASTOS COM PESSOAL

	2018	2019	Variação
Ativo	607.781.025	613.354.115	5.573.090
Inativo	60.838.838	78.539.472	17.700.634
Pensionista	19.492.563	21.218.010	1.725.447
Total	688.112.426	713.111.597	24.999.171

Tabela 126 Evolução dos gastos com pessoal

Verifica-se um aumento de 3,48% nos gastos de pessoal em 2019 em comparação aos de 2018. Tal aumento se deve aos seguintes fatos:

• Aumento da remuneração paga aos servidores – pagamento da última parcela do aumento salarial previsto na Lei 13.316/2016;

• Reajuste do subsídio dos membros deste Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. - Lei nº 13.752/2018, que alterou o valor do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

O incremento de tais remunerações impacta diretamente o valor de outras gratificações, como 13º salário, abono pecuniário e 1/3 de férias. Além disso, no final do exercício, com a abertura de crédito suplementar no orçamento do MPU, foi autorizada a conversão em pecúnia de parte do saldo de licença-prêmio ainda não usufruído por membros e servidores.

Cargos em comissão e funções comissionadas:

O MPDFT possui 1.451 cargos em comissão e funções de confiança ocupados, sendo 885 gerenciais, assim distribuídos.

CARGOS EM COMISSÃO OCUPADOS

Cargos em comissão ocupados	Quantidade.	%
Servidores do quadro	488	75,8%
Servidores de outros órgãos	40	6,2%
Sem vínculo	116	18,0%
Total	644	100,0%

Tabela 127 Cargos em comissão ocupados

FUNÇÕES DE CONFIANÇA OCUPADAS

Funções de confiança ocupadas	Quantidade	%
Servidores do quadro	694	86,0%
Servidores de outros órgãos	113	14,0%
Total	807	100,0%

Tabela 128 Funções de confiança ocupadas

20.2.5. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E ESTÁGIO PROBATÓRIO:

O processo de avaliação de desempenho é realizado anualmente e são avaliados todos os servidores que ingressaram no MPU, inclusive os que estejam cumprindo estágio probatório e os que já alcançaram o final da Carreira. Não são avaliados os servidores que exercem CC-02 a CC-07, os que estejam licenciados para mandato classista e os afastados para desempenho de mandato eletivo.

O processo avaliativo subsidia a:

- ***progressão funcional:*** movimentação do servidor de um padrão para o seguinte, dentro de uma mesma classe, observado o interstício de um ano, condicionada à obtenção de resultado igual ou superior à média de 3,8 pontos; e
- ***promoção na carreira:*** movimentação do servidor do último padrão de uma classe para o primeiro padrão da classe seguinte, observado o interstício de um ano em relação à progressão funcional imediatamente anterior. Tal promoção é condicionada, cumulativamente, à obtenção de resultado igual ou superior à média de 3,8 pontos, numa escala de 5,0 e participação em ações de treinamento e desenvolvimento, satisfazendo o mínimo de 100 (cem) horas-aula.

Em 2019, 1324 servidores foram avaliados, sendo que 1230 foram progredidos e 94 promovidos.

O processo de Estágio Probatório ocorre, semestralmente, e os servidores aprovados adquirem a estabilidade passando a fazer jus a uma série de benefícios, dentre eles Licença para Interesse Particular, Licença para Capacitação, entre outros.

Em 2019, 34 servidores concluíram o Estágio Probatório, sendo 22 na carreira de analista e 12 na de técnico.

20.2.6. CAPACITAÇÃO - ESTRATÉGIA E NÚMEROS

Em 2019, foi disponibilizado o valor de R$ 367.778 para as ações educacionais no MPDFT. Somando-se as capacitações internas, externas, com e sem ônus, oferecemos 528 ações de educação e totalizamos 5.329 capacitações:

EVENTOS EXTERNOS

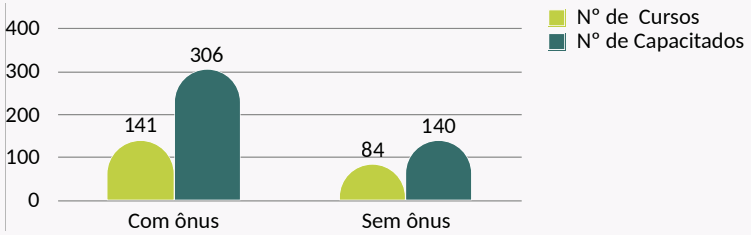


Gráfico 166 Eventos Externos.

EVENTOS INTERNOS

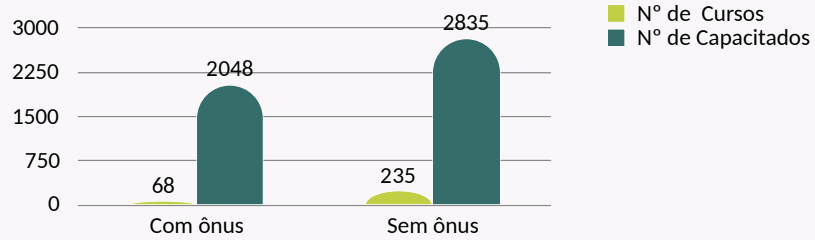


Gráfico 167 Eventos Internos.

TOTAL DE EVENTOS

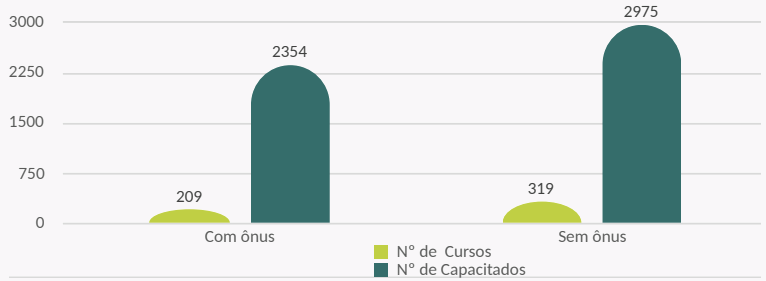


Gráfico 168 Total de eventos

Em relação à estratégia, as ações de TD&E promovidas pela Secretaria de Educação Corporativa-Secor tiveram por base o Plano de Capacitação do MPDFT e o Programa de Desenvolvimento Gerencial — PDG.

O presente Plano de Capacitação do MPDFT tem sua estrutura formada por Programas, Projetos e Ações de Capacitação, com o objetivo de nortear o aperfeiçoamento e desenvolvimento das competências necessárias à atuação institucional de seus integrantes, por meio da capacitação continuada, para o alcance das metas institucionais, levando em consideração o Mapa Estratégico, os Enunciados do Repensar, as Competências Comuns e o Regimento Interno, em consonância com a missão, visão e valores institucionais do MPDFT.

O Programa de Desenvolvimento Gerencial-PDG tem como objetivo preparar os atuais gestores e os integrantes do MPDFT com potencial e interesse em ocupar funções de liderança para a atuação gerencial. O PDG está estruturado em duas frentes: a Formação de Gestores e as Trilhas de Aprendizagem Gerenciais. Essas duas frentes educacionais possibilitam o desenvolvimento completo das competências gerenciais.

Além disso, a Secor promoveu capacitações técnicas e específicas demandas por outras unidades do MPDFT com base em necessidades pontuais e estratégicas.

No segundo semestre de 2019, a Secor deu início ao planejamento das ações de TD&E para o biênio 2020/2021. Como forma de complementar as informações presentes no Plano de Capacitação e no Programa de Desenvolvimento Gerencial e, consequentemente, ampliar a base de insumos para realização do planejamento educacional, foram realizados os Fóruns de Levantamento de Necessidades de Aprendizagem - LNA. Estes tiveram por objetivo coletar insumos para o planejamento de ações educacionais focadas nas especificidades do MPDFT.

20.2.7. PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

Na área de Gestão de Pessoas:

Restrições orçamentárias

Permanece a restrição orçamentária enfrentada pela Administração Pública, dificultando a expansão do quadro de pessoal; além da impossibilidade de aumento do quadro de estagiários, situação que sobrecarrega os servidores.

Reposição de servidores

Apesar da homologação do 10º Concurso Público do MPU para provimento dos cargos de Analista do MPU/Direito e Técnico do MPU/Administração, em 14/12/2018, estão autorizadas as nomeações apenas para a reposição dos servidores desligados, sem impacto orçamentário, situação que impede a reposição da maior quantidade de desligamentos do órgão, como aposentadorias e retorno de cedidos ao órgão de origem.

Além disso, as nomeações para o cargo de Técnico do MPU/Administração estiveram suspensas judicialmente, durante praticamente todo o ano de 2019, o que possibilitou nomeações para o cargo somente em 27/12/2019.

Ressalta-se que, antes do concurso supramencionado, não havia concurso vigente desde agosto de 2017, período em que se acumularam diversos desligamentos sem que fosse possível a devida reposição.

Outro ponto a se destacar é o retorno à origem de servidores de outros órgãos que estavam atuando no MPDFT. Tais servidores tem papel fundamental no trabalho desenvolvido nesta instituição e a manutenção desses servidores na Casa tem exigido diversas ações por parte da Administração, uma vez que os órgãos têm constantemente solicitado o retorno de seus servidores.

Em 2019, ocorreram 18 aposentadorias e já existem 68 membros e 53 servidores que completaram os requisitos para aposentadoria com proventos integrais.

A aposentadoria em massa é um risco para o órgão, considerando que tais vagas não são repostas. Todavia, a alteração nas regras de aposentadoria, aprovada pela Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, mitigou em parte o risco de uma quantidade ainda maior de aposentadorias a curto e médio prazo, haja vista que, via de regra, o tempo para atingir os critérios de aposentadoria dos servidores foi majorado.

Na área de Capacitação:

Como produto do LNA, foram coletadas 223 ações temáticas, as quais vão resultar em cursos internos e externos, presenciais e em EaD, seminários, cartilhas, tutoriais, rodas de conversas, oficinas, trilhas de aprendizagem, entre outras.

O principal desafio é a entrega das demandas de forma mais efetiva para a melhoria dos trabalhos do público interno, levando em consideração o orçamento disponibilizado para as ações educacionais do exercício.

20.3 GESTÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

20.3.1. CONFORMIDADE LEGAL

A Secretaria de Licitação é assessorada pela Consultoria Jurídica do MPDFT, o que garante a conformidade das contratações com as normas e principalmente com as Leis n.º 10.520/2002 e 8.666/1993, Lei Complementar nº 123/2006, Decretos n.º 3.555/2000 e 10.024/2019, com as respectivas alterações, e Instrução Normativa nº 5/2017 da SEGES/ME. Também conta com a assessoria da Secretaria de Perícias e Diligências, o que garante a precisão da análise econômico-financeira das propostas das empresas, de acordo com a legislação contábil e tributária vigente.

As informações ora prestadas estão disponíveis no sítio oficial do MPDFT e COMPRASNET.

20.3.2. DETALHAMENTO DOS GASTOS DAS CONTRATAÇÕES POR FINALIDADE E ESPECIFICAÇÃO DOS TIPOS DE SERVIÇOS CONTRATADOS PARA O FUNCIONAMENTO ADMINISTRATIVO

Em 2019, houve 73 processos de licitação com vistas ao atendimento de oito unidades demandantes. O valor total estimado para as licitações foi de R$ 17.684.386 e o valor finalmente homologado de R$ 13.321.384, representando um percentual negociado de 24,67%. Destacam-se as seguintes contratações, por unidade administrativa:

- Funcionamento Administrativo (Secretaria de Administração-SDA): serviço de atendimento telefônico, aquisição de veículos, aquisição de suprimentos de informática, aquisição de mobiliário e materiais de consumo em geral.
- Contratações de Tecnologia da Informação (Secretaria de Tecnologia da Informação-STI): aquisição de licenças de softwares e equipamentos de informática foram as licitações que se destacaram na área de TI.
- Obras / Manutenção Predial (Secretaria de Projetos e Obras-SPO): adaptação de galpão e recuperação de pavimentação asfáltica do estacionamento de veículos oficiais do MPDFT, aquisição de divisórias, recuperação de reservatórios e implantação de sistema de aproveitamento de água pluvial nos edifícios das Promotorias de Justiça e adaptações do 1º subsolo do Edifício Sede foram as principais contratações da Secretaria de Projetos e Obras.

VALORES HOMOLOGADOS EM 2019

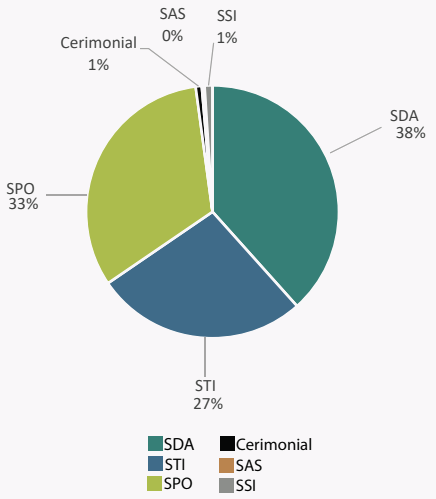


Gráfico 169 Valores Homologados

PRINCIPAIS CONTRATOS

CONTRATOS	Valor R$
Vigilância armada	14.971.297
Limpeza e conservação	6.414.713
Copeiragem	2.671.262
Recepção	1.522.457
Brigada de Incêndio	1.429.023
TOTAL	27.008.752

Tabela 129 Principais contratos. Fonte: Tesouro Gerencial 2019.

20.3.3. CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES, SUA ASSOCIAÇÃO AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E JUSTIFICATIVAS PARA ESSAS CONTRATAÇÕES

Os principais contratos de terceirização regular de mão de obra estão relacionados com os serviços de vigilância ostensiva, de limpeza e conservação, de copeiragem, de recepção e de brigada de incêndio, indispensáveis ao funcionamento regular do órgão e ligados aos objetivos estratégicos de aprimorar a estrutura física e organizacional e otimizar a gestão dos recursos orçamentários e financeiros, por meio da realização de procedimentos licitatórios de forma eficiente e eficaz.

Em 2019, houve a formalização de 44 contratos, no valor global estimado de R$ 40.946.641, para as diversas áreas do órgão. A Assessoria de Contratos-ASCON atuou, também, para a assinatura de 107 Atas de Registro de Preços, com valor total estimado de R$ 10.945.186.

Considerando os pedidos de repactuação, reequilíbrio econômico-financeiro, acréscimos, supressões e prorrogações de vigência contratual analisados pela ASCON, verificou-se uma economia de R$ 4.315.960 em relação às solicitações apresentadas pelas empresas contratadas.

20.3.4. CONTRATAÇÕES DIRETAS: PARTICIPAÇÃO NOS PROCESSOS DE CONTRATAÇÃO, PRINCIPAIS TIPOS E JUSTIFICATIVAS PARA REALIZAÇÃO

As contratações na modalidade "dispensa de licitação" contam, obrigatoriamente, com a participação da Consultoria Jurídica do órgão para o seu adequado enquadramento.

No MPDFT, houve o pagamento de 110 contratações diretas, sendo 83 por dispensa de licitação e 27 por inexigibilidade. Entre essas modalidades, destacam-se as contratações para as despesas com capacitação de recursos humanos, despesas com água e esgoto, energia elétrica, locação de imóveis, informática, entre outros:

MODALIDADE DE LICITAÇÃO

Dispensa de Licitação	5.985.894
Inexigibilidade	19.080.192
Suprimento de Fundos	15.853
TOTAL	25.081.940

Tabela 130 Modalidade de licitação. Fonte: Tesouro Gerencial 2019

20.3.5. PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

A restrição orçamentária no âmbito da Administração Pública vem exigindo a contínua adaptação das áreas demandantes para manter a qualidade dos serviços prestados, utilizando-se de menos recursos financeiros.

O reduzido corpo técnico qualificado para atuar na área, as recorrentes mudanças na legislação, os inúmeros julgados dos órgãos de fiscalização, muitas vezes com pareceres contrários sobre a mesma matéria, e tentativas de fraudes por parte das empresas licitantes, são os principais desafios enfrentados pela Secretaria de Licitação do MPDFT.

A ampliação do quantitativo de servidores, bem como a capacitação dos mesmos, são ações de interesse da unidade.

20.4 GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

20.4.1. CONFORMIDADE LEGAL

As atividades e os serviços contratados pela Secretaria de Projetos e Obras (SPO) são disciplinados pelas Normas Brasileiras elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), pelo Manual de Obras Públicas - Edificações/Construção (Práticas SEAP) da Secretaria de Estado da Administração e do Patrimônio, pela Resolução CONAMA nº 307/2002 e suas alterações, pelas Resoluções dos Órgãos do Sistema CREA/CONFEA e CAU, assim como Códigos, Leis, Decretos, Portarias e Normas Federais e Distritais com destaque para os seguintes: Lei 8.666/1993, Lei 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto nº 3.555/2000, Decreto 5.450/2005 e Instrução Normativa nº 05/2017 da SEGES/MP.

20.4.2. PRINCIPAIS INVESTIMENTOS DE CAPITAL (INFRAESTRUTURA E EQUIPAMENTOS) – AVALIAÇÃO DO CUSTO-BENEFÍCIO E IMPACTO SOBRE OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Ações visando à redução do consumo de água:

• Recuperação dos reservatórios de água e implantação de sistema de aproveitamento de água pluvial nos Edifícios:

a) das Promotorias de Justiça da Infância;

b) das Promotorias de Justiça do Gama; e

c) das Promotorias de Justiça de Ceilândia.

• Automação do sistema de irrigação de jardinagem no Edifício das Promotorias de Justiça de Brasília II, do Gama, do Paranoá, de Samambaia e do Edifício-Sede.

Ações visando a redução do consumo de energia elétrica:

• Substituição de 5.500 lâmpadas fluorescentes comuns por lâmpadas LED, ou equivalentes de alto rendimento;

• Implantação da automação do sistema de ar-condicionado no edifício das Promotorias de Justiça de Planaltina.

Aliado aos investimentos citados acima, alinhados ao objetivo estratégico de aprimorar a estrutura física, o MPDFT tem mantido, desde maio de 2016, um rígido controle do funcionamento dos seus sistemas de ar condicionado, iluminação, consumo e reuso de água, visando sempre o uso sustentável das suas edificações. Os resultados dessas medidas, juntamente com os investimentos realizados, podem ser observados nos gráficos a seguir em que, apesar do aumento da área de edifícios próprios do MPDFT ao longo dos últimos anos, temos conseguido reduzir e, posteriormente, manter nosso novo "padrão" de consumo de energia elétrica e água, além de aumentarmos o aproveitamento de água pluvial.

EVOLUÇÃO DAS ÁREAS EM M²

EDIFICAÇÃO	2017	2018	2019
Próprio [Área]	89.293,85	90.071,81	98.990,17
Locado/Seção	8.419,41	7.467,20	2.305,99
Total	97.713,26	97.539,01	101.296,16

Tabela 131 Evolução das áreas em M²

CONSUMO DE ÁGUA EM M³

EDIFICAÇÃO	2017	2018	2019
Próprio [Água]	28.985	27.908	29.190
Locado/Seção	2.826	2.732	1.165
Total	31.811	30.640	30.355

Tabela 132 Consumo de água em M³

CONSUMO DE ENERGIA EM KWH

EDIFICAÇÃO	2017	2018	2019
Próprio [Energia]	5.070.765	5.034.775	5.485.116
Locado/Seção	449.110	429.975	170.728
Total	5.519.875	5.464.750	5.655.844

Tabela 133 Consumo de energia em KWH

EDIFICAÇÕES PRÓPRIAS - EVOLUÇÃO DAS ÁREAS X CONSUMO DE ÁGUA

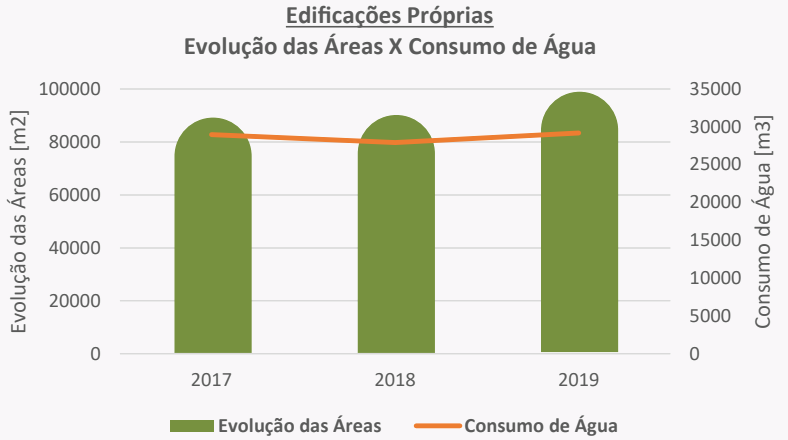


Gráfico 170 Edificações Próprias - Evolução das áreas X Consumo de água

EDIFICAÇÕES PRÓPRIAS - EVOLUÇÃO DAS ÁREAS X CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA

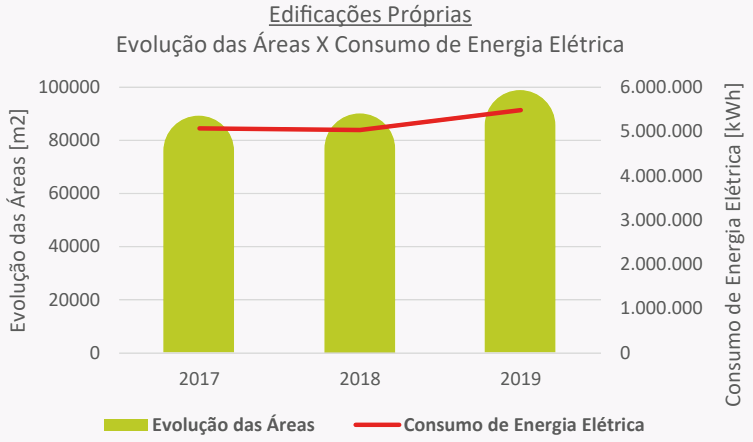


Gráfico 171 Edificações Próprias - Evolução das áreas X Consumo de energia elétrica.

EDIFICAÇÕES LOCADAS E SEÇÃO - EVOLUÇÃO DAS ÁREAS X CONSUMO DE ÁGUA

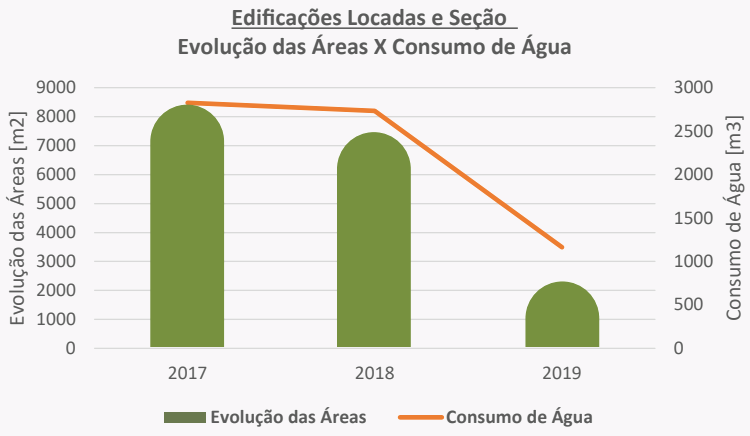


Gráfico 172 Edificações Locadas e Seção - Evolução das áreas X Consumo de água

EDIFICAÇÕES LOCADAS E SEÇÃO - EVOLUÇÃO DAS ÁREAS X CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA

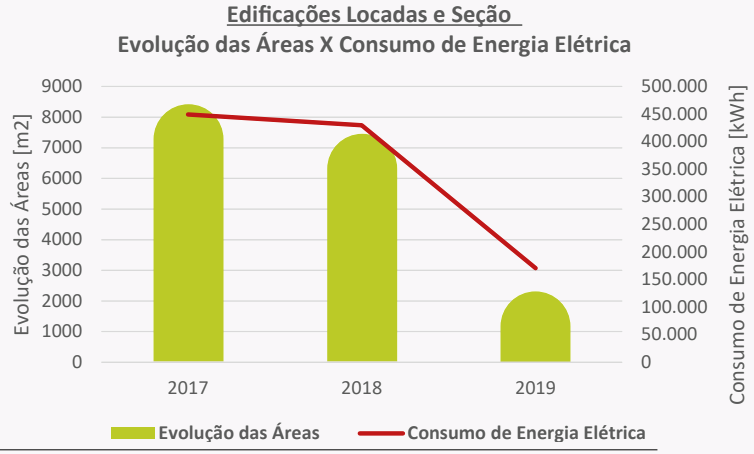


Gráfico 173 Edificações Locadas e Seção - Evolução das áreas X Consumo de energia elétrica

TODAS AS EDIFICAÇÕES - EVOLUÇÃO DAS ÁREAS X CONSUMO DE ÁGUA

Gráfico 174 Todas as edificações - Evolução das áreas X Consumo de água

TODAS AS EDIFICAÇÕES - EVOLUÇÃO DAS ÁREAS X CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA

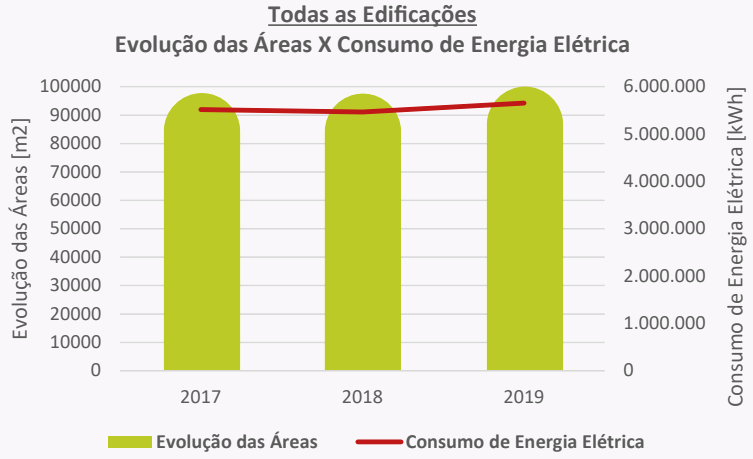


Gráfico 175 Todas as edificações - Evolução das áreas X Consumo de energia elétrica

CONSUMO DE ÁGUA X APROVEITAMENTO DE ÁGUA PLUVIAL

GERAL						
TIPO	2017		2018		2019	
	M3	%	M3	%	M3	%
Reaproveitamento	271,43	16,88%	584,53	33,70%	705,10	23,07%
CAESB	1.337,00	83,12%	1.150,00	66,30%	2.351,00	76,93%
TOTAL	1.608,43	100,00%	1.734,53	100,00%	3.056,10	100,00%

Tabela 134 Consumo de água x aproveitamento de água pluvial

CONSUMO POR UNIDADE [M³]

LOCALIDADE	CAESB			Reaproveitamento		
	2017	2018	2019	2017	2018	2019
Brasília II	0,00	156,00	1.199,00	0,00	4,64	245,64
São Sebastião	528,00	372,00	337,00	50,09	198,70	179,12
Taguatinga	809,00	622,00	815,00	221,34	381,19	280,34
TOTAL	1.337,00	1.150,00	2.351,00	271,43	584,53	705,10

Tabela 135 Consumo por unidade (m³)

CONSUMO DE ÁGUA NOS EDIFÍCIOS PRÓPRIOS COM APROVEITAMENTO DE ÁGUA PLUVIAL

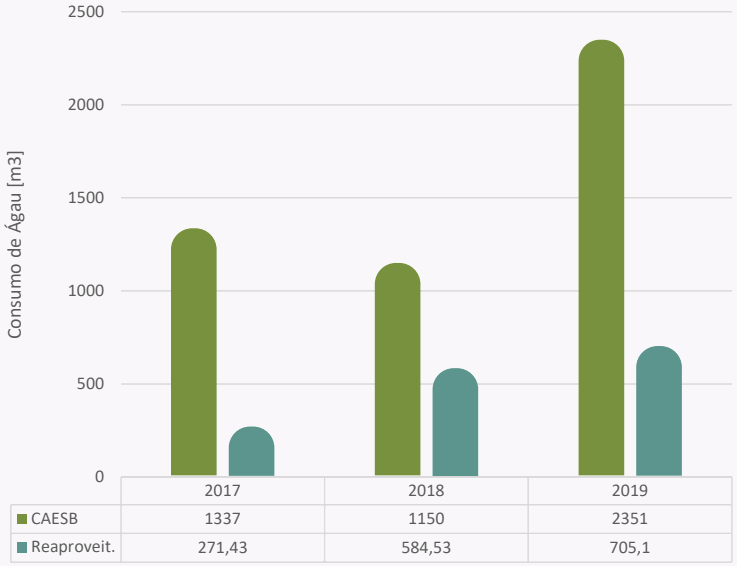


Gráfico 176 Consumo de água nos edifícios próprios com aproveitamento de água pluvial

20.4.3. DESFAZIMENTO DE ATIVOS

No exercício de 2019, ocorreram 4 desfazimentos por doação, 2 por transferência e um leilão, conforme a tabela:

DESFAZIMENTO DE ATIVOS

Materiais	Quantidade	Valor Líquido	Modalidade	Destinatário
Aparelhos de Som, Carrinho de Transporte de cargas, Poltronas, Filmadoras, Aparelho de DVD, Fogão 4 bocas, Gravador de DVD.	18	R$ 2.796,71	Transferência	Ministério Público Militar
Aparelhos de ar condicionado	36	R$ 23.453,48	Transferência	TJDFT
Livros e Periódicos diversos	2357	R$ 33.412,14	Doação	Associação Recicle A Vida
Carrinho para transporte de cargas, Maca hospitalar.	13	R$ 2.403,91	Doação	Secretaria de Estado de Saúde do DF
Mobiliário em geral (mesas, poltronas, armários, Quadro de aviso), Equipamentos (ar condicionado, televisão, guilhotina, Bebedouro, Fogão a gás)	28	R$ 2.873,26	Doação	Superintendência da Região de Saúde Oeste
Mobiliário em geral (armários, mesas, poltronas, Quadro de avisos) e Equipamentos (Aparelho de DVD, Câmera fotográfica, Filmadora)	20	R$ 1.356,09	Doação	Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do DF
Equipamentos de processamento de dados, Aparelhos e Utensílios Domésticos, Maquinas e utensílios de escritório, Mobiliário em Geral, Equipamentos de audio, video e foto, Veiculos diversos, Veículos de tração mecânica, peças não incorporaveis a imóveis.	2598	R$ 409.256,57	Leilão	Diversos

Tabela 136 Desfazimento de ativos

20.4.4. LOCAÇÕES DE IMÓVEIS E EQUIPAMENTOS

Evolução das Áreas do MPDFT:

Em 2019, houve o início da operação do Edifício das Promotorias de Justiça de Brasília II e a devolução de dois imóveis locados (IBAMA e Riacho Fundo).

EVOLUÇÃO DAS ÁREAS EM M²

TIPO DE EDIFICAÇÃO	2017		2018		2019	
	m²	%	m²	%	m²	%
Próprio	89.293,85	91,38%	90.071,81	92,34%	98.990,17	97,72%
Locado	8.419,41	8,62%	7.467,20	7,66%	2.305,99	2,28%
Total	97.713,26	100,00%	97.539,01	100,00%	101.296,16	100,00%

Tabela 137 Evolução das áreas em m².

A totalização das áreas foi feita de forma proporcional ao período em que as edificações foram utilizadas.

EVOLUÇÃO DAS ÁREAS DO MPDFT EM M²

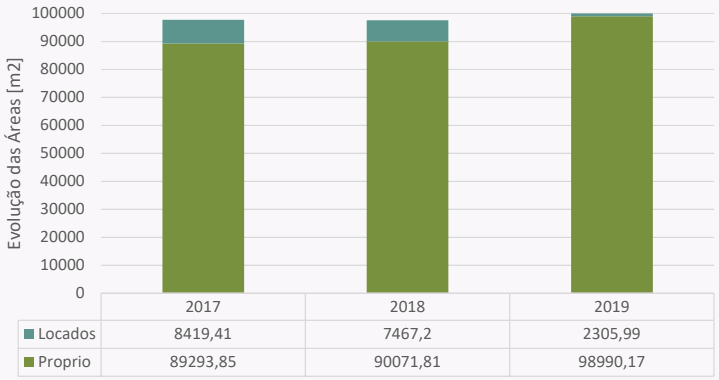


Gráfico 177 Evolução das áreas do MPDFT em m²

20.4.5. MUDANÇAS E DESMOBILIZAÇÕES RELEVANTES

Foram realizadas adaptações e distribuição de áreas no Edifício das Promotorias de Justiça de Brasília II, o que possibilitou a transferência de unidades, tais como a Promotoria de Justiça do Riacho fundo e de unidades instaladas no edifício IBAMA, anteriormente locadas.

20.4.6. PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

Para o ano de 2020 estão previstas as seguintes ações:

- Implantação de controle e supervisão predial - Edifício das Promotorias de Justiça do Paranoá;
- Implantação do sistema de armazenamento e reutilização de água pluvial no edifício-sede do MPDFT e no edifício das Promotorias de Justiça de Samambaia;
- Implantação de controle e supervisão do sistema de irrigação dos edifícios das Promotorias de Justiça de Taguatinga e Ceilândia;
- Implementação de medidas de acessibilidade nos edifícios das Promotorias de Justiça do Gama, da Infância e de Samambaia;
- Substituição do chiller do sistema de ar condicionado do edifício das Promotorias de Justiça do Paranoá;
- Recuperação e impermeabilização de laje externa do edifício-sede do MPDFT;
- Integração do Sistema RESOLVE ao QLIK;
- Retomada da obra de construção do edifício das Promotorias de Justiça de Brazlândia.

20.5 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

20.5.1. 4.5.1 CONFORMIDADE LEGAL

Para assegurar a conformidade legal da gestão de TI, o Ministério Público do Distrito Federal observa e aplica um vasto conjunto de regras e diretrizes estabelecidas ou referenciadas pelo Governo Federal, órgãos de controle, Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e Auditoria Interna do Ministério Público da União, padrões

internacionais para a manutenção dos serviços de TI, além de obedecer às normas estabelecidas em seus normativos internos. Desse modo, evolui continuamente seus padrões referentes a dados abertos, acessibilidade, aprimoramento da governança digital, segurança da informação, identidade visual, interoperabilidade, licitação e fiscalização de contratos.

20.5.2. MODELO DE GOVERNANÇA DE TI

O Modelo de Governança de TI do MPDFT, alinhado ao Modelo de Governança do CNMP, tem como principal instância o Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação do MPDFT (CETI). Compete ao CETI: estabelecer políticas e diretrizes de tecnologia de informação, alinhadas aos objetivos estratégicos da Instituição; aprovar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação do MPDFT; definir as prioridades dos investimentos em tecnologia da informação; estabelecer as prioridades para execução de projetos de tecnologia da informação; e definir padrões de funcionamento, integração, qualidade e segurança dos serviços e sistemas de tecnologia da informação.

O CETI é composto pelos seguintes integrantes: Vice-Procurador-Geral de Justiça Institucional (presidente do comitê); Assessor de Políticas Institucionais da Procuradoria-Geral de Justiça; Membro indicado pelo Conselho Superior; Chefe de Gabinete da Corregedoria-Geral do MPDFT; Secretário-Geral; e Secretário de Tecnologia da Informação (secretário do comitê).

A Política Nacional de Tecnologia da Informação do Ministério Público (PNTI-MP) tem por finalidade alinhar as práticas de governança e gestão de TI em todas as unidades e os ramos do Ministério Público, viabilizando a elevação do grau de maturidade da governança e da gestão de TI, observados os seguintes objetivos específicos: estabelecer diretrizes para induzir o desenvolvimento e o nivelamento da governança e da gestão de TI; prover mecanismos de transparência e controle da governança e da gestão de TI; assegurar que os riscos de TI estejam dentro de limites aceitáveis, reduzindo eventuais impactos nas atividades institucionais. São diretrizes da PNTI-MP: conformidade com as boas práticas internacionais; participação do usuário; institucionalização de planos, políticas e modelos; fomento da cultura de gestão por processos; estruturação adequada das instâncias de governança e gestão de TI; incentivo ao comportamento ético; tratamento adequado das informações corporativas; sustentação de serviços, infraestruturas e aplicações para o apoio dos processos de negócio; gerenciamento de competências técnicas de TI. No MPDFT, a PNTI-MP é normatizada pela Política de Governança e Gestão de Tecnologia da Informação (PGTI).

Desde 2009, a Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) do MPDFT tem seu Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), e em 2012 publicou seu Plano Estratégico de TI (PETI) alinhado ao plano estratégico institucional.

20.5.3. MONTANTE DE RECURSOS APLICADOS EM TI

MONTANTE DE RECURSOS APLICADOS EM TI – 2018 (R$1)

Grupo Despesa	Despesas empenhadas	Despesas pagas	Valor pago de RP em 2017
Investimento	162.532	162.532	48.805
Custeio	2.996.227	2.742.110	63.712
TOTAL	3.158.759	2.904.642	112.517

Tabela 138 Montante de recursos aplicados em TI – 2018 (R$1)

MONTANTE DE RECURSOS APLICADOS EM TI – 2019 (R$1)

Grupo Despesa	Despesas empenhadas	Despesas pagas	Valor pago de RP em 2018
Investimento	249.982	200.125	-
Custeio	3.207.942	3.152.733	245.491
TOTAL	3.457.924	3.352.858	245.491

Tabela 139 Montante de recursos aplicados em TI – 2019 (R$1)

20.5.4. CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES DE RECURSOS DE TI

Os principais contratos estão relacionados às áreas de telecomunicações, manutenção de infraestrutura e segurança:

CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES DE RECURSOS DE TI

Empresa	Objeto	Contrato	Valor Anual
ÓRION	Serviços de suporte técnico "on site" com manutenção preventiva e corretiva para a Sala-Cofre localizada no edifício Sede do MPDFT.	054/2015	R$ 542.660,56
ARTNET	Serviço de extensão de garantia dos equipamentos de rede (switches) da marca D-LINK.	009/2018	R$ 349.249,92
CLICK NET	Serviço de links de comunicação de dados de alta velocidade.	050/2017	R$ 286.651,44
UNITECH-RIO	Serviço remanescente de extensão de garantia da solução de storage.	038/2018	R$ 117.939,00
ALGAR	Serviço de conectividade IP através de link de comunicação de dados.	059/2015	R$ 116.897,09
FAST HELP	Serviço de segurança de perímetro com uso de firewall tipo Next Generation Firewall.	011/2018	R$ 87.185,64
HP	Serviço de extensão de garantia dos equipamentos de rede (switches) da marca H3C.	063/2015	R$ 55.912,56
CENTURYLINK	Fornecimento de conectividade IP através de link dedicado de comunicação de dados.	013/2019	R$ 35.943,84

Tabela 140 Contratações mais relevantes de recursos de TI.

Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação.

20.5.5. GASTOS DE TI POR SUBELEMENTO DE DESPESA – CUSTEIO

GASTOS DE TI POR SUBELEMENTO DE DESPESA - CUSTEIO

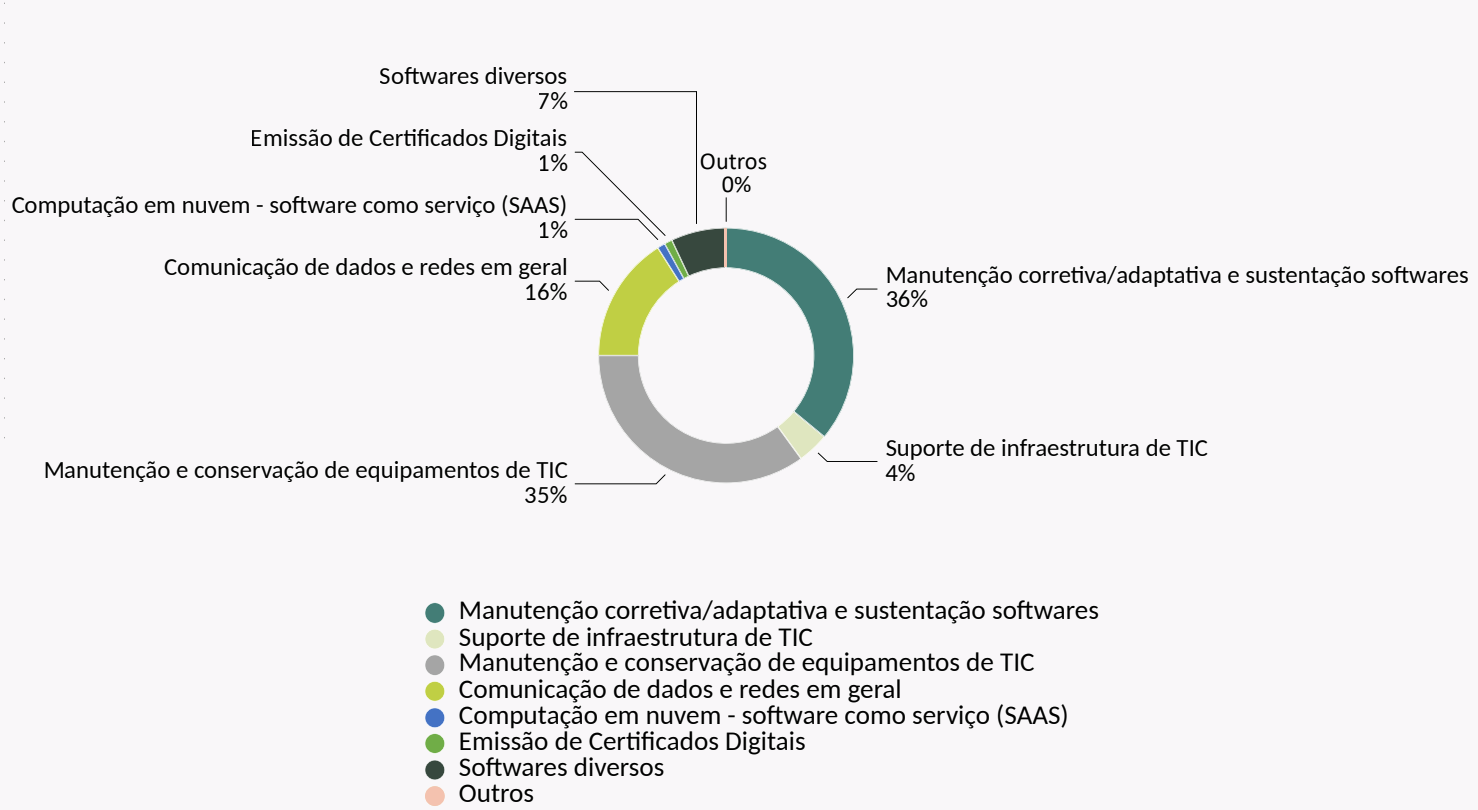


Gráfico 178 Gastos de TI por subelemento de despesa – custeio

20.5.6. PRINCIPAIS INICIATIVAS (SISTEMAS E PROJETOS) E RESULTADOS NA ÁREA DE TI POR OBJETIVO ESTRATÉGICO DA STI DO MPDFT

PRINCIPAIS INICIATIVAS (SISTEMAS E PROJETOS) E RESULTADOS NA ÁREA DE TI POR OBJETIVO ESTRATÉGICO DA STI DO MPDFT

Objetivo Estratégico	Principais Iniciativas/Ações	Principais resultados
Fortalecer o Processo Digital	• NeoGab – Integração dos sistemas eGab e NeoSispro, • APP MPDFT – lançamento de múltiplos Movimentos, • Implantação do Processo Judicial em todas as naturezas judiciais do MPDFT, • Desenvolver Processo Extra-Judicial eletrônico. • Integração do NeoGab com Inquéritos Policiais e Termos Circunstanciados. • Integração do NeoGab a Justiça Eleitoral. • Adequação do NeoGab com as novas versões do Pje e do MNI, e implementação do fluxo de solicitação de serviços e de análise processual.	• Integração das ferramentas de Gabinete Eletrônico (eGab) e Feitos Judiciais Eletrônicos (NeoSispro), compondo uma plataforma unificada para auxiliar, tanto os Membros quanto os servidores do MPDFT, na realização de suas atribuições previstas na Lei Complementar nº 75/1993; • Melhoria na celeridade de registro de movimentos de processos judiciais durante as audiências por meio de aplicativo móvel para os membros, permitindo múltiplos lançamentos simultâneos. • Foi realizada a implantação do Processo Eletrônico em 100% das unidades do MPDFT. Gradativamente estão sendo acrescentadas novas classes. • Ajustes e implementações no NeoGab para abranger também o processo Extrajudicial eletrônico. • Ajustes no NeoGab para integração com Inquéritos Policiais e Termos Circunstanciados. • Ajustes no NeoGab para integração com a Justiça Eleitoral, nos níveis: Zona Eleitoral, TRE 2ª e 3ª Instância. • Ajustes no NeoGab para adequação às novas versões do Pje e do MNI, e desenvolvimento do fluxo de solicitação de serviços e de análise processual.
Promover a Informatização do MPDFT (área fim)	• Certidão de "Nada-consta" para as Promotorias de Fundações • Migração para ambiente web do sistema de Teletrabalho da área fim. • Desenvolver sistema para alimentação do Painel do Núcleo do Tribunal do Júri e Defesa da Vida – NTJDV	• Disponibilização de consulta na internet para as Fundações e Entidades fiscalizadas pelo MPDFT emitirem o "Nada Consta" de suas instituições. • Migração para plataforma Web do sistema de gestão de Teletrabalho dos servidores, como também o acompanhamento e a gestão das atividades pelas chefias imediatas; • Prover maior integridade nos dados inseridos no Painel do Núcleo do Tribunal do Júri e Defesa da Vida.
Promover a Informatização do MPDFT (área meio)	• Orzare – Novo Sistema de Gestão Orçamentária e Financeira • Implantação do novo portal Intranet • PACTUM – Desenvolvimento de solução para gestão de contratos. • Sistema de registro de atendimentos de Serviços Gerais • APP MPDFT – módulo para inventário patrimonial • Disponibilização da plataforma EAD na Internet • Unificação dos sistemas de Atualização cadastral	• Desenvolvimento do novo Sistema de Gestão Orçamentária e Financeira – finalizado o módulo de Planejamento Orçamentário e Financeiro. • O portal Intranet foi reconstruído, inclusive com organização semântica do conteúdo. • Desenvolvimento da nova solução de Gestão de Contratos, para a Secretaria de Administração. • Desenvolvimento do sistema de registro de atendimentos e solicitações à unidade de serviços gerais (copeiragem, limpeza, áudio e vídeo) • Disponibilização de módulo no aplicativo móvel para os servidores realizarem o inventário patrimonial periódico mais rapidamente, através da leitura dos códigos de barra diretamente em seus dispositivos móveis. • Disponibilização da plataforma de cursos EAD do MPDFT na internet, com cursos destinados ao público externo. • Melhorias e a unificação dos sistemas de atualização cadastral de membros e de servidores.
Facilitar o Acesso à Informação	• Consulta ao conteúdo das peças de feitos das Promotorias de Fundações • Desenvolver Dashboard dos atendimentos da unidade de Gestão de Pessoas	• Disponibilizar consulta ao conteúdo das peças de feitos das Promotorias de Fundações • Disponibilizar informações gerenciais e estatísticas sobre as solicitações e atendimentos realizados pela Secretaria de Gestão de Pessoas
Aprimorar o Relacionamento com os Clientes	• Pesquisa de satisfação dos serviços de TI • Disponibilizar formulário de satisfação no catálogo de serviços	• Melhorar o entendimento quanto a visão e expectativa da área de TI com relação a seus usuários, através da realização de pesquisa periódica de satisfação. • Disponibilizado formulário de satisfação com os serviços de TI na página do catálogo de serviços, para ser respondido a qualquer momento.

Tabela 141 Principais iniciativas (sistemas e projetos) e resultados na área de TI por objetivo estratégico da STI

20.5.7. SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

O MPDFT instituiu, por meio da Portaria Normativa PGJ nº 567, de 22 de agosto de 2018, a Política e o Plano de Segurança Institucional. Essa portaria engloba vários temas, inclusive o de Segurança da Informação, já constituída pela portaria nº 177/2011. Encontram-se em estudos os temas tratados nas referidas portarias para que sejam unificados em uma única portaria, uma vez que tratam de assuntos semelhantes.

Continua em fase de reformulação a portaria que cria o Comitê de Gestão Estratégica de Segurança Institucional e do Gabinete de Gerenciamento de Crises de Segurança Institucional relacionados com a segurança da informação.

A055 – Atividades de conscientização junto aos usuários de TI sobre segurança da informação

Em 2019, continuaram a ser realizadas ações de conscientização sobre a segurança da informação no uso de ferramentas digitais. As ações consistiram na elaboração e publicação de cartilhas de segurança para o público interno e externo do MPDFT. Essas cartilhas foram divulgadas em palestras ministradas nas promotorias do DF, no edifício-sede para membros, servidores e terceirizados e em escolas públicas. Além disso, elas foram e continuam sendo disponibilizadas nas páginas da intranet, no site no MPDFT e em outros canais, como o whastapp. Essas palestras e cartilhas têm a finalidade de conscientizar as pessoas sobre as melhores práticas relacionadas à utilização segura das ferramentas tecnológicas em todos os âmbitos, inclusive pessoal.

A104 – Implantar solução de autenticação segura com a rede da PGR/MPF para a implantação do Sistema Integrado de Gestão de Auditoria do MPU – AUDITA

Foram realizadas ações a fim de estabelecer uma solução unificada de autenticação segura com a rede da PGR/MPF, que servirá tanto para o sistema de Gestão de Auditoria do MPU quanto para sistemas que requeiram esta tecnologia. Consiste em grande avanço para a unificação de tecnologias e uso compartilhado de sistemas entre os ramos do MPU.

20.5.8. PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

O cenário de cortes orçamentários nos últimos exercícios e no decorrer de 2019 gerou dificuldades e, muitas vezes, inviabilizou a realização de investimentos e contratações e a reposição do quadro de servidores, o que permitiria um maior alcance das metas previstas para os indicadores estratégicos. Alguns aspectos que poderíamos citar neste sentido:

- Dificuldade na realização de novos investimentos em equipamentos de infraestrutura e de usuário final, como microcomputadores e notebooks, aquisição de datacenter de contingência; trazendo o sucateamento da TI do MPDFT, bem como da automação de processos;
- Inviabilidade de realizar a contratação de soluções de TI na modalidade "as a Service", como outsourcing de impressão;
- Inviabilidade de contratação de consultoria especializada em soluções já existentes na Instituição, de forma a aprimorar sua utilização, bem como novas soluções vislumbradas pelas equipes;
- Inviabilidade de contratação de serviço de suporte técnico em primeiro nível, para o aumento da capacidade e celeridade do atendimento técnico da STI;
- Inviabilidade de contratação de fábrica de software para aumento da capacidade de entrega de sistemas pela STI;
- Continuou-se sem o programa de estágio, o que diminui a quantidade de pessoas de apoio às áreas da TI, bem como a celeridade no atendimento;

Em relação ao quantitativo de servidores, o cenário também se manteve inalterado, ou seja, há 13 servidores cedidos ou afastados e 5 vacâncias, reforçando a necessidade de recomposição do quadro de servidores de TI.

Em 2019, o NeoGab, que é o sistema responsável pelo Processo Judicial Eletrônico, foi implantado em todas as unidades do MPDFT em, pelo menos, uma classe processual por unidade, conforme cronograma de implantação do TJDFT. Neste processo, é primordial a atuação da STI, no sentido não só de aprimoramentos diversos nos sistemas que dão suporte ao processo eletrônico no MPDFT (NeoGab e Tabularium), como também no apoio de ações de mudança cultural na instituição.

20.6 GESTÃO DE CUSTOS

20.6.1. CONFORMIDADE LEGAL

Dentre os princípios constitucionais da CF/88, o Princípio da Eficiência preconiza a necessidade da melhoria dos gastos públicos pela Administração Pública, além das normas infraconstitucionais, como a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF) e a Portaria STN nº 157/2011, que ensejam a obrigação de monitorar e apurar os custos como suporte à tomada de decisão.

O gerenciamento de custos no âmbito do MPDFT é realizado pela Seção de Acompanhamento de Custos - SEAC, pertencente à Subsecretaria de Avaliação Orçamentária e de Custos - SUAC.

20.6.2. ESTIMATIVA DE CUSTOS POR ÁREA DE ATUAÇÃO

A metodologia de apuração de custos do MPDFT divide suas subunidades em dois grupos: área-fim, que engloba a área finalística do órgão, composta pelas Promotorias de Justiça e Procuradorias de Justiça; e a área-meio, composta pelas demais unidades que dão suporte ao funcionamento da área-fim.

Os custos são apurados, a partir dos itens de gastos com: pagamento de pessoal; material de consumo; diárias e passagens; cursos internos, externos e pós-graduação; contratos de vigilância, brigada de incêndio, limpeza, copeiragem, recepcionista, manutenção predial, manutenção de elevadores, locações e cessões de uso; energia elétrica; água e esgoto.

COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS DO MPDFT - POR TIPO DE ÁREA

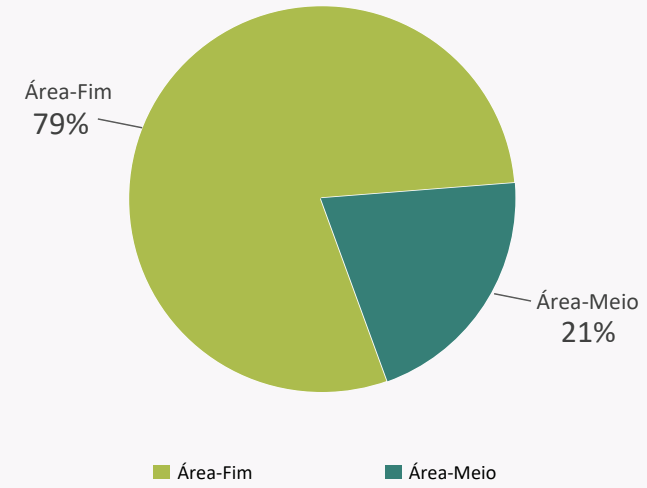


Gráfico 179 Composição dos custos do MPDFT - por tipo de área

COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS DO MPDFT - ÁREA-FIM

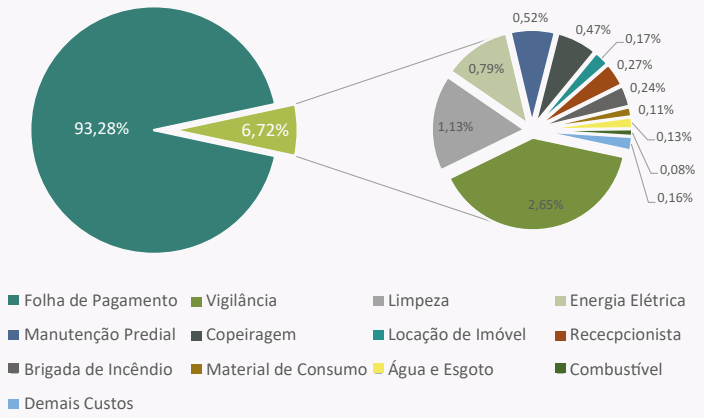


Gráfico 180 Composição dos custos do MPDFT – área-fim

COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS DO MPDFT - ÁREA-MEIO

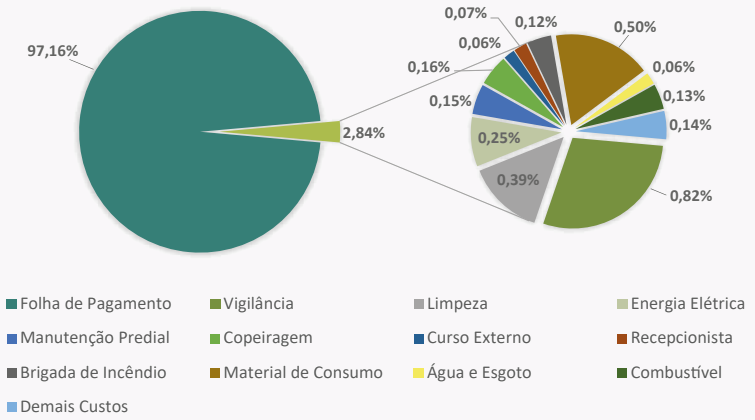


Gráfico 181 Composição dos custos do MPDFT – área-meio

O nível de distribuição das despesas de pessoal ativo e das demais despesas vem mantendo a mesma relação observada no Relatório de Gestão de 2018, ou seja, 93% em pessoal ativo e 7% nas demais despesas da área-fim; e 97% em pessoal ativo e 3% nas demais despesas da área-meio. Como podem ser vistos nos gráficos da área-fim e da área-meio, os custos apurados com a folha de pagamento (pessoal ativo e estagiários) representam mais de 90% do total, seguidos dos contratos de prestação de serviços de vigilância e de limpeza.

O Relatório Quadrimestral de Custos avalia as unidades, conforme a estrutura do MPDFT. As Promotorias de Justiça atuam nas cidades-satélites e são organizadas em Coordenadorias de Promotorias, tais como a de Taguatinga, de Ceilândia, do Gama, etc. Estas atuam em prédios próprios, ou alugados, ou em áreas de cessão de uso que permitem a alocação de seus custos e a realização de outra análise de eficiência, ou seja, um comparativo realizado entre o custo por atos praticados pelas coordenadorias e o total da população da região administrativa, o que resulta no custo por ato praticado para cada mil habitantes, permitindo avaliar uma região de eficiência.

PARTICIPAÇÃO NOS CUSTOS POR ÁREA

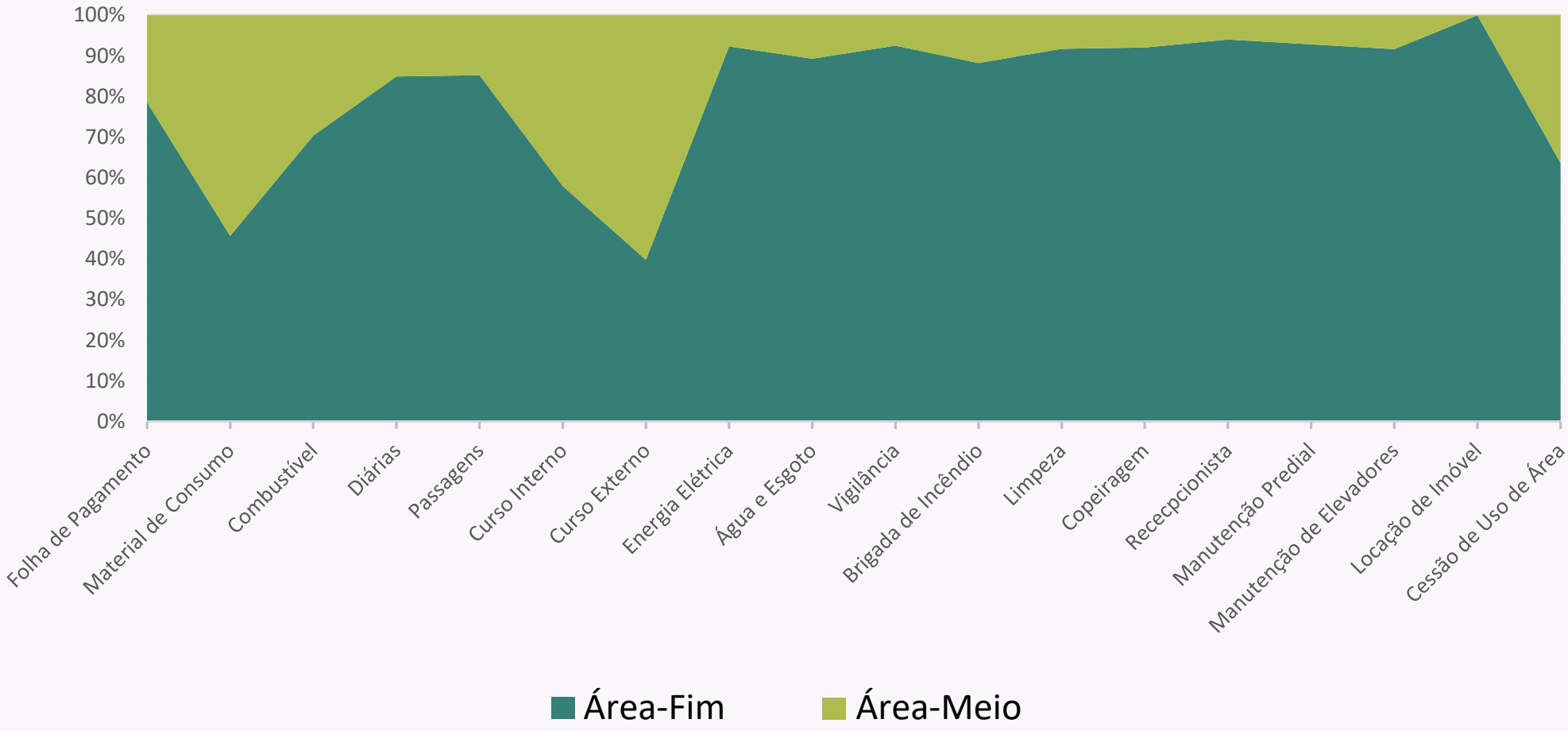


Gráfico 182 Participação nos custos por área

Com o objetivo de demonstrar o custo por ato praticado para cada mil habitantes do Distrito Federal, utilizando as informações apuradas no último quadrimestre de 2019, obteve-se a relação de R$ 0,15 por ato praticado/mil habitantes, considerando que foram praticados 1.416.511 atos e o quantitativo da população do Distrito Federal estimado em 3.128.434 de habitantes, segundo o Anuário Estatístico do Distrito Federal (Companhia de Planejamento do Distrito Federal - CODEPLAN/BASE 2010).

Pode-se inferir, desse número, o baixo custo de infraestrutura necessária para disponibilizar à população do Distrito Federal o acesso à defesa dos seus diretos. A população é estimada com base na Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual - TMGCA - (%) de 2010, método estatístico do Anuário Estatístico do Distrito Federal (http://www.codeplan.df.gov.br), atualizados até dezembro de 2019.

20.6.3. PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

A tomada de decisão por parte dos gestores de recursos e responsáveis pelas Coordenadorias das Promotorias, com base na análise das informações de custos apurados para cada unidade ainda é um grande desafio para a área de custos. Entre as principais ações estão a divulgação do relatório de custos pela rede interna do órgão e uma pesquisa de levantamento sobre a o conhecimento da ferramenta.

Em fevereiro de 2020, seguindo determinação do Conselho de Assessoramento Superior do MPU – CASMPU, foi criado grupo de trabalho "Gestão de Custos".

20.7 SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

20.7.1. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE NAS CONTRATAÇÕES E AQUISIÇÕES

A área responsável por contratações e aquisições no MPDFT deve seguir o Guia de Contratações Sustentáveis do Ministério Público Federal, pois este estabelece uma noção aplicável do conceito de sustentabilidade nas contratações. Link para acesso ao documento: http://bibliotecadigital.mpf.mp.br/bdmpf/handle/11549/10965.

20.7.2. AÇÕES PARA REDUÇÃO DO CONSUMO DE RECURSOS NATURAIS

- Substituição gradual das lâmpadas fluorescentes por lâmpadas de LED;
- Ativação do reservatório de águas pluviais do edifício da Promotoria de Justiça de Brasília II;
- Consolidação e utilização do sistema Tabularium de movimentação de processos e documentos internos;
- Ação "Almoxarifado sustentável" pelo Serviço de Gestão Ambiental;
- Substituição das torneiras tradicionais por torneiras com sistema de fechamento automático;
- Participação no programa de transformação do mercado para a eficiência energética no Brasil - PNUD/MMA (2016 até hoje);
- Implementação de condicionadores de ar mais eficientes.
- Elaboração e publicação do Plano de Logística Sustentável (PLS), com definição de metas para redução de consumo para algumas áreas.

20.7.3. REDUÇÃO DE RESÍDUOS POLUENTES

- Descontaminação de 9000 (nove mil) lâmpadas fluorescentes;
- Rodizio dos veículos entre as Promotorias de Justiça - carros mais novos são trocados com promotorias que utilizam mais os veículos e os carros mais antigos são disponibilizados para as Promotorias que utilizam menos os carros;
- Projeto Biguá - destinação adequada de óleo de cozinha;
- Projeto Papa-cartão - destinação adequada de aproximadamente 7000 (sete mil) cartões de PVC;
- Termo de compromisso assinado com cooperativas de catadores de materiais recicláveis, para a coleta dos resíduos recicláveis da instituição. São elas: Recicle a Vida e Cooperdife;
- Contratação de empresa para coleta e tratamento dos resíduos hospitalares – Stericycle;
- Campanhas semestrais para coleta de lixo eletrônico no intuito de incentivar o descarte adequado desse tipo de material.

RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MPDFT

21 ANEXOS E APÊNDICES

21.1 ANEXO I – PROJETOS INSTITUCIONAIS

Com relação aos principais programas, projetos e iniciativas, segue tabela com os projetos realizados em 2019 e sua relação com os objetivos estratégicos e produtos gerados. Cabe ressaltar que os recursos alocados estão vinculados às ações orçamentárias definidas pelo MPDFT, alinhadas diretamente ao planejamento estratégico.

ANEXO I - PROJETOS INSTITUCIONAIS

PROJETO	OBJETIVO	OBJETIVO ESTRATÉGICO	UNIDADE	RESULTADOS	CADEIA DE VALOR
Análise da estruturação dos Programas de Pesquisa, Assistência e Vigilância à Violência - PAVs	Estabelecer mecanismos de acompanhamento sistemático dos PAVs, fortalecimento institucional e melhoria da prestação dos serviços oferecidos à população pelos PAVs, por meio da definição de elementos que subsidiem a atuação do Núcleo de Enfrentamento à Violência e à Exploração Sexual contra a Criança e o Adolescente - NEVESCA, assim qualificando a interlocução junto aos órgãos gestores da saúde pública do Distrito Federal.	Direitos coletivos e individuais indisponíveis protegidos"	Coordenadoria Executiva Psicossocial	• 94% dos PAVs foram visitados, sendo que 74% tiveram relatórios técnicos elaborados. • Formulário gerencial dos Núcleos de Prevenção e Assistência à Violência (NUPAVs) elaborado e encaminhado.	Atuação em matéria infracional e cível da infância e juventude
Aproximação	Promover a integração entre a Procuradoria-Geral de Justiça, membros e servidores, por meio de visitas às Coordenadorias das Promotorias de Justiça (CPJ), de modo a possibilitar o conhecimento da atuação de cada Coordenadoria, na busca de estabelecer linhas de comunicação e de soluções de problemas de maneira mais interativa.	Fortalecer a integração entre membros e servidores	Procuradoria Geral de Justiça	• Foram realizadas 9 visitas a Coordenadorias das Promotorias de Justiça de Planaltina, de Brazlândia, de São Sebastião, de Gama, de Samambaia, de Santa Maria, de Recanto das Emas, de Infância e Juventude e do Paranoá.	Integração
Autoconhecimento e bem-estar financeiro	Oferecer aos integrantes do MPDFT uma oportunidade de desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes relativos a uma gestão financeira que promova níveis mais elevados de bem-estar financeiro aos participantes e seus familiares.	Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes	Assessoria Especial de Promoção da Saúde e da Qualidade de Vida	• 12 encontros vivenciais realizados com 12 participantes.	Pessoas, Clima Organizacional e Tecnologia

PROJETO	OBJETIVO	OBJETIVO ESTRATÉGICO	UNIDADE	RESULTADOS	CADEIA DE VALOR
Como anda meu ônibus: observatório da política do Serviço de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal (STPCDF)	Fomentar o controle social da política pública de Transporte Coletivo Rodoviário do Distrito Federal, proporcionando aos cidadãos o conhecimento dos dados relativos à gestão e à execução orçamentária, bem como disponibilizando ferramenta útil para a avaliação e o acompanhamento do serviço público, por meio de auditoria cívica a ser realizada em todo o Distrito Federal.	Patrimônio público protegido	07ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social	• 1 Parceria firmada entre MPDFT e Instituto de Fiscalização e Controle -IFC. • Elaboração e aplicação de questionário eletrônico de avaliação de transporte público no DF com 2323 participantes residentes em 45 regiões do DF e da RIDE, segundo o link https://www.mpdft.mp.br/portal/index.php/index.php?option=com_wrapperiew=wrapper&Itemid=931; • 1º relatório trimestral apontando as falhas do transporte rodoviário coletivo do DF pela sociedade https://www.mpdft.mp.br/portal/pdf/noticias/novembro_2019/Relatorio_1%C2%BA_Trimestre_-_Como_Anda_Meu_%C3%94nibus.pdf; • 9 blitzes de divulgação e consulta ao cidadão nas seguintes localidades: Rodoviária do Plano Piloto (duas vezes), Recanto das Emas, Ceilândia, Samambaia, Santa Maria, Taguatinga, Asa Sul (W3 Sul) e Asa Norte (Universidade de Brasília); • Divulgação do projeto por meio de 7 cards das redes sociais do MPDFT, 20 cards de divulgação nas redes sociais do IFC, 9 reportagens em rádios, 12 reportagens em TV, 30 reportagens em sítios eletrônicos, 1 vídeo documentário produzido. • 5000 pessoas recebendo material publicitário. • Apresentação de resultados de auditoria cívica à Secretaria de Mobilidade Urbana do DF.	Atuação em defesa do Patrimônio público, fundações e ordem urbanística
Criando e recriando laços: um incentivo à mediação de conflitos e círculos transformativos e de construção de paz nas casas de acolhimento	Fomentar a mediação de conflitos e práticas restaurativas, em especial círculos de construção de paz, por meio da capacitação dos profissionais dos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes do Distrito Federal.	Crianças e adolescentes protegidos	Coordenadoria Executiva de Autocomposição	• Realizado módulo teórico do curso de formação de mediadores de conflitos e de facilitadores de círculos transformativos e de construção de paz com 20 participantes, com carga horária realizada de 84h/a (módulo teórico);	Atuação em matéria infracional e cível da infância e juventude

PROJETO	OBJETIVO	OBJETIVO ESTRATÉGICO	UNIDADE	RESULTADOS	CADEIA DE VALOR
Elos por elas	Fomentar a inserção de mulheres em situação de vulnerabilidade social e financeira no mercado de trabalho, por meio de cursos de qualificação social e profissional, ministrados por parceiros e instrutores voluntários no Paranoá e em Itapoã. "	Direitos coletivos e individuais indisponíveis protegidos."	Coordenadoria das Promotorias de Justiça do Paranoá"	• Realizados 4 cursos com 53 participantes da comunidade local com instrutores voluntários da rede, comunidade e servidores do MPDFT: - Curso Básico de Cuidador de Idoso. 40h/a - 32 inscritas. - Curso de Artesanato em Tecido. 20h/a - 6 inscritas. - Curso Básico de Informática. 30h/a - 9 inscritas. -Curso Básico de Cabeleireiro. 20h/a - 6 inscritas.	Atuação em defesa dos direitos individuais indisponíveis
Falando sobre a vida: prevenção ao suicídio	Construir uma Rede de Proteção à Vida, por meio da integração de educadores, profissionais da saúde, polícias e áreas afins que possam contribuir na prevenção ao suicídio e identificação de possíveis fatores de risco, assim contribuindo para a promoção da cidadania e dos direitos individuais e indisponíveis da comunidade de Brazlândia.	Cidadania fortalecida"	Coordenadoria Administrativa das Promotorias de Justiça de Brazlândia"	• Realização de curso de "Prevenção, Intervenção e Encaminhamento", com 70 participantes. • Realização conjunta do MPDFT e da Secretaria de Saúde do DF de 10 (dez) palestras em escolas públicas e particulares de Brazlândia. • Realização do evento "Semana Falando sobre Vida". • 15.000 cartilhas produzidas pelo MPDFT "Falando sobre Vida – Prevenção ao Suicídio". • Realização de rodas de conversa com servidores em apoio ao movimento do setembro amarelo.	Atuação em defesa dos direitos individuais indisponíveis
Foragidos da Justiça	Mudar as práticas e cultura institucional de esquecimento dos processos criminais suspensos em razão da não localização de pessoas, com a adoção de medidas proativas, de forma a aumentar a quantidade de pessoas localizadas e efetivamente responsabilizadas penalmente pelos crimes dolosos contra a vida nas promotorias de justiça criminais e do Tribunal do Júri das localidades que aderirem à proposta de trabalho.	Criminalidade combatida	1ª Promotoria de Justiça Criminal e do Tribunal do Júri do Guará	• Foram 3 foragidos encontrados, do total de 7 registrados em pesquisa realizada durante o projeto. • Por meio da página na internet, divulgação de cartazes e compartilhamento de fotos nas redes sociais, o MPDFT aposta na participação da comunidade para que condenados por crimes graves cumpram a pena recebida. (link:https://www.youtube.com/watch?v=ZNGSHFKdv3Q)	Atuação em matéria criminal

PROJETO	OBJETIVO	OBJETIVO ESTRATÉGICO	UNIDADE	RESULTADOS	CADEIA DE VALOR
Gestão de riscos em oitivas de detentos e de menores em situação de conflito com a lei	Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes, bem como padronizar e uniformizar os procedimentos de segurança dos servidores envolvidos em oitivas de detentos e de menores, por meio de treinamento sobre gestão de riscos, de procedimentos de segurança em oitivas e da propositura de protocolo padrão de segurança em oitivas.	Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes	Secretaria de Segurança Institucional	• Treinamentos sobre gestão de riscos e procedimentos de segurança durante oitivas aos servidores das áreas interessadas. • Elaboração de protocolo de atuação.	Pessoas, Clima Organizacional e Tecnologia
De mãos dadas	Proporcionar um espaço apropriado ao diálogo entre os chefes de gabinete das promotorias de Justiça sobre as formas de melhor lidar com as situações de trabalho e outros acontecimentos, incluindo a expressão de suas ideias, valores e sentimentos, com o intuito de diluir tensões, aprimorar o trabalho e favorecer o bem-estar pessoal/profissional	Promover um ambiente de trabalho agradável e profissional	Assessoria de Promoção de Saúde e Qualidade de Vida	• Foram realizados 8 encontros, com a participação de 10 Chefes de Gabinete por encontro, com os seguintes temas: relacionamentos, rotinas dos trabalhos (melhores práticas a serem copiadas); relacionamentos interpessoais, administração de conflitos; preparação para mudanças (sejam no cargo ou local de trabalho), como combater o estresse causado por nossas atividades diárias, motivação, experiências compartilhadas por dois Chefes de Gabinete e confraternização do grupo.	Pessoas, Clima Organizacional e Tecnologia
Incentivo à mediação de conflitos e Práticas restaurativas no contexto escolar	Incentivar a mediação escolar e círculos de construção de paz por meio da formação de profissionais da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.	Patrimônio público protegido	Grupo de Apoio à Segurança Escolar	• Realização de Curso de Mediação de Conflitos no Contexto Escolar, com 77 horas, para 31 profissionais da Secretaria de Educação do estado do DF e integrantes do MPDFT.	Atuação em defesa Patrimônio público, fundações e ordem tributária
Kairós: Atuação resolutiva em processos suspensos relacionados a homicídios tentados	Reavaliar os processos de homicídios tentados dos anos anteriores a 2016, constantes no acervo das Coordenadorias das Promotorias de Justiça de Santa Maria, Samambaia e do Paranoá, suspensos pela ausência de citação do réu (em face de sua não-localização), visando à reanálise dos elementos probatórios existentes, via oitiva da vítima sobrevivente, seja para uma consolidação, seja para uma retificação do conteúdo até então apurado.	Criminalidade combatida	2ª Promotoria de Justiça do Tribunal Júri / Paranoá	• Na Coordenadoria das Promotorias de Justiça do Paranoá, dos 16 processos reanalisados, 12 foram resolvidos, diminuindo a impunidade e aumentando a eficiência e efetividade na justiça.	Atuação em matéria criminal

PROJETO	OBJETIVO	OBJETIVO ESTRATÉGICO	UNIDADE	RESULTADOS	CADEIA DE VALOR
Mapa Social da Educação	Consolidar dados oficiais sobre a educação do Distrito Federal, apoiando, precipuamente, o planejamento, a atuação e as tomadas de decisão da PDDC e das Promotorias de Justiça de Defesa da Educação (Proeduc), viabilizando assim, uma forma mais efetiva de cumprimento das atribuições institucionais do MPDFT na defesa dos direitos dos cidadãos. O Mapa Social da Educação também será disponibilizado para a sociedade, que terá acesso em um só ambiente a importantes fontes de informação, melhorando a transparência pública e incentivando a atuação do cidadão no controle social.	Cidadania Fortalecida	Procuradoria-Distrital dos Direitos do Cidadão	• Lista de indicadores sociais da educação. • Lançamento da ferramenta Mapa Social da Educação na intranet do MPDFT. • Tutorial do Mapa Social da Educação Básica.	Atuação em direitos do cidadão
Mapa Social da Saúde	Consolidar informações em ferramenta de Business Inteligence (BI) (Qlik Sense), a fim de obter cenário da realidade social do Distrito Federal, por meio de dados e indicadores sobre a saúde, disponibilizados por diferentes órgãos e instituições públicas, para maior transparência das informações públicas relacionadas aos direitos constitucionais e monitoramento do orçamento público para atuação judicial e extrajudicial, mais efetiva.	Cidadania Fortalecida	Procuradoria-Distrital dos Direitos do Cidadão	• Análise e definição dos pontos que interessam ao Mapa da Saúde, tendo por base a publicação da Nota Técnica da Saúde, nº 37/2019. • Termo de Cooperação entre MPDFT e SES.	Atuação em direitos do cidadão
Ministério Público como agente de fomento e monitoramento da política pública de enfrentamento à violência doméstica contra a mulher	Fomentar e acompanhar a execução da política pública de enfrentamento à violência contra a mulher no Distrito Federal.	Cidadania Fortalecida"	Coordenação dos Núcleos de Direitos Humanos"	• Realização de 2 visitas institucionais; • Realização de 4 reuniões intersetoriais. • Realização de 8 Requisições de informações técnicas. • 1 Audiência Pública (Feminicídio) com o objetivo de apresentar o Parecer técnico n. 01/2019 do NG/NDH sobre os serviços de enfrentamento à violência doméstica contra a mulher no DF (CEAM e NAFAVD) e possíveis ações a serem implementadas pela CLDF. Participantes: NG, Deputada Distrital Júlia Lucy. • Elaboração de 1 Recomendação, Recomendação N. 02- NDH/ MPDFT, com assunto: Recomposição do quadro de servidores dos NAFAVD; publicação do Manual de funcionamento do NAFAVD; observação à designação dos gestores com perfil técnico. • Apresentação do projeto no IV Congresso Internacional dos Direitos Humanos de Coimbra. • Termo de parceria firmado com a UnB para garantir a elaboração do "Guia de prevenção à violência contra a mulher imigrante".	Relacionamento com a sociedade

PROJETO	OBJETIVO	OBJETIVO ESTRATÉGICO	UNIDADE	RESULTADOS	CADEIA DE VALOR
Na Moral	Fomentar a integridade e a cidadania em 10 escolas da rede pública de ensino do Distrito Federal, por meio do diálogo e ações educativas que promovam o engajamento dos alunos na missão de transformar sua escola em um ecossistema de Integridade."	Impunidade e corrupção combatidas	Assessorias Especiais da Procuradoria-Geral de Justiça	• Foram 59 voluntários capacitados na metodologia do projeto e roda de conversas (integrantes do MPDFT, professores da Secretaria de Educação do DF e universitários); • 45 rodas de conversa realizadas; • Foram 9.237 envolvidos no projeto (84 professores do ensino fundamental, 8.389 alunos, 764 pais); • 87,4% dos envolvidos no projeto realizaram avaliações positivas; • Mais de 2.300 pessoas alcançadas no instagram; • 63 missões executadas pelas unidades escolares; • 22 reportagens de diversos veículos de comunicação; • Palestra dos caçadores de bons exemplos com 80 presentes e 289 visualizações no Youtube (1ª semestre) https://www.youtube.com/watch?v=o7QmA62Pgyo ; • Reflexão NaMoral, palestra com o Exmo. Luiz Roberto Barroso, com 202 pessoas presentes e 468 visualizações no Youtube https://www.youtube.com/watch?v=RFfGLXFe7to ; • Evento de premiação com 350 presentes e 221 visualizações no Youtube. https://www.youtube.com/watch?v=2E8To4foU34	Atuação em Combate à Corrupção
Paternar	Fortalecer o vínculo entre pai e filho, por meio da valorização e ampliação do tempo de convivência, bem como incentivar o aperfeiçoamento do diálogo entre os genitores, utilizando-se, para isso, a metodologia de círculos transformativos (Peacemaking Circles).	Crianças e adolescentes protegidos	4a Promotoria de Justiça Cível, Família, Órfãos e Sucessões de Ceilândia	• Foram 3 círculos restaurativos realizados com participação de 7 pais nos encontros. • 1 Grupo de WhatsApp criado para troca de informações entre os pais participantes.	Atuação em materia infracional e cível da infância e juventude

PROJETO	OBJETIVO	OBJETIVO ESTRATÉGICO	UNIDADE	RESULTADOS	CADEIA DE VALOR
Pés na rua: política para inclusão social da população de rua do Distrito Federal	Promover ações de fomento e de acompanhamento da execução da Política para inclusão social da população em situação de rua do Distrito Federal.	Cidadania fortalecida	Coordenação dos Núcleos de Direitos Humanos	• Foram realizadas 4 visitas institucionais, 4 reuniões intersetoriais com objetivos de analisar a possibilidade de inclusão da população em situação de rua no censo 2020. • Exposição Cores da Rua, com obras produzidas por pessoas em situação de rua e que são assistidos pelo Centro Pop de Taguatinga, que mantém parceria com o MPDFT. • Ações articuladas com os Centro Pop (Secretaria de Desenvolvimento Social do DF) para fomento e acompanhamento das políticas da população em situação de rua.	Relacionamento com a sociedade
Rede Unid@as de Brazlândia	Prevenir e combater os crimes de violência doméstica, bem como a promoção da melhoria do atendimento multidisciplinar das vítimas de violência doméstica	Criminalidade combatida	Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Brazlândia	• Foi realizado o 1º Encontro de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher com atendimento de 300 mulheres com participação da Rede composta por 16º Batalhão da Polícia militar, 18ª Delegacia de polícia, AA – Grupo Alcoólicos Anônimos, Administração Regional de Brazlândia, Associação dos Evangélicos de Brazlândia, CRAS-Centro de Referência ocial, Conselho Tutelar de Brazlândia, dentre outros.	Atuação em matéria criminal
Sempre Coordenadoria de Documentação e Informação - CDI	Disponibilizar os documentos referentes às posses dos Procuradores-Gerais de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios de forma estruturada e inteligível, proporcionando acesso fácil e eficaz, tanto para o público interno quanto externo.	Aprimorar o relacionamento do MPDFT com a sociedade	Coordenadoria de Documentação e Informação	• Disponibilização de documento arquivístico referente às posses dos PGJs, por meio da plataforma AtoM, para acesso ao público interno e externo.	Estrutura e infraestrutura
Treinamento em Biofeedback Cardíaco	Melhorar a qualidade de vida dos integrantes do MPDFT, diminuindo o estresse e a ansiedade, por meio do treinamento de biofeedback cardíaco, o que também sensibilizará os participantes a continuarem buscando outros recursos não medicamentosos para sua autorregulação.	Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes	Assessoria de Promoção de Saúde e Qualidade de Vida	• Foram treinadas 27 pessoas com aplicação de três tipos de questionário de avaliação de autorregulação de estresse e ansiedade, obtendo média final superior a 8,84.	Pessoas, Clima Organizacional e Tecnologia

PROJETO	OBJETIVO	OBJETIVO ESTRATÉGICO	UNIDADE	RESULTADOS	CADEIA DE VALOR
Vira amigo	Fomentar a proteção adequada de animais domésticos (cães e gatos) em situação de vulnerabilidade, por meio da realização de campanha de comunicação e eventos comunitários nas regiões do DF, com a participação e envolvimento da rede de instituições parceiras na proteção dos animais domésticos do DF	Meio ambiente preservado	4ª Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural	• Elaboração e Impressão de 1800 exemplares da Cartilha Adoção responsável de cães e gatos: cuidados e informações, com disponibilização na internet do MPDFT (https://www.mpdft.mp.br/portal/index.php/comunicacao-menu/campanhas-e-publicacoes/campanhas-menu/10921-campanha-vira-amigo). • Elaboração de "eCards", com divulgação nas redes sociais do MPDFT, intranet e site da campanha; • Produção e divulgação de 4 vídeos sobre a temática de maus-tratos a animais; da adoção de pets e depoimentos de integrantes do MPDFT; • 2 campanhas educativas realizadas para alunos da rede pública em duas ocasiões: 1ª) Parque Ecológico de Águas Claras – 400 pessoas e 2ª) Parque Três Meninas -Samambaia – 60 pessoas; • Elaboração e impressão de 1.500 adesivos para divulgação da campanha Vira Amigo, com a distribuição desse material aos alunos da rede pública participantes das duas etapas da campanha Vira Amigo, entre outros beneficiados; • Entrevistas realizadas na rádio Transamérica e no programa Record TV nas Cidades sobre guarda responsável e adoção de animais domésticos. • Disponibilização de vagas para inscrição no cadastro de interessados no serviço de castração de animais domésticos do IBRAM.	Atuação em defesa do meio ambiente e da ordem urbanística

Apêndice 1 Anexo I – Projetos Institucionais

RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
ESMPU

22 ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

"Encaminho, para os devidos fins, a mensagem que encontrei na Diretoria-Geral da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU), que assumi em 3 de fevereiro último.

Trata-se de relato das atividades da Gestão de 2019 do então Diretor-Geral João Akira Omoto, por ele elaborado.

Atenciosamente,

Paulo Gustavo Gonet Branco
Diretor-Geral da Escola Superior do Ministério Público da União"

MENSAGEM DO DIRETOR-GERAL DA ESMPU

Neste breve relatório, apresentam-se os principais resultados obtidos ao longo do ano de 2019 pela Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU), sem deixar de indicar os desafios que se apontam e as perspectivas para os anos que seguem.

Esta Escola de Governo, ao longo do ano que passou, teve como grande desafio, entre outros que se apresentaram, a construção do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) para o quinquênio 2020-2024, o que exigiu desta gestão a compreensão, com profundidade, do enorme legado recebido de valorosas administrações anteriores e a projeção da Escola que se quer para os próximos cinco anos.

A construção do PDI 2020-2024 exigiria esforço, dedicação e análises, mas, sobretudo, envolvimento e participação de todas as pessoas que compõem o corpo administrativo e acadêmico da Escola. Embora fosse o segundo PDI da ESMPU, seria o primeiro desenvolvido integralmente dentro de uma única gestão. Foi necessário, então, dar à elaboração dele a abertura participativa suficiente a incorporar as diversas visões do que é o Ministério Público da União.

A ESMPU, quando da elaboração do PDI 2020-2024, buscou na linha do tempo da história: a) valorizar o seu passado como elemento importante para a construção de sua identidade, entendendo que o que somos é o somatório das nossas experiências; b) organizar-se no presente com olhar sensível e atento para o momento político e financeiro por que passa o País; debater, avaliar e procurar caminhos e respostas à altura das suas obrigações e das atribuiçõAes do MPU; e c) olhar para o futuro com a responsabilidade e a certeza de que há muito a refletir, a compreender e a trabalhar para a construção de um Ministério Público da União cada vez mais zeloso de sua missão constitucional e para a construção de uma sociedade mais plural, fraterna e igualitária.

Como parte da construção do PDI, trabalhamos em diversas frentes:

a) na regionalização das atividades da ESMPU, com a instalação de cinco polos regionais, em parceria com o MPF. As cidades de São Paulo, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Belém e Recife já contam com unidades de apoio da ESMPU, lembrando que nas seis capitais onde a Escola está presente se concentram cerca de 55% dos membros e servidores do MPU, a quem poderemos ofertar atividades presenciais sem custos com deslocamentos;

b) na criação da linha de pesquisa da ESMPU, "A promoção dos Direitos Fundamentais pelo Ministério Público da União", tendo como princípio norteador a "Formação interdisciplinar e humanística dos agentes do MPU";

c) na criação de oito grupos de pesquisa e na seleção de dezesseis doutores, no MPU, para serem seus Líderes de Pesquisa;

d) na criação de um Colegiado de Ensino, composto pelos Coordenadores de Ensino dos quatro ramos, com o objetivo de tratar das atividades comuns ao MPU e das atividades de extensão;

e) no aperfeiçoamento da Câmara de Desenvolvimento Científico, que passa a ser composta pelos Líderes de Pesquisa, pelos Coordenadores de Ensino e pelo Diretor-Geral, e tem como principal competência pensar a estratégia acadêmica da ESMPU, articulando ensino, pesquisa e extensão em Programas Acadêmicos;

f) no aperfeiçoamento do sistema de gestão do conhecimento, com a criação de dezessete Programas Acadêmicos. Esses programas têm abrangência suficiente para contemplar todas as nossas atividades e necessidades e, articulando pesquisa, ensino e extensão em suas áreas temáticas, buscarão traçar objetivos e metas e desenvolverão ações pedagógicas e acadêmicas com o intuito de produzir impacto institucional e social, alinhando a ESMPU às diretrizes do MEC;

g) na criação do Programa de Especialização que organiza o calendário e a metodologia das atividades, permitindo que o aluno planeje seu calendário de capacitação e escolha, entre os cursos disponíveis, a especialização mais adequada para atender sua necessidade de desenvolvimento de competências e produção técnico-científica; para 2020, foram oferecidos sete cursos a distância, totalizando 350 vagas; e

h) no desenvolvimento do projeto TV ESMPU, que, em parceria com a TV MPF, visa possibilitar a captação de imagem e de som de maneira profissional e transmitir nossas atividades de extensão – simpósios, seminários e palestras – para todo o País, por meio de nosso canal e pelo YouTube, onde ficarão disponíveis e acessíveis a qualquer momento.

O PDI 2015-2019 estabeleceu 25 metas para o quinquênio, agrupadas em sete critérios: 1. Liderança; 2. Estratégias e planos; 3. Cidadãos; 4. Sociedade; 5. Informações e conhecimento; 6. Pessoas; 7. Processos. Destaca-se o alto percentual de desenvolvimento e execução dos seguintes critérios de excelência: liderança, estratégias e planos, cidadãos, sociedade e pessoas. A otimização dos investimentos em capacitação, como a descentralização das atividades a partir da criação dos polos, o fomento à pesquisa e à sua reestruturação, com a definição da linha de pesquisa e a criação dos grupos de trabalho por eixos temáticos e transversais, a publicidade e a transparência das avaliações de reação e de impacto, de modo a retroalimentar o planejamento educacional, são conquistas que tornam a Escola um centro de excelência em formação e de promoção social. De maneira geral, o PDI 2015-2019 obteve elevado percentual de desenvolvimento e execução de suas metas (85%). As metas e a respectiva execução nos anos, inclusive em 2019, constam do Anexo 3.

Além disso, fruto de enorme esforço da Administração do MPU, retomamos a obra do novo prédio da Escola, que se encontrava paralisada há quase seis anos. Atualizamos, licitamos e executamos o projeto integralmente dentro desta gestão (2018-2019). As atividades acadêmicas planejadas no bojo do Plano de Desenvolvimento Institucional 2020-2024 já ocorrerão no novo prédio, com início do ano letivo previsto para 2 de março de 2020.

Ainda em 2019, seguindo a premissa de modernização da Escola, foram adquiridos mobiliários para equipar todas as salas de aula, auditórios, laboratório de informática, biblioteca, espaços de convívio e áreas administrativas, com base em critérios pedagógicos preconizados pela ESMPU e em requisitos de acessibilidade requeridos pelo Ministério da Educação, e, ainda, seguindo regras objetivas de ergonomia e de acessibilidade.

Recursos também foram investidos na melhoria em infraestrutura de tecnologia da informação, o que otimizou significativamente os serviços ao usuário final. Além disso, na busca por reduzir o déficit de pessoal, logrou-se êxito ao conseguir o ingresso de 24 cargos em comissão/funções de confiança para os exercícios de 2019 e 2020, o que representa 28,92% do total criado em lei, permitindo o reforço e a qualificação da força de trabalho, com a estruturação dos setores e a nomeação de servidores para cargos compatíveis com suas atribuições e responsabilidades. Importante ressaltar que os referidos cargos não importaram em suplementação do orçamento, pois resultaram da economia e da eficiência da gestão.

A ESMPU que se projeta para o próximo período avaliativo do MEC – 2020-2024 – é a melhor possível. Que seja ela palco e cenário da produção de conhecimento e saberes, que seja o espaço da pluralidade de ideias e do pensamento crítico e que projete e construa permanentemente as bases de uma instituição democrática por vocação e aberta à sociedade, contribuindo para a construção de um País mais democrático e melhor para seus cidadãos e cidadãs.

Boa leitura.

João Akira Omoto
Diretor-Geral da Escola Superior do Ministério Público da União
(Gestão 2/2/2018 – 2/2/2020)

IEEE SMPO

RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
ESMPU

23 VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

23.1 IDENTIFICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO, MISSÃO E VISÃO

Os objetivos da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU) estão elencados no art. 3º da Lei n. 9.628, de 14 de abril de 1998:

a) iniciar novos integrantes do Ministério Público da União no desempenho de suas atribuições institucionais;

b) aperfeiçoar e atualizar a capacitação técnico-profissional dos membros e servidores do Ministério Público da União;

c) desenvolver projetos e programas de pesquisa na área jurídica; e

d) zelar pelo reconhecimento e pela valorização do Ministério Público como instituição essencial à função jurisdicional do Estado.

O Estatuto da Escola Superior do Ministério Público da União, publicado pela Portaria PGR/MPU n. 69, de 8 de agosto de 2019, complementou os objetos da lei de criação da ESMPU:

a) promover atividades acadêmicas voltadas ao ensino, à pesquisa e à extensão que visem à capacitação técnico-profissional dos membros e servidores do MPU no desempenho de suas funções institucionais;

b) promover, em parceria com os ramos do MPU, cursos oficiais de ingresso, que constituem etapa obrigatória do processo de vitaliciamento na carreira;

c) desenvolver projetos e programas de pesquisa que estimulem a produção de conhecimento jurídico e a promoção da interdisciplinaridade com outras áreas do saber;

d) disseminar a produção de conhecimentos, apresentados por meio de publicações, em conformidade com os padrões estabelecidos no âmbito do Qualis/CAPES.

As finalidades básicas da ESMPU são as descritas em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI):

a) a oferta de formação continuada e especializada;

b) o incentivo e o desenvolvimento de projetos e programas de pesquisa;

c) a estrutura organizacional racional e adequada a suas peculiaridades e seus objetivos institucionais;

d) a integração entre os quatro ramos do MPU.

A Escola Superior do Ministério Público da União tem como missão: "facilitar o contínuo aperfeiçoamento dos membros e servidores do MPU para uma atuação profissional e eficaz, com vistas ao cumprimento de suas funções institucionais". E como visão: ser um "espaço plural de reflexão crítica e dialógica do MPU, internamente e com a sociedade, para construir, disseminar e aplicar saberes com o objetivo de concretizar para todas e todos os Direitos Fundamentais e o Estado Democrático de Direito".

23.1.1. NORMAS E REGULAMENTOS DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO ÓRGÃO OU DA ENTIDADE

NORMATIVOS RELACIONADOS À UNIDADE JURISDICIONADA

NORMAS DE CRIAÇÃO E ALTERAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA
Lei n. 9.628, de 14 abril de 1998: cria a Escola Superior do Ministério Público da União e dá outras providências.

OUTRAS NORMAS INFRALEGAIS RELACIONADAS À GESTÃO E À ESTRUTURA DA UNIDADE JURISDICIONADA
Portaria PGR n. 686, de 19 de dezembro de 2011: remaneja cargos em comissão e funções de confiança, da Procuradoria Geral da República, para a Escola Superior do Ministério Público da União; Portaria PGR n. 247, de 16 de maio de 2012: estabelece a estrutura organizacional da Escola Superior do Ministério Público da União; Lei n. 13.032, de 24 de setembro de 2014: cria o quadro de pessoal, os cargos efetivos, os cargos em comissão e as funções de confiança da Escola Superior do Ministério Público da União, e dá outras providências; Portaria PGR n. 69, de 8 de agosto de 2019: aprova o Estatuto da Escola Superior do Ministério Público da União; Resolução CONAD n. 9, de 11 de outubro de 2019: aprova o Regimento Interno da Escola Superior do Ministério Público da União; Portaria PGR/MPU n. 905, de 16 de dezembro de 2013: aprova o Regimento Interno da ESMPU; Portaria PGR/MPU n. 78, de 22 de outubro de 2014: aprova nova redação do Regimento Interno.

Tabela 142 Normativos relacionados à Unidade Jurisdicionada

23.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

ÁREAS/SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS	COMPETÊNCIAS	TITULAR	CARGO	PERÍODO DE ATUAÇÃO
1. Administração Superior				
1.1. Conselho Administrativo	Exercer o poder normativo no âmbito da Escola Superior do Ministério Público da União; aprovar o Plano de Desenvolvimento Institucional, o Plano Anual de Atividades, a Proposta Orçamentária Anual, o orçamento destinado aos projetos de Pesquisa Científica Aplicada, o Relatório de Prestação de Contas Anual a ser enviado ao Tribunal de Contas da União (TCU), a criação de órgãos colegiados e os nomes dos integrantes dos órgãos colegiados da ESMPU; julgar os recursos interpostos das decisões proferidas pelo Diretor-Geral e os conflitos de atribuições entre os órgãos colegiados da ESMPU; opinar sobre a realização de convênios; deliberar, por voto de 2/3 de seus membros, a respeito do envio ao Procurador-Geral da República de proposta de alteração do Estatuto da ESMPU e de elaboração de Projeto de Lei para aumento do quadro de pessoal da ESMPU.	1. Denise Neves Abade (MPF)	Conselheiro	1º/1/2019 a 31/12/2019
		2. Xisto Tiago de Medeiros Neto (MPT)		
		3. Alexandre José de Barros Leal Saraiva (MPM)		
		4.1 Flavio Augusto Milhomem (MPDFT)		1º/1/2019 a 5/3/2019
		4.2 Luísa de Marillac Xavier dos Passos (MPDFT)		6/3/2019 a 31/12/2019
1.2. Diretoria-Geral	Planejar, organizar, dirigir e monitorar a execução das atividades da Escola Superior do Ministério Público da União; praticar atos de gestão administrativa, orçamentária, financeira e de pessoal; formular as diretrizes e as políticas de atuação institucional da ESMPU a serem submetidas ao Conselho Administrativo (CONAD); manter permanente integração com os órgãos da estrutura da ESMPU, convocando qualquer das instâncias, quando necessário; dirigir os trabalhos de elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da ESMPU; dirigir os trabalhos de elaboração do Plano Anual de Atividades (PA) da ESMPU; e cumprir e fazer cumprir o disposto no Estatuto, no Regimento Interno e em normas, diretrizes e políticas aprovadas pelo CONAD.	João Akira Omoto	Diretor-Geral	1º/1/2019 a 31/12/2019
1.2.1. Assessoria Jurídica	Prestar consultoria e assessoramento à Administração Superior em assuntos de natureza jurídica relacionados à Administração da ESMPU; realizar o exame de legalidade de minutas de contratos, acordos e convênios firmados no âmbito da ESMPU e opinar sobre a legalidade de processos licitatórios e de contratações; fixar a interpretação da Constituição, das leis e de atos normativos, que, após a aprovação pelo CONAD ou pelo Diretor-Geral, deverá ser adotada pelas unidades administrativas da ESMPU; examinar os pleitos administrativos encaminhados pelo Diretor-Geral, emitindo manifestação de modo a subsidiar a decisão da autoridade superior; elaborar e examinar minutas de normas de interesse institucional que lhe forem submetidas; elaborar, de ofício ou mediante solicitação do Diretor-Geral, minutas e estudos pertinentes a temas técnico-jurídicos insertos nas áreas de competência administrativa da ESMPU; elaborar informações, petições e ofícios a serem apresentados pelo Diretor-Geral em feitos judiciais; responder, por meio de parecer vinculante, desde que aprovado pelo Diretor-Geral, às consultas emanadas das unidades administrativas da ESMPU.	Déborah Sarah Dias Leão	Assessora-Chefe	1º/1/2019 a 31/12/2019
		Gustavo Henriques da Silva	Assessor	1º/1/2019 a 31/12/2019

ÁREAS/SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS	COMPETÊNCIAS	TITULAR	CARGO	PERÍODO DE ATUAÇÃO
1.2.2. Assessoria de Comunicação Social	Prestar assessoramento à Administração Superior nas decisões relacionadas à comunicação organizacional; desenvolver atividades de planejamento da comunicação interna e externa da ESMPU; propor estratégias de divulgação das atividades de ensino, pesquisa e extensão da ESMPU; dar publicidade às atividades-fim e às ações institucionais desenvolvidas, contribuindo para projetar a imagem do órgão como modelo de referência entre as Escolas de Governo; coordenar a produção de conteúdo audiovisual institucional; gerenciar o portal da ESMPU na internet e na intranet e administrar os perfis da ESMPU nas redes sociais; produzir materiais informativos sobre as atividades da ESMPU, divulgando-os nos canais de comunicação da instituição e enviando-os para os públicos direcionados; gerenciar a cobertura das atividades promovidas pela ESMPU.	Graziane Madureira Baptista	Assessora-Chefe	1º/1/2019 a 31/12/2019
1.2.3. Gabinete do Diretor-Geral	Coordenar administrativamente as atividades do Gabinete do Diretor-Geral; prestar assistência ao Diretor-Geral no âmbito de sua atuação; coordenar as atividades de expediente, de assessoramento técnico e de apoio administrativo do Gabinete; coordenar a elaboração de estudos, pesquisas e projetos de interesse do Diretor-Geral; acompanhar a elaboração das informações requeridas pelo TCU e pelos órgãos de controle interno; coordenar e supervisionar as informações a serem apresentadas ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) ou a outros órgãos externos; promover ações de integração entre as Secretarias da ESMPU; elaborar atos oficiais e gerenciar a instrução e a tramitação de procedimentos administrativos; executar atos por delegação do Diretor-Geral.	Marisa Viegas e Silva	Chefe de Gabinete	1º/1/2019 a 31/12/2019
1.2.4 Assessoria de Relações Institucionais	Prestar suporte e assessoramento superior ao Diretor-Geral nas relações institucionais da ESMPU com entidades nacionais, estrangeiras ou internacionais; executar atos por delegação do Diretor-Geral.	Cargo não ocupado		
1.2.5 Assessoria Especial	Prestar assessoramento superior em temáticas de especial interesse do Diretor-Geral; executar atos por delegação do Diretor-Geral.	Cargo não ocupado		
1.3. Coordenações de Ensino	Coordenar os trabalhos de elaboração do Plano Anual de Atividades do respectivo ramo; propor Plano Anual de Atividades comum a todos os ramos; supervisionar a execução das atividades acadêmicas do respectivo ramo; supervisionar o processo de seleção dos docentes das atividades do respectivo ramo; e propor alterações, cancelamentos ou inclusões de novas atividades ao Plano Anual de Atividades da ESMPU.	1. Edilson Vitorelli Diniz Lima (MPF)	Coordenador de Ensino	1º/1/2019 a 31/12/2019
		2.1 Daniela Ribeiro Mendes (MPT)		1º/1/2019 a 24/1/2019
		2.2 Vanessa Patriota da Fonseca (MPT)		25/1/2019 a 31/12/2019
		3.1 Clauro Roberto Bortolli (MPM)		1º/1/2019 a 24/1/2019
		3.2 Cícero Robson Coimbra Neves (MPM)		25/1/2019 a 31/12/2019
		4.1 Luisa de Marillac Pantoja (MPDFT)		1º/1/2019 a 5/3/2019
		4.2 Isabel Cristina Augusto de Jesus (MPDFT)		6/3/2019 a 31/12/2019
2. Outros Órgãos Colegiados				

ÁREAS/SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS	COMPETÊNCIAS	TITULAR	CARGO	PERÍODO DE ATUAÇÃO
2.1. Câmara de Desenvolvimento Científico	Articular ensino, pesquisa e extensão, em nível de MPU; discutir temas institucionais e cenários sociais relevantes para a construção das diretivas de ensino, pesquisa e extensão; propor ao CONAD diretivas de desenvolvimento científico de ensino, pesquisa e extensão; aprovar os projetos de Pesquisa Científica Aplicada da ESMPU; deliberar sobre a necessidade de submissão do projeto de Pesquisa Científica Aplicada a um Comitê de Ética; deliberar sobre pedidos de alteração, cancelamento ou suspensão de Pesquisas Científicas Aplicadas; aprovar os resultados e os produtos da Pesquisa Científica Aplicada, bem como a respectiva prestação de contas; fomentar a publicação científica vinculada às linhas de pesquisa da ESMPU; propor ao CONAD a política editorial da ESMPU; e aprovar os projetos de publicação e sua pertinência às linhas editoriais da ESMPU.	1. João Akira Omoto (MPF)	Presidente	(CDC inativa de 1º/1/2019 a 9/10/2019) 10/10/2019 a 31/12/2019
		2. Edilson Vitorelli Diniz Lima (MPF)	Membro efetivo	
		3. Gustavo Kenner Alcantara (MPF)		
		4. Vanessa Patriota da Fonseca (MPT)		
		5. Tiago Muniz Cavalcanti (MPT)		
		6. Cícero Robson Coimbra Neves (MPM)		
		7. Mario André da Silva Porto (MPM)		
		8. Isabel Cristina Augusto de Jesus (MPDFT)		
		9. Tiago Alves de Figueiredo (MPDFT)		
		10. Cristiano Otávio Paixão Araujo Pinto (MPT)		
		11. Walter Claudius Rothenburg (MPF)		
		12. Paulo Gilberto Cogo Leivas (MPF)		
		13. Ela Wiecko Volkmer de Castilho (MPF)		
		14. André de Carvalho Ramos (MPF)		
		15. Thiago André Pierobom de Ávila (MPDFT)		
		16. Sofia Vilela de Moraes e Silva (MPT)		
		17. Mario Luís Grangeia Ramos (MPF)		
		18. Bruno Amaral Machado (MPDFT)		
		19. Wilson José Figueiredo Alves Júnior (MPF)		
		20. Antonio Henrique Graciano Suxberger (MPDFT)		
		21. Denise Neves Abade (MPF)		
		22. Bruno Gomes Borges da Fonseca (MPT)		
		23. Elaine Noronha Nassif (MPT)		

ÁREAS/SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS	COMPETÊNCIAS	TITULAR	CARGO	PERÍODO DE ATUAÇÃO
2.2. Câmara Editorial	Examinar o conteúdo, a forma dos projetos de publicações de caráter científico e sua pertinência às linhas editoriais da ESMPU; propor a modalidade de publicação e tiragem da obra; definir os artigos que irão compor cada edição do Boletim Científico; propor ao Diretor-Geral a prioridade das publicações da ESMPU.	1. Antonio do Passo Cabral (MPF)	Coordenador	1º/1/2019 a 19/12/2019 (Os novos membros Câmara Editorial ainda não foram designados)
		2. Geisa de Assis Rodrigues (MPF)	Membro Efetivo	
		3. Antonio Henrique Graciano Suxberger (MPDFT)		
		4. Maria Rosynete de Oliveira Lima (MPDFT)		
		5. Elaine Noronha Nassif (MPT)		
		6. Virgínia Leite Henrique (MPT)		
		7. Nelson Lacava (MPM)		
		8. Selma Pereira de Santana (MPM)		
2.3 Comissão Própria de Avaliação (CPA)	Responsável pelo processo de avaliação institucional da ESMPU. Além disso, a CPA emite recomendações para o aperfeiçoamento institucional e acadêmico da ESMPU e realiza o acompanhamento das metas e dos objetivos previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional.	1. Ulisses Dias de Carvalho	Coordenador	
		2. Flávio Paixão de Moura Júnior	Membro Efetivo	1º/1/2019 a 7/7/2019
		3. Najla Nassif Palma		
		4. Cláudia Maria Ramos		
		5. Leila Pagnozzi		
		6. Renata Souza Mendes		
		1. Fabio Massahiro Kosaka	Coordenador	8/7/2019 a 31/12/2019
		2. Elda Coelho de Azevedo Bussinguer	Membro Efetivo	8/7/2019 a 31/12/2019
		3. Julio José Araújo Júnior		
		4. Valdir Carlos da Silva Filho		
		5. Flavia de Paula Oliveira		
		6. Patricia Coelho Py		
		7. Genésio Ramos Neto		
		8. Fabiana de Assis Pinheiro Hey		2/12/2019 a 31/12/2019

ÁREAS/SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS	COMPETÊNCIAS	TITULAR	CARGO	PERÍODO DE ATUAÇÃO
2.4 Câmara de Ensino	Planejar e desenvolver atividades acadêmicas e de extensão comuns aos quatro ramos.	1. João Akira Omoto (ESMPU)	Presidente	1º/1/2019 a 31/12/2019
		2. Edilson Vitorelli Diniz Lima (MPF)	Membro efetivo	1º/1/2019 a 31/12/2019
		3. Gustavo Kenner Alcantara (MPF)		
		4.1 Daniela Ribeiro Mendes (MPT)		1º/1/2019 a 24/1/2019
		4.2 Vanessa Patriota da Fonseca (MPT)		25/1/2019 a 31/12/2019
		5.1 Emerson Albuquerque Resende (MPT)		1º/1/2019 a 24/1/2019
		5.2 Tiago Muniz Cavalcanti (MPT)		25/1/2019 a 31/12/2019
		6.1 Clauro Roberto Bortoli (MPM)		1º/1/2019 a 24/1/2019
		6.2 Cícero Robson Coimbra Neves (MPM)		25/1/2019 a 31/12/2019
		7.1 Ana Carolina Scultori Leiro		1º/1/2019 a 24/1/2019
		7. Mario André da Silva Porto (MPM)		25/1/2019 a 31/12/2019
		8.1 Luisa de Marillac Pantoja (MPDFT)		1º/1/2019 a 5/3/2019
		8.2 Isabel Cristina Augusto de Jesus (MPDFT)		6/3/2019 a 31/12/2019
		9.1 Pedro Thomé Arruda Neto		1º/1/2019 a 5/3/2019
		9.2 Tiago Alves de Figueiredo (MPDFT)		6/3/2019 a 31/12/2019
2.5 Ouvidoria	Receber elogios, críticas, representações, reclamações, pedidos de informação, pedidos de providência, sugestões e outros expedientes de qualquer natureza acerca das atividades desenvolvidas pela ESMPU; propiciar a comunicação direta e desburocratizada dos cidadãos, dos membros e dos servidores do Ministério Público da União, dos organismos da sociedade civil e de outras entidades públicas e privadas, com a ESMPU; sugerir aos órgãos da Administração Superior da ESMPU a adoção de medidas administrativas corretivas ou de aperfeiçoamento das atividades e dos serviços prestados pela ESMPU; recomendar ao responsável a adoção de providências necessárias à prevenção de atos contrários à lei ou às regras da boa administração, bem como a cessação do desrespeito verificado; e promover articulação e parcerias visando ao atendimento das demandas recebidas e ao aperfeiçoamento dos serviços prestados pela ESMPU.	Déborah Sarah Dias Leão	Ouvidor	1º/1/2019 a 31/12/2019
3. Secretaria de Planejamento e Projetos	Coordenar e promover as ações de planejamento acadêmico da ESMPU; planejar, coordenar, supervisionar e gerir as ações de planejamento institucional e de modernização da ESMPU; planejar, coordenar e articular com as demais Secretarias as ações sistêmicas de integração institucional da ESMPU; formular e avaliar planos, programas e projetos estratégicos e operacionais; executar o processo de seleção de docentes; promover a concepção e a organização e funcionamento iniciais das atividades acadêmicas promovidas pela ESMPU; executar atividades relacionadas à celebração e ao acompanhamento de acordos de cooperação ou outros instrumentos congêneres; elaborar a programação orçamentária das atividades da Secretaria e zelar pela execução dos recursos disponíveis; assessorar os órgãos colegiados da ESMPU.	Volker Egon Bohne	Secretário	1º/1/2019 a 31/12/2019

ÁREAS/SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS	COMPETÊNCIAS	TITULAR	CARGO	PERÍODO DE ATUAÇÃO
4. Secretaria de Infraestrutura e Logística Acadêmica	Planejar, coordenar, supervisionar e gerir a execução das atividades relacionadas à infraestrutura e à logística das atividades acadêmicas; coordenar, supervisionar e gerir o registro acadêmico, o serviço de biblioteca, o atendimento ao corpo acadêmico e as atividades relacionadas à emissão de passagens aéreas e ao pagamento de diárias e bolsa-capacitação; coordenar, supervisionar e gerir as atividades de editoração e gráfica; articular com as demais Secretarias as ações sistêmicas de integração institucional da ESMPU; elaborar a programação orçamentária anual das atividades da Secretaria e zelar pela execução dos recursos disponíveis.	Nelson de Sousa Lima	Secretário	1º/1/2019 a 31/12/2019
5. Secretaria de Administração	Planejar, coordenar, supervisionar e gerir a execução das atividades relacionadas a planejamento e execução orçamentária, contratações, gestão de material e patrimônio, gestão de pessoas, gestão documental, engenharia, serviços gerais e organização e modernização administrativa da Secretaria; elaborar a programação orçamentária anual das atividades da Secretaria e zelar pela execução dos recursos disponíveis; coordenar e supervisionar os trabalhos de elaboração da Proposta Orçamentária Anual da ESMPU e apresentá-la à Diretoria-Geral; coordenar e supervisionar a elaboração do Relatório de Prestação de Contas Anual a ser enviado ao TCU e das informações requeridas pelos órgãos de controle interno; autorizar a dispensa e declarar a situação de inexigibilidade de licitação para aquisição de bens e contratação de serviços; promover políticas e práticas de sustentabilidade; articular com as demais Secretarias as ações sistêmicas de integração institucional da ESMPU.	Sonia Márcia Fernandes Amaral	Secretária	1º/1/2019 a 9/1/2019
		Ivan de Almeida Guimarães	Secretário	10/1/2019 a 31/12/2019
6. Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação	Planejar, coordenar, supervisionar e gerir as ações de gestão dos recursos de Tecnologia da Informação (TI) relativos a infraestrutura e serviços de TI, sistemas de informação, governança de TI e gestão da segurança da informação e das comunicações; articular com as demais Secretarias as ações sistêmicas de integração institucional da ESMPU; elaborar a programação orçamentária anual das atividades da Secretaria e zelar pela execução dos recursos disponíveis; difundir as melhores práticas de governança em tecnologia e segurança da informação.	Moises Jacobino de Morais	Secretário	1º/1/2019 a 31/12/2019

Tabela 143 Estrutura organizacional

23.2.1. ORGANOGRAMA

Vide Anexo 1.

23.3 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

O modelo de governança e gestão estratégica da Escola Superior do Ministério Público da União tem o objetivo de instituir uma cultura de aprimoramento e acompanhamento das iniciativas alinhadas à missão, à visão e aos valores da instituição.

O modelo propõe uma abordagem a partir da definição de diretrizes da instituição, com vistas a incentivar a execução das ações estratégicas, de modo a contribuir para a consecução da missão institucional. Por meio da atuação participativa, integrada e transparente, a Escola possui uma estrutura de colegiados que orienta a execução do Plano de Desenvolvimento Institucional, e suas Secretarias fornecem o suporte para a realização dos objetivos estratégicos e o atingimento de suas metas institucionais.

Adicionalmente, por meio de ferramentas, instrumentos e processos, o modelo de governança e gestão estratégica proposto apoia os entes a planejar seus projetos, processos e programas, além de facilitar o monitoramento das metas e a aferição de seus

resultados, adaptando-os e melhorando-os sempre que necessário, com vistas a garantir a realização das iniciativas de forma eficiente e eficaz

Apresenta-se na figura a seguir um esquema de governança estruturado com base no Referencial Básico de Governança aplicável a órgãos e entidades da Administração Pública, que tem por objeto de análise a governança de órgãos e entidades da Administração Pública, podendo ser aplicado, com adaptações, às outras perspectivas de observação.

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

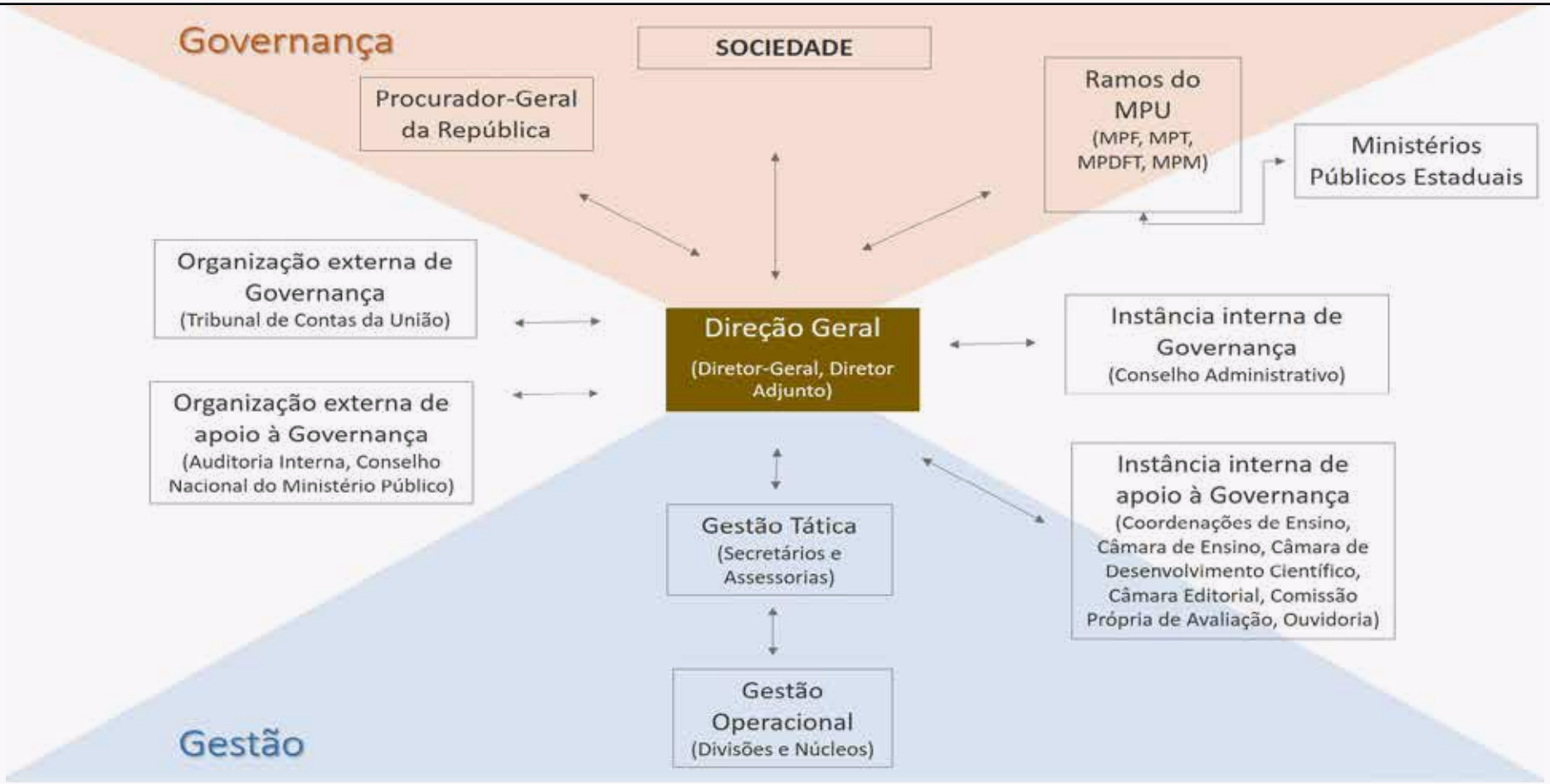


Figura 55 Estrutura de Governança

23.4 MODELO DE NEGÓCIO

Para o alcance de seus objetivos estratégicos, a ESMPU utiliza um modelo de negócio simplificado que busca integrar seus capitais financeiros, humanos e intelectuais para a construção de produtos que tenham impacto social.

MODELO DE NEGÓCIO

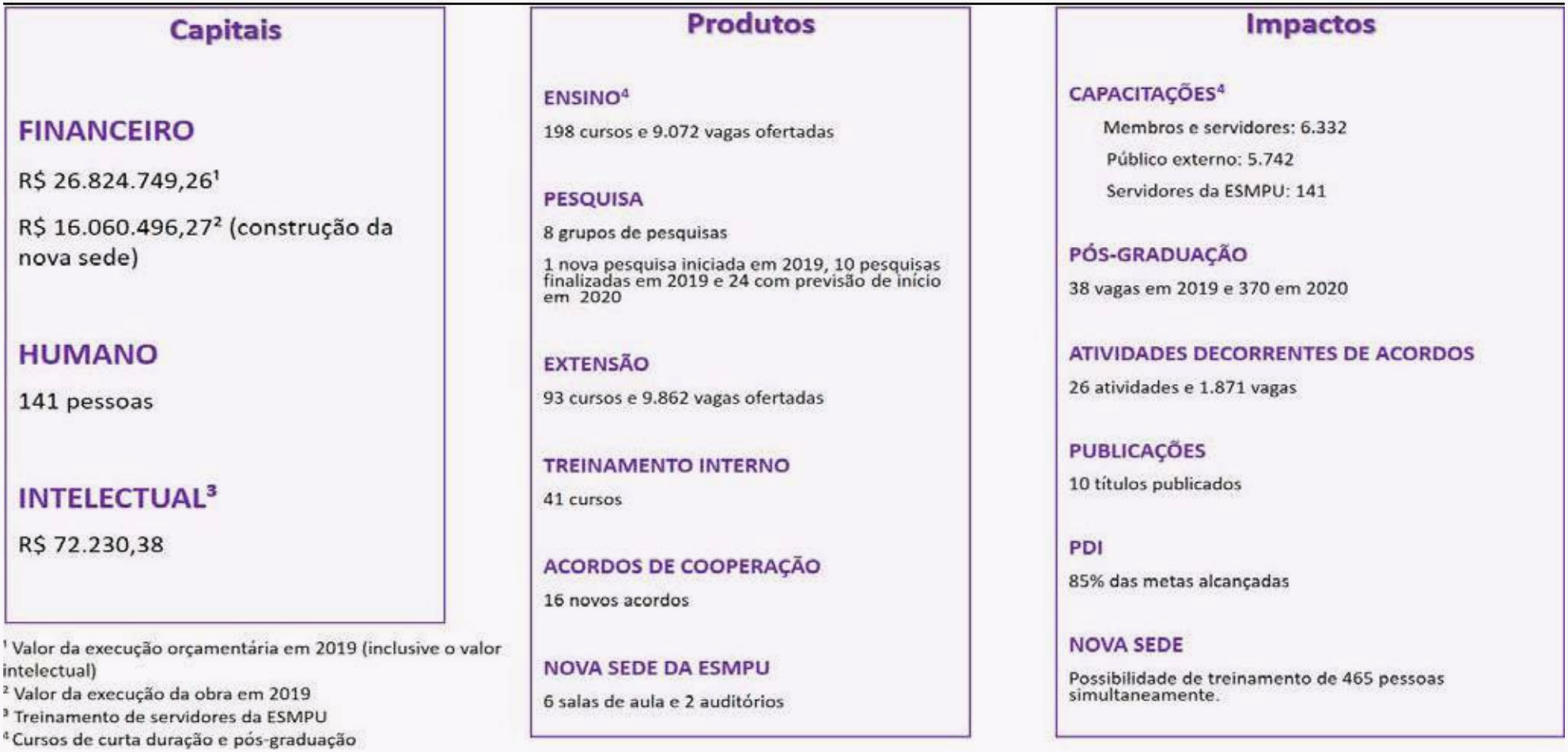


Figura 56 Modelo de Negócio

23.5 CADEIA DE VALOR

A cadeia de valor da ESMPU representa os macroprocessos das atividades de ensino, pesquisa, extensão e publicações que visam à contínua produção do conhecimento, ao aperfeiçoamento dos membros e servidores do MPU e à interação do Ministério Público com a sociedade.

CADEIA DE VALOR

MACROPROCESSOS	ATIVIDADES	INSUMOS	PRODUTOS E SERVIÇOS	DESTINATÁRIOS	VALOR GERADO	SUBUNIDADES RESPONSÁVEIS
Gerir Atividades de Ensino	Detalha a gestão das atividades acadêmicas, compreendendo: Planejar atividades acadêmicas Formatar Plano Anual de Atividades Administrar atividades de aperfeiçoamento EAD Administrar atividades de aperfeiçoamento presencial Administrar atividades de Pós-Graduação Avaliar atividades acadêmicas (por atividade) Avaliar a qualidade do processo das atividades acadêmicas	Levantamento das Necessidades de Treinamento Demanda Reprimida dos anos anteriores Demandas regionais Resultados avaliativos	Plano de Atividades Projetos pedagógicos Planejamento dos custos das atividades acadêmicas Relatório de Avaliação das Atividades Acadêmicas	Membros e Servidores do Ministério Público da União	Contínuo aperfeiçoamento dos membros e servidores do MPU Interação do MPU com a sociedae civil	Diretoria-Geral Conselho Administrativo Câmara de Ensino Câmara de Desenvolvimento Científico Secretaria de Planejamento e Projetos Secretaria de Infraestrutura e Logística Acadêmica Secretaria de Administração
Gerir Atividades de Pesquisa	Detalha a gestão dos projetos de pesquisas científicas aplicadas, compreendendo: Planejar pesquisas científicas aplicadas Administrar pesquisas científicas aplicadas Avaliar a qualidade do processo das pesquisas científicas aplicadas	Definição dos líderes de pesquisa, grupos de pesquisa e linhas de pesquisa	Projetos de Pesquisas Planejamento dos custos das Pesquisas Relatórios Parcial e Final das Pesquisas Científicas Aplicadas	Membros e Servidores do Ministério Público da União e Sociedade	Disseminação de temas de impacto social e institucional Geração de conhecimentos e tecnologias para o aprimoramento da atitude científica e reflexiva	Diretoria-Geral Conselho Administrativo Câmara de Ensino Câmara de Desenvolvimento Científico Secretaria de Planejamento e Projetos Secretaria de Infraestrutura e Logística Acadêmica Secretaria de Administração

MACROPROCESSOS	ATIVIDADES	INSUMOS	PRODUTOS E SERVIÇOS	DESTINATÁRIOS	VALOR GERADO	SUBUNIDADES RESPONSÁVEIS
Gerir Atividades de Extensão	Detalha a gestão das atividades de extensão, compreendendo: Planejar atividades de extensão Administrar atividades de extensão Avaliar atividades acadêmicas (por atividade) Avaliar a qualidade do processo das atividades de extensão	Consulta à Sociedade Civil Demanda Reprimida dos anos anteriores Demandas regionais Resultados avaliativos	Plano de Atividades Projetos pedagógicos Planejamento dos custos das atividades acadêmicas Relatório de Avaliação das Atividades Acadêmicas	Membros e Servidores do Ministério Público da União e Sociedade Civil	Contínuo aperfeiçoamento dos membros e servidores do MPU Interação do MPU com a sociedade civil	Diretoria-Geral Conselho Administrativo Câmara de Ensino Câmara de Desenvolvimento Científico Secretaria de Planejamento e Projetos Secretaria de Infraestrutura e Logística Acadêmica Secretaria de Administração
Gerir Publicações	Detalha a gestão das publicações, compreendendo: Planejar publicações Administrar publicações Avaliar processo de publicação	Pesquisas Científicas Trabalhos de Conclusão de Curso Atividades com temáticas relevantes	Publicações	Membros e Servidores do Ministério Público da União e Sociedade	Disseminação de temas de impacto social e institucional	Diretoria-Geral Conselho Administrativo Câmara Editorial Secretaria de Infraestrutura e Logística Acadêmica

Tabela 144 Cadeia de Valor

23.6 AMBIENTE EXTERNO

A Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU) é órgão público federal, diretamente vinculado ao Procurador-Geral da República. As ações de capacitação são conduzidas pela ESMPU em consonância com as necessidades apontadas pelos ramos do Ministério Público da União e concentram esforços para elevar o nível de eficiência no trabalho, tendo como base a formação continuada.

Conforme exposto em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), a ESMPU busca ir além do papel que lhe preconizam a Emenda Constitucional n. 45/2004 e a Lei n. 11.415, de 15 de dezembro de 2006, que atrelam a progressão funcional e a promoção de membros e servidores na carreira a cursos de aperfeiçoamento. Pretende estruturar suas ações de apoio aos membros e servidores do MPU para o fortalecimento de práticas individuais e coletivas em favor da promoção, da proteção, da defesa e, também, da reparação das violações, de modo a formar uma consciência cidadã capaz de se fazer presente nos níveis cognitivo, social, ético e político, considerando os princípios de cidadania, participação, respeito à diversidade sociocultural, autonomia do sujeito, dignidade humana, capacidade ativa de solidariedade, interatividade social e transversalidade, tendo o Direito como fio condutor da interdisciplinaridade idealizada.

A produção e a forma de disseminação do conhecimento têm como objetivo guardar estreita relação com as demandas locais, regionais e nacionais, conforme sua destinação constitucional. Existe uma relação direta entre as atividades desenvolvidas pela Escola, os setores públicos e produtivos, as instituições sociais, culturais e educativas, além de uma política de formação de pesquisadores e de educadores para o ensino.

Como toda instituição, a ESMPU sofre influências do ambiente externo que está em constante mudança e pode interferir no alcance dos objetivos institucionais, como demandas de treinamentos locais, relacionamento com a sociedade civil, necessidade de inovações científicas, cenários internacionais e nacionais.

Em 2019, a ESMPU implantou o Projeto de Regionalização, que visava aumentar sua capilaridade diante de um cenário nacional de corte orçamentário e atender os desafios do Ministério Público da União (MPU) perante um país com grandes dimensões territoriais. Assim, para contemplar as especificidades regionais e locais, aproximar a abrangência de sua atuação e atender membros e servidores pela descentralização organizacional, a ESMPU criou cinco polos, localizados nas seguintes capitais: São Paulo,

Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belém e Recife. Esse projeto integra a política de equidade, acessibilidade e inclusão para os discentes da instituição e otimiza o uso do recurso público sem a perda da qualidade dos cursos, de modo que os estudantes não necessitem se deslocar até a sede da Escola para realizar algum curso de capacitação. A regionalização facilitou o incremento na quantidade de cursos, em especial nas atividades de extensão – como seminários e simpósios –, o que permitiu o aumento da quantidade de pessoas capacitadas e a interação da ESMPU com a sociedade.

O desenvolvimento de projetos e programas de pesquisa que abordem temas de relevante interesse para o MPU, além de ser um dos pilares fundamentais de uma instituição de ensino, é, também para a Escola, um dos quatro objetivos consignados em sua lei de criação. Os projetos de pesquisa são voltados à inovação e ao aperfeiçoamento das ações finalísticas do MPU, portanto, são pesquisas aplicadas, conduzidas ao longo da existência da Escola. Esses projetos têm como objetivos o desenvolvimento e a capacitação do corpo funcional do órgão, bem como o incentivo à produção de conhecimento jurídico e à promoção da interdisciplinaridade com outras áreas do saber.

A Câmara de Desenvolvimento Científico (CDC), composta pelo Diretor-Geral, pelos Coordenadores de Ensino e por Líderes dos Grupos de Pesquisa da ESMPU, instituiu em 2019 os Programas Acadêmicos. Esses programas consistem em um conjunto de projetos de ensino, pesquisa e extensão que, articulados, propõem-se a discutir, desenvolver ou disseminar determinada temática de impacto social e institucional. Os programas acadêmicos seguem o direcionamento da linha de pesquisa e dos eixos (temáticos e transversais) e dão início ao planejamento acadêmico da ESMPU. Os programas possuem duração de até cinco anos e são definidos pela CDC e acompanhados pela Câmara de Ensino. No total, a CDC definiu 17 programas acadêmicos: 1) Consumo, meio ambiente e sustentabilidade; 2) Corrupção, improbidade e criminalidade; 3) Criminalidade e persecução penal; 4) Diálogos democráticos; 5) Direitos humanos, memória e políticas de reparação; 6) Gênero, raça e não discriminação; 7) Internacionalização do Direito; 8) Migrações, refúgio, trabalho escravo e tráfico de pessoas; 9) Ministério Público resolutivo: consensualidade, processo e procedimento; 10) Movimentos e organizações sociais e sindicais; 11) O futuro do trabalho; 12) Promoção do trabalho decente; 13) Tortura, violência e privação de liberdade; 14) Vulnerabilidades e inclusão social; 15) Formação de docentes; 16) Governança, gestão e inovação; 17) Idiomas.

O Anexo 2 apresenta os programas e as ementas instituídas pela CDC. Como os Programas Acadêmicos foram instituídos em 2019, as ações acadêmicas da ESMPU planejadas para 2020 serão balizadas nos referidos programas.

LÍDERES DOS GRUPOS DE PESQUISA

Figura 57 Líderes dos Grupos de Pesquisa

As publicações da ESMPU visam reunir e disseminar conhecimentos relevantes para todos os ramos do Ministério Público da União, produzidos por seus membros ou servidores, assim como por colaboradores externos. As publicações editadas pela ESMPU, tanto em meio eletrônico quanto em meio físico, trazem temas de interesse não só do meio acadêmico, mas também da sociedade. Em 2018, a Escola lançou a primeira publicação em formato ePub, ampliando, assim, as possibilidades de acessos em dispositivos eletrônicos. Todas as publicações da ESMPU estão disponíveis para download em www.escola.mpu.mp.br/publicacoes. Essa política objetiva maior alcance na divulgação do conhecimento e é adotada desde o lançamento da página da Escola na internet. A iniciativa encontra, ainda, respaldo na Lei n. 13.146/2015, denominada Lei Brasileira de Inclusão ou Estatuto da Pessoa com Deficiência, por promover a produção, edição, difusão e distribuição de obras em formato acessível.

A ESMPU também celebra acordos de cooperação com diversas instituições, incluindo as internacionais, com o objetivo de estimular o intercâmbio de conhecimento em áreas de interesse mútuo. Com os acordos, busca-se o aprimoramento do quadro, bem como o apoio a atividades relacionadas com as mais diversas áreas de atuação do MPU.

Em síntese, a ESMPU apresenta-se no cenário da Administração Pública como um "espaço plural de reflexão crítica e dialógica do MPU, internamente e com a so-

ciedade, para construir, disseminar e aplicar saberes com o objetivo de concretizar para todas e todos os Direitos Fundamentais e o Estado Democrático de Direito". Nesse sentido, busca contribuir para a promoção da ética e da cidadania, para a consolidação da democracia e para a redução das desigualdades. Para isso, sua atuação tem como referenciais a inclusão e o desenvolvimento social. Seu trabalho é comprometido com a qualidade de seus cursos, programas e projetos, objetivando os conhecimentos necessários para proporcionar aos discentes uma atuação institucional mais efetiva.

VARIÁVEIS EXTERNAS

Figura 58 Variáveis externas

RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
ESMPU

24 GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E ALOCAÇÃO DE RECURSOS

24.1 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

A ESMPU, por ser uma instituição de ensino de pós-graduação, descreve seu planejamento estratégico no documento Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), exigência do Ministério da Educação (MEC) para as escolas de governo a serem credenciadas e reconhecidas como legítimas em sua oferta educacional. O PDI é o documento que sistematiza a previsão e a implementação do planejamento, do desenvolvimento, da avaliação e da gestão da escola de governo[1].

O PDI vigente[2] abrange o período de 2015 a 2019 e busca o alinhamento das mais diferentes áreas da Escola – do administrativo ao pedagógico –, considerando fatores como a infraestrutura, o clima de trabalho, os mecanismos de autoavaliação e o próprio funcionamento da Escola como instituição, importantes para o alcance de resultados. Em 2019, a ESMPU elaborou o novo PDI[3], que terá vigência de 2020 a 2024. Este foi elaborado com uma metodologia participativa que envolveu toda a comunidade acadêmica. Dessa forma, todos que dialogam com a instituição, direta ou indiretamente, ajudaram a traçar os caminhos para os próximos cinco anos.

Se o PDI 2015-2019 previu, pelas necessidades de sua época, consolidar uma escola técnica e organizada administrativamente, o planejamento do próximo quinquênio tem a missão de solidificar a ESMPU enquanto instituição acadêmica e científica, a partir de uma visão sistêmica e evolucionária. A agenda positiva prioriza o fomento à produção intelectual por todas as suas frentes: ensino, pesquisa e extensão. Adiciona-se a isso a necessidade de atuação internacional. O novo PDI também tem por finalidade inserir de modo definitivo a ESMPU no contexto internacional, partindo da premissa de que as demandas de atuação do MPU nos dias de hoje precisam refletir a realidade de um mundo cada vez mais interconectado. Nos próximos cinco anos, prevê-se a integração entre ensino, pesquisa e extensão a partir dos Programas Acadêmicos. A instituição também vai fomentar pesquisas interinstitucionais e interdisciplinares, inclusive com cooperação internacional. Para a extensão, pretende-se instituir programas interdisciplinares sistematizados e permanentes em vez de ações pontuais. O novo PDI também visa ao fomento da interlocução do MPU com a sociedade por meio de atividades de extensão.

O PDI 2015-2019 apresenta o perfil institucional, contemplando as finalidades previstas na lei de criação da ESMPU, os objetivos e as metas, as áreas de atuação acadêmica e as políticas de ensino, de extensão e de pesquisas. Esse arcabouço foi construído a partir de uma análise dos ambientes interno e externo, das metas e dos resultados esperados, que oferecem diretrizes para a gestão.

1 BRASIL. Ministério da Educação. *Especificidades do Instrumento de Avaliação Institucional Externa para as escolas de governo* – documento orientador. Brasília: MEC, 2016.

2 Disponível em: http://escola.mpu.mp.br/a-escola/legislacao-e-regulamentos/pdi-2015-2019/pdi-2015-2019.pdf.

3 Disponível em: http://escola.mpu.mp.br/a-escola/legislacao-e-regulamentos/pdi-2020-2024/apresentacao/pdi.pdf.

24.1.1. DESCRIÇÃO SINTÉTICA DOS OBJETIVOS

As metas estabelecidas para a ESMPU visam alcançar a excelência na gestão e, por isso, tiveram como base os princípios constitucionais da Administração Pública e, como pilares, os fundamentos da excelência gerencial:

1. Legalidade (liderança e constância de propósitos, responsabilidade social).
2. Impessoalidade (controle social, pensamento sistêmico, geração de valor).
3. Moralidade (foco no cidadão e na sociedade).
4. Publicidade (aprendizado organizacional; orientação por processos e informações; gestão participativa).
5. Eficiência (visão de futuro e cultura da inovação).

Considerando esses fundamentos e o resultado da análise do ambiente, buscou-se o refinamento da gestão da ESMPU, visando ao equilíbrio entre as competências da instituição e as exigências dos ambientes interno e externo, sem perder de vista o referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da Administração Pública, proposto pelo Tribunal de Contas da União (TCU)[4], e o atendimento das dez dimensões trazidas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), com as devidas adaptações para a realidade da Escola:

1. A missão e o plano de desenvolvimento institucional.
2. A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.
3. A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere a sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, e à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

4 Governança no setor público compreende essencialmente os mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade. De acordo com o referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da Administração Pública, para que as funções de governança (avaliar, direcionar e monitorar) sejam executadas de forma satisfatória, alguns mecanismos devem ser adotados: a liderança, a estratégia e o controle. A cada um deles foi associado um conjunto de componentes que contribuem direta ou indiretamente para o alcance dos objetivos. São eles: a) pessoas e competências; b) princípios e comportamentos; c) liderança organizacional; d) sistema de governança; e) relacionamento com partes interessadas; f) estratégia organizacional; g) alinhamento transorganizacional; h) gestão de riscos e controle interno; i) auditoria interna; e j) accountability e transparência.

4. A comunicação com a sociedade.

5. As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.

6. Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e a representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.

7. Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação.

8. Planejamento e avaliação, especialmente os processos, os resultados e a eficácia da autoavaliação institucional.

9. Políticas de atendimento aos estudantes.

10. Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

Foram estabelecidas 25 metas para o quinquênio 2015-2019, agrupadas de acordo com os oito critérios do Modelo de Excelência em Gestão da Fundação Nacional da Qualidade (FNQ)[5] , substituindo "Clientes" por "Cidadãos":

1. Liderança
2. Estratégias e planos
3. Cidadãos
4. Sociedade
5. Informações e conhecimento
6. Pessoas
7. Processos
8. Resultados

Este último critério não tem metas exclusivas. Ao contrário: ele está inserido em todas as metas.

O desempenho operacional da ESMPU está relacionado diretamente com a sua capacidade de cumprir a sua missão institucional. A medição do desempenho ocorre por meio de indicadores e por meio do acompanhamento da execução das macroatividades relacionadas às metas previstas no PDI. Como o PDI findou em 2019, o Anexo 3 apresenta o histórico anual de execução do plano e de execução por critério de excelência com base no desenvolvimento das macroatividades e, consequentemente, das metas.

Para o PDI 2020-2024, a ESMPU organizou seu mapa estratégico a partir da missão, da visão, dos valores institucionais e das perspectivas, conforme a *Figura 5*.

5 A entidade sem fins lucrativos foi criada para administrar o Prêmio Nacional da Qualidade® (PNQ), em 1991. Sua trajetória é marcada pela busca das melhores práticas da gestão para o aumento da competitividade das organizações e do Brasil. Em 2005, a fundação promoveu ampla reestruturação, passando a se chamar Fundação Nacional da Qualidade (FNQ).

MAPA ESTRATÉGICO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL 2020-2024

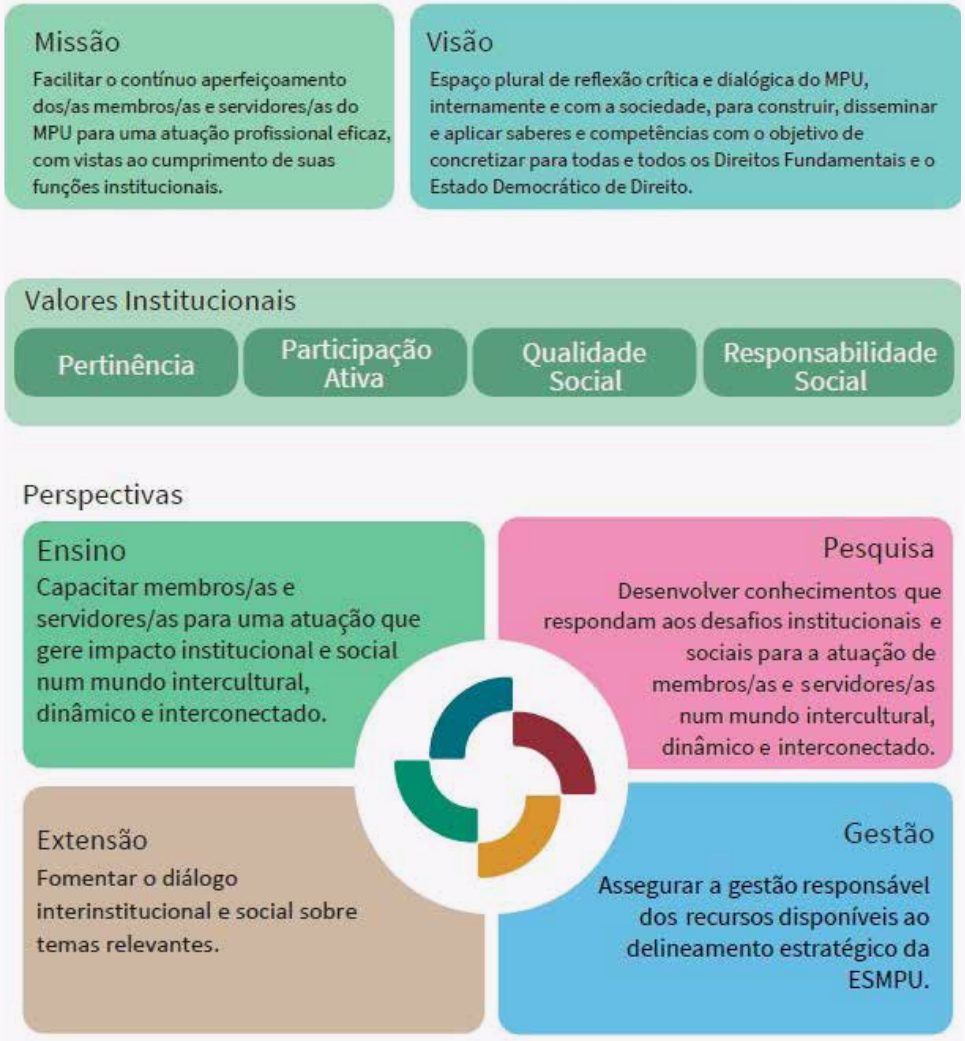


Figura 59 Mapa estratégico do Plano de Desenvolvimento Institucional 2020-2024

24.1.2. ESTÁGIO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Por ser uma instituição de ensino, o planejamento estratégico da ESMPU está expresso em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2015-2019. Metas foram estabelecidas e indicadores de desempenho foram criados para mensuração do alcance de cada meta, além de possibilitar o monitoramento e a avaliação das ações e dos resultados esperados. O desdobramento das estratégias é realizado por meio de Planos de Ação e do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), elaborados pelas unidades que compõem a ESMPU. Esse instrumento permite o acompanhamento das ações empreendidas pelas áreas para alcance das metas. Além de permitir o desenvolvimento da cultura de planejamento em níveis estratégico, tático e operacional, favorece o controle dos resultados e o tratamento de desvios, sistematizados em relatórios anuais[6].

24.1.3. VINCULAÇÃO DOS PLANOS DA UNIDADE COM AS COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS E OUTROS PLANOS

A ESMPU se organizou física e administrativamente para o quinquênio 2015-2019 para fazer frente ao desafio autoproposto e cumprir a missão de "facilitar o contínuo aperfeiçoamento dos membros e servidores do MPU, para uma atuação profissional eficaz, com vistas ao cumprimento de suas funções institucionais". Para tanto, apoia-se nos objetivos institucionais e nas políticas de ensino, assim como em metas que se articulam com mecanismos de acompanhamento e avaliação. Os órgãos da ESMPU que apoiam as atividades acadêmicas e contribuem para o cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) são:

- o Conselho Administrativo (CONAD);
- a Diretoria-Geral;
- as Coordenações de Ensino;
- a Câmara de Ensino;
- a Câmara de Desenvolvimento Científico;
- a Câmara Editorial;
- a Secretaria de Planejamento e Projetos;
- a Secretaria de Infraestrutura e Logística Acadêmica;
- a Secretaria de Administração; e
- a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação.

6 O relatório da execução do PDI 2015-2019 pode ser acessado no *Anexo 3* deste Relatório.

Para cada uma das metas estabelecidas no PDI 2015-2019 (plano estratégico da ESMPU), está designada a área responsável pelo seu alcance. À luz dessas metas, as áreas da ESMPU elaboram os respectivos planos de ação, em que descrevem as ações empreendidas para execução das macroatividades e das metas estabelecidas no plano estratégico, bem como a previsão de conclusão e o resultado esperado. Essas ações consistem em programas, projetos, prioridades e atividades executadas no âmbito das secretarias.

Quanto à gestão da Tecnologia da Informação (TI), a ESMPU dispõe do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), instrumento responsável pela avaliação da situação atual e pela exposição do que a instituição almeja quanto à gestão de TI. O PDTI 2018-2019[7] está alinhado com o PDI 2015-2019.

24.1.4. FORMAS E INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO E DOS RESULTADOS DOS PLANOS

O monitoramento da execução e dos resultados das metas previstas no PDI da ESMPU é anual, sendo realizado por meio do acompanhamento da execução das macroatividades elencadas para cada meta diretamente com as áreas envolvidas. Na estrutura organizacional da ESMPU, há duas áreas responsáveis pelo monitoramento: a Divisão de Desenvolvimento Organizacional, que acompanha a execução do PDI, e a Divisão de Avaliação Estratégica, que avalia as ações empreendidas.

Uma instância de controle na ESMPU é a Comissão Própria de Avaliação (CPA), que tem a finalidade de conduzir os processos de avaliações institucionais da Escola, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelos órgãos competentes. Sua composição contempla a representação de todos os segmentos da comunidade acadêmica (docente, discente e técnico-administrativo) e de representantes da sociedade civil organizada. Os membros são escolhidos para um mandato de dois anos. Ademais, na estrutura do MPU há a AUDIN, responsável por realizar auditoria interna nas unidades componentes do Ministério.

Os instrumentos para monitoramento são os planos de ações de cada secretaria da Escola, que servem para acompanhamento de resultados e posicionamento. As informações coletadas são consolidadas em relatórios de autoavaliação institucional, exigência do MEC a escolas de governo, e em relatórios de execução do PDI.

7 Disponível em: http://escola.mpu.mp.br/a-escola/legislacao-e-regulamentos/pdti-2018-2019/PDTI__2018_2019__atualizacao_em_20_03_19.pdf.

24.2 DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA

ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA	BASE NORMATIVA	FORMA DE ATUAÇÃO
Conselho Administrativo (CONAD)	Regimento Interno da ESMPU – Aprovado pela Resolução CONAD n. 9, de 11/10/2019.	Colegiado
Diretoria-Geral (DIRGE)	Regimento Interno da ESMPU – Aprovado pela Resolução CONAD n. 9, de 11/10/2019.	Em linha
Coordenações de Ensino	Regimento Interno da ESMPU – Aprovado pela Resolução CONAD n. 9, de 11/10/2019.	Em linha
Câmara de Ensino	Resolução CONAD n. 5, de 27 de novembro de 2018.	Colegiado
Câmara de Desenvolvimento Científico (CDC)	Regimento Interno da ESMPU – Aprovado pela Resolução CONAD n. 9, de 11/10/2019.	Colegiado
Câmara Editorial (CED)	Regimento Interno da ESMPU – Aprovado pela Portaria PGR/MPU n. 905, de 16/12/2013, com nova redação aprovada pela Portaria PGR/MPU n. 78, de 22/10/2014. Regulamento da CED – Aprovado pela Portaria n. 75, de 11/9/2014.	Colegiado
Comissão Própria de Avaliação (CPA)	Regulamento da CPA – Aprovado pela Resolução CONAD n. 4 de 1º/7/2019.	Colegiado
Comitê Consultivo de Tecnologia da Informação (CTI)	Portaria ESMPU n. 118, de 14/10/2015.	Colegiado
Comitê Consultivo de Projetos Estratégicos (CCPE)	Resolução n. 6, de 9/11/2016.	Colegiado

Tabela 145 Estruturas de governança

24.3 ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

O ambiente de atuação de um órgão de controle é complexo, dinâmico, e demanda adentrar em várias áreas dos saberes humanos, para aferir a conformidade, e, em última análise, o atendimento do interesse público. Além dos aspectos legais, tem como propósito de suas ações o aperfeiçoamento da gestão na obtenção de melhores resultados e na busca contínua pela excelência e plena otimização dos processos de trabalho. Nesse aspecto, as atribuições da Auditoria Interna do MPU decorrem diretamente dos arts. 70 e 74 da Constituição Federal, que visam dotar o Poder Público de mecanismos de proteção do interesse público tutelado. Corrobora esse múnus público o § 2º do art. 23 da Lei Complementar n. 75, de 1993.

Nesse sentido, a Auditoria Interna do Ministério Público da União (AUDIN-MPU), órgão de controle interno do Ministério Público da União, dirigida pelo Auditor-Chefe, é responsável pelas fiscalizações e auditorias realizadas no Ministério Público Federal, no Ministério Público do Trabalho, no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, no Ministério Público Militar e, ainda, na Escola Superior do MPU, consoante o art. 1º do Regimento Interno da AUDIN-MPU, aprovado pela Portaria PGR n. 53, de 29 de maio de 2017[8].

Nesse prisma, a AUDIN-MPU tem as seguintes finalidades: avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e a execução dos programas e dos orçamentos do Ministério Público da União; comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e à eficiência, da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e de pessoal nos órgãos e unidades do Ministério Público da União; e apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Para o cumprimento desse mister constitucional, a AUDIN-MPU está diretamente subordinada ao Procurador-Geral da República (art. 1º, *caput*, do Regimento Interno da AUDIN-MPU), fato este que lhe confere independência para o desempenho de seu papel no tocante às auditorias e fiscalizações realizadas.

No tocante ao processo de auditoria propriamente dito, ressalta-se que os trabalhos são desenvolvidos segundo as diretrizes estabelecidas no Plano Geral de Auditoria e no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna[9] (Paint). Os escopos são previamente definidos segundo critérios de materialidade, relevância, criticidade, e em análise de riscos e na avaliação dos mecanismos de controles internos das unidades

8 Disponível em: http://www.auditoria.mpu.mp.br/audin/PORTARIA-PGR-2017-53-REGIMENTO-INTERNO-AUDIN.pdf.
9 Disponível em: http://www.auditoria.mpu.mp.br/audin/paint/paint-2019.pdf.

jurisdicionadas. Nesse *iter*, a governança das atividades de controle interno do MPU e o posicionamento hierárquico da AUDIN-MPU consagram os quesitos objetividade e independência do órgão de controle interno, em plena harmonia com os princípios que lhes são aplicáveis.

Nesse horizonte, no Paint, evidenciam-se as prioridades nas ações de fiscalização, o planejamento e a execução das auditorias, os itens requeridos pelo Tribunal de Contas da União e outros elementos de análise que irão compor os Relatórios de Auditoria de Gestão. Nesse documento também são elencados a descrição das ações de auditoria, os objetos, os itens, o escopo, o local de realização, bem como a secretaria e a coordenação às quais se vincula a equipe de auditoria que realizará a inspeção por meio de fiscalização a distância ou in loco. Por fim, no Paint, as unidades jurisdicionadas são escolhidas segundo os critérios técnicos preestabelecidos, e, após, é apresentado o cronograma das atividades de auditoria. O cronograma[10] das unidades selecionadas para receber a visita técnica dos auditores também é divulgado na página www.auditoria.mpu.mp.br.

Para facilitar a compreensão dos trabalhos de auditoria, a AUDIN-MPU disponibiliza em seu sítio eletrônico o Manual de Auditoria[11] (elaborado pela equipe da própria AUDIN-MPU). Esse instrumento de trabalho serve também de apoio ao gestor, que tem a possibilidade de conhecer, de antemão, os métodos e as técnicas aplicáveis aos trabalhos de auditoria, bem como as regras de conduta que pautam a atuação do auditor.

A escolha do Auditor-Chefe é prerrogativa do Procurador-Geral da República e trata-se de cargo técnico de livre nomeação e exoneração. Não há um critério específico definido em regulamento ou no próprio Regimento Interno, sendo desejável que a escolha recaia entre auditores da carreira de finanças e controle do Ministério Público da União. A AUDIN-MPU, comandada pelo Auditor-Chefe, está estruturada em duas secretarias. A Secretaria de Orientação e Avaliação é responsável pelas orientações a respeito das áreas de gestão, administrativa, tributária, financeira, de pessoal, patrimonial, orçamentária; e pela fiscalização de registro de atos de admissão, aposentadoria e pensão perante o Tribunal de Contas da União, bem como pela fiscalização e auditoria contábil e financeira das demonstrações contábeis. A Secretaria de Auditoria é responsável pela fiscalização, pelas auditorias e pela inspeção nas unidades do Ministério Público da União de todos os atos de gestão. A AUDIN-MPU tem ainda em sua estrutura uma divisão de apoio administrativo e um Núcleo de Tecnologia da Informação e Comunicação.

A estrutura organizacional da AUDIN-MPU está a seguir discriminada:

10 Disponível em: http://www.auditoria.mpu.mp.br/audin/cronograma/cronograma-inspecoes-fisicas-audin-mpu-2019.pdf.
11 Disponível em: http://www.auditoria.mpu.mp.br/audin/MANUAL-DE-AUDITORIA-AUDIN-MPU-2016.pdf.

ORGANOGRAMA AUDIN-MPU

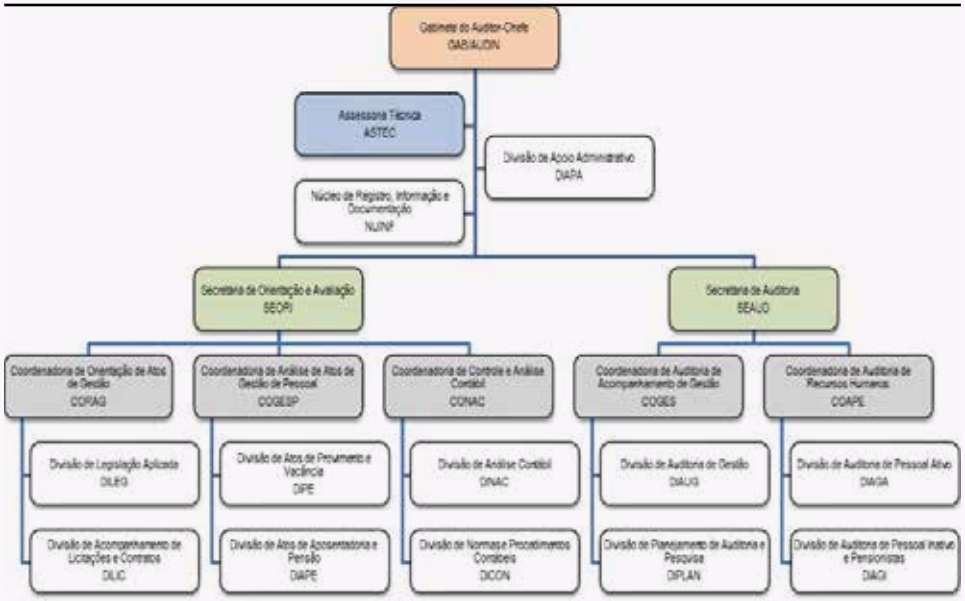


Figura 60 Organograma AUDIN-MPU

Ademais, são expedidos Relatórios de Auditoria que evidenciam os achados e as recomendações do órgão de controle interno. Após a manifestação dos gestores das unidades auditadas, são expedidas Notas de Auditoria, contendo a avaliação desse órgão de controle interno sobre a manifestação das unidades. Tais documentos e recomendações são de conhecimento da alta administração, que são os chefes administrativos das unidades, e, a depender do grau de importância e impacto no órgão, são levados também ao conhecimento do Procurador-Geral da República.

Anualmente, o Procurador-Geral da República emite pronunciamento atestando haver tomado conhecimento das conclusões contidas no Parecer do Dirigente do Órgão de Controle Interno do Ministério Público da União sobre o desempenho e a regularidade da gestão da unidade do Ministério Público que foi escolhida pelo TCU para ter o processo de contas constituído. Nesse prisma, de forma bastante integrada e sistemática, há boa comunicação, célere e eficiente, inclusive quanto às recomendações expedidas, entre a AUDIN-MPU e a Administração Superior, em relação a todos os ramos do Ministério Público

da União. Nesse contexto, frise-se que as recomendações do órgão de controle interno, em regra, costumam ser observadas pelos gestores do MPU e cumpridas a contento.

A AUDIN-MPU atualmente passa por uma fase de modernização que visa ganhar celeridade e efetividade, bem como dotar seu corpo técnico de mecanismos que garantam uma atuação mais eficaz e voltada para os resultados, com foco na análise da gestão de riscos e na avaliação dos controles internos administrativos no âmbito das unidades prestadoras de contas.

Em 2019, a ESMPU foi objeto de inspeção da AUDIN, que tratou do exame de atos de gestão do Contrato n. 17/2018, referente à execução da segunda etapa de construção da sua nova sede, conforme dispõe o Relatório de Auditoria de Obras e Serviços de Engenharia n. 2/2019, processo SEI n. 0.01.000.1.005331/2019-51.

24.4 ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS

Durante o exercício de 2019, as atividades da ESMPU não foram objeto de correição pela Corregedoria Nacional do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

24.5 RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

A análise de riscos da ESMPU visa à identificação de eventos que podem afetar negativamente o alcance dos objetivos estratégicos da instituição. O constante monitoramento, a melhoria contínua e a participação de toda a Escola permitem a adequada gestão de riscos.

A gestão de riscos é realizada no âmbito dos projetos que são desenvolvidos para alcance das metas previstas no PDI. No plano de cada projeto, são informados os riscos identificados, as consequências da ocorrência dos riscos, a classificação do impacto do risco (se baixo, médio, alto ou muito alto), a resposta planejada (se mitigar, evitar, transferir ou aceitar o risco) e a ação empreendida em resposta ao risco identificado. A equipe do projeto acompanha e notifica a Administração Superior da Escola sobre a ocorrência do risco que pode impactar a realização do projeto e, consequentemente, o alcance da meta estratégica vinculada.

Além disso, com o advento da Política de Gestão de Riscos do MPU (Portaria PGR/MPU n. 78, de 8 de agosto de 2017), a ESMPU instituiu um grupo de trabalho com a finalidade de analisar a implementação da Política de Gestão de Riscos no âmbito da ESMPU. O grupo foi constituído pela Portaria n. 1.103, de 14 de dezembro de 2017. Em 2019, a implementação da gestão de risco foi pensada no bojo do processo de elaboração do novo planejamento estratégico da ESMPU – o PDI 2020-2024. O PDI 2020-2024 descreve os riscos que podem interferir no alcance das metas e, consequentemente, na execução total ou parcial do Plano. Além dos riscos, o PDI apresentou as formas de prevenir a instauração do risco e de contingenciar o risco, e, ainda, os responsáveis pelo controle do risco e o impacto que a não execução do Plano poderia trazer para a instituição. Considera-se, portanto, a institucionalização da prática da gestão de riscos de objetos estratégicos da Escola.

RISCOS PREVISTOS PARA O QUINQUÊNIO 2020-2024

RISCO	DESALINHAMENTO DOS PLANOS DE AÇÃO COM O PDI
Prevenção	Revisão e aprovação constantes pelos Colegiados e pelas áreas responsáveis.
Contingência	Convocação de reunião extraordinária para reformulação do plano com vistas ao cumprimento da meta.
Impacto	Não alcance das metas estabelecidas para as metas estratégicas.
Responsabilidade	Comitês, SEPLAN, Gestor Responsável
RISCO	**FALTA DE APOIO E MONITORAMENTO DAS METAS INSTITUCIONAIS**
Prevenção	Comunicação adequada das responsabilidades e dos dados de monitoramento.
Contingência	Revisão constante dos controles de monitoramento. Buscar reforço e apoio institucional frequente.
Impacto	Indicadores não atingem os valores almejados e, consequentemente, metas institucionais não são cumpridas.
Responsabilidade	SEPLAN, Comitês
RISCO	**COMUNICAÇÃO IMPRECISA, INCONSISTENTE OU INCORRETA**
Prevenção	Planejar e executar ações institucionais de comunicação e sensibilização.
Contingência	Promover eventos para realinhamento.
Impacto	Dificuldade de execução do planejamento e partes interessadas frustradas.
Responsabilidade	SEPLAN, Comitês, ASCOM
RISCO	**FALTA DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS PARA EXECUÇÃO DOS PLANOS DE AÇÃO**
Prevenção	Planejamento orçamentário adequado.
Contingência	Remanejamento interno para minimizar o impacto, reequilibrando o orçamento, e, em último caso, mudar estratégia do plano de ação sem prejuízo do cumprimento da meta.
Impacto	Impossibilidade de alcançar determinadas metas que dependam de orçamento.

Responsabilidade	DG, DIOF, Secretários
RISCO	**MUDANÇAS INTEMPESTIVAS NO QUADRO DE SERVIDORES, IMPACTANDO A REALIZAÇÃO DAS AÇÕES**
Prevenção	Antever políticas de gestão de pessoas, qualidade de vida e de alocação dos servidores para valorização do quadro presente.
Contingência	Buscar substituição em parceria com outros ramos.
Impacto	Possibilidade de não realização das ações no tempo planejado.
Responsabilidade	DGP, DG, Secretários
RISCO	**COMPREENSÃO DOS GESTORES SOBRE O QUE É O PROCESSO DE MEDIÇÃO DE INDICADORES E SUAS METAS**
Prevenção	Promoção de oficinas para o envolvimento e o entendimento do PDI.
Contingência	Divulgação continuada.
Impacto	Medição falha.
Responsabilidade	SEPLAN, Colegiados
RISCO	**BUROCRACIA OU INDISPONIBILIDADE NA COLETA DE DADOS**
Prevenção	Designar um guardião.
Contingência	Juntar todas as informações em uma base de dados e torná-las disponíveis.
Impacto	Monitoramento do PDI.
Responsabilidade	SEPLAN
RISCO	**FALTA DE CULTURA DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO CONSTANTES**
Prevenção	Envolver gestores num plano de comunicação continuado.
Contingência	Promover reuniões de monitoramento periódicas com as Unidades e os Colegiados.
Impacto	Enfraquecimento da Gestão Estratégica.
Responsabilidade	Colegiados, CONAD, SEPLAN
RISCO	**DESVINCULAÇÃO DAS ATIVIDADES EXECUTADAS NAS SECRETARIAS COM O PDI**
Prevenção	Criar processo de apoio e revisão dos planos de ação desenvolvidos pelos Colegiados e pelas Secretarias.
Contingência	Priorização com a Alta Administração.
Impacto	Falta de responsabilização das metas e dos indicadores.
Responsabilidade	Colegiados, CONAD, SEPLAN
RISCO	**AUSÊNCIA DE PESSOA NA SEPLAN QUE SE DEDIQUE À GESTÃO DO PDI**
Prevenção	Nomear um servidor com experiência em planejamento estratégico para articular todas as iniciativas, montar plano de ação e monitorar os indicadores e suas aferições.
Contingência	Priorizar as demandas da SEPLAN com vistas a focar no PDI, e capacitar a equipe em gestão estratégica.
Impacto	PDI não ser atualizado nem seguido.
Responsabilidade	SEPLAN, Diretoria Geral

Tabela 146 Riscos previstos para o quinquênio 2020-2024

24.6 CONTROLES INTERNOS

As instâncias que realizam controle interno na ESMPU são:

a) Auditoria Interna do MPU, que tem a finalidade de avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e a execução dos programas e dos orçamentos do Ministério Público da União; comprovar a legalidade e avaliar os resultados quanto à eficácia e à eficiência da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e de pessoal nos órgãos e unidades do Ministério Público da União; e apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

b) Comissão Própria de Avaliação da ESMPU (CPA), que realiza avaliação periódica das diferentes frentes de atuação e gestão da Escola, analisa resultados e tece recomendações à Administração Superior da ESMPU. Em 2018, a CPA divulgou um relatório de autoavaliação institucional e um relatório de gestão[12]. Já em 2019, a comissão aplicou um questionário de autoavaliação, finalizado no mês de novembro.

Além desses órgãos, a ESMPU dispõe de duas divisões em sua estrutura organizacional (Divisão de Desenvolvimento Organizacional e Divisão de Avaliação Estratégica), responsáveis pelo acompanhamento e pela avaliação das ações da Escola relacionadas aos objetivos estratégicos. O acompanhamento e o controle dessas ações permitem a verificação de desvios e a tomada de decisões pela Administração Superior, e garantem a eficácia e a eficiência das operações ante os objetivos traçados, gerindo riscos.

INSTÂNCIAS DE CONTROLE INTERNO

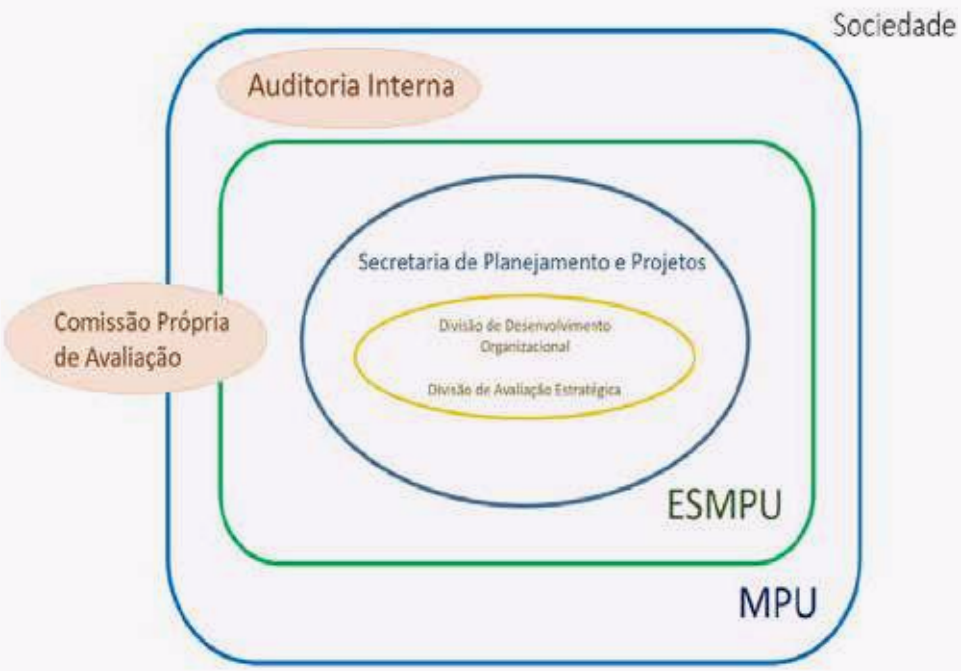


Figura 61 Instâncias de controle interno

12 Disponível em: http://escola.mpu.mp.br/a-escola/institucional/orgaos-colegiados/cpa/relatorios.

IEEE SMPO

RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
ESMPU

25 RESULTADOS DA GESTÃO

25.1 RESULTADOS ALCANÇADOS ANTE OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS (OU CADEIA DE VALOR) E AS PRIORIDADES DA GESTÃO

O Anexo 3 do presente documento traz os demonstrativos dos anos de 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019 relacionados com as metas traçadas no PDI 2015-2019 e a análise com os percentuais de execução alcançados em cada ano.

O PDI 2015-2019 destacou o alto percentual de desenvolvimento e execução dos seguintes critérios de excelência: liderança, estratégias e planos, cidadãos, sociedade e pessoas. A otimização dos investimentos em capacitação, como a descentralização das atividades a partir da criação dos polos, o fomento à pesquisa e à sua reestruturação, com a definição da linha de pesquisa e a criação dos grupos de trabalho por eixos temáticos e transversais, a publicidade e a transparência das avaliações de reação e de impacto, de modo a retroalimentar o planejamento educacional, são conquistas que tornam a Escola um centro de excelência em formação e de promoção social.

De maneira geral, o PDI 2015-2019 obteve elevado percentual de desenvolvimento e execução de suas metas (85%). Os critérios *liderança e cidadãos* alcançaram 100% de suas metas, que incluem a capacitação dos secretários e das chefias intermediárias, de maneira contínua, em liderança organizacional e a adaptação do mobiliário e de equipamentos compatíveis para o uso de portadores de necessidades especiais, respectivamente. O critério *sociedade* também obteve alto percentual de execução de suas metas (93%), que incluem o fomento à pesquisa científica aplicada e o incremento das atividades decorrentes de parcerias e acordos de cooperação, ambos com execução de 100%.

Por meio do Diagnóstico da Oferta Acadêmica 2017-2019, das consultas interna e externa em março de 2018 e da análise dos relatórios de autoavaliação institucional e do PDI vigente, a Escola levantou necessidades de ajustes em algumas metas e já atuou com ações imediatas ainda neste quinquênio para solucioná-las. Destacam-se a seguir alguns tópicos principais.

Verificou-se ausência de uma política de interlocução com a sociedade e com os ramos, o que motivou a criação da Câmara de Ensino, que reforça e integra os eixos ensino e extensão, de modo a abrir as portas da Escola para a escuta ativa da realidade da sociedade brasileira.

Detectou-se elevado custo dos cursos. Isso foi amenizado com a criação dos polos regionais e a mudança dos cursos a distância para formato mais dinâmico e interativo.

Verificou-se ausência de planejamento acadêmico com maior integração entre ensino, pesquisa e extensão. Determinaram-se princípios e diretrizes que, somados com a definição dos colegiados na estrutura organizacional, nortearam o próximo PDI para a busca de um planejamento estratégico, educacional e holístico, sem reduzir a instituição a um formato meramente técnico e administrativo.

Mais da metade dos respondentes avaliaram a ESMPU de forma positiva, momento em que vários destacaram a melhoria da atuação da Escola nos últimos anos. Houve muitos pedidos de mais cursos para a área-meio do MPU (administrativa) e para servidores.

Quanto às atividades de capacitação com vistas à defesa da ordem jurídica, dos interesses sociais e dos direitos individuais indisponíveis, mais de 50% dos respondentes avaliaram de forma positiva a atuação da ESMPU para a questão proposta. Como solução, indicou-se a realização de mais intercâmbios com pesquisadores de outras instituições de ensino.

Em relação à atuação da ESMPU em atividades de capacitação com vistas à defesa do regime democrático, apontou-se a necessidade de ampliação de cursos, debates e pesquisas sobre a temática.

Quando se perguntou sobre o papel da Escola no MPU e na sociedade, aparecem recorrentemente os termos "desenvolvimento", "direitos humanos", "Estado Democrático", "cidadania", "ordem jurídica", "qualidade", "defesa", "democracia", "serviço" e "pesquisa".

Sobre os desafios da ESMPU para os próximos cinco anos, os respondentes relacionaram "ensino" e "pesquisa" com "defesa e desenvolvimento de direitos humanos e sociais", e "desafio" com "regime democrático" e "dificuldades orçamentárias".

Quanto às questões que versavam sobre a regionalização da ESMPU (criação dos polos), foram apontadas respostas plurais e específicas para cada região do País. Apontou-se a necessidade de ampliar a oferta de capacitação local, outro ponto que reforçou a criação dos polos.

Ainda como ação de consulta externa, realizou-se um grupo focal com especialistas de diferentes áreas do conhecimento – Sociologia, Ciências Políticas, Filosofia, Direito, Comunicação Social –, além de representantes de movimentos sociais. O objetivo do grupo focal foi colher contribuições sobre temas que podem direcionar a oferta de extensão da ESMPU, com vistas a fortalecer as ações em programas permanentes. Como resultado, idealizou-se o programa de extensão "Diálogos democráticos".

Os relatórios apontaram necessidade de mais clareza quanto à composição dos colegiados da ESMPU e de melhoria nos processos de comunicação e de planejamento institucional. Os avaliadores indicaram ainda a baixa oferta de vagas para servidores nos cursos presenciais, sobretudo para os analistas periciais. Sugeriu-se, também, maior oferta de pós-graduação, principalmente *stricto sensu* (mestrado e doutorado). Em 2019, foram oferecidas, pela primeira vez, vagas para servidores no curso de mestrado.

Apresentaram-se demandas de capacitação de docente, com a atualização continuada em metodologias ativas aos tutores de cursos na modalidade de Educação a Distância (EaD).

Verificaram-se, por meio da avaliação institucional, desconhecimento quanto aos critérios de seleção de projetos de pesquisa e críticas sobre o processo de seleção de discentes para cursos, quando realizado por sorteio de vagas.

Alguns desafios são postos para o aprimoramento institucional nos anos vindouros do PDI, como a melhoria dos processos de implantação da gestão do conhecimento, os quais serão elevados pela instrumentalização tecnológica de apoio e acesso à informação, acrescida do diálogo entre o Conselho Administrativo (CONAD), a Câmara de Desenvolvimento Científico (CDC) e a Câmara de Ensino (CE), formando a integração entre os colegiados para o desenvolvimento do tripé acadêmico institucional Ensino, Pesquisa e Extensão.

A Divisão de Avaliação (DIAVE), atualmente, aplica e acompanha os resultados avaliativos das atividades acadêmicas ofertadas pela ESMPU, dando o máximo de publicidade por meio do site oficial da Escola, bem como auxilia a Comissão Própria de Avaliação na aplicação e no tratamento dos dados das autoavaliações institucionais. Além disso, a DIAVE planeja os gastos dos recursos orçamentários da Escola destinados à capacitação e monitora a execução desses recursos.

Ademais, para executar as metas previstas no PDI e após avaliação diagnóstica da atuação da ESMPU, a Gestão 2018-2020 estabeleceu algumas prioridades, alcançando os resultados demonstrados na *Tabela 6*.

PRIORIDADES E RESULTADOS DA GESTÃO EM 2019

PRIORIDADES	RESULTADOS PRINCIPAIS
Construção da nova sede	Conclusão das obras da nova sede da ESMPU em 2019.
Elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional 2020-2024	A metodologia de elaboração do PDI, definida em plano de projeto[1], foi fundamentada em dois pilares: diálogo e ampla participação da comunidade acadêmica. O PDI 2020-2024 foi concluído em 2019.
Desenvolvimento de um plano de ação para transversalizar a perspectiva de gênero e não discriminação racial nas atividades de ensino, pesquisa e extensão da ESMPU	Capacitação de todos os colaboradores da ESMPU; realização de oficinas com a sociedade civil; adequação dos projetos pedagógicos com vistas a contemplar essa perspectiva; consideração da equidade de gênero na escolha dos orientadores pedagógicos dos cursos.
Institucionalização de instrumentos de acompanhamento da oferta acadêmica e da execução orçamentária da ESMPU, por meio de metodologia de *business intelligence*	Revisão dos sistemas institucionais e das bases de dados; aquisição de ferramenta de *business intelligence*; capacitação dos servidores da ESMPU. O controle da execução orçamentária de 2019 foi realizado com base na metodologia de *business intelligence*.
Estruturação da pesquisa científica aplicada na ESMPU	Estabelecimento da linha e dos eixos temáticos e transversais de pesquisa científica aplicada; institucionalização de 24 grupos de pesquisa na ESMPU; definição de líderes de pesquisa.
Reformulação da política editorial da ESMPU	Definição de estratégias para estimular a publicação científica e sistematizar a produção intelectual da ESMPU.
Sistematização do protocolo de celebração de acordos de cooperação	Elaboração de manual de normas, procedimentos e rotinas administrativas para formalizar acordos de cooperação; retomada do projeto "Capacitação Jurídica de Formadores e Magistrados", decorrente da cooperação entre entes do Brasil e de Moçambique. Em 2019, foram assinados 16 novos acordos de cooperação.
Modernização de processos e sistemas da ESMPU	Criação do Comitê de Modernização; mapeamento das prioridades de modernização.
Ampliação das ofertas de atividades de extensão	Criação da Câmara de Ensino; incremento de 150% na oferta de atividades de extensão.
Regionalização da ESMPU	Criação de cinco centros de apoio da ESMPU nas cidades de São Paulo, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Recife e Belém. Planejamento de atividades acadêmicas a ocorrer nesses centros. Apenas o Centro de Apoio de Belém não está totalmente estruturado.
Implementação de um Programa de Especialização *Lato Sensu*	Estruturação da produção de conhecimento e articulação das ações de ensino, pesquisa e extensão. Em 2019, foi iniciado o Programa de Especializações com a publicação de sete novas especializações para iniciarem em 2020.

Tabela 147 Prioridades e resultados da gestão em 2019

25.1.1. DESEMPENHO OPERACIONAL – META FÍSICA

O desempenho operacional da ESMPU está relacionado diretamente com a sua capacidade de cumprir a sua missão institucional. A medição do desempenho ocorre por meio dos indicadores demonstrados no subitem a seguir, e por meio do acompanhamento da execução das macroatividades relacionadas às metas previstas no PDI, cujo relatório de execução consta d o Anexo 3.

1 Disponível em: http://escola.mpu.mp.br/a-escola/legislacao-e-regulamentos/pdi-2020-2024/metodologia/PlanodeProjetoPDI20202024.pdf.

INDICADOR E RESULTADOS – DESENVOLVIMENTO DE MEMBROS E SERVIDORES DO MPU

NOME DO INDICADOR Desenvolvimento de Membros e Servidores do MPU		CLASSIFICAÇÃO Eficácia
O que mede Quantitativo de projetos desenvolvidos de atividades acadêmicas de ensino e de extensão realizadas no ano.		**Periodicidade** Anual
Fórmula de cálculo Somatório do total de atividades de ensino com o total de atividades de extensão.		
Metas físicas de referência 159 projetos (12/2015) 163 projetos (12/2016) 150 projetos (12/2017) 272 projetos (12/2018)	**Meta física prevista (2019)** 130 projetos	**Meta física alcançada (2019)** 291 projetos

Análise e justificativa
Quando as metas físicas foram estabelecidas, a ESMPU assumiu o propósito de expandir gradativamente a oferta de atividades acadêmicas de ensino e de extensão a cada ano.
A meta física alcançada teve aumento de 224% quando comparada à meta prevista em 2019, e de 107% quando comparada à meta física alcançada em 2018.
No cálculo da quantidade de projetos desenvolvidos, foram considerados 196 atividades de curta duração de ensino, 93 atividades de extensão e dois cursos de longa duração iniciados em 2019 (Curso de Ingresso e Vitaliciamento do MPF e Mestrado). Os cursos ocorreram nas modalidades presencial, a distância e semipresencial.
Além disso, foram concluídos uma Especialização, um Mestrado e um Curso de Ingresso e Vitaliciamento (CIV).

Tabela 148 Indicador e resultados – Desenvolvimento de membros e servidores do MPU

INDICADOR E RESULTADOS – CAPACITAÇÃO DE PESSOAL

NOME DO INDICADOR Capacitação de Pessoal	CLASSIFICAÇÃO Eficácia
O que mede Quantitativo de membros e servidores capacitados no ano.	**Periodicidade** Anual
Fórmula de cálculo Somatório do total de participantes nas atividades acadêmicas com o total de participantes nas atividades de extensão realizadas no ano.	

NOME DO INDICADOR Capacitação de Pessoal		CLASSIFICAÇÃO Eficácia
Meta física de referência 6.103 capacitados (12/2015) 7.235 capacitados (12/2016) 6.705 capacitados (12/2017) 11.701 capacitados (12/2018)	**Meta física prevista (2019)** 5.798 capacitados	**Meta física alcançada (2019)** 12.074 capacitados

Análise e justificativa
Quando as metas físicas foram estabelecidas, a ESMPU havia assumido o propósito de expandir gradativamente a oferta de atividades acadêmicas a cada ano. Com esse aumento gradativo, buscava-se que a ESMPU conseguisse atingir a meta de ofertar uma vaga por ano para cada membro e servidor da área-fim e uma vaga por ano para cada dois servidores da área-meio.
A meta física alcançada teve aumento de 103% quando comparada com 2018 em razão de a ESMPU ter reiniciado as atividades de extensão, bem como a regionalização das atividades acadêmicas, com vistas a otimizar seus recursos financeiros, de modo a ampliar a oferta de cursos e aumentar o número de participantes, com menor dispêndio de recursos.
No cálculo da quantidade de pessoas capacitadas, foram considerados: 464 capacitados nos cursos de longa duração, 11.610 nos cursos de curta duração. Entre os cursos de curta duração, foram capacitados 4.551 servidores, 1.317 membros e 5.742 participantes da sociedade civil. Não foram contabilizados os treinamentos internos para os servidores da ESMPU, que totalizaram 141 capacitações.

Tabela 149 Indicador e resultados – Capacitação de pessoal

INDICADOR E RESULTADOS – PESQUISAS DESENVOLVIDAS

NOME DO INDICADOR Pesquisa na área jurídica		CLASSIFICAÇÃO Eficácia
O que mede Quantitativo de projetos de pesquisa desenvolvidos no ano.		**Periodicidade** Anual
Fórmula de cálculo Somatório de projetos de pesquisa desenvolvidos no ano.		
Meta física de referência 2 projetos de pesquisa (12/2015) Nenhum projeto de pesquisa desenvolvido (12/2016) Nenhum projeto de pesquisa desenvolvido (12/2017) 2 projetos de pesquisa (12/2018)	**Meta física prevista (2018)** 7 projetos de pesquisa	**Meta física alcançada (2018)** 1 projeto de nova pesquisa 10 projetos de pesquisa finalizados

NOME DO INDICADOR Pesquisa na área jurídica	CLASSIFICAÇÃO Eficácia

Análise e justificativa
A Escola espera maximizar sua produção científica nos próximos anos, com a formação de turmas no Mestrado Profissional em Direito que ocorreram anualmente a partir de 2016, e com o devido direcionamento da Câmara de Desenvolvimento Científico, que, entre outras funções, indica à Escola as pesquisas que necessitam ser realizadas para investigação de problemas e atualização sobre temas afetos ao MPU, cujos resultados são publicados em periódicos e outras obras, a fim de sistematizar o conhecimento.
Em 2019, a ESMPU investiu na criação de programas acadêmicos, grupos de pesquisa, líderes de pesquisa e na seleção de pesquisadores. Por isso, houve o início de apenas uma pesquisa, mas com previsão de 24 novas pesquisas em 2020. Em 2019, dez pesquisas que iniciaram em anos anteriores foram finalizadas. Há previsão de término de mais duas pesquisas em 2020.

Tabela 150 Indicador e resultados – Pesquisas desenvolvidas

25.2 PERSPECTIVAS PARA OS PRÓXIMOS EXERCÍCIOS

25.2.1. PESQUISAS

No último quinquênio, a ESMPU teve o desafio de reconfigurar sua estrutura para que a instituição promova e desenvolva a produção científica com solidez, conforme exigências dos organismos nacionais e internacionais do campo da ciência. Para isso, as inovações ocorreram ao longo dos anos, como a definição da linha de pesquisa "A promoção dos Direitos Fundamentais pelo Ministério Público da União". A linha de pesquisa exigiu também a criação de eixos como forma de direcionar o desenvolvimento das pesquisas de acordo com os desafios do Ministério Público da União e conforme ressaltado pela Corregedoria Nacional do CNMP. Assim, a ESMPU definiu seus eixos temáticos – Políticas Públicas, Acesso à Justiça, Sistema de Justiça Penal e Segurança Pública, Movimentos Sociais e Sociedade e Trabalho – e transversais – Internacionalização, Gênero e Raça, Impacto Social, Impacto Institucional e Direitos Humanos.

LINHAS E EIXOS DE PESQUISA

Figura 62 Linhas e eixos de pesquisa

Para o desenvolvimento dos eixos, em 2019, a ESMPU instituiu grupos de pesquisa coordenados por líderes com elevado grau de reconhecimento científico e acadêmico, comprovado pelas produções descritas no Currículo Lattes. Os líderes foram selecionados por meio de edital, podendo ser membro ou servidor do MPU com titulação de doutorado, experiência em pesquisa no eixo estabelecido e publicações científicas em periódicos qualificados (Qualis A1, A2 e B1) sobre o respectivo eixo.

Para a constituição dos grupos de pesquisa, em 2020, a ESMPU selecionará os pesquisadores por meio de edital, além dos demais integrantes das equipes das pesquisas, e dará início às novas pesquisas orientadas à aplicabilidade do conhecimento no trabalho e à excelência acadêmica, as quais terão as seguintes diretrizes norteadoras:

a) geração de novos conhecimentos e tecnologias que sirvam como recurso de ensino e de aprendizagem aplicados ao mundo do trabalho, assim como de aprimoramento da atitude científica e reflexiva indispensável aos profissionais do MPU;

b) orientação para os dados da realidade local, regional e nacional, sem perder de vista as generalizações, em contextos mais amplos, dos fatos descobertos e de suas interpretações, bem como da comparabilidade do contexto internacional;

c) indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como configuradora da oferta de oportunidades institucionais para pesquisa no contexto da formação profissional cidadã de membros e servidores;

d) incorporação efetiva da visão interdisciplinar, de modo a criar redes de colaboração intra e interinstitucionais.

Os oito grupos de pesquisa definiram 24 novas pesquisas para iniciarem em 2020, conforme temáticas descritas na *Tabela 10* e objetivos estabelecidos no Anexo 4.

PESQUISA CIENTÍFICA APLICADA

GRUPO DE PESQUISA	TÍTULO DA PESQUISA
Políticas Públicas	Consolidação das políticas públicas no Brasil
Políticas Públicas	Diálogos democráticos: o papel do Estado e da sociedade civil no (re) desenho das políticas públicas no Brasil
Políticas Públicas	O potencial termal brasileiro: resgate dos balneários como incentivo para o turismo no Brasil
Políticas Públicas	Proteção dos sistemas aquíferos interestaduais e internacionais: diálogos com órgãos mundiais de proteção ambiental
Políticas Públicas	Tecnologias assistivas, democracia e inovações: assistência humana para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e tratamentos alternativos
Políticas Públicas	Uniformização das metodologias acadêmicas no Brasil
Acesso à Justiça	Acesso coletivo à justiça: desafios de eficiência e economicidade
Movimentos Sociais	Ministério Público, sindicatos e movimentos sociais: interações e percepções mútuas
Sistema de Justiça Penal e Segurança Pública	Cooperação jurídica internacional em matéria criminal na Justiça Federal
Sistema de Justiça Penal e Segurança Pública	Direitos e garantias no processo penal conforme a Convenção Americana de Direitos Humanos
Sistema de Justiça Penal e Segurança Pública	O fluxo do sistema de justiça criminal no Distrito Federal
Sistema de Justiça Penal e Segurança Pública	Análise e diagnóstico de homicídios no Distrito Federal em 2018
Sistema de Justiça Penal e Segurança Pública	A corrupção no sistema de Justiça Federal
Sociedade e Trabalho	Reforma Trabalhista: interpretação, tendências sobre o futuro das relações de trabalho e formas de atuação do Ministério Público
Direitos Humanos	A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão: definição, atribuições, conflitos e dimensão internacional
Direitos Humanos	As implicações de direitos humanos nos programas e grupos de pesquisa da ESMPU
Direitos Humanos	Direitos previdenciários e assistenciais em face da reforma constitucional do sistema previdenciário
Gênero e Raça	Os impactos da cruzada antigênero na violação de direitos humanos e fundamentais no Brasil
Gênero e Raça	Perfil, representações socioculturais e formação profissional de membras e membros do Ministério Público da União: análise do ideário profissional sobre acesso a direitos e equidade de gênero e raça em perspectiva interseccional
Gênero e Raça	A utilização do Cadastro Nacional de Violência Doméstica do CNMP como instrumento para a construção de políticas públicas de prevenção à violência contra a mulher
Internacionalização	A proteção internacional dos direitos dos povos indígenas e tradicionais no diálogo com as cortes brasileiras
Internacionalização	Pluralismo jurídico e a atuação do Ministério Público
Internacionalização	A atuação do Ministério Público Federal na temática de migração e refúgio
Internacionalização	Diálogo entre o direito internacional dos direitos humanos e a ordem constitucional na América Latina: um estudo jurisprudencial

Tabela 151 Pesquisa Científica Aplicada

25.2.2. REGIONALIZAÇÃO

O desenho institucional da Escola sofreu mudanças em sua configuração para aumentar sua capilaridade e atender os desafios do Ministério Público da União ante um

país com grandes dimensões territoriais. Assim, a ESMPU identificou a necessidade de atender as especificidades regionais e locais, aproximar a abrangência de sua atuação e atender membros e servidores pela descentralização organizacional com o Projeto de Regionalização, iniciado em 2018 e implantado a partir de 2019.

Esse projeto integra a política de equidade, acessibilidade e inclusão aos discentes da instituição, otimiza o uso do recurso público sem a perda da qualidade dos cursos, de modo que os estudantes não necessitem se deslocar até a sede da Escola para realizar algum curso de capacitação.

As estratégias incrementais de universalidade e igualdade de oportunidade levaram à descentralização regional com a criação dos Polos ESMPU, localizados nas cinco regiões do País: São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belém e Recife. Os polos de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Recife já foram instalados. O polo de Belém está em fase final de instalação, e prevê-se que a implantação seja concluída no início de 2020.

Cada um dos polos da ESMPU realiza atividades acadêmicas e de extensão que atendem, prioritariamente, o público-alvo regional. A seguinte distribuição regional foi realizada para o atendimento de membros e servidores:

a) **Polo São Paulo** – servidores e membros lotados nos Estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul e nas seguintes cidades do Estado de Minas Gerais: Uberaba, Uberlândia, Patos de Minas, Ituiutaba e Passos.

b) **Polo Rio de Janeiro** – servidores e membros lotados nos Estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, exceto nas cidades de Uberaba, Uberlândia, Patos de Minas, Ituiutaba e Passos;

c) **Polo Porto Alegre** – servidores e membros lotados nos seguintes estados: Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina.

d) **Polo Belém** – servidores e membros lotados nos seguintes estados: Pará, Amazonas, Amapá e Maranhão.

e) **Polo Recife** – servidores e membros lotados nos seguintes estados: Pernambuco, Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe.

O público-alvo lotado no Distrito Federal e nos Estados do Acre, Tocantins, Goiás, Mato Grosso, Rondônia e Roraima é contemplado com atividades na sede da ESMPU, em Brasília.

Assim, desde 2019 e com intensificação a partir dos cursos regionais de 2020, a Escola busca promover os seguintes impactos sociais e institucionais:

a) intensificação das políticas de equidade e acessibilidade com a participação de membros e servidores, sobretudo do público que possui contingências pessoais e dificuldades de deslocamento – deficientes, mulheres mães;

b) aumento do desenvolvimento e da integração do MPU com a sociedade;

c) incremento de atividades de extensão que atendem os desafios locais da sociedade civil;

d) aperfeiçoamento da oferta de cursos condizentes com as problemáticas sociais de cada região.

Em 2019, foram realizados 215 cursos presenciais, sendo 70 na sede e 145 cursos nos polos. Para 2020, há a previsão de 162 cursos, sendo 69 na sede e 93 nos polos, conforme a *Tabela 11*.

DISTRIBUIÇÃO DE CURSOS PRESENCIAIS EM 2019 E 2020

	2019[2]		2020	
	QUANTIDADE DE ATIVIDADES DE EXTENSÃO REALIZADAS	QUANTIDADE DE ATIVIDADES DE APERFEIÇOAMENTO REALIZADAS	QUANTIDADE DE ATIVIDADES DE EXTENSÃO PLANEJADAS	QUANTIDADE DE ATIVIDADES DE APERFEIÇOAMENTO PLANEJADAS
Sede	25	45	28	41
Belém	4	6	2	11
Porto Alegre	13	17	4	17
Recife	17	16	2	11
Rio de Janeiro	18	18	5	14
São Paulo	14	22	7	20
TOTAL	**91**	**124**	**48**	**114**
	215		**162**	

Tabela 152 Distribuição de cursos presenciais em 2019 e 2020

2 A tabela não apresenta o número de cursos a distância e semipresenciais

25.2.3. NOVO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI)

O PDI 2020-2024 apresenta-se com a incumbência de trazer uma nova natureza à ESMPU. Se o PDI 2015-2019 previu, pelas necessidades de sua época, consolidar uma escola técnica e organizada administrativamente, o próximo tem a missão de solidificar a ESMPU enquanto instituição acadêmica e científica, numa visão sistêmica e evolucionária. A agenda positiva é direcionada a fomentar a produção intelectual por todas as suas frentes: ensino, pesquisa e extensão. Adiciona-se a isso a necessidade de atuação internacional. O novo PDI também tem por finalidade inserir definitivamente a ESMPU no contexto internacional, partindo da premissa de que as demandas de atuação do MPU nos dias de hoje precisam refletir a realidade de um mundo cada vez mais interconectado.

Para o PDI 2020-2024, a ESMPU organizou seu mapa estratégico a partir da missão, da visão, dos valores institucionais e das perspectivas. Cada perspectiva – ensino, pesquisa, extensão e gestão – possui um objetivo estratégico que será mensurado por meio de indicadores e metas institucionais, conforme as *Figuras 9 a 12*, organizadas por perspectivas. O novo PDI previu ainda novos instrumentos de trabalho, que facilitarão o monitoramento das metas e a aferição de resultados, como se detalha a seguir:

a) Painel de Contribuição – Consiste na consolidação de todos os elementos do mapa estratégico, incluindo os indicadores e sua aferição do momento. Por meio dele, é possível gerir as metas e as iniciativas de todas as subunidades da Escola.

b) Quadro de indicadores – Será construído para cada perspectiva e terá as informações sobre perspectiva e seu objetivo; número da meta institucional e sua descrição; nome do indicador; e meta de alcance do indicador para o quinquênio.

c) Matriz de controle de indicador – Será elaborada para cada indicador e terá informações qualitativas e quantitativas, como colegiado responsável e unidade de execução, periodicidade da medição, valor mensurado, entre outras.

d) Plano de Ação Institucional – Planejamento de todas as iniciativas que deverão ser executadas a fim de a instituição conseguir cumprir as metas institucionais descritas no painel de contribuição.

PERSPECTIVAS, OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS PARA 2020-2024 – EXTENSÃO

Figura 63 Perspectivas, objetivos e metas institucionais para 2020-2024 – Extensão

PERSPECTIVAS, OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS PARA 2020-2024 – ENSINO

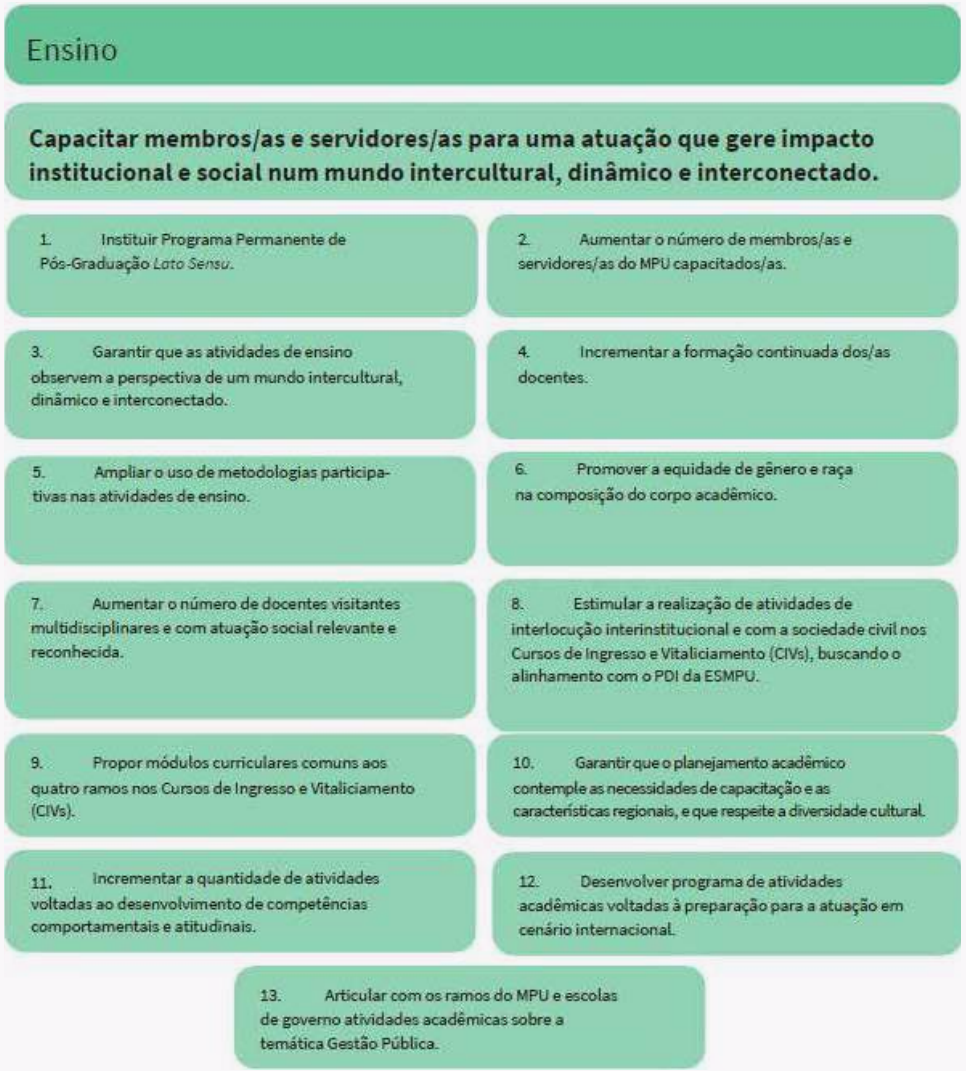


Figura 64 Perspectivas, objetivos e metas institucionais para 2020-2024 – Ensino

PERSPECTIVAS, OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS PARA 2020-2024 – PESQUISA

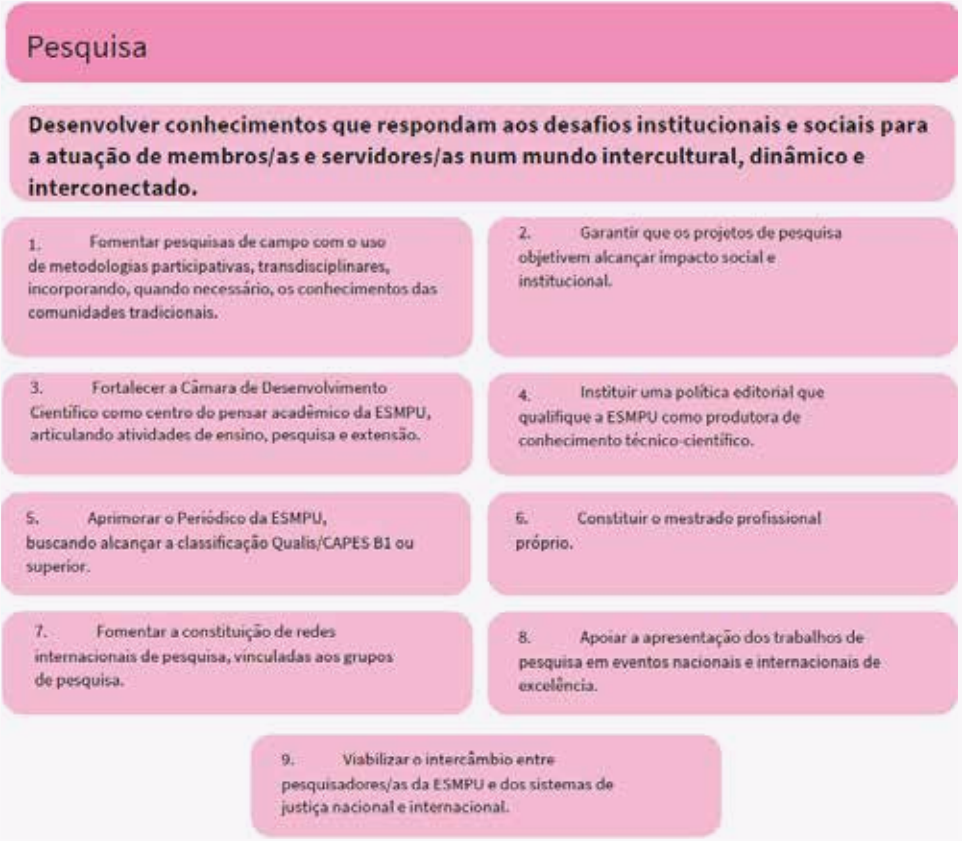


Figura 65 Perspectivas, objetivos e metas institucionais para 2020-2024 – Pesquisa

PERSPECTIVAS, OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS PARA 2020-2024 – GESTÃO

Figura 66 Perspectivas, objetivos e metas institucionais para 2020-2024 – Gestão

25.2.4. AÇÕES PREVISTAS DE RESPONSABILIDADE E INCLUSÃO SOCIAL

A ESMPU busca contribuir para a promoção da ética e da cidadania, a consolidação da democracia e a redução das desigualdades. Para isso, sua atuação tem como referenciais a inclusão, o desenvolvimento social, bem como o desenvolvimento econômico da região. Seu trabalho é comprometido com a qualidade de seus cursos, programas e projetos, objetivando os conhecimentos necessários para proporcionar aos discentes uma atuação mais efetiva no que tange ao aspecto social. Sua produção e a forma de disseminação do conhecimento têm como objetivo guardar estreita relação com as demandas locais, regionais e nacionais, conforme sua destinação constitucional.

Existe relação direta entre as atividades desenvolvidas pela Escola, os setores públicos e produtivos, as instituições sociais, culturais e educativas, além de uma política de formação de pesquisadores e de educadores para o ensino. A ESMPU leva em consideração as políticas de inclusão estabelecidas pelo sistema educacional e as leis que determinam normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. A atual estrutura física e os serviços da ESMPU atendem a esses dispositivos legais.

Essa atuação se materializa por meio da oferta constante de atividades acadêmicas que proporcionam a reflexão sobre a missão constitucional outorgada ao Ministério Público de defensor da ordem democrática. Destaque ao programa de extensão "Diálogos democráticos", cujo objetivo é fomentar o debate sobre o assunto por meio de rodas de diálogo sobre democracia a serem realizadas na sede em Brasília e nos polos da ESMPU pelo Brasil. Os temas "Diálogos democráticos" e "Vulnerabilidades e inclusão social" tornam-se Programas Acadêmicos da ESMPU que irão orientar as atividades ofertadas em 2020.

25.2.5. AÇÕES AFIRMATIVAS DE DEFESA E PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL

Representantes de movimentos e grupos sociais que participaram da consulta aberta para elaboração do PDI 2020-2024 indicam esperar da ESMPU a realização de ações voltadas à garantia de direitos. A maioria dos membros e servidores participantes da consulta avalia como positivas e importantes as atividades de capacitação ofertadas pela ESMPU com vistas à defesa da ordem jurídica, dos interesses sociais e dos direitos individuais indisponíveis.

A ESMPU, considerando essa frente de atuação prioritária e cuja abordagem deve estar presente em todas as suas ações de ensino, extensão e pesquisa, estabeleceu "Direitos Humanos" como um de seus eixos transversais. Ademais, foi criado um grupo de pesquisa dedicado a desenvolver projetos de pesquisa sobre esse tema e, ainda, os programas acadêmicos "Direitos humanos, memória e políticas de reparação" e "Gênero, raça e não discriminação".

Importante frisar que anualmente a ESMPU realiza atividades sobre direitos humanos, igualdade étnico-racial e temas correlatos, como:

a) Cursos de Aperfeiçoamento – Litígio estratégico de direitos humanos: teoria e prática de atuação; Gênero e raça.

b) Atividade de Extensão – Gênero e raça; Atuação em rede; Trabalho escravo.

c) Especialização – Direitos Humanos; Direitos Humanos e Trabalho.

25.2.6. AÇÕES REFERENTES A DIVERSIDADE, MEIO AMBIENTE, MEMÓRIA CULTURAL, PRODUÇÃO ARTÍSTICA E PATRIMÔNIO CULTURAL

Na estrutura do MPU, há áreas específicas que atuam em defesa do meio ambiente e do patrimônio cultural, como a 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal; a Coordenadoria Nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho, do Ministério Público do Trabalho; e a 3ª Câmara de Coordenação e Revisão da Ordem Jurídica Cível Especializada em Meio Ambiente e Ordem Urbanística.

Para instrumentalizar a atuação dessas áreas, bem como de membros e servidores que atuam com a temática "Meio ambiente e patrimônio cultural", a ESMPU oferece anualmente ações de capacitação em diferentes temas correlacionados, como os cursos de aperfeiçoamento "Atuação e resolutividade na defesa do meio ambiente do trabalho"; "Respeito à diversidade no atendimento às pessoas"; "MPU e a diversidade sociocultural"; "Tutela do patrimônio cultural".

Em 2019 a ESMPU inovou com a temática no primeiro curso a distância gamificado[3] sobre o Ministério Público e a diversidade sociocultural. A Escola possui também um Grupo de Gestão Ambiental (Gesto), que tem como objetivo conduzir ações envolvendo aspectos ambientais identificados, tais como a gestão de resíduos sólidos, a redução de consumo e reaproveitamento de materiais de expediente, o combate ao desperdício de energia e água, e a capacitação contínua dos servidores e de multiplicadores.

25.2.7. PLANO DE EQUIDADE DE GÊNERO E NÃO DISCRIMINAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

Outro eixo transversal da ESMPU é "Gênero e Raça". Num contexto em que as convenções internacionais de direitos humanos e documentos correlatos indicam a necessidade de promover capacitações dos agentes públicos e, em especial, daqueles que trabalham no sistema de justiça, como medida impulsionadora de mudanças culturais, a ESMPU assumiu, desde 2018, o compromisso de implementar a perspectiva de gênero e étnico-racial em seu âmbito.

Inicialmente, foi realizado diagnóstico a fim de identificar as características vigentes em dezembro de 2017 da composição da equipe de funcionários da ESMPU, seus gestores à época, colegiados, o quadro de docentes e discentes nos últimos três anos, considerando, quando disponíveis, as variáveis sexo, instituições de origem (ramos do MPU), faixa etária, cargos, funções e categorias étnico-raciais, conforme as que são utilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Também foram objeto de atenção, não exaustiva e apenas a título exemplificativo, as temáticas abordadas em cursos, projetos de pesquisa e publicações da Escola. Os resultados do diagnóstico estão disponíveis em http://escola.mpu.mp.br/transparencia/perspectiva-de-genero-e-etnico-racial.

A partir do resultado do diagnóstico, a ESMPU traçou um plano de ação com o fito de incorporar efetivamente a perspectiva de gênero e de raça/etnia, de modo transversal e interseccional, no âmbito da ESMPU, para atender o princípio constitucional de igualdade e contribuir para que o Estado brasileiro cumpra seus compromissos internacionais e, por conseguinte, estimule a equidade de gênero e raça/etnia na sociedade brasileira.

Especificamente, o plano objetiva:

1) Sensibilizar os membros e servidores da ESMPU sobre a desigualdade nas relações de gênero e étnico-raciais que se traduzem no sexismo institucional (dominação masculina, machismo) e no racismo interpessoal e institucional.

2) Promover a ampla participação de integrantes do MPU e em especial da ESMPU, por meio de oficinas, pesquisas e consultas on-line, para o delineamento de ações necessárias à transversalização de gênero e étnico-racial.

3) Ampliar a coleta de dados e informações para complementar e aprofundar o diagnóstico preliminar, propondo procedimentos de atualização contínua.

4) Capacitar os membros e servidores do MPU e da ESMPU nos temas referentes a: a) direitos humanos; b) relações de gênero; c) relações étnico-raciais; d) pensamentos e movimentos feministas; e) transversalização da perspectiva de gênero e étnico-racial em políticas e instituições públicas – conceitos e métodos; f) racismo, discriminação, racismo institucional e ações afirmativas; g) discriminações e violências em razão da diversidade identitária (de gênero e sexual), homofobia, transfobia; h) estatísticas, classificações, indicadores e marcadores sociais.

5) Alcançar a definição de uma instância na ESMPU, em nível hierárquico de decisão, para assegurar a incorporação e a transversalização da perspectiva de gênero e

3 O modelo de gamificação utiliza ferramentas de jogos para engajar, motivar comportamentos e facilitar o aprendizado de pessoas em situações reais. A gamificação (do inglês gamification) é uma técnica inovadora e dinâmica que tem sido utilizada por organizações em seus treinamentos, a fim de tornar conteúdos complexos mais fáceis de serem assimilados.

étnico-racial.

6) Transversalizar a perspectiva de gênero e étnico-racial nas atividades de ensino-aprendizagem, pesquisa e extensão, bem como gestão de conhecimento.

7) Transversalizar a perspectiva de gênero e étnico-racial na comunicação, na articulação interna, interinstitucional e de diálogo com a sociedade.

8) Transversalizar a perspectiva de gênero e étnico-racial, nas estruturas organizacionais, na gestão de pessoas, no ambiente e espaço físico, no orçamento, na saúde e na segurança.

O Ministério Público Federal também realizou, em 2018, a I Conferência Nacional das Procuradoras da República, da qual decorreram os seguintes encaminhamentos à ESMPU:

– A ESMPU deve propiciar cursos, via voluntários, EaD inclusive, para capacitar os grupos beneficiários das ações afirmativas, para ingresso na carreira. Nas vagas disponibilizadas para vários grupos beneficiários, no mínimo metade deve ser destinada a mulheres.

– A ESMPU fará um projeto de pesquisa visando à oferta de bolsas para candidatos de baixa renda para custear a preparação e a participação em provas do Ministério Público da União. No mínimo metade dos beneficiários devem ser mulheres.

– Viabilizar a capacitação regional presencial e fazer estudos para a disponibilização on-line dos cursos que sejam oferecidos pela Escola de forma presencial.

– Garantir paridade na participação entre mulheres e homens nas capacitações da Escola, como discentes e docentes, e na Corregedoria, nas Câmaras, nos Naops, com alternância nas chefias.

– Organizar mais eventos sobre gênero para todos os membros e servidores.

– Criar política de incentivo à participação de mulheres com mais tempo de carreira na ESMPU. Ex.: boas práticas de realizar convites para projetos na Escola, projetos de *mentoring*.

– Propiciar condições que favoreçam a participação de mulheres com filhos em cursos da ESMPU.

– Oficina com profissionais especializados para orientar e preparar procuradoras e servidoras em como se comportar e reagir em situações de *manterrupting*, *mansplaining*, *gaslighting* e *bropriating*. Incluir aula sobre o tema no Curso de Ingresso e Vitaliciamento (CIV).

– Posicionamento institucional firme e punitivo nos casos envolvendo assédio sexual e moral, inclusive com a criação de canais de acolhimento para dar suporte às denúncias, segurança, resposta e apoio psicológico às vítimas. Fortalecer os comitês de gênero, fomentar sua criação onde inexistentes e realizar campanhas institucionais para membros, servidores, estagiários e terceirizados. Garantir a presença de mulheres na comissão apuradora. Incluir a temática em oficinas da ESMPU e no CIV.

– A ESMPU deve desenvolver cursos de capacitação na temática de gênero; criar grupos de discussão de gênero, incluindo os homens no debate; estimular eventos e cursos promovidos por mulheres; e assegurar condições físicas na sede da ESMPU para acomodar as crianças no período dos cursos promovidos.

O Ministério Público do Trabalho, por meio do movimento MPT Mulheres, também dirigiu propostas de atuação à ESMPU. São elas:

– Seja observada a paridade de gênero na representação da ESMPU.

– Sejam realizados, obrigatoriamente, cursos e capacitação para servidores e membros sobre medidas para a promoção da igualdade de gênero e o enfrentamento à violência de gênero.

– Seja garantida a paridade de gênero na programação de eventos, desde a mesa de abertura, com direito a fala, em especial quando as mulheres convidadas representam o Movimento MPT Mulheres.

– Para superação da dificuldade de deslocamento das procuradoras com responsabilidades familiares, seja garantida a plena capacitação da membra e do membro do MPT por meio de cursos na modalidade a distância, quando realizada pela Escola Superior do Ministério Público da União.

Em 2019, o MPDFT e o MPM também empreenderam oficinas com a temática: "Oficina de Gênero MPDFT" e "Desafios do MPM na implementação de uma perspectiva de gênero e raça".

Em cumprimento aos objetivos do Plano de Ação da ESMPU e dos pleitos decorrentes dos estudos dos ramos, a Escola empreendeu as seguintes iniciativas:

– Realização de oficinas de sensibilização sobre questões de gênero ao corpo gestor, administrativo e de apoio terceirizado, e a estagiários e parceiros institucionais.

– Realização de oficinas de trabalho com representantes da sociedade civil para discussão de propostas de ação quanto a equidade de gênero e não discriminação étnico-racial.

– Campanha interna de sensibilização via Assessoria de Comunicação da ESMPU.

– Projeto de Regionalização, para permitir a participação de membras e servidoras que tenham dificuldades de deslocamento para participação de cursos em Brasília.

– Desenvolvimento do Projeto TV ESMPU, que permitirá a transmissão on-line de atividades acadêmicas presenciais.

– Observância da paridade na participação entre mulheres e homens nos cursos, como docentes e discentes, e nos colegiados da ESMPU.

– Criação de grupo de pesquisa sobre gênero e raça.

– Definição dos fatores de desempate gênero, raça e pessoa com deficiência para seleção de líderes e em algumas atividades da ESMPU.

– Incremento de atividades acadêmicas em temas relacionados à perspectiva de gênero e étnico-racial, de modo transversal e interseccional.

Adicionalmente, durante o quinquênio 2020-2024, estão previstas as seguintes ações:

– Oficinas anuais de sensibilização sobre questões de gênero e étnico-raciais e de diagnóstico e proposição de ações.

– Revisão e aprimoramento do diagnóstico institucional.

– Revisão de padrões, rotinas, formulários e cadastros que contenham campos e perguntas que permitam a coleta das informações necessárias ao planejamento, à execução, ao monitoramento e à avaliação das ações institucionais em perspectiva de gênero e étnico-racial.

– Incremento de capacitações sobre o tema, assim como incentivos a inovações e talentos, voltados à compreensão e à adoção de indicadores, variáveis e métodos relativos a diagnósticos e estatísticas de gênero e raça, entre outros recortes.

– Que o conhecimento do perfil institucional venha a ser promovido continuamente nas atividades da Escola, bem como na cadeia de relacionamentos interinstitucionais e com empresas prestadoras de serviços.

– Ampliação do diálogo com a sociedade, de modo a ser o carreador da inclusão de outras interseções e perspectivas.

– Que as perspectivas de gênero e não discriminação étnico-racial perpassem ainda mais as políticas institucionais da ESMPU, dando especial atenção aos fundamentos constitucionais e aos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil para superação da desigualdade de gênero e do racismo.

O PDI 2020-2024 previu, ainda, como objetivo na perspectiva de ensino a capacitação de membros e servidores para uma atuação que gere impacto institucional e social num mundo intelectual, dinâmico e interconectado. Uma das metas implementadas para o alcance desse objetivo é a promoção da equidade de gênero e raça na composição do corpo acadêmico. Para isso, as iniciativas são:

– Criar indicador capaz de avaliar a distribuição de gênero e raça nas diversas categorias que participam do processo acadêmico.

– Rever o processo de seleção e contratação do corpo docente para garantir a equidade de gênero e raça.

– Instituir critérios no processo de seleção do corpo discente para garantir a equidade de gênero e raça.

Dentre as atividades de sensibilização e capacitação em gênero e igualdade étnico-racial realizadas pela ESMPU, destacam-se:

a) **Cursos de Aperfeiçoamento**: A atuação do Ministério Público na proteção à mulher em situação de violência doméstica e familiar; A discriminação em razão do gênero e identidade de gênero no mercado de trabalho; Equidade de gênero e raça no MPU; Equidade de transversalização de gênero e raça em instituições do sistema de justiça: abordagens teórico-metodológicas e estudos práticos.

b) **Atividades de Extensão**: Como pensar as questões de gênero e étnico-racial nas escolas dos Ministérios Públicos; Gênero e raça; Atuação em rede: gênero, direitos humanos, migração e rede de proteção; Violências, terreiro, quilombolas, jovens mulheres, idosos e LGBT; Negro(a), afro-religioso(a), quilombola: racismo e intolerância religiosa nas relações de trabalho.

Além dessas atividades, há o programa de extensão "Gênero e raça", cujo objetivo é promover a integração e a sensibilização sobre a temática raça e gênero, refletindo sobre questões relacionadas ao racismo e ao sexismo, dimensionando os sentidos e os processos de interiorização. No escopo desse programa, a ESMPU também lançou a publicação *Perspectivas de gênero e o sistema de justiça brasileiro*, fruto de concurso de seleção de artigos. Obtiveram-se trabalhos de autoria de membros e servidores do Ministério Público da União (MPU) e de colaboradores externos.

25.2.8. PLANO DE INTERNACIONALIZAÇÃO

Vivemos numa sociedade crescentemente interligada, caracterizada pelo aumento da institucionalização no meio internacional e pela proliferação de normativas internacionais. Neste ambiente, percebe-se um aumento notável de ações de cooperação internacional como resultado da necessidade de que as instituições, inclusive as estatais, atuem de forma interconectada e em diálogo com as instituições e os atores internacionais pertinentes. Nos dias de hoje, o foro mundial por excelência, embora não seja o único, continua sendo as Nações Unidas. Foi no âmbito dessa organização que, em setembro de 2015, representantes de seus 193 Estados-Membros se reuniram em Nova York e reconheceram a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões como o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável. Como consequência, esses países aprovaram o documento *Transformando o nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável*[4], no qual se comprometeram a adotar medidas de peso para promover o desenvolvimento sustentável

4 ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. 17 objetivos para transformar nosso mundo. [S. l.], 2015. Disponível em: https://nacoesunidas.org/pos2015/.

para todos pelos 15 anos seguintes. A Agenda 2030 está composta de um conjunto de 17 objetivos (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS) e 169 metas construídas a partir de amplo diálogo entre Estados-Membros da ONU, autoridades locais, sociedade civil, setor privado e outras partes interessadas.

Nesse contexto, o MPU também vem sendo crescentemente demandado a atuar no meio internacional, não apenas em razão dos compromissos internacionais assumidos pelo governo brasileiro, mas também por seu mandato constitucional de defesa de direitos e da legalidade. Em atendimento a sua atribuição legal de oferecer capacitação contínua a membros e servidores, e com o objetivo de sistematizar iniciativas anteriores que buscaram oferecer aperfeiçoamento aos membros do Ministério Público da União no aprendizado da língua inglesa, a ESMPU busca de novo colaborar com a preparação dos integrantes do Ministério Público para qualificar cada vez mais essa atuação em foros internacionais com pertinência temática ao MPU.

Dentre as iniciativas anteriores, destaca-se a celebração de acordos de cooperação com instituições internacionais. Parte desses acordos era realizada de forma acrítica e não resultava em ações efetivas e de interesse da ESMPU. Diante disso, a Escola empreendeu esforços no sentido de normatizar o processo de celebração de acordos de cooperação. Ademais, a Câmara de Ensino absorveu a incumbência de prospectar atividades decorrentes dos acordos celebrados.

Em estímulo ao fomento da internacionalização da ESMPU em suas diferentes frentes (ensino, pesquisa e extensão), foram adotadas as seguintes medidas:

a) criação do eixo transversal de pesquisa "Internacionalização";

b) criação de grupo de pesquisa sobre internacionalização;

c) oferta de capacitações sobre internacionalização, de forma a treinar os membros do MPU para uma atuação cada vez mais qualificada nos foros internacionais; e

d) diálogo com as áreas de cooperação internacional do MPU.

Além disso, a ESMPU tem dado continuidade, em conjunto com a Secretaria de Cooperação Internacional da Procuradoria Geral da República (SCI/PGR) e com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), a projetos de capacitação de magistrados e membros do Ministério Público de países africanos de língua portuguesa. Os cursos em questão buscam não apenas promover a transmissão de conhecimento sobre temas específicos de interesse dos países, mas também possibilitar o intercâmbio de conhecimentos entres eles e o Brasil.

Essas medidas implementadas e o contínuo debate interno sobre a necessidade de a ESMPU, na condição de Escola de Governo, ter uma atuação internacional resultaram em um plano de internacionalização, o qual prevê o desenvolvimento das seguintes ações no próximo quinquênio:

Internacionalização na Pesquisa

a) estímulo ao registro de pesquisadores internacionais nos grupos de pesquisa da ESMPU;

b) lançamento de editais para estímulo à participação e à formação de redes de pesquisa internacionais;

c) lançamento de editais de apoio à publicação de artigos em periódicos de alto impacto, priorizando os periódicos internacionais; e

d) publicação de *ebooks* sobre as pesquisas desenvolvidas na ESMPU (em português e inglês).

Internacionalização no Ensino

a) participação de docentes internacionais (visitantes) com alto desempenho acadêmico; criação de disciplinas EaD ministradas em colaboração com professores de universidades estrangeiras;

b) instituição de Política Linguística (oferta permanente de ensino de idiomas);

c) instituição de programa de capacitação em protocolos comportamentais em foros internacionais;

d) oferta de capacitações em temas relacionados aos sistemas de proteção internacional;

e) estabelecimento em edital da obrigatoriedade de apresentação de artigo em coautoria com instituições internacionais para docentes e discentes que participarem de curso no exterior viabilizado pela ESMPU.

Internacionalização na Extensão

a) estabelecimento de linha de fomento para programas de extensão dedicados a temas globais;

b) celebração de acordos de cooperação com instituições internacionais, para intercâmbio e ações conjuntas no campo dos direitos humanos;

c) fomento a ações e projetos de difusão cultural, em nível internacional, por meio de editais;

d) lançamento de editais de apoio à participação de docentes da ESMPU em eventos internacionais de excelência, com publicação de artigos em anais de eventos e apresentação oral em língua estrangeira; e

e) elaboração de projeto de acolhimento de grupos internacionais com atividades semelhantes às desempenhadas pelo MPU em ações da Escola.

Em complemento, há a previsão das seguintes ações da gestão para ancorar a política de internacionalização da ESMPU:

a) estabelecimento de mecanismos de acompanhamento e avaliação das ações de internacionalização;

b) ampliação da infraestrutura de videoconferência, que permita a realização de ações em conjunto com colaboradores internacionais;

c) divulgação bilíngue de pesquisas e projetos estratégicos;

d) tradução de páginas *web* estratégicas da ESMPU para o inglês e o espanhol;

e) mapeamento dos países e das instituições estratégicas com as quais buscar relação de cooperação internacional, conforme interesses da ESMPU;

f) engajamento da ESMPU em projetos de capacitação com organismos de fomento internacional;

g) estabelecimento de estratégias de divulgação, atração e apresentação da ESMPU em inglês e espanhol (como vídeos, peças de *marketing* etc.);

h) criação de instrumento e sistemática de avaliação dos cursos decorrentes de acordos de cooperação (conteúdo, programação, objetivos etc.);

i) estabelecimento de procedimento de avaliação pedagógica da pertinência de projetos pedagógicos de cursos oferecidos à ESMPU por instituições cooperantes;

j) estabelecimento de plano específico de ação da ESMPU, em sua esfera de competência, para auxiliar os ramos do MPU em suas atividades de cooperação internacional;

k) estabelecimento de critérios mínimos de cooperação efetiva que garantam a relação de troca benéfica.

25.3 RESULTADOS DAS ÁREAS RELEVANTES DA GESTÃO QUE TENHAM CONTRIBUIÇÃO DECISIVA PARA O ALCANCE DOS RESULTADOS

O exercício de 2019 foi marcado por um cenário de restrições orçamentárias oriundas dos impactos da EC 95/2016, exigindo da Administração da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU) a adoção de medidas para acompanhamento contínuo do andamento das atividades acadêmicas, no intuito de otimizar a utilização dos recursos disponíveis. Assim, foram implementadas diversas medidas visando à melhoria dos processos internos de trabalho, dentre as quais podemos destacar a aquisição de ferramentas de Business Intelligence (BI) para otimizar a alocação dos recursos disponíveis e a assinatura de protocolos de cooperação para criação de cinco Centros de Apoio (CAPs) nas cidades de São Paulo-SP, Rio de Janeiro-RJ, Porto Alegre-RS, Belém-PA e Recife-PE, visando à regionalização das atividades acadêmicas, o que colaborou para atingir um público de 12.074 capacitados e 291 projetos desenvolvidos.

Com a mudança para a nova sede, empreenderam-se esforços na projeção de cenários, na elaboração de especificações e termos de referência e no auxílio nos respectivos processos licitatórios dos novos contratos de apoio administrativo e limpeza, brigada de incêndio, vigilância armada e manutenção predial, além das aquisições de mobiliários e equipamentos de tecnologia da informação e comunicação.

Por fim, trabalhou-se no acompanhamento e na fiscalização do Contrato n. 17/2018, firmado com a empresa Engemil para conclusão da 2ª etapa de construção da nova sede, de forma a garantir um ritmo acelerado na execução dos trabalhos sem comprometer a qualidade técnica, o que permitiu entregas antecipadas em relação ao cronograma pactuado contratualmente com a empresa.

Ante o exposto, e fundado nas informações prestadas pelas áreas gestoras, DECLARO o cumprimento satisfatório das metas para o exercício, a legalidade dos atos e a eficácia, eficiência e economicidade da gestão para viabilizar e concretizar os objetivos estratégicos da ESMPU.

Ivan de Almeida Guimarães
Secretário de Administração da ESMPU

25.3.1. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A Divisão de Orçamento e Finanças (DIOF) integra, dentro da estrutura orgânica da ESMPU, posição hierárquica diretamente abaixo da Secretaria de Administração. Possui como atribuições institucionais auxiliar nas atividades relacionadas ao planejamento orçamentário e financeiro e orientar a execução dessa programação, além de outras atividades afins, determinadas pela chefia superior. Periodicamente elabora um Relatório de Acompanhamento da Execução Orçamentária da ESMPU, no qual constam a evolução e o processo dos gastos efetuados pela Unidade Gestora, proporcionando maior controle na gestão dos créditos disponibilizados.

No exercício financeiro de 2019, a DIOF, em constante diálogo com todos os setores da ESMPU, buscou obter o melhor aproveitamento orçamentário possível. Visto que a Emenda Constitucional n. 95/2016 impôs novos desafios e restrições, limitando o or-

çamento do exercício seguinte ao montante gasto no anterior corrigido pela inflação, esta Divisão empenhou-se, com planejamento e agilidade, em executar suas funções regimentais, a fim de prestar o melhor apoio e o serviço de que necessitam a instituição e seus usuários. Em 2019, foi possível conquistar a marca de 92,47% do orçamento empenhado, sendo 84,10% liquidado e pago.

Para 2020, a DIOF, sempre pautada pelo Planejamento Estratégico e pelo Plano de Desenvolvimento Institucional da ESMPU, objetiva continuar no apoio a todos os Setores, com vistas a viabilizar e facilitar a execução dos programas institucionais por meio da otimização na alocação dos créditos consignados e na busca de uma gestão célere e eficiente dos recursos disponíveis.

5.3.1.1 Perfil do Gasto da Unidade Gestora: evolução dos últimos anos da execução orçamentária da despesa

EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA – 2014-2019

ANO	DOTAÇÃO APROVADA	DOTAÇÃO UTILIZADA	DOTAÇÃO DESCENTRALIZADA	DESPESA EMPENHADA	DESPESA LIQUIDADA	DESPESA PAGA
2014	13.778.000,00	13.269.934,38	352.448,12	12.917.486,26	10.809.087,60	10.809.087,60
2015	21.211.160,80	20.207.943,81	1.103.262,03	19.104.681,78	16.880.829,38	16.880.829,38
2016	25.956.451,00	25.268.763,64	1.265.092,03	24.003.671,61	21.089.210,11	21.089.210,11
2017	29.308.078,00	27.250.041,01	845.201,28	26.404.839,73	23.759.877,05	23.759.094,93
2018	33.420.539,00	32.730.242,26	1.109.684,22	31.620.558,04	26.791.896,32	26.791.896,32
2019	50.992.438,00	47.153.027,65	884.459,29	46.268.568,36	42.000.786,24	42.000.308,04
TOTAL	**174.666.666,80**	**165.879.952,75**	**5.560.146,97**	**160.319.805,78**	**141.331.686,70**	**141.330.426,38**

Tabela 153 Evolução da Execução Orçamentária e Financeira – 2014-2019

Imbuída do objetivo de iniciar novos integrantes do MPU no desempenho de suas funções institucionais, aperfeiçoar e atualizar a capacitação técnico-profissional de membros e servidores, desenvolver projetos e programas de pesquisa e zelar pelo reconhecimento e pela valorização do Ministério Público como instituição essencial à função jurisdicional do Estado, a ESMPU dispõe de autonomia administrativa e orçamentária, podendo planejar e gerir os recursos postos à sua disposição conforme seu planejamento.

O *Gráfico 1* retrata a evolução das dotações orçamentárias da Escola entre os anos de 2014 e 2019, demonstrando a expansão de aproximadamente 270,10% da dotação no período.

EVOLUÇÃO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA ESMPU

Gráfico 183 Evolução da Dotação Orçamentária da ESMPU

No que tange à execução da dotação orçamentária, a ESMPU, no período de 2014 a 2019, utilizou R$ 165,879 milhões dos R$ 174,666 milhões disponíveis, o que correspondeu a 94,97% da dotação aprovada, demonstrando uma evolução de aproximadamente 255,34%, comparando os anos de 2019 e 2014.

Desse crédito utilizado, a ESMPU descentralizou, ao longo do período, R$ 5,56 milhões (3,35%), e executou diretamente (coluna despesa empenhada) R$ 160,319 milhões (96,65%), obtendo uma evolução em torno de 258,19%, levando-se em conta os anos de 2019 e 2014.

Dos créditos empenhados diretamente, a Escola, no período de 2014-2019, liquidou o montante de R$ 141,331 milhões, correspondendo a 88,16%, e pagou R$ 141,330 milhões, equivalente a 88,16%, demonstrando uma evolução de aproximadamente 288,57%, comparando os anos de 2019 e 2014.

EXECUÇÃO ESMPU 2014-2019

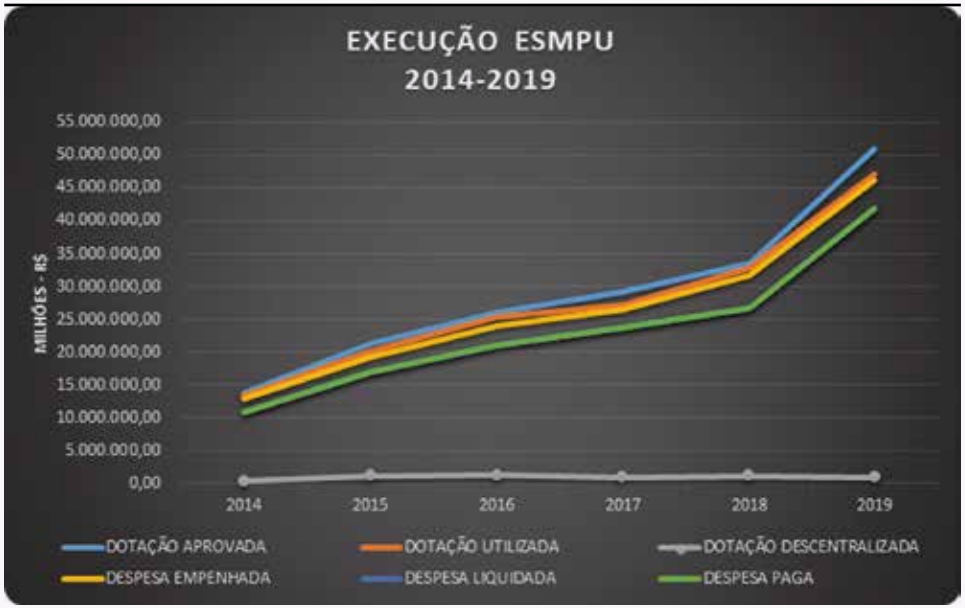


Gráfico 184 Execução ESMPU 2014-2019

5.3.1.2 Detalhamento das despesas por grupo e elemento de despesas

A dotação orçamentária aprovada para a Escola Superior do Ministério Público da União, no período de 2014 a 2019, contou com créditos na ordem de R$ 174,666 milhões, os quais foram utilizados para a cobertura de despesas correntes e de capital, em suas diversas naturezas de despesas, todas necessárias ao andamento das atividades programadas pela Escola. A *Tabela 13* e o *Gráfico 3*, a seguir, apresentam, de forma consolidada, o detalhamento das despesas por grupo e elemento de despesas realizadas durante o supracitado período.

DETALHAMENTO DE DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO

GRUPO	ELEMENTO	DOTAÇÃO APROVADA	DOTAÇÃO UTILIZADA	DOTAÇÃO DESCENTRALIZADA	DESPESA EMPENHADA	DESPESA LIQUIDADA	DESPESA PAGA
3	319000	21.130,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	319007	273.131,68	273.131,68	0,00	273.131,68	266.991,68	266.991,68
	319011	33.495.538,55	33.495.538,55	0,00	33.495.538,55	33.148.090,47	33.148.090,47
	319016	518.905,81	518.905,81	0,00	518.905,81	506.605,81	506.605,81
	319100	1.478.719,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	319113	4.862.229,16	4.862.229,16	0,00	4.862.229,16	4.542.881,24	4.542.881,24
	319192	44,94	44,94	0,00	44,94	44,94	44,94
	339000	2.150.591,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	339008	509.707,00	509.707,00	0,00	509.707,00	388.493,99	388.493,99
	339014	23.358.854,15	23.356.685,75	27.434,00	23.329.251,75	23.329.251,75	23.329.251,75
	339030	1.153.952,40	1.153.952,40	15.288,00	1.138.664,40	789.595,46	788.335,14
	339033	14.008.817,17	14.008.817,17	6.706,99	14.002.110,18	13.733.996,06	13.733.996,06
	339036	12.293.125,66	12.293.125,66	1.363.856,68	10.929.268,98	9.007.502,48	9.007.502,48
	339037	19.854.090,95	19.854.090,95	0,00	19.854.090,95	19.060.636,72	19.060.636,72
	339039 e 339139	18.603.179,56	18.416.335,56	3.076.799,54	15.339.536,02	11.716.356,79	11.716.356,79
	339040	1.814.170,92	1.814.170,92	394.319,04	1.419.851,88	1.198.676,13	1.198.676,13
	339046	2.514.564,00	2.514.564,00	0,00	2.514.564,00	2.296.354,86	2.296.354,86
	339047 e 339147	311.753,87	311.753,87	0,00	311.753,87	214.312,48	214.312,48
	339048	14.835,40	14.835,40	0,00	14.835,40	14.835,40	14.835,40
	339049	165.950,00	165.950,00	138.298,00	27.652,00	10.427,57	10.427,57
	339092 e 339192	33.290,56	33.290,56	9,33	33.281,23	33.281,23	33.281,23
	339093	492.875,96	492.875,96	196,00	492.679,96	389.886,36	389.886,36
SOMA		**137.929.458,80**	**134.090.005,34**	**5.022.907,58**	**129.067.097,76**	**120.648.221,42**	**120.646.961,10**
4	449000	8.447.260,59	3.500.000,00	0,00	3.500.000,00	436.991,44	436.991,44
	449030	135.819,00	135.819,00	0,00	135.819,00	135.819,00	135.819,00
	449039	605.998,12	605.998,12	0,00	605.998,12	128.469,78	128.469,78
	449040	293.450,00	293.450,00	0,00	293.450,00	269.450,00	269.450,00
	449051	17.109.984,58	17.109.984,58	0,00	17.109.984,58	16.060.496,27	16.060.496,27
	449052	10.144.695,71	10.144.695,71	537.239,39	9.607.456,32	3.652.238,79	3.652.238,79
SOMA		**36.737.208,00**	**31.789.947,41**	**537.239,39**	**31.252.708,02**	**20.683.465,28**	**20.683.465,28**
TOTAL		**174.666.666,80**	**165.879.952,75**	**5.560.146,97**	**160.319.805,78**	**141.331.686,70**	**141.330.426,38**

Tabela 154 Detalhamento de despesas por grupo e elemento

DETALHAMENTO DAS DESPESAS POR GRUPO

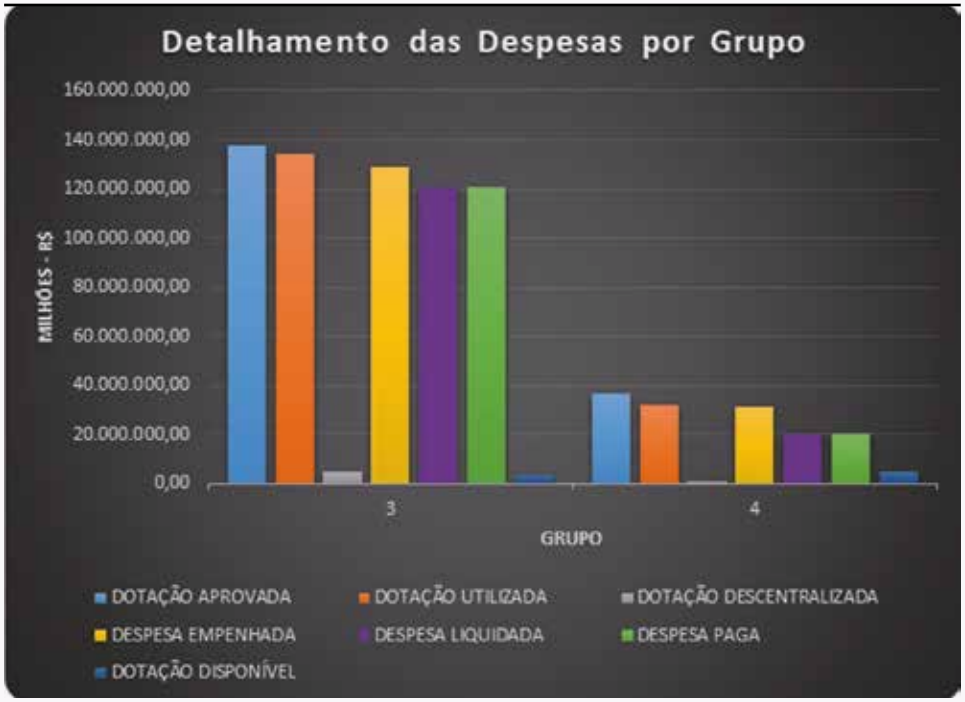


Gráfico 185 Detalhamento das despesas por grupo

5.3.1.3 Execução orçamentária dos principais Programas/Projetos/Ações

A ESMPU, inserida no Programa 0581 - Defesa da Ordem Jurídica, conta com as seguintes ações previstas na programação orçamentária:

a) Projeto: 11EQ – Construção do Centro de Treinamento da Escola Superior do Ministério Público da União

A Ação 11EQ é um Projeto do Orçamento Fiscal que contempla recursos que serão destinados à Construção da Sede da Escola Superior do Ministério Público da União, a qual contará com espaço adequado para toda a estrutura administrativa, além de salas de aula, auditórios, estúdios, salas para ensino a distância, área para exposições e eventos, restaurante e salas de reunião.

A construção da nova sede teve início em 2012, com a contratação da empresa PW Engenharia para execução da primeira etapa da obra, compreendendo fundações, impermeabilização, estrutura e instalações de SPDA, no valor de R$ 7.641.507,50, sendo concluída em 2013. Desde então, a obra permaneceu parada devido a restrições orçamentárias, haja vista o cenário de crise fiscal que o País atravessou.

Conforme as diretrizes estabelecidas pela Diretoria-Geral da ESMPU e a priorização da Construção do Centro de Treinamento pela Administração do MPU, no início do exercício de 2018 foi realizada uma reestimativa dos custos e das adequações no cronograma para finalização do projeto. Como a dotação recebida na ação 11EQ no PLOA 2018 foi de apenas R$ 100.000,00, foi encaminhado pedido de crédito adicional suplementar à SOF/MPDG no valor de R$ 3.400.000,00, destinado à retomada da segunda fase da construção, o qual tramitou no Congresso Nacional como PLN n. 10/2018, sendo sancionado pelo Presidente da República e convertido na Lei n. 13.706, de 13 de agosto de 2018.

Assim, foi lançado o Edital de Concorrência n. 1/2018, visando à contratação de empresa para execução da segunda etapa da construção da nova sede da ESMPU. A sessão pública para entrega das propostas ocorreu no dia 20/9/2018, com a participação de 21 empresas concorrentes, sendo seis participantes inabilitados. Após os procedimentos licitatórios, sagrou-se vencedora a empresa Engemil – Engenharia, Empreendimentos, Manutenção e Instalações Ltda, que assinou o Contrato n. 17/2018 no valor total de R$ 17.896.939,63 (dezessete milhões, oitocentos e noventa e seis mil, novecentos e trinta e nove reais e sessenta e três centavos). Dessa forma, as obras tiveram início em 19/11/2018, com cronograma para conclusão em 18 meses.

Para o exercício de 2019, considerando a licitação e a adjudicação realizadas em 2018, para fins de conclusão da Construção do Centro de Treinamento da Escola Superior do Ministério Público da União, na qual sagrou-se vencedora a empresa Engemil – Engenharia, Empreendimentos, Manutenção e Instalações Ltda, foi fixada, na Lei Orçamentária Anual (LOA), para a ação correspondente (11EQ), a dotação de R$ 17.500.000,00, que se destinou à execução dos projetos complementares de finalização da obra.

Contudo, a ESMPU, com o fito de atender aos contingenciamentos orçamentários bimestrais de 2019, promoveu o bloqueio de créditos na ordem de R$ 1.843.548,99 no orçamento destinado à obra. Por meio da Portaria n. 117, de 22 de outubro de 2019, publicada no Diário Oficial da União (DOU) n. 206, Seção 1, de 23/10/2019, esse montante foi totalmente descontingenciado, passando a recompor a dotação orçamentária da ESMPU no exercício de 2019. Dessa dotação, todavia, foi remanejado o valor de R$ 1.605.015,00 para a ação 20HP, por intermédio da Portaria PGR n. 143, de 12 de dezembro de 2019, publicada no DOU n. 241, Seção 1, p. 145, de 13/12/2019, sendo empregado na realização de despesas com aquisições de mobiliários e equipamentos para a nova sede da ESMPU.

Ainda, pela Portaria PGR n. 65, de 31 de julho de 2019, publicada no DOU de 1º/8/2019, a Escola recebeu uma suplementação de crédito, no montante de R$ 2.400.000,00, oriunda do cancelamento de dotação do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), sendo alocado o montante de R$ 1.215.000,00 na ação 11EQ, para fins de continuidade das etapas complementares da obra de construção do Centro de Treinamento da ESMPU.

Assim, a dotação orçamentária final da obra para 2019 ficou na ordem de R$ 17.109.985,00, cuja despesa empenhada alcançou o montante de R$ 17.109.984,58.

Da despesa empenhada, executou-se o valor de R$ 16.060.496,27, correspondente a 93,87%. A dotação restante, R$ 1.049.488,31, equivalente a 6,13%, foi inscrita em Restos a Pagar Não Processados (RAPNP), para fins de execução no exercício de 2020.

O *Gráfico 4* demonstra as dotações orçamentárias consignadas para a Construção do Centro de Treinamento no período de 2014 a 2019.

EVOLUÇÃO DA DOTAÇÃO DA AÇÃO DE CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE TREINAMENTO

Gráfico 186 Evolução da dotação da ação de construção do Centro de Treinamento

b) Atividade: 20HP – Desenvolvimento de competências de membros e servidores do MPU, pesquisa e disseminação do conhecimento

Esta ação é composta por três Planos Orçamentários – 001 - Administração da ESMPU; 002 - Capacitação de Pessoal; e 003 - Pesquisa na Área Jurídica – e representa a ação finalística da ESMPU.

No Plano Orçamentário 001 - Administração da ESMPU, destinado à manutenção das atividades administrativas, são realizadas despesas com o funcionamento da estrutura física da ESMPU, tais como: contratos para prestação dos serviços de limpeza e conservação; apoio administrativo; copeiragem; serviços gráficos; manutenção de equipamentos, entre outros. Nesta Ação também são realizadas despesas de custeio e investimentos da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STIC), como contratos de impressão (*outsourcing*), Embratel, sistemas, equipamentos, mobiliário e outros materiais permanentes e de consumo.

No Plano Orçamentário 002 - Capacitação de Pessoal, que se destina à atividade-fim da ESMPU, são realizados gastos com a execução de cursos de aperfeiçoamento, oficinas, seminários, simpósios, congressos e programas de pós-graduação, além dos cursos de ingresso e vitaliciamento para membros do MPU, voltados à ampliação das ações de capacitação para atendimento aos membros e servidores do Ministério Público da União.

Uma das grandes conquistas da ESMPU foi o aumento da dotação para esta atividade-fim, destinada a realizar cursos de aperfeiçoamento, oficinas, seminários, simpósios, congressos e programas de pós-graduação, além dos cursos de ingresso e vitaliciamento para membros do MPU.

Nesse contexto, foi fixada uma dotação inicial de R$ 10.575.516,00, destinada à capacitação de recursos humanos no exercício de 2019. Todavia, essa dotação passou a ser de apenas R$ 8.109.928,00, após as alterações orçamentárias de remanejamento de créditos promovidas ao longo do exercício, que se destinaram à cobertura de despesas de custeio e capital para a Administração e para a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação, as quais foram empregadas na realização de despesas com reformas e aquisições de mobiliários e equipamentos para os Centros de Apoio da ESMPU, instalados na Procuradoria da República no Pará (PRPA) e na Procuradoria Regional da República da 5ª Região (PRR5), em Recife-PE; e na aquisição de mobiliários e equipamentos para a nova sede da ESMPU. Apesar da redução dos créditos, houve expansão de aproximadamente 11,09% em relação ao exercício de 2014.

No *Gráfico 5*, pode-se observar a evolução do orçamento destinado à capacitação de recursos humanos nos últimos seis anos, ressaltando uma razoável queda em 2019, em razão dos remanejamentos de dotação acima expostos.

EVOLUÇÃO DA DOTAÇÃO PARA CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Gráfico 187 Evolução da dotação para capacitação de recursos humanos

EVOLUÇÃO DO PERCENTUAL DE DOTAÇÃO EMPENHADA

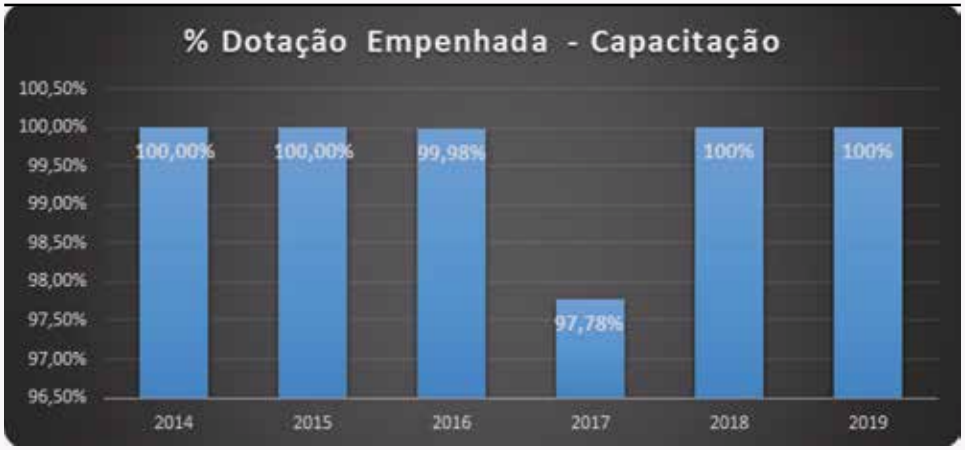


Gráfico 188 Evolução do percentual de dotação empenhada

Aliada ao cenário de evolução do orçamento, podemos destacar ainda a eficiente gestão dos recursos, com percentuais de dotação empenhada atingindo quase 100% em todos os exercícios. No *Gráfico 6*, é possível observar, nos seis últimos anos da série, o percentual de despesas empenhadas em relação à dotação para capacitação, o que representou um grande desafio, haja vista a grande expansão do orçamento no período.

Nos *Gráficos 7 e 8*, pode-se observar a evolução do número das atividades realizadas e a quantidade de membros e servidores capacitados, acompanhando o aumento da dotação orçamentária, com destaque para a grande expansão no exercício de 2019.

EVOLUÇÃO DA QUANTIDADE DE ATIVIDADES EXECUTADAS

Gráfico 189 Evolução da quantidade de atividades executadas

EVOLUÇÃO DA QUANTIDADE DE CAPACITADOS

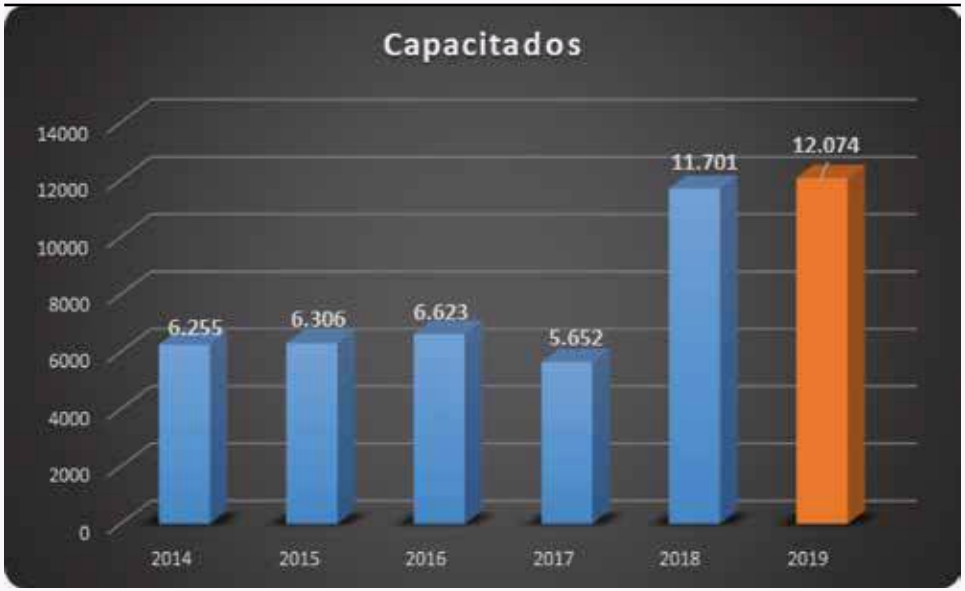


Gráfico 190 Evolução da quantidade de capacitados

Da análise dos dados acima, pode-se destacar que no ano de 2019 houve expansão de aproximadamente 7% na quantidade de atividades ofertadas e de 4% do público capacitado em relação a 2018.

Mesmo diante do momento de crise e ajuste fiscal que o País atravessou, com contingenciamentos e remanejamentos orçamentários, destaca-se a priorização do orçamento da atividade-fim, imbuída da missão institucional de fomentar conhecimento para melhor enfrentamento dos temas de interesse da instituição e aprimoramento da atuação profissional de seu corpo técnico e administrativo.

O *Gráfico 9* faz um comparativo entre a evolução do orçamento com a quantidade de cursos ofertados e com servidores e membros capacitados.

COMPARATIVO ORÇAMENTO X CAPACITADOS X ATIVIDADES

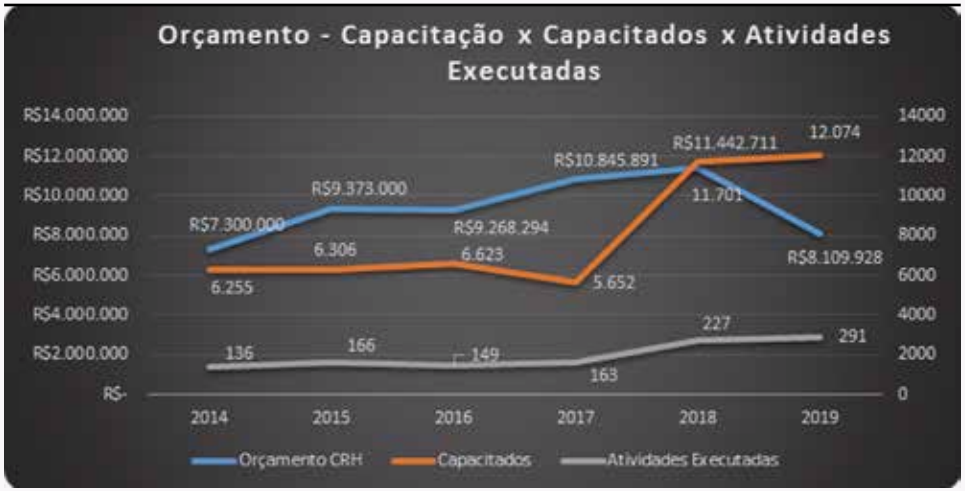


Gráfico 191 Comparativo Orçamento x Capacitados x Atividades

No Plano Orçamentário 003 - Pesquisa na Área Jurídica, são realizados os investimentos em projetos de pesquisas na área jurídica, destinadas ao aperfeiçoamento da atividade dos membros do MPU.

C) Ação de Pessoal e Benefícios Assistenciais (20TP) aos servidores

Uma grande conquista que contribuiu de forma significativa para o crescimento da ESMPU foi a implantação de seu quadro próprio de pessoal, com a aprovação da Lei n. 13.032, de 24 de setembro de 2014. Esta lei criou um total de 286 cargos na estrutura da Escola, sendo 203 cargos efetivos e 83 funções de confiança e cargos em comissão, sendo o provimento dos cargos criados pela lei, conforme está previsto em seu art. 5º, condicionado aos limites definidos em anexo próprio da Lei Orçamentária Anual. Dessa forma, a Lei Orçamentária Anual de 2015, em seu Anexo V, autorizou para o ano de 2015 o total de 72 provimentos, com um limite orçamentário da ordem de R$ 2.824.060,00 (dois milhões oitocentos e vinte e quatro mil e sessenta reais).

Entretanto, nos exercícios subsequentes, tendo em vista as restrições orçamentárias decorrentes do cenário de crise e ajuste fiscal, aliadas à aprovação da Emenda Constitucional n. 95/2016, não foram autorizados novos provimentos.

Por conseguinte, foram providos, até o momento, 28 funções de confiança, 35 cargos em comissão e 35 cargos efetivos, sendo 21 analistas e 14 técnicos.

Para amenizar a defasagem no quadro de pessoal, a ESMPU propôs para 2020 o provimento de 14 cargos, sendo 2 CC2 (opção), 4 CC2 (integral), 1 CC4 (integral) e 7 FC-3. Esse quantitativo físico visa permitir que a Escola promova a estruturação mínima nos gabinetes da Diretoria-Geral e das Secretarias, permitindo que servidores sejam nomeados para cargos que sejam compatíveis com seus deveres e responsabilidades.

5.3.1.4 Discussão do desempenho atual em comparação com o desempenho esperado/orçado, com uma análise de tendências

Para o exercício de 2019, a Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU) solicitou à Secretaria de Orçamento Federal (SOF) recursos na ordem de R$ 47.138.480,00, aprovados pela Lei n. 13.808, de 15 de janeiro de 2019 – Lei Orçamentária Anual de 2019 (LOA/2019) –, publicada no Diário Oficial da União de 16/1/2019, sendo: R$ 7.711.220,00 para Outras Despesas Correntes e de Capital; R$ 10.575.516,00 para Capacitação; R$ 1.120.000,00 para Pesquisa; R$ 17.500.000,00 para a Construção do Edifício-Sede da ESMPU; R$ 9.399.185,00 para despesas com Pessoal e Encargos Sociais; e R$ 832.559,00 para despesas com Benefícios Assistenciais aos Servidores.

Após as alterações orçamentárias promovidas ao longo do exercício de 2019, que se destinaram à continuidade de execução das atividades administrativas e acadêmicas, a Escola passou a contar com uma dotação orçamentária final de R$ 50.992.438,00, distribuída da seguinte forma: R$ 11.291.232,65 para Outras Despesas Correntes e de Capital da Administração da ESMPU; R$ 2.779.784,35 para Outras Despesas Correntes e de Capital da STIC; R$ 8.109.928,00 para Capacitação; R$ 275.806,00 para Pesquisa; R$ 17.109.985,00 para a Construção do Edifício-Sede da ESMPU; R$ 10.516.143,00 para despesas com Pessoal e Encargos Sociais; e R$ 909.559,00 para despesas com Benefícios Assistenciais aos Servidores.

Dessa dotação, foi empenhado o montante de R$ 47.153.027,65, equivalente a 92,47%, e executado o total de R$ 42.885.245,53, correspondente a 84,10% do orçamento, conforme demonstrado na *Tabela 14* e no *Gráfico 10*.

PERCENTUAL TOTAL DE EXECUÇÃO – ESMPU

DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO	EMPENHADO/ RESERVADO	% EMPENHADO	EXECUTADO	% DE EXECUÇÃO
Administração	11.291.232,65	7.880.561,81	69,79	6.059.245,10	53,66
Tecnologia da Informação	2.779.784,35	2.459.784,35	88,49	1.746.162,66	62,82
Capacitação	8.109.928,00	8.109.928,00	100,00	7.531.308,99	92,87
Pesquisa	275.806,00	275.805,99	100,00	195.510,66	70,89
Construção	17.109.985,00	17.109.984,58	100,00	16.060.496,27	93,87
Pessoal e Encargos	10.516.143,00	10.407.403,92	98,97	10.396.204,81	98,86
Benefícios	909.559,00	909.559,00	100,00	896.317,04	98,54
TOTAL	**50.992.438,00**	**47.153.027,65**	**92,47**	**42.885.245,53**	**84,10**

Tabela 155 Percentual total de execução – ESMPU

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2019

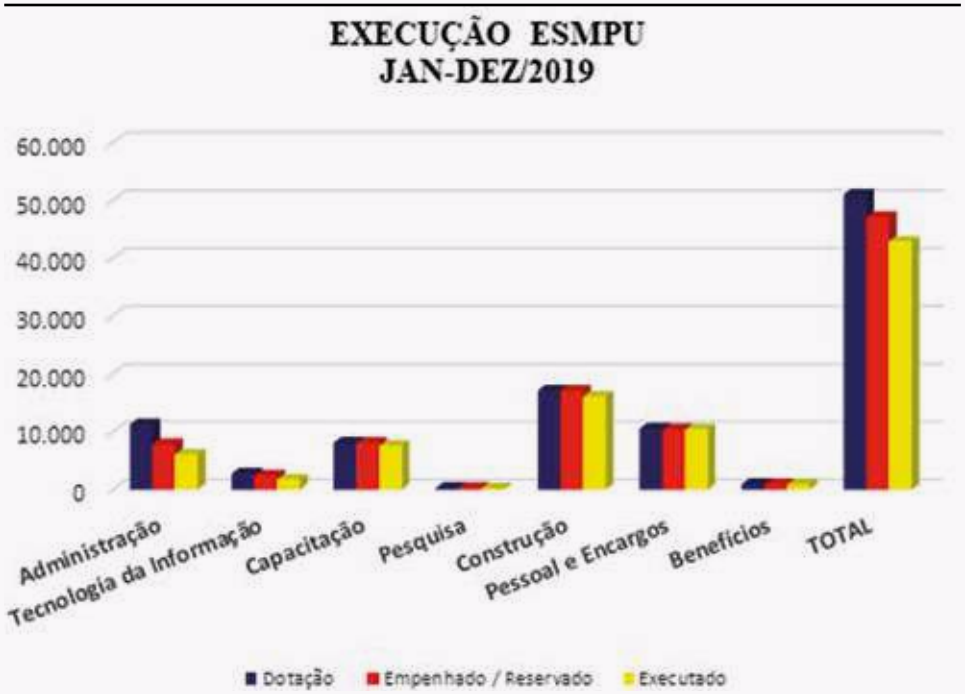


Gráfico 192 Execução Orçamentária 2019

Ademais, a ESMPU, em atendimento à determinação emanada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), estabeleceu indicadores de desempenho que pudessem avaliar a gestão dos recursos utilizados durante o exercício. Nesse sentido, foram adotados os seguintes indicadores financeiros:

INDICADORES DE DESEMPENHO – DOTAÇÃO EXECUTADA AÇÃO 20HP

NOME DO INDICADOR	O QUE MEDE	FÓRMULA DE CÁLCULO	META 2019	QUANTIDADE ATINGIDA
Dotação Executada da ação 20HP - Desenvolvimento de competências de membros e servidores do MPU, pesquisa e disseminação do conhecimento	Medir o percentual de execução da dotação fixada atualizada da ação 20HP - Desenvolvimento de competências de membros e servidores do MPU, pesquisa e disseminação do conhecimento.	(Dotação Executada/ Dotação Fixada Atualizada) * 100	Realizar 100% dos créditos consignados na LOA + Créditos até o final de 2019.	69,17%

Análise e justificativa: Da dotação total destinada à ESMPU no exercício de 2019, no valor de R$ 22.456.751,00 milhões, foi empenhado o montante de R$ 18.726.080,15, correspondente a 83,39%, e pagou/liquidou o valor de R$ 15.532.227,41, equivalente a 69,17%. A execução ficou um pouco abaixo do previsto, uma vez que foi impactada pela não concretização de alguns certames licitatórios, realizados no final do exercício de 2019.

Data da medição: 31/12/2019

Quadro 193 Indicadores de desempenho – Dotação executada ação 20HP

INDICADORES DE DESEMPENHO – DOTAÇÃO EXECUTADA AÇÃO 11EQ

NOME DO INDICADOR	O QUE MEDE	FÓRMULA DE CÁLCULO	META 2019	QUANTIDADE ATINGIDA
Dotação Executada da ação 11EQ - Construção do Centro de Treinamento da ESMPU	Medir o percentual de execução da dotação fixada atualizada da ação 11EQ - Construção do Centro de Treinamento da ESMPU.	(Dotação Executada/ Dotação Fixada Atualizada) * 100	Realizar 100% dos créditos consignados na LOA + Créditos até o final de 2019.	93,87%

Análise e justificativa: Para a ação de Construção do Centro de Treinamento da Escola Superior do Ministério Público da União, foi fixada uma dotação de R$ 17.500.000,00, que se destinou à conclusão dos projetos complementares para finalizar a obra. Essa dotação sofreu, inicialmente, um contingenciamento de R$ 1.843.548,99, que foi desbloqueado em outubro de 2019, passando a recompor a dotação da ESMPU. Sofreu, ainda, uma suplementação de R$ 1.215.000,00, oriunda do cancelamento de dotação do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), e um remanejamento de dotação, no valor de R$ 1.605.015,00, para a ação 20HP, que se destinou a aquisições de mobiliários e equipamentos para a nova sede da Escola. Assim, a ação 11EQ passou a ter, como dotação final, o montante de R$ 17.109.985,00, cuja despesa empenhada alcançou o montante de R$ 17.109.984,58. Da despesa empenhada, executou-se o valor de R$ 16.060.496,27, correspondente a 93,87%. A dotação restante, R$ 1.049.488,31, equivalente a 6,13%, foi inscrita em Restos a Pagar Não Processados (RAPNP), para fins de execução no exercício de 2020. A execução ocorreu dentro do esperado, conforme as diretrizes emanadas pela Diretoria-Geral da ESMPU.

Data da medição: 31/12/2019

Quadro 194 Indicadores de desempenho – Dotação executada ação 11EQ

INDICADORES DE DESEMPENHO – RESTOS A PAGAR AÇÃO 20HP

NOME DO INDICADOR	O QUE MEDE	FÓRMULA DE CÁLCULO	META 2019	QUANTIDADE ATINGIDA
Restos a Pagar Pagos da ação 20HP - Desenvolvimento de competências de membros e servidores do MPU, pesquisa e disseminação do conhecimento	Medir o percentual de execução dos Restos a Pagar Inscritos e Reinscritos da ação 20HP - Desenvolvimento de competências de membros e servidores do MPU, pesquisa e disseminação do conhecimento.	(Restos a Pagar Pagos/Restos a Pagar Inscritos e Reinscritos) * 100	Realizar 100% dos créditos inscritos e reinscritos em Restos a Pagar até o final de 2019.	89,80%

Análise e justificativa: O valor total inscrito e reinscrito em restos a pagar no início de 2019 foi de R$ 1.697.478,12. Desse valor, a ESMPU promoveu pagamentos na ordem de R$ 1.524.410,16, correspondente a 89,80%, e cancelou o valor de R$ 153.920,95, equivalente a 9,07%. O saldo de R$ 19.147,01 foi reinscrito em Restos a Pagar Não Processados (RAPNP), para execução no exercício de 2020.

Data da medição: 31/12/2019

Quadro 195 Indicadores de desempenho – Restos a pagar ação 20HP

INDICADORES DE DESEMPENHO – RESTOS A PAGAR AÇÃO 11EQ

NOME DO INDICADOR	O QUE MEDE	FÓRMULA DE CÁLCULO	META 2019	QUANTIDADE ATINGIDA
Restos a Pagar Pagos da ação 11EQ - Construção do Centro de Treinamento da ESMPU	Medir o percentual de execução dos Restos a Pagar Inscritos e Reinscritos da ação 11EQ - Construção do Centro de Treinamento da ESMPU.	(Restos a Pagar Pagos/Restos a Pagar Inscritos e Reinscritos) * 100	Realizar 100% dos créditos inscritos e reinscritos em Restos a Pagar até o final de 2019.	100%
Análise e justificativa: O valor total inscrito e reinscrito em restos a pagar no início de 2019 foi de R$ 3.063.008,56. Esse valor foi totalmente efetivado ao longo do exercício, alcançando 100% de execução, haja vista se tratar de despesas para continuidade das obras de construção da nova sede da ESMPU, seguindo as diretrizes estabelecidas pela Diretoria-Geral da Escola.				
Data da medição: 31/12/2019				

Quadro 196 Indicadores de desempenho – Restos a pagar ação 11EQ

5.3.1.5 Explicações sobre variações do resultado, com uma reflexão justa e compreensível sobre o desempenho financeiro, consistente com as demonstrações financeiras subjacentes

Da análise dos dados apresentados no item anterior, percebe-se que a ESMPU, apesar das dificuldades econômicas que o País atravessa, obteve um crescimento de suas atividades finalísticas, em especial quanto à expansão significativa do número de atividades realizadas e do público capacitado, além da continuidade das obras de construção da nova sede, o que elevou a ESMPU a um novo patamar em seu objetivo de promover a profissionalização de alto nível de membros e servidores do Ministério Público da União (MPU).

25.3.2. GESTÃO DE PESSOAS E COMPETÊNCIAS

Visando garantir a conformidade da legislação de pessoal e dos demais normativos, a Gestão de Pessoas da Escola Superior do Ministério Público da União observa as diretrizes estabelecidas pela Administração Pública Federal, pelos Órgãos de Controle e pelo Ministério Público da União.

Assim, a Divisão de Gestão de Pessoas (DGP) mantém atualizadas as normas publicadas que disciplinam a gestão de pessoas no âmbito do MPU, bem como busca a capacitação constante da Equipe por meio de treinamentos internos e externos.

Outro fator de grande importância para a manutenção da conformidade legal na ESMPU é a participação de alguns servidores da Escola em comissões de trabalho com os demais ramos do MPU, para atualização dos normativos da área de pessoal. Esse processo é crucial para o conhecimento da legislação, pois o servidor participa de todo o processo de elaboração do ato normativo.

Aliado a isso, constantemente, a Divisão de Gestão de Pessoas, por meio de consultas aos Sistemas de Gestão, busca identificar eventuais inconsistências a fim de providenciar as correções necessárias.

Anualmente, a ESMPU promove o recadastramento de aposentados e pensionistas, conforme determina o art. 9º, § 2º, da Lei n. 9.527/1997. Outra importante ação de prevenção promovida pela Escola Superior do MPU é o recadastramento de acumulação de cargos e proventos.

No âmbito da ESMPU, a acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos é verificada no momento da posse e no recadastramento anual de servidores no Sistema de Gestão de Pessoas. O servidor preenche formulário no sistema, em que informa:

a) se ocupa ou não cargo, emprego ou função pública em órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta das esferas federal, estadual ou municipal;

b) se irá ou não acumular a remuneração do cargo efetivo com a remuneração do cargo, emprego ou função pública indicado, comprometendo-se, em caso de acumulação vedada, a entregar à Divisão de Gestão de Pessoas da ESMPU, no prazo de 30 dias a contar da data da posse, cópia da publicação do ato de vacância relativo ao cargo ora ocupado ou cópia autenticada da rescisão do contrato de trabalho;

c) se participa ou não de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, e se exerce ou não o comércio, na qualidade de acionista, cotista ou comanditário.

A atualização constante e a observância da legalidade agilizam o processo de tomada de decisões pela Alta Administração da ESMPU, garantindo-se, assim, a melhoria contínua dos processos da Gestão de Pessoas. No exercício de 2019, não foram identificadas irregularidades no pagamento de aposentados e pensionistas nem irregularidades referentes às acumulações indevidas no âmbito da ESMPU.

5.3.2.1 Avaliação da força de trabalho

Até o final de 2014, os serviços administrativos da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU) ficavam a cargo de servidores dos ramos do Ministério Público da União, cedidos para a ESMPU por força do art. 7º da Lei n. 9.628, de 14 de abril de 1998.

Em 24 de setembro de 2014, foi publicada a Lei n. 13.032, que criou o quadro próprio da ESMPU, com 203 cargos efetivos, sendo 117 técnicos e 86 analistas, bem como 36 cargos em comissão e 47 funções de confiança, e preservou 13 cargos em comissão e 3 funções de confiança criados pela Lei n. 9.628/1998. O provimento desses cargos ficou condicionado à expressa autorização em anexo próprio da Lei Orçamentária Anual, nos termos do § 1º do art. 169 da Constituição Federal.

A implementação da Lei n. 13.032/2014 teve início em dezembro de 2014, com a edição da Portaria ESMPU n. 112, de 22 de dezembro de 2014, publicada no DOU, Seção 1, de 24/12/2014, que dispôs sobre o provimento de 14 cargos efetivos, e da Portaria ESMPU n. 30, de 27 de março de 2015, publicada no BSMPU n. 3, de março de 2015, com o provimento de 4 cargos em comissão, conforme previsto no Anexo V da Lei n. 13.115/2015. Em 2015, foram providos 25,17% do total de cargos criados pela Lei n. 13.032/2014, atingindo a meta estipulada para o período.

A média de idade desses servidores é de, aproximadamente, 30 anos, sendo 53% entre 18 e 40 anos de idade, configurando um grupo jovem, ainda com pouco tempo de contribuição para a previdência, o que não impacta, de forma relevante, as políticas de reposição de força de trabalho, especificamente em relação a esse quesito.

FAIXAS ETÁRIAS – SERVIDORES

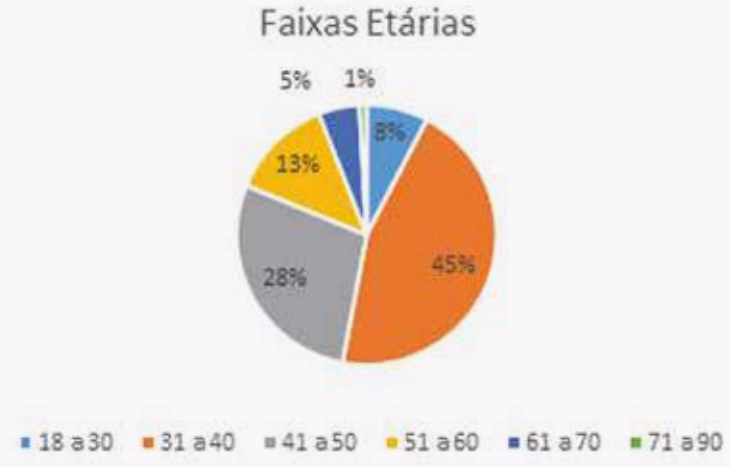


Gráfico 197 Faixas etárias – Servidores

A força de trabalho no ano de 2019 contava com 117 servidores. Desse total, quatro são pessoas com deficiência (PCD), sendo três portadores de deficiência visual e uma pessoa com mobilidade reduzida, ou seja, aproximadamente 3% do quadro de pessoal é composto por PCD.

PERCENTUAL DE SERVIDORES – PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

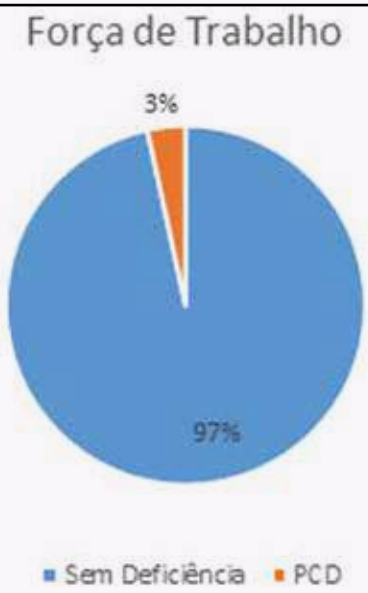


Gráfico 198 Percentual de servidores – Pessoas com deficiência

De forma geral, o quadro é composto por aproximadamente 57% de servidores do gênero feminino e 43% de servidores do gênero masculino, totalizando 117 servidores, distribuídos entre quadro próprio do MPU, requisitados e sem vínculo.

No ano de 2019, o quadro de pessoal da ESMPU era composto por 81% de servidores do quadro, 5% de requisitados e 14% de servidores sem vínculo.

DISTRIBUIÇÃO POR SITUAÇÃO FUNCIONAL E GÊNERO

	QUADRO		REQUISITADOS		SEM VÍNCULO		TOTAL	
GÊNERO	QUANTIDADE	PERCENTUAL	QUANTIDADE	PERCENTUAL	QUANTIDADE	PERCENTUAL	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Masculino	43	45%	0	0%	7	44%	50	43%
Feminino	52	55%	6	100%	9	56%	67	57%
Total	95	81%	6	5%	16	14%	117	100%

Tabela 156 Distribuição por situação funcional e gênero

Em relação ao critério avaliativo etnia, cabe ressaltar que a Escola Superior do MPU adota a autoavaliação como fator preponderante para a classificação dos servidores, ou seja, os próprios servidores informam a etnia, levando em consideração características fenotípicas. Assim, o quadro de servidores da ESMPU, no exercício de 2019, ficou distribuído da seguinte forma:

DISTRIBUIÇÃO POR GÊNERO

	BRANCA	AMARELA	PARDA	PRETA	NÃO DESEJO INFORMAR	INDÍGENA	TOTAL
Mulheres	40	2	18	4	3	0	67
Homens	17	1	24	4	3	1	50

Tabela 157 Distribuição por gênero

ETNIA (%)

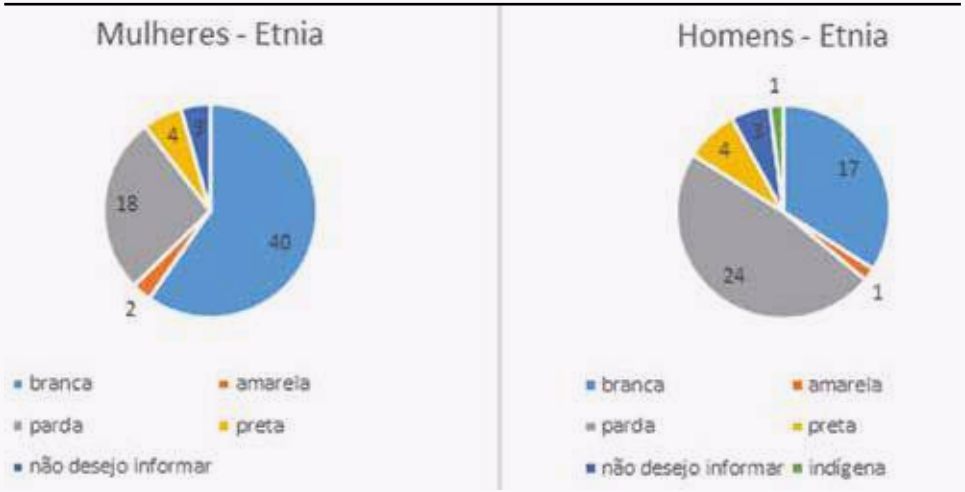


Gráfico 199 Etnia (%)

5.3.2.2 Evolução do quadro de pessoal e situação funcional

No ano de 2015, iniciou-se a implementação do quadro próprio da ESMPU, criado por meio da Lei n. 13.032/2014, sendo possível o incremento de 35 novos servidores, em diversas áreas consideradas prioritárias para a instituição. No entanto, havia um planejamento de novos ingressos para os anos de 2016 e 2017, que não se concretizou, em virtude dos cortes orçamentários e da retirada do Anexo V da LOA referente àqueles anos.

No exercício de 2019, não houve continuidade na implementação do quadro de pessoal efetivo da ESMPU, em virtude das restrições orçamentárias, apenas reposição das vagas sem impacto orçamentário, mantendo-se, assim, a estabilidade do quadro.

A distribuição da força de trabalho entre área-meio e área-fim encontra-se equilibrada, contando a área-fim com 44% dos servidores, e a área-meio, com 56%. No entanto, em virtude da ampliação das atividades da ESMPU, verifica-se a necessidade de incremento de pessoal na área-fim.

QUADRO DE SERVIDORES DA ESMPU

QUADRO DE SERVIDORES			
ESTRUTURA ESMPU – LEI N. 13.032/2014			
CARGO	**2017**	**2018**	**2019**
Analistas	21	21	21
Técnicos	12	12	14
OUTROS RAMOS			
CARGO	**2017**	**2018**	**2019**
Requisitados	8	6	06
Sem vínculo	10	11	16
Analistas	10	8	9
Técnicos	51	54	51
Total servidores	**112**	**112**	**117**
Estagiários	**20**	**28**	**24**

Quadro 200 Quadro de servidores da ESMPU

5.3.2.3 Recrutamento e alocação de pessoas

A seleção para ingresso na carreira de analista e técnico do Ministério Público da União é realizada por meio de concurso público, conforme determina a legislação vigente. A organização do processo seletivo depende de autorização do Ministério da Economia, e fica sob a responsabilidade da Procuradoria Geral da República a organização do concurso no âmbito do MPU. Os provimentos das vagas são efetivados levando-se em consideração a previsão orçamentária e a listagem previamente divulgada no edital do certame.

Outro fator importante para movimentação de pessoal na Escola Superior do MPU é o Concurso Periódico de Remoção. Nesse processo, são ofertadas as vagas, primeiramente, aos servidores para movimentação interna, evitando-se, assim, a evasão de grande número de servidores. O certame visa motivar os servidores, mantendo o capital intelectual no âmbito do Ministério Público da União.

5.3.2.4 Política de capacitação de pessoas

A capacitação da força de trabalho da ESMPU dá-se por meio do Plano de Capacitação, realizado pela área de Gestão de Pessoas em parceria com as Secretarias e a Diretoria-Geral, e é implementada com a oferta de cursos, nas modalidades a distância e presencial, pela própria ESMPU – âmbito do MPU ou por instituições parceiras –, de instrutoria interna (treinamentos e módulos desenvolvidos de acordo com as necessidades de cada área e ministrados por servidores públicos federais, mediante gratificação de encargos de cursos ou concursos – GECC) e de contratação de eventos externos no mercado (compras de vagas ou cursos *in company*).

No ano de 2019, o índice foi de 20,96 horas de capacitação por pessoa. O resultado atingido foi inferior ao previsto (35 h), evidenciando a necessidade permanente de proporcionar capacitação continuada ao quadro de servidores para gerar conhecimento e melhorar a qualidade dos serviços prestados pela instituição. O critério adotado para o cálculo de capacitação anual foi exclusivamente o de treinamentos institucionais, promovidos pelo Ministério Público da União, dividido pela força de trabalho.

Foram executados, aproximadamente, R$ 72.230,38 em 41 cursos.

Dos servidores que ingressaram na Escola, 97% possuem nível superior completo nas diversas áreas de formação, e aproximadamente 67% já concluíram algum tipo de pós-graduação.

5.3.2.5 Indicadores Gerenciais de Gestão de Pessoas

A) Absenteísmo

O absenteísmo é uma expressão utilizada para designar as faltas dos servidores ao local de trabalho por motivo de doenças, acidentes de trabalho, direitos legais, fatores sociais e culturais. Sua mensuração é simples e custo calculado.

O índice de absenteísmo (IA) medido pela ESMPU é o produto da relação do número de dias de falta ao trabalho – devido a licença para tratamento de saúde (LTS) e/ou a licença por motivo de doença em pessoa da família (DPF) – multiplicado por 100, dividido pelo número de dias de trabalho (total de servidores efetivos, requisitados e sem vínculo x 365).

O IA no período de janeiro a dezembro de 2019 foi de 3,97%, ficando acima da meta anual estipulada de 3%. Os percentuais de 2018 e 2017 foram 2,30% e 2,88%, respectivamente.

ÍNDICE DE ABSENTEÍSMO (IA) – 2019

2019	LTS (1)	DFP (2)	TOTAL DE FALTA (3)	SERVIDORES (4)	DIAS DE TRABALHO (5)	IA (%)
Total	1.497	197	1.694	117	42.705	3,97

Tabela 158 Índice de Absenteísmo (IA) – 2019

1 – LTS – Quantidade de dias de licença para tratamento da saúde
2 – DPF – Quantidade de dias de licença por motivo de doença em pessoa da família
3 – Total de faltas – LTS + DPF = Total de dias não trabalhados por motivo de licenças
4 – Servidores – Quantitativo de servidores ativos em cada mês
5 – Dias de trabalho – Servidores ativos multiplicados por total de dias do mês
6 – IA (Índice de Absenteísmo) = (total de faltas x 100) ÷ Dias de trabalho

b) Rotatividade

O índice de rotatividade é obtido por meio da média entre o número de ingressos não planejados mais o número de desligamentos voluntários, dividido pelo número de servidores no início do período medido – multiplicado por 100. Não houve rotatividade na ESMPU em 2019.

c) Ações de qualidade de vida

No ano de 2019, foram realizadas ações de qualidade de vida no trabalho, segundo os eixos integração e saúde, de forma a contribuir para a construção de um ambiente de trabalho motivador, dinâmico, acolhedor, tornando-o a longo prazo um local afetivo para os seus servidores, onde estes possam atuar com efetividade, expressando individualmente seus potenciais e superando os desafios.

Integração

– Comemoração dos aniversariantes – 6 ações
  25/2/2019 – Aniversariantes de janeiro e fevereiro
  24/4/2019 – Aniversariantes de março e abril
  26/6/2019 – Aniversariantes de maio e junho
  28/8/2019 – Aniversariantes de julho e agosto
  30/10/2019 – Aniversariantes de setembro e outubro
  11/12/2019 – Aniversariantes de novembro e dezembro
– Dia da Mulher – 8/3/2019
– Dia das Mães – 13/5/2019
– Dia do Amigo – 19/7/2019
– Dia da Família – 26/7/2019
– Dia dos Pais – 12/8/2019
– Semana do Servidor – 29/10/2019
– Evento de fim de ano – Palestra "Os desafios da mudança" – 6/12/2019

Saúde

– Feira de Saúde Ocular – abril/2019 – Palestra "A felicidade como estilo de vida"
– Meditação – às terças-feiras
– Aulas de Ioga – abril/2019
– Outubro Rosa – outubro/2019
– Saúde Financeira 2019

d) Avaliação de desempenho, remuneração e meritocracia

De acordo com a Portaria PGR n. 298, de 8 de maio de 2003, a Avaliação de Desempenho Funcional tem como objetivo aferir a eficiência dos servidores no desempenho de suas atribuições, o que possibilita implementar ações gerenciais voltadas para aperfeiçoamento profissional, crescimento na carreira, desenvolvimento da organização e melhoria do serviço.

A avaliação também é utilizada como instrumento de avaliação para fins de progressão funcional e promoção na carreira, conforme está previsto no art. 11 da Lei n. 9.953, de 4 de janeiro de 2000, com a redação dada pela Lei n. 10.476, de 27 de junho de 2002.

O processo avaliativo é realizado anualmente para todos os servidores da Carreira do Ministério Público da União, em efetivo exercício, inclusive aqueles que estejam cumprindo estágio probatório e os que já alcançaram o final da carreira, pela chefia imediata, levando-se em consideração os critérios de relacionamento interpessoal, capacidade técnica, iniciativa, comprometimento e responsabilidade.

São excluídos do processo apenas aqueles que exerçam cargo comissionado, a partir de CC-2, bem como os licenciados para mandato classista e afastados para o desempenho de mandato eletivo.

A escala de avaliação varia entre a pontuação de 1 a 5, e o servidor precisa obter, no resultado final, média igual ou superior a 3,8 pontos para ser aprovado na avaliação de desempenho, e fazendo jus à progressão ou à promoção funcional nos termos da Portaria PGR n. 107, de 6 de março de 2003. Caso não alcance a nota mínima, o servidor passará por acompanhamento funcional, por meio de programas de treinamento ou outras medidas necessárias para aprimorar o desempenho do servidor.

No exercício de 2019, progrediram na carreira 58 servidores, e sete obtiveram a promoção, totalizando 65 progressões/promoções.

Outro processo extremamente importante para aferir a competência dos servidores da Escola Superior é a avaliação de estágio probatório, conforme determina o art. 20 da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, a que, ao ingressar no serviço público, o servidor ficará sujeito pelo período de 36 meses. Durante esses meses, a aptidão e a capacidade do servidor serão avaliadas.

O processo de gestão de desempenho no estágio probatório dos servidores da carreira do MPU é gerido pela Portaria PGR n. 577, de 16 de novembro de 2010. A avaliação é realizada semestralmente até a conclusão do estágio probatório. Durante esse processo, são analisadas as habilidades comportamentais e profissionais.

No ano de 2019, três servidores concluíram o estágio probatório, sendo aprovados pelo Parecer da Comissão de Avaliação de Desempenho Funcional e de Avaliação de Gestão do Desempenho no Estágio Probatório (GEDEP), adquirindo a estabilidade no serviço público.

e) Percentual de cargos gerenciais ocupados por servidores efetivos

O quadro de pessoal da Escola Superior do MPU, conforme descrito anteriormente, não está totalmente implementado, em virtude das restrições orçamentárias. Assim, a estrutura de cargos em comissão e funções de confiança da ESMPU é composta por 63 cargos e/ou funções do quadro próprio da ESMPU e sete funções do quadro da Procuradoria Geral da República, que serão devolvidas no decorrer do processo de implementação do quadro de pessoal da ESMPU, criado pela Lei n. 13.032/2014.

Do total de cargos comissionados, aproximadamente 60% são ocupados por servidores efetivos da Administração Pública, e 40% dos cargos são ocupados por servidores sem vínculo. Esses cargos gerenciais são de Secretários, Assessores e Chefes de Divisão da ESMPU. As funções comissionadas são ocupadas por Chefes de Núcleo e de Seção, sendo 100% servidores efetivos.

Em relação ao número de cargos comissionados ante os não comissionados, a ESMPU conta com 35 cargos em comissão, sendo 14 ocupados por servidores sem vínculo e aposentados (40%), um por servidor requisitado (2,86%) e 20 por servidores do quadro próprio ou do MPU em exercício descentralizado (57%), além de 28 funções gratificadas, sendo duas ocupadas por servidores requisitados (7,14%) e 25 por servidores do quadro próprio ou do MPU em exercício descentralizado (89,29%), verificando-se, assim, a valorização de servidores da carreira. Cabe destacar que em 31/12/2019 uma função comissionada, código FC-2, estava vaga.

f) Principais desafios e ações futuras

O maior risco da gestão de pessoas na ESMPU está associado ao uso de sistemas que não atendem adequadamente às demandas institucionais.

A Escola utiliza, de forma compartilhada, os sistemas disponibilizados e gerenciados pela Procuradoria Geral da União – MPF. Ocorre que os acessos são limitados a determinadas funcionalidades, ocasionando a dependência, por parte da ESMPU, de que a equipe técnica daquela Procuradoria Geral proceda às alterações necessárias para alimentação da base de dados.

Esse risco está sendo minimizado, a cada ano, com as constantes tratativas entre os Secretários e a equipe de Gestão de Pessoas da PGR, visando a liberações de novas funcionalidades do Sistema.

Outro risco que impacta a gestão de pessoas se refere ao quantitativo de pessoal tanto na área quanto na ESMPU, que vem sofrendo decréscimo em virtude das reiteradas restrições orçamentárias que impedem a implementação do quadro próprio, criado por meio da Lei n. 13.032/2014.

Após análise dos dados apresentados, vale ressaltar alguns aspectos relevantes que interferem diretamente na força de trabalho: a) quantidade de servidores disponíveis diante das necessidades da unidade; b) resultados de eventuais avaliações sobre a distribuição da força de trabalho entre a área-meio e a área-fim e do número de servidores em cargos comissionados ante os não comissionados; e c) eventuais afastamentos que reduzem a força de trabalho disponível e possíveis impactos nas atividades desenvolvidas.

Dessa forma, entende-se que a quantidade de servidores disponíveis ante as necessidades da unidade é deficitária, principalmente na área-fim, em virtude da ampliação de vagas ofertadas e da demanda reprimida.

25.3.3. PROCESSOS OPERACIONAIS

5.3.3.1 ESMPU Digital

O projeto ESMPU Digital tem como objetivo implantar na instituição uma plataforma digital única, com código-fonte próprio, que integre as diversas soluções de tecnologia em uso. Gerenciada pelo Comitê de Modernização, instituído em maio de 2018, a iniciativa também busca automatizar processos de trabalho repetitivos, racionalizando-os e otimizando as tarefas desempenhadas pelos servidores, e aumentar o número de serviços digitais oferecidos à comunidade acadêmica.

A iniciativa prevê que discentes e docentes possam, remotamente e em tempo real, acessar informações e documentos como declarações, consultar notas e histórico escolar, pesquisar atuações docentes na ESMPU, entre outros usos.

Em agosto de 2018, entrou em operação a primeira funcionalidade proposta pelo projeto: o formulário eletrônico para solicitação de bolsa-capacitação. O Portal do Docente foi o primeiro módulo completo do ESMPU Digital a ser entregue. Várias das funcionalidades do Portal foram desenvolvidas em decorrência do projeto eSocial, haja vista ter-se vislumbrado a necessidade de adequar digitalmente os processos de cadastro e pagamento de docentes para atendimento aos requisitos do Sistema Simplificado de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial).

O módulo de contratação de docentes está em funcionamento desde agosto de 2019, e o módulo de pagamento está em fase de homologação, com previsão de entrega até fevereiro de 2020. Além disso, está em estudo o futuro Portal do Discente.

5.3.3.2 TV ESMPU

Uma das iniciativas que a ESMPU tem desenvolvido é a transmissão de atividades de extensão, ao vivo, via TV MPF ou perfil do YouTube, para fazer com que essas atividades possam alcançar o maior número de pessoas. O consumo de produtos audiovisuais por meio do YouTube e de IPTVs já representa hoje alternativa robusta às transmissões de televisão, que pode ser usada de forma consistente para a disseminação de conteúdos educacionais.

Com a inauguração da nova sede da ESMPU, a instituição terá estúdio próprio, com o qual se pretende aperfeiçoar e ampliar a produção audiovisual voltada para a sociedade nos próximos anos, por meio da TV ESMPU. O projeto está sendo desenhado em três etapas:

1ª Etapa – Definição do fluxo de procedimentos para transmissão ao vivo das atividades de extensão e dos critérios para identificar quais atividades de extensão são elegíveis para serem transmitidas; proposição de soluções para melhorar a qualidade das transmissões via *streaming*; e assinatura de acordo de cooperação com a Procuradoria Geral da República para transmissões audiovisuais de conteúdos da ESMPU pela TV MPF.

2ª Etapa – Elaboração de projeto específico de engenharia e arquitetura para o estúdio da ESMPU e levantamento de equipamentos necessários para a operacionalização do estúdio de gravação, adequados ao perfil da ESMPU.

3ª Etapa – Execução do serviço de engenharia e arquitetura no espaço destinado ao estúdio; aquisição dos equipamentos necessários para a operacionalização; definição de linha editorial, conteúdos e formatos a serem produzidos; e contratação de equipe técnica audiovisual residente.

25.3.4. GESTÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

A Divisão de Compras e Contratos é responsável pela coordenação das atividades relacionadas ao aprimoramento de especificação de compras e contratações, pesquisa de mercado, instrução para aquisição, atividades relativas a gestão de contratos no órgão e planejamento das contratações anuais.

É composta pelo Núcleo de Compras (NUCON), que executa as atividades relacionadas a especificação de compras e contratações, pesquisa de mercado, análise de viabilidade e gerenciamento das atas de registro de preços, e pelo Núcleo de Contratos (NUCONT), que elabora minutas de contratos, aditivos e apostilas, bem como planeja, organiza, gerencia e monitora a execução das atividades relacionadas à gestão e à fiscalização dos contratos.

A ESMPU realizou 31 contratações por dispensa de licitação e 111 por inexigibilidade de licitação, apresentou 10 propostas de adesão a atas de registro de preços, registrou 27 atas de registro de preços, instruiu 35 processos de baixa de atas de registro de preços e elaborou 18 relatórios de estimativa de preços.

A maioria das contratações foi feita por meio de inexigibilidade de licitação, uma vez que a Escola é responsável pela capacitação e pelo aperfeiçoamento funcional de membros e servidores do Ministério Público da União (MPU). A ESMPU atua na promoção de atividades acadêmicas e de extensão, no apoio a pesquisas científicas, na edição de publicações e no desenvolvimento de projetos para melhor interlocução com a sociedade. Para viabilizar sua função institucional, são contratados docentes das áreas de Direito e Administração para diversos cursos presencias e a distância. As demais contratações por dispensa de licitação são despesas de pequeno vulto.

– Monitoramento do tempo de instrução dos processos de compras/contratação no NUCON – Ao longo de 2019, o Núcleo permanece realizando a medição do tempo despendido para a instrução dos processos de licitação. A meta mensal é de 80% em até 10 dias úteis; 10% de 11 a 15 dias úteis; e 10% acima de 15 dias úteis. A média de janeiro a dezembro de 2019 para a instrução dos processos é de 74,4 % em até 10 dias úteis; 8,8% de 11 a 15 dias úteis; e 16,8% acima de 15 dias úteis. Nota-se que a meta não foi atingida por causa de processos cujo tempo despendido ultrapassou 15 dias úteis. O limite foi ultrapassado em 6,8%. Isso se deu em razão de diversos fatores, como dificuldade na pesquisa de mercado e alterações necessárias em termos de referência e propostas.

– Monitoramento da qualidade dos instrumentos elaborados pelo NUDOC – Foi medido o percentual de minutas de contrato, termo aditivo, termo de garantia, entre outros, elaborados de acordo com minutas-padrão, normas legais e demais orientações. A meta almejada era acima de 90%, equivalente a excelente. Foram confeccionadas 72 minutas pelo Núcleo de Contratos e formalizados 67 instrumentos, gerando, em uma conta simplificada, um percentual de aproveitamento de aproximadamente 93,05%, atingindo a graduação excelente.

Foram elaboradas 72 minutas, sendo:

a) 21 minutas de contrato (anexo de edital);

b) 8 minutas de contrato (contratação direta e adesão);

c) 29 minutas de termo aditivo;

d) 11 minutas de apostila;

e) 2 minutas de atas de registro de preço; e

f) 1 minuta de termo de rescisão contratual.

Foram formalizados:

a) 35 Contratos;

b) 23 Termo Aditivos;

c) 1 Termo de Rescisão; e

d) 8 Apostilas, totalizando 67 instrumentos formalizados com êxito.

Observação 1: Em licitações que preveem a formação de registro de preços, uma mesma minuta (anexo de edital) pode gerar diversos contratos (baixa da ARP).

Observação 2: Vale ressaltar que licitação inexitosa impossibilita a formalização do instrumento contratual mesmo tendo a minuta de contrato sido aprovada pela Assessoria Jurídica, fato que deve ser considerado quando da análise de efetividade na produção de minutas contratuais.

– Monitoramento da efetividade do gerenciamento de contratos administrativos – Foi medido o grau de efetividade no gerenciamento dos contratos administrativos firmados pela ESMPU, considerando os prazos de instrução processual e a conformidade documental dos autos. A meta era atingir os níveis de alta efetividade = 3 ou média-alta efetividade = 4. Dos 39 processos instruídos pela unidade, foram registradas 117 ocorrências de efetividade, atingindo o índice de alta efetividade.

– Monitoramento da qualidade da análise documental dos processos de pagamento dos contratos firmados pela ESMPU – Foi mensurada a conformidade documental dos processos de pagamento, sendo considerados conformes os processos que estivessem com a documentação de instrução para pagamento completa e analisada adequadamente. A meta era acima de 90%, e, dos 779 processos de pagamento instruídos pela unidade, 100% foram considerados "em conformidade documental", atingindo a graduação excelente.

5.3.4.1 Licitações referentes ao exercício de 2019

PROCESSOS LICITATÓRIOS DE 2019

EDITAL	OBJETO	RESULTADO
01	Renovação e aquisição de licenças dos *softwares* VMware vCenter Server Standard e VMware vSphere Standard, com direito a atualização e suporte técnico por 36 (trinta e seis) meses, para atender as necessidades desta Escola Superior do Ministério Público (ESMPU), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital.	Em favor da empresa BRISA SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - EIRELI (CNPJ n. 15.353.817/0001-10), no valor total de R$ 72.582,28.
EDITAL	**OBJETO**	**RESULTADO**
02	Registro de Preços para eventual aquisição de equipamentos de videoconferência, com 60 (sessenta) meses de garantia de *hardware* e *software*, incluindo os serviços de instalação, configuração, repasse tecnológico e suporte técnico, conforme especificações constantes do Anexo I do Edital.	Em favor das empresas ELETRO MÓVEIS BOM PRECO LTDA (CNPJ n. 05.700.510/0001-95), no valor total de R$ 21.903,00, item 3; SDR COMERCIO E TECNOLOGIA EM INFORMATICA EIRELI (CNPJ n. 31.460.781/0001-20), no valor total de R$ 63.000,00, item 2; SEAL TELECOM COMERCIO E SERVICOS DE TELECOMUNICACOES LTDA (CNPJ n. 58.619.404/0008-14), no valor total de R$ 398.958,00, item 1.

EDITAL	OBJETO	RESULTADO
03	Contratação de empresa especializada para a subscrição (locação) do plano de licenciamento dos pacotes de *software* Autodesk Architeture, Engineering and Construction e Autodesk Product Design and Manufacturing, para atender às necessidades da Divisão de Engenharia e Manutenção da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU), conforme condições, quantidades e exigências no Anexo I do Edital.	Em favor da empresa PRO-SYSTEMS INFORMATICA LTDA (CNPJ n. 03.620.200/0001-35), no valor total de R$ 48.480,00.

EDITAL	OBJETO	RESULTADO
04	Aquisição de dispositivos eletrônicos tipo Tablet, conforme condições, quantidades e exigências constantes do Anexo I deste Edital.	Em favor da empresa INFOJET COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA (CNPJ n. 05.888.814/0001-28), no valor total de R$ 21.420,89.

EDITAL	OBJETO	RESULTADO
05	Contratação de agente de integração para operacionalizar o Programa de Estágio da Escola Superior do Ministério Público da União, para estágio remunerado não obrigatório, e a realização de processo seletivo público de estagiários, com o preenchimento de até 31 vagas de estágio de estudantes de nível superior, conforme previsto na Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008, nas Resoluções do CNMP n. 42/2009, n. 52/2010 e n. 62/2010 e na Portaria PGR/MPU n. 378/2010.	Em favor da empresa INSTITUTO DE PROMOCAO HUMANA, APRENDIZAGEM E CULTURA (CNPJ n. 11.595.331/0001-38), no valor total de R$ 14.277,36.

EDITAL	OBJETO	RESULTADO
06	A presente licitação tem por objeto a escolha da proposta mais vantajosa para o Registro de Preços de aquisição de materiais: de expediente, processamento de dados, elétricos e de outros tipos de materiais necessários ao funcionamento e à manutenção da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU).	Em favor das empresas HOLPEMED COMERCIO E DISTRIBUICAO DE MATERIAIS MEDICOS L (CNPJ n. 30.060.762/0001-44), no valor total de R$ 1.573,60, grupos 1 e 11; FENIX MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (CNPJ n. 28.128.604/0001-37), no valor total de R$ 3.870,62, grupo 8; SOLUX DISTRIBUIDORA EIRELI, (CNPJ n. 23.291.920/0001-01), no valor total de R$ 2.098,78, grupo 7; D&F COMERCIO DE PAPEIS EIRELI (CNPJ n. 17.463.890/0001-70), no valor total de R$ 8.736,00, item 88; ART STILO PAPELARIA, LIVRARIA, COMERCIO E INFORMATICA (CNPJ n. 16.731.837/0001-40), no valor total de R$ 40.469,16, grupos 2 e 4; AQUARIUS COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA (CNPJ n. 02.966.222/0001-99), no valor total de R$ 6.849,53, grupo 5.

EDITAL	OBJETO	RESULTADO
07	A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para a subscrição (locação) do banco de imagens *Adobe Stock* para Equipes e da subscrição Adobe Creative Cloud para Equipes Nomeado, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital.	Em favor da empresa MCR SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA (CNPJ n. 04.198.254/0001-17), no valor total de R$ 12.250,00.

EDITAL	OBJETO	RESULTADO
08	O Registro de Preços de aquisição de materiais: de expediente, processamento de dados, elétricos e de outros tipos de materiais necessários ao funcionamento e à manutenção da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU).	Em favor das empresas HOLPEMED COMERCIO E DISTRIBUICAO DE MATERIAIS MEDICOS (CNPJ n. 30.060.762/0001-44), no valor total de R$ 2.835,73, grupo 4; RAFA PAPER DISTRIBUIDORA EIRELI (CNPJ n. 30.735.649/0001-11), no valor total de R$ 4.192,95, grupos 1, 2 e 3.

EDITAL	OBJETO	RESULTADO
09	Registro de Preços para contratação de empresa especializada, devidamente regularizada, para fornecer à ESMPU, nos moldes do preconizado na legislação pertinente, a prestação de serviços de infraestrutura, apoio logístico, compreendendo serviços de hospedagem, alimentação, logística para eventos, transporte, tradução simultânea, tradução de textos, sonorização, equipamentos, locação de salas, auditórios e outros correlatos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e nos seus Anexos.	Em favor da empresa GAP SERVICOS DE EVENTOS EIRELI (CNPJ n. 10.935.819/0001-02), no valor total de R$ 2.504.531,00.

EDITAL	OBJETO	RESULTADO
10	O Registro de Preços para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de chaveiro, compreendendo fornecimento, instalação e conserto de chaves e fechaduras, com emprego de mão de obra, para atender às necessidades da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU), do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e da Procuradoria da República no Distrito Federal (PRDF), conforme as especificações constantes deste Edital e seus anexos.	Em favor da empresa ALESSANDRO NUNES (CNPJ n. 16.970.920/0001-72), no valor total de R$ 17.720,38.

EDITAL	OBJETO	RESULTADO
12	A aquisição, por meio de Sistema de Registro de Preços, de mobiliário para a nova sede da Escola Superior do Ministério Público da União, conforme condições, especificações, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.	Em favor da empresa MOBILIA DF COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, CNPJ n. 26.480.533/0001-01, para o grupo 1 e item 42, no valor de R$ 76.465,00 (setenta e seis mil quatrocentos e sessenta e cinco reais) e R$ 3.568,00 (três mil quinhentos e sessenta e oito reais), respectivamente; em favor da empresa CENTER MÓVEIS E DESIGN LTDA, CNPJ n. 15.676.062/0001-95, para o grupo 2, no valor de R$ 16.000,00 (dezesseis mil reais); em favor da empresa MARCENARIA SULAR LTDA, CNPJ n. 89.278.519/0001-40, para o grupo 4, no valor de R$ 42.600,00 (quarenta e dois mil e seiscentos reais); em favor da empresa RD MÓVEIS LTDA, CNPJ n. 00.707.468/0001-10, para o grupo 5, no valor de R$ 142.296,00 (cento e quarenta e dois mil duzentos e noventa e seis reais); em favor da empresa MAGALHÃES E MAGALHÃES COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA, CNPJ n. 02.925.815/0001-07, para o grupo 6 e item 21, no valor de R$ 27.540,00 (vinte e sete mil quinhentos e quarenta reais) e R$ 12.948,00 (doze mil novecentos e quarenta e oito reais), respectivamente; em favor da empresa OFFICE MAX INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS EIRELI, CNPJ n. 09.258.263/0001-70, para o grupo 8, no valor de R$ 499.000,00 (quatrocentos e noventa e nove mil reais); em favor da empresa BORTOLINI INDUSTRIA DE MOVEIS LTDA, CNPJ n. 90.051.160/0001-52, para o grupo 9, no valor de R$ 118.133.40 (cento e dezoito mil cento e trinta e três reais e quarenta centavos); em favor da empresa BRTOP INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA, CNPJ n. 03.869.166/0001-37, para o grupo 10, no valor de R$ 20.759,85 (vinte mil setecentos e cinquenta e nove reais e oitenta e cinco centavos). Grupo 7 fracassado. Após recurso, em favor da empresa TECNOLÍNEA INJETADOS PLÁSTICOS LIDA, CNPJ n. 93.448.959/0001-75, para o grupo 3, no valor de R$ 369.162,00 (trezentos e sessenta e nove mil cento e sessenta e dois reais).

EDITAL	OBJETO	RESULTADO
13	Contratação de serviço especializado no planejamento e execução do *moving* dos equipamentos do Data Center da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU) para a nova sede do Órgão, incluindo desinstalação dos equipamentos, desmontagem de mobiliário técnico, transporte seguro, remontagem, reinstalação e fornecimento de materiais e mão de obra, com garantia, nos termos e condições constantes do Edital e seus Anexos.	Em favor da empresa TECNOCOMP TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA, CNPJ 54.892.252/0001-00, no valor de R$ 38.800,00 (trinta e oito mil e oitocentos reais).

EDITAL	OBJETO	RESULTADO
14	Contratação de empresa especializada para realizar mudança de mobiliário em geral (mesas, armários, estantes, cadeiras, poltronas, sofás, arquivos etc.), equipamentos de informática, máquinas, aparelhos e utensílios diversos, materiais de escritório, de copa e de cozinha, processos e documentos, além do arquivo, biblioteca e materiais de almoxarifado para o novo edifício-sede da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU).	Em favor da empresa JSM SOLUÇÕES LOGÍSTICA E TRANSPORTE EIRELI, CNPJ n. 21.728.334/0001-56, no valor de R$ 24,95 (vinte e quatro reais e noventa e cinco centavos) o metro cúbico.

EDITAL	OBJETO	RESULTADO
17	Contratação de empresa especializada nos serviços de coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos orgânicos e indiferenciados gerados nas dependências da Escola Superior do Ministério Público da União.	Em favor da empresa MKS GESTAO DE RESIDUOS LTDA, CNPJ 23.062.431/0001-88, no valor de R$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais).

EDITAL	OBJETO	RESULTADO
18	A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação dos serviços continuados de limpeza, conservação e jardinagem, compreendendo mão de obra e fornecimento de materiais e equipamentos, no edifício-sede da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU), situado no SGAS Quadra 603, Lote 22, Brasília-DF, de acordo com as especificações constantes no Edital e seus anexos.	Em favor da empresa REAL JG SERVICOS GERAIS EIRELI, CNPJ n. 08.247.960/0001-62, para o item 1, no valor de R$ 2.024.099,95 (dois milhões vinte e quatro mil noventa e nove reais e noventa e cinco centavos).

EDITAL	OBJETO	RESULTADO
19	A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação dos serviços continuados de limpeza, conservação e jardinagem, compreendendo mão de obra e fornecimento de materiais e equipamentos, no edifício-sede da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU), situado no SGAS Quadra 603, Lote 22, Brasília-DF, de acordo com as especificações constantes no Edital e seus anexos.	Em favor da empresa REAL JG SERVICOS GERAIS EIRELI, CNPJ n. 08.247.960/0001-62, para o item 1, no valor de R$ R$ 669.479,87 (seiscentos e sessenta e nove mil quatrocentos e setenta e nove reais e oitenta e sete centavos).

EDITAL	OBJETO	RESULTADO
20	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Vigilância Patrimonial Armada e de Segurança contra Incêndio, pânico, abandono de edificação e primeiros socorros por meio de grupo de Brigada de Incêndio, com cessão de mão de obra e de todos os materiais e equipamentos necessários para atender às necessidades da Escola Superior do Ministério Público da União.	Em favor das seguintes empresas: Item 1, Amplos Proteção Contra Incêndio LTDA, CNPJ n. 23.388.851/0001/59 , no valor anual de R$ 372.498,72 (trezentos e setenta e dois mil quatrocentos e noventa e oito reais e setenta e dois centavos); e o Item 2, MULTSERV Segurança e Vigilância Patrimonial Ltda, CNPJ n. 04.689.445./0001-81, no valor anual de R$ 872.355,44 (oitocentos e setenta e dois mil trezentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e quatro centavos).

EDITAL	OBJETO	RESULTADO
21	Registro de preços para a aquisição de rede de comunicação de dados local sem fio (*Wireless LAN – WLAN*) para a Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital.	Em favor da empresa SERVIX INFORMATICA LTDA, CNPJ n. 01.134.191/0002-28, no valor de R$ 201.994,00 (duzentos e um mil novecentos e noventa e quatro reais).
EDITAL	**OBJETO**	**RESULTADO**
22	Registro de preços para a aquisição de estantes desmontáveis de aço para armazenamento dos arquivos intermediários e permanentes, bem como para utilização no armazenamento de bens de consumo e permanente nos setores de Almoxarifado, Patrimônio, Expedição de Obras e Cerimonial, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e anexos.	Em favor da empresa COMÉRCIO SILVEIRA ATACADISTA DE MÓVEIS MOGI MIRIM, CNPJ n. 10.205.116/0001-10, para o grupo 1, no valor de R$ 62.380,00 (sessenta e dois mil trezentos e oitenta reais).
EDITAL	**OBJETO**	**RESULTADO**
23	Aquisição de equipamentos e materiais para atender as necessidades da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU).	Em favor da empresa N.S.S. COMERCIAL & CONSTRUTORA EIRELI, CNPJ n. 28.634.818/0001-85, para os itens 1, 2 e 14, no valor de R$ 1.990,00 (mil novecentos e noventa reais), 1.799,52 (mil setecentos e noventa e nove reais e cinquenta e dois centavos) e R$ 6.100,00 (seis mil e cem reais), respectivamente; em favor da empresa GOL COMERCIAL EIRELI, CNPJ n. 14.981.637/0001-10, para o item 3, no valor de R$ 5.350,00 (cinco mil trezentos e cinquenta reais); em favor da empresa SABIC COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI, CNPJ n. 04.762.458/0001-39, para os itens 4 e 5, no valor de R$ 1.339,76 (mil trezentos e trinta e nove reais e setenta e seis centavos), R$ 1.242,75 (mil duzentos e quarenta e dois reais e setenta e cinco centavos), respectivamente; em favor da empresa LUCIANO DE FREITAS PIERIN, CNPJ n. 23.860.624/0001-84, para o item 6, no valor de R$ 1.988,50 (mil novecentos e oitenta e oito reais e cinquenta centavos); em favor da empresa NATIVA DISTRIBUIÇÃO DE SUPRIMENTOS EIRELI, CNPJ n. 09.482.201/0001-47, para os itens 7, 8 e 9, no valor de R$ 1.050,00 (mil e cinquenta reais), R$ 1.048,00 (mil e quarenta e oito reais) e R$ 1.302,00 (mil trezentos e dois reais), respectivamente; em favor da empresa FERNANDA FOGACA FANTOURA MORDINI, CNPJ n. 29.704.594/0001-01, para os itens 10 e 11, no valor de R$ 1.330,00 (mil trezentos e trinta reais), R$ 915,50 (novecentos e quinze reais e cinquenta centavos), respectivamente; em favor da empresa AUDREY VALESCA FIRMINO 08662583610, CNPJ n. 28.900.846/0001-05, para o item 12, no valor de R$ 944,50 (novecentos e quarenta e quatro reais e cinquenta centavos); em favor da empresa GRANDES MARCAS COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ n. 14.396.046/0001-86, para o item 13, no valor de R$ 2.925,00 (dois mil novecentos e vinte e cinco reais); em favor da empresa WSS COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS E LICITAÇÕES, CNPJ n. 32.076.851/0001-04, para o item 16, no valor de R$ 1.140,00 (mil cento e quarenta reais). Itens 15 e 17 fracassados.

Quadro 201 Processos licitatórios de 2019

5.3.4.2 Principais desafios e ações futuras

Intensificar as ações que visam racionalizar as despesas de custeio, tais como renegociações contratuais;

a) promover melhorias nos processos de contratações de bens e serviços;

b) atualização permanente dos instrumentos de contratação e disponibilização de minutas de termos de referência, contratos, editais, bem como mapeamentos dos processos visando à elaboração de fluxogramas e listas de verificação de todos os processos de contratação;

c) contratar ferramentas de gestão patrimonial por radiofrequência, visando otimizar recursos, modernizar a gestão e aprimorar o controle.

25.3.5. GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

5.3.5.1 Patrimônio – Principais investimentos de capital (infraestrutura e equipamentos)

O controle patrimonial e de materiais de consumo da ESMPU, cuja competência regimental está atribuída à Divisão de Materiais e Patrimônio (DIMAT), atualmente é realizado por meio do Sistema Integrado de Ensino (SIE).

O desenvolvimento das atividades é amparado na Instrução de Serviço n. 3/2016, que estabelece procedimentos de movimentação e recebimento de bens permanentes e materiais de consumo no âmbito da ESMPU.

Durante o ano de 2019, houve aquisições relevantes de bens patrimoniais, perfazendo um total incorporado de R$ 2.120.787,71 (dois milhões cento e vinte mil setecentos e oitenta e sete reais e setenta e um centavos), dos quais R$ 849.476,13 (oitocentos e quarenta e nove mil quatrocentos e setenta e seis reais e treze centavos) se referem à incorporação de equipamentos de processamento de dados. Houve também aquisições de *softwares*, perfazendo um total de R$ 34.550,00 (trinta e quatro mil quinhentos e cinquenta reais) incorporados.

Quanto aos materiais de consumo, houve aquisições diversas iniciadas em 2018 e concluídas em 2019, nas quais foram adquiridos 106 itens por Atas de Registro de Preços ESMPU e compras compartilhadas.

Com relação ao almoxarifado, foi incorporado ao estoque o valor de R$ 372.155,70 (trezentos e setenta e dois mil cento e cinquenta e cinco reais e setenta centavos) em materiais de consumo.

Ademais, instituiu-se comissão para proceder a avaliação e classificação dos bens passíveis de desfazimento, bem como comissão para realizar inventário de bens patrimoniais, móveis, imóveis, intangíveis e do Almoxarifado da ESMPU. Entre doações e transferências, perfez-se o valor bruto de R$ 607.116,12 (seiscentos e sete mil cento e dezesseis reais e doze centavos), ou seja, a soma do valor líquido mais a depreciação.

5.3.5.2 Infraestrutura

A Divisão de Engenharia (DIENGE) é responsável pela coordenação e pelo monitoramento da execução das atividades de obras, projetos e serviços de engenharia necessários à construção e à conservação da estrutura física, às reformas, às ampliações e à manutenção das instalações prediais da ESMPU.

Ao longo de 2019, a Divisão de Engenharia se dedicou à execução da etapa final de construção da nova sede da ESMPU, atividade que culminará na mudança da atual sede compartilhada com a PRDF para sede própria. A equipe da DIENGE, em parceria com a Assessoria Técnica de Arquitetura, vem atuando como fiscal, integrante de comissões e em demais ações relativas à obra, conforme pontuado a seguir:

– Preparação de documentação para alvará de construção.

– Integrante da equipe técnica da Comissão Especial de Licitação (CEL).

– Integrante da Comissão de Fiscalização do Contrato da obra.

– Planejamento, coordenação e execução de todas as ações necessárias para o início da obra.

– Elaboração de projetos e especificação de execução dos serviços contratuais e aditados a seguir:

a) elaboração de projeto de reparos estruturais;

b) elaboração de projeto de reservatório de retardo;

c) elaboração de detalhamento das divisórias;

d) elaboração de projeto de automação de ar-condicionado; e

e) elaboração de detalhamentos arquitetônicos diversos.

– Preparação de documentação para vistoria dos bombeiros.

– Preparação de documentação para vistoria de habite-se.

– Participação na Comissão de Arquitetura Interna e Mobiliários.

– Elaboração de projetos, orçamentos e notas técnicas para elaboração de termos aditivos.

– Execução de medições e acompanhamentos gerenciais do contrato de execução da obra.

– Lançamento dos projetos da nova sede no ambiente BIM.

– Definição de leiautes da nova sede.

– Participação na Comissão de Segurança:

a) definição de diretrizes de segurança para a nova sede;

b) elaboração de plantas de mapeamento de segurança de ambientes;

c) elaboração de desenhos de tipos de fechaduras conforme mapeamento e leiaute da nova sede.

– Definição de diretrizes para contratação de equipamentos de áudio e vídeo.

– Elaboração de diretrizes e termo de referência para contratação de manutenção predial.

– Apoio e acompanhamento na gestão financeira dos contratos relacionados à obra da nova sede da ESMPU.

5.3.5.3 Nova Sede da ESMPU

O novo prédio, localizado na SGAS Quadra 603, teve sua construção retomada no final de 2018 e durante todo o exercício de 2019. No total, o edifício tem cerca de 10 mil metros quadrados de área construída, distribuídas em cinco andares, permitindo a ampliação de oferta de atividades acadêmicas a membros e servidores do Ministério Público União (MPU) e à sociedade civil.

O prédio tem seis salas de aula; ambientes para setores administrativos, de pessoal e de apoio; dois auditórios (150 e 116 lugares); biblioteca; laboratório de informática; estúdio de gravação; estrutura de videoconferência; lanchonete com área de convivência; garagem; e jardins internos para aproveitamento de luz e ventilação natural. As áreas destinadas ao espaço acadêmico (salas de aula, auditórios, estúdio, laboratório de TI, biblioteca e sala da Comissão Própria de Avaliação) tiveram um aumento de 89%, passando a ocupar 1.440 m² (ante os 643 m² atuais). Isso permite receber um público maior, com mais qualidade e conforto.

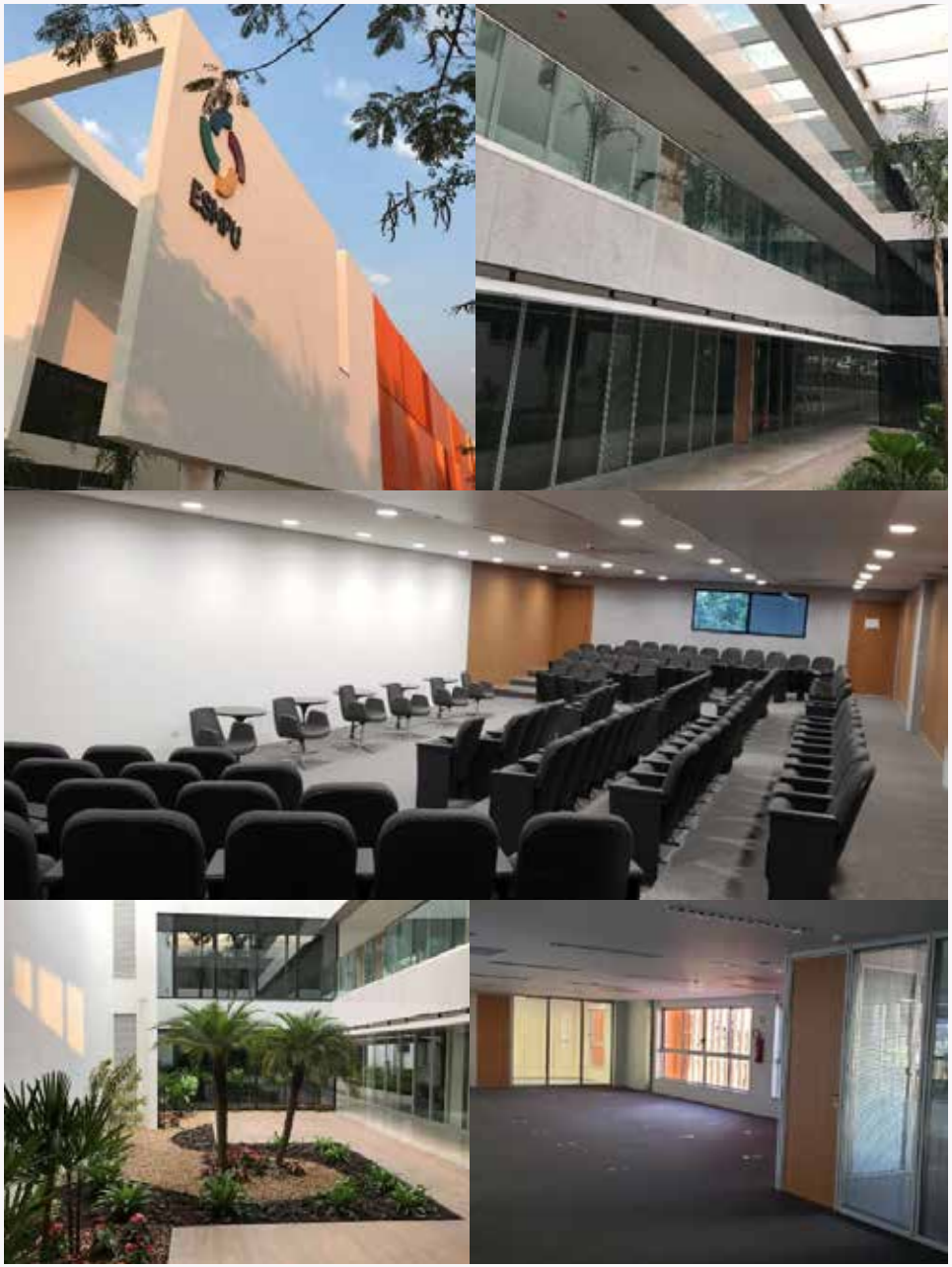
O projeto arquitetônico buscou ainda uma identidade ecológica, preocupando-se com a redução no consumo de energia elétrica em iluminação e refrigeração do ar. A maioria dos ambientes recebe luz natural, e, devido aos espaços abertos no interior do edifício, há circulação do ar nas áreas comuns.

Com instalações mais modernas, pretende-se também ampliar as possibilidades pedagógicas das atividades acadêmicas oferecidas. O estúdio de gravação, por exemplo, permitirá a produção de conteúdo audiovisual como videoaulas, deixando os cursos a distância mais interativos. Também haverá sistema de videoconferência e transmissão dos eventos realizados nos auditórios via *streaming*.

FACHADA DA NOVA SEDE

Figura 67 Fachada da Nova Sede

NOVA SEDE DA ESMPU



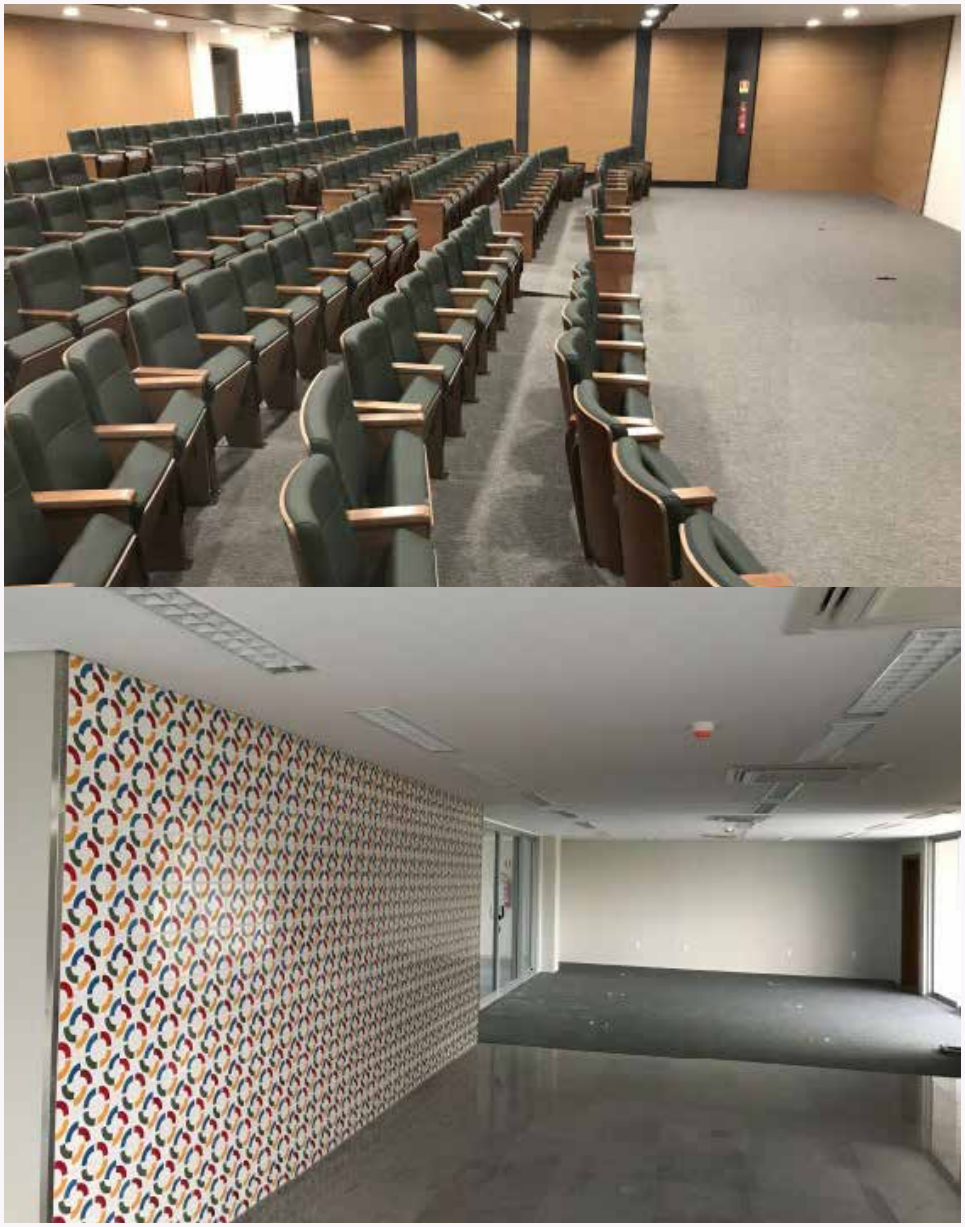


Figura 68 Nova Sede da ESMPU

25.3.6. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Para assegurar a conformidade legal da gestão de Tecnologia da Informação, a ESMPU observa e aplica regras e diretrizes estabelecidas pela legislação, pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e pelo Ministério Público da União (MPU), dentre os quais são elencados os seguintes normativos:

a) Resolução CNMP n. 102, de 23 de setembro de 2013

Disciplina a contratação de soluções de tecnologia da informação no âmbito do Ministério Público brasileiro.

b) Regimento Interno da ESMPU

Aprovado pela Resolução CONAD n. 9, de 11 de outubro de 2019.

c) Estatuto da ESMPU

Aprovado pela Portaria PGR/MPU n. 69, de 8 de agosto de 2019.

d) PDI 2020-2024

Plano de Desenvolvimento Institucional da ESMPU. Estabelece missão e estratégias visando ao cumprimento de objetivos e metas institucionais.

e) PDTI 2018-2019

Plano Diretor de Tecnologia da Informação. Tem por finalidade viabilizar a execução das ações e dos projetos de TI em conformidade com o Plano de Desenvolvimento Institucional.

Encontra-se em andamento na Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STIC) a elaboração da proposta de PDTI para o biênio 2020/2021, em conformidade com o PDI 2020-2024.

5.3.6.1 Modelo de governança de TI

A Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU) dispõe de mecanismos que viabilizam o modelo de Governança de TI por meio dos seguintes comitês:

a) Comitê de Tecnologia da Informação

Instituído pela Portaria n. 118, de 14 de outubro de 2015, o Comitê tem por finalidade apresentar políticas, medidas e ações relacionadas à área de Tecnologia da Informação, visando à conformidade da TI com o modelo de gestão pública, organização e diretrizes estabelecidas pelo Plano de Desenvolvimento Institucional vigente.

b) Comitê de Modernização

Instituído pela Portaria n. 78/2018, de 16 de maio de 2018, o Comitê tem por objetivo o desenvolvimento de ações para melhoria de processos e procedimentos, da estrutura interna da ESMPU, buscando a otimização das atividades e das ações institucionais. A Portaria n. 178, de 23 de outubro de 2019, altera a composição do Comitê de Modernização da ESMPU.

5.3.6.2 Montante de recursos aplicados em TI

Os recursos aplicados em TI no ano 2019, considerando custeio e investimentos, alcançaram as seguintes cifras:

RECURSOS APLICADOS EM TI

GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS PAGAS		VALOR PAGO EM RESTOS A PAGAR	
	2018	2019	2018	2019	2018	2019
Investimento	R$ 906.557,94	R$ 1.448.954,38	R$ 838.266,00	R$ 870.437,19	R$ 68.291,94	R$ 578.517,19
Custeio	R$ 848.994,59	R$ 1.010.829,97	R$ 760.962,06	R$ 875.725,47	R$ 88.032,53	R$ 135.104,50
Total	R$ 1.755.552,53	R$ 2.459.784,35	R$ 1.599.228,06	R$ 1.746.162,66	R$ 156.324,47	R$ 713.621,69

Tabela 159 Recursos aplicados em TI

5.3.6.3 Contratações mais relevantes de recursos de TI

CONTRATAÇÕES DE TI MAIS RELEVANTES EM 2019

CONTRATAÇÕES	ESCOPO	RESULTADOS ALCANÇADOS	VALOR
Atualização da infraestrutura de TI	Aquisição de servidor de *backup*, fitoteca, fitas LTO7, atualização da *storage* e do sistema *VmWare*.	Infraestrutura atualizada para comportar o crescimento das atividades acadêmicas e administrativas.	R$ 442.543,00
Aperfeiçoamento da infraestrutura de TI	Aquisição de novo sistema de *backup* (Veeam) e aquisição de sistema de balanceamento de carga, desempenho, segurança e aplicações *web*.	Aumento da segurança e maior confiabilidade na utilização dos sistemas *web*, tais como portal na Internet, SEI, Integra, educação a distância (EaD) e *webmail*.	R$ 663.725,00
Virtualização de dados	Subscrição para utilização de sistema *Delphix*, que é empregado na virtualização de dados dos sistemas em desenvolvimento, produção e homologação.	Otimização dos procedimentos de criação de ambiente de banco de dados para sistemas em desenvolvimento, produção e homologação.	R$ 358.000,00
Business Intelligence (BI)	Aquisição de *software* para coleta de dados e produção de informações sobre execução das atividades acadêmicas e execução orçamentária.	Maior agilidade no processo de apoio a decisão.	R$ 114.900,00
Serviços de comunicação de dados	Viabilizar acesso à internet e provimento de serviços acadêmicos e administrativos da ESMPU via *web*. Infovia.	Possibilita a realização de atividades acadêmicas e administrativas, inclusive *link* da nova sede.	R$ 171.496,00
Serviços de comunicação de dados	Viabilizar acesso à internet e provimento de serviços acadêmicos e administrativos da ESMPU em parceria com o MPF.	Possibilita a realização de atividades acadêmicas e administrativas, inclusive Educação a Distância (EaD).	R$ 101.000,00
Videoconferência em nuvem (*cloud*)	Contratação de solução para conferir redução de despesas com deslocamento de pessoas.	Solução proporciona agilidade na comunicação. É empregada em atividades administrativas e acadêmicas, inclusive nas defesas de TCCs.	R$ 25.100,00
Total			**R$ 1.876.764,00**

Tabela 160 Contratações de TI mais relevantes em 2019

CONTRATAÇÕES DE TI – PROJETO NOVA SEDE

NOVA SEDE	RESULTADOS ALCANÇADOS/ ESPERADOS	VALOR
Aquisição de equipamentos para rede local (LAN).	Viabilizar infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação na nova sede.	R$ 565.563,00
Aquisição de equipamentos de telefonia IP.	Viabilizar infraestrutura de telefonia IP para a nova sede.	R$ 352.038,00
Total		R$ 917.601,00

Tabela 161 Contratações de TI – Projeto Nova Sede

5.3.6.4 Principais iniciativas (sistemas e projetos) e resultados na área de TI por cadeia de valor

Sistemas e projetos que compõem as principais iniciativas e os resultados alcançados na área de Tecnologia da Informação foram elencados nos quadros detalhados no *subitem* 5.3.6.3. São contratações mais relevantes de recursos de TI, pois a ESMPU não adota contabilização por centro de custos e, portanto, ainda não procede ao cômputo dos gastos realizados por cadeia de valor.

5.3.6.5 Segurança da Informação

A Escola dispõe de sistemas de prevenção de intrusão, *firewall* e *antimalware*.

No presente momento, encontra-se em trâmite na ESMPU proposta de Política de Segurança da Informação apresentada pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STIC).

5.3.6.6 Principais desafios e ações futuras

PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS – TI

PROJETO OU INICIATIVA	DESCRIÇÃO
Projeto eSocial	Sistema de escrituração digital das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas. Tem por finalidade unificar dados dos empregadores e trabalhadores do País em um único sistema. Considerando que a ESMPU conta com quadro de servidores e contrata docentes, há que se proceder à adequação ao eSocial.
Proteção de Dados	Verificar se os sistemas de informação e processos de trabalho estão em conformidade com a Lei n. 13.709/2018, que é a Lei Geral de Proteção de Dados. Proceder às adequações que se façam necessárias, tendo em vista que a lei entrará em vigor em agosto de 2020.
Projeto ESMPU Digital	Prosseguir com o projeto ESMPU digital. Doravante, desenvolvendo funcionalidades relacionadas e de interesse do corpo discente.
Projeto de mudança do Data Center (*moving*)	Considerando o valor dos dados da ESMPU, encontra-se em andamento o projeto *data center moving*, cuja finalidade é a transferência do data center ESMPU da sede atual para o novo edifício-sede.
Projeto de implementação de serviços de telefonia IP	Instalação, configuração de central telefônica IP, bem como implantação de serviços de telefonia fixo-fixo, fixo-móvel, e de ligações longa distância no novo edifício-sede da ESMPU.
Projeto rede *wireless* (*wi-fi*)	Implantação de rede *wireless* (*wi-fi*) na nova sede da ESMPU.
PDTI 2020/2021	Propor Plano Diretor de Tecnologia da Informação para o novo ciclo de gestão, buscando conformidade com o direcionamento estratégico estabelecido pelo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da ESMPU. Levar PDTI proposto para apreciação pelo Comitê de TI e aprovação da DIRGE.

Quadro 202 Principais desafios e ações futuras – TI

25.3.7. GESTÃO DE CUSTOS

A ESMPU dispõe de equipe técnica responsável pelo planejamento e pelo acompanhamento da execução financeira e orçamentária, cabendo à Secretaria de Planejamento e Projetos (SEPLAN) o planejamento e o acompanhamento dos recursos destinados às atividades finalísticas de capacitação e pesquisa. A área da SEPLAN responsável por esse acompanhamento é a Divisão de Avaliação Estratégica, por meio do Núcleo de Avaliação Orçamentária.

O Núcleo de Avaliação Orçamentária possui duas atribuições primordiais:

a) Planejamento orçamentário das atividades de capacitação e pesquisa: o planejamento garante a distribuição orçamentária proporcional entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

b) Acompanhamento financeiro das atividades de capacitação e pesquisa: o acompanhamento possibilita comparações mensais entre o valor planejado, comprometido e executado para cada atividade acadêmica. Esse acompanhamento orienta a Diretoria-Geral da ESMPU na tomada de decisões para realocar recursos de forma a garantir o elevado percentual de realização anual do orçamento, conforme demonstrado na *Tabela 21*.

PERCENTUAL DE EXECUÇÃO FINANCEIRA AO LONGO DOS ANOS

AÇÃO	2015	2016	2017	2018	2019
Capacitação de pessoal	95,29%	95,49%	90,98%	95,90%	92,87%
Pesquisa na área jurídica	96,77%	0%<?>	0%	53,63%	70,89%

Tabela 162 Percentual de execução financeira ao longo dos anos

25.3.8. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

5.3.8.1 Critérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições

A ESMPU vem incluindo, desde meados do ano de 2016, critérios de sustentabilidade em cláusulas gerais e específicas em seus termos de referência, editais e contratos.

5 A não execução do orçamento programado ocorreu em razão de a Escola optar por empreender esforços para consecução da seguinte meta do PDI 2015-2019, "possibilitar para que os integrantes do quadro do MPU concluam o Mestrado profissionalizante entre 5 a 10 anos de admissão no MPU", uma vez que a realização dessa meta viabilizou a consecução da meta relacionada ao desenvolvimento de pesquisas jurídicas, ou seja, por meio de programas de mestrado, a ESMPU constituiu e capacitou um grupo de pesquisadores que, com o devido rigor metodológico, aprofundaram os estudos jurídicos socialmente relevantes para o crescimento institucional do MPU.

<?> A não execução do orçamento programado ocorreu em razão de a Escola optar por empreender esforços para consecução da seguinte meta do PDI 2015-2019, "possibilitar para que os integrantes do quadro do MPU concluam o Mestrado profissionalizante entre 5 a 10 anos de admissão no MPU", uma vez que a realização dessa meta viabilizou a consecução da meta relacionada ao desenvolvimento de pesquisas jurídicas, ou seja, por meio de programas de mestrado, a ESMPU constituiu e capacitou um grupo de pesquisadores que, com o devido rigor metodológico, aprofundaram os estudos jurídicos socialmente relevantes para o crescimento institucional do MPU.

Dentre esses critérios, cita-se a exigência de observância a alguns atos normativos, como a Lei n, 10.257/2001; a Lei n. 12.187/2009; a Lei n. 12.305/2010; a Lei n. 12.349/2010; o Decreto n. 7.404/2010; o Decreto n. 7.746/2012; e a Instrução Normativa n. 10, de 12 de novembro de 2012, da SLTI/MPOG.

Nesse sentido, a ESMPU está preparando-se desde 2019 para sua mudança para outra sede. Todas as contratações feitas para viabilização dessa mudança e construção da nova sede seguem as normas citadas, abrangendo, portanto, desde a compra de mobiliário, instalações hidráulica e elétrica, até o projeto de arquitetura do prédio, que é sustentável, pois tem um vão central que permite livre acesso a luz e ventilação naturais a todas as salas e corredores, em todos os andares do prédio, o que permitirá que possamos economizar ainda mais em energia elétrica a partir da mudança, uma vez que haverá menos uso de lâmpadas, assim como menos utilização do ar-condicionado.

Vale ressaltar que a ESMPU participa de um sistema de compras e contratações compartilhadas entre os órgãos federais ligados ao Ministério Público, em especial entre o Conselho Nacional do Ministério Público, a Procuradoria Geral da República, a Procuradoria Regional da República da 1ª Região e a Procuradoria da República no Distrito Federal. Esse sistema vem colaborando com a sustentabilidade, na medida em que consegue obter melhores preços no mercado, por meio de compras mais volumosas, ao mesmo tempo que reduz os gastos com processos de licitações para cada órgão, otimizando a logística da Administração Pública e do mercado.

Com relação à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras, a Divisão de Engenharia vem atuando na elaboração de Termos de Referência e Projetos Básicos ou Executivos, buscando sempre avaliar quais critérios de sustentabilidade são pertinentes ao objeto contratado.

5.3.8.2 Ações para redução do consumo de recursos naturais

A ESMPU participa, desde 2016, do programa A3P – Agenda Ambiental da Administração Pública, programa do Ministério do Meio Ambiente, o qual alimenta com dados referentes ao consumo da casa de modo geral, o que abrange também o consumo de recursos naturais, bem como com os dados a respeito do descarte do lixo produzido. No ano de 2019, houve a diminuição do consumo de água e de luz, devido à implantação de lâmpadas LED, torneiras automáticas em todos os banheiros, assim como instalação de ar-condicionado com a tecnologia *inverter*, que reduz o consumo de energia elétrica em todas as salas de aula e secretarias.

5.3.8.3 Redução de resíduos poluentes

A ESMPU, ciente de sua responsabilidade e ética sustentável, realiza a triagem e a pesagem diária do lixo produzido pelo órgão, de itens como: papelão, papel, plástico, vidros e lixo orgânico.

Além disso, o Grupo de Gestão Ambiental (GESTO), composto por PRDF e ESMPU, promoveu ao longo do ano de 2019 campanhas de conscientização e de coleta seletiva para servidores, estagiários e membros, coletando e fazendo o encaminhamento de materiais para entidades que trabalham com a reciclagem de itens como: garrafas PET, esponjas e óleo de cozinha, lixo eletroeletrônico, pilhas, baterias e potes de vidro com tampa.

5.3.8.4 Empregando os 3Rs da Sustentabilidade

Em 2019, houve uma campanha de estímulo à doação de roupas para pessoas em situação de rua, no período crítico do frio em Brasília (julho), que beneficiou mais de dez famílias nos arredores da Universidade de Brasília. Esta ação está em consonância com os princípios da sustentabilidade, por disponibilizar a reutilização de roupas que potencialmente seriam descartadas, empregando, dessa forma, os pilares da sustentabilidade: reduzir, reutilizar e reciclar.

RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
ESMPU

26 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

26.1 ROL DE RESPONSÁVEIS

Conforme Orientações do Tribunal de Contas da União, os dados do Rol dos Responsáveis serão inseridos diretamente no Sistema E-Contas.

26.2 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ESMPU vem aprimorando seus processos internos para que membros e servidores possam atingir o seu máximo como agentes públicos por meio de ações de capacitação como processo permanente e deliberado de aprendizagem, com o propósito de contribuir para o desenvolvimento de competências institucionais a partir do desenvolvimento de competências individuais.

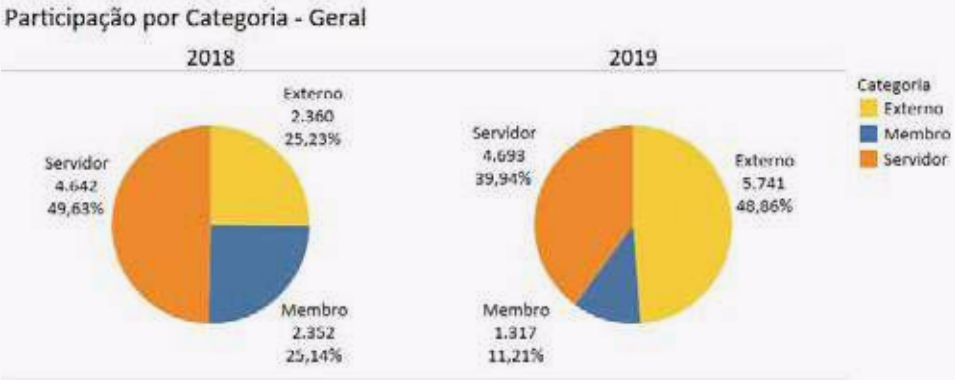
Em busca desse aprimoramento, pode-se destacar as seguintes realizações institucionais do ano de 2019:

Capacitações – A meta física estabelecida para 2019 foi de 130 projetos. No entanto, em razão de a ESMPU ter reiniciado as atividades de extensão, bem como a regionalização das atividades acadêmicas, com vistas a otimizar seus recursos financeiros e ampliar a oferta de cursos e o número de participantes, atingiu a quantidade de 291 atividades acadêmicas realizadas, o que representou uma expansão de aproximadamente 124,5% em relação à meta.

Dos 291 projetos desenvolvidos, 289 representam cursos de aperfeiçoamento, nas modalidades presencial, a distância e extensão, e duas atividades de longa duração, entre Cursos de Ingresso e Vitaliciamento e Mestrado. Essas ações resultaram em 12.074 pessoas capacitadas em 2019.

As atividades seguiram a linha de pesquisa "A promoção dos Direitos Fundamentais pelo Ministério Público da União", aprovada pelo CONAD, além dos eixos temáticos e transversais:

Ampliação do número de participantes nas atividades de aperfeiçoamento e extensão – Analisando a participação dos discentes por suas respectivas categorias (membro, servidor e público externo), conforme o gráfico a seguir, observa-se que houve aumento na participação do público externo. Esse aumento é decorrente da ampliação dos cursos de extensão, muitos deles realizados por meio de parcerias estratégicas com órgãos do sistema de justiça e da Administração Pública, escolas de governo e sociedade civil organizada.



Importante registrar o aumento no número de membros e servidores participantes das atividades de ensino e extensão no biênio. Em 2018, houve acréscimo de 122% no número de membros participantes, e, em 2019, embora o número de participações de membros tenha caído, se comparado com a média anual de participantes no triênio 2015-2017, houve acréscimo de 71,12%, tendo a Escola ampliado seu alcance e conseguido atrair mais membros e servidores para suas atividades. Com relação aos participantes servidores, houve aumento de 53,5% em 2018 e de 46,6% em 2019 em relação à média dos últimos três anos, conforme se observa no gráfico a seguir. Essa análise mostra que a ESMPU ampliou seu alcance no biênio 2018-2019.

Programa de Mestrado – A ESMPU oferta anualmente 20 vagas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* (Mestrado em Direito), por meio de acordo de cooperação com a Universidade Católica de Brasília (UCB). A partir dos cursos iniciados em 2019, a ESMPU deixou de custear o deslocamento dos participantes, o que representou uma economia anual na ordem de R$ 250.000,00. Aliado a isso, em negociação com a UCB, conseguiu a manutenção do mesmo quantitativo de vagas ofertadas para 2020 sem reajuste das mensalidades.

Pesquisa Científica Aplicada – A Escola espera maximizar sua produção científica nos próximos anos, com a formação de turmas no Mestrado Profissional em Direito que ocorreram anualmente a partir de 2016, e com o devido direcionamento da Câmara de Desenvolvimento Científico, que, entre outras funções, indica à Escola as pesquisas que necessitam ser realizadas para investigação de problemas e atualização sobre temas afetos ao MPU, cujos resultados são publicados em periódicos e outras obras, a fim de sistematizar o conhecimento.

Em 2019, a ESMPU investiu na criação de programas acadêmicos, grupos de pesquisa, líderes de pesquisa e na seleção de pesquisadores. Por isso, houve o início de apenas uma pesquisa, mas com previsão de 24 novas pesquisas em 2020. Em 2019, dez pesquisas que iniciaram em anos anteriores foram finalizadas, e há previsão de término de mais duas pesquisas em 2020.

Regionalização – A criação dos Centros de Apoios (CAPs) foi aprovada pelo Conselho Administrativo em outubro de 2018, e, já no início de 2019, os polos começaram a ser instalados, por meio de acordos de cooperação com unidades do MPF, nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Recife e Belém, escolhidas após análise de critérios como facilidade e custos dos deslocamentos e afinidade regional. O polo de Belém está em fase final de instalação e prevê-se que a implantação seja concluída no início de 2020.

Em 2019, foram realizados 215 cursos presenciais, sendo 70 na sede e 145 cursos nos polos regionais.

Novo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) – Para o PDI 2020-2024, a ESMPU organizou seu mapa estratégico a partir da missão, da visão, dos valores institucionais e das perspectivas. Cada perspectiva – ensino, pesquisa, extensão e gestão – possui um objetivo estratégico que será mensurado por meio de indicadores e metas institucionais. O novo PDI previu, ainda, novos instrumentos de trabalho que facilitarão o monitoramento das metas e a aferição de resultados, conforme detalhamento a seguir:

a) Painel de Contribuição: consiste na consolidação de todos os elementos do mapa estratégico, incluindo os indicadores e sua aferição do momento. Por meio dele, é possível gerir as metas e as iniciativas de todas as subunidades da Escola.

b) Quadro de indicadores: será construído para cada perspectiva e terá as informações sobre perspectiva e seu objetivo; número da meta institucional e sua descrição; nome do indicador; e meta de alcance do indicador para o quinquênio.

c) Matriz de controle de indicador: será elaborada para cada indicador e terá informações qualitativas e quantitativas, como colegiado responsável e unidade de execução, periodicidade da medição, valor mensurado, entre outros.

d) Plano de Ação Institucional: planejamento de todas as iniciativas que deverão ser executadas a fim de a instituição conseguir cumprir as metas institucionais descritas no painel de contribuição.

Comunicação Institucional – Desenvolvimento do Projeto TV ESMPU, que, em parceria com a TV MPF, visa possibilitar a captação de imagem e de som de maneira profissional e transmitir nossas atividades de extensão – simpósios, seminários e palestras – para todo o País, por meio do nosso canal e pelo YouTube, onde ficarão disponíveis e acessíveis a qualquer momento.

Aquisições para a Nova Sede – Seguindo a premissa de modernização da Escola, foram adquiridos mobiliários para equipar todas as salas de aula, os auditórios e o laboratório de informática. Esta ação concretizou requisito indispensável à expansão da atuação da instituição, uma vez que se mobiliaram três salas de aula a mais que as disponíveis na antiga sede. Foram adquiridas cadeiras e mesas ou carteiras de acordo com a finalidade acadêmica de cada ambiente, observando o modelo pedagógico preconizado pela ESMPU e os requisitos de acessibilidade requeridos pelo Ministério da Educação (MEC).

Ainda em 2019, foram adquiridos mobiliários para equipar os espaços de convívio e, ainda, as áreas administrativas. Os novos sofás, cadeiras e mesas de estar; mobiliário de biblioteca; mesas, gaveteiros, armários e cadeiras de trabalho; bem como mesas e cadeiras para a lanchonete da edificação observaram requisitos de adequação ao partido arquitetônico e seguiram critérios objetivos de ergonomia e acessibilidade.

Redesenho da Identidade Visual – A nova identidade visual da ESMPU, desenvolvida por sua área técnica de produção gráfica e aprovada pela Resolução CONAD n. 11/2019, nasceu de duas necessidades: a primeira, de adequação técnica do símbolo, e a segunda, de adequação ao novo momento que a instituição vive.

O redesenho da marca buscou atender às necessidades de mudança, sem romper com o legado histórico da marca original. A inspiração geométrica das quatro pétalas permaneceu, mas foi renovada pela leveza de cantos arredondados e por um centro vazado, que representa a ideia de ciranda, cuja convergência remete não só aos quatro ramos do MPU, mas também à sociedade.

Escola Superior do Ministério Público da União

Tecnologia da Informação – Foram investidos recursos na melhoria da infraestrutura de Tecnologia da Informação, o que otimizou significativamente os serviços ao usuário final. Dentre as melhorias, destacam-se: solução de virtualização de dados, ferramenta de Business Intelligence, solução de *backup*, acelerador de aplicações, expansão da unidade de *storage*, serviços de videoconferência em nuvem e treinamento on-line para as equipes técnicas. Ademais, foram adquiridos para a nova sede equipamentos para rede local (LAN) e rede sem fio (WAN); central telefônica; e equipamentos para as salas de videoconferência (*codecs* e monitores).

Gestão de Pessoas – Em busca de reduzir o déficit de pessoal, logrou-se o êxito de conseguir o ingresso de 24 cargos em comissão/funções de confiança, para os exercícios de 2019 e 2020, o que representa 28,92% do total criado em lei, permitindo o reforço e a qualificação da força de trabalho, com a estruturação dos setores e a nomeação de servidores para cargos compatíveis com suas atribuições e responsabilidades. Importante ressaltar que os referidos cargos não importaram em suplementação do orçamento, pois resultaram da economia e da eficiência da gestão.

Pelos resultados apresentados, verifica-se um incremento quantitativo e qualitativo das ações da Escola no exercício de 2019, que contribuíram para elevar a ESMPU a um novo patamar no seu objetivo de promover a profissionalização de alto nível de membros e servidores do Ministério Público da União (MPU).

Brasília, 29 de janeiro de 2020.

João Akira Omoto
Diretor-Geral da ESMPU
(Gestão 2/2/2018 – 2/2/2020) considerações finais

26.3 ANEXOS

Anexo 1 – Organograma
Anexo 2 – Programas acadêmicos e ementas
Anexo 3 – Acompanhamento da execução do PDI 2015-2019
Anexo 4 – Seleção de Projetos de Pesquisa
Anexo 5 – Declaração de Adequação – Estrutura Internacional para Relato Integrado

IEEE SMPO

27 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

27.1 INTRODUÇÃO

As Demonstrações Contábeis do MPU (DCONs) contemplam a execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, sendo materializadas nos Balanços Patrimonial, Orçamentário e Financeiro e nas Demonstrações das Variações Patrimoniais e dos Fluxos de Caixa, extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi). Por sua vez, as notas explicativas, parte integrante das DCONs, são constituídas de informações relevantes, complementares ou suplementares àquelas constantes das demonstrações contábeis, com o intuito de facilitar a compreensão das informações pelos diversos usuários.

A análise das DCONs e a elaboração das notas explicativas são realizadas pela Auditoria Interna do Ministério Público da União (Audin-MPU), em observância ao disposto nos arts. 70 e 74 da Constituição Federal de 1988, na Lei nº 12.527/2011, em seu Regimento Interno, aprovado pela Portaria PGR/MPU nº 53/2017, em orientações do Tribunal de Contas da União e do Órgão Central de Contabilidade da União, bem como nas normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público.

No decorrer do exercício financeiro, a Audin-MPU fiscalizou e acompanhou as operações de contabilização dos atos e fatos de gestão orçamentária, contábil, financeira, patrimonial e de pessoal efetuadas no Siafi, pelo MPF, MPT, MPM, MPDFT e pela ESMPU, de modo a garantir a consistência das informações sobre os resultados alcançados e sobre os aspectos de confiabilidade e fidedignidade dos registros nas demonstrações financeiras das unidades gestoras do MPU.

Em decorrência dessas ações de acompanhamento e controle, expediram-se pareceres, orientações e diligências contábeis. Além disso, efetuaram-se, aproximadamente, 2.000 atendimentos para prestar assistência, orientação e apoio técnico aos ordenadores de despesas e responsáveis por bens, direitos e obrigações, no âmbito do Ministério Público da União, quanto aos registros dos atos e fatos da gestão administrativa.

Após o encerramento do exercício de 2019, foi encaminhada ao Órgão Central de Contabilidade da União a declaração plena do órgão Ministério Público da União, visto que as demonstrações contábeis, constantes do Siafi, refletiam nos seus aspectos mais relevantes a situação orçamentária, financeira e patrimonial do MPU.

Sobre as notas explicativas, cabe destacar as seguintes informações.

Em 2019, as despesas orçamentárias, tanto as empenhadas quanto as pagas, tiveram expansão nominal em relação ao exercício anterior, no percentual de 6,8% e 7%, totalizando R$ 7,02 bilhões e R$ 6,92 bilhões, respectivamente.

O resultado patrimonial apurado em 2019 foi superavitário em 129,6 milhões, apresentando uma elevação na ordem de 422% em relação ao ano anterior, o que, em termos monetários, representa uma variação positiva de R$ 170 milhões.

O passivo exigível do MPU (passivo circulante mais passivo não circulante) alcançou, em 2019, cerca de R$ 107,5 milhões, sendo 95,2% de obrigações a curto prazo, em especial, com obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar. Isso representa apenas 3,1% do total do ativo. Em 2018, o passivo exigível foi cerca de R$ 95,1 milhões, equivalendo a 2,9% do total do ativo.

O resultado financeiro de 2019 foi positivo em R$ 36,7 milhões. Em comparação com o resultado do exercício anterior, que foi de 6,7 milhões, houve variação de 450%.

Para o exercício de 2020, foi inscrito o estoque de R$ 111 milhões de restos a pagar (RP), o que representa uma redução de R$ 53,1 milhões (32,4%), em relação ao estoque inscrito para o exercício de 2019 (R$ 164,1 milhões).

Considerando a dotação atualizada do MPU de R$ 7,18 bilhões, no ano de 2019, verifica-se que 1,4% desse montante foi inscrito em restos a pagar para 2020 (R$ 103,3 milhões).

27.2 NOTAS EXPLICATIVAS

27.2.1. CONTEXTO OPERACIONAL

De acordo com a Constituição Federal de 1988, o Ministério Público da União (MPU) é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis. Possui autonomia funcional, administrativa e financeira.

A organização e as atribuições do MPU estão estabelecidas na Lei Complementar nº 75/1993, conhecida como Lei Orgânica do Ministério Público da União.

O MPU é composto por quatro ramos: o Ministério Público Federal (MPF), o Ministério Público do Trabalho (MPT), o Ministério Público Militar (MPM) e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT). Esses ramos têm a seguinte atuação, de forma sintética:

- MPF – atua como fiscal da lei e também nas áreas Cível, Criminal e Eleitoral. Na Justiça Federal, atua em causas em que a Constituição Federal de 1988 estabelece de interesse federal. Extrajudicialmente, o MPF exerce suas atribuições por meio

QUANTITATIVO DE UNIDADES DO MPU – POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

CÓDIGO	UO.	UNIDADE GESTORA	QUANT.
34.101	MPF	Procuradoria-Geral da República – Secretaria-Geral	1
		Secretaria de Administração do MPF	1
		Secretaria de Gestão de Pessoas do MPF	1
		Procuradorias Regionais da República da 1ª a 5ª Regiões	5
		Procuradorias da República nas unidades federativas	27
		Subtotal	35
34.104	MPT	Procuradoria-Geral do Trabalho – Diretoria de Administração	1
		Departamento de Orçamento e Finanças	1
		Procuradorias Regionais do Trabalho da 1ª a 24ª Regiões	24
		Subtotal	26
34.103	MPDFT	Ministério Público do Distrito Federal e Territórios	1
34.102	MPM	Ministério Público Militar	1
34.105	ESMPU	Escola Superior do MPU	1
		Total	64

Tabela 163 Quantitativo de Unidades do MPU – Por Unidade Orçamentária

de recomendações, audiências públicas, promoção de acordos por meio dos Termos de Ajuste de Conduta (TAC) e controle externo da atividade policial.

- MPT – atua na fiscalização do cumprimento da legislação trabalhista quando houver interesse público, atuando também na proteção aos direitos fundamentais e sociais do cidadão diante de ilegalidades praticadas na seara trabalhista.
- MPM – atua na apuração dos crimes militares e também no controle externo da atividade policial judiciária militar e na instauração do inquérito civil para a proteção dos direitos constitucionais no âmbito da administração militar.
- MPDFT – atua como fiscal da lei e também na defesa dos interesses da sociedade do Distrito Federal e dos Territórios e no controle externo da atividade policial.

Além dos ramos, tem-se a Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU), criada pela Lei nº 9.628/1998, com natureza jurídica de órgão autônomo. É uma instituição de caráter educacional, diretamente vinculada ao procurador-geral da República, tendo as suas despesas custeadas por meio de dotação orçamentária própria, no âmbito do Ministério Público da União.

As dotações do MPU, na lei orçamentária da União, são consignadas ao Órgão Orçamentário 34000 – Ministério Público da União, que agrupa 5 (cinco) Unidades Orçamentárias (UO) responsáveis pela realização das ações. Esses recursos públicos são geridos nas 64 unidades gestoras do MPU, conforme especificado na tabela 163.

Os atos e fatos relativos à gestão orçamentária, financeira e patrimonial das unidades gestoras do MPU foram registrados no Siafi, em observância ao disposto, especialmente, nos arts. 5º e 143 da Lei nº 13.707/2018 (Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para 2019).

27.3 PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

27.3.1. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis de 2019 foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei Complementar nº 101/2000, da Lei nº 4.320/1964, da Lei nº 10.180/2001 e do Decreto nº 93.872/1986. Observaram, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), as instruções descritas no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) 8ª edição (Portaria Conjunta STN/SOF nº 6/2018 e Portaria STN nº 877/2018), a estrutura do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e demais normas aplicáveis.

As DCONs do Ministério Público da União foram extraídas do Siafi e são compostas pelo Balanço Patrimonial (BP), pela Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), pelo Balanço Orçamentário (BO) e pelo Balanço Financeiro (BF), exigidos pela Lei nº 4.320/1964. Consta, ainda, a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), estabelecida pela Norma Brasileira de Contabilidade (NBC TSP 12) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

O objetivo principal das DCONs é fornecer aos diversos usuários informações sobre a gestão do patrimônio público do Ministério Público da União e contribuir na prestação de contas da gestão econômico-financeira realizada no ano de 2019.

27.3.2. RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas adotados no âmbito da União, tendo em consideração as opções e premissas do modelo de contabilidade aplicada ao setor público.

A – Moeda funcional

A moeda funcional no âmbito da União é o Real. As eventuais transações realizadas pelas unidades gestoras do MPU que envolvam moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional na data de pagamento do compromisso, empregando-se a taxa de câmbio vigente.

B – Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação, conforme prescrito na parte II (Procedimentos Contábeis Patrimoniais) do MCASP.

Os gastos posteriores ao reconhecimento inicial são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

C – Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos (softwares, marcas, patentes, atividades de pesquisa e desenvolvimento etc.) destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenha sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável.

D – Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação e amortização

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação e amortização no MPU, durante o exercício de 2019, têm como base legal a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000, a Lei nº 10.180/2001, a NBC TSP e o MCASP.

Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira detalhada, no Manual Siafi Web, Macrofunção 02.03.30 (Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, nas Autarquias e nas Fundações).

Por sua vez, o valor da depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet é apurado mensal e automaticamente pelo mencionado sistema observando o valor depreciável de acessão, com uso do Método da Parábola de Kuentzle, conforme determinado no art. 7º da Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014. Esse método é expresso pela equação:

$$KD = (N^2 - X^2) / N^2$$

em que: KD = coeficiente de depreciação;
N = vida útil da acessão;
X = vida útil transcorrida da acessão.

E – Passivos Circulantes e Não Circulantes

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

F – Apuração do resultado

Nas Demonstrações Contábeis é possível apuração dos seguintes resultados:

- Patrimonial: implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). Após a apuração, o valor obtido é mostrado no item Resultado do Exercício, localizado na coluna do Passivo do Balanço Patrimonial. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.
- Orçamentário: representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superavit/deficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.
- Financeiro: a apuração do resultado financeiro é realizada pelo Balanço Financeiro e representa o confronto entre os ingressos e dispêndios de recursos financeiros a título de receitas e despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e pagamentos de natureza extraorçamentária, que ocorreram durante o exercício e alteraram o saldo das disponibilidades do MPU. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

27.3.3. CONFORMIDADE CONTÁBIL DAS DCONS

A conformidade contábil das demonstrações contábeis do MPU é realizada mensalmente pela Audin-MPU, observando os procedimentos descritos nas Macrofunções 02.03.15 (Conformidade Contábil), 02.03.18 (Norma de Encerramento do Exercício) e 02.10.03 (Manual de Análise dos Demonstrativos e Auditores Contábeis), do Manual Siafi Web.

Essa atividade visa a assegurar a fidelidade e a confiabilidade dos dados constantes do Siafi, sinalizando eventuais situações que causem inconsistências ou desequilíbrios nas informações contábeis.

No exercício de 2019, a Audin-MPU – atuando no Siafi como setorial contábil de Unidade Gestora, de Órgão e de Órgão Superior – registrou 792 conformidades contábeis: 768 de unidades gestoras, 12 de órgão e 12 de órgão superior.

Além dos processos realizados mensalmente, no final do exercício a Audin-MPU encaminhou para a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) a Declaração do Contador. Nessa declaração, o contador responsável declarou que os demonstrativos contábeis constantes do Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais e do Fluxo de Caixa), regidos pela Lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP 12) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, relativos ao exercício de 2019, refletem nos seus aspectos mais relevantes a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Ministério Público da União.

27.4 COMPOSIÇÃO DOS PRINCIPAIS ITENS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis do Ministério Público da União englobam as informações contábeis de todas as unidades gestoras que compõem os ramos do MPU e da ESMPU, registradas no Siafi.

A seguir, são apresentadas as demonstrações contábeis do MPU, relativas ao ano de 2019, e detalhados os seus principais itens.

27.4.1. BALANÇO PATRIMONIAL

Essa demonstração contábil evidencia a situação patrimonial do Ministério Público da União e demonstra a posição estática dos ativos e dos passivos do MPU no final do exercício, possibilitando ao usuário da informação conhecer qualitativa e quantitativamente a composição dos bens e direitos (ativos), das obrigações (passivos), e dos capitais, reservas e resultados acumulados da gestão patrimonial ao longo de vários exercícios (patrimônio líquido). Apresenta também os atos potenciais, que são registrados em conta de compensação (natureza de informação de controle).

Os ativos e passivos são conceituados e segregados em circulante e não circulante, conforme critérios estabelecidos na Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PCP) do MCASP.

O Balanço Patrimonial também demonstra o resultado acumulado, nele contendo o efeito do resultado do exercício levantado na Demonstração das Variações Patrimoniais a partir da comparação entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas.

Por sua vez, cabe mencionar que a Lei nº 4.320/1964 confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial ao separar o ativo e o passivo em dois grupos – Financeiro e Permanente –, de acordo com a dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõem.

Por isso, as estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram alteradas pela Portaria STN nº 438/2012, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público. A partir de então, no Balanço Patrimonial tem-se a visão patrimonial como base para análise e registro dos fatos contábeis.

Assim, o Balanço Patrimonial é composto por:

- Quadro Principal;
- Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes;
- Quadro das Contas de Compensação (controle); e
- Quadro do Superavit / Deficit Financeiro.

BALANÇO PATRIMONIAL - EXERCÍCIO 2019

EM R$

ATIVO			
	NExp	2019	2018
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	01	454.570.123,89	417.853.250,22
Demais Créditos e Valores a CP	02	11.258.935,45	4.665.380,05
Estoques		13.860.523,68	15.974.842,76
VPDs Pagas Antecipadamente		474.249,73	650.040,33
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		**480.163.832,75**	**439.143.513,36**
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Ativo Realizável a Longo Prazo		3.446.718,36	3.622.346,20
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	03	3.446.718,36	3.622.346,20
Imobilizado	04	**2.866.451.750,08**	**2.779.913.407,23**
Intangível	05	**70.221.317,30**	**69.391.818,28**
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		**2.940.119.785,74**	**2.852.927.571,71**
TOTAL DO ATIVO		**3.420.283.618,49**	**3.292.071.085,07**

PASSIVO			
	NExp	2019	2018
PASSIVO CIRCULANTE			
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	06	102.337.291,73	85.501.805,30
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	07	3.563.433,70	8.497.151,47
Demais Obrigações a Curto Prazo		1.328.319,81	848.813,09
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		**107.229.045,24**	**94.847.769,86**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Demais Obrigações a Longo Prazo		254.545,62	257.759,11
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**254.545,62**	**257.759,11**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Demais Reservas			
Resultados Acumulados		3.312.800.027,63	3.196.965.556,10
TOTAL DO PASSIVO LÍQUIDO		**3.312.800.027,63**	**3.196.965.556,10**
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**3.420.283.618,49**	**3.292.071.085,07**

Tabela 164 Balanço patrimonial – exercício 2019

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES - 2019

(Lei nº 4.320/1964)

	NExp	2019	2018
ATIVO (I)			
Ativo Financeiro		454.570.123,89	417.853.250,22
Ativo Permanente		2.965.713.494,60	2.874.217.834,85
TOTAL DO ATIVO		**3.420.283.618,49**	**3.292.071.085,07**
PASSIVO (II)			
Passivo Financeiro		111.624.932,61	164.669.649,46
Passivo Pernamente		102.401.785,59	85.595.198,52
TOTAL DO PASSIVO		**214.026.718,20**	**250.264.847,98**
SALDO PATRIMONIAL (III)=(I-II)		**3.206.256.900,29**	**3.041.806.237,09**

Tabela 165 Quadro dos ativos e passivos financeiros e permanentes - exercício 2019

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO - 2019

(Lei nº 4.320/1964)

	NExp	2019	2018
ATOS POTENCIAIS ATIVOS			
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	08	26.751.930,83	23.200.041,18
Direitos Conveniados e Outros Inst. Congêneres	08	28.818.341,40	16.708,58
Direitos Contratuais a Executar			
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar			
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS		**55.570.272,23**	**23.216.749,76**
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS			
Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar			
Obrigações Conveniadas e Outros Inst. Congêneres		34.793,82	1.954.458,38
Obrigações Contratuais a Executar	09	1.136.318.916,12	1.051.258.313,01
Outros Atos Potenciais Passivos a Executar			
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		**1.136.353.709,94**	**1.053.212.771,39**

Tabela 166 Quadro das Contas de Compensação - exercício 2019

QUADRO DO *SUPERAVIT / DEFICIT* FINANCEIRO - 2019

(Lei nº 4.320/1964)

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	NExp	2019	2018
RECURSOS ORDINÁRIOS (I)		336.992.686,88	248.129.404,19
RECURSOS VINCULADOS (II)		5.952.504,40	5.054.196,57
Seguridade Social (Exceto Previdência)			84.216,54
Seguridade Social (RPPS)		96.425,54	
Receitas Financeiras		2.374.726,52	1.921.318,17
Alienação de Bens e Direitos		221.729,00	0,00
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		3.259.623,34	3.048.661,86
***SUPERAVIT* FINANCEIRO (III)=(I+II)**		**342.945.191,28**	**253.183.600,76**

Tabela 167 Quadro do *superavit / deficit* financeiro - exercício 2019

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

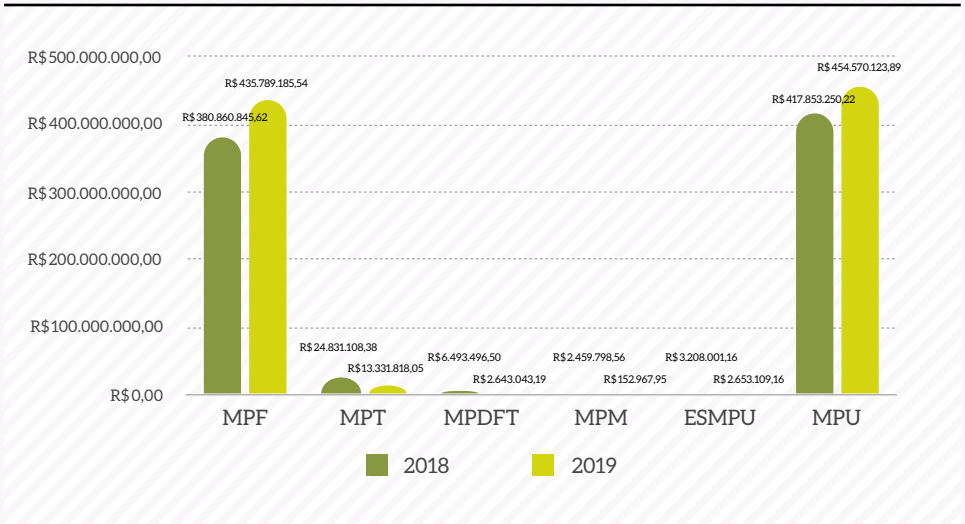


Gráfico 203 Caixa e equivalentes de Caixa

Nota 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa

É composto pelos valores do limite de saque da Conta Única da União, para atender às despesas com vinculação de pagamento das unidades gestoras do MPU, e pelos valores recebidos pela rede de agências da Caixa Econômica Federal, relativos aos depósitos de caução em garantia a contratos administrativos, conforme disposto no inciso IV do art. 1º do Decreto-Lei nº 1.737/1979. No gráfico 203, visualiza-se sua composição nos anos de 2018 e 2019.

DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO – COMPOSIÇÃO

EM R$

	MPF	MPT	MPDFT	ESMPU	MPU
13º Salário - Adiantamento	6.007.710,52			14.915,21	6.022.625,73
Salários e Ordenados - Pagamento antecipado	2.892.652,76	782.217,11	605.215,63	16.500,54	4.295.586,04
Crédito a receber por acerto financeiro com Servidor			612.372,14		612.372,14
Crédito a receber por cessão de passoal - Estado	107.393,62	20.885,62	25.543,65		153.822,89
Adiantamento - Termo execução descentralizada	81.017,80				81.017,80
Crédito a receber por cessão de pessoal		48.492,30			48.492,30
Crédito a receber por cessão de pessoal - Município	27.069,42				27.069,42
Crédito a receber decorrentes de infrações	17.947,73				17.947,73
Suprimento de fundos - Adiantamento	1,40				1,40
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	**9.133.793,25**	**851.595,03**	**1.242.131,42**	**31.415,75**	**11.258.935,45**

Tabela 168 Demais créditos e valores a curto prazo – composição

DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO – COMPOSIÇÃO

EM R$

	MPF	MPDFT	MPU	AV
Créditos a receber por desfalques ou desvios	2.483.763,56	962.954,80	3.446.718,36	79%
Depósitos judiciais efetuados	64.183,61		64.183,61	1,9%
Adiantamento de contribuições futuras - FUNPRESP	504.313,36	153.808,80	658.122,16	19,1%
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	**9.133.793,25**	**1.242.131,42**	**31.415,75**	**100%**

Tabela 169 Demais créditos e valores a longo prazo – Composição

Nota 02 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Quase a totalidade dos Demais Créditos e Valores a Curto Prazo se refere a Salários e Ordenados – Pagamento Antecipado e a 13º Salário – Adiantamento, conforme demonstrado na tabela 168.

Nota 03 – Demais Créditos e Valores a Longo Prazo

Este item é constituído, basicamente, por créditos por danos ao patrimônio, cujas contas foram julgadas irregulares pelo TCU, com imposição de débito ao responsável, e por adiantamentos1 de contribuições futuras à Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário (Funpresp-Jud), realizados pelo MPF e MPDFT, conforme autorizado pelo art. 25 da Lei nº 12.618/2012.

1 Com o objetivo de propiciar o início das operações e o regular funcionamento da Funpresp-Jud, o art. 25 da Lei nº 12.618/2012 autorizou, em caráter excepcional, no ato de criação dessas entidades, a União a fazer aporte financeiro a título de adiantamento de contribuições futuras.

IMOBILIZADO – COMPOSIÇÃO

EM R$

	MPF	MPT	MPDFT	MPM	ESMPU	MPU
Bens Móveis						
Valor contábil bruto	518.652.040,95	245.279.185,20	53.250.265,79	28.786.550,29	10.101.227,27	856.069.269,50
(-) Depreciação acumulada	-307.834.462,47	-131.845.928,02	-36.264.402,72	-17.348.707,49	-4.027.476,59	-497.320.977,29
(=) Valor contábil líquido	210.817.578,48	113.433.257,18	16.985.863,07	11.437.842,80	6.073.750,68	358.748.292,21
Bens Imóveis						
Bens de Uso Especial registrados no SPIUnet						
Valor contábil bruto	1.048.334.619,51	582.119.744,87	142.384.767,47	194.184.568,70	13.118.832,35	1.980.142.532,90
(-) Depreciação acumulada	-84.197.020,22	-26.651.066,92	-1.064.254,81	-2.206.995,70	-298.584,14	-114.417.921,79
(=) Valor contábil líquido	964.137.599,29	555.468.677,95	141.320.512,66	191.977.573,00	12.820.248,21	1.865.724.611,11
Bens de Uso Especial não registrados no SPIUnet						
Valor contábil bruto	35.698.055,81	73.487.504,89	611.160,48	669.373,22	873.982,88	111.340.077,28
Bens Imóveis em Andamento						
Valor contábil bruto	269.411.023,02	122.990.700,69	32.701.283,47	51.263.102,91	26.195.863,36	502.561.973,45
Instalações						
Valor contábil bruto	2.903.822,38	1.006.740,54	20.965.414,26	2.713.930,32		27.589.907,50
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros						
Valor contábil bruto	1.359.441,22		236.312,00			1.595.753,22
(-) Amortização acumulada	-872.552,69		-236.312,00			-1.108.864,69
(=) Valor contábil líquido	486.888,53		0,00			486.888,53
Imobilizado	**1.483.454.967,51**	**866.386.881,25**	**212.584.233,94**	**258.061.822,25**	**45.963.845,13**	**2.866.451.750,08**

Tabela 170 Imobilizado – composição

Nota 04 – Imobilizado

O imobilizado do Ministério Público da União é segregado em dois grupos: Bens Móveis e Bens Imóveis.

Na tabela 170 é apresentada a composição dos bens móveis e dos bens imóveis registrados no Siafi, em 31/12/2019.

INTANGÍVEL – COMPOSIÇÃO

EM R$

	MPF	MPT	MPDFT	MPM	ESMPU	MPU
Softwares de vida útil definida						
Valor contábil bruto	2.916.872,40	23.884,00			145.340,08	3.086.096,48
(-) Amortização acumulada	-1.918.530,94	-23.884,00			-84.473,36	-2.026.888,30
(=) Valor contábil líquido	998.341,46	0,00			60.866,72	1.059.208,18
Softwares de vida útil indefinida						
Valor contábil bruto	40.184.691,37	20.719.070,27	4.192.812,27	3.233.006,82	832.528,39	69.162.109,12
Intangível	**41.183.032,83**	**20.719.070,27**	**4.192.812,27**	**3.233.006,82**	**893.395,11**	**70.221.317,30**

Tabela 171 Intangível – composição

PESSOAL A PAGAR – COMPOSIÇÃO

EM R$

	MPF	MPT	MPDFT	MPM	ESMPU	MPU	AV
Salários, Remunerações e Benefícios		18.851.692,11	16.913.533,54			35.765.225,65	34,9%
Férias a Pagar	28.630.218,82	2.917.209,11	17.817.055,61	245.775,07	804,64	49.611.063,25	48,5%
Licença-Premio						16.961.002,83	16,6%
Pessoal a Pagar	**28.630.218,82**	**21.768.901,22**	**34.730.589,15**	**245.775,07**	**804,64**	**102.337.291,73**	**100%**

Tabela 172 Pessoal a pagar – composição

Nota 05 – Intangível

O Ativo Intangível do MPU, em 31/12/2019, totalizava R$ 70,2 milhões e está composto de softwares com vida útil definida e indefinida, conforme detalhado na tabela 171.

Nota 06 – Pessoal a Pagar

Em 31/12/2019, o Ministério Público da União apresentou um saldo de R$ 102,3 milhões com pessoal a pagar, conforme detalhado na tabela 172.

Os saldos registrados nessas contas foram conciliados pelas unidades gestoras responsáveis pela elaboração da folha de pessoal no âmbito do MPU, observando as recomendações do Tribunal de Contas da União e as orientações da Macrofunção 02.11.42 (Folha de Pagamento) do Manual Siafi.

FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR POR CONTRATANTE

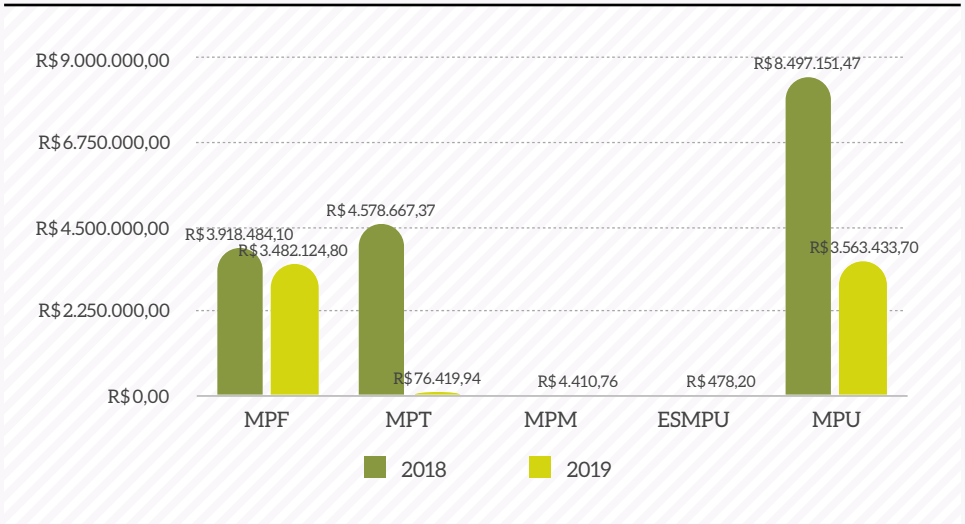


Gráfico 204 Fornecedores e contas a pagar por contratante

Nota 07 – Fornecedores e Contas a Pagar

Em 31/12/2019, o Ministério Público da União apresentou um saldo de R$ 3,6 milhões em aberto com fornecedores e contas a pagar a curto prazo.

No gráfico 204, visualiza-se que essas obrigações, no exercício de 2019, estão registradas em todos os ramos do MPU, com exceção do MPDFT.

Na continuação, apresenta-se a tabela 173 com os contratantes que possuem os valores mais expressivos de fornecedores e contas a pagar.

A Procuradoria da República em São Paulo é responsável por 74,5% do total a ser pago, decorrente principalmente de serviços de vigilância armada e desarmada nas unidades administrativas da PR/SP (R$ 1.104.593,59).

FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR – POR CONTRATANTE

	31/12/2019	AV
Procuradoria da República em São Paulo	2.655.378,67	74,5%
Secretaria de Administração do MPF	497.279,08	14,0%
Procuradoria da República em Pernambuco	222.574,86	6,2%
Ministério Público do Trabalho	76.419,94	2,1%
Ministério Público Militar	4.410,76	0,1%
Escola Superior do MPU	478,20	0,0%
Demais Unidades Gestoras do MPF	106.892,19	3,0%
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	**3.563.433,70**	**100,0%**

Tabela 173 Fornecedores e contas a pagar – por contratante

GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS **EM R$**

	MPF	MPT	ESMPU	MPU	AV
Fianças a Executar	269.041,41	176.723,95		445.765,36	1,7%
Seguros-Garantia a Executar	7.060.165,94	17.001.186,32	1.548.824,45	25.610.176,71	95,7%
Caução a Executar	80.876,24	110.597,55		191.473,79	0,7%
Apólices de Seguros a Executar	504.514,97			504.514,97	1,9%
Garantias e Contragarantias Recebidas	**7.914.598,56**	**17.288.507,82**	**1.548.824,45**	**26.751.930,83**	**100%**

Tabela 174 Garantias e contragarantias recebidas

Nota 08 – Atos Potenciais Ativos

Os itens que compõem os atos potenciais ativos são:

A – Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar

Esse agrupamento compreende o controle sobre a execução de fianças, seguros-garantia, caução e outras garantias e contragarantias recebidas pelas unidades gestoras do MPU.

As garantias e contragarantias recebidas a executar pelo MPU, em 31/12/2019, totalizava R$ 26,8 milhões, conforme detalhado na tabela 174.

Os maiores valores apropriados na conta de Seguros-Garantia a Executar são observados na Procuradoria da República no Rio Grande do Sul (R$ 4.355.720,80) e na Diretoria de Administração da Procuradoria-Geral do Trabalho (R$ 15.590.732,95).

B – Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres

Em 31/12/2019, o Ministério Público da União apresentou um saldo aproximado de R$ 29 milhões, relacionados a Termo de Execução Descentralizada2 (TED), a serem recebidos pelos ramos do MPU da seguinte forma:

- MPF – R$ 778.874,45 – sendo todo o valor relativo ao TED registrado no Siafi sob o nº 698166 e firmado entre a Procuradoria da República no Rio Grande do Sul e o Fundo de Defesa dos Direitos Difusos para fortalecer e ampliar o alcance de atuação do Fórum Gaúcho de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos (FGCIA).

- MPDFT – R$ 28.022.758,37 – sendo todo o valor relativo ao TED registrado no Siafi sob o nº 698761 e firmado entre o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e o Fundo de Defesa dos Direitos Difusos para aquisição de ferramentas e recursos tecnológicos para aparelhar o Centro de Produção, Análise, Difusão e Segurança da Informação e Laboratório de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro (Cilab/MPDFT).

- MPM – R$ 16.708,58 – sendo todo o valor relativo ao TED registrado no Siafi sob nº 691634 e firmado entre o Ministério Público Militar e a Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro) para o custeio das despesas condominiais do imóvel onde está instalado o centro estadual do Rio de Janeiro.

2 É o instrumento por meio do qual é ajustada a descentralização de crédito entre órgãos e/ou entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, para execução de ações de interesse da unidade orçamentária descentralizadora e consecução do objeto previsto no programa de trabalho, respeitada fielmente a classificação funcional programática (art. 1º, inciso III, do Decreto nº 6.170/2007).

OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS – COMPOSIÇÃO

EM R$

	MPF	MPT	MPDFT	MPM	ESMPU	MPU
Contratos de Seguros	46.846,85	27.196,37			164,16	74.207,38
Contratos de Serviços	659.183.008,85	211.533.724,39	67.826.193,91	24.832.038,00	6.010.745,47	969.385.710,62
Contratos de Aluguéis	108.796.520,87	36.792.579,35	3.093.107,54	343.313,38		149.025.521,14
Contratos de Fornecimento de Bens	12.602.201,01	3.196.163,3	1.494.966,38	298755,87	241390,33	17.833.476,98
Obrigações Contratuais	**780.628.577,58**	**251.549.663,50**	**72.414.267,83**	**25.474.107,25**	**6.252.299,96**	**1.136.318.916,12**

Tabela 175 Obrigações contratuais – composição

Nota 09 – Atos Potenciais Passivos

Entre os atos potenciais passivos apresentados no Quadro das Contas de Compensação do Balanço Patrimonial, o agrupamento Obrigações Contratuais a Executar representa o item mais relevante e está detalhado na tabela 175.

As obrigações contratuais compreendem o controle sobre os contratos celebrados pelas unidades gestoras do MPU na figura de contratante, visando à obtenção de bens e serviços com terceiros.

As obrigações contratuais de serviços representam cerca de 85,3% do total das obrigações assumidas pelo Ministério Público da União no final de 2019. As principais contratações registradas no Siafi são decorrentes de:

- Serviços de comunicação de dados em âmbito nacional;
- Serviços de solução de segurança de perímetro (serviços de firewall, prevenção de intrusão, filtro de conteúdo, antivírus de rede e outros);
- Serviços técnicos de hospedagem externa de equipamentos de TI;
- Serviços de vigilância armada e desarmada;
- Serviços de emissão de passagens aéreas;
- Serviço de coleta, transporte, entrega, aquisição de produtos postais e postagem de correspondência; e
- Construção de imóveis.

CÁLCULO DO *SUPERAVIT* FINANCEIRO

	2019	2018	VARIAÇÃO
(+) Ativo Financeiro (AF)	454.570.123,89	417.853.250,22	36.716.873,67
(-) Passivo Financeiro (PF)	111.624.932,61	164.669.649,46	-53.044.716,85
(=) Superávit/Déficit Financeiro (AF - PF)	**342.945.191,28**	**253.183.600,76**	**89.761.590,52**

Tabela 176 FCálculo do *superavit* financeiro

Nota 10 – Superavit/Deficit Financeiro

O superavit/deficit financeiro é um indicador da posição financeira, calculado a partir da diferença entre ativo e passivo financeiros3. Esse indicador propicia a análise sobre a existência ou não de recursos a serem utilizados como fonte para abertura de créditos adicionais. No exercício de 2019, o superavit financeiro foi de R$ 343 milhões. Em relação ao exercício anterior, houve elevação de quase R$ 90 milhões, conforme demonstrado na tabela 176.

3 O Ativo Financeiro compreende os créditos e valores realizáveis independentemente da autorização orçamentária e dos valores numerários, enquanto que o Passivo Financeiro compreende os compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária (art. 105, §§ 1º e 3º, da Lei nº 4.320/1964).

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

	NExp	2019	2018
Variações Patrimoniais Aumentativas			
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	**11**	**1.676.672,40**	**14.707.479,00**
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		1.676.672,40	14.707.479,00
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		**299.083,25**	**55.216,68**
Juros e Encargos de Mora		266.684,61	55.216,68
Variações Monetárias e Cambiais		32.398,64	
Transferências e Delegações Recebidas		**14.111.901.575,48**	**13.189.781.063,49**
Transferências Intragovernamentais		14.038.188.443,67	13.116.036.467,51
Outras Transferências e Delegações Recebidas		73.713.131,81	73.744.595,98
Valorização e Ganhos c/Ativos e Desincorp. de Passivos		**179.104.504,11**	**95.524.735,33**
Reavaliação de Ativos	12	156.902.501,01	93.240.336,05
Ganhos com Incorporação de Ativos	13	21.438.866,48	432.370,26
Ganhos com Desincorporação de Passivos		763.136,62	1.852.029,02
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		**70.065.448,82**	**45.039.354,62**
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	14	70.065.448,82	45.039.354,62
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)		**14.363.047.284,06**	**13.345.107.849,12**
Variações Patrimoniais Diminutivas			
Pessoal e Encargos		**5.307.368.679,50**	**4.890.255.048,19**
Remuneração a Pessoal	15	4.358.020.620,20	3.854.790.932,55
Encargos Patronais	15	685.920.221,94	657.848.378,84
Benefícios a Pessoal	16	253.929.816,35	367.838.706,08
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		9.498.021,01	9.777.030,72
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	**17**	**833.643.338,59**	**681.073.304,97**
Aposentadorias e Reformas		654.461.361,03	524.471.116,14
Pensões		177.336.689,46	155.090.626,72
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		1.845.288,10	1.511.562,11
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	**18**	**899.969.050,37**	**954.007.171,83**
Uso de Material de Consumo		20.389.312,17	23.181.224,47
Serviços		763.055.521,46	837.791.005,12
Depreciação, Amortização e Exaustão		116.524.216,74	93.034.942,24
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		**9.407,91**	**45.686,33**
Juros e Encargos de Mora		8.704,78	16.405,44

Tabela 177 Demonstração das variações patrimoniais

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

	NExp	2019	2018
Variações Monetárias e Cambiais		0,71	7,71
Descontos Financeiros Concedidos		702,42	29.273,18
Transferências e Delegações Concedidas		**7.116.555.394,12**	**6.626.866.707,60**
Transferências Intragovernamentais	19	7.054.930.879,13	6.571.200.472,52
Outras Transferências e Delegações Concedidas		61.624.514,99	55.666.235,08
Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorpor. Passivos		**66.025.133,52**	**223.270.176,00**
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes para Perdas	20	8.152.002,39	1.879.551,94
Perdas com Alienação		185.507,27	18.860,00
Perdas Involuntárias		127.532,46	113.001,47
Incorporação de Passivos		72.389,55	5.176,20
Desincorporação de Ativos	21	57.487.701,85	221.253.586,39
Tributárias		**2.219.376,14**	**2.340.815,73**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		737.065,44	686.642,45
Contribuições		1.482.310,70	1.654.173,28
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		**7.660.301,18**	**7.491.197,02**
Premiações		16.277,49	16.984,00
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	22	7.644.023,69	7.474.213,02
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)		**14.233.450.681,33**	**13.385.350.107,67**
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I – II)	**23**	**129.596.602,73**	**-40.242.258,55**

27.4.2. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Essa demonstração contábil evidencia as variações verificadas no patrimônio do MPU, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício, apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

Caso o total das variações patrimoniais aumentativas seja superior ao total das variações patrimoniais diminutivas, diz-se que o resultado patrimonial foi superavitário ou que houve um superavit patrimonial. Caso contrário, diz-se que o resultado patrimonial foi deficitário ou que houve um deficit patrimonial.

EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS

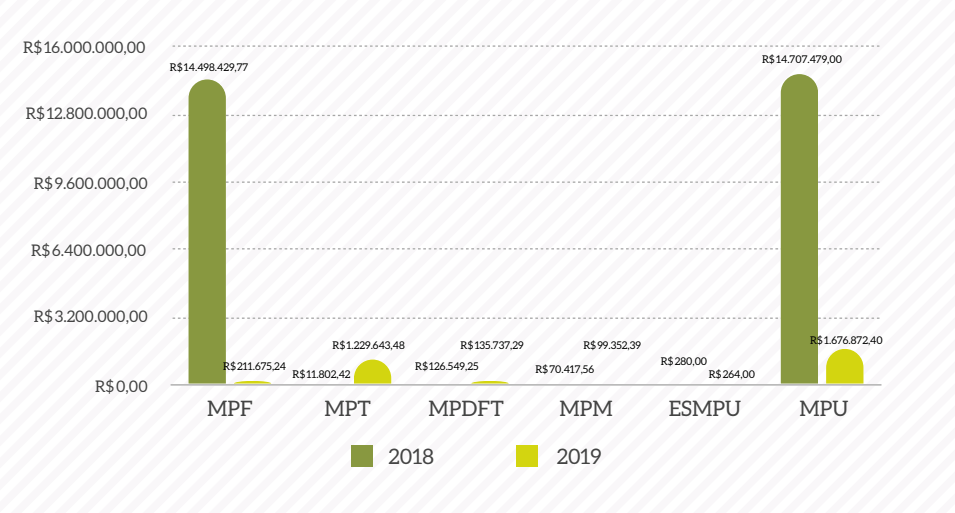


Gráfico 205 Exploração e venda de bens, serviços e direitos

REAVALIAÇÃO DE ATIVOS

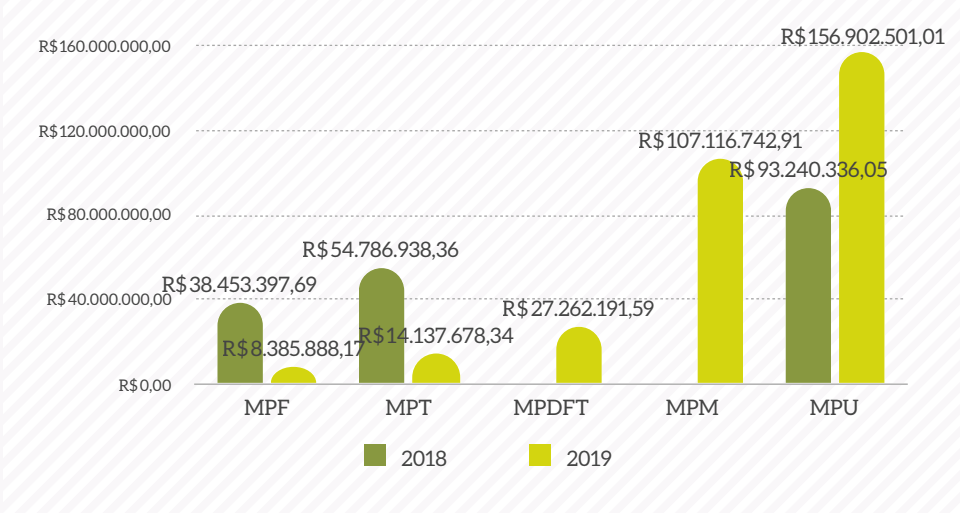


Gráfico 206 Reavaliação de ativos

Nota 11 – Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, nessa linha das VPAs devem constar as variações patrimoniais auferidas com a venda de bens, serviços e direitos, que resultem em aumento do patrimônio líquido, independentemente de ingresso, incluindo-se a venda bruta e deduzindo-se as devoluções, abatimentos e descontos comerciais concedidos. No gráfico 205 visualiza-se sua composição.

Do total contabilizado em 2019, como exploração de bens, direitos e prestação de serviços, nota-se que 73,3% foram realizados pelo Ministério Público do Trabalho, em razão da arrecadação, especialmente, de taxa de inscrição para o 21º Concurso Público para Provimento de Cargos de Procurador do Trabalho.

Nota 12 – Reavaliação de Ativos

Em razão de diversos fatores, como a ampliação ou redução da capacidade produtiva de um bem móvel, o valor contábil de determinados ativos pode não corresponder ao seu valor justo, influenciando na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços pela entidade. Dessa forma, de tempos em tempos, há necessidade de esses ativos passarem por um processo avaliativo, com vistas a adequar o seu valor contábil.

No exercício de 2019, essa variação patrimonial aumentativa foi decorrente da reavaliação de bens imóveis no SPIUnet, realizada pelos ramos do MPU da forma do gráfico 206.

Essa nota trata somente das reavaliações positivas, que originaram VPA. As variações negativas são tratadas em nota específica de VPD (Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes para Perdas).

GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS

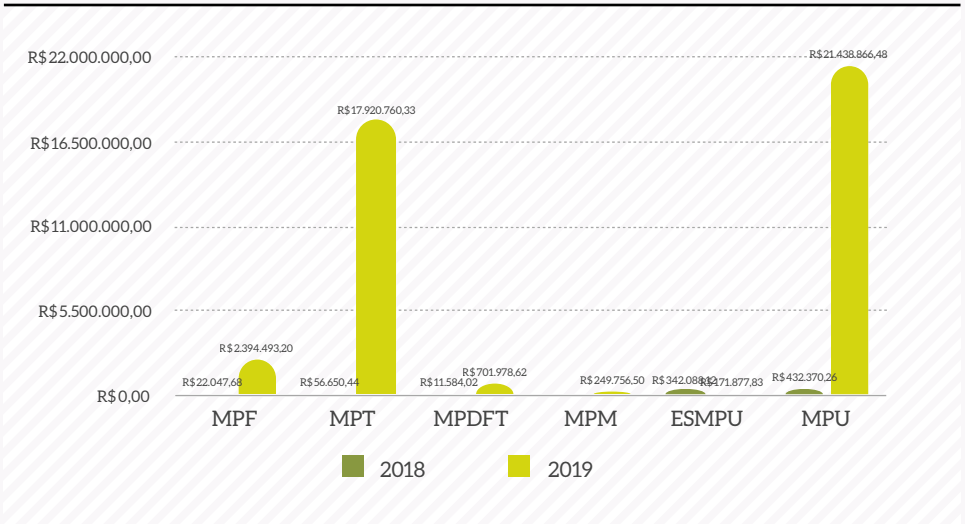


Gráfico 207 Ganhos com incorporação de ativos

Nota 13 – Ganhos com Incorporação de Ativos

Dentre os Ganhos com Incorporações de Ativos no ano de 2019, destacam-se os valores decorrentes dos registros de imóveis de uso especial no SPIUnet e das incorporações de bens móveis pelas unidades gestoras do MPU.

DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS – COMPOSIÇÃO

EM R$

	MPF	MPT	MPDFT	MPM	ESMPU	MPU
VPA decorrente de fatores geradores diversos	63.146.729,52	83.152,73	1.130,19	16.232,28	6.041,90	63.253.286,62
Restituições	3.876.645,42	1.117.893,78	283.111,47	63.184,11	11.824,38	5.352.659,16
Multas Administrativas	1.052.822,23	128.176,16	50.955,26	4.961,38		1.236.915,03
Indenizações	208.657,76	11.947,56		1.982,69		222.588,01
Diversas VPA	68.284.854,93	1.341.170,23	335.196,92	86.360,46	17.866,28	70.065.448,82

Tabela 178 Diversas variações patrimoniais aumentativas – composição

REMUNERAÇÃO A PESSOAL E ENCARGOS PATRONAIS – COMPOSIÇÃO

EM R$

	MPF	MPT	MPDFT	MPM	ESMPU	MPU
Gratificações	1.030.533.089,27	381.244.827,10	227.045.041,08	57.905.858,91	5.169.815,47	1.701.898.631,83
Vencimentos e Salários	886.506.394,26	483.677.985,95	253.203.136,03	58.311.807,56	2.411.789,85	1.684.111.113,65
Contribuição Patronal para o RPPS	361.025.118,24	159.391.864,26	81.223.192,64	21.119.624,58	843.156,40	623.602.956,12
Férias	327.808.350,08	102.318.495,24	71.549.225,49	8.502.997,56	889.917,83	511.068.986,20
13º Salário	171.170.112,43	75.809.449,65	41.580.941,09	10.032.491,61	664.513,08	299.257.507,86
Licenças	48.763.877,78	27.992.432,72	20.249.639,18	4.749.309,49		101.755.259,17
Outras rubricas	73.526.398,05	27.530.785,29	17.043.845,43	3.753.941,95	391.416,59	122.246.387,31
Remuneração a Pessoal e Encargos Patronais	**2.899.333.340,11**	**1.257.965.840,21**	**711.895.020,94**	**164.376.031,66**	**10.370.609,22**	**5.043.940.842,14**

Tabela 179 Remuneração a pessoal e encargos patronais – composição

Nota 14 – Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas

A tabela 178 apresenta a composição desse item no exercício de 2019.

O expressivo montante no título VPA decorrente de fatores geradores diversos foi originado, em especial, pela arrecadação feita pela Unidade Gestora 200.100 (Secretaria de Administração do MPF), utilizando o código de recolhimento 13920-3 (MPF-Recuperação de Recursos no Combate à Corrupção e Proteção de Direitos Difusos).

Nota 15 – Remuneração a Pessoal e Encargos Patronais

Esse item da DVP compreende a remuneração do pessoal ativo civil ou militar, correspondente ao somatório das variações patrimoniais diminutivas com subsídios, vencimentos, soldos e vantagens pecuniárias fixas ou variáveis estabelecidas em lei, decorrentes do pagamento pelo efetivo exercício do cargo, emprego ou função de confiança no setor público. Compreende, ainda, obrigações trabalhistas de responsabilidade do empregador, incidentes sobre a folha de pagamento dos órgãos e demais entidades do setor público, contribuições a entidades fechadas de previdência e benefícios eventuais a pessoal civil e militar, destacados os custos de pessoal e encargos inerentes às mercadorias e produtos vendidos e serviços prestados.

No exercício de 2019, o total das despesas com remuneração a pessoal e encargos patronais no MPU totalizou R$ 5,04 bilhões. Apresenta-se na tabela 179 as principais rubricas.

BENEFÍCIOS A PESSOAL – COMPOSIÇÃO

EM R$

	MPF	MPT	MPDFT	MPM	ESMPU	MPU
Auxílio Alimentação	122.331.693,76	46.859.258,88	26.232.210,47	6.613.409,48	572.853,99	202.609.426,58
Auxílio Creche	24.989.005,87	9.953.328,42	5.748.348,52	1.171.855,20	86.018,58	41.948.556,59
Ajuda de Custo	2.750.088,40	1.984.505,47		199.021,49		4.933.615,36
Auxílio Transporte	1.109.034,08	282.447,63	25.249,61	390.242,94	4.526,22	1.811.500,48
Auxílio Moradia	1.402.662,83	436.032,77		172.611,48		2.011.307,08
Outras rubricas		491.168,36		124.241,90		615.410,26
Benefícios a Pessoal	**152.582.484,94**	**60.006.741,53**	**32.005.808,60**	**8.671.382,49**	**663.398,79**	**253.929.816,35**

Tabela 180 Benefícios a pessoal – composição

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS – COMPOSIÇÃO

EM R$

	MPF	MPT	MPDFT	MPM	ESMPU	MPU
Proventos - Pessoal Civil	314.440.826,51	140.351.751,48	65.571.746,96	30.496.458,92		550.860.783,87
Pensões Civis	67.555.589,81	43.759.596,28	19.586.832,61	19.481.181,78		150.383.200,48
13º Salário	34.553.462,97	17.071.463,65	7.503.261,63	4.065.311,01		63.193.499,26
Gratificações	25.487.986,82	4.181.680,60	1.497.971,75	776.725,76		31.944.364,93
Aposentadorias pendentes de aprovação		16.579.540,92				16.579.540,92
Licença Prêmio	3.492.912,03	2.049.584,87	5.401.951,18	1.243.634,08		12.188.082,16
Outras rubricas	5.779.930,13	2.038.463,35	584.926,51	89.887,73	659,25	8.493.866,97
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	**451.310.708,27**	**226.032.081,15**	**100.146.690,64**	**56.153.199,28**	**659,25**	**833.643.338,59**

Tabela 181 Benefícios previdenciários e assistenciais – composição

Nota 16 – Benefícios a Pessoal

Esse item compreende o valor total das variações patrimoniais diminutivas com benefícios devidos a pessoal civil, tais como: ajuda de custo, auxílio-creche, auxílio-moradia, auxílio-alimentação, auxílio-transporte etc. Detalhes na tabela 180.

Nota 17 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais

De acordo com o MCASP, nesse item estão compreendidas as variações patrimoniais diminutivas relativas às aposentadorias, pensões, reformas, reservas remuneradas e outros benefícios previdenciários de caráter contributivo, do Regime Próprio da Previdência Social (RPPS) e do Regime Geral da Previdência Social (RGPS). Compreendem, também, as ações de assistência social, que são políticas de seguridade social não contributiva, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender às contingências sociais e à universalização dos direitos sociais. Detalhes na tabela 181.

USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO – COMPOSIÇÃO

EM R$

	MPF	MPT	MPDFT	MPM	ESMPU	MPU
Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional	200.959.698,25	42.813.151,03	38.924.541,87	13.925.429,10	3.893.179,03	300.515.999,28
Serviços Técnicos Profissionais	131.627.806,66	43.259.616,92	2.436.869,43	11.280.112,49	4.475.704,03	193.080.109,53
Locações e Arrendamentos	49.806.189,08	33.805.498,03	983.318,94	79.126,78	155.392,94	84.829.525,77
Depreciação de Bens Móveis	39.531.663,73	21.465.768,31	3.292.775,49	2.203.817,92	952.369,68	67.446.395,13
Serv.Água e Esgoto, Energia Elétrica, Gás e Outros	34.091.468,34	9.794.776,13	5.154.928,12	2.138.436,74		51.179.609,33
Depreciação de Bens Imóveis	36.487.239,60	11.101.926,56	162.520,35	933.051,08	179.249,82	48.863.987,41
Serviços Comunicação, Gráfico e Audiovisual	27.491.797,13	10.395.329,92	1.293.268,74	2.235.484,87	421.960,12	41.837.840,78
Serviços Educacionais e Culturais	31.531.101,71	7.229.366,36	290.252,33	304.915,45	743.494,67	40.099.130,52
Diárias	13.973.532,66	7.787.781,08	318.957,18	397.436,71	2.612.511,42	25.090.219,05
Serviços Transportes, Passagem, Locom. e Hospedagem	5.959.725,08	4.785.802,19	580.394,69	149.222,81	1.825.157,24	13.300.302,01
Serviços Administrativos	3.415.286,45	7.736.708,11	108.668,63	1.144.571,42	1.417,68	12.406.652,29
Consumo de Materiais Estocados - Almoxarifado	5.729.868,90	2.303.910,81	1.948.808,84	174.318,31	244.379,34	10.401.286,20
Outras rubricas	**6.573.855,09**	**3.111.230,71**	**37.456,58**	**1.085.954,34**	**109.496,35**	**10.917.993,07**
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	**587.179.232,68**	**205.590.866,16**	**55.532.761,19**	**36.051.878,02**	**15.614.312,32**	**899.969.050,37**

Tabela 182 Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo – composição

Nota 18 – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Excetuadas as despesas com pessoal e respectivos encargos, esse grupo compreende as demais despesas necessárias à manutenção e operação das unidades gestoras do Ministério Público da União.

As despesas com serviços que mais se destacaram no ano de 2019 foram aquelas relativas à prestação de serviços de apoio administrativo, técnico e operacional e de serviços técnicos profissionais, com montante de R$ 493,6 milhões, representando quase 55% do total contabilizado nesse agrupamento.

TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS – COMPOSIÇÃO

EM R$

	MPF	MPT	MPDFT	MPM	ESMPU	MPU
Sub-Repasse Concedido	6.926.589.651,83					6.926.589.651,83
Movimento de Saldos Patrimoniais	68.962.295,25	1.332.546,39	432.738,70	185.707,84	12.130,36	70.925.418,54
Diferido - Sub-Repasse Devolvido	14.613.700,01	14.521.298,07	4.320.350,87	2.132.653,78	430.597,02	36.018.599,75
Transferências Concedidas para Pagamento de Restos a Pagar	20.480.438,47					20.480.438,47
Diferido - Cota Devolvida	632.200,00					632.200,00
Movimentações de VPD		55.861,00		163.199,40		219.060,40
Repasse Concedido	65.510,14					65.510,14
Transferências Intragovernamentais	**7.031.343.795,70**	**15.909.705,46**	**4.753.089,57**	**2.481.561,02**	**442.727,38**	**7.054.930.879,13**

Tabela 183 Transferências intragovernamentais – composição

Nota 19 – Transferências Intragovernamentais

Quase a totalidade das Transferências Intragovernamentais refere-se ao sub-repasse4 concedido pela setorial financeira do MPU (Unidade Gestora 200.097 – Secretaria-Geral do MPF), conforme tabela 183.

Nota 20 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes para Perdas

Esse item é constituído dos ajustes de desvalorização de imóveis de uso especial no SPIUnet, realizados, principalmente, pelo Ministério Público Militar no RIP nº 6001 00171.500-4 (Edifício – Procuradoria de Justiça Militar no Rio de Janeiro – RJ), pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios nos RIPs nºs 9701 01542.500-4 (Garagem – Brasília – DF) e 9701 23963.500-2 (Promotoria de Justiça de São Sebastião), bem como pela Procuradoria Regional do Trabalho da 22ª Região – PI no RIP nº 1219 00206.500-1 (Casa – Anexo da PRT-22ª Região/PI).

4 Sub-repasse é um tipo de liberação de recursos dos órgãos setoriais de programação financeira para as unidades gestoras de sua jurisdição e entre as unidades gestoras de um mesmo ministério, órgão ou entidade (art. 19, inciso III, do Decreto nº 825/1993).

DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS

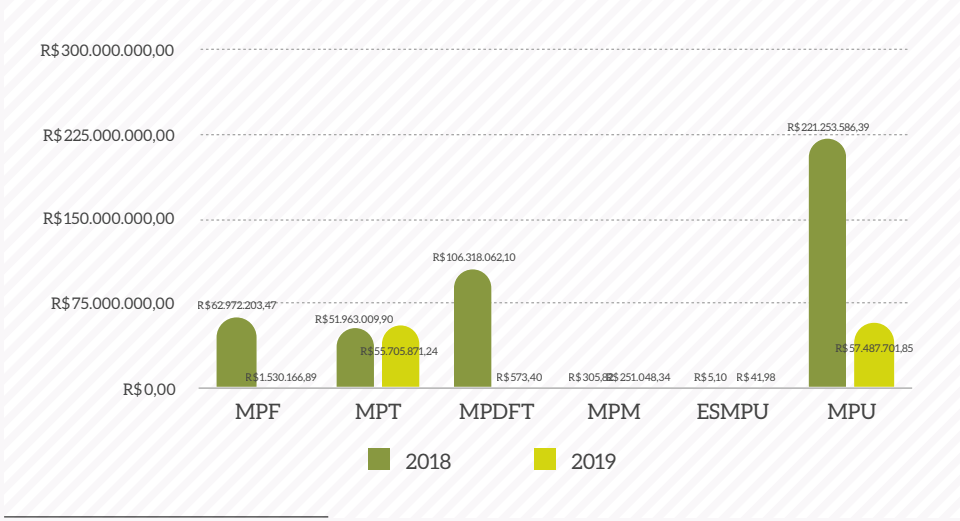


Gráfico 208 Desincorporação de ativos

DIVERSAS VPD

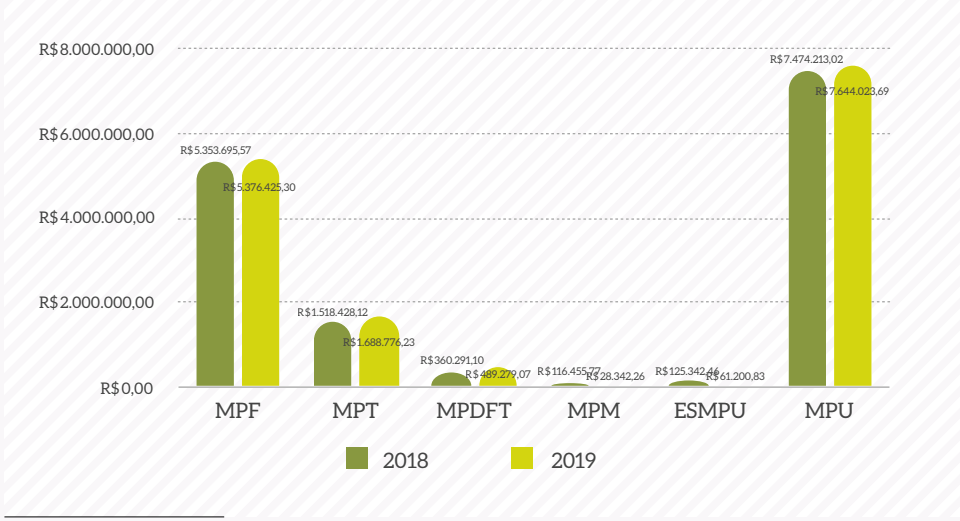


Gráfico 209 Diversas VPD

Nota 21 – Desincorporação de Ativos

As desincorporações são decorrentes, em especial, das baixas dos valores contabilizados como obras em andamento ou estudos e projetos, devido à conclusão das respectivas edificações, bem como da reclassificação de bens imóveis a registrar. No gráfico 208 é exibida a composição desse item.

Nota 22 – Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas

Esse agrupamento tem por função registrar as variações patrimoniais diminutivas não classificadas em itens específicos. As despesas com restituições representam a VPD mais relevante desse agrupamento, com percentual de 60% em 2019. A composição desse acompanhamento é apresentada no gráfico 209.

Nota 23 – Resultado Patrimonial

O Resultado Patrimonial apurado em 31/12/2019 foi superavitário em R$ 129,6 milhões, obtido pelo confronto das VPA e VPD, conforme evidenciado na tabela 184.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS X VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

	2019	2018	AH
Variações Patrimoniais Aumentativas	14.363.047.284,06	13.345.107.849,12	7,63%
Variações Patrimoniais Diminutivas	14.233.450.681,33	13.385.350.107,67	6,34%
Resultado Patrimonial do Período	**129.596.602,73**	**-40.242.258,55**	**-422,04%**

Tabela 184 Variações patrimoniais aumentativas x variações patrimoniais diminutivas

Observa-se que, no resultado patrimonial do período, houve acréscimo expressivo quando comparado ao do exercício anterior. Em 2019, o resultado foi positivo em R$ 129,6 milhões, o que representa uma variação da ordem de R$ 170 milhões em relação ao ano de 2018. Nota-se, ainda, que o aumento nas VPA foi superior ao que ocorreu nas VPD.

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL - RECEITAS

EM R$

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NExp	PREVISÃO INCIAL (A)	PREVISÃO ATUALIZADA (B)	RECEITAS REALIZADAS (C)	SALDO (D)=(C-B)
Receitas Correntes (I)	**24**	**567.699,00**	**567.699,00**	**1.456.792,52**	**889.093,52**
Receita Patrimonial		542.750,00	542.750,00	81.257,54	-461.492,46
Receitas de Serviços				1.222.511,19	1.222.511,19
Outras Receitas Correntes		24.949,00	24.949,00	153.023,79	128.074,79
Receitas de Capital (II)	**24**	**0,00**	**0,00**	**221.729,00**	**221.729,00**
Alienação de Bens Móveis				221.729,00	221.729,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores (III)					
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II + III)		**567.699,00**	**567.699,00**	**1.678.521,52**	**1.110.822,52**
Déficit (V)				**7.016.703.270,16**	**7.016.703.270,16**
TOTAL (VI) = (IV + V)		**567.699,00**	**567.699,00**	**7.018.381.791,68**	**7.017.814.092,68**

Tabela 185 Orçamentos fiscal e da Seguridade Social - receitas orçamentárias

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL - DESPESAS

EM R$

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NExp	DOTAÇÃO INICIAL (E)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (F)	DESPESAS EMPENHADAS (G)	DESPESAS LIQUIDADAS (H)	DESPESAS PAGAS (I)	SALDO DA DOTAÇÃO (J)=(F-G)
Despesas Correntes (VII)	**25**	**7.016.968.586,00**	**7.087.810.591,00**	**6.933.187.116,16**	**6.877.581.578,45**	**6.873.546.095,40**	**154.623.474,84**
Pessoal e Encargos Sociais		5.894.898.268,00	6.004.510.765,00	5.881.050.809,12	5.875.763.924,63	5.875.258.226,43	123.459.955,88
Outras Despesas Correntes		1.122.070.318,00	1.083.299.826,00	1.052.136.307,04	1.001.817.653,82	998.287.868,97	31.163.518,96
Despesas de Capital (VIII)	**25**	**37.241.769,00**	**89.842.261,00**	**85.194.675,52**	**41.542.605,26**	**41.526.071,53**	**4.647.585,48**
Investimentos		37.241.769,00	81.226.110,00	76.578.525,20	41.542.605,26	41.526.071,53	4.647.584,80
Inversões Financeiras			8.616.151,00	8.616.150,32			0,68
SUBTOTAL DAS DESPESAS (IX) = (VII + VIII)		**7.054.210.355,00**	**7.177.652.852,00**	**7.018.381.791,68**	**6.919.124.183,71**	**6.915.072.166,93**	**159.271.060,32**
Superávit (X)							
TOTAL (XI) = (IX + X)		**7.054.210.355,00**	**7.177.652.852,00**	**7.018.381.791,68**	**6.919.124.183,71**	**6.915.072.166,93**	**159.271.060,32**

Tabela 186 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - despesas orçamentárias

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

EM R$

	NExp	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (A)	INSCRITOS EM 31/12 DO EXER. ANTERIOR (B)	PAGOS (C)	CANCELADOS (D)	SALDO (E)=(A+B-C-D)
Despesas Correntes		137.322,79	7.627.671,78	7.645.630,41	9.753,60	109.610,56
Pessoal e Encargos Sociais			111.682,75	111.682,75		0,00
Outras Despesas Correntes		137.322,79	7.515.989,03	7.533.947,66	9.753,60	109.610,56
Despesas de Capital		0,00	1.147.323,05	1.133.311,89	11.752,16	2.259,00
Investimentos			1.147.323,05	1.133.311,89	11.752,16	2.259,00
Inversões Financeiras						
TOTAL	**26**	**137.322,79**	**8.774.994,83**	**8.778.942,30**	**21.505,76**	**111.869,56**

Tabela 187 Execução de restos a pagar processados - exercício 2019

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

EM R$

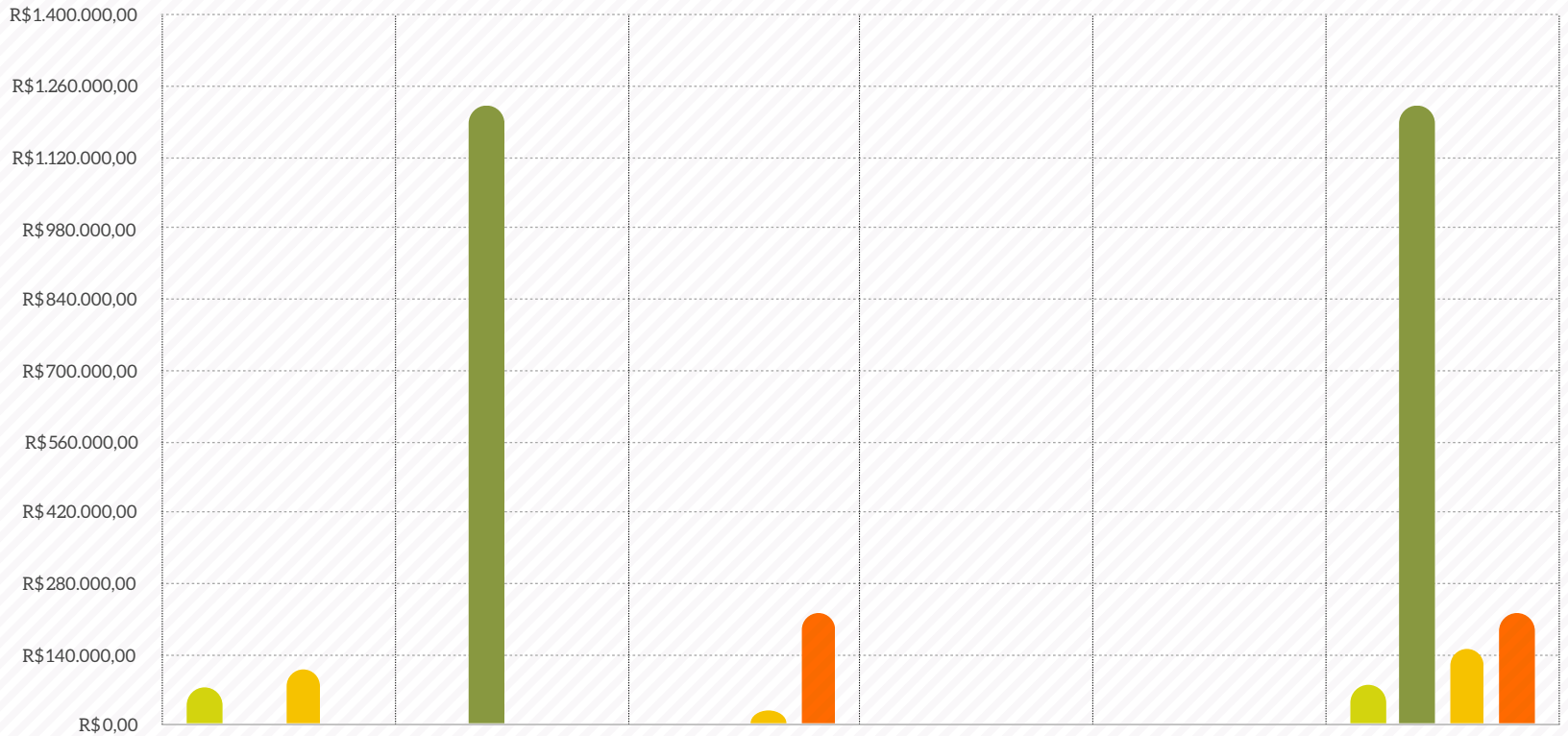
	NExp	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (A)	INSCRITOS EM 31/12 DO EXER. ANTERIOR (B)	LIQUIDADOS (C)	PAGOS (D)	CANCELADOS (E)	SALDO (F)=(A+B-D-E)
Despesas Correntes		6.713.596,38	67.398.381,49	57.220.413,28	56.935.973,96	11.768.989,49	5.407.014,42
Pessoal e Encargos Sociais		1.234.285,71	7.572.137,68	7.095.128,43	6.810.689,11	1.548.513,20	447.221,08
Outras Despesas Correntes		5.479.310,67	59.826.243,81	50.125.284,85	50.125.284,85	10.220.476,29	4.959.793,34
Despesas de Capital		46.526.632,86	34.520.708,28	37.976.624,11	37.976.624,11	40.907.772,76	2.162.944,27
Investimentos		**46.526.632,86**	**34.520.708,28**	**37.976.624,11**	**37.976.624,11**	**40.907.772,76**	**2.162.944,27**
Inversões Financeiras							0,00
TOTAL	**26**	**53.240.229,24**	**101.919.089,77**	**95.197.037,39**	**94.912.598,07**	**52.676.762,25**	**7.569.958,69**

Tabela 188 Execução de Restos a Pagar não Processados

27.4.3. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Essa demonstração contábil evidencia as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou à insuficiência de arrecadação. Demonstra, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

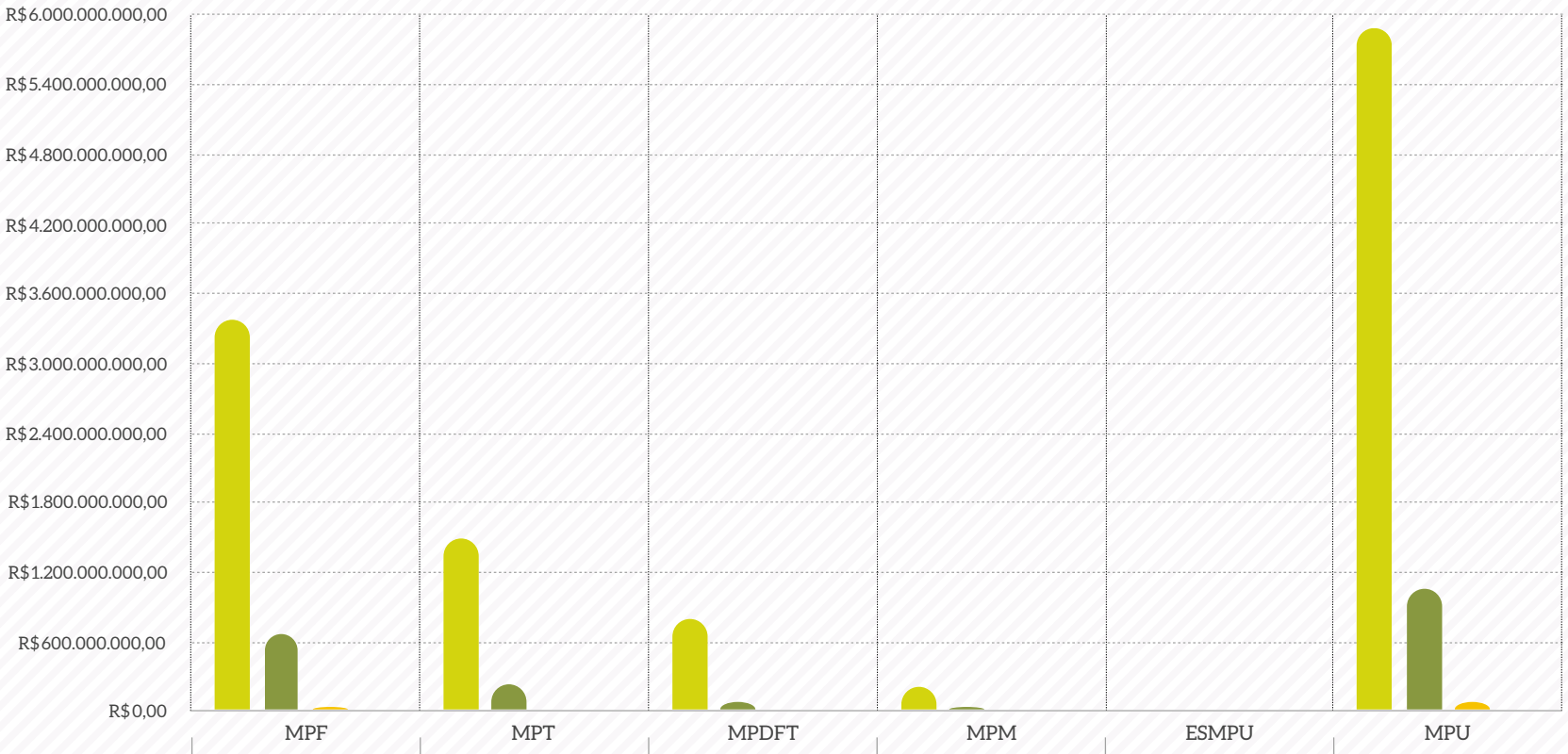
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA



	MPF	MPT	MPDFT	MPM	ESMPU	MPU
PATRIMONIAL	R$74.219,35	R$7.038,19				R$81.257,54
SERVIÇOS	R$0,01	R$1.222.506,17		R$5,01		R$1.222.511,19
OUTRAS	R$110.197,42	R$5.898,54	R$30.927,91		R$5.999,92	R$153.023,79
ALIENAÇÃO BENS			R$221729,00			R$221729,00
TOTAL	**R$184.416,78**	**R$1.235.442,90**	**R$252.656,91**	**R$5,01**	**R$5.999,92**	**R$1.678.521,52**

Gráfico 210 Execução orçamentária da receita

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA



DESPESA	MPF	MPT	MPDFT	MPM	ESMPU	MPU
Pessoal e Encargos Sociais	R$ 3.366.535.188,33	R$ 1.488.847.447,98	R$ 794.558.139,31	R$ 220.702.629,58	R$ 10.407.403,92	R$ 5.881.050.809,12
Outras Despesas Correntes	R$ 672.548.653,08	R$ 232.703.603,12	R$ 84.806.242,35	R$ 46.596.931,98	R$ 15.480.876,51	R$ 1.052.136.307,04
Investimentos	R$ 40.080.936,49	R$ 9.073.876,89	R$ 1.499.765,34	R$ 5.352.153,49	R$ 20.571.792,99	R$ 76.578.525,20
Inversões Financeiras	R$ 8.616.150,32					R$ 8.616.150,32
TOTAL	**R$ 4.087.780.928,22**	**R$ 1.730.624.927,99**	**R$ 880.864.147,00**	**R$ 272.651.715,05**	**R$ 46.460.073,42**	**R$ 7.018.381.791,68**

Gráfico 211 Execução orçamentária da despesa

Nota 24 – Execução Orçamentária da Receita

No exercício de 2019, foi previsto o montante da receita em R$ 568 mil, mas foi arrecadado R$ 1,7 milhão. A receita realizada teve a composição conforme gráfico 210.

Nota 25 – Execução Orçamentária da Despesa

De acordo com o art. 58 da Lei nº 4.320/1964, empenho é o ato emanado da autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento, pendente ou não de implemento de condição.

Além disso, a despesa orçamentária é considerada como do exercício se tiver passado por esse estágio inicial, mesmo que não seja possível afirmar se foi efetivamente realizada, ou seja, mesmo que não haja condições de garantir se o bem ou material adquirido foi entregue ou se o serviço contratado foi efetivamente prestado.

Nessa etapa, é possível asseverar apenas que os recursos consignados na LOA estão reservados, assegurados para a realização de alguma finalidade pública, tendo como executante determinado fornecedor de bens e serviços demandados pela Administração Pública.

As despesas empenhadas e não executadas efetivamente (não liquidadas) são inscritas em restos a pagar não processados, os quais são objeto de nota específica neste documento.

Feitas essas considerações, a dotação atualizada para o Ministério Público da União, no ano de 2019, alcançou o montante de R$ 7.177.652.852,00, dos quais 97,8% foram empenhados e, por conseguinte, apenas 2,2% (R$ 159.271.060,32) da despesa orçamentária aprovada não foi executada.

A despesa empenhada teve a seguinte composição conforme o gráfico 211.

Do montante empenhado, verifica-se que R$ 6.919.124.183,71 foram liquidados e R$ 6.915.072.166,93 foram pagos no exercício. Isso implicou a inscrição de restos a pagar processados no valor de R$ 4.052.016,78 e de restos a pagar não processados no valor de R$ 99.257.607,97.

As despesas correntes – R$ 6,93 bilhões – representam 98,8% do total das despesas empenhadas. A principal natureza das despesas correntes está registrada no grupo Pessoal e Encargos Sociais, no montante de R$ 5,88 bilhões, representando 84,8% dos gastos correntes.

Nas despesas de capital, a principal natureza foi investimentos, com o valor de R$ 76,6 milhões, que representa 90% do total gastos de capital.

Nota 26 – Execução Orçamentária dos Restos a Pagar

Em consonância com o art. 36 da Lei nº 4.320/1964, consideram-se restos a pagar as despesas empenhadas, mas não pagas até 31 de dezembro. O conceito de restos a pagar relaciona-se aos estágios da despesa pública, representados pelo empenho, liquidação e pagamento.

O empenho constitui o primeiro estágio de comprometimento da despesa pública referente à reserva de dotação orçamentária para pagamento futuro de um produto ou serviço específico no momento da contratação.

A liquidação é o próximo estágio da despesa pública e consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, após a entrega do bem e ou serviço objeto do gasto.

O pagamento é o último estágio da despesa e resulta na extinção da obrigação, após o respectivo ateste.

Quando o pagamento deixa de ser efetuado no exercício do empenho, procede-se, então, à inscrição em restos a pagar. Estes, no momento da inscrição, são classificados em dois tipos: processados e não processados. Os restos a pagar processados referem-se a despesas empenhadas e liquidadas que ainda não foram pagas no exercício. Já os restos a pagar não processados se referem a despesas empenhadas, mas ainda não liquidadas, e consequentemente não pagas até o final do exercício.

A respeito do montante inscrito em Restos a Pagar Não Processados (RPNP) – R$ 101,9 milhões (inscritos em 31 de dezembro de 2018) e R$ 53,2 milhões (em exercícios anteriores) –, verifica-se que aproximadamente R$ 95 milhões foram pagos e R$ 52,7 milhões foram cancelados durante o exercício de 2019.

A composição dos restos a pagar não processados é demonstrada no gráfico 212.

A respeito dos restos a pagar não processados, observa-se que 92,7% dos gastos correntes foram pagos ou cancelados durante o exercício.

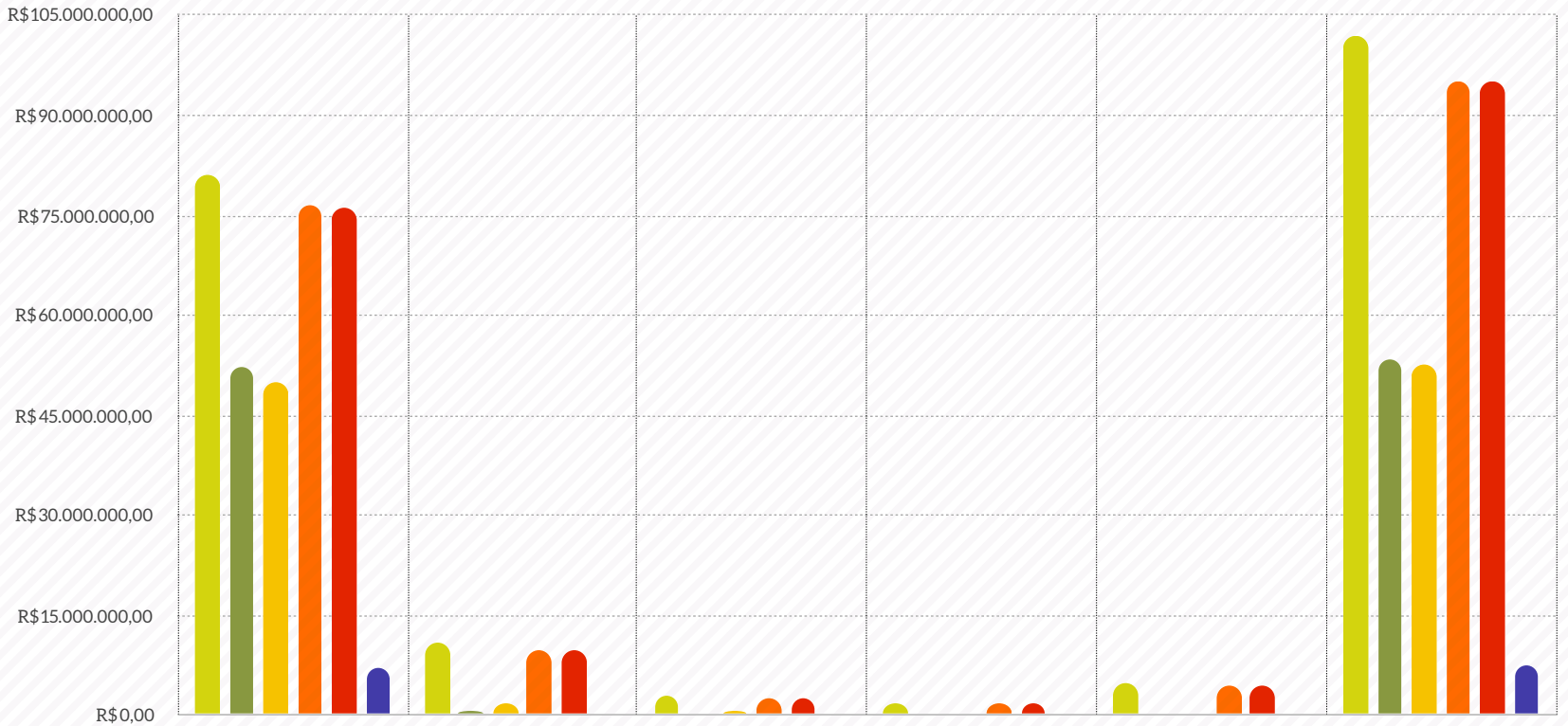
Em relação aos gastos de capital, os pagamentos e cancelamentos representaram 97,3% do montante em estoque.

A partir das informações obtidas no Balanço Orçamentário e no Balanço Financeiro, demonstra-se, na tabela 189 correspondente, a composição final do estoque dos restos a pagar em 2019, considerando, inclusive, aqueles que foram inscritos no final do exercício.

Para o ano de 2020, foi inscrito o estoque de quase R$ 111 milhões de restos a pagar, representando redução de R$ 53,1 milhões (32,4%) em relação à inscrição ocorrida para o ano de 2019 (R$ 164,1 milhões).

A seguir é apresentada a composição do estoque dos restos a pagar, a partir do ano de empenho da despesa conforme tabela 190.

EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS



	MPF	MPT	MPDFT	MPM	ESMPU	MPU
RPNP INSCRITOS	R$ 80.981.959,93	R$ 11.080.850,98	R$ 3.142.237,51	R$ 1.885.379,63	R$ 4.828.661,72	R$ 101.919.089,77
RPNP REINSCRITOS	R$ 52.287.371,57	R$ 661.006,19	R$ 99.282,43	R$ 162.100,42	R$ 30.468,63	R$ 53.240.229,24
RPNP CANCELADOS	R$ 49.880.399,39	R$ 1.765.843,38	R$ 735.923,96	R$ 140.674,57	R$ 153.920,95	R$ 52.676.762,25
RPNP LIQUIDADOS	R$ 76.604.864,91	R$ 9.787.407,72	R$ 2.457.252,36	R$ 1.757.609,43	R$ 4.589.902,97	R$ 95.197.037,39
RPNP PAGOS	R$ 76.320.425,59	R$ 9.787.407,72	R$ 2.457.252,36	R$ 1.757.609,43	R$ 4.589.902,97	R$ 94.912.598,07
RPNP A PAGAR	R$ 7.068.506,52	R$ 188.606,07	R$ 48.343,62	R$ 149.196,05	R$ 115.306,43	R$ 7.569.958,69

Gráfico 212 Execução dos restos a pagar não processados

ESTOQUE DE RESTOS A PAGAR EM 31/12/2019

EM R$

	MPF	MPT	MPDFT	MPM	ESMPU	MPU
Restos a Pagar Não Processados						
Saldo Inicial em 31/12/2019	7.068.506,52	188.606,07	48.343,62	149.196,05	115.306,43	7.569.958,69
RPNP Inscritos em 31/12/2019	84.913.594,44	5.900.664,22	2.573.965,88	1.592.901,31	4.276.482,12	99.257.607,97
Saldo Final em 31/12/2019	91.982.100,96	6.089.270,29	2.622.309,50	1.742.097,36	4.391.788,55	106.827.566,66
Restos a Pagar Processados						
Saldo Inicial em 31/12/2019	50.827,84	61.041,72				111.869,56
RPP Inscritos em 31/12/2019	4.006.120,50	40.917,02		4.501,06	478,20	4.052.016,78
Saldo Final em 31/12/2019	4.056.948,34	101.958,74	0,00	4.501,06	478,20	4.163.886,34
Estoque de Restos a Pagar	**96.039.049,30**	**6.191.229,03**	**2.622.309,50**	**1.746.598,42**	**4.392.266,75**	**110.991.453,00**
						RP Inscritos no exercício 103.309.624,75

Tabela 189 Estoque de restos a pagar em 31/12/2019

ESTOQUE DE RESTOS A PAGAR – COMPOSIÇÃO – POR ANO

EM R$

ESTOQUE DE RP	ANO DO EMPNEHO	MPF	MPT	MPDFT	MPM	ESMPU	MPU
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	2016	280.980,00					280.980,00
	2017	575.596,99	46.337,53				621.934,52
	2018	6.211.929,53	142.268,54	48.343,62	149.196,05	115.306,43	6.667.044,17
	2019	84.913.594,44	5.900.664,22	2.573.965,88	1.592.901,31	4.276.482,12	99.257.607,97
TOTAL RPNP		**91.982.100,96**	**6.089.270,29**	**2.622.309,50**	**1.742.097,36**	**4.391.788,55**	**106.827.566,66**
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	2012	4.566,87					4.566,87
	2013	2.581,75	3.825,20				6.406,95
	2014	964,05					964,05
	2016	14.329,65	630,00				14.959,65
	2017	27.109,01	20.700,33				47.809,34
	2018	1.276,51	35.886,19				37.162,70
	2019	4.006.120,50	40.917,02		4.501,06	478,20	4.052.016,78
TOTAL RPP		**4.056.948,34**	**101.958,74**	**-**	**4.501,06**	**478,20**	**4.163.886,34**
TOTAL RP		**96.039.049,30**	**6.191.229,03**	**2.622.309,50**	**1.746.598,42**	**4.392.266,75**	**110.991.453,00**

Tabela 190 Estoque de restos a pagar – composição – por ano

27.4.4. BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro apresenta a receita e a despesa orçamentárias, bem como os recebimentos e pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos de caixa provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de caixa (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986) exige que todas as receitas e despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, sejam controladas em conta única. Dessa forma, no Balanço Financeiro, os saldos oriundos do exercício anterior e os destinados ao exercício seguinte estão concentrados no item Caixa e Equivalentes de Caixa.

O Balanço Financeiro mostra o detalhamento da receita orçamentária em valores brutos por grupo de fonte, apresentando uma única linha com o total das deduções (restituições, retificações decorrentes de erro do contribuinte quando do recolhimento, compensações de tributo, incentivos fiscais etc.).

Além disso, esse demonstrativo segue o regime de caixa e detalha as receitas e despesas orçamentárias de acordo com grupos de fontes. Registre-se que as fontes vinculadas determinam, já no momento da arrecadação, a destinação dos recursos de acordo com vinculações legais, enquanto as fontes de recursos ordinárias podem ser utilizadas para qualquer finalidade, inclusive para complementar as despesas em áreas cuja arrecadação em fontes vinculadas específicas não seja suficiente, como a Previdência Social.

BALANÇO FINANCEIRO - EXERCÍCIO 2019

INGRESSOS			
ESPECIFICAÇÃO	NExp	2019	2018
Receitas Orçamentárias (I)	27	**1.678.521,52**	**-1.287.156,76**
Ordinárias		**-**	**-**
Vinculadas		**2.046.984,12**	**676.907,65**
Previdência Social (RPPS)		-	-
Alienação de Bens e Direitos		221.729,00	
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		1.825.127,27	676.907,65
Recursos a Classificar		127,85	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-368.462,60	-1.964.064,41
Transferências Financeiras Recebidas (II)		**14.038.188.443,67**	**13.116.036.467,51**
Resultantes da Execução Orçamentária		14.017.278.994,33	13.115.894.851,87
Cota Recebida		7.052.845.840,68	6.633.856.243,72
Repasse Recebido		1.824.902,07	1.713.525,93
Sub-repasse Recebido		6.926.589.651,83	6.465.380.288,85
Sub-repasse Devolvido		36.018.599,75	14.944.793,37
Independentes da Execução Orçamentária		20.909.449,34	141.615,64
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		20.483.572,11	
Demais Transferências Recebidas		9.446,40	24.448,50
Movimentação de Saldos Patrimoniais		416.430,83	117.167,14
Recebimentos Extraorçamentários (III)		**178.451.441,70**	**173.742.675,07**
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	26	4.052.016,78	8.329.993,27
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	26	99.257.607,97	101.919.089,77
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		4.632.788,82	2.910.767,32
Outros Recebimentos Extraorçamentários		70.509.028,13	60.582.824,71
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento			28.602,32
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		40,42	439,55
Arrecadação de Outra Unidade		70.508.987,71	60.553.782,84
Saldo do Exercício Anterior (IV)	29	**417.853.250,22**	**411.181.472,77**
Caixa e Equivalentes de Caixa		417.853.250,22	411.181.472,77
TOTAL (V)=(I+II+III+IV)		**14.636.171.657,11**	**13.699.673.458,59**

DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	NExp	2019	2018
Despesas Orçamentárias (VI)	28	**7.018.381.791,68**	**6.571.627.478,60**
Ordinárias		**6.269.189.004,89**	**5.886.034.018,12**
Vinculadas		**749.192.786,79**	**685.593.460,48**
Educação			
Previdência Social (RPPS)		742.246.921,72	684.374.744,00
Receitas Financeiras		5.500.000,00	
Alienação de Bens e Direitos			337.012,00
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		1.445.865,07	873.176,48
Outros Recursos Vinculados a Fundos			8.528,00
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		**7.054.711.818,73**	**6.571.126.646,26**
Resultantes da Execução Orçamentária		6.963.305.961,72	6.510.431.247,78
Repasse Concedido		65.510,14	1.626.725,90
Sub-repasse Concedido		6.926.589.651,83	6.465.380.288,85
Cota Devolvida		632.200,00	28.479.439,66
Sub-repasse Devolvido		36.018.599,75	14.944.793,37
Independentes da Execução Orçamentária		91.405.857,01	60.695.398,48
Transferências Concedidas para Pagamento de RP		20.480.438,47	
Demais Transferências Concedidas			12.224,25
Movimento de Saldos Patrimoniais		70.925.418,54	60.683.174,23
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		**108.507.922,81**	**139.066.083,51**
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	30	8.778.942,30	2.340.726,28
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	30	94.912.598,07	133.784.994,56
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		4.580.782,46	2.866.536,41
Outros Pagamentos Extraorçamentários		235.599,98	73.826,26
Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento		16.495,09	
Demais Pagamentos		219.104,89	73.826,26
Saldo para o Exercício Seguinte	29	**454.570.123,89**	**417.853.250,22**
Caixa e Equivalentes de Caixa		454.570.123,89	417.853.250,22
TOTAL (X)=(VI+VII+VIII+IX)		**14.636.171.657,11**	**13.699.673.458,59**

Tabela 191 Balanço financeiro – exercício 2019

EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA – POR GRUPOS DE FONTES DE RECURSOS

EM R$

	MPF	MPT	MPDFT	MPM	ESMPU	MPU	AV
Ordinárias	**3.670.045.018,59**	**1.531.665.686,99**	**798.001.632,79**	**223.022.593,02**	**46.454.073,50**	**6.269.189.004,89**	**89,3%**
Vinculadas	**417.735.909,63**	**198.959.241,00**	**82.862.514,21**	**49.629.122,03**	**5.999,92**	**749.192.786,79**	**10,7%**
Previdência Social (RPPS)	411.725.021,00	198.959.241,00	82.133.046,72	49.429.613,00		742.246.921,72	10,6%
Recursos de Operação de Crédito e Receitas Financeiras	5.500.000,00					5.500.000,00	0,1%
Outros Recursos Vinc. a Órgãos e Programas	510.888,63		729.467,49	199.509,03	5.999,92	1.445.865,07	0,0%
Total das Despesas Orçamentárias	**4.087.780.928,22**	**1.730.624.927,99**	**880.864.147,00**	**272.651.715,05**	**46.460.073,42**	**7.018.381.791,68**	**100,0%**

Tabela 193 Execução da despesa orçamentária – por grupos de fontes de recursos

ARRECADAÇÃO BRUTA X ARRECADAÇÃO LÍQUIDA – POR GRUPOS DE FONTES DE RECURSOS

	ARRECADAÇÃO BRUTA	DEDUÇÕES (OU AJUSTES)	ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	AV
Ordinárias			**0,00**	**0,0%**
Vinculadas	**2.046.984,12**	**-368.462,60**	**1.678.521,52**	**100,0%**
Previdência Social (RPPS)			0,00	0,0%
Alienação de Bens e Direitos	221.729,00		221.729,00	13,2%
Outros Rec. Vinc. a Órgãos e Programas	1.825.127,27	-368.334,75	1.456.792,52	86,8%
Recursos a Classificar	127,85	-127,85	0,00	0,0%
Total das Receitas Orçamentárias	**2.046.984,12**	**-368.462,60**	**1.678.521,52**	**100%**

Tabela 192 Arrecadação bruta x arrecadação líquida – por grupos de fontes de recursos

Nota 27 – Receita Orçamentária

Considerando o complexo conjunto de grupos de fontes que é utilizado pela União, optou-se pela divulgação das receitas pelos valores brutos e a divulgação das deduções e ajustes em uma única linha. Essa escolha propicia, também, a divulgação dos valores brutos arrecadados da receita orçamentária, uma vez que essas informações não estão disponíveis no Balanço Orçamentário.

Na sequência é apresentada a abertura das deduções (ou ajustes) da receita orçamentária divulgada no Balanço Financeiro. A coluna da análise vertical (AV) se refere à arrecadação líquida (tabela 192).

As receitas com outros recursos vinculados a órgãos e programas representam 86,8% do total arrecadado, sendo o restante da receita realizada pelo MPU em 2019 com alienação de bens e direitos.

Nota 28 – Despesa Orçamentária

Durante o ano de 2019, a despesa orçamentária executada foi de R$ 7 bilhões. Na tabela 193 é apresentada a composição das despesas executadas por grupos de fontes de recursos.

Em 2019, observa-se que 89,3% dos gastos foram executados em fontes de recursos ordinárias e apenas 10,7% nas vinculadas.

Dos gastos executados em fontes de recursos vinculadas, cerca de 10,6% – R$ 742 milhões – está relacionado com a previdência social (RPPS).

RESULTADO FINANCEIRO EM 31/12/2019

	2019	2018	AH
Receita Orçamentária	1.678.521,52	-1.287.156,76	-230,4%
Despesa Orçamentária	-7.018.381.791,68	-6.571.627.478,60	6,8%
	-7.016.703.270,16	-6.572.914.635,36	6,8%
Transferências Financeiras Recebidas	14.038.188.443,67	13.116.036.467,51	7,0%
Transferências Financeiras Concedidas	-7.054.711.818,73	-6.571.126.646,26	7,4%
	6.983.476.624,94	6.544.909.821,25	6,7%
Recebimentos Extraorçamentários	178.451.441,70	173.742.675,07	2,7%
Pagamentos Extraorçamentários	-108.507.922,81	-139.066.083,51	-22,0%
	69.943.518,89	34.676.591,56	101,7%
Resultado Financeiro do Exercício	**36.716.873,67**	**6.671.777,45**	**450,3%**

Tabela 194 Resultado Financeiro em 31/12/2019

Nota 29 – Resultado Financeiro

O resultado financeiro do exercício foi positivo no montante de R$ 36,7 milhões, sendo sua formação detalhada na tabela 194.

Comparando com 2018, a Receita Orçamentária de 2019 teve variação de 230%, uma vez que não houve retificação das Guias de Recolhimento da União (GRU) com impacto significativo na arrecadação de 2019.

Dentre os recebimentos extraorçamentários de 2019, destaca-se a inscrição de restos a pagar[5] no montante de R$ 103,3 milhões – aproximadamente –, 58% do montante total. Sobre os pagamentos extraorçamentários de 2019, destaca-se o pagamento dos restos a pagar no montante de R$ 103,7 milhões – cerca de 95,6% do montante total.

Nota 30 – Pagamento de Restos a Pagar

Nos gráficos apresentados na continuação, são detalhados os pagamentos dos restos a pagar – processados e não processados –, por grupos de natureza da despesa.

No exercício de 2019, foram pagos cerca de R$ 8,8 milhões (98,5%) do estoque de R$ 8,9 milhões de restos a pagar processados. Por sua vez, foram pagos 61,2% (R$ 95 milhões, aproximadamente) do estoque de R$ 155,2 milhões de restos a pagar não processados.

O principal montante de pagamentos dos restos a pagar não processados ocorreu em Outras Despesas Correntes – R$ 50 milhões – para custear, principalmente, despesas das unidades gestoras do MPU com: apoio administrativo, técnico e operacional; limpeza e conservação; serviços de tecnologia da informação e comunicação; manutenção e conservação de bens imóveis; serviços de energia elétrica; locação de imóveis; vigilância ostensiva e material de consumo.

5 Os restos a pagar do exercício são computados como recebimentos extraorçamentários para compensar sua inclusão na despesa orçamentária, conforme disposto no parágrafo único do art. 103 da Lei nº 4.320/1964.

PAGAMENTO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

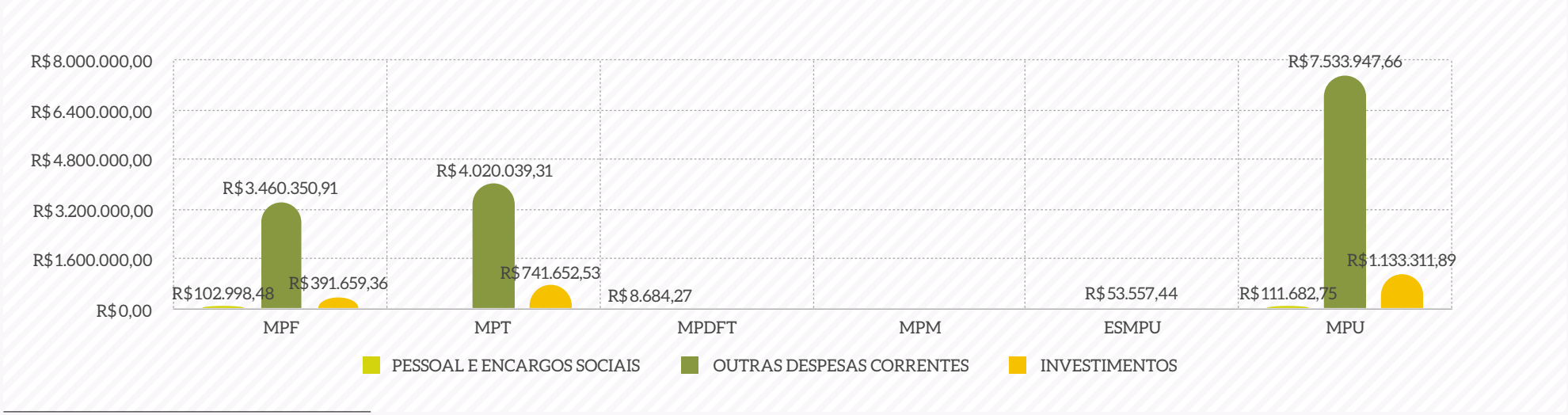


Gráfico 213 Pagamento dos restos a pagar processados

PAGAMENTO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

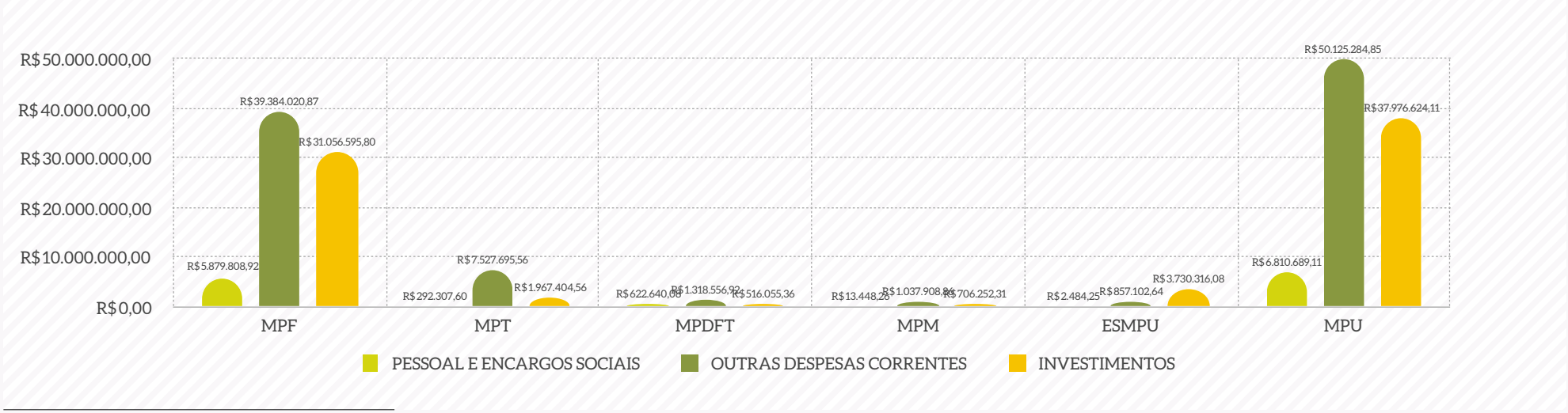


Gráfico 214 Pagamento dos restos a pagar não processados

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIO 2019

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	NExp	2019	2018
INGRESSOS		**14.114.787.053,14**	**13.178.214.300,46**
Receitas Derivadas e Originárias		1.456.792,52	-1.287.156,76
Outros Ingressos Operacionais		14.113.330.260,62	13.179.501.457,22
DESEMBOLSOS		**-13.997.655.900,94**	**-12.993.172.394,12**
Pessoal e Demais Despesas		-6.288.513.285,84	-5.774.473.081,16
Transferências Concedidas		-649.630.909,02	-644.632.304,03
Outros Desembolsos Operacionais		-7.059.511.706,08	-6.574.067.008,93
FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)		**117.131.152,20**	**185.041.906,34**

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	NExp	2019	2018
INGRESSOS		**221.729,00**	**-**
Alienação de Bens		221.729,00	-
DESEMBOLSOS		**-80.636.007,53**	**-178.370.128,89**
Aquisição de Ativo Não Circulante		-79.071.429,50	-165.186.468,17
Outros Desembolsos de Investimentos		-1.564.578,03	-13.183.660,72
FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES INVESTIMENTO (II)		**-80.414.278,53**	**-178.370.128,89**

GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (III)=(I+II)	**31**	**36.716.873,67**	**6.671.777,45**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		**417.853.250,22**	**411.181.472,77**
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		**454.570.123,89**	**417.853.250,22**

Tabela 195 Demonstrações dos fluxos de caixa – exercício 2019

27.4.5. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Essa demonstração permite a análise da capacidade de o MPU gerar caixa e equivalente de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa identificará:

- as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa;
- os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis; e
- o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS - EXERCÍCIO 2019

	NExp	2019	2018
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS			
Total das Transferências Recebidas		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS			
Intragovernamentais		-649.630.909,02	-644.632.304,03
Total das Transferências Concedidas		**-649.630.909,02**	**-644.632.304,03**

Tabela 196 Quadro de transferências recebidas e concedidas – exercício 2019

QUADRO DE RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS - EXERCÍCIO 2019

	NExp	2019	2018
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS			
Receita Patrimonial		81.257,54	466.954,19
Receita de Serviços		1.222.511,19	131,00
Outras Receitas Derivadas e Originárias		153.023,79	-1.754.241,95
Total das Receitas Derivadas e Originárias		**1.456.792,52**	**-1.287.156,76**

Tabela 197 Quadro de receitas derivadas e originárias – exercício 2019

QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO - EXERCÍCIO 2019

	NExp	2019	2018
Judiciário		-11.914,32	
Essencial à Justiça		-5.448.532.285,34	-5.054.277.638,33
Administração		-58.424,25	-51.533,26
Segurança Pública		-55.861,00	
Previdência Social		-839.443.804,91	-719.776.221,37
Trabalho		-106.775,15	-40.838,96
Educação		-12.294,80	
Gestão Ambiental		-525,00	-2.351,52
Ciência e Tecnologia		-63.420,95	-30.203,84
Organização Agrária		-199.509,03	-304.864,00
Desporto e lazer			-6.584,20
Encargos Especiais		-11.976,00	-11.448,00
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		-16.495,09	28.602,32
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função		**-6.288.513.285,84**	**-5.774.473.081,16**

Tabela 198 Quadro de desembolsos de pessoal e demais despesas por função – exercício 2019

GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA – FORMAÇÃO

	2019	2018	AH
Atividades Operacionais	117.131.152,20	185.041.906,34	-36,7%
Atividades de Investimentos	-80.414.278,53	-178.370.128,89	-54,9%
TOTAL	**36.716.873,67**	**6.671.777,45**	**450,3%**

Tabela 199 Geração líquida de caixa e equivalentes de caixa – formação

Nota 31 – Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa

Em função da adoção do princípio da unidade de caixa, a geração líquida de caixa e equivalentes de caixa é igual ao resultado financeiro e, dessa forma, importou no montante de R$ 36,7 milhões no ano de 2019, representando variação de 450% em relação ao ano de 2018.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	**567.699,00**	**567.699,00**	**1.456.792,52**	**889.093,52**
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	**-**	**-**	**-**	**-**
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	**542.750,00**	**542.750,00**	**81.257,54**	**-461.492,46**
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	542.750,00	542.750,00	81.257,54	-461.492,46
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	**-**	**-**	**-**	**-**
Receita Industrial	**-**	**-**	**-**	**-**
Receitas de Serviços	**-**	**-**	**1.222.511,19**	**1.222.511,19**
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	1.222.511,19	1.222.511,19
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	**-**	**-**	**-**	**-**
Outras Receitas Correntes	**24.949,00**	**24.949,00**	**153.023,79**	**128.074,79**
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	18.728,00	18.728,00	88.260,81	69.532,81
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	58.763,06	58.763,06
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	6.221,00	6.221,00	5.999,92	-221,08

Tabela 200 Balanço orçamentário – receita – todos os orçamentos

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS DE CAPITAL	**-**	**-**	**221.729,00**	**221.729,00**
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	**-**	**-**	**221.729,00**	**221.729,00**
Alienação de Bens Móveis	-	-	221.729,00	221.729,00
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	**-**	**-**	**-**	**-**
Transferências de Capital	**-**	**-**	**-**	**-**
Outras Receitas de Capital	**-**	**-**	**-**	**-**
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**-**	**-**	**-**	**-**
SUBTOTAL DE RECEITAS	**567.699,00**	**567.699,00**	**1.678.521,52**	**1.110.822,52**
REFINANCIAMENTO	**-**	**-**	**-**	**-**
Operações de Crédito - Mercado Interno	**-**	**-**	**-**	**-**
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	**-**	**-**	**-**	**-**
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	**567.699,00**	**567.699,00**	**1.678.521,52**	**1.110.822,52**
DEFICIT			**7.016.703.270,16**	**7.016.703.270,16**
TOTAL	**567.699,00**	**567.699,00**	**7.018.381.791,68**	**7.017.814.092,68**
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	**-**	**-**	**-**	**-**
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	**-**	**-**	**-**	**-**
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	**-**	**-**	**-**	**-**
Créditos Cancelados Líquidos	**-**	**-**	**-**	**-**

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESA - TODOS OS ORÇAMENTOS

	DESPESA					
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	**7.016.968.586,00**	**7.087.810.591,00**	**6.933.187.116,16**	**6.877.581.578,45**	**6.873.546.095,40**	**154.623.474,84**
Pessoal e Encargos Sociais	5.894.898.268,00	6.004.510.765,00	5.881.050.809,12	5.875.763.924,63	5.875.258.226,43	123.459.955,88
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.122.070.318,00	1.083.299.826,00	1.052.136.307,04	1.001.817.653,82	998.287.868,97	31.163.518,96
DESPESAS DE CAPITAL	**37.241.769,00**	**89.842.261,00**	**85.194.675,52**	**41.542.605,26**	**41.526.071,53**	**4.647.585,48**
Investimentos	37.241.769,00	81.226.110,00	76.578.525,20	41.542.605,26	41.526.071,53	4.647.584,80
Inversões Financeiras	-	8.616.151,00	8.616.150,32	-	-	0,68
Amortização da Dívida	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**-**	**-**	-	**-**	**-**	**-**
RESERVA DO RPPS	**-**	-	**-**	**-**	**-**	**-**
SUBTOTAL DAS DESPESAS	**7.054.210.355,00**	**7.177.652.852,00**	**7.018.381.791,68**	**6.919.124.183,71**	**6.915.072.166,93**	**159.271.060,32**
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	**-**	**-**	**-**	**-**
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	**7.054.210.355,00**	**7.177.652.852,00**	**7.018.381.791,68**	**6.919.124.183,71**	**6.915.072.166,93**	**159.271.060,32**
TOTAL	**7.054.210.355,00**	**7.177.652.852,00**	**7.018.381.791,68**	**6.919.124.183,71**	**6.915.072.166,93**	**159.271.060,32**

Tabela 201 Balanço orçamentário – despesa – todos os orçamentos

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	**6.713.596,38**	**67.398.381,49**	**57.220.413,28**	**56.935.973,96**	**11.768.989,49**	**5.407.014,42**
Pessoal e Encargos Sociais	1.234.285,71	7.572.137,68	7.095.128,43	6.810.689,11	1.548.513,20	447.221,08
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	5.479.310,67	59.826.243,81	50.125.284,85	50.125.284,85	10.220.476,29	4.959.793,34
DESPESAS DE CAPITAL	**46.526.632,86**	**34.520.708,28**	**37.976.624,11**	**37.976.624,11**	**40.907.772,76**	**2.162.944,27**
Investimentos	46.526.632,86	34.520.708,28	37.976.624,11	37.976.624,11	40.907.772,76	2.162.944,27
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
TOTAL	**53.240.229,24**	**101.919.089,77**	**95.197.037,39**	**94.912.598,07**	**52.676.762,25**	**7.569.958,69**

Tabela 202 Anexo 1 - demonstrativo de execução dos restos a pagar não processados

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	**137.322,79**	**7.627.671,78**	**7.645.630,41**	**9.753,60**	**109.610,56**
Pessoal e Encargos Sociais	-	111.682,75	111.682,75	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	137.322,79	7.515.989,03	7.533.947,66	9.753,60	109.610,56
DESPESAS DE CAPITAL	**-**	**1.147.323,05**	**1.133.311,89**	**11.752,16**	**2.259,00**
Investimentos	-	1.147.323,05	1.133.311,89	11.752,16	2.259,00
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	**137.322,79**	**8.774.994,83**	**8.778.942,30**	**21.505,76**	**111.869,56**

Tabela 203 Anexo 2 - demonstrativo de execução restos a pagar processados e nao processados liquidados

BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

INGRESSOS		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
Receitas Orçamentárias	**1.678.521,52**	**-1.287.156,76**
Ordinárias	**-**	**-**
Vinculadas	**2.046.984,12**	**676.907,65**
Previdência Social (RPPS)	-	-
Alienação de Bens e Direitos	221.729,00	
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	1.825.127,27	676.907,65
Recursos a Classificar	127,85	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-368.462,60	-1.964.064,41
Transferências Financeiras Recebidas	**14.038.188.443,67**	**13.116.036.467,51**
Resultantes da Execução Orçamentária	14.017.278.994,33	13.115.894.851,87
Cota Recebida	7.052.845.840,68	6.633.856.243,72
Repasse Recebido	1.824.902,07	1.713.525,93
Sub-repasse Recebido	6.926.589.651,83	6.465.380.288,85
Sub-repasse Devolvido	36.018.599,75	14.944.793,37
Independentes da Execução Orçamentária	20.909.449,34	141.615,64
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	20.483.572,11	
Demais Transferências Recebidas	9.446,40	24.448,50
Movimentação de Saldos Patrimoniais	416.430,83	117.167,14
Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	**178.451.441,70**	**173.742.675,07**
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	4.052.016,78	8.329.993,27
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	99.257.607,97	101.919.089,77
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	4.632.788,82	2.910.767,32
Outros Recebimentos Extraorçamentários	70.509.028,13	60.582.824,71
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		28.602,32
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	40,42	439,55
Arrecadação de Outra Unidade	70.508.987,71	60.553.782,84
Saldo do Exercício Anterior	**417.853.250,22**	**411.181.472,77**
Caixa e Equivalentes de Caixa	417.853.250,22	411.181.472,77
TOTAL	**14.636.171.657,11**	**13.699.673.458,59**

DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
Despesas Orçamentárias	**7.018.381.791,68**	**6.571.627.478,60**
Ordinárias	**6.269.189.004,89**	**5.886.034.018,12**
Vinculadas	**749.192.786,79**	**685.593.460,48**
Previdência Social (RPPS)	742.246.921,72	684.374.744,00
Receitas Financeiras	5.500.000,00	
Alienação de Bens e Direitos		337.012,00
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	1.445.865,07	873.176,48
Outros Recursos Vinculados a Fundos		8.528,00
Recursos a Classificar		-
Transferências Financeiras Concedidas	**7.054.711.818,73**	**6.571.126.646,26**
Resultantes da Execução Orçamentária	6.963.305.961,72	6.510.431.247,78
Repasse Concedido	65.510,14	1.626.725,90
Sub-repasse Concedido	6.926.589.651,83	6.465.380.288,85
Cota Devolvida	632.200,00	28.479.439,66
Sub-repasse Devolvido	36.018.599,75	14.944.793,37
Independentes da Execução Orçamentária	91.405.857,01	60.695.398,48
Transferências Concedidas para Pagamento de RP	20.480.438,47	
Demais Transferências Concedidas		12.224,25
Movimento de Saldos Patrimoniais	70.925.418,54	60.683.174,23
Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-
Pagamentos Extraorçamentários	**108.507.922,81**	**139.066.083,51**
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	8.778.942,30	2.340.726,28
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	94.912.598,07	133.784.994,56
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	4.580.782,46	2.866.536,41
Outros Pagamentos Extraorçamentários	235.599,98	73.826,26
Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	16.495,09	
Demais Pagamentos	219.104,89	73.826,26
Saldo para o Exercício Seguinte	**454.570.123,89**	**417.853.250,22**
Caixa e Equivalentes de Caixa	454.570.123,89	417.853.250,22
TOTAL	**14.636.171.657,11**	**13.699.673.458,59**

Tabela 204 Balanço financeiro – todos os orçamentos

BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

ATIVO

ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
ATIVO CIRCULANTE	**480.163.832,75**	**439.143.513,36**
Caixa e Equivalentes de Caixa	454.570.123,89	417.853.250,22
Créditos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	11.258.935,45	4.665.380,05
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-
Estoques	13.860.523,68	15.974.842,76
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	474.249,73	650.040,33
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**2.940.119.785,74**	**2.852.927.571,71**
Ativo Realizável a Longo Prazo	3.446.718,36	3.622.346,20
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	3.446.718,36	3.622.346,20
Estoques	-	-
Investimentos	-	-
Participações Permanentes	-	-
Propriedades para Investimento	-	-
Propriedades para Investimento	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Prop. p/ Invest.	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Prop. para Invest.	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-
Imobilizado	**2.866.451.750,08**	**2.779.913.407,23**
Bens Móveis	358.748.292,21	394.492.539,85
Bens Móveis	856.069.269,50	846.281.791,15
(-) Depreciação/Amort./Exaustão Acum. de Bens Móveis	-497.320.977,29	-451.789.251,30
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-
Bens Imóveis	2.507.703.457,87	2.385.420.867,38
Bens Imóveis	2.623.230.244,35	2.451.985.702,46

PASSIVO

ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
PASSIVO CIRCULANTE	**107.229.045,24**	**94.847.769,86**
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	102.337.291,73	85.501.805,30
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	3.563.433,70	8.497.151,47
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Provisões a Curto Prazo	-	-
Demais Obrigações a Curto Prazo	1.328.319,81	848.813,09
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	**254.545,62**	**257.759,11**
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Provisões a Longo Prazo	-	-
Demais Obrigações a Longo Prazo	254.545,62	257.759,11
Resultado Diferido	-	-
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	**107.483.590,86**	**95.105.528,97**

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Reservas de Capital	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Reservas de Lucros	-	-
Demais Reservas	-	-
Resultados Acumulados	3.312.800.027,63	3.196.965.556,10
Resultado do Exercício	129.596.602,73	-40.242.258,55
Resultados de Exercícios Anteriores	3.196.965.556,10	3.218.687.806,60
Ajustes de Exercícios Anteriores	-13.762.131,20	18.520.008,05
(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**3.312.800.027,63**	**3.196.965.556,10**

Tabela 205 Demonstrações das variações patrimoniais – todos os orçamentos

BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-115.526.786,48	-66.564.835,08			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	**70.221.317,30**	**69.391.818,28**			
Softwares	70.221.317,30	69.391.818,28			
Softwares	72.248.205,60	71.318.766,70			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-2.026.888,30	-1.926.948,42			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	**3.420.283.618,49**	**3.292.071.085,07**	**TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**3.420.283.618,49**	**3.292.071.085,07**

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
ATIVO FINANCEIRO	454.570.123,89	417.853.250,22
ATIVO PERMANENTE	2.965.713.494,60	2.874.217.834,85

PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
PASSIVO FINANCEIRO	111.624.932,61	164.669.649,46
PASSIVO PERMANENTE	102.401.785,59	85.595.198,52
SALDO PATRIMONIAL	**3.206.256.900,29**	**3.041.806.237,09**

Tabela 206 Quadro de ativos e passivos financeiros e permanentes

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO		
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos	2019	2018
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	**55.570.272,23**	**23.216.749,76**
Execução dos Atos Potenciais Ativos	55.570.272,23	23.216.749,76
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	26.751.930,83	23.200.041,18
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.	28.818.341,40	16.708,58
Direitos Contratuais a Executar	-	-
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-
TOTAL	**55.570.272,23**	**23.216.749,76**

PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	2019	2018
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	**1.136.353.709,94**	**1.053.212.771,39**
Execução dos Atos Potenciais Passivos	1.136.353.709,94	1.053.212.771,39
Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congêneres a Liberar	34.793,82	1.954.458,38
Obrigações Contratuais a Executar	1.136.318.916,12	1.051.258.313,01
Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	**1.136.353.709,94**	**1.053.212.771,39**

Tabela 208 Quadro de compensações

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	336.992.686,88
Recursos Vinculados	5.952.504,40
Previdência Social (RPPS)	96.425,54
Receitas Financeiras	2.374.726,52
Alienação de Bens e Direitos	221.729,00
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	3.259.623,34
TOTAL	**342.945.191,28**

Tabela 207 Demonstrativo do superávit/déficit financeiro apurado no balanço patrimonial

DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS

	2019	2018
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	**14.363.047.284,06**	**13.345.107.849,12**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	**-**	**-**
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	**-**	**-**
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	**1.676.672,40**	**14.707.479,00**
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	1.676.672,40	14.707.479,00
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	**299.083,25**	**55.216,68**
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	266.684,61	55.216,68
Variações Monetárias e Cambiais	32.398,64	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	**14.111.901.575,48**	**13.189.781.063,49**
Transferências Intragovernamentais	14.038.188.443,67	13.116.036.467,51
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	73.713.131,81	73.744.595,98

Tabela 209 Demonstrações das variações patrimoniais – todos os orçamentos

DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS

	2019	2018
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	**179.104.504,11**	**95.524.735,33**
Reavaliação de Ativos	156.902.501,01	93.240.336,05
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	21.438.866,48	432.370,26
Ganhos com Desincorporação de Passivos	763.136,62	1.852.029,02
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	**70.065.448,82**	**45.039.354,62**
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	70.065.448,82	45.039.354,62
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**14.233.450.681,33**	**13.385.350.107,67**
Pessoal e Encargos	**5.307.368.679,50**	**4.890.255.048,19**
Remuneração a Pessoal	4.358.020.620,20	3.854.790.932,55
Encargos Patronais	685.920.221,94	657.848.378,84
Benefícios a Pessoal	253.929.816,35	367.838.706,08
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	9.498.021,01	9.777.030,72
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	**833.643.338,59**	**681.073.304,97**
Aposentadorias e Reformas	654.461.361,03	524.471.116,14
Pensões	177.336.689,46	155.090.626,72
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.845.288,10	1.511.562,11
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	**899.969.050,37**	**954.007.171,83**
Uso de Material de Consumo	20.389.312,17	23.181.224,47
Serviços	763.055.521,46	837.791.005,12
Depreciação, Amortização e Exaustão	116.524.216,74	93.034.942,24
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	**9.407,91**	**45.686,33**
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	8.704,78	16.405,44
Variações Monetárias e Cambiais	0,71	7,71
Descontos Financeiros Concedidos	702,42	29.273,18

DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS

	2019	2018
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	**7.116.555.394,12**	**6.626.866.707,60**
Transferências Intragovernamentais	7.054.930.879,13	6.571.200.472,52
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	61.624.514,99	55.666.235,08
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	**66.025.133,52**	**223.270.176,00**
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	8.152.002,39	1.879.551,94
Perdas com Alienação	185.507,27	18.860,00
Perdas Involuntárias	127.532,46	113.001,47
Incorporação de Passivos	72.389,55	5.176,20
Desincorporação de Ativos	57.487.701,85	221.253.586,39
Tributárias	**2.219.376,14**	**2.340.815,73**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	737.065,44	686.642,45
Contribuições	1.482.310,70	1.654.173,28
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	**-**	**-**
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	**7.660.301,18**	**7.491.197,02**
Premiações	16.277,49	16.984,00
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	7.644.023,69	7.474.213,02
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	**129.596.602,73**	**-40.242.258,55**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

	2019	2018
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**117.131.152,2**	**185.041.906,34**
INGRESSOS	**14.114.787.053,14**	**13.178.214.300,46**
Receitas Derivadas e Originárias	**1.456.792,52**	**-1.287.156,76**
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	81.257,54	466.954,19
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	1.222.511,19	131,00
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	153.023,79	-1.754.241,95
Transferências Correntes Recebidas	**-**	**-**
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	**14.113.330.260,62**	**13.179.501.457,22**
Ingressos Extraorçamentários	4.632.788,82	2.910.767,32
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	40,42	439,55
Transferências Financeiras Recebidas	14.038.188.443,67	13.116.036.467,51
Arrecadação de Outra Unidade	70.508.987,71	60.553.782,84
DESEMBOLSOS	**-13.997.655.900,94**	**-12.993.172.394,12**
Pessoal e Demais Despesas	**-6.288.513.285,84**	**-5.774.473.081,16**
Legislativo	-	-
Judiciário	-11.914,32	-
Essencial à Justiça	-5.448.532.285,34	-5.054.277.638,33
Administração	-58.424,25	-51.533,26
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-55.861,00	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-

Tabela 210 Demonstrações dos fluxos de caixa - todos os orçamentos

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

	2019	2018
Previdência Social	-839.443.804,91	-719.776.221,37
Saúde	-	-
Trabalho	-106.775,15	-40.838,96
Educação	-12.294,80	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-525,00	-2.351,52
Ciência e Tecnologia	-63.420,95	-30.203,84
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-199.509,03	-304.864,00
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-6.584,20
Encargos Especiais	-11.976,00	-11.448,00
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-16.495,09	28.602,32
Juros e Encargos da Dívida	**-**	**-**
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	**-649.630.909,02**	**-644.632.304,03**
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-649.630.909,02	-644.632.304,03
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos Operacionais	**-7.059.511.706,08**	**-6.574.067.008,93**
Dispêndios Extraorçamentários	-4.580.782,46	-2.866.536,41
Transferências Financeiras Concedidas	-7.054.711.818,73	-6.571.126.646,26

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

	2019	2018
Demais Pagamentos	-219.104,89	-73.826,26
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**-80.414.278,53**	**-178.370.128,89**
INGRESSOS	**221.729,00**	**-**
Alienação de Bens	221.729,00	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	**-80.636.007,53**	**-178.370.128,89**
Aquisição de Ativo Não Circulante	-79.071.429,50	-165.186.468,17
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-1.564.578,03	-13.183.660,72
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**-**	**-**
INGRESSOS	**-**	**-**
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	**-**	**-**
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**36.716.873,67**	**6.671.777,45**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	**417.853.250,22**	**411.181.472,77**
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	**454.570.123,89**	**417.853.250,22**

MDPI

MPEG MPEG MPEG